

Nelson Dacio Tomazi
Marco Antonio Rossi

MANUAL DO PROFESSOR

sociologia

para o ensino médio

COMPONENTE
CURRICULAR
SOCIOLOGIA

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

 Editora
Saraiva

Manual do Professor

COMPONENTE
CURRICULAR
SOCIOLOGIA

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

Nelson Dacio Tomazi

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná

Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista de Assis (SP)

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná

Professor de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (PR)

e na Universidade Federal do Paraná

Associado à Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs)

Marco Antonio Rossi

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (PR)

Especialista em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (PR)

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (PR)

Professor de Metodologia de Ensino de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (PR)

Pesquisador-assistente da Stiftung Walter Benjamin (Frankfurt/Alemanha)

sociologia

para o ensino médio

Volume único

5ª edição
São Paulo, 2016

Sociologia para o ensino médio – Volume único (Ensino Médio)
© Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi, 2016

Direitos desta edição: Saraiva Educação Ltda., São Paulo, 2016
Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tomazi, Nelson Dacio
Sociologia para o ensino médio : volume único /
Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi. --
5. ed. -- São Paulo : Saraiva, 2016.

Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0523-2 (aluno)
ISBN 978-85-472-0524-9 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio) I. Rossi, Marco
Antonio. II. Título.

16-03582

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301



*Detalhe do interior
do Reichstag
Dome, em Berlim,
Alemanha, construído
para simbolizar a
reunificação do país.
Fotografia de 2014.*

Diretora editorial	Lidiane Vivaldini Olo
Gerente editorial	Luiz Tonolli
Editor responsável	Gláucia Teixeira M. T.
Editor	Luciana Abud
Gerente de produção editorial	Ricardo de Gan Braga
Gerente de revisão	Hélia de Jesus Gonsaga
Coordenador de revisão	Camila Christi Gazzani
Revisores	Cesar G. Sacramento, Diego Carbone, Larissa Vazquez, Luciana Azevedo
Produtor editorial	Roseli Said
Supervisor de iconografia	Sílvio Kligin
Coordenador de iconografia	Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica	Thiago Fontana, Etoile Shaw, Iron Mantovanello, Mariana Valeiro
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Paula Claro
Coordenador de artes	José Maria de Oliveira
Capa	Carlos Magno, com imagem de David Crespo, Moment Editorial, Getty Images
Design	Debora Barbieri
Edição de arte	Carlos Magno
Diagramação	Débora Jóia
Assistente	Bárbara de Souza
Ilustrações	Dawidson França e Luigi Rocco
Infográficos	Alex Argozino, Alex Silva e Everton Silva Prudêncio
Cartografia	Mário Yoshida, Portal dos Mapas, Sidnei Moura, Sonia Vaz
Tratamento de imagens	Emerson de Lima
Protótipos	Magali Prado
732807.005.001	Impressão e acabamento

O material de publicidade e propaganda reproduzido nesta obra está sendo utilizado apenas para fins didáticos, não representando qualquer tipo de recomendação de produtos ou empresas por parte do(s) autor(es) e da editora.



**Editora
Saraiva**

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1ª andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

apresentação

Caros alunos

Neste livro procuramos apresentar o conhecimento sociológico de modo muito específico e o mais claro possível para o jovem estudante do ensino médio. Em sua elaboração, orientamo-nos por duas preocupações centrais: permitir aos estudantes a compreensão da realidade social como uma totalidade concreta, diversa, conflituosa e contraditória – mas nem por isso fragmentária – e oferecer ao professor elementos teóricos e sugestões que possibilitassem incentivar a classe a desenvolver uma reflexão crítica sobre a sociedade.

Para isso, sempre que possível, abordaremos os temas da Sociologia com base na realidade do aluno, isto é, examinando como o trabalho, as classes sociais, a política, o Estado, a cultura e a ideologia se manifestam em seu cotidiano.

Esperamos que, tomando como base as vivências do dia a dia, vocês construam uma visão da realidade econômica, política, social e cultural e apreendam conceitos que possam explicar a realidade. Nosso objetivo com este livro é ajudá-los a desenvolver asas e raízes, imaginação e fundamentos para atuar na construção de uma sociedade diversa, autônoma, emancipada e emancipadora.

Os autores

sumário

INTRODUÇÃO

Sociologia: conhecendo a sociedade	8
A produção social do conhecimento	9
A pesquisa como fundamento do conhecimento sociológico.	11
Sugestões de filme e sites.	13

UNIDADE 1 – Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade

Capítulo 1 – A história, a sociedade e os indivíduos	16
As escolhas humanas, seus limites e repercussões.	17
Das questões individuais às questões sociais.	18
Cenário da sociabilidade cotidiana	19
Capítulo 2 – Socialização: como fazer parte de uma sociedade	20
O que a todos é comum.	20
As diferenças no processo de socialização	22
O espaço privado e o espaço público	23
Cenário da socialização contemporânea	24
Capítulo 3 – A Sociologia e a sociedade dos indivíduos.	25
Karl Marx, os indivíduos e as classes sociais	25
Émile Durkheim, as instituições e o indivíduo.	27
Max Weber, o indivíduo e a ação social	28
Norbert Elias e Pierre Bourdieu: a sociedade dos indivíduos.	30
Cenário da sociabilidade contemporânea	34
Capítulo 4 – Identidade: quem é o quê?	35
A construção social das identidades	35
Identidades hoje	37
Cenário da socialização e identidade	38
Costurando as ideias	39
Leituras e propostas.	40
Conexão de saberes	42

UNIDADE 2 – Trabalho e produção da vida em sociedade

Capítulo 5 – Trabalho e produção nas diferentes sociedades.	46
A produção nas sociedades tribais	46
O trabalho na Europa antiga e medieval	47
As bases do trabalho na sociedade moderna	49
Cenários do mundo do trabalho	53
Capítulo 6 – Trabalho e produção na sociedade capitalista	54
Karl Marx e a divisão social do trabalho	54
Émile Durkheim: a divisão do trabalho social e a solidariedade	57
Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho	58
Cenário do trabalho no capitalismo	61
Capítulo 7 – As transformações recentes no mundo do trabalho	62
Automação e flexibilização do trabalho	63
A precarização das condições de trabalho	63
Cenário do trabalho no mundo de hoje	66
Capítulo 8 – A questão do trabalho no Brasil	67
No passado: o trabalho escravo.	67
Hoje: o trabalho análogo à escravidão	68
Trabalho no campo: da atividade de subsistência ao trabalho mecanizado	69
Trabalho nas cidades.	71
A situação do trabalho nos últimos 50 anos	72
O trabalho que não aparece.	74
Emprego e qualificação	75
Cenário do trabalho no Brasil	76
Costurando as ideias	77
Leituras e propostas.	78
Conexão de saberes	80

UNIDADE 3 – Desigualdades e vida social

Capítulo 9 – Estrutura social e estratificação	84
---	----

As sociedades organizadas em castas	85
As sociedades organizadas por estamentos	86
Pobreza: condição de nascença, desgraça, destino...	89
Cenários das desigualdades: castas e estamentos	90
Capítulo 10 – As classes sociais na sociedade capitalista	91
Estratificação e mobilidade	91
A desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista.	92
Desigualdades de riqueza, prestígio e poder	94
Oportunidades e estratificação	95
Cenário das desigualdades de classes sociais	97
Capítulo 11 – As desigualdades nas sociedades contemporâneas	98
Desigualdades vitais	98
Desigualdades existenciais	99
Desigualdades de recursos	100
Cenário das desigualdades nas sociedades contemporâneas.	102
Capítulo 12 – As desigualdades sociais no Brasil	103
As explicações para a desigualdade	104
As desigualdades no Brasil nos últimos 50 anos: renda, cor e gênero	108
Cenário das desigualdades no Brasil.	114
Costurando as ideias	115
Leituras e propostas.	116
Conexão de saberes	118

Unidade 4 – Poder, política e Estado

Capítulo 13 – Poder, Estado moderno e democracia.	122
As primeiras formas de Estado	122
As formas de Estados no século XX.	124
O Estado no século XXI	128
Cenários do Estado moderno	129
Capítulo 14 – A Sociologia, o poder e a democracia	130
As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado	130

Democracia representativa e revolução democrática	135
Aspectos institucionais da democracia	136
Cenário do poder e da democracia	140
Capítulo 15 – Poder, política e Estado no Brasil	141
○ Estado imperial escravista (1822-1889).	141
○ Estado republicano	142
○ Estado oligárquico (1889-1930).	143
A República varguista (1930-1945).	144
República democrática entre ditaduras (1945-1964)	147
A ditadura civil-militar (1964-1985)	150
○ Estado brasileiro nos últimos anos: retorno à democracia	153
○ Estado neoliberal no Brasil	154
Estado social-desenvolvimentista	154
Cenário do Estado no Brasil	156
Capítulo 16 – Poder e democracia no Brasil	157
A luta por direitos e a participação política	157
Reflexões sobre o Estado e a democracia no Brasil.	162
A despolitização e a economia como foco	165
Cenário da política no Brasil.	166
Costurando as ideias	167
Leituras e propostas.	168
Conexão de saberes	170

UNIDADE 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais

Capítulo 17 – Direitos e cidadania.	174
Direitos para todos?	175
Direitos civis, políticos e sociais	177
Cidadania hoje	178
Cenário dos direitos e da cidadania	181
Capítulo 18 – Os movimentos sociais	182
Confrontos e parcerias.	182
O recurso da greve.	183
Os movimentos sociais contemporâneos.	185
Cenário de movimentos sociais	190

Capítulo 19 – Direitos e cidadania no Brasil	191
Uma sociedade com direitos para poucos	191
Cidadania hoje	194
Cenários dos direitos e da cidadania no Brasil	195
Capítulo 20 – Os movimentos sociais no Brasil	196
Movimentos dos povos indígenas	196
Movimento negro	198
Movimentos sociais rurais	202
Movimentos sociais urbanos	205
Movimentos culturais	207
Movimentos ligados ao mundo do trabalho	209
Movimentos civis e militares	211
Movimentos sociais contra as discriminações.	215
Movimentos sociais recentes: politização e despolitização	217
Cenário dos movimentos sociais no Brasil.	220
Costurando as ideias	221
Leituras e propostas.	222
Conexão de saberes	224

UNIDADE 6 – Mudança e transformação social

Capítulo 21 – Mudanças, revoluções e suas implicações.	228
A Revolução Agrícola	228
A Revolução Industrial	229
As revoluções contemporâneas	231
Capítulo 22 – Transformações sociais e políticas.	234
Transformações lentas e graduais	235
Revoluções e movimentos anticoloniais	237
Revoluções radicais e populares	239
Revoluções políticas no século XX	239
E o que vem pela frente?	242
Cenário das mudanças hoje	244

Capítulo 23 – Mudança social e Sociologia	245
A mudança social para os clássicos da Sociologia	245
Outras análises sociológicas sobre a mudança social	250
Cenário da mudança social nos séculos XIX e XX.	255
Capítulo 24 – As mudanças sociais no Brasil	256
Duas “revoluções” no Brasil no século XX	257
Mudanças nos últimos anos	261
Cenário da mudança social no Brasil	262
Costurando as ideias	263
Leituras e propostas.	264
Conexão de saberes	266

UNIDADE 7 – Cultura: unidade e diversidade cultural

Capítulo 25 – Entendendo a cultura no plural	270
Antropologicamente falando...	271
Cenário da cultura	274
Capítulo 26 – Cultura: a unidade na diversidade	275
Trocas culturais e culturas híbridas	276
Cenário da diversidade cultural	279
Capítulo 27 – Os sentidos do outro	280
O etnocentrismo	280
Os preconceitos	282
A cultura é de todos	283
Cenário da diversidade cultural: etnocentrismo e preconceito	285
Capítulo 28 – Unidade e diversidade cultural no Brasil	286
A pluralidade da cultura brasileira	286
Brasil, uma cultura-nação	288
Costurando as ideias	290
Leituras e propostas.	291
Conexão de saberes	294

UNIDADE 8 – Ideologia e indústria cultural

Capítulo 29 – A ideologia: usos e atribuições	298
A ideologia no cotidiano	300
Cenário da ideologia	302
Capítulo 30 – A indústria cultural e a difusão de ideologias	303
A indústria cultural e a vida cotidiana	306
Sem saída?	308
Cenário da indústria cultural e da difusão ideológica	309
Capítulo 31 – A internet e as novas formas de sociabilidade	310
A leitura e a escrita digitais	311
Relações sociais através de <i>smartphones</i>	311
Cenário da realidade virtual	313
Capítulo 32 – Indústria cultural no Brasil	314
A internet no Brasil	319
Costurando as ideias	321
Leituras e propostas	322
Conexão de saberes	324

Unidade 9 – Religiões e religiosidades

Capítulo 33 – A diversidade religiosa no mundo	328
Origem das religiões e religiosidades	328
Religiões com origem na Índia e na China	330
Religiões com origem no Oriente Médio: monoteísmo	333
<i>New Age</i>	335
Cenário da diversidade religiosa	336
Capítulo 34 – Religião e Sociologia	337
Karl Marx: a religião como ópio do povo ou como realidade histórica	338

Émile Durkheim: a religião sem divindade	340
Max Weber: a racionalidade e a ética das religiões	342
Um sociólogo contemporâneo e a religião: Peter L. Berger	344
Um tema controverso: ciência e religião	345
Cenário da religião e Sociologia	347

Capítulo 35 – Religiões e religiosidades nas sociedades de hoje

Diversidade religiosa: respeito e coexistência	348
Religião: mídia e mercado ou mercantilização do sagrado	349
Religião e Estado: política e religião	351
Cenário das religiões e religiosidades hoje	354

Capítulo 36 – Religiões e religiosidades no Brasil

As religiões nativas ou dos povos indígenas	355
Candomblés: as manifestações religiosas de matriz africana negra	357
Catolicismos	359
Protestantismos	360
Espiritismo kardecista	361
Um caso à parte: a umbanda	362
Existe diversidade religiosa no Brasil?	363
Estado laico, religião e política no Brasil	367
Costurando as ideias	368
Leituras e propostas	369
Conexão de saberes	372

Apêndice: História da Sociologia

Novas formas de pensar a sociedade	375
A consolidação da sociedade capitalista e a ciência da sociedade	377
Desenvolvimento da Sociologia	380
A Sociologia no Brasil	390
Referências bibliográficas	394

Manual do Professor – Orientações didáticas	401
--	-----

Sociologia: conhecendo a sociedade

Por que estudar as sociedades humanas? Não basta viver em sociedade? É possível conhecê-las cientificamente? A Sociologia serve para quê? Essas são perguntas que muitos alunos fazem sobre essa disciplina da estrutura curricular do ensino médio. Mas as perguntas não param aí.

O que se pode dizer, inicialmente, é que a Sociologia, assim como as demais ciências humanas (História, Ciência Política, Economia, Antropologia etc.), tem como objetivo compreender e explicar as permanências e as transformações que ocorrem nas sociedades humanas, e até indicar algumas pistas sobre os rumos das mudanças.

Os seres humanos buscam suprir suas necessidades básicas através dos tempos mediante a produção não só de alimentos, moradia e vestuário, mas também de normas, valores, costumes, relações de poder, arte e explicações sobre a vida e sobre as sociedades.

Portanto, viver em sociedade é participar dessa produção. Ao fazê-lo, a história dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais é efetivamente produzida. Por isso, a Sociologia tem uma estreita relação com a História. Basta dizer que precisamos de ambas para explicar a existência da própria Sociologia.

Mas qual é o campo de estudo da Sociologia? Ela procura entender os elementos essenciais do funcionamento de uma sociedade e também procura dar respostas (explicações e compreensão) a algumas questões:

- Por que as pessoas vivem, agem e pensam de uma forma e não de outra?
- Por que os relacionamentos entre as pessoas parecem padronizados?
- Por que existem formas diferentes de trabalho ontem e hoje?
- Por que existem tantas desigualdades nas sociedades humanas?
- Por que existem política e relações de poder na sociedade?
- Quais são os direitos humanos e o que significa cidadania?
- Por que existem movimentos sociais com interesses tão diversos?
- Por que as sociedades mudam e não ficam estáticas?
- O que é cultura? Por que existe tanta diversidade cultural?
- Qual é a relação entre cultura e ideologia? Como elas estão presentes nos meios de comunicação de massa?
- Por que existem tantas religiões e qual é a função delas na sociedade e na vida dos indivíduos?

A Sociologia ajuda a entender melhor essas e outras questões que envolvem o cotidiano, percorrendo problemas de caráter individual e coletivo, assim como temas relacionados com as sociedades próximas e distantes. O fundamental da Sociologia, porém, é fornecer conceitos e ferramentas para analisar as questões

sociais e individuais de um modo mais sistemático e consistente, indo além do senso comum.

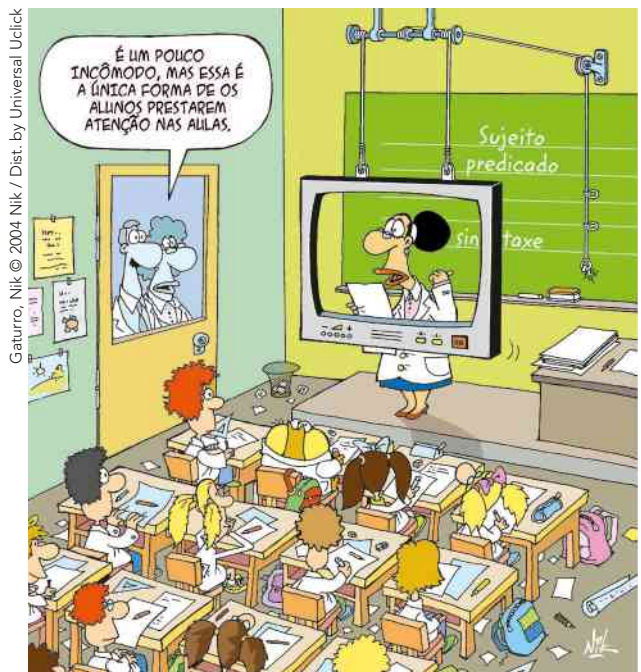
Como um conhecimento científico sobre a realidade social, a Sociologia visa estabelecer teorias, bem como confrontá-las com a realidade. Assim, se há preocupação com o modo como as pessoas vivem em sociedade, com as causas de tantas ocorrências difíceis de ser entendidas, a Sociologia pode e pretende ajudar nessa busca.

Segundo o sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962), a Sociologia contribui também para desenvolver a imaginação sociológica, isto é, a capacidade de analisar vivências cotidianas e estabelecer as relações entre elas e as situações mais amplas que condicionam e limitam a vida em sociedade, mas que também, algumas vezes, podem explicar o que acontece com a vida de cada um.

Para o sociólogo franco-argelino Pierre Bourdieu (1930-2002), a Sociologia incomoda muito quando se coloca numa posição crítica, porque, assim como outras ciências humanas, revela aspectos da sociedade que certos indivíduos ou grupos se empenham em ocultar. Se procuram impedir que determinados atos e fenômenos sejam conhecidos do público, de alguma forma o esclarecimento de tais fatos pode perturbar seus interesses ou mesmo concepções, explicações e convicções.

Outra preocupação da Sociologia é formar indivíduos autônomos, que pensam de modo independente. Ela contribui para que o indivíduo analise os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação (noticiários, novelas, programas diários, entrevistas – de autoridades, artistas, intelectuais etc.), perceba o que as mensagens de cada meio ocultam, forme a própria opinião e seja capaz de fazer um julgamento independente dos fatos. Além disso, a Sociologia pode desenvolver no indivíduo a capacidade de formular as próprias perguntas e assim alcançar um conhecimento mais preciso do mundo social. Esse último, aliás, talvez seja o objetivo mais importante a ser alcançado pela Sociologia.

Usando uma metáfora, pode-se dizer que o objetivo da Sociologia é desenvolver a sensibilidade dos indivíduos para que sejam capazes de ver e analisar, ao mesmo tempo, as pequenas árvores e a imensidão da floresta em suas mais íntimas e complexas relações.



Um dos objetivos da Sociologia é criar no indivíduo a capacidade crítica de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação. Pelo que é possível observar na charge de Nik, faz parte do cotidiano desses estudantes exercitar o senso crítico?

A produção social do conhecimento

Todo conhecimento se desenvolve socialmente. Se houver interesse em compreender como pensavam as pessoas de determinada época, é obrigatório saber em que meio social elas viveram, posto que o pensamento de um período da história é criado pelos indivíduos em grupos ou classes, reagindo e respondendo a situações históricas de seu tempo.

Se a questão for compreender por que indivíduos, grupos e classes pensam e se posicionam de determinada forma, por que explicam a sociedade deste ou daquele ponto de vista, será oportuno entender como os membros dessas sociedades se relacionam e se organizam para suprir suas necessidades fundamentais. Essas relações sociais envolvem ideias, normas, valores, costumes e tradições que, reunidos, permitem inferir por que as sociedades podem ser tão diversas entre si. A Sociologia possibilita compreender o processo de criação das diferentes instituições sociais, políticas e econômicas que garantem certa estabilidade social.

Na maioria das sociedades, há indivíduos e grupos que defendem a manutenção da situação existente, o *status quo*, porque atende a seus

interesses. Assim, procuram apoiar e desenvolver formas de explicação da realidade que justifiquem a necessidade de conservar a sociedade tal como está. Há, entretanto, pessoas e grupos que querem mudar a situação existente, pois não pensam que a sociedade à qual pertencem é boa para elas e para os outros. Tais pessoas procuram explicar a realidade social destacando os problemas e as possibilidades de mudança para uma forma de organização que assegure maior igualdade entre indivíduos e grupos.

Aqueles que querem manter a situação existente normalmente são os que detêm o poder na sociedade; aqueles que lutam para mudá-la em geral são os que estão em situação subalterna. Além do conflito nos campos político e econômico, há um conflito de ideias entre os diferentes grupos sociais. Mas as ideias e as formas de conhecimento nunca são radicalmente opostas; elas coincidem em alguns pontos e é isso que mantém aberta a possibilidade de diálogo.

A Sociologia é uma dessas formas de conhecimento, resultado das condições sociais, econômicas e políticas do momento em que surgiu. Ela nasceu em resposta à necessidade de explicar e entender as transformações que ocorreram nas sociedades ocidentais entre os séculos XVI e início do século XIX, decorrentes da emergência e do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Durante esse período, a produção que se concentrava no campo passou a se deslocar gradativamente para as cidades, onde começavam a se desenvolver as indústrias. Essa mudança desencadeou importantes transformações no modo de vida das diferentes classes sociais, afetando as relações familiares e de trabalho. Pouco a pouco, normas e valores se estruturaram em novas bases, o que estimulou o desenvolvimento de novas ideias.

No contexto do que se chama de Revolução Industrial, também ocorreram grandes transformações políticas, impulsionadas por movimentos como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Procurando entender essas transformações e mostrar caminhos para a resolução das questões sociais por elas gerados, muitos pensadores escreveram e divulgaram suas teorias sobre a sociedade anterior e a que estava se formando e atravessan-

do um momento de tantas incertezas. Criaram-se assim as bases sobre as quais a Sociologia viria a se desenvolver como ciência específica. Entre os pensadores que propagaram suas ideias de forma mais próxima ao pensamento sociológico, podem ser citados Saint-Simon (1760-1825), August Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), entre outros.

Entre o final do século XIX e início do século XX, os estudiosos que mais iriam influenciar o posterior desenvolvimento da Sociologia concentravam-se fundamentalmente em três países: França, Alemanha e Estados Unidos.

Na França, vários autores desenvolveram trabalhos sociológicos importantes, como Frédéric Le Play (1806-1882), René Worms (1869-1926) e Gabriel Tarde (1843-1904). O mais expressivo deles, porém, foi Émile Durkheim (1858-1917), que procurou sistematicamente definir o caráter científico da Sociologia, inaugurando uma corrente que por muito tempo seria hegemônica entre os sociólogos franceses.

Na Alemanha, destacaram-se os estudos sociológicos de George Simmel (1858-1918), Ferdinand Tönnies (1855-1936), Werner Sombart (1863-1941), Alfred Weber (1868-1958) e Max Weber (1864-1920), esse último o mais conhecido deles pela influência de sua obra.

Nos Estados Unidos, a Sociologia desenvolveu-se desde o final do século XIX e início do XX, principalmente nas universidades de Chicago, Colúmbia e Harvard. Muitos foram os sociólogos que se destacaram, como Robert E. Park (1864-1944) e George H. Mead (1863-1932). (No Apêndice, ao final deste livro, há uma exposição mais detalhada sobre a história da Sociologia.)

Esses pensadores – uma reduzida amostra de um gigantesco universo de homens e mulheres inquietos – estabeleceram um diálogo com as sociedades de seu tempo, jamais se contentando com as noções e explicações que até então eram dadas. Por isso, procuraram ultrapassar o senso comum e elaboraram conceitos e teorias sobre questões que a maioria das pessoas ignorava.

No decorrer do século XX, a Sociologia tornou-se uma disciplina mundialmente reconhecida. Os sociólogos estão presentes não só nas universidades, mas também nos meios de comunicação, discutindo questões específicas ou gerais que

envolvem a vida em sociedade. Os mais destacados, independentemente do país de origem, ministram cursos e conferências em centros universitários de todos os continentes e têm seus livros traduzidos em muitos idiomas.

No Brasil, a Sociologia tem alcançado uma visibilidade muito grande, tanto em universidades e centros de pesquisa quanto em órgãos públicos e privados que necessitam de dados e reflexões sobre as mais diferentes formas de organização social – além, é claro, das intervenções críticas habituais nos meios de comunicação de massa.

A pesquisa como fundamento do conhecimento sociológico

Na vida cotidiana é comum fazer pesquisas antes de adquirir alguma mercadoria, encontrar um endereço ou mesmo quando se busca informações sobre algum evento ou assunto. O estudo da Sociologia também requer pesquisas. Mas as pesquisas sociológicas, de cunho científico, exigem que procedimentos rigorosos sejam seguidos, o que é dispensável no caso de uma pesquisa corriqueira. Para que sejam consideradas científicas, as pesquisas sociológicas precisam necessariamente obedecer a um roteiro composto de algumas etapas, como: observação inicial, consolidação de um projeto de pesquisa, coleta de dados, análise desses dados e, posteriormente, interpretação dos dados.

Para tanto, mesmo no caso de uma pesquisa escolar, algumas técnicas devem ser usadas para realizar um bom trabalho. Seguem algumas:

- observação atenta e constante;
- pesquisa documental, quando for o caso;
- pesquisas nos meios de comunicação;
- entrevistas nas mais diversas formas;
- uso de estatísticas;
- pesquisa bibliográfica etc.

O conhecimento sociológico se desenvolveu com base em muitas pesquisas nas quais variadas técnicas foram reunidas. Não nasceu num passe de mágica, não é fruto da mente de iluminados. Sempre foi necessária muita imaginação, mas também muito esforço, isto é, muita transpiração.

Diversos pensadores que desenvolveram conceitos e teorias para explicar e compreender as sociedades em que viviam foram, acima de tudo, grandes pesquisadores. Isso significa afirmar que os autores desenvolveram investigações históricas,

documentais, bibliográficas, análises estatísticas e eram atentos observadores da realidade social de seu tempo. Tudo pode ser objeto de pesquisa para a Sociologia, desde os fenômenos mais simples até os mais complexos.

Para esclarecer, vamos dar um exemplo bem brasileiro do significado do rigor científico na Sociologia: o trabalho de Florestan Fernandes (1920-1995), considerado patrono dessa ciência no Brasil, que demonstra a diversidade e as possibilidades da pesquisa sociológica.

Nas décadas de 1940 e 1950, Florestan Fernandes desenvolveu pesquisas com foco nas mudanças sociais no Brasil e como isso ocorria na cidade de São Paulo. Para tanto, pesquisou o folclore paulistano e as brincadeiras das crianças no bairro do Bom Retiro. O resultado desse trabalho aparece no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, publicado em 1961.

Nesse período também pesquisou a sociedade tribal brasileira tupinambá, que resultou em dois livros: *Organização social dos Tupinambá*, de 1949, e *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de 1952.

Em 1959, publicou uma obra teórica fundamental para a compreensão e o ensino da Sociologia: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, na qual analisa a contribuição metodológica dos autores clássicos. Com a preocupação de explicar questões teóricas e históricas da Sociologia, na década de 1960, escreveu outros livros, frutos de leitura e pesquisa: *Ensaio de Sociologia geral e aplicada* (1960), *A Sociologia numa era de revolução social* (1976) e *Elementos de Sociologia teórica* (1970). Ainda sobre esse tema, publicou *A Sociologia no Brasil* (1977) e *A natureza sociológica da Sociologia* (1980).

A condição do negro na sociedade brasileira foi outro tema abordado, fruto inicialmente de uma pesquisa feita em conjunto com o sociólogo francês Roger Bastide, na década de 1950, que resultou no livro *Branco e negros em São Paulo* (1958). Nas décadas seguintes retornou a esse tema com os livros *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) e *O negro no mundo dos brancos* (1972).

A educação foi também uma das suas preocupações, sobre a qual produziu uma série de artigos e dois livros: *Educação e sociedade no Brasil* (1966) e *A universidade brasileira: reforma ou revolução* (1975).

Sobre as questões políticas de seu tempo, vinculadas às classes sociais e às possibilidades de mudança social, escreveu nas décadas de 1970 e 1980: *A revolução burguesa no Brasil: uma interpretação sociológica* (1975), *Circuito fechado: ensaios sobre o "poder institucional"* (1976), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979), *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"* (1979), *Brasil: em compasso de espera* (1980), *Movimento socialista e partidos políticos* (1980), *Poder e contrapoder na América Latina* (1981) e *A ditadura em questão* (1982).

Hoje a Sociologia desenvolve-se através do trabalho realizado por sociólogos que utilizam

as mais variadas técnicas de pesquisa, sobre os mais diversos temas e a partir de visões teóricas distintas, resultando em interpretações diferentes sobre o mesmo fenômeno social. Essa é a riqueza da Sociologia.

Aprender a pensar sociologicamente é fazer pesquisas, mesmo pequenas. Ao longo deste livro, serão feitas indicações de temas para pesquisa e espera-se que a integração em sala de aula provoque indagações, indignações e grandes reflexões e que signifiquem um pontapé inicial para as transformações de que tanto necessita o mundo contemporâneo.

Quando crescer vou ser... sociólogo!

Na colmeia, cada abelha tem uma função. A rainha põe os ovos que irão gerar operárias e zangões. As operárias são comandadas pela rainha e constroem os favos do ninho, fazem sua limpeza e alimentam as larvas. Já os zangões vivem apenas o tempo de fecundar a rainha. Mas como sabemos disso tudo? Não foi uma abelha que contou! Essas informações são descobertas por pesquisadores que vivem observando a natureza. Graças à curiosidade deles é possível saber como diversos animais se organizam e se relacionam, o que comem, qual a função de cada membro dentro do seu grupo... Enfim, muitos pesquisadores estudam a vida animal, mas será que alguém estuda a vida dos homens?

Sim, e esta tarefa cabe ao sociólogo! Ele estuda a sociedade, mais precisamente a sociedade humana, ou seja, um grupo de pessoas que vive no mesmo espaço e segue as mesmas regras. De acordo com sua área de interesse, ele pode analisar a sociedade brasileira ou a de outro país, ou ainda diferentes grupos dentro de uma sociedade: índios, mulheres, crianças, e por aí vai. A cada grupo que estuda, destaca como seus membros se relacionam, quais são suas diferenças, seus problemas, em que acreditam, o que consomem e como se organizam. Conhecer os costumes de cada grupo é o primeiro passo para compreender seu modo de vida e a sociedade humana de maneira geral.

Com esse objetivo, o sociólogo também faz trabalhos de campo, ou seja, vai até onde seu objeto de estudo está. [...]

O que não falta é tema para ser analisado pelo sociólogo. Ele estuda instituições como a escola, a família, a Igreja, o governo e até fenômenos sociais como a pobreza e a violência. A intenção é sempre a mesma: entender o comportamento do homem em sociedade e acompanhar sua transformação com o passar do tempo. Assim como os temas de estudo, os locais de trabalho também variam. [...] Mas depois de entrevistas e pesquisas, como as informações conseguidas pelo sociólogo são utilizadas nesses tais projetos específicos em que ele trabalha?

Para saber, é só prestar atenção em um exemplo prático. Kátia Sento Sé Mello, por exemplo, é professora de Sociologia da Faculdade Hélio Alonso (Facha-RJ), pesquisadora do NECCVU e também participa do projeto de criação de um curso para formar a Guarda Municipal de uma cidade. Neste trabalho, ela entrevistou guardas municipais e autoridades da Secretaria de Segurança Pública para saber o que eles esperavam do curso. O trabalho não parou por aí! Após analisar essas informações e fazer muita pesquisa em livros, foram selecionadas as disciplinas mais importantes a serem ensinadas no curso em questão. Viu só? O conhecimento das pessoas envolvidas teve grande utilidade nesse caso.

Quer ver outro exemplo? Imagine que uma empresa pretende lançar um produto qualquer e contrata um sociólogo. O que ele pode fazer? Ora, se o sociólogo conhece os costumes e os gostos da população local, pode, nesse caso,

contribuir para que o produto lançado atenda às necessidades da população.

E será que basta gostar de fazer pesquisas, entrevistar pessoas e – pronto! – temos um sociólogo? Nem sempre. [...] O bom profissional também quer contribuir para a melhoria das condições humanas, é contra a injustiça e trabalha bastante. Kátia Mello também dá sua dica: “Quem pretende ser sociólogo deve acreditar que o conhecimento auxilia a transformação das pessoas”.

[...] E a vontade de mudar o mundo, ainda existe? [...] Kátia completa: “Continuo achando que é possível mudar o mundo, mas com esclarecimento”. Está dado o recado! Se você sente o mesmo [...], quem sabe não vai ser sociólogo quando crescer?!?

MARTINS, Elisa. *Ciência Hoje das Crianças*. Rio de Janeiro, n. 129, out. 2002.

Sugestões de filme e sites

Uma história de amor e fúria (Brasil, 2013). Direção: Luís Bolognesi.

Animação brasileira impecavelmente produzida, *Uma história de amor e fúria* aponta três diferentes momentos da realidade histórica do país – a colonização portuguesa nos séculos XVI e XVII, a Balaiada (1838-1841) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) – através do olhar de uma personagem que voa no tempo e se faz protagonista desses episódios, representando a vida e os sentimentos daqueles que foram silenciados e vencidos. No fim, num ambiente futurista, a questão será descobrir como exercitar a imaginação sociológica e nunca permitir que a memória entre indivíduos comuns e histórias suntuosas se percam. Um filme feito com um toque de classe do melhor do saber sociológico.

Seguem alguns endereços de sites e blogs que tratam de modo diverso as possibilidades de análises da Sociologia e das Ciências Sociais. Neles poderão ser encontrados textos, comentários, dicas, enfim, uma variedade de exemplos de como se pode utilizar a Sociologia no dia a dia. Acessos em: 3 dez. 2015.

- *Acessa Sociologia* <<http://acessasociologia.zip.net/>>;
- *Blog de Ricardo Festi* <<http://ricardofesti.blogspot.com.br/>>;
- *Caderno de Sociologia* <<http://cadernosociologia.blogspot.com.br/>>;
- *Café com Sociologia* <<http://www.cafecomsociologia.com/>>;
- *Ciência Social Ceará* <<http://cienciasocialceara.blogspot.com/>>;
- *Círculo brasileiro de Sociologia* <<http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com/>>;
- *Dicionário de Sociologia* <<http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/>>;

- *Ensino de Sociologia* <<https://ensinosociologia.milhara.org/>>;
- *Fato sociológico* <<http://fatosociologico.blogspot.com.br/>>;
- *Mangue sociológico* <<http://manguevirtual.blogspot.com/>>;
- *Mutirão de Sociologia* <<http://www.mutiraodesociologia.com.br/>>;
- *Oficina sociológica* <<http://oficina-sociologica.blogspot.com.br/>>;
- *Socio(lizando)* <<http://sociolizando.wordpress.com/>>;
- *Sociologia em rede* <<http://sociologia-em-rede.blogspot.com.br/>>;
- *Sociologia em teste* <<http://sociologiaemteste.blogspot.com/>>;
- *Sociologia em xeque* <<http://vestibularsociologiablogpot.com/>>;
- *Sociologia extreme* <<http://sociologiaextreme.blogspot.com/>>;
- *Sociologia na rede* <<http://www.cienciasociaisnarede.blogspot.com/>>;



Cartaz de divulgação do filme *Uma história de amor e fúria*.

Uma História de Amor e Fúria. Direção: Luís Bolognesi, 2013. Brasil/Buriti Filmes/Gullane/Europa Filmes

Sociologia para o ensino médio – Volume único (Ensino Médio)
© Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi, 2016

Direitos desta edição: Saraiva Educação Ltda., São Paulo, 2016
Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tomazi, Nelson Dacio
Sociologia para o ensino médio : volume único /
Nelson Dacio Tomazi, Marco Antonio Rossi. --
5. ed. -- São Paulo : Saraiva, 2016.

Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0523-2 (aluno)
ISBN 978-85-472-0524-9 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio) I. Rossi, Marco
Antonio. II. Título.

16-03582

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301



*Detalhe do interior
do Reichstag
Dome, em Berlim,
Alemanha, construído
para simbolizar a
reunificação do país.
Fotografia de 2014.*

Diretora editorial	Lidiane Vivaldini Olo
Gerente editorial	Luiz Tonolli
Editor responsável	Gláucia Teixeira M. T.
Editor	Luciana Abud
Gerente de produção editorial	Ricardo de Gan Braga
Gerente de revisão	Hélia de Jesus Gonsaga
Coordenador de revisão	Camila Christi Gazzani
Revisores	Cesar G. Sacramento, Diego Carbone, Larissa Vazquez, Luciana Azevedo
Produtor editorial	Roseli Said
Supervisor de iconografia	Sílvio Kligin
Coordenador de iconografia	Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica	Thiago Fontana, Etoile Shaw, Iron Mantovanello, Mariana Valeiro
Licenciamento de textos	Erica Brambila, Paula Claro
Coordenador de artes	José Maria de Oliveira
Capa	Carlos Magno, com imagem de David Crespo, Moment Editorial, Getty Images
Design	Debora Barbieri
Edição de arte	Carlos Magno
Diagramação	Débora Jóia
Assistente	Bárbara de Souza
Ilustrações	Dawidson França e Luigi Rocco
Infográficos	Alex Argozino, Alex Silva e Everton Silva Prudêncio
Cartografia	Mário Yoshida, Portal dos Mapas, Sidnei Moura, Sonia Vaz
Tratamento de imagens	Emerson de Lima
Protótipos	Magali Prado
732807.005.001	Impressão e acabamento

O material de publicidade e propaganda reproduzido nesta obra está sendo utilizado apenas para fins didáticos, não representando qualquer tipo de recomendação de produtos ou empresas por parte do(s) autor(es) e da editora.



**Editora
Saraiva**

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1ª andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

apresentação

Caros alunos

Neste livro procuramos apresentar o conhecimento sociológico de modo muito específico e o mais claro possível para o jovem estudante do ensino médio. Em sua elaboração, orientamo-nos por duas preocupações centrais: permitir aos estudantes a compreensão da realidade social como uma totalidade concreta, diversa, conflituosa e contraditória – mas nem por isso fragmentária – e oferecer ao professor elementos teóricos e sugestões que possibilitassem incentivar a classe a desenvolver uma reflexão crítica sobre a sociedade.

Para isso, sempre que possível, abordaremos os temas da Sociologia com base na realidade do aluno, isto é, examinando como o trabalho, as classes sociais, a política, o Estado, a cultura e a ideologia se manifestam em seu cotidiano.

Esperamos que, tomando como base as vivências do dia a dia, vocês construam uma visão da realidade econômica, política, social e cultural e apreendam conceitos que possam explicar a realidade. Nosso objetivo com este livro é ajudá-los a desenvolver asas e raízes, imaginação e fundamentos para atuar na construção de uma sociedade diversa, autônoma, emancipada e emancipadora.

Os autores

sumário

INTRODUÇÃO

Sociologia: conhecendo a sociedade	8
A produção social do conhecimento	9
A pesquisa como fundamento do conhecimento sociológico.	11
Sugestões de filme e sites.	13

UNIDADE 1 – Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade

Capítulo 1 – A história, a sociedade e os indivíduos	16
As escolhas humanas, seus limites e repercussões.	17
Das questões individuais às questões sociais.	18
Cenário da sociabilidade cotidiana	19
Capítulo 2 – Socialização: como fazer parte de uma sociedade	20
O que a todos é comum.	20
As diferenças no processo de socialização	22
O espaço privado e o espaço público	23
Cenário da socialização contemporânea	24
Capítulo 3 – A Sociologia e a sociedade dos indivíduos.	25
Karl Marx, os indivíduos e as classes sociais	25
Émile Durkheim, as instituições e o indivíduo.	27
Max Weber, o indivíduo e a ação social	28
Norbert Elias e Pierre Bourdieu: a sociedade dos indivíduos.	30
Cenário da sociabilidade contemporânea	34
Capítulo 4 – Identidade: quem é o quê?	35
A construção social das identidades	35
Identidades hoje	37
Cenário da socialização e identidade	38
Costurando as ideias	39
Leituras e propostas.	40
Conexão de saberes	42

UNIDADE 2 – Trabalho e produção da vida em sociedade

Capítulo 5 – Trabalho e produção nas diferentes sociedades.	46
A produção nas sociedades tribais	46
O trabalho na Europa antiga e medieval	47
As bases do trabalho na sociedade moderna	49
Cenários do mundo do trabalho	53
Capítulo 6 – Trabalho e produção na sociedade capitalista	54
Karl Marx e a divisão social do trabalho	54
Émile Durkheim: a divisão do trabalho social e a solidariedade	57
Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho	58
Cenário do trabalho no capitalismo	61
Capítulo 7 – As transformações recentes no mundo do trabalho	62
Automação e flexibilização do trabalho	63
A precarização das condições de trabalho	63
Cenário do trabalho no mundo de hoje	66
Capítulo 8 – A questão do trabalho no Brasil	67
No passado: o trabalho escravo.	67
Hoje: o trabalho análogo à escravidão	68
Trabalho no campo: da atividade de subsistência ao trabalho mecanizado	69
Trabalho nas cidades.	71
A situação do trabalho nos últimos 50 anos	72
O trabalho que não aparece.	74
Emprego e qualificação	75
Cenário do trabalho no Brasil	76
Costurando as ideias	77
Leituras e propostas.	78
Conexão de saberes	80

UNIDADE 3 – Desigualdades e vida social

Capítulo 9 – Estrutura social e estratificação	84
---	----

As sociedades organizadas em castas	85
As sociedades organizadas por estamentos	86
Pobreza: condição de nascença, desgraça, destino...	89
Cenários das desigualdades: castas e estamentos	90
Capítulo 10 – As classes sociais na sociedade capitalista	91
Estratificação e mobilidade	91
A desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista.	92
Desigualdades de riqueza, prestígio e poder	94
Oportunidades e estratificação	95
Cenário das desigualdades de classes sociais	97
Capítulo 11 – As desigualdades nas sociedades contemporâneas	98
Desigualdades vitais	98
Desigualdades existenciais	99
Desigualdades de recursos	100
Cenário das desigualdades nas sociedades contemporâneas.	102
Capítulo 12 – As desigualdades sociais no Brasil	103
As explicações para a desigualdade	104
As desigualdades no Brasil nos últimos 50 anos: renda, cor e gênero	108
Cenário das desigualdades no Brasil.	114
Costurando as ideias	115
Leituras e propostas.	116
Conexão de saberes	118

Unidade 4 – Poder, política e Estado

Capítulo 13 – Poder, Estado moderno e democracia.	122
As primeiras formas de Estado	122
As formas de Estados no século XX.	124
O Estado no século XXI	128
Cenários do Estado moderno	129
Capítulo 14 – A Sociologia, o poder e a democracia	130
As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado	130

Democracia representativa e revolução democrática	135
Aspectos institucionais da democracia	136
Cenário do poder e da democracia	140
Capítulo 15 – Poder, política e Estado no Brasil	141
○ Estado imperial escravista (1822-1889).	141
○ Estado republicano	142
○ Estado oligárquico (1889-1930).	143
A República varguista (1930-1945).	144
República democrática entre ditaduras (1945-1964)	147
A ditadura civil-militar (1964-1985)	150
○ Estado brasileiro nos últimos anos: retorno à democracia	153
○ Estado neoliberal no Brasil	154
Estado social-desenvolvimentista	154
Cenário do Estado no Brasil	156
Capítulo 16 – Poder e democracia no Brasil	157
A luta por direitos e a participação política	157
Reflexões sobre o Estado e a democracia no Brasil.	162
A despolitização e a economia como foco	165
Cenário da política no Brasil.	166
Costurando as ideias	167
Leituras e propostas.	168
Conexão de saberes	170

UNIDADE 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais

Capítulo 17 – Direitos e cidadania.	174
Direitos para todos?	175
Direitos civis, políticos e sociais	177
Cidadania hoje	178
Cenário dos direitos e da cidadania	181
Capítulo 18 – Os movimentos sociais	182
Confrontos e parcerias.	182
O recurso da greve.	183
Os movimentos sociais contemporâneos.	185
Cenário de movimentos sociais	190

Capítulo 19 – Direitos e cidadania no Brasil	191
Uma sociedade com direitos para poucos	191
Cidadania hoje	194
Cenários dos direitos e da cidadania no Brasil	195
Capítulo 20 – Os movimentos sociais no Brasil	196
Movimentos dos povos indígenas	196
Movimento negro	198
Movimentos sociais rurais	202
Movimentos sociais urbanos	205
Movimentos culturais	207
Movimentos ligados ao mundo do trabalho	209
Movimentos civis e militares	211
Movimentos sociais contra as discriminações.	215
Movimentos sociais recentes: politização e despolitização	217
Cenário dos movimentos sociais no Brasil.	220
Costurando as ideias	221
Leituras e propostas.	222
Conexão de saberes	224

UNIDADE 6 – Mudança e transformação social

Capítulo 21 – Mudanças, revoluções e suas implicações.	228
A Revolução Agrícola	228
A Revolução Industrial	229
As revoluções contemporâneas	231
Capítulo 22 – Transformações sociais e políticas.	234
Transformações lentas e graduais	235
Revoluções e movimentos anticoloniais	237
Revoluções radicais e populares	239
Revoluções políticas no século XX	239
E o que vem pela frente?	242
Cenário das mudanças hoje	244

Capítulo 23 – Mudança social e Sociologia	245
A mudança social para os clássicos da Sociologia	245
Outras análises sociológicas sobre a mudança social	250
Cenário da mudança social nos séculos XIX e XX.	255
Capítulo 24 – As mudanças sociais no Brasil	256
Dois “revoluções” no Brasil no século XX	257
Mudanças nos últimos anos	261
Cenário da mudança social no Brasil	262
Costurando as ideias	263
Leituras e propostas.	264
Conexão de saberes	266

UNIDADE 7 – Cultura: unidade e diversidade cultural

Capítulo 25 – Entendendo a cultura no plural	270
Antropologicamente falando...	271
Cenário da cultura	274
Capítulo 26 – Cultura: a unidade na diversidade	275
Trocas culturais e culturas híbridas	276
Cenário da diversidade cultural	279
Capítulo 27 – Os sentidos do outro	280
O etnocentrismo	280
Os preconceitos	282
A cultura é de todos	283
Cenário da diversidade cultural: etnocentrismo e preconceito	285
Capítulo 28 – Unidade e diversidade cultural no Brasil	286
A pluralidade da cultura brasileira	286
Brasil, uma cultura-nação	288
Costurando as ideias	290
Leituras e propostas.	291
Conexão de saberes	294

UNIDADE 8 – Ideologia e indústria cultural

Capítulo 29 – A ideologia: usos e atribuições	298
A ideologia no cotidiano	300
Cenário da ideologia	302
Capítulo 30 – A indústria cultural e a difusão de ideologias	303
A indústria cultural e a vida cotidiana	306
Sem saída?	308
Cenário da indústria cultural e da difusão ideológica	309
Capítulo 31 – A internet e as novas formas de sociabilidade	310
A leitura e a escrita digitais	311
Relações sociais através de <i>smartphones</i>	311
Cenário da realidade virtual	313
Capítulo 32 – Indústria cultural no Brasil	314
A internet no Brasil	319
Costurando as ideias	321
Leituras e propostas	322
Conexão de saberes	324

Unidade 9 – Religiões e religiosidades

Capítulo 33 – A diversidade religiosa no mundo	328
Origem das religiões e religiosidades	328
Religiões com origem na Índia e na China	330
Religiões com origem no Oriente Médio: monoteísmo	333
<i>New Age</i>	335
Cenário da diversidade religiosa	336
Capítulo 34 – Religião e Sociologia	337
Karl Marx: a religião como ópio do povo ou como realidade histórica	338

Émile Durkheim: a religião sem divindade	340
Max Weber: a racionalidade e a ética das religiões	342
Um sociólogo contemporâneo e a religião: Peter L. Berger	344
Um tema controverso: ciência e religião	345
Cenário da religião e Sociologia	347

Capítulo 35 – Religiões e religiosidades nas sociedades de hoje

Diversidade religiosa: respeito e coexistência	348
Religião: mídia e mercado ou mercantilização do sagrado	349
Religião e Estado: política e religião	351
Cenário das religiões e religiosidades hoje	354

Capítulo 36 – Religiões e religiosidades no Brasil

As religiões nativas ou dos povos indígenas	355
Candomblés: as manifestações religiosas de matriz africana negra	357
Catolicismos	359
Protestantismos	360
Espiritismo kardecista	361
Um caso à parte: a umbanda	362
Existe diversidade religiosa no Brasil?	363
Estado laico, religião e política no Brasil	367
Costurando as ideias	368
Leituras e propostas	369
Conexão de saberes	372

Apêndice: História da Sociologia

Novas formas de pensar a sociedade	375
A consolidação da sociedade capitalista e a ciência da sociedade	377
Desenvolvimento da Sociologia	380
A Sociologia no Brasil	390
Referências bibliográficas	394

Manual do Professor – Orientações didáticas	401
--	-----

Sociologia: conhecendo a sociedade

Por que estudar as sociedades humanas? Não basta viver em sociedade? É possível conhecê-las cientificamente? A Sociologia serve para quê? Essas são perguntas que muitos alunos fazem sobre essa disciplina da estrutura curricular do ensino médio. Mas as perguntas não param aí.

O que se pode dizer, inicialmente, é que a Sociologia, assim como as demais ciências humanas (História, Ciência Política, Economia, Antropologia etc.), tem como objetivo compreender e explicar as permanências e as transformações que ocorrem nas sociedades humanas, e até indicar algumas pistas sobre os rumos das mudanças.

Os seres humanos buscam suprir suas necessidades básicas através dos tempos mediante a produção não só de alimentos, moradia e vestuário, mas também de normas, valores, costumes, relações de poder, arte e explicações sobre a vida e sobre as sociedades.

Portanto, viver em sociedade é participar dessa produção. Ao fazê-lo, a história dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais é efetivamente produzida. Por isso, a Sociologia tem uma estreita relação com a História. Basta dizer que precisamos de ambas para explicar a existência da própria Sociologia.

Mas qual é o campo de estudo da Sociologia? Ela procura entender os elementos essenciais do funcionamento de uma sociedade e também procura dar respostas (explicações e compreensão) a algumas questões:

- Por que as pessoas vivem, agem e pensam de uma forma e não de outra?
- Por que os relacionamentos entre as pessoas parecem padronizados?
- Por que existem formas diferentes de trabalho ontem e hoje?
- Por que existem tantas desigualdades nas sociedades humanas?
- Por que existem política e relações de poder na sociedade?
- Quais são os direitos humanos e o que significa cidadania?
- Por que existem movimentos sociais com interesses tão diversos?
- Por que as sociedades mudam e não ficam estáticas?
- O que é cultura? Por que existe tanta diversidade cultural?
- Qual é a relação entre cultura e ideologia? Como elas estão presentes nos meios de comunicação de massa?
- Por que existem tantas religiões e qual é a função delas na sociedade e na vida dos indivíduos?

A Sociologia ajuda a entender melhor essas e outras questões que envolvem o cotidiano, percorrendo problemas de caráter individual e coletivo, assim como temas relacionados com as sociedades próximas e distantes. O fundamental da Sociologia, porém, é fornecer conceitos e ferramentas para analisar as questões

sociais e individuais de um modo mais sistemático e consistente, indo além do senso comum.

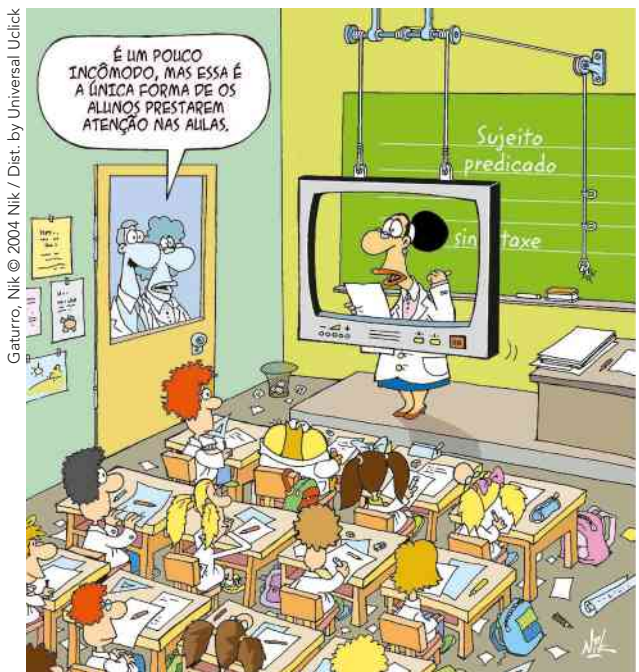
Como um conhecimento científico sobre a realidade social, a Sociologia visa estabelecer teorias, bem como confrontá-las com a realidade. Assim, se há preocupação com o modo como as pessoas vivem em sociedade, com as causas de tantas ocorrências difíceis de ser entendidas, a Sociologia pode e pretende ajudar nessa busca.

Segundo o sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962), a Sociologia contribui também para desenvolver a imaginação sociológica, isto é, a capacidade de analisar vivências cotidianas e estabelecer as relações entre elas e as situações mais amplas que condicionam e limitam a vida em sociedade, mas que também, algumas vezes, podem explicar o que acontece com a vida de cada um.

Para o sociólogo franco-argelino Pierre Bourdieu (1930-2002), a Sociologia incomoda muito quando se coloca numa posição crítica, porque, assim como outras ciências humanas, revela aspectos da sociedade que certos indivíduos ou grupos se empenham em ocultar. Se procuram impedir que determinados atos e fenômenos sejam conhecidos do público, de alguma forma o esclarecimento de tais fatos pode perturbar seus interesses ou mesmo concepções, explicações e convicções.

Outra preocupação da Sociologia é formar indivíduos autônomos, que pensam de modo independente. Ela contribui para que o indivíduo analise os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação (noticiários, novelas, programas diários, entrevistas – de autoridades, artistas, intelectuais etc.), perceba o que as mensagens de cada meio ocultam, forme a própria opinião e seja capaz de fazer um julgamento independente dos fatos. Além disso, a Sociologia pode desenvolver no indivíduo a capacidade de formular as próprias perguntas e assim alcançar um conhecimento mais preciso do mundo social. Esse último, aliás, talvez seja o objetivo mais importante a ser alcançado pela Sociologia.

Usando uma metáfora, pode-se dizer que o objetivo da Sociologia é desenvolver a sensibilidade dos indivíduos para que sejam capazes de ver e analisar, ao mesmo tempo, as pequenas árvores e a imensidão da floresta em suas mais íntimas e complexas relações.



Gaturro, NIK © 2004 Nik / Dist. by Universal Uclick

Um dos objetivos da Sociologia é criar no indivíduo a capacidade crítica de análise do que é veiculado pelos meios de comunicação. Pelo que é possível observar na charge de Nik, faz parte do cotidiano desses estudantes exercitar o senso crítico?

A produção social do conhecimento

Todo conhecimento se desenvolve socialmente. Se houver interesse em compreender como pensavam as pessoas de determinada época, é obrigatório saber em que meio social elas viveram, posto que o pensamento de um período da história é criado pelos indivíduos em grupos ou classes, reagindo e respondendo a situações históricas de seu tempo.

Se a questão for compreender por que indivíduos, grupos e classes pensam e se posicionam de determinada forma, por que explicam a sociedade deste ou daquele ponto de vista, será oportuno entender como os membros dessas sociedades se relacionam e se organizam para suprir suas necessidades fundamentais. Essas relações sociais envolvem ideias, normas, valores, costumes e tradições que, reunidos, permitem inferir por que as sociedades podem ser tão diversas entre si. A Sociologia possibilita compreender o processo de criação das diferentes instituições sociais, políticas e econômicas que garantem certa estabilidade social.

Na maioria das sociedades, há indivíduos e grupos que defendem a manutenção da situação existente, o *status quo*, porque atende a seus

interesses. Assim, procuram apoiar e desenvolver formas de explicação da realidade que justifiquem a necessidade de conservar a sociedade tal como está. Há, entretanto, pessoas e grupos que querem mudar a situação existente, pois não pensam que a sociedade à qual pertencem é boa para elas e para os outros. Tais pessoas procuram explicar a realidade social destacando os problemas e as possibilidades de mudança para uma forma de organização que assegure maior igualdade entre indivíduos e grupos.

Aqueles que querem manter a situação existente normalmente são os que detêm o poder na sociedade; aqueles que lutam para mudá-la em geral são os que estão em situação subalterna. Além do conflito nos campos político e econômico, há um conflito de ideias entre os diferentes grupos sociais. Mas as ideias e as formas de conhecimento nunca são radicalmente opostas; elas coincidem em alguns pontos e é isso que mantém aberta a possibilidade de diálogo.

A Sociologia é uma dessas formas de conhecimento, resultado das condições sociais, econômicas e políticas do momento em que surgiu. Ela nasceu em resposta à necessidade de explicar e entender as transformações que ocorreram nas sociedades ocidentais entre os séculos XVI e início do século XIX, decorrentes da emergência e do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Durante esse período, a produção que se concentrava no campo passou a se deslocar gradativamente para as cidades, onde começavam a se desenvolver as indústrias. Essa mudança desencadeou importantes transformações no modo de vida das diferentes classes sociais, afetando as relações familiares e de trabalho. Pouco a pouco, normas e valores se estruturaram em novas bases, o que estimulou o desenvolvimento de novas ideias.

No contexto do que se chama de Revolução Industrial, também ocorreram grandes transformações políticas, impulsionadas por movimentos como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Procurando entender essas transformações e mostrar caminhos para a resolução das questões sociais por elas gerados, muitos pensadores escreveram e divulgaram suas teorias sobre a sociedade anterior e a que estava se formando e atravessan-

do um momento de tantas incertezas. Criaram-se assim as bases sobre as quais a Sociologia viria a se desenvolver como ciência específica. Entre os pensadores que propagaram suas ideias de forma mais próxima ao pensamento sociológico, podem ser citados Saint-Simon (1760-1825), August Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883), entre outros.

Entre o final do século XIX e início do século XX, os estudiosos que mais iriam influenciar o posterior desenvolvimento da Sociologia concentravam-se fundamentalmente em três países: França, Alemanha e Estados Unidos.

Na França, vários autores desenvolveram trabalhos sociológicos importantes, como Frédéric Le Play (1806-1882), René Worms (1869-1926) e Gabriel Tarde (1843-1904). O mais expressivo deles, porém, foi Émile Durkheim (1858-1917), que procurou sistematicamente definir o caráter científico da Sociologia, inaugurando uma corrente que por muito tempo seria hegemônica entre os sociólogos franceses.

Na Alemanha, destacaram-se os estudos sociológicos de George Simmel (1858-1918), Ferdinand Tönnies (1855-1936), Werner Sombart (1863-1941), Alfred Weber (1868-1958) e Max Weber (1864-1920), esse último o mais conhecido deles pela influência de sua obra.

Nos Estados Unidos, a Sociologia desenvolveu-se desde o final do século XIX e início do XX, principalmente nas universidades de Chicago, Colúmbia e Harvard. Muitos foram os sociólogos que se destacaram, como Robert E. Park (1864-1944) e George H. Mead (1863-1932). (No Apêndice, ao final deste livro, há uma exposição mais detalhada sobre a história da Sociologia.)

Esses pensadores – uma reduzida amostra de um gigantesco universo de homens e mulheres inquietos – estabeleceram um diálogo com as sociedades de seu tempo, jamais se contentando com as noções e explicações que até então eram dadas. Por isso, procuraram ultrapassar o senso comum e elaboraram conceitos e teorias sobre questões que a maioria das pessoas ignorava.

No decorrer do século XX, a Sociologia tornou-se uma disciplina mundialmente reconhecida. Os sociólogos estão presentes não só nas universidades, mas também nos meios de comunicação, discutindo questões específicas ou gerais que

envolvem a vida em sociedade. Os mais destacados, independentemente do país de origem, ministram cursos e conferências em centros universitários de todos os continentes e têm seus livros traduzidos em muitos idiomas.

No Brasil, a Sociologia tem alcançado uma visibilidade muito grande, tanto em universidades e centros de pesquisa quanto em órgãos públicos e privados que necessitam de dados e reflexões sobre as mais diferentes formas de organização social – além, é claro, das intervenções críticas habituais nos meios de comunicação de massa.

A pesquisa como fundamento do conhecimento sociológico

Na vida cotidiana é comum fazer pesquisas antes de adquirir alguma mercadoria, encontrar um endereço ou mesmo quando se busca informações sobre algum evento ou assunto. O estudo da Sociologia também requer pesquisas. Mas as pesquisas sociológicas, de cunho científico, exigem que procedimentos rigorosos sejam seguidos, o que é dispensável no caso de uma pesquisa corriqueira. Para que sejam consideradas científicas, as pesquisas sociológicas precisam necessariamente obedecer a um roteiro composto de algumas etapas, como: observação inicial, consolidação de um projeto de pesquisa, coleta de dados, análise desses dados e, posteriormente, interpretação dos dados.

Para tanto, mesmo no caso de uma pesquisa escolar, algumas técnicas devem ser usadas para realizar um bom trabalho. Seguem algumas:

- observação atenta e constante;
- pesquisa documental, quando for o caso;
- pesquisas nos meios de comunicação;
- entrevistas nas mais diversas formas;
- uso de estatísticas;
- pesquisa bibliográfica etc.

O conhecimento sociológico se desenvolveu com base em muitas pesquisas nas quais variadas técnicas foram reunidas. Não nasceu num passe de mágica, não é fruto da mente de iluminados. Sempre foi necessária muita imaginação, mas também muito esforço, isto é, muita transpiração.

Diversos pensadores que desenvolveram conceitos e teorias para explicar e compreender as sociedades em que viviam foram, acima de tudo, grandes pesquisadores. Isso significa afirmar que os autores desenvolveram investigações históricas,

documentais, bibliográficas, análises estatísticas e eram atentos observadores da realidade social de seu tempo. Tudo pode ser objeto de pesquisa para a Sociologia, desde os fenômenos mais simples até os mais complexos.

Para esclarecer, vamos dar um exemplo bem brasileiro do significado do rigor científico na Sociologia: o trabalho de Florestan Fernandes (1920-1995), considerado patrono dessa ciência no Brasil, que demonstra a diversidade e as possibilidades da pesquisa sociológica.

Nas décadas de 1940 e 1950, Florestan Fernandes desenvolveu pesquisas com foco nas mudanças sociais no Brasil e como isso ocorria na cidade de São Paulo. Para tanto, pesquisou o folclore paulistano e as brincadeiras das crianças no bairro do Bom Retiro. O resultado desse trabalho aparece no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, publicado em 1961.

Nesse período também pesquisou a sociedade tribal brasileira tupinambá, que resultou em dois livros: *Organização social dos Tupinambá*, de 1949, e *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de 1952.

Em 1959, publicou uma obra teórica fundamental para a compreensão e o ensino da Sociologia: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, na qual analisa a contribuição metodológica dos autores clássicos. Com a preocupação de explicar questões teóricas e históricas da Sociologia, na década de 1960, escreveu outros livros, frutos de leitura e pesquisa: *Ensaio de Sociologia geral e aplicada* (1960), *A Sociologia numa era de revolução social* (1976) e *Elementos de Sociologia teórica* (1970). Ainda sobre esse tema, publicou *A Sociologia no Brasil* (1977) e *A natureza sociológica da Sociologia* (1980).

A condição do negro na sociedade brasileira foi outro tema abordado, fruto inicialmente de uma pesquisa feita em conjunto com o sociólogo francês Roger Bastide, na década de 1950, que resultou no livro *Branco e negros em São Paulo* (1958). Nas décadas seguintes retornou a esse tema com os livros *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) e *O negro no mundo dos brancos* (1972).

A educação foi também uma das suas preocupações, sobre a qual produziu uma série de artigos e dois livros: *Educação e sociedade no Brasil* (1966) e *A universidade brasileira: reforma ou revolução* (1975).

Sobre as questões políticas de seu tempo, vinculadas às classes sociais e às possibilidades de mudança social, escreveu nas décadas de 1970 e 1980: *A revolução burguesa no Brasil: uma interpretação sociológica* (1975), *Circuito fechado: ensaios sobre o "poder institucional"* (1976), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979), *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"* (1979), *Brasil: em compasso de espera* (1980), *Movimento socialista e partidos políticos* (1980), *Poder e contrapoder na América Latina* (1981) e *A ditadura em questão* (1982).

Hoje a Sociologia desenvolve-se através do trabalho realizado por sociólogos que utilizam

as mais variadas técnicas de pesquisa, sobre os mais diversos temas e a partir de visões teóricas distintas, resultando em interpretações diferentes sobre o mesmo fenômeno social. Essa é a riqueza da Sociologia.

Aprender a pensar sociologicamente é fazer pesquisas, mesmo pequenas. Ao longo deste livro, serão feitas indicações de temas para pesquisa e espera-se que a integração em sala de aula provoque indagações, indignações e grandes reflexões e que signifiquem um pontapé inicial para as transformações de que tanto necessita o mundo contemporâneo.

Quando crescer vou ser... sociólogo!

Na colmeia, cada abelha tem uma função. A rainha põe os ovos que irão gerar operárias e zangões. As operárias são comandadas pela rainha e constroem os favos do ninho, fazem sua limpeza e alimentam as larvas. Já os zangões vivem apenas o tempo de fecundar a rainha. Mas como sabemos disso tudo? Não foi uma abelha que contou! Essas informações são descobertas por pesquisadores que vivem observando a natureza. Graças à curiosidade deles é possível saber como diversos animais se organizam e se relacionam, o que comem, qual a função de cada membro dentro do seu grupo... Enfim, muitos pesquisadores estudam a vida animal, mas será que alguém estuda a vida dos homens?

Sim, e esta tarefa cabe ao sociólogo! Ele estuda a sociedade, mais precisamente a sociedade humana, ou seja, um grupo de pessoas que vive no mesmo espaço e segue as mesmas regras. De acordo com sua área de interesse, ele pode analisar a sociedade brasileira ou a de outro país, ou ainda diferentes grupos dentro de uma sociedade: índios, mulheres, crianças, e por aí vai. A cada grupo que estuda, destaca como seus membros se relacionam, quais são suas diferenças, seus problemas, em que acreditam, o que consomem e como se organizam. Conhecer os costumes de cada grupo é o primeiro passo para compreender seu modo de vida e a sociedade humana de maneira geral.

Com esse objetivo, o sociólogo também faz trabalhos de campo, ou seja, vai até onde seu objeto de estudo está. [...]

O que não falta é tema para ser analisado pelo sociólogo. Ele estuda instituições como a escola, a família, a Igreja, o governo e até fenômenos sociais como a pobreza e a violência. A intenção é sempre a mesma: entender o comportamento do homem em sociedade e acompanhar sua transformação com o passar do tempo. Assim como os temas de estudo, os locais de trabalho também variam. [...] Mas depois de entrevistas e pesquisas, como as informações conseguidas pelo sociólogo são utilizadas nesses tais projetos específicos em que ele trabalha?

Para saber, é só prestar atenção em um exemplo prático. Kátia Sento Sé Mello, por exemplo, é professora de Sociologia da Faculdade Hélio Alonso (Facha-RJ), pesquisadora do NECCVU e também participa do projeto de criação de um curso para formar a Guarda Municipal de uma cidade. Neste trabalho, ela entrevistou guardas municipais e autoridades da Secretaria de Segurança Pública para saber o que eles esperavam do curso. O trabalho não parou por aí! Após analisar essas informações e fazer muita pesquisa em livros, foram selecionadas as disciplinas mais importantes a serem ensinadas no curso em questão. Viu só? O conhecimento das pessoas envolvidas teve grande utilidade nesse caso.

Quer ver outro exemplo? Imagine que uma empresa pretende lançar um produto qualquer e contrata um sociólogo. O que ele pode fazer? Ora, se o sociólogo conhece os costumes e os gostos da população local, pode, nesse caso,

contribuir para que o produto lançado atenda às necessidades da população.

E será que basta gostar de fazer pesquisas, entrevistar pessoas e – pronto! – temos um sociólogo? Nem sempre. [...] O bom profissional também quer contribuir para a melhoria das condições humanas, é contra a injustiça e trabalha bastante. Kátia Mello também dá sua dica: “Quem pretende ser sociólogo deve acreditar que o conhecimento auxilia a transformação das pessoas”.

[...] E a vontade de mudar o mundo, ainda existe? [...] Kátia completa: “Continuo achando que é possível mudar o mundo, mas com esclarecimento”. Está dado o recado! Se você sente o mesmo [...], quem sabe não vai ser sociólogo quando crescer?!?

MARTINS, Elisa. *Ciência Hoje das Crianças*. Rio de Janeiro, n. 129, out. 2002.

Sugestões de filme e sites

Uma história de amor e fúria (Brasil, 2013). Direção: Luís Bolognesi.

Animação brasileira impecavelmente produzida, *Uma história de amor e fúria* aponta três diferentes momentos da realidade histórica do país – a colonização portuguesa nos séculos XVI e XVII, a Balaiada (1838-1841) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) – através do olhar de uma personagem que voa no tempo e se faz protagonista desses episódios, representando a vida e os sentimentos daqueles que foram silenciados e vencidos. No fim, num ambiente futurista, a questão será descobrir como exercitar a imaginação sociológica e nunca permitir que a memória entre indivíduos comuns e histórias suntuosas se percam. Um filme feito com um toque de classe do melhor do saber sociológico.

Seguem alguns endereços de sites e blogs que tratam de modo diverso as possibilidades de análises da Sociologia e das Ciências Sociais. Neles poderão ser encontrados textos, comentários, dicas, enfim, uma variedade de exemplos de como se pode utilizar a Sociologia no dia a dia. Acessos em: 3 dez. 2015.

- *Acessa Sociologia* <<http://acessasociologia.zip.net/>>;
- *Blog de Ricardo Festi* <<http://ricardofesti.blogspot.com.br/>>;
- *Caderno de Sociologia* <<http://cadernosociologia.blogspot.com.br/>>;
- *Café com Sociologia* <<http://www.cafecomsociologia.com/>>;
- *Ciência Social Ceará* <<http://cienciasocialceara.blogspot.com/>>;
- *Círculo brasileiro de Sociologia* <<http://circulobrasileirodesociologia.blogspot.com/>>;
- *Dicionário de Sociologia* <<http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/>>;

- *Ensino de Sociologia* <<https://ensinosociologia.milhara.org/>>;
- *Fato sociológico* <<http://fatosociologico.blogspot.com.br/>>;
- *Mangue sociológico* <<http://manguevirtual.blogspot.com/>>;
- *Mutirão de Sociologia* <<http://www.mutiraodesociologia.com.br/>>;
- *Oficina sociológica* <<http://oficina-sociologica.blogspot.com.br/>>;
- *Socio(lizando)* <<http://sociolizando.wordpress.com/>>;
- *Sociologia em rede* <<http://sociologia-em-rede.blogspot.com.br/>>;
- *Sociologia em teste* <<http://sociologiaemteste.blogspot.com/>>;
- *Sociologia em xeque* <<http://vestibularsociologiablogpot.com/>>;
- *Sociologia extreme* <<http://sociologiaextreme.blogspot.com/>>;
- *Sociologia na rede* <<http://www.cienciasociaisnarede.blogspot.com/>>;



Cartaz de divulgação do filme *Uma história de amor e fúria*.

Uma História de Amor e Fúria. Direção: Luís Bolognesi, 2013. Brasil/Buriti Filmes/Gullane/Europa Filmes

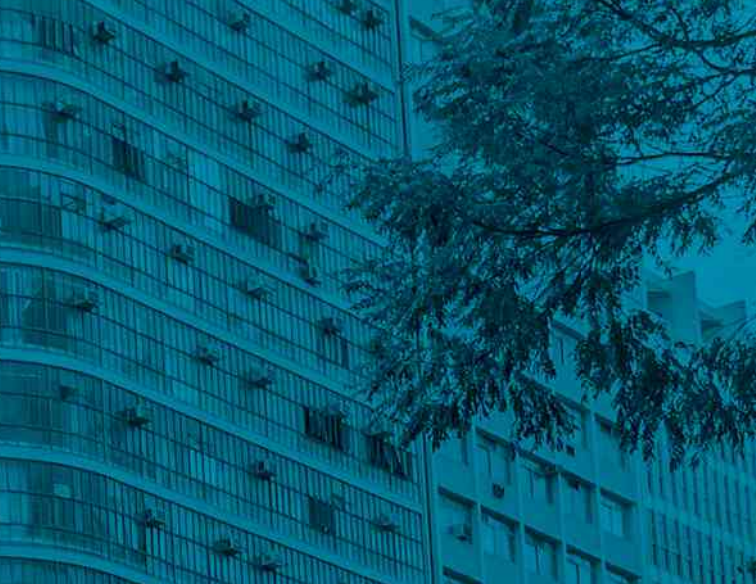
1

Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade

unidade



Praça Sete de Setembro, mais conhecida por Praça Sete. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2013.



Nereu Jr/Fotarena

Um por todos e todos por um

Quem veio antes: o indivíduo ou a sociedade? Essa é uma pergunta que sempre aparece nos momentos em que se procura entender a relação entre os indivíduos e a sociedade. Ora, nenhum dos dois veio antes. Os indivíduos surgem como tais porque passaram a viver em grupo e em comunidades, uma vez que somente assim puderam perceber a diferença entre o que eram sozinhos e o que passaram a ser no interior de uma comunidade. São, portanto, indissociáveis.

Os indivíduos são também entes históricos da sociedade, ou seja, recebem influência dos tempos passados e projetam coisas para o futuro.

Desse modo, a maneira de se utilizar determinada língua, o jeito de se vestir ou de se comportar, ou a escolha por um estilo de vida, é fruto da relação entre o passado, o presente e o futuro.

Os sentimentos são resultado de relações sociais estruturadas no tempo, permanentemente reformuladas e vividas de modos distintos por indivíduos e grupos sociais – ao assumir um modo de vida, um indivíduo ou um grupo assume também sua história, suas mudanças, adaptações e reelaborações no tempo, esteja consciente disso ou não.

Quando se encontra alguém conhecido, age-se de determinada forma; quando alguém estranho é apresentado, cumprimenta-se dando a mão, um abraço e um beijo ou simplesmente uma inclinação de cabeça; enfim, um gesto de cordialidade. Esse tipo de prática, assim como a generosidade e a civildade, são ações cultivadas na vida em sociedade, na qual o indivíduo vai se educando e se socializando, formando assim parte de seu caráter.

Essas práticas cotidianas são moldadas pelas relações entre indivíduos em uma dada sociedade que molda a existência, independentemente da vontade. Define-se, então, uma identidade que não cessa de se modificar, incorporando contribuições que se desenvolvem na relação com outros indivíduos, grupos e classes sociais. No final, vale a máxima: ninguém é uma ilha perdida e sem conexões.

Todas essas questões e outras mais serão examinadas nesta unidade e neste livro.

A história, a sociedade e os indivíduos

1

capítulo

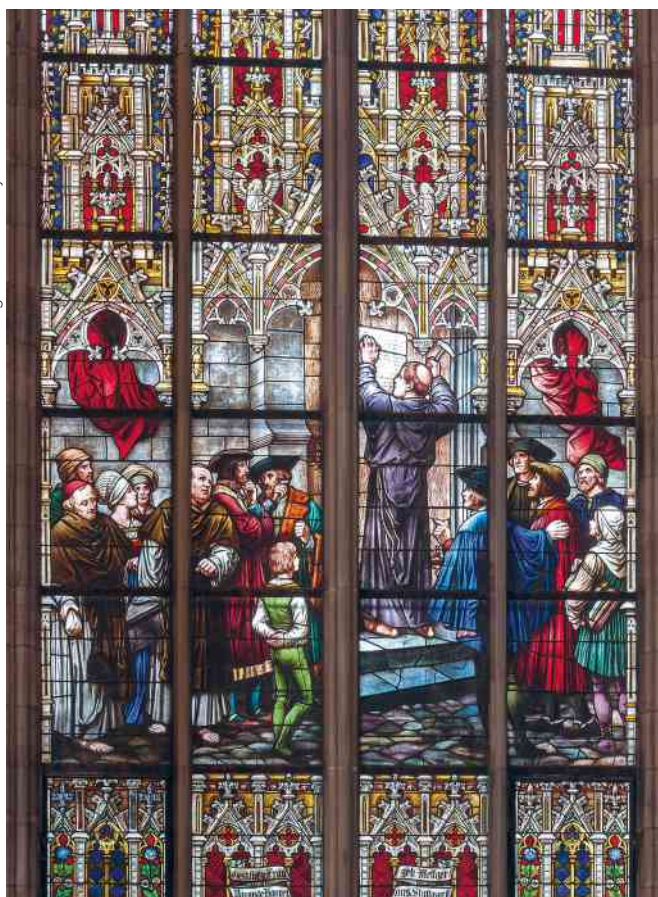
Ao analisar as diversas formas de sociedade e o modo como elas se organizaram historicamente, percebe-se que, no Ocidente, apenas a partir do século XVIII a noção de indivíduo ganhou relevância.

Nas sociedades tribais (indígenas), nas da Antiguidade (grega e romana) e na Europa medieval, apesar das diferenças naturais entre os indivíduos, não se dissociava a pessoa de seu grupo.

Na Europa ocidental, a ideia de indivíduo começou a ganhar força no século XVI, com a Reforma Protestante. Os participantes desse movimento religioso afirmavam que ao indivíduo era permitido relacionar-se diretamente com Deus, sem a necessidade de intermediários institucionais – no caso, padres, bispos, cardeais ou outros sacerdotes da Igreja Católica. Isso significava afirmar que o ser humano, individualmente, desfrutava de certa autonomia e liberdade para decidir sobre sua vida.

Mais tarde, no século XVIII, com o desenvolvimento do capitalismo e do pensamento liberal, a ideia de indivíduo e de individualismo firmou-se definitivamente, e a felicidade humana e individual tornou-se o centro das atenções.

Não se tratava, entretanto, da felicidade como um todo, mas de sua expressão material. Importava o fato de o indivíduo ser possuidor de bens, de imóveis, de dinheiro ou apenas de sua capacidade de trabalho. No século XIX essa visão estava estabelecida, e a sociedade capitalista, consolidada.



ImageBROKER/Alamy Stock Photo/Fotoarena

Vitral da catedral de Speyer, Alemanha, que mostra a representação do momento em que Martinho Lutero afixou as 95 teses na capela de Wittenberg e assim deu início à Reforma Protestante. 2009.

As escolhas humanas, seus limites e repercussões

Quando um ser humano nasce, já encontra prontos valores, normas, costumes e práticas sociais. Também encontra uma forma de produção da vida material que se estrutura de acordo com determinados padrões sociais, econômicos e políticos. Muitas vezes, não há como interferir nem como fugir dessas regras já estabelecidas.

A vida em sociedade é possível, portanto, porque seus integrantes falam a mesma língua, são julgados por leis comuns, usam a mesma moeda, além de terem uma história e hábitos comuns, o que lhes dá um sentimento de pertencer a determinado grupo.

O fundamental é entender que o individual – o que é de cada um – e o comum – o que é compartilhado por todos – não estão separados: formam uma relação que se constitui com base nas reações às situações enfrentadas no dia a dia.

Existem vários níveis de dependência entre a vida de cada indivíduo e o contexto social mais amplo. Em uma eleição, por exemplo, o candidato escolhido para receber o voto está inscrito num partido, que, por sua vez, é organizado de forma previamente determinada pelas leis vigentes naquele momento no país. Ou seja, vota-se em alguém que já foi escolhido pelos membros de um partido, os quais se reuniram para decidir quem deveria ser seu candidato.

Para decidir votar ou não votar em alguém, é possível prestar atenção à propaganda política, conversar com parentes e amigos, participar ou não de comícios ou acompanhar as notícias. Nesse caso, portanto, a decisão tomada pode ter relação com a de outras pessoas, com informações obtidas pelos meios de comunicação, que defendem os interesses de seus proprietários, e também com decisões que já foram tomadas anteriormente, ou seja, as leis que regem os partidos políticos e as eleições. Estas foram determinadas por indivíduos (no caso, deputados e senadores) considerados representantes da sociedade. Mas, muitas vezes, o cidadão não sabe como essas leis foram feitas nem quais são os interesses de quem as fez.

Assim, o indivíduo está condicionado por decisões e escolhas que ocorrem fora de seu alcance, em outros níveis da sociedade. As decisões em sociedade, no entanto, conduzem a diferentes direções na vida, sendo sempre resultado de escolhas individuais no contexto mais amplo que a todos influencia.

As decisões de um indivíduo podem levá-lo a se destacar em certas situações históricas, construindo o que se costuma classificar como uma trajetória de vida notável. No entanto, ao se considerarem as características individuais e sociais, bem como os aspectos históricos da formação de cada indivíduo, torna-se necessário afirmar que não existem condicionamentos históricos ou sociais que tornam algumas pessoas mais “especiais” que outras, pois a história de uma sociedade é feita por todos os que nela vivem, uns de modo obstinado à procura de seus objetivos, outros com menos intensidade, mas todos procurando resolver as questões que se apresentam em seu cotidiano, conforme seus interesses e seu poder de influir nas situações.

De acordo com Norbert Elias (1897-1990), seguindo Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade não é um baile à fantasia, em que cada um pode trocar de máscara ou de traje a qualquer momento. Desde o nascimento, todos estão presos às relações que foram estabelecidas no passado e àquelas que se estruturam durante a vida inteira.

Das questões individuais às questões sociais

Chamam-se questões sociais algumas situações que não dizem respeito somente à vida pessoal, mas estão ligadas à estrutura de uma ou de várias sociedades. É o caso do desemprego, por exemplo, que afeta milhões de pessoas em diversos grupos sociais.

De acordo com o sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962), autor do livro *A imaginação sociológica* (1959), se, em uma cidade de 100 mil habitantes, poucos indivíduos estão sem trabalho, há uma questão individual, que pode ser resolvida tratando as habilidades e potencialidades de cada um. Entretanto, se em um país com 50 milhões de trabalhadores, 5 milhões ou mais não encontram emprego, a questão passa a ser social e não pode ser resolvida como individual. Nesse caso, a busca de soluções passa por uma análise mais profunda da estrutura econômica e política dessa sociedade.

Há também situações que afetam o cotidiano individual e que são resultado de acontecimentos que atingem muitos países. Podem ser citados três eventos, ocorridos em diferentes momentos da história, que tiveram repercussões em muitas sociedades: a crise de 1929, que levou ao colapso o sistema financeiro mundial; a explosão das torres gêmeas, em 2001, em Nova York, que causou insegurança global e alterou de forma definitiva as relações dos Estados Unidos com os outros países e também o dia a dia dos cidadãos estadunidenses; e a crise financeira de 2008, gerada nos Estados Unidos da América, que teve repercussões no cotidiano dos cidadãos de quase todo o mundo.

São incontáveis os acontecimentos globais na **sociedade mundializada** que atingem os indivíduos independentemente de toda vontade. No entanto, é importante destacar que, tanto em 1929 como em 2001 e em 2008, os eventos mencionados foram consequências de decisões de alguns indivíduos, grupos e instituições. As consequências dessas decisões, entretanto, foram muito além das expectativas dos indivíduos, grupos ou instituições que as tomaram.

Essas situações, além de afetar as relações políticas, econômicas e financeiras de todos os países, atingiram indivíduos em várias partes do mundo, que sofreram com a alta no preço dos alimentos e perda de seus imóveis e empregos, o que provocou uma situação de enorme vulnerabilidade, já que os vínculos entre as nações se fragilizaram, e as obrigou a adotar rígidos esquemas de segurança.

Esses pontos fazem parte da história da sociedade contemporânea e assumem, muitas vezes, proporções ainda mais amplas. Tomar uma decisão é algo individual e social ao mesmo tempo, sendo impossível separar esses planos.

Biblioteca do Congresso, Washington D.C.



Fila do pão, Nova York, Estados Unidos, entre 1930 e 1935, uma imagem da depressão financeira mundial desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York.

Seth Mcallister/AFP



Flagrante de um acontecimento que afetou a história mundial e o cotidiano de milhões de pessoas: ataque às Torres Gêmeas, manhã de 11 de setembro de 2001, Nova York, Estados Unidos.

Vizinhos e internautas

Rio de Janeiro – Estudiosos do comportamento humano na vida moderna constataam que um dos males de nossa época é a incomunicabilidade das pessoas. Já foi tempo em que, mesmo nas grandes cidades, nos bairros residenciais, ao cair da tarde era costume os vizinhos se darem boa-noite, levarem as cadeiras de vime para as calçadas e ficar falando da vida, da própria e da dos outros.

A densidade demográfica, os apartamentos, a violência urbana, o rádio e mais tarde a TV ilharam cada indivíduo no casulo doméstico. Moro há 18 anos num prédio da Lagoa; tirante os raros e inevitáveis cumprimentos de praxe no elevador ou na garagem, não falo com eles nem eles comigo. Não sou exceção. Nesse lamentável departamento, sou regra.

Daí que não entendo a pressão que volta e meia me fazem para navegar na Internet. Um dos argumentos que me dão é que posso falar com pessoas na Indonésia, saber como vão as colheitas de arroz na China e como estão os melões na Espanha.

Uma de minhas filhas vangloria-se de ser internauta. Tem amigos na Pensilvânia e arranjou um admirador em Dublin, terra do Joyce, do Bernard Shaw e do Oscar Wilde. Para convencê-la de seus méritos, ele mandou uma foto em cor que foi impressa em alta resolução. É um jovem simpático, de bigode, cara honesta. Pode ser que tenha mandado a foto de um outro.

Lembro a correspondência sentimental das velhas revistas de antanho. Havia sempre a promessa: “Troco fotos na primeira carta”. Nunca ouvi dizer que uma dessas trocas tenha tido resultado aproveitável.

Para vencer a incomunicabilidade, acredito que o internauta deva primeiro aprender a se comunicar com o vizinho de porta, de prédio, de rua. Passamos uns pelos outros com o desdém de nosso silêncio, de nossa cara amarrada. Os suicidas se realizam porque, na hora do desespero, falta o vizinho que lhe deseje sinceramente uma boa noite.

CONY, Carlos Heitor. Vizinhos e internautas. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 26 jun. 1997.

Opinião, p. A2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/cony_20000504.htm>.

Acesso em: 2 set. 2015.

1. No texto, Carlos Heitor Cony menciona mudanças que ocorreram nas cidades nos últimos anos. Cite as mudanças importantes que ocorreram nos últimos anos no lugar onde você mora. Analise-as e verifique se elas alteraram sua maneira de se relacionar com as pessoas em casa, na escola ou em outros lugares públicos.
2. A internet pode nos aproximar de muitas pessoas que com frequência nem conhecemos, mas às vezes parece que nos distancia de quem vive perto de nós. O que você pensa sobre isso?



2

capítulo

Socialização: como fazer parte de uma sociedade

Em toda sociedade, por mais simples ou complexa que seja, os indivíduos se relacionam levando em conta determinadas regras e normas e assim formam um grupo. A Sociologia dispõe de um conceito importante para investigar o processo pelo qual os indivíduos formam a sociedade e são formados por ela: o de **socialização**.

O processo de socialização começa na família, passa pela vizinhança e pela escola, e continua através dos meios de comunicação. Inclui o convívio com os moradores do bairro, os membros de uma religião, o grupo que frequenta o clube ou participa das festas populares, os habitantes da cidade em que se nasce ou vive. A imagem que melhor ilustra esse processo é a de uma imensa rede tecida por relações sociais que vão se entrelaçando e compondo diversas outras relações até formar a sociedade.

Cada indivíduo, ao fazer parte de uma sociedade, insere-se em múltiplos grupos e instituições que se entrecruzam, como a família, a escola e a igreja. Assim, o fio da meada parece interminável, pois forma uma complexa rede de relações em que cada um tem a sua individualidade. Por isso, cada um vive suas próprias experiências, que podem ser semelhantes ou diferentes das experiências das outras pessoas.

O que a todos é comum

Toda sociedade necessita construir ao longo de sua existência determinadas normas sociais que lhe dão unidade (e também favorecem a diversidade) e oferecem sentido.

Ao nascer, o indivíduo chega a um mundo que já está pronto e com o qual passa a ter uma relação de total estranheza. A criança vai sentir frio e calor, conforto e desconforto, sorrir e chorar; enfim, vai começar a se relacionar e conviver com o mundo externo. Nos primeiros meses de vida, vai aprender a conhecer seu corpo, seja observando e tocando partes dele, seja se olhando no espelho. Nesse momento ainda não se reconhece como indivíduo, pois não domina os códigos sociais; é o “bebê”, um ser genérico.

Com o tempo, a criança percebe que existem outras coisas a seu redor: o berço (quando o tem), o chão (que pode ser de terra batida, de cimento, de tábuas ou de mármore com tapetes) e os objetos que compõem o ambiente em que vive. Percebe que existem também pessoas – pai, mãe, irmãos, tios e avós – com as quais vai ter de se relacionar. Percebe que há outros indivíduos, com nomes como José, Maurício, Solange e Marina, que são chamados de amigos ou colegas. Passa, então, a diferenciar as pessoas da família das demais. À medida que cresce, vai descobrindo que há coisas que pode fazer e coisas que não pode fazer. Posteriormente saberá que isso é determinado pelas normas, valores e costumes do grupo, das classes e da sociedade à qual pertence.

No processo de conhecimento do mundo, a criança observa que alguns dias são diferentes dos outros. Há dias em que os pais não saem para trabalhar e passam mais tempo em casa. São ocasiões em que ela assiste mais à televisão, vai passear em algum parque ou em outro lugar qualquer. Em alguns desses dias pode ir também a lugares como templos ou igrejas. Nos outros dias da semana vai à escola, onde encontra crianças da mesma idade e também outros adultos.

A criança vai entendendo que, além da casa e do bairro onde vive, existem outros lugares, uns parecidos com o seu espaço e outros bem diferentes; alguns próximos e outros distantes; alguns grandes e outros pequenos; alguns luxuosos e outros simples ou miseráveis.

Anton_Ivanov/Shutterstock



Pavel Dudek/Shutterstock



Joe Penney/Reuters/Latinstock

Westend61 GmbH/Alamy Stock Photo/Fotoarena



Ao assistir à televisão, utilizar a internet, ler um livro ou viajar, a criança perceberá que existem cidades enormes e outras bem pequenas, novas e antigas, bem como áreas rurais, com poucas casas, onde podem ser cultivados os alimentos que ela consome. Aos poucos, saberá que cidades, zonas rurais, matas e rios fazem parte do território de um país, que normalmente é dividido em unidades menores (no caso brasileiro, elas são chamadas de estados). Nessa "viagem" do crescimento, a criança aprenderá que há os continentes, os oceanos e os mares, e que tudo isso, com a atmosfera, constitui o planeta Terra, que, por sua vez, está vinculado a um sistema maior, o sistema solar, o qual se integra em uma galáxia.

Esse processo de conviver com a família e com os vizinhos, de frequentar a escola, de ver televisão, de passear e de conhecer novos lugares, coisas e pessoas compõe um universo cheio de faces no qual a criança vai se socializando. Além de coisas e lugares, vai aprendendo e interiorizando palavras, significados e ideias, enfim, os valores e o modo de vida da sociedade da qual faz parte.

Todos os integrantes de uma sociedade passam pelo processo de socialização. A vida nas cidades também é um processo de socialização. Nas imagens, em sentido horário, cenas do cotidiano em Amsterdã, Holanda (2015); Istambul, Turquia (2014); Lagos, Nigéria (2015); e Niu Jiao Zhai, China (2014).

As diferenças no processo de socialização

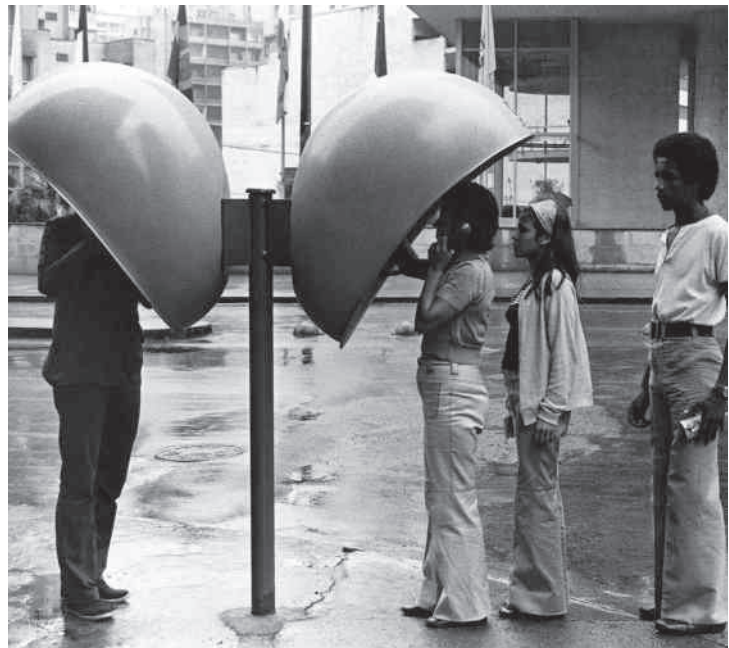
Entender a sociedade significa saber que há muitas diferenças no cotidiano dos indivíduos e que é preciso prestar atenção nelas. É muito diferente nascer e viver numa favela, num bairro rico, num condomínio fechado ou numa área do sertão nordestino exposta a longos períodos de seca. Essas desigualdades promovem formas diferentes de socialização.

Ao tratar de diferenças, é urgente relacioná-las ao contexto histórico. A socialização dos dias atuais é diferente da dos anos 1950. Naquela época, a maioria da população vivia na zona rural ou em pequenas cidades. As escolas eram pequenas e tinham poucos alunos. A televisão estava começando no Brasil e seus programas eram vistos por poucas pessoas. Não havia internet e a telefonia era precária. Ouvir rádio era a principal forma de adquirir conhecimento acerca do que acontecia em outros lugares do país e do mundo. As pessoas se relacionavam quase somente com as que viviam próximas e estabeleciam fortes laços de solidariedade entre si. Escrever cartas era muito comum, pois constituía a forma mais prática de se comunicar à distância.

No decorrer da segunda metade do século XX, os avanços tecnológicos nos setores de comunicação e informação, o aumento da produção industrial e do consumo e o crescimento da população urbana desencadearam grandes transformações no mundo inteiro.



Peter Scheier/Revista O Cruzeiro/Estado de Minas



Messias A. Silva/Estação Conteúdo

À esquerda, família reunida em torno da TV, década de 1950.

Na época, assistir a programas televisivos era uma grande novidade.

A imagem da direita mostra os "orelhões", espécie de cabine que abrigava um telefone público, que se tornaram muito populares já que a telefonia ainda não era acessível a toda a população, década de 1970.

Em alguns casos, alterações econômicas e políticas provocaram a deterioração das condições de vida e da organização social, gerando situações calamitosas. Em vários países do continente africano, milhares de pessoas morreram de fome ou se destruíram em guerras internas (o que continua a acontecer). Na antiga Iugoslávia, no continente europeu, grupos étnicos entraram em conflitos que mesclavam questões políticas, econômicas e culturais e, apoiados ou não por outros países, enfrentaram-se durante muitos anos em uma guerra civil sangrenta. Nascer e viver nessas condições é completamente diferente de viver no mesmo local com paz e tranquilidade. A socialização das crianças que vivem em uma situação de "guerra permanente" (quando conseguem sobreviver) é afetada profundamente.

O espaço privado e o espaço público

Mesmo considerando essas diferenças e outras tantas que poderiam ser mencionadas, há normalmente um processo de socialização formal, conduzido por instituições, como escola, Igreja, Estado, e um processo mais informal e abrangente, que acontece inicialmente na família, na vizinhança, nos grupos de amigos e pela exposição aos meios de comunicação.

O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que, geralmente, podem ser encontrados compreensão e refúgio, apesar dos conflitos. É o espaço onde se aprendem as normas e regras de convivência e também a lidar com a diferença e a diversidade. Como muitos afirmam, é o espaço onde se educam as pessoas.

Os espaços públicos de socialização são todos os outros lugares frequentados pelos indivíduos e seus grupos. Neles, as relações são diferentes, pois há a convivência com pessoas que muitas vezes são desconhecidas. Nos espaços públicos não é possível fazer muitas das coisas que em casa são permitidas, e é preciso, então, observar as normas e regras próprias em cada situação. Nos locais de estudo e de atividades religiosas, por exemplo, o silêncio é imperativo; na escola, onde ocorre a chamada educação formal, exige-se a pontualidade nos horários de entrada e saída, e assim por diante.

Há, entretanto, agentes de socialização presentes tanto nos espaços privados como nos públicos: são os meios de comunicação – o cinema, a televisão, o rádio, os jornais, as revistas e os aparelhos eletrônicos (conectados à internet ou não). Esses talvez sejam os meios de socialização mais eficazes e persuasivos (esse assunto será tratado com mais detalhes na Unidade 8 – Ideologia e indústria cultural).



Monique Renne/CB/D'A Press

A biblioteca é um espaço público de socialização. Manter o silêncio em um ambiente como esse é uma atitude que mostra respeito com aqueles que buscam concentração e isolamento. Biblioteca Demonstrativa na Asa Sul, 2013.

Os sonhos dos adolescentes

[...]

Ao longo de trinta anos de clínica, encontrei várias gerações de adolescentes (a maioria, mas não todos, de classe média) e, se tivesse que comparar os jovens de hoje com os de dez ou vinte anos atrás, resumiria assim: eles sonham pequeno.

É curioso, pois, pelo exemplo de pais, parentes e vizinhos, os jovens de hoje sabem que sua origem não fecha seu destino: sua vida não tem que acontecer necessariamente no lugar onde nasceram, sua profissão não tem que ser a continuação da de seus pais. Pelo acesso a uma proliferação extraordinária de ficções e informações, eles conhecem uma pluralidade inédita de vidas possíveis.

Apesar disso, em regra, os adolescentes e os pré-adolescentes de hoje têm devaneios sobre seu futuro muito parecidos com a vida da gente: eles sonham com um dia a dia que, para nós, adultos, não é sonho algum, mas o resultado (mais ou menos resignado) de compromissos e frustrações.

Um exemplo. Todos os jovens sabem que Greenpeace é uma ONG que pratica ações duras e aventureiras em defesa do meio ambiente. Alguns acham muito legal assistir, no noticiário, à intrépida abordagem de um baleeiro por um barco inflável de ativistas. Mas, entre eles, não encontro ninguém (nem de 12 ou 13 anos) que sonhe em ser militante do Greenpeace. Os mais entusiastas se propõem a estudar oceanografia ou veterinária, mas é para ser professor, funcionário ou profissional liberal. Eles são “razoáveis”: seu sonho é um ajuste entre suas aspirações heroico-ecológicas e as “necessidades” concretas (segurança do emprego, plano de saúde e aposentadoria).

[...]

É possível que, por sua própria presença maciça em nossas telas, as ficções tenham perdido sua função essencial e sejam contempladas não como um repertório arrebatador de vidas possíveis, mas como um caleidoscópio para alegrar os olhos, um simples entretenimento. Os heróis percorrem o mundo matando dragões, defendendo causas e encontrando amores solares, mas eles não nos inspiram: eles nos divertem, enquanto, comportadamente, aspiramos a um churrasco [...] com os amigos.

É também possível (sem contradizer a hipótese anterior) que os adultos não saibam mais sonhar muito além de seu nariz. Ora, a capacidade de os adolescentes inventarem seu futuro depende dos sonhos aos quais nós renunciemos.

Pode ser que, quando eles procuram, nas entrelinhas de nossas falas, as aspirações das quais desistimos, eles se deparem apenas com versões melhoradas da mesma vida acomodada que, mal ou bem, conseguimos arrumar. Cada época tem os adolescentes que merece.

CALLIGARIS, Contardo. Os sonhos dos adolescentes.

Folha de S.Paulo. São Paulo, 11 jan. 2007. Ilustrada, p. E10.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101200718.htm>>. Acesso em: 2 set. 2015.



Marcia Mnillo/Olhar Imagem

Adolescentes no Parque da Juventude. São Paulo, 2014.

1. Você acha que o autor tem razão quando afirma que os jovens atualmente só querem um emprego seguro e bem pago, e nada mais? Por quê?
2. De acordo com suas observações, como os jovens costumam reagir às injustiças, à degradação ambiental ou à morte cotidiana de pessoas?
3. Conformismo ou resistência e ação alternativa: que bandeira deve ser levantada? Justifique.

A Sociologia e a sociedade dos indivíduos

3

Entre os estudiosos que se preocuparam em analisar a relação do indivíduo com a sociedade, destacam-se autores clássicos da Sociologia, como Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), e outros mais recentes, como Norbert Elias (1897-1990) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Neste capítulo, serão examinadas as diferentes perspectivas adotadas por esses autores para analisar o processo de constituição da sociedade e a maneira como os indivíduos se relacionam.

Karl Marx, os indivíduos e as classes sociais

Para o alemão Karl Marx, o ser humano, além do resultado da evolução biológica da espécie, é um produto histórico em constante mudança, dependendo da sociedade na qual está inserido e das condições em que vive. Assim, os indivíduos devem ser analisados de acordo com o contexto social em que produzem e reproduzem a sua existência.

O homem das sociedades tribais, segundo Marx, diferenciava-se dos outros animais não apenas pelas características biológicas, mas também por aquilo que produzia no espaço e na época em que vivia. Coletando alimentos, caçando, defendendo-se e criando instrumentos, esses ancestrais construíram sua história e sua existência na sociedade.

Ao produzir as condições materiais de existência, o ser humano elabora sua consciência, seu modo de pensar e conceber o mundo, isto é, as explicações, as leis, a moral e a religião em uma sociedade. É nesse sentido que, para Marx, o modo como os indivíduos em sociedade produzem sua existência condiciona o processo de vida social, política e intelectual, ou seja, o modo como a pessoa vive condiciona o seu modo de pensar. Assim, a sociedade produz o indivíduo e este produz, a um só tempo, a sociedade.

A capacidade de se relacionar em sociedade trabalhando, aprendendo, construindo e inovando é uma característica fundamental do ser humano. Por isso, Marx não analisa um indivíduo genérico, abstrato, mas os indivíduos humanos reais que vivem em uma sociedade histórica. A produção do indivíduo isolado, fora da sociedade, é tão inconcebível quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e conversem.

Marx vai se preocupar na maioria de seus escritos em analisar a sociedade capitalista, sua origem e seu desenvolvimento, bem como a questão das classes como um dos elementos essenciais desse processo social. É nesse contexto que analisa a relação indivíduo/sociedade.

Constituição das classes

De acordo com Marx, na sociedade capitalista, quando se desenvolveu de modo mais preciso o trabalho assalariado, os trabalhadores perderam o domínio sobre

capítulo



Bridgeman Images/Keystone Brasil

Estivadores do porto de Londres que, em 1889, deram início a uma greve considerada o marco nacional do movimento operário britânico, já que ajudou a chamar a atenção para a questão da pobreza na Inglaterra vitoriana.

maneira como querem, uma vez que são condicionados por situações anteriores. Para ele, existem fatores sociais, políticos e econômicos que levam os indivíduos e as classes a percorrer determinados caminhos; mas todos têm capacidade de reagir a essas situações e até mesmo de transformá-las e superá-las.

O ponto central da análise que Marx faz da sociedade capitalista está nas relações estabelecidas entre as classes que compõem essa sociedade. Para ele, só é possível entender as relações dos indivíduos com base nos antagonismos, nas contradições e nos conflitos entre as classes sociais, ou seja, na luta de classes que se desenvolve à medida que homens e mulheres procuram satisfazer suas necessidades, sejam elas oriundas do estômago, sejam nascidas da fantasia.

sua vida e passaram a depender do sistema capitalista; não trabalham mais para si, mas vendem seu trabalho e não conseguem se reconhecer no que fazem e produzem.

É na luta diária para se contrapor a esse tipo de vida desumanizado, no qual são reduzidos a uma coisa que pode ser vendida, comprada e até descartada, que os indivíduos trabalhadores se identificam e se unem para questionar a realidade de exploração, configurando uma classe social.

Ao analisar a sociedade capitalista e os indivíduos, Marx trata das relações entre as classes sociais, mas a ideia do indivíduo como ser social continua presente. Isso fica claro quando Marx afirma que os seres humanos constroem sua história, mas não da

nas palavras de MARX e ENGELS

Burgueses e proletários

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. [...]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 40-41.

Émile Durkheim, as instituições e o indivíduo

Para o fundador da escola francesa de Sociologia, Émile Durkheim, a sociedade sempre está acima dos indivíduos, dispondo de certas regras, costumes e leis que asseguram sua continuidade. Essas normas e leis independem do indivíduo e pairam sobre todos, formando uma consciência coletiva que dá o sentido de integração entre os membros da sociedade. Essa consciência coletiva se solidifica em instituições, que são a base da sociedade e que correspondem, para Durkheim, a todo comportamento e crença instituídos por uma coletividade. Ele atribuía tanta importância às instituições que definia a Sociologia como a ciência da gênese e do funcionamento das instituições sociais.

A família, a escola, o sistema judiciário e o Estado são exemplos de instituições que congregam os elementos essenciais da sociedade, dando-lhe sustentação e garantindo-lhe a permanência. Para não haver conflito ou desestruturação das instituições e, conseqüentemente, da sociedade, a transformação dos costumes e normas nunca seria realizada individualmente, mas de maneira lenta, ao longo de gerações.

Para ele, a força da sociedade está na herança transmitida, por intermédio da educação, às gerações futuras. Essa herança são os costumes, as normas e os valores que nossos pais e antepassados nos legaram. Condicionado e controlado pelas instituições, cada membro de uma sociedade sabe como deve agir para não desestabilizar a vida comunitária; sabe também que, se não agir da forma estabelecida, será repreendido ou punido, dependendo da falta cometida.

O sistema penal é um bom exemplo dessa prática. Se um indivíduo comete determinado crime, deve ser julgado pela instituição competente – o sistema judiciário –, que aplica a penalidade correspondente. O condenado é retirado da sociedade e encerrado em uma prisão, onde deve ser reeducado (na maioria das vezes não é isso o que acontece) para ser reintegrado ao convívio social.

Diferentemente de Marx, que vê a contradição e o conflito como elementos essenciais da sociedade, Durkheim enfatiza a necessidade da coesão e da integração para a sociedade se manter. Para ele, o conflito existe basicamente pela anomia, isto é, pela ausência ou insuficiência da normatização das relações sociais, ou por falta de instituições que regulamentem essas relações.

Durkheim considera a socialização um fato social amplo, que dissemina as normas e valores gerais da sociedade – fundamentais para a socialização das crianças – e assegura a difusão de ideias que formam um conjunto homogêneo, fazendo que a sociedade permaneça integrada e se perpetue no tempo.

De acordo com Durkheim, para que um fenômeno social seja considerado um fato social é necessário que seja:

- coercitivo, isto é, que se imponha aos indivíduos, para que eles aceitem as normas da sociedade;
- exterior aos indivíduos, ou seja, que exista antes deles e não seja fruto das consciências individuais;
- geral, isto é, que atinja todos os indivíduos que fazem parte de uma sociedade.

Durkheim criticava o **individualismo exacerbado**, isto é, o fato de os indivíduos só pensarem em si, nos seus interesses mais diretos, e não se preocuparem com o outro. Para ele, o individualismo é o maior inimigo para a constituição e a manutenção de uma sociedade e da própria ideia de coletividade. A expansão dos direitos individuais é algo coletivo e a busca do interesse pessoal é individual e, no dizer de Durkheim, individualista. Para o autor de *As regras do método sociológico*, nenhuma sociedade poderia ser construída com base nos interesses privados, isolados e indiferentes.

nas palavras de DURKHEIM

A sociedade, a educação e os indivíduos

[...] cada sociedade, considerada num momento determinado do seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível. É inútil pensarmos que podemos criar os nossos filhos como queremos. Há costumes com os quais temos de nos conformar; se os infringimos, eles vingam-se nos nossos filhos. Estes, uma vez adultos, não se encontrarão em condições de viver no meio dos seus contemporâneos, com os quais não estão em harmonia. Quer tenham sido criados com ideias muito arcaicas ou muito prematuras, não importa; tanto num caso como noutro, não são do seu tempo e, por conseguinte, não estão em condições de vida normal. [...] Ora, não fomos nós, individualmente, que fizemos os costumes e as ideias que determinam este modelo. São o produto da vida em comum e exprimem as suas necessidades. São até, na maior parte, obra de gerações anteriores. Todo o passado da humanidade contribuiu para fazer este conjunto de máximas que dirigem a educação atual; toda a nossa história lhe deixou traços, e até mesmo a história dos povos que nos precederam. [...] Quando estudamos historicamente a maneira como são formados e desenvolvidos os sistemas de educação, apercebemo-nos que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado da indústria etc. Se os desligamos de todas estas causas históricas, tornam-se incompreensíveis. [...]

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 47-48.

Desse modo, é interessante diferenciar dois tipos de individualismo: um cuja visão negativa se associa ao egoísmo e à falta de solidariedade nas sociedades de hoje e outro sobre o qual se assenta a “individualidade”, ou seja, o desenvolvimento de um indivíduo autônomo, reflexivo e responsável. Durkheim apostava nessa segunda concepção.

Max Weber, o indivíduo e a ação social

O alemão Max Weber, diferentemente de Durkheim, tem como preocupação central compreender o indivíduo e suas ações. Por que as pessoas tomam determinadas decisões? Quais são as razões para seus atos? Segundo esse autor, a sociedade existe concretamente, mas não é algo externo e acima das pessoas, e sim o conjunto das ações dos indivíduos relacionando-se reciprocamente. Assim, Weber, partindo do indivíduo e de suas motivações, pretende compreender a sociedade como um todo.

O conceito básico para Weber é o de **ação social**, entendida como o ato de se comunicar, de se relacionar, orientado pelas ações dos outros. A palavra **outros**, no caso, pode significar tanto um indivíduo apenas quanto vários, indeterminados e até desconhecidos. Como o próprio Weber exemplifica, o dinheiro é um elemento de intercâmbio que alguém aceita no processo de troca de qualquer bem ou serviço e que outro indivíduo utiliza porque sua ação está orientada pela expectativa de que outros tantos, conhecidos ou não, estejam dispostos a também aceitá-lo como elemento de troca.

Seguindo esse raciocínio, Weber explica por meio de dois exemplos o que **não** é uma ação social:

- Quando vários indivíduos estão caminhando na rua e começa a chover, muitos abrem seus guarda-chuvas ao mesmo tempo. Essa ação de cada indivíduo não está orientada pela dos demais, mas sim pela necessidade de proteger-se da chuva. Não é, portanto, uma ação social.

- Quando, numa aglomeração, indivíduos se reúnem por alguma razão, agem influenciados por comportamentos de massa, isto é, fazem determinadas coisas porque simplesmente todos estão fazendo. Essa ação influenciada também não é uma ação social.

Ao analisar o modo como os indivíduos agem e levando em conta a maneira como eles orientam suas ações, Max Weber agrupou as ações sociais em quatro tipos: ação tradicional, ação afetiva, ação racional com relação a valores e ação racional com relação a fins.

A **ação tradicional** tem por base a tradição familiar, um costume arraigado. É um tipo de ação que se adota quase automaticamente, reagindo a estímulos habituais ou por imitação. A maior parte de nossas ações cotidianas é desse tipo.

A **ação afetiva** tem o sentido vinculado aos sentimentos e estados emocionais de qualquer ordem na busca da satisfação de desejos.

A **ação racional com relação a valores** fundamenta-se em convicções e valores (éticos, estéticos, religiosos ou qualquer outro), tais como o dever e a transcendência de uma causa, qualquer que seja seu gênero. O indivíduo age de acordo com aquilo em que acredita, independentemente das possíveis consequências, tendo por fundamento determinados valores que lhe parecem ordenar que realize isso ou aquilo.

A **ação racional com relação a fins** fundamenta-se num cálculo com base no qual se procuram estabelecer os objetivos racionalmente avaliados e perseguidos e os meios para alcançá-los. Nesse tipo de ação, o indivíduo programa, pesa e mede as consequências em relação ao que pretende obter.

Frederico Haikal/Hoje em Dia/Futura Press



Abrir o guarda-chuva para proteger-se da chuva é uma ação imposta pela condição climática. Não se trata, portanto, de uma ação social.

Alf Ribeiro/Shutterstock



Manifestação de estudantes e professores contra a reorganização escolar defendida pelo governo estadual: uma ação social orientada por convicções comuns. São Paulo, 2015.

nas palavras de WEBER

Sobre a ação social

1. A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os “outros” podem ser individualizados e conhecidos ou então uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o “dinheiro”, por exemplo, significa um bem – de troca – que o agente admite no comércio porque sua ação está orientada pela expectativa de que outros muitos, embora indeterminados e desconhecidos, estarão dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura).
2. Nem toda espécie de ação – incluindo a ação externa – é “social” no sentido aqui sustentado. Não o é, desde logo, a ação exterior quando esta só se orienta pela expectativa de determinadas

reações de objetos materiais. A conduta íntima é ação social somente quando está orientada pelas ações de outros. Não o é, por exemplo, a conduta religiosa quando esta não passa de contemplação, oração solitária etc. A atividade econômica (de um indivíduo) somente o é na medida em que leva em consideração a atividade de terceiros. [...] De uma perspectiva material: quando, por exemplo, no “consumo” entra a consideração das futuras necessidades de terceiros, orientando por elas, desta maneira, sua própria poupança. Ou quando na “produção” coloca como fundamento de sua orientação as necessidades futuras de terceiros etc.

3. Nem toda espécie de contato entre os homens é de caráter social; mas somente uma ação, com sentido próprio, dirigida para a ação de outros. Um choque de dois ciclistas, por exemplo, é um simples evento como um fenômeno natural. Por outro lado, haveria ação social na tentativa de os ciclistas se desviarem, ou na briga ou considerações amistosas subseqüentes ao choque. [...]

WEBER, Max. Ação social e relação social. Apud: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 139.

Para Weber, essa classificação não engloba todos os tipos de ação social. Ela é composta de tipos conceituais em estado puro, construídos para desenvolver a pesquisa sociológica. Esses “tipos ideais” são ferramentas (construções) teóricas utilizadas pelo sociólogo para analisar a realidade. Os indivíduos, quando agem no cotidiano, mesclam alguns ou vários tipos de ação social.

Como se pode perceber, para Max Weber, ao contrário de Durkheim, as razões para a ação do indivíduo não são algo externo a ele. O indivíduo escolhe condutas e comportamentos, dependendo da cultura e da sociedade em que vive. Assim, as relações sociais consistem na probabilidade de que se aja socialmente com determinado sentido, sempre numa perspectiva de reciprocidade em face dos outros.

Norbert Elias e Pierre Bourdieu: a sociedade dos indivíduos

Até aqui foram examinadas três diferentes perspectivas de análise da relação entre indivíduo e sociedade. Para Marx, o foco recai sobre os indivíduos inseridos nas classes sociais e as contradições e conflitos entre elas. Para Durkheim, o fundamental é a integração dos indivíduos na sociedade, sendo que esta se superpõe a eles. Para Weber, os indivíduos e o sentido de suas ações são os elementos constitutivos da sociedade. Apesar das perspectivas diferentes, todos buscaram explicar o processo de constituição da sociedade e a maneira como os indivíduos se relacionam, procurando identificar as ações e instituições fundamentais.

Dois autores contemporâneos analisaram a relação entre indivíduo e sociedade procurando integrar esses polos: o sociólogo alemão Norbert Elias e o francês Pierre Bourdieu. A seguir alguns dos principais conceitos que ambos construíram.

O conceito de configuração

De acordo com o sociólogo alemão Norbert Elias, é comum separar indivíduo e sociedade, já que parece impossível existirem, ao mesmo tempo, bem-estar e felicidade individual e uma sociedade livre de conflitos. De um lado está o pensamento de que as instituições – família, escola e Estado – devem estar a serviço da felicidade e do bem-estar de todos; de outro, a ideia da unidade social acima da vida individual.

As distinções entre indivíduo e sociedade levam a pensar que se trata de duas coisas separadas, como mesas e cadeiras, tachos e painéis. Ora, para Elias, em seu livro *A sociedade dos indivíduos*, é somente nas relações e por meio delas que os indivíduos adquirem características humanas como falar, pensar e amar. E é importante declarar que só é possível trabalhar, estudar e se divertir em uma sociedade que tenha história, cultura e educação, mas não isoladamente.

Para explicar melhor o que afirma e superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, Elias criou o conceito de **configuração** (ou figuração). É uma ideia que ajuda a pensar nessa relação de forma dinâmica, como acontece na realidade. Para ele, configuração é a teia de relações de indivíduos interdependentes que estão ligados de diversas maneiras e em vários níveis, pelos quais perpassam relações de poder.

Tomemos um exemplo: se quatro pessoas se sentam em volta da mesa para jogar baralho, formam uma configuração, pois o jogo é uma unidade que não pode ser concebida sem os participantes nem as regras. Sozinho, nenhum deles consegue jogar; juntos, cada um tem a própria estratégia para seguir as regras e vencer.

Vamos citar um exemplo mais brasileiro. Em um jogo de futebol, temos outra configuração, ou seja, há um conjunto de “eus”, de “eles”, de “nós”. Um time de futebol é composto de vários “eus” – os jogadores –, cujo objetivo único é disputar com os jogadores do outro time. Há também as regras que devem ser levadas em conta e a presença de um juiz e dos bandeirinhas, que lá estão para marcar as possíveis infrações e representam toda uma estrutura judiciária do futebol. Além disso, há a torcida, que também faz parte do jogo e congrega vários outros indivíduos com interesses diferentes, mas que, nessa configuração, têm como objetivo único torcer pela vitória de seu time.

Assim, durante o jogo há um fluxo contínuo, que só pode ser entendido nesse contexto, nessa configuração. Essa relação acontece entre os jogadores, entre eles e a torcida, entre eles e o técnico, entre os torcedores e entre todos e as regras, os juizes, os bandeirinhas, os técnicos e os gandulas. Fora desse contexto, não há jogo de futebol, mas apenas indivíduos, que viverão outras configurações, em outros momentos.

No grupo social é assim: não há separação entre indivíduo e sociedade. Tudo deve ser entendido de acordo com o contexto; caso contrário, perdem-se a dinâmica da realidade e o poder de entendimento.

Rodolfo Buhner/La Imagem/Fotoarena



Jogadores comemorando a vitória sobre a equipe da Argentina que garantiu à Alemanha o título de campeão da Copa do Mundo de 2014, disputada no Brasil. A imagem de alegria reflete o intenso fluxo de relações e expectativas que ocorre durante uma partida – dos jogadores de cada time entre si e com os adversários, as torcidas, os técnicos, o juiz, os bandeirinhas. O significado da vitória só pode se entendido nessa configuração.

Para compreender a relação indivíduo/sociedade deve-se pensar em termos das ideias de *relações e funções*, pois, para Elias, não se pode compreender uma melodia examinando cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais, ou uma orquestra a partir de cada instrumento isoladamente.

O conceito de configuração pode ser aplicado a pequenos grupos ou a sociedades inteiras, constituídas de pessoas que se relacionam. Esse conceito chama a atenção para a dependência entre as pessoas. Por isso, Elias utiliza a expressão **sociedade dos indivíduos**, realçando a unidade, e não a divisão.

nas palavras de ELIAS

Escolhas e repercussão social

Toda sociedade grande e complexa tem, na verdade, as duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social, pode depender seu destino pessoal imediato, ou o de uma família inteira, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas.

Pode depender de suas escolhas que a resolução completa das tensões existentes ocorra na geração atual ou somente na seguinte. Delas pode depender a determinação de qual das pessoas ou grupos em confronto, dentro de um sistema particular de tensões, se tornará o executor das transformações para as quais as tensões estão impelindo, e de que lado e em que lugar se localizarão os centros das novas formas de integração rumo às quais se deslocam as mais antigas, em virtude, sempre, de suas tensões. Mas as oportunidades entre as quais a pessoa assim se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras sequências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 48.

O conceito de *habitus*

Habitus é outro conceito utilizado por Norbert Elias. Além de ser esclarecedor, esse conceito estabelece uma ligação entre o pensamento de Elias e o do francês Pierre Bourdieu. Para Elias, *habitus* é algo como uma segunda natureza, ou melhor, um saber social incorporado pelo indivíduo em sociedade. Ele afirma que o destino de uma nação, ao longo dos séculos, fica sedimentado no *habitus* de seus membros. É algo que muda constantemente, mas não rapidamente, e, por isso, há equilíbrio entre continuidade e mudança.

A preocupação de Pierre Bourdieu, ao retomar o conceito de *habitus*, era a mesma de N. Elias: ligar teoricamente indivíduo e sociedade. Não há diferença entre o que Elias e Bourdieu pensam em termos gerais; apenas na maneira de propor a questão. Para Bourdieu, o *habitus* se apresenta como social e individual ao mesmo tempo, referindo-se tanto a um grupo quanto a uma classe e, obrigatoriamente, também ao indivíduo.

A questão fundamental para ele é mostrar a articulação entre as condições de existência do indivíduo e suas formas de ação e percepção, dentro ou fora dos grupos. Dessa maneira, seu conceito de *habitus* é o que articula práticas

cotidianas – a vida concreta dos indivíduos – com as condições de classe de determinada sociedade, ou seja, a conduta dos indivíduos e as estruturas mais amplas. Fundem-se as condições objetivas com as subjetivas.

Para Bourdieu, o *habitus* é estruturado por meio das instituições de socialização dos agentes (a família e a escola, principalmente), e é aí que a ênfase na análise do *habitus* deve ser colocada, pois são essas primeiras categorias e valores que orientam a prática futura dos indivíduos. Esse seria o *habitus* primário, por isso mais duradouro – mas não congelado no tempo.

À medida que se relaciona com pessoas de realidades distintas, o indivíduo desenvolve um *habitus* secundário, não contrário ao anterior, mas indissociável dele. Assim vai construindo um *habitus* individual conforme agrega experiências continuamente. Isso não significa que será uma pessoa radicalmente diferente da que era antes, pois se modifica sem perder suas marcas de origem, de seu grupo familiar ou da classe na qual nasceu. Os conceitos e valores dos indivíduos (sua subjetividade), segundo Bourdieu, têm uma relação muito intensa com o lugar que ocupam na sociedade. Não há igualdade de posições, pois se vive em uma sociedade desigual.

Por exemplo, no Brasil, teoricamente, todos que concluem o Ensino Médio podem ingressar na universidade, mas, de fato, as chances de que isso aconteça são remotas, porque há condições objetivas e subjetivas que criam um impedimento: a falta de vagas, as deficiências do ensino básico, um vestibular que elimina a maioria ou um pensamento como este: “Não adianta nem tentar, pois não vou conseguir”. Ou este: “Para que ingressar em um curso superior se depois não terei possibilidade de exercer a profissão?”.

Como se pode perceber, a Sociologia oferece várias possibilidades teóricas para a análise da relação entre indivíduo e sociedade. Além dos autores aqui apresentados, muitos outros tratam das mesmas questões e propõem alternativas a fim de que se possa escolher a perspectiva mais apropriada para examinar a realidade em que se vive e buscar respostas para as perguntas que se fazem. A diversidade de análises é um dos elementos essenciais do pensamento sociológico.

nas palavras de BOURDIEU

Habitus, o que é isso?

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1996. p. 22.

Regra e exceção não têm mais regras



A dispensa de regras e a corrupção em tira de Armandinho, de Alexandre Beck, 2015.

Desde crianças aprendemos que precisamos seguir regras para viver organizadamente em sociedade. No entanto, nos últimos tempos, as regras parecem ter-se tornado exceções e vice-versa. E o mau exemplo vem de quem deveria dar o bom exemplo.

A corrupção que sempre existiu nas estruturas governamentais expôs-se à luz desde o governo Collor. Ela está à nossa vista, e isso gera uma situação de libertinagem social que a psicanalista Maria Rita Kehl muito bem descreveu no artigo "A elite somos nós", publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 15 de janeiro de 2005.

Disse ela que estava andando em uma calçada de Copacabana, no Rio de Janeiro, quando notou dois rapazes da periferia engraxando os sapatos de um turista. Ao terminar o serviço, taxaram o preço em 50 reais. O turista achou muito e deu uma nota de 10 reais. O engraxate olhou bem para o freguês e arrancou da sua carteira uma nota de 50 reais. Assustado, o estrangeiro resolveu "cair fora".

Maria Rita, que observava tudo, não conseguiu deixar de protestar: "Cara, você vai cobrar 50 reais para engraxar os sapatos do gringo?".

O engraxate simplesmente disse: "Se eu quiser, cobro cem, cobro mil, e a senhora não se meta com a gente".

E o outro remendou:

"Vai buscar seu mensalão, madame, que este aqui é o nosso".

Com base nessa experiência, ela concluiu:

"Não é difícil compreender que a bandidagem escancarada entre representantes dos interesses públicos (os políticos) autoriza definitivamente a delinquência no resto da sociedade. O termo mensalão já se tornou sinônimo de patifaria generalizada: "[...] estamos todos à deriva. É a lei do salve-se quem puder [...]".

E, assim, o exemplo que "vem de cima" mostra ao povo que o melhor é "se dar bem", ou, como dizia o comercial antigo de cigarros que deu origem à famosa Lei de Gerson, "é preciso levar vantagem em tudo, certo?". Isso autoriza os indivíduos a fazer o que quiserem: "Se os poderosos fazem, por que eu não posso fazer também?".

1. Neste capítulo examinamos conceitos utilizados por diferentes autores na análise da relação entre o indivíduo e a sociedade: classe social (Marx), consciência coletiva e anomia (Durkheim), ação social (Weber), configuração (Elias), *habitus* (Bourdieu). Qual (quais) desses conceitos poderia(m) ajudar na interpretação do comportamento relatado por Maria Rita Kehl?

Identidade: quem é o quê?

4

Ao discutir a relação indivíduo/sociedade, uma questão que causa inquietação é a seguinte: “Nesta vida, quem é o quê?”. Afinal, por que é necessário estudar tanto para entender quem se é? Inicialmente, é simples explicar os acontecimentos que ocorrem em sociedade, mas não é nada fácil entender profundamente quem é o ser humano que partilha com tantos outros a realidade, posto que envolve uma série de fenômenos que definem uns e outros e estão localizados no tempo e no espaço de modo muito abrangente e disperso. A questão, portanto, abrange a compreensão da identidade dos indivíduos e dos grupos que com eles dividem histórias e constroem uma vida juntos.

A construção social das identidades

Todas as identidades são construídas socialmente e são fruto da cultura e da linguagem de determinada experiência coletiva. Quando alguém nasce encontra um mundo repleto de regras e exigências que só mais tarde irá compreender. Logo no início da vida, um espaço familiar e um nome pessoal conferem aos sujeitos a primeira e definitiva marca de sua identidade.

Em família, o novo membro da sociedade pouco a pouco irá conhecendo a história de seus antepassados e descobrirá que, de muitos modos, ele nunca estará completamente sozinho.

No Brasil é muito comum encontrar nomes como Pedro, José, Maria, Francisco, Ana – e mais comum ainda se deparar com possíveis apelidos, como Pedroca, Zé, Chico, Aninha e inúmeros outros. De onde vêm esses nomes e apelidos? O fato a ressaltar é que eles não são aleatórios, casuais.

A identidade se configura por meio de várias histórias e recebe influências de diversos povos, diferentes etnias, infinitas expressões culturais.

Os nomes sempre têm uma história. Família, religiosidade, nomes de deuses, expressões musicais, preferências artísticas, o mundo da televisão e das celebridades, astros e estrelas do entretenimento de determinada época, ídolos, heróis, tudo inspira pais e mães, avôs e avós, tios e tias, as pessoas encarregadas de atribuir um nome aos novos membros da sociedade. Muitas vezes, os nomes são mesclados, o que cria alcunhas inéditas, estranhas a quem não entende a peculiaridade cultural de cada região do planeta, de cada comunidade dos mais distantes pontos da Terra. Os nomes mudam de acordo com a força viva da cultura e também com a complexidade que envolve as relações de parentesco, como a influência dos mais velhos, a inspiração nos padrinhos e as homenagens aos familiares antepassados.

Por outro lado, há uma identidade geracional, que aponta os indivíduos e os caracteriza como crianças, jovens, adultos ou idosos. Essa é uma classificação e, como toda classificação, é social, principalmente se analisada em diferentes

sociedades e seus múltiplos exemplos identitários. O que significa ser um adulto ou um(a) tio(a) em diversas sociedades indígenas é bem diferente em comparação com a moderna cultura ocidental dos grandes centros urbanos. Em muitas culturas (novas e antigas) não existe a ideia de juventude, uma vez que infância e vida adulta são critérios que apenas separam os sujeitos considerados prontos daqueles julgados inaptos para uma vida autônoma.

Assim, as identidades não são tão simples de definir, uma vez que envolvem inúmeros aspectos da experiência humana e da vida coletiva. É interessante analisar alguns desses ricos aspectos.

As identidades muitas vezes geram relações de poder. As diferenças são binárias, mas um dos polos é sempre o mais importante: o nosso é o principal (positivo) e o outro é secundário (negativo). Aí se estabelece uma relação de poder que parte do princípio de que, se é nosso, é melhor e verdadeiro; se é dos outros, é pior ou falso. Ao se fazer isso, estabelecem-se uma classificação e uma divisão, uma hierarquia de pessoas e grupos em uma sociedade. Ao se fixar determinada identidade (polo) como o padrão a ser seguido, assume-se uma classificação já hierarquizada socialmente por um grupo ou por uma parcela da sociedade.

Mas há outra questão interessante: a relação entre identidade e diferença. Muitos pensam que há uma ruptura clara entre elas. Afinal, "eles são o que nós não somos" e "nós somos o que eles não são". Aparentemente, identidade e diferença são elementos contrastantes, mas, como se pode observar nas duas expressões acima, elas são indissociáveis, posto que a identidade "NÓS" é sempre decorrente da identidade dos que são diferentes, os "OUTROS". Um exemplo que mostra essa indissociabilidade é a ocorrência, na língua espanhola, de um pronome que demonstra a impossibilidade de sequer cogitar essa separação: o pronome nós. Nós (português), *we* (inglês), *noi* (italiano) e *nous* (francês); em espanhol, porém, nós é *NOSOTROS*, ou seja, usado para se referir a NÓS, os OUTROS, o que dá a ideia de que são inseparáveis, relacionados, juntos.

Igualmente rico e instigante é o caso da identidade brasileira. Como definir alguém que nasce, cresce e se desenvolve em um país continental, na intersecção conflituosa de povos tribais, europeus, africanos, asiáticos e de várias origens nacionais e em diferentes momentos do tempo histórico? Seria mesmo possível identificar o brasileiro, no singular? Como expor com fidelidade à diversidade cultural do país um prato típico do Brasil no exterior? Como discorrer sobre a música brasileira e alicerçá-la num estilo único que seria tocado e apreciado do Amapá ao Rio Grande do Sul, respeitando a multiplicidade de ritmos e sons que compõem as histórias musicais nacionais e as tantas contribuições de seus povos (no plural, é claro)? O

fato é que o brasileiro é *NOSOTROS* em estado bruto, muito embora fale a língua de Camões, não a de Cervantes.

Desse modo, não se pode isolar identidades individuais ou coletivas, já que são constituídas reciprocamente. A identidade individual é sempre integrada à identidade de um grupo e de uma sociedade e envolve invariavelmente a história do indivíduo, do grupo ou da sociedade, mesmo remotamente. Não há, em termos sociológicos, uma identidade solitária. As identidades coletivas são historicamente constituídas e agem sobre os indivíduos como se fossem uma memória em elaboração permanente.

Identidade geracional dentro de um grupo resultante da interseção entre povos tribais, europeus, africanos e asiáticos, o Brasil.



Godong/Opção Brasil Imagens

Identities hoje

Aparentemente, a identidade nacional no mundo contemporâneo pode parecer unificada, mas ela é fraturada, plural, histórica e vinculada a uma cultura nacional. Nesse sentido, pode-se falar de uma identidade cultural-nacional: fala-se a mesma língua, estuda-se uma história comum específica, há um sistema educacional homogêneo etc. É fato que a maioria dos indivíduos se identifica com um Estado-nação, mas existem situações distintas. Há os que mudaram de nacionalidade e os que possuem dupla nacionalidade, e outros que possuíam uma identidade nacional e passaram a ter outra, caso de quem nasceu na antiga Tchecoslováquia (tchecoslovaco) e, depois da desintegração do país, passou a ser tcheco (da República Tcheca) ou eslovaco (da Eslováquia).

Em todos os casos, a identidade é constantemente reafirmada, em nível nacional, por hinos, bandeiras, festas, heróis etc. É assim que os vínculos com os símbolos são mantidos, constituindo o que se pode chamar de uma “comunidade imaginada” – ou imaginária. Daí pode-se fazer referência a uma tradição, a uma literatura e a um folclore nacionais.

As identidades nacionais parecem, portanto, unificadas por seus símbolos, crenças e práticas comuns. Analisadas mais demoradamente, porém, é possível constatar que são formadas de muitos povos, diversas etnias e incontáveis culturas e tradições, que foram juntadas, em momentos distintos, na tentativa de construção de uma política cultural que levasse a uma unidade identitária. Identidades nacionais são realidades em constante transformação.

Outra forma de identidade muito expressiva da atualidade é relacionada ao trabalho, à profissão. Quando duas pessoas que não se conhecem começam a conversar, o que se pergunta é “O que você faz?” ou “Onde você trabalha?”. Há trinta ou quarenta anos, a pergunta inicial dessa conversa certamente faria referência à origem do interlocutor: “De onde você é? De que família faz parte?”. Isso mostra que a questão do trabalho e da profissão, hoje, é um referencial que identifica pessoas e grupos. Talvez por isso, quando em situação de desemprego, é comum a sensação de perder um pouco de si, de não se encontrar a si próprio, posto que as referências identitárias passam, necessariamente, pela função que se exerce em um emprego ou trabalho. O desemprego pode levar uma pessoa a sentir-se em um vácuo: sem atividades para fazer e sem identidade.

Além da família, do trabalho e da nacionalidade que definem a identidade, existem outros elementos indicadores de quem se é e como é possível ser identificado. Podem ser lembrados, por exemplo, o gênero, a etnia, a religião, a participação política e a classe social a que se pertence ou se julga pertencer.

Os modelos identitários que circulam são muitos e até se pode escolher o que pensar, ser e mudar, dependendo das novas “ondas” que aparecem cotidianamente. As identidades hoje são atravessadas por informações, práticas e situações que formam e reformam as representações de como se é identificado ou de como os sujeitos e os grupos sociais se identificam. Além disso, existem identificações fundamentadas em práticas de consumo ou em estilos de vida. Há outras assentadas sobre o time de futebol pelo qual se torce ou motivadas por doenças ou limitações físicas, caso do doente renal crônico, do portador de diabetes, dos portadores de deficiência visual, auditiva, motora etc.

As identidades são, portanto, dependentes dos cenários frequentados por indivíduos, grupos e classes sociais. Nesses cenários, foi estabelecido um sem-número de relações com o outro, aquele que, em essência, lhes é, ao mesmo tempo, diferente e semelhante, disjuntivo e complementar. Assim se define a identidade como mutante e em permanente estado de integração, ontem, hoje e sempre.



Edson Sato/Pulsar Imagens

Nas manifestações públicas (cívicas) em comemoração a alguma data nacional estão presentes não só a identidade nacional expressa na bandeira, mas também as identidades étnicas expressas nas configurações físicas dos participantes. Desfile de estudantes guaranis-kaiowás em Amambai, Mato Grosso do Sul, 2012.

Mia Couto: em busca das identidades plurais

Mia Couto, escritor moçambicano, em entrevista a Flora Pereira e Natan de Aquino, do Projeto Afreaka.

Quem é o Mia Couto pessoa?

Eu sou muitos, um dos quais é esse que agora infelizmente ganhou uma certa hegemonia sobre os outros, sobre esta multidão que mora dentro de mim, que é o Mia Couto escritor. Tenho uma empresa onde trabalho como biólogo. E eu também sou muito esse. Sou uma mestiçagem desses vários seres e criaturas que me habitam.

E o Mia Couto escritor?

Provavelmente é este o que me ocupa mais. Exatamente porque ele não pode ser capturado, não pode ser domesticado, configurado. Do Mia Couto escritor, o que me agrada mais é eu poder ser muita gente, poder ser vários, atravessar vidas e nascer em outras criaturas, nos personagens que eu crio. [...]

Você diz que seus livros buscam identidades, poderia nos contar sobre algumas das que você já encontrou? Quem são elas?

Eu acho que o que a escrita me permitiu, e eu tenho uma grande dívida com ela por isso, é perceber que eu sou todos. Cada um de nós é todos os outros. Quando eu comecei a escrever sobre mulheres, eu tive uma grande dificuldade, porque eu achava que estava a ser falso. Ia perguntar às mulheres como é que elas pensavam, mas depois percebi que estava dentro de mim. Se eu conseguir chegar lá, e fazer essa viagem para o meu lado feminino, para a mulher que eu também sou, aí sim fica verdadeiro. Eu não posso falar sobre uma mulher, eu tenho que escrever como se eu fosse ela. Eu sou essa mulher que eu escrevo. E eu sou esse chinês, sou esse velho, sou essa criança e sou todos os outros que vivem dentro de mim. Quando eu escrevo, não estou só a visitá-los, eu incorporo tudo isso. [...] Não existe uma identidade, mas as pessoas vivem em uma fortaleza: “eu sou assim”. E quando alguém diz isso, está dizendo uma grande mentira porque

está a criar, a sedimentar uma imagem que os outros criaram dela. As pessoas facilmente, quando se apresentam, dizem “eu sou jornalista”, e isso é uma coisa terrível, porque a gente fica capturado nessa única coisa, como se a vida inteira coubesse em um cartão de visita, que diz quem somos nós. [...]

A África plural muitas vezes vem interpretada erroneamente sobre o nome de África unidade. Mas, acima dessa sensibilidade, o senhor acha que existe uma identidade em comum africana?

Existem algumas identidades que são diversas, mas aquela que eu acho que é mais importante é o sentimento de religiosidade que une essas pessoas: como se concebe Deus, como se concebe o nosso lugar após a morte, como se concebe a própria morte. Essa espiritualidade de fato é uma religião. Não tem nome. Não é reconhecida. Eu acho que o grande elemento de aglutinação é essa coisa do lugar dos mortos, do invisível, a fronteira entre o possível e o impossível.

E isso permeia todas as comunidades?

Sem dúvida. É um chão. Eu nunca entenderei o Brasil se eu não souber nada sobre a religião católica, por exemplo. Mesmo o brasileiro que se afirma ateu foi moldado, foi condicionado em relação à ética, está embrionado disso. Aqui é o mesmo. Imagina se eu não soubesse nada da religião católica, como a maior parte das pessoas que vêm visitar a África não sabe desses valores. Então, eles veem e acham que são umas práticas, umas crenças exóticas, mas não entendem como isso funciona como um sistema de pensamento. E enquanto não tiver essa sensibilidade, nunca vai conseguir ter proximidade com a África porque está a ler o espaço apenas por linhas mais epidérmicas como a política, a história etc. Aquilo que é mais profundo não é tocado. [...]

Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/mia-couto-em-busca-das-identidades-plurais/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

1. Refletindo um pouco sobre os tantos papéis que você assume diariamente – filho(a), estudante, amigo(a), namorado(a) –, tente descrever quantos sujeitos você é em cada momento da vida. Eles são muito diferentes entre si?
2. De que maneira as outras pessoas influenciam seu comportamento cotidiano, seu estilo de vida?
3. Normalmente, faz-se referência à África como um continente, mas se fala como se fosse um país apenas, uma unidade. Quais são as Áfricas existentes que você conhece em termos geográficos, históricos e culturais?

- O sociólogo franco-argelino Pierre Bourdieu (1930-2002) insistia na tese de que a Sociologia deveria restituir aos homens e mulheres o sentido de suas vidas. No documentário *A Sociologia é um esporte de combate*, filmado entre 1998 e 2001, o diretor Pierre Carles acompanha Bourdieu em suas atividades cotidianas, na sala de aula, nas reuniões de pesquisa, nas ruas e nas intervenções midiáticas, buscando tornar públicas as tarefas do sociólogo, dentre as quais se destaca aquela que prevê não haver separação entre a vida dos indivíduos e as determinações gerais da experiência social.
- Assim, muito mais do que um esporte casual ou uma ação espontânea, a Sociologia se converte numa tarefa cotidiana, exaustiva, que requer um discurso sempre atualizado e orientado para as necessidades reais dos sujeitos sociais. A Sociologia fala para cada um e para todos ao mesmo tempo; ela almeja colaborar com indivíduos, grupos e classes sociais, em escala e de forma indissociável de sua missão científica de descortinar opressões e apontar opressores. No final das contas, a Sociologia deseja tão somente servir de inspiração para que as personagens da vida possam ter autonomia na construção de suas próprias narrativas históricas.
- A tarefa, contudo, não é livre de obstáculos. Existem as barreiras econômicas, que compram e vendem estilos e práticas de poder; sobram as relações de dominação, que subjugam, ameaçam e, no limite, impõem silêncio e resignação; ecoam as forças da cultura, que impregnam o espírito humano de conformismo, disseminam a ideologia do individualismo cego e, para ser bem atuais, definem o consumo como o mais expressivo sentido da existência. Tatuados pela solidão de suas ações, pela perda da esperança e pela desconfiança em relação à vida política e cidadã, os indivíduos se refugiam em si mesmos, julgando escapar à sociedade e, paradoxalmente, se entregando de vez ao aspecto mais nefasto da convivência, qual seja: aquele que decide não ser possível fazer nada para mudar a ordem natural das coisas.
- A Sociologia, portanto, esforça-se por desnaturalizar a vida em sociedade, demonstrando que não há nada de imutável nas experiências humanas compartilhadas. Questões como a da desigualdade social, da corrupção nas relações entre o poder público e o mercado, da precariedade nos serviços de saúde e educação, nada disso é natural ou impossível de mudar. São resultado de uma articulação de esforços políticos, econômicos e socioculturais que privilegiam o interesse privado, o ganho de alguns, a permanência dos privilégios de velhos grupos e classes instalados nas estruturas do poder social. Desmontar essas articulações de interesses privados e de antigos e nocivos privilégios é um dos maiores objetivos do **esporte sociológico de combate**.
- O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925), famoso pela sua metáfora da **modernidade líquida**, afirma que um dos temas mais delicados da sociedade contemporânea é o das **identidades**, sejam individuais, sejam coletivas. Tudo muda muito rapidamente, tudo exige respostas prontas e acabadas, sem que seja possível dar oportunidade à reflexão ou às ações coletivas e organizadas. Desse modo, as opiniões fluem, respingam, jorram de um lado a outro, sem se cristalizarem, sem se darem conta de sua inconsistência e de sua fragilidade. Por isso, as identidades são vítimas preferenciais dos processos de dominação e desarticulação. Impedir e criminalizar lutas e formas inteligentes de organização coletiva e minar resistências e oferecer as migalhas das mercadorias abundantemente consumidas são as tarefas do **tempo líquido** que nos banha diariamente.
- A Sociologia, bem como as demais ciências sociais – em particular, a Antropologia e a Ciência Política –, está longe de não enfrentar desafios e mais distante ainda de ser uma prática de fácil convencimento em face da opinião mais geral que circula na vida em sociedade. Antes de mais nada, seu papel é o de compreender a experiência social. Se assim bem se realizar, poderá auxiliar também nos processos de transformação da vida humana. Nesse momento, terá conquistado alguns pontos decisivos na prática esportiva a que se candidata com tanta coragem e capacidade de se refazer a toda hora.

leituras e propostas

Para refletir

Eu etiqueta

Em minha calça está grudado um nome
que não é meu de batismo ou de cartório,
um nome... estranho.
Meu blusão traz lembrete de bebida
que jamais pus na boca, nesta vida.
Em minha camiseta, a marca de cigarro
que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produto
que nunca experimentei
mas são comunicados a meus pés.
Meu tênis é proclama colorido
de alguma coisa não provada
por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
minha gravata e cinto e escova e pente,
meu copo, minha xícara,
minha toalha de banho e sabonete,
meu isso, meu aquilo,
desde a cabeça ao bico dos sapatos,
são mensagens,
letras falantes,
gritos visuais,
ordens de uso, abuso, reincidência,
costume, hábito, premência,
indispensabilidade,
e fazem de mim homem anúncio itinerante,
escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda.
É doce estar na moda, ainda que a moda
seja negar minha identidade,
trocá-la por mil, açambarcando
todas as marcas registradas,
todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
eu que antes era e me sabia
tão diverso de outros, tão mim-mesmo,
ser pensante, sentinte e solidário
com outros seres diversos e conscientes

de sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio,
ora vulgar ora bizarro,
em língua nacional ou em qualquer língua
(qualquer, principalmente).
E nisto me comprazo, tiro glória
de minha anulação.
Não sou – vê lá – anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
para anunciar, para vender
em bares festas praias pérgulas piscinas,
e bem à vista exibo esta etiqueta
global no corpo que desiste
de ser veste e sandália de uma essência
tão viva, independente,
que moda ou suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
minhas idiosincrasias tão pessoais,
tão minhas que no rosto se espelhavam,
e cada gesto, cada olhar,
cada vinco da roupa
resumia uma estética?
Hoje sou costurado, sou tecido,
sou gravado de forma universal,
saio da estampa, não de casa,
da vitrina me tiram, recolocam,
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial,
peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa.
Eu sou a coisa, coisamente.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O corpo*. 10. ed.
Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 85-87.

1. O poema realça a capacidade humana de pensar, agir e decidir sobre a própria vida como um valor fundamental. Que valores são contrapostos a esse na voz do eu poético?
2. Você passa por algo parecido com as situações citadas no poema, em casa, na escola ou entre os amigos? Se sua resposta for afirmativa, cite versos do poema que caracterizem a sua situação.

Para pesquisar

1. Escreva sua biografia. Para isso, siga as orientações abaixo:

Entreviste seus pais e parentes para saber como era o local onde sua família vivia na época de seu nascimento. Acrescente outras informações, como o nome das escolas em que você estudou até hoje. Para ilustrar, procure reunir algumas fotografias de cada período de sua vida.

Se sua família se mudou, procure saber: por que ela deixou a zona rural e mudou-se para uma cidade ou vice-versa; por que ela mudou de uma região para outra; por que ela mudou de um bairro para outro da mesma cidade. Se a sua família não se mudou, procure saber por que continua vivendo no mesmo lugar.

2. Pesquise em jornais, em revistas ou na internet reportagens sobre acontecimentos (nacionais ou internacionais) que, em sua opinião, exerceram influência em sua vida. Com essas informações em mãos, construa um painel com fotografias e textos que destacam a relação entre os acontecimentos pesquisados ou, se quiser, monte um vídeo.

Livros recomendados

Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios, de Charles Wright Mills. Rio de Janeiro: Zahar.

Recomenda-se principalmente o capítulo intitulado “A promessa”, no qual o autor discute o modo de pensar a sociedade em que vivemos e apresenta como necessária a qualidade que chama de “imaginação sociológica”.

Mozart: Sociologia de um gênio, de Norbert Elias. Rio de Janeiro: Zahar.

Nesse livro, o sociólogo Norbert Elias recria a sociedade com a qual se defrontou a criatividade e a força genial de Mozart, mostrando como as pressões sociais insistem em limitar o processo criativo que há nos indivíduos e grupos sociais mais inquietos e desejosos de mudanças. Um livro que encanta e faz pensar em profundidade as relações entre indivíduo e sociedade.

Sugestões de filmes

Billy Elliot (Inglaterra, 2000). Direção: Stephen Daldry.

Billy Elliot é um garoto que gosta muito de dança, mas seu pai quer que ele seja boxeador. Ao chegar à puberdade, Billy procura frequentar escondido as aulas de balé. Filme que desperta discussões sobre as opções feitas ao longo da vida e também a respeito da influência que as relações familiares e escolares exercem sobre o indivíduo.

Nell (EUA, 1994). Direção: Michael Apted.

Narra a trajetória de uma jovem encontrada numa casa de floresta isolada. Aos poucos, percebe-se que ela nunca havia feito contato com outros seres humanos, a não ser sua falecida avó. O processo de socialização, uma reflexão acerca da natureza do ser humano e também um olhar agudo sobre como as influências sociais podem ser boas ou nefastas.

Serras da desordem (Brasil, 2006). Direção: Andrea Tonacci.

Misto de ficção e documentário com base em episódios da vida do indígena Carapiru, da tribo Awá Guajá (do Maranhão), que sobrevive a um massacre perpetrado por jagunços contratados por fazendeiros, na Amazônia, em 1978. Ao escapar da matança, Carapiru se torna nômade e perambula pela mata durante dez anos. No filme, há uma atmosfera de tensão entre o micro e o macro, entre o indivíduo e a sociedade, entre o histórico e o circunstancial.

PLANETA BOLA

O futebol é uma interessante representação da vida em sociedade. Dentro das “quatro linhas” é possível observar várias relações sociais em miniatura, a solidariedade e a competição entre indivíduos e grupos; estratégias para a concretização de objetivos; emoções compartilhadas; uniformização (simbólica ou material) para assemelhar ou distinguir membros de uma equipe etc. O futebol une os diferentes que se dedicam a torcer por uma equipe. Nesse sentido, os clubes são bastante democráticos. Mas isso não quer dizer que nos momentos de euforia ou de decepção manifestações de preconceito não ocorram. Até nisso o futebol é parecido com a vida social: problemas são camuflados e só se revelam nos períodos de crise e insatisfação. De qualquer maneira, o futebol é um grande espetáculo e espelha a dinâmica das sociedades humanas. Essa incrível semelhança talvez seja a melhor explicação para seu sucesso em quase todo o planeta.

O INDIVÍDUO

Um jogador, por melhor que seja, não consegue atuar em campo sozinho. Sem duas equipes, sem a bola, sem as regras não há jogo. O sociólogo Norbert Elias chama essa relação de **configuração**.

GRAMADO

Você sabia que há tecnologia até no gramado dos estádios? O gramado que foi palco da final da Copa do Mundo de 2014, no Maracanã, teve seu plantio supervisionado por especialistas. Desde a escolha da grama – um tipo resistente a variações bruscas de temperatura, importado dos Estados Unidos – até o sistema de drenagem para garantir o escoamento da água da chuva, para evitar alagamentos, tudo foi cuidadosamente planejado para garantir o melhor cenário possível para os atletas.

AUDIÊNCIA

A final da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, no estádio do Maracanã – com capacidade para mais de 74 mil pessoas –, no Rio de Janeiro, foi vista por mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. Essa partida, a decisão entre Alemanha e Argentina, com vitória do time alemão, teve uma audiência equivalente a 13 mil Maracanãs lotados.

TORCIDA

Considerada o 12º jogador, a torcida entra em campo com o time, cantando e empurrando os jogadores. A ela se deve o colorido da grande festa que é uma partida de futebol. Mas a torcida é também o mais crítico dos membros da equipe: dá as costas e vai quando acredita que o grupo não está dando o melhor de si. De muitas maneiras, portanto, a torcida é a representação coletiva de cada jogador, de cada momento da história do clube – ela é a razão de ser do espetáculo da bola, uma vez que dá o tom e o ritmo das disputas em campo e no dia a dia dos times.



GLICOGÊNIO

Combinação de moléculas de glicose responsável pelo fornecimento de energia para o organismo humano. O glicogênio muscular contribui para a contração dos músculos. Para recuperar seus estoques, o corpo humano leva até 72 horas. Essa é a razão de os atletas terem um intervalo usual de três dias entre um jogo e outro.

CHUTEIRA (TECNOLOGIA)

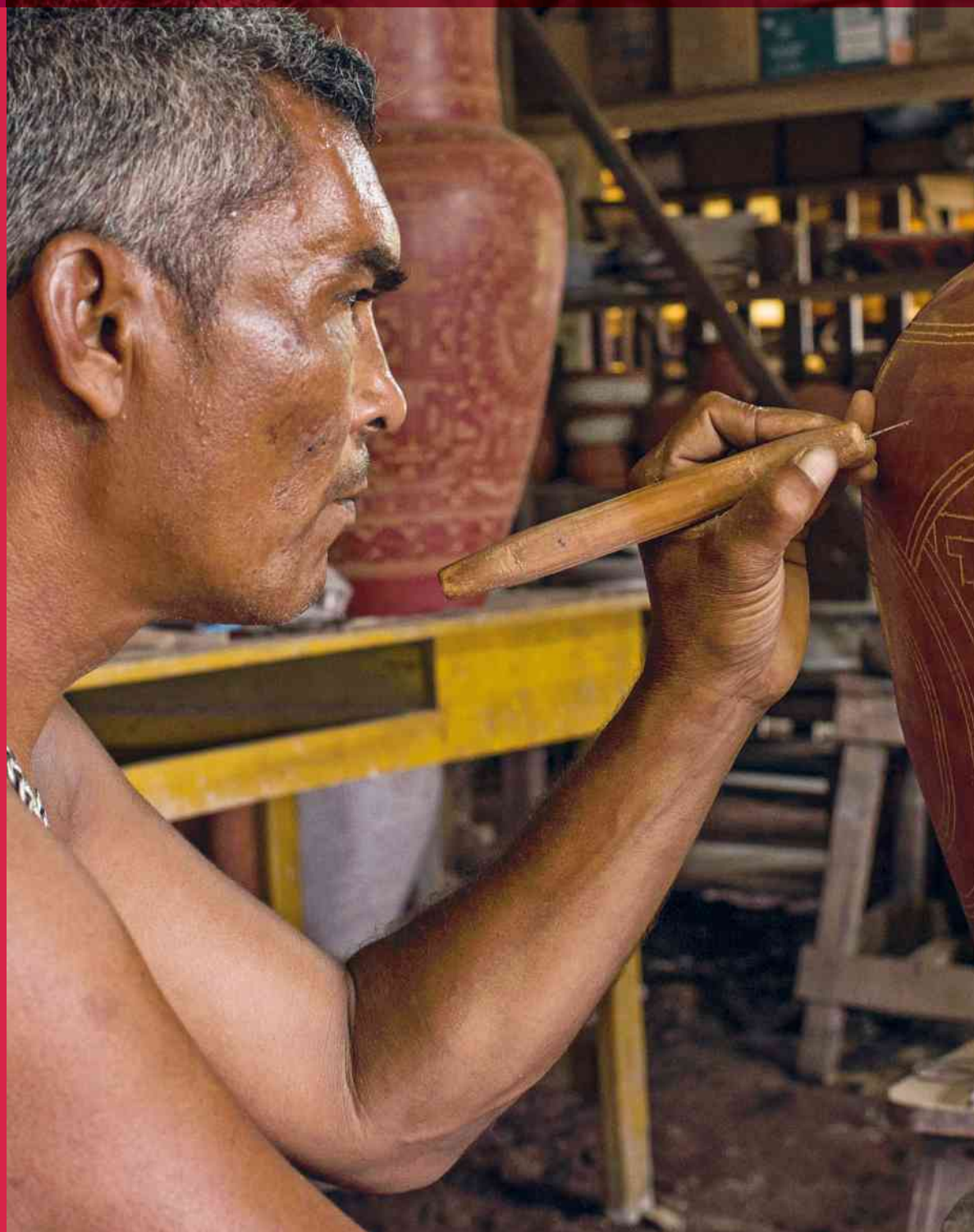
As chuteiras também evoluem. As modernas são capazes de manter os pés dos jogadores cada vez mais estáveis. Marcas de esportes estão desenvolvendo chuteiras feitas com malha e pesando apenas 165 gramas. Pouco antes da Copa do Mundo de 2014, as grandes marcas esportivas lançaram modelos de chuteiras de cano alto.



2

Trabalho e produção da vida em sociedade

unidade



O trabalho é fonte da vida

Nas sociedades atuais, a produção de cada bem ou mercadoria envolve uma complexa rede de trabalho e de trabalhadores, além de equipamentos e tecnologia. Um exemplo é um produto que faz parte do dia a dia de grande número de indivíduos: o pãozinho de água e sal.

Os ingredientes básicos para fazer um pãozinho são farinha de trigo, sal, fermento e água. Para que haja farinha, é necessário que alguém plante o trigo e o colha. Portanto, é essencial que haja moinhos para moer o grão, transformando-o em farinha, e comercialização, para que o produto chegue às padarias ou às indústrias que fabricam pães. Já o sal deve ser retirado do mar, processado e embalado. O fermento é produzido em outras empresas por outros trabalhadores, com outras matérias-primas.

A água precisa ser captada, tratada e distribuída, o que exige uma complexa infraestrutura e grande número de trabalhadores. São necessários equipamentos, como a máquina para preparar a massa e o forno para assar o pão, fabricados em indústrias que, por sua vez, empregam outros tipos de matérias-primas e outros trabalhadores.

Além do que já foi citado, é fundamental também algum tipo de energia proporcionado pelo fogo, e isso exige madeira ou carvão, ou energia elétrica. Esta é gerada em usinas hidrelétricas ou termoelétricas, que, por sua vez, precisam de equipamentos, linhas de transmissão e mais trabalhadores.

Na ponta de todo esse trabalho, estão as padarias, mercadinhos e supermercados, onde o pãozinho finalmente chega ao consumidor.

Se para produzir e vender um simples pão há tantas pessoas envolvidas, direta e indiretamente, pode-se, então, imaginar quanto trabalho é necessário para a fabricação de uma bicicleta, de um automóvel, de um ônibus ou para a construção de casas, escolas ou grandes edifícios.

Essa complexidade das tarefas relacionadas à produção é uma característica de nossa sociedade. Outros tipos de sociedade, do presente e do passado, apresentam características bem diversas.

Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

Artesão desenhando em cerâmica marajoara em Belém, Pará, 2015.

Trabalho e produção nas diferentes sociedades

O trabalho envolve a produção de mercadorias e a realização de tarefas que abrangem toda a vida em sociedade, uma vez que cada mercadoria produzida ou cada tarefa realizada servirá de alguma forma para configurar o modo como se organizam os sujeitos e se apresentam as estruturas da experiência coletiva. O trabalho, nesse sentido, expressa cotidianamente a vida e as estratégias de indivíduos, grupos e classes sociais em sua luta em busca da satisfação de seus objetivos e, principalmente, em torno de uma ideia comum de felicidade.

A produção nas sociedades tribais

As sociedades tribais diferenciam-se umas das outras em muitos aspectos, mas pode-se dizer, em termos gerais, que não são estruturadas pela atividade que na sociedade moderna se denomina trabalho. Nelas todos fazem quase tudo, e as atividades relacionadas à obtenção do que os indivíduos necessitam para se manter – caça, coleta, agricultura e criação – estão associadas aos ritos e mitos, ao sistema de parentesco, às festas e às artes, integrando-se, portanto, a todas as esferas da vida social.

A organização dessas atividades caracteriza-se pela divisão das tarefas por sexo e por idade. Os equipamentos e instrumentos utilizados, comumente vistos pelo olhar estrangeiro como muito simples e rudimentares, são eficazes para realizar tais tarefas. Guiados por esse olhar, vários analistas, durante muito tempo, classificaram as sociedades tribais como de economia de subsistência e de técnica rudimentar, passando a ideia de que elas viveriam em estado de pobreza, o que é um preconceito e também uma manifestação de clara ignorância. Se hoje muitas delas dispõem de áreas restritas, enfrentando difíceis condições de vida, em geral, antes do contato com o chamado “mundo civilizado”, a maioria vivia em áreas abundantes em caça, pesca e alimentos de vários outros tipos.

O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins (1930-) classifica essas sociedades como “sociedades da abundância” ou “sociedades do lazer”, destacando que seus membros não só tinham todas as necessidades materiais e sociais plenamente satisfeitas, como dedicavam um mínimo de horas diárias ao que nós chamamos de trabalho. Os Yanomami, da Amazônia, dedicavam pouco mais de três horas diárias às tarefas relacionadas à produção; os Ache, do Paraguai, cerca de cinco horas, mas não todos os dias; os Kung, do deserto do Kalahari, no sul da África, em média quatro horas por dia.

O fato de dedicar menos tempo a essas tarefas não significava, no entanto, ter uma vida de privações. As sociedades tribais viviam muito bem alimentadas, como indicam numerosos relatos que destacam a vitalidade de seus membros. É claro que tais relatos se referem à experiência de povos que viviam antes do contato com o chamado “mundo civilizado”.

Duas explicações, entre outras, podem ser apontadas para o fato de os integrantes das sociedades tribais dedicarem menos tempo do que os cidadãos ditos civilizados às atividades que na cultura urbano-industrial se convencionou designar como trabalho.

A primeira está no modo como se relacionam com a natureza, que é radicalmente diferente da maneira como as sociedades “civilizadas” tratam a terra, a água e o ar. Para os integrantes de sociedades tribais, a terra (Mãe Terra), além de ser o espaço onde vivem, tem valor cultural, pois dá aos humanos seus frutos: a floresta fornece aos caçadores os animais de que necessitam para a sobrevivência e os rios oferecem os peixes que ajudam na alimentação. Esses povos têm profunda intimidade com o meio em que vivem. Sabem como os animais e as plantas crescem e se reproduzem e quais podem ser utilizados para a alimentação, para a cura de doenças ou para a realização de rituais.

A segunda explicação, conforme o antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), está no fato de que a estrutura das sociedades tribais e o modo como seus membros produzem e reproduzem sua existência não se baseiam na necessidade de acumular bens ou alimentos, que estão sempre à disposição. Os excedentes, principalmente de alimentos oriundos da agricultura, são consumidos em festas e cerimônias.

Integradas ao meio ambiente e a todas as demais atividades, as tarefas relacionadas à produção não compõem, assim, uma esfera específica da vida, ou seja, não há um “mundo do trabalho” nas sociedades tribais.



Renato Soares/Pulsar Imagens

O trabalho na Europa antiga e medieval

Nas sociedades que se desenvolveram na Europa Ocidental da Antiguidade até o fim da Idade Média, as concepções de trabalho apresentaram variações, mas poucas alterações. Sempre muito desvalorizado, o trabalho não era o núcleo mais importante para orientar as relações sociais. Estas se definiam principalmente pela hereditariedade, pela religião, pela honra, pela lealdade e pela posição em relação às questões públicas. Eram esses os elementos que permitiam que alguns poucos vivessem do trabalho de muitos outros.

Oca em construção na Aldeia Piyulaga da etnia Waurá ou Waujá, Parque Indígena do Xingu em Gaúcha do Norte, Mato Grosso, 2013. As atividades que servem à coletividade – a construção da oca – integram-se a todas as esferas da vida social.



A. Dagli Orti/De Agostini/Getty

Detalhe de representação do trabalho de pavimentação de estradas na Roma antiga. II d.C.

A escravidão na Antiguidade

O termo trabalho pode ter nascido do vocábulo latino *tripalium*, que significa “instrumento de tortura”, e por muito tempo esteve associado à ideia de atividade penosa e torturante. Nas sociedades grega e romana, era a mão de obra escrava que garantia a produção suficiente para suprir as necessidades da população. Os escravos nessas sociedades eram basicamente prisioneiros das conquistas e das guerras. Existiam, entretanto, trabalhadores livres, como os meeiros, os artesãos e os camponeses, que também eram explorados e oprimidos pelos senhores e proprietários.

Na cidade-Estado grega de Atenas, os senhores e proprietários integravam a camada dos cidadãos à qual cabia discutir os assuntos da cidade. Para que os cidadãos pudessem se dedicar exclusivamente a essa atividade, o trabalho escravo era fundamental.

Labor, trabalho e ação

Os gregos distinguiam a atividade braçal de quem cultiva a terra, a atividade manual do artesão e a atividade do cidadão que discute e procura soluções para os problemas da cidade.

De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), os gregos classificavam as atividades humanas em três categorias: labor, trabalho e ação.

O **labor** é o esforço físico voltado para a sobrevivência do corpo, sendo, portanto, uma atividade passiva e submissa ao ritmo da natureza. O exemplo mais claro dessa atividade é o cultivo da terra, pois depende de forças que o ser humano não pode controlar, como o clima e as estações.

O **trabalho** corresponde ao fazer, ao ato de fabricar, de criar algum produto mediante o uso de um instrumento ou mesmo das próprias mãos. O produto desse trabalho muitas vezes subsiste à vida de quem o fabrica, ou seja, tem um tempo de permanência maior que o de seu produtor. O trabalho do artesão ou do escultor se enquadraria nessa concepção.

A **ação** é a atividade que tem a palavra como principal instrumento; seu espaço é o da política, da vida pública.

A servidão nas sociedades feudais

No Império Romano, a maioria dos escravos era constituída de prisioneiros de guerra. Com o fim das guerras de conquista nas quais os romanos se envolveram, o número de escravos diminuiu. Os grandes proprietários de terras (latifundiários), que até então utilizavam o trabalho escravo, passaram a admitir trabalhadores livres como colonos. No regime do colonato, os trabalhadores recebiam um lote de terra, devendo cultivá-la e entregar parte da produção ao proprietário.

Em razão da instabilidade que caracterizou os séculos anteriores à queda do Império Romano do Ocidente, diversos pequenos proprietários venderam suas terras para os latifundiários e empregaram-se como colonos nas grandes propriedades, em troca de proteção.

Após o fim do Império Romano do Ocidente (476 d.C.), os germânicos estabelecidos na Europa ocidental continuaram a utilizar o regime de colonato para organizar o trabalho dos camponeses em seus domínios. Com o passar do tempo, o colonato passou por transformações que foram configurando um novo regime de trabalho: a servidão. No regime de servidão característico das sociedades feudais, os servos

não gozavam de plena liberdade, mas também não eram escravos. Prevalcia um sistema de deveres do servo para com o senhor e deste para com aquele.

Além de cultivar as terras a ele cedidas pelo senhor feudal, o servo era obrigado a trabalhar nas terras do senhor, bem como na construção e manutenção de estradas e pontes. Essa obrigação se chamava **corveia**. O servo devia também ao senhor a **talha**, uma taxa que se pagava sobre tudo o que se produzia na terra e atingia todas as categorias de trabalhadores do senhorio. Outra obrigação devida pelo servo eram as **banalidades**, pagas pelo uso do moinho, do forno, dos tonéis de cerveja e por, simplesmente, residir no domínio senhorial. Essa obrigação era extensiva aos camponeses livres.

Ao examinar a ilustração que mostra o esquema do uso do solo em um feudo, é possível entender a organização do espaço e do trabalho sob domínio feudal. Nessas sociedades, os servos, os camponeses livres e os aldeões trabalhavam e os senhores feudais e os membros do clero viviam do trabalho deles. A terra era o principal meio de produção, e os trabalhadores tinham direito a usufruir dela e a ocupá-la, mas nunca à propriedade.

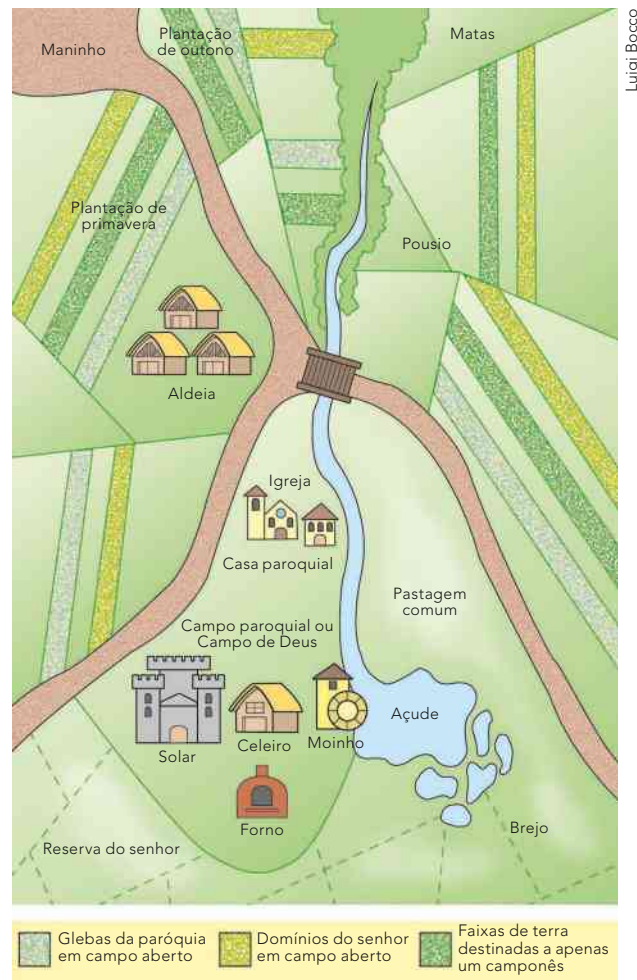
Embora o trabalho ligado à terra fosse o preponderante nas sociedades medievais, eram praticadas também atividades artesanais, nas cidades e mesmo dentro das propriedades do senhor feudal, e atividades comerciais.

Nas cidades, a produção artesanal tinha uma organização rígida baseada nas corporações de ofício. No topo da escala dessas corporações, encontrava-se um mestre, que controlava o trabalho de todos e encarregava-se de pagar os direitos ao rei ou ao senhor feudal e de fazer respeitar todos os compromissos com a corporação. Abaixo dele vinha o oficial, que ocupava uma posição intermediária entre a do aprendiz e a do mestre. Cabia ao oficial fixar a jornada de trabalho e a remuneração, sendo também o responsável por transmitir os ensinamentos do mestre aos aprendizes. O aprendiz, que ficava na base dessa hierarquia, devia ter entre 12 e 15 anos e era subordinado a um só mestre. Seu tempo de aprendizado era predeterminado, bem como os seus deveres e as sanções a que estava sujeito, conforme o estatuto da corporação.

As bases do trabalho na sociedade moderna

Com o fim do período medieval e a emergência do mercantilismo e do capitalismo, a estrutura de trabalho passou por um longo processo de mudanças. Como a estrutura anterior se desagregou? Como os artesãos e pequenos produtores se transformaram em assalariados?

Os artesãos e pequenos produtores trabalhavam, muitas vezes, na própria casa. Eles tinham suas ferramentas e seus instrumentos e, além disso, produziam



Cena com camponeses semeando a terra. Iluminura que representa o mês de outubro em um calendário francês do século XV. Biblioteca Houghton, Cambridge. Autor desconhecido.

ou obtinham, por meio de troca, as matérias-primas para produzir o que necessitavam. Eram, pois, senhores das condições necessárias para sobreviver e também de seu tempo, pois decidiam quando trabalhar ou descansar.

Pouco a pouco, essa situação se modificou. Inicialmente, houve a separação entre a moradia e o local de trabalho; depois, o trabalhador foi separado de seus instrumentos; por fim, ele perdeu a possibilidade de obter a própria matéria-prima. Os comerciantes e industriais que haviam acumulado riquezas passaram a financiar, organizar e coordenar a produção de mercadorias, definindo o que produzir, em que quantidade e em quanto tempo. Afinal, eles é que possuíam o dinheiro para financiar a produção.

Essa transformação aconteceu por meio de dois processos de organização do trabalho: o de cooperação simples e o de cooperação avançada (ou manufatura).

No processo de cooperação simples, era mantida a hierarquia da produção artesanal entre o mestre e o aprendiz, e o artesão desenvolvia todo o processo produtivo, do molde ao acabamento. O artesão estava a serviço de quem lhe colocava à disposição a matéria-prima e alguns instrumentos de trabalho, e definia o local e as horas a ser trabalhadas. Esse tipo de organização do trabalho abriu caminho para novas formas de produção, que começaram a se definir como trabalho coletivo para a confecção de mercadorias, o que seria a marca do novo processo produtivo.

No processo de cooperação avançada (ou manufatura), o trabalhador continuava a ser artesão, mas não participava de todo o processo de produção. Houve a consolidação do trabalho coletivo, ou seja, o artesão deixou de ter conhecimento da totalidade do processo produtivo. Cada trabalhador só participava de um passo da produção, por exemplo, de um sapato: um produzia o salto; outro fazia a parte de cima; outro, ainda, confeccionava a sola do sapato; outros uniam as partes separadas. No final, havia um sapato inteiro. O produto tornou-se resultado da atividade de muitos trabalhadores.

Para a realização das atividades, o trabalhador passou a receber um salário, e desse modo o trabalho transformou-se em mercadoria (força de trabalho) que podia ser vendida e comprada, como qualquer outra. Além disso, o tempo e o local de trabalho eram definidos por quem lhe pagava o salário.

Com o tempo, algumas máquinas começaram a transformar ainda mais o cenário e o ambiente de trabalho. Uma nova forma de trabalho foi desenvolvida: a

maquinofatura. Com ela, o espaço do trabalho passou a ser a fábrica, pois era lá que estavam as máquinas que “comandavam” o processo de produção. Todo o conhecimento que o trabalhador usava para produzir suas peças foi dispensado, ou seja, sua destreza manual foi transposta para as máquinas e assim substituída por elas.

Essas mudanças no processo produtivo ocorreram lentamente, durante mais de 200 anos, e variaram de país para país. Em muitos casos, todas as formas de trabalho anteriores conviveram com as que foram surgindo posteriormente.



Representação do trabalho artesanal de alfaiataria em iluminura integrante do manuscrito *Tacuinum sanitatis*, um livro medieval, século XIV, Biblioteca Nacional da França, Paris.



Interior de uma fábrica de velas. Gravura que compõe a *Enciclopedia*, de Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert, 1751-1772. Na passagem de uma forma de organização para outra, o trabalhador perdeu a posse dos instrumentos e o controle dos processos de trabalho.

Mudança na concepção de trabalho

As transformações ocorridas no processo produtivo envolveram a mudança da concepção de trabalho – de atividade penosa para atividade que dignifica o homem. Isso aconteceu porque, não sendo mais possível contar com o serviço compulsório, foi preciso convencer as pessoas de que trabalhar para os outros era bom. Enfatizava-se que as novas formas de organização do trabalho beneficiavam a todos e que a situação presente do trabalhador era melhor do que a anterior. Diversos setores da sociedade colaboraram para essa mudança:

- As igrejas cristãs procuraram transmitir a ideia de que o trabalho era um bem divino e quem não trabalhasse não seria abençoado. Não trabalhar (ter preguiça) passou a ser pecado.
- Os governantes passaram a criar uma série de leis e decretos que puniam quem não trabalhasse. Os desempregados eram considerados vagabundos e podiam ir para a prisão. A polícia era encarregada de prender esses “vagabundos”.
- Os empresários desenvolveram uma disciplina rígida no local de trabalho, além de determinar e controlar os horários de entrada e saída dos estabelecimentos. Além disso, havia multas para os que não obedecessem às normas fixadas.
- As escolas passaram às crianças a ideia de que o trabalho era fundamental para a sociedade. Esse conceito era ensinado, por exemplo, nas tarefas e lições e também por meio dos contos infantis. Quem não se lembra, por exemplo, da história da cigarra e da formiga ou da dos três porquinhos? Quem não trabalhava “levava sempre a pior”.

Na vida real, a história era outra. O trabalhador estava livre, quer dizer, não era mais escravo nem servo, mas trabalhava mais horas do que antes.

J.J. Grandville. A cigarra e a formiga, 1855.



Representação da fábula da cigarra e da formiga, de Esopo, em ilustração de J. J. Grandville, criada em 1855. Biblioteca Municipal, Nancy, França. Crianças de várias gerações ouviram e internalizaram a fala da laboriosa formiga em resposta ao pedido de ajuda da cigarra, com a chegada do inverno.

Evolução das horas de trabalho semanal		
Período	Inglaterra	França
1650-1750	45 a 55 horas	50 a 60 horas
1750-1850	72 a 80 horas	72 a 80 horas
1850-1937	58 a 60 horas	60 a 68 horas

Fonte: CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 37.

Max Weber, no livro *História geral da economia*, publicado postumamente em 1923, afirma que esse processo foi necessário para que o capitalismo existisse. O trabalhador era livre apenas legalmente porque, na realidade, via-se forçado a fazer o que lhe impunham, pela necessidade e para não passar fome.

nas palavras de WEBER

O recrutamento de trabalhadores

[...]

O recrutamento de trabalhadores para a nova forma de produção, tal como se encontra desenvolvida na Inglaterra, desde o século XVIII, à base da reunião de todos os meios produtivos em mãos do empresário, realizou-se através de meios coercivos bastante violentos, particularmente de caráter indireto. Entre eles, figuram, antes de tudo, a “lei de pobres” e a “lei de aprendizes”, da rainha Elizabeth. Tais regulações se fizeram necessárias, dado o grande número de “desocupados” que existia no país, gente que a revolução agrária transformara em deserdados. A expulsão dos pequenos agricultores e a transformação das terras de lavoura em campos de pastagem [...] determinaram que o número de trabalhadores necessário na lavoura se tornasse cada vez menor, dando lugar a que, na cidade, houvesse um excedente de população, que se viu submetido a trabalho coercivo. Quem não se apresentava voluntariamente era conduzido às oficinas públicas dirigidas com severa disciplina. Quem, sem permissão do mestre-artífice, ou empresário, abandonasse seu posto de trabalho, era tratado como vagabundo; nenhum “desocupado” recebia ajuda senão mediante seu ingresso nas oficinas coletivas. Com este procedimento, recrutaram-se os primeiros operários para a fábrica.

Um serviço penoso somava-se a esta disciplina de trabalho. Mas o “poder” da classe abastada era absoluto; apoiava-se na administração, por meio de juízes de paz, que, na falta de uma lei apropriada, distribuíam justiça de acordo com um amontoado de instruções particulares, segundo um arbítrio próprio. Até a segunda metade do século XIX, dispuseram da mão de obra como bem entendiam. [...]

WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p. 273-274.

Ainda assim, não foi fácil submeter os trabalhadores às longas jornadas e aos rígidos horários, pois a maioria deles não estava acostumada a isso. A maior parte da população que foi para as cidades trabalhava anteriormente no campo, onde o ritmo da natureza definia quanto e quando trabalhar. A semeadura e a colheita tinham seu tempo certo, de acordo com o clima e a época. Além disso, o mesmo indivíduo desenvolvia várias atividades produtivas; não era especializado em uma só tarefa. Ele podia plantar, colher, construir uma mesa ou um banco e trabalhar num tear.

Em seu livro *Costumes em comum*, o historiador britânico Edward P. Thompson (1924-1993) comenta um costume arraigado em vários países da Europa desde o século XVI até o início do século XX: o de não trabalhar na chamada santa segunda-feira. Essa tradição, diz ele, parece ter sido encontrada nos lugares onde existiam indústrias de pequena escala, em minas e nas manufaturas ou mesmo na indústria pesada.

Não se trabalhava nesse dia por várias razões, mas principalmente porque nos outros dias da semana trabalhava-se de 12 a 18 horas. Havia ainda a dificuldade de desenvolver o trabalho na segunda-feira por causa do abuso de bebidas alcoólicas, comum nos fins de semana. Nas siderúrgicas, estabeleceu-se que as segundas-feiras seriam utilizadas para consertos de máquinas, mas o que prevalecia era o não trabalho, que às vezes se estendia às terças-feiras.

Foram necessários alguns séculos, utilizando os mais variados instrumentos, inclusive multas e prisões, para disciplinar e preparar os operários para o trabalho industrial diário e regular.

Trabalho e necessidades nas sociedades tribais

Sociedades como estas (tribais) que estamos considerando não têm as nossas razões para trabalhar – se é que entre elas se encontre algo parecido com o que faz o burocrata na repartição ou o operário na fábrica, comandados pelos administradores, pela linha de montagem, pelo relógio de ponto, pelo salário no fim do mês. “Trabalham” para viver, para prover às festas, para presentear. Mas nunca mais que o estritamente necessário: a labuta não é um valor em si, não é algo que tem preço, que se oferece num mercado; não se opõe ao lazer, dele não se separando cronologicamente (“hora de trabalhar, trabalhar”); não acontece em lugar especial, nem se desvincula das demais atividades sociais (parentesco, magia, religião, política, educação...). Sempre que se pareçam com o que chamamos “trabalho”, tais atividades são imediatamente detestadas. Aliás, no fundo, no fundo, não o são também entre nós?

De vez em quando se trabalha um pouco mais que o necessário à satisfação do “consumo” regular. Mas com maior frequência, dentro do tempo normal de “trabalho”, se produz algo que transborde o necessário. Esta é, em geral, a parte das solenidades, das festas, dos rituais, dos presentes, das destruições ostentatórias, das manifestações políticas, da hospitalidade... e o significado desse algo mais nunca é acumular, investir. Há aí, portanto, uma grande diferença em relação à nossa atitude oficial para com o trabalho. Mas não há, ao mesmo tempo, algo que intimamente invejemos? Algo com coloração de sonho, para nós, que mais ou menos reservadamente trabalhamos de olho na saída, no fim de semana, no feriado prolongado, nas férias, na aposentadoria?

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 101.

1. Após a leitura do texto, procure responder às questões que o próprio autor formula.

Trabalho e ócio no mundo greco-romano

[...] Em Atenas, na época clássica, quando os poetas cômicos qualificavam um homem por seu ofício (Eucrates, o comerciante de estopa; Lisicles, o comerciante de carneiros), não era precisamente para honrá-los; só é homem por inteiro quem vive no ócio. Segundo Platão, uma cidade benfeita seria aquela na qual os cidadãos fossem alimentados pelo trabalho rural de seus escravos e deixassem os ofícios para a gentalha: a vida “virtuosa”, de um homem de qualidade, deve ser “ociosa” [...]. Para Aristóteles, escravos, camponeses e negociantes não poderiam ter uma vida “feliz”, quer dizer, ao mesmo tempo próspera e cheia de nobreza: podem-no somente aqueles que têm os meios de organizar a própria existência e fixar para si mesmos um objetivo ideal. Apenas esses homens ociosos correspondem moralmente ao ideal humano e merecem ser cidadãos por inteiro: “A perfeição do cidadão não qualifica o homem livre, mas só aquele que é isento das tarefas necessárias das quais se incumbem servos, artesãos e operários não especializados; estes últimos não serão cidadãos, se a constituição conceder os cargos públicos à virtude e ao mérito, pois não se pode praticar a virtude levando-se uma vida de operário ou de trabalhador braçal”. Aristóteles não quer dizer que um pobre não tenha meios ou oportunidades de praticar certas virtudes, mas, sim, que a pobreza é um defeito, uma espécie de vício. [...]

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ____ (org.). *Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 124-125. (História da vida privada, v. 1).

2. Desde a Antiguidade registra-se a divisão entre atividade intelectual e atividade manual. Como essas formas de trabalho são valorizadas hoje?
3. De acordo com suas observações, a concepção de que a pobreza é uma espécie de vício, ou algo que torna as pessoas inferiores, ainda existe? Em que situações ela se manifesta?

Trabalho e produção na sociedade capitalista

Uma das características das sociedades modernas é a crescente divisão do trabalho. Os autores clássicos Karl Marx (1818-1883) e Émile Durkheim (1858-1917) têm visões diferentes sobre essa questão, e o pensamento de ambos marca perspectivas de análise diversas ainda hoje. Assim, é importante conhecer essas duas visões para entender melhor a questão do trabalho na vida social moderna.

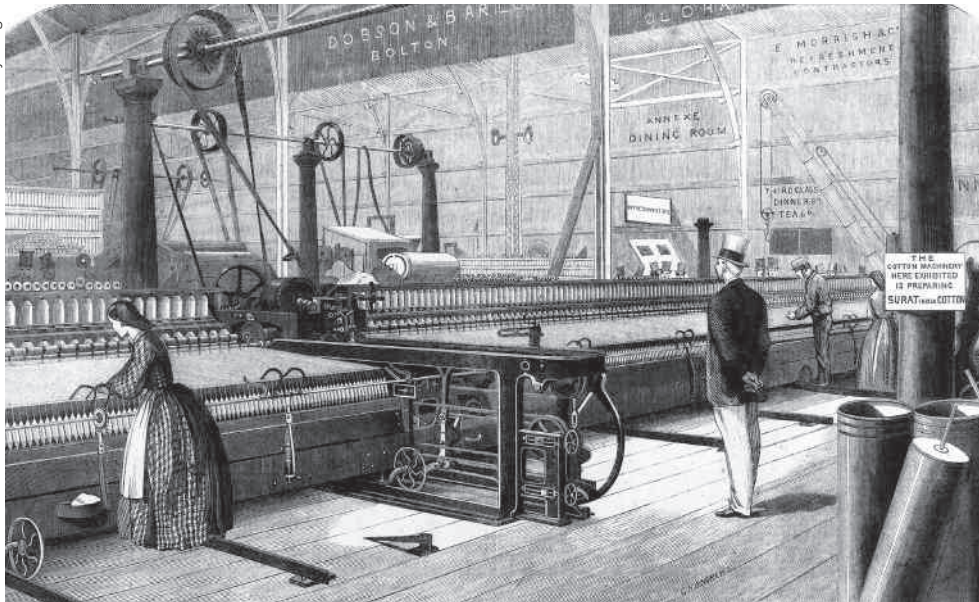
Karl Marx e a divisão social do trabalho

Para Karl Marx, a divisão do trabalho é característica de todas as sociedades conhecidas. De acordo com ele, conforme os humanos buscam atender a suas necessidades, estabelecem relações de trabalho e maneiras de dividir as atividades. Por exemplo: nas sociedades tribais que viviam da caça e da coleta, a divisão era feita com base no sexo e na idade; naquelas que desenvolveram a prática da agricultura e o pastoreio, as funções se dividiram entre quem caçava ou pescava e quem plantava ou cuidava dos animais, mantendo muitas vezes a divisão entre sexos e idade.

Pouco a pouco, em algumas sociedades, a produção aumentou e ultrapassou o necessário para atender às necessidades da população (houve o que chamamos de excedente de produção), registrando-se também uma tendência à sedentarização. Estabeleceu-se, então, uma nova divisão do trabalho: entre aqueles que produziam diretamente e aqueles que cuidavam (administravam) do excedente, que podia ser utilizado em períodos de carência ou ser trocado por bens que a sociedade não produzia. Nascia, assim, a divisão entre o trabalhador direto e o indireto ou entre o que produzia e o que cuidava do excedente.

Com o desenvolvimento da produção e dos núcleos urbanos, estabeleceu-se ainda a divisão mais ampla entre o trabalho rural (agricultura) e o urbano (comércio, serviços e indústria). Quem vivia nas cidades passou a ser considerado superior ou "melhor" porque não trabalhava a terra. As cidades também passaram a ser o lugar do poder político.

Com a Revolução Industrial, desenvolveu-se a divisão entre os proprietários dos meios de produção (os capitalistas) e os que só possuíam a força de trabalho. No interior das fábricas, entre os submetidos ao capitalista, passou a haver divisão entre quem administrava – o diretor ou gerente (trabalhador intelectual) – e quem executava – o operário (trabalhador braçal).



Gravura publicada no *Illustrated London News* que mostra o processo de produção no Reino Unido do algodão cultivado na Índia. Repare que há um supervisor vigiando o trabalho da funcionária. Na visão de Marx, a divisão do trabalho gerou a divisão da sociedade em classes.

Para assegurar o aumento da produtividade, as tarefas foram subdivididas e intensificadas, promovendo-se assim a fragmentação do ser humano no ambiente de trabalho. Por se resumir a tarefas repetitivas, o trabalho tornou-se uma atividade estressante e nociva aos trabalhadores.

Divisão do trabalho: uma crítica precursora

Em 1776, quase cem anos antes de Marx elaborar sua crítica, Adam Smith (1723-1790) reconhecia o caráter pernicioso da divisão do trabalho nas fábricas:

Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. [...] Este tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação para a qual foi criado. [...]

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 213-214. Apud: MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. "Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin". *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 3, jul.-set. 2009.

A divisão do trabalho criou uma oposição entre duas classes sociais: a detentora dos meios de produção e a possuidora da força de trabalho. Para Marx, portanto, quando se fala em divisão do trabalho na sociedade capitalista, reporta-se às formas de propriedade, à distribuição da renda entre os indivíduos e à formação das classes sociais.

Os conflitos entre os capitalistas e os trabalhadores apareceram a partir do momento em que estes perceberam que trabalhavam muito e estavam cada dia mais miseráveis. Vários tipos de enfrentamento ocorreram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, desde o movimento dos destruidores de máquinas, no início do século XIX (conhecido como ludismo) até as greves registradas durante o século XX (voltaremos a esse assunto nas Unidades 3 e 5).

nas palavras de MARX

A jornada de trabalho no capitalismo no século XIX

“Que é uma jornada de trabalho?” De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! [...] Em vez de a conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador.

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feito fluir. [...]

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. p. 211-212.

A mais-valia

Um conceito marxista fundamental para entender a exploração do trabalhador pelo capitalista é o de **mais-valia**: a diferença entre o que o trabalhador produz e o valor do salário que ele recebe.

Para explicar melhor esse conceito, vamos utilizar o exemplo de um operário contratado para trabalhar em uma indústria. Ao assinar o contrato, ele aceita trabalhar, por exemplo, oito horas diárias, ou 40 horas semanais, em troca de determinado salário. O capitalista passa, a partir daí, a ter o direito de utilizar essa força de trabalho no interior da fábrica. O trabalhador, em quatro ou cinco horas diárias, produz o referente ao valor de seu salário total; as horas restantes, nas quais ele continua produzindo, são apropriadas pelo capitalista. Isso significa que, diariamente, o empregado trabalha três a quatro horas para o dono da empresa, sem receber pelo que produz. O que ele produz nessas horas a mais constitui a mais-valia, que o proprietário consegue separar para si antes mesmo de vender o produto gerado no processo de trabalho.

No processo de extração de mais-valia, os capitalistas utilizam duas estratégias: aumentam o número de horas trabalhadas mediante a contratação de mais funcionários ou da ampliação das jornadas de trabalho, gerando a **mais-valia absoluta**; introduzem diversas tecnologias e equipamentos a fim de aumentar a produção com a mesma quantidade de trabalhadores (ou mediante a redução dessa quantidade), elevando a produtividade do trabalho, mas mantendo o mesmo salário, gerando a **mais-valia relativa**.

O capitalista reaplica parte do montante de mais-valia apropriado na produção de mercadorias e acumula outra parte. Esse processo é o que Marx chama de **acumulação original** de capital, ou seja, a acumulação de mais-valia ou de trabalho não pago.

A Constituição romana definia como proletário a última das seis classes censitárias, composta por aqueles que não tinham propriedade alguma ou por aqueles que não tinham propriedades suficientes para serem cidadãos com direito a voto e obrigações militares. Sua única capacidade era a de procriar e ter filhos. Reduzidos assim à condição de reprodutores da população, os proletários representavam o que não se conta na vida social.

Émile Durkheim: a divisão do trabalho social e a solidariedade

Émile Durkheim analisa as relações de trabalho na sociedade moderna de forma diferente da de Marx. Em seu livro *Da divisão do trabalho social*, escrito no final do século XIX, procura demonstrar que a crescente especialização do trabalho, promovida pela produção industrial moderna, trouxe uma forma superior de solidariedade, não de conflito.

Para Durkheim, há duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A **solidariedade mecânica** é mais comum nas sociedades menos complexas, nas quais cada um sabe fazer quase todas as tarefas de que necessita para viver. Nesse caso, o que une as pessoas não é o fato de uma depender do trabalho da outra, mas a aceitação de um conjunto de crenças, tradições e costumes comuns.

Já a **solidariedade orgânica** é fruto da diversidade entre os indivíduos, e não da identidade das crenças e ações. O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, a necessidade que uma pessoa tem da outra, em virtude da divisão do trabalho social. É o que exemplificamos no início desta Unidade ao tratar do trabalho e dos trabalhadores envolvidos na produção do pão.

Com base nessa visão, na sociedade moderna, a integração social seria promovida pela divisão crescente do trabalho. E isso é fácil de observar em nosso cotidiano. Embarca-se em um ônibus com motorista e cobrador; compram-se alimentos e roupas produzidos por outros trabalhadores. Também se pode ir ao hospital, ao dentista ou à farmácia quando se tem algum problema de saúde e lá há outras tantas pessoas que trabalham para resolver essas questões. Enfim, é possível citar uma quantidade enorme de situações que tornam os indivíduos dependentes entre si. Durkheim afirma que a interdependência provocada pela crescente divisão do trabalho cria solidariedade, pois faz a sociedade funcionar e lhe dá coesão.

Segundo esse autor, no final do século XIX e no início do século XX, toda a ebulição resultante da relação entre o capital e o trabalho não passava de uma questão moral. O que fez surgirem tantos conflitos foi a ausência de instituições e normas



Nick Fox/Shutterstock

Cortar a lenha, carregá-la, preparar o fogo e cozinhar. A execução de todas as etapas de uma tarefa mostra uma relação de solidariedade mecânica. Tribo Maasai, grupo étnico Nilótico que ocupa o sul do Quênia e o norte da Tanzânia, 2014.



Daniel De Granville/Fotorena

A caixa de supermercado exerce uma função dentro de uma rede de funções, o que caracteriza uma relação de solidariedade orgânica. Bonito, Mato Grosso do Sul, 2015.

(anomia) integradoras que permitissem que a solidariedade dos diversos setores da sociedade, nascida da divisão do trabalho, se expressasse e, assim, pusesse fim aos conflitos. Portanto, para Durkheim, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, as relações entre os diversos setores da sociedade não são regulamentadas pelas instituições existentes.

nas palavras de DURKHEIM

A divisão do trabalho social cria a solidariedade

[...]

Bem diverso [da solidariedade mecânica] é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros.

A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade.

É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada. Sem dúvida, por mais circunscrita que seja, ela nunca é completamente original; mesmo no exercício de nossa profissão, conformamo-nos a usos, a práticas que são comuns a nós e a toda a nossa corporação. Mas, mesmo nesse caso, o jugo que sofremos é muito menos pesado do que quando a sociedade inteira pesa sobre nós, e ele proporciona muito mais espaço para o livre jogo de nossa iniciativa. Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua autonomia, e contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho.

[...]

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 108-109.

As duas diferentes formas de analisar as relações na sociedade moderna capitalista, apresentadas por Marx e Durkheim, acabaram influenciando outras ideias no século XX, quando a situação do trabalho parecia ter mudado. É o que será analisado a seguir.

Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho

No século XX, o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas produtivos deu origem a uma nova forma de organização do trabalho que se tornou conhecida como fordismo, numa referência a Henry Ford (1863-1947). Foi ele quem, a partir de 1914, implantou em sua fábrica de automóveis um modelo que seria seguido por muitas outras indústrias.

As mudanças introduzidas por Ford visavam à produção em série de um produto (o Ford modelo T) para o consumo em massa. Ele estabeleceu a jornada de oito horas por 5 dólares ao dia, o que, na época, significava renda e tempo de lazer suficientes para o trabalhador suprir todas as suas necessidades básicas e até adquirir um dos automóveis produzidos na empresa. Iniciava-se, assim, o que veio a se chamar de era do consumismo: produção e consumo em larga escala. Esse processo disseminou-se e atingiu quase todos os setores produtivos das sociedades industriais.

Mas isso por si só não explica o fordismo. É apenas um de seus aspectos, o mais aparente. Já no final do século XIX, Frederick Taylor (1865-1915), em seu livro *Princípios de administração científica*, propunha a aplicação de princípios científicos na organização do trabalho, buscando maior racionalização do processo produtivo.

Com as mudanças introduzidas por Henry Ford em sua fábrica, as expressões **fordismo** e **taylorismo** passaram a ser usadas para identificar o mesmo processo: o aumento de produtividade com o uso mais racional possível das horas trabalhadas, por meio do controle das atividades dos trabalhadores, a divisão e o parcelamento das tarefas, a mecanização de parte das atividades, com a introdução da linha de montagem, e um sistema de recompensas e punições conforme o comportamento dos operários no interior da fábrica.

Em razão dessas medidas, foi desenvolvido um sistema de planejamento para aprimorar cotidianamente as formas de controle e execução das tarefas, o que resultou na criação de um setor de especialistas na administração da empresa. A hierarquia, bem como a impessoalidade das normas, foi introduzida no processo produtivo, sempre comandado por administradores treinados para isso. A capacidade e a especialização dos operários tinham valor secundário, pois o essencial eram as tarefas de planejamento e supervisão.

Essas diretrizes não foram utilizadas apenas no universo capitalista. O modelo fordista-taylorista foi adotado também, com algumas adaptações, na União Soviética, cujo sistema político-econômico era o socialismo, que se propunha ser oposto ao capitalismo e que vigorou na Europa oriental de 1917 a 1991. Vladimir Lênin (1870-1924), líder do governo socialista na União Soviética entre 1922 e 1924, aconselhava a utilização desse modelo como alternativa para elevar a produção industrial soviética.

Com Ford e Taylor, a divisão do trabalho passou pelo planejamento vindo de cima, não levando em conta os operários. Para corrigir isso, Elton Mayo (1880-1949), professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, buscou medidas que evitassem o conflito e promovessem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas. Com suas ideias de conciliação, desenvolvidas na Escola de Relações Humanas a partir dos anos 1930, ele procurava revalorizar os grupos de referência dos trabalhadores, principalmente o familiar, evitando assim um desenraizamento dos operários.

Ullstein bild/Getty Images



Linha de produção da Ford, década de 1920, Estados Unidos. Produção em série para o consumo em massa.

A condição operária na fábrica taylorista

Na minha vida de fábrica, foi uma experiência única. [...] para mim pessoalmente, veja o que significou o trabalho na fábrica. Mostrou que todos os motivos exteriores (que antes eu julgava interiores) sobre os quais, para mim, se apoiava o sentimento de dignidade, o respeito por mim mesma, em duas ou três semanas ficaram radicalmente arrasados pelo golpe de uma pressão brutal e cotidiana. E não creio que tenham nascido em mim sentimentos de revolta. Não, muito ao contrário. Veio o que era a última coisa do mundo que eu esperava de mim: a docilidade. Uma docilidade de besta de carga resignada. Parecia que eu tinha nascido para esperar, para receber, para executar ordens – que nunca tinha feito senão isso – que nunca mais faria outra coisa. Não tenho orgulho de confessar isso. É a espécie de sofrimento que nenhum operário fala; dói demais, só de pensar.

[...]

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida que o

pensamento, impede o livre curso da reflexão e até do devaneio. Chegando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. [...] As ordens: desde o momento em que se bate o cartão na entrada até aquele em que se bate o cartão na saída, elas podem ser dadas, a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer. A ordem pode ser difícil ou perigosa de se executar, até inexecutável; ou então, dois chefes dando ordens contraditórias; não faz mal: calar-se e dobrar-se. [...] Engolir nossos próprios acessos de enervamento e de mau humor; nenhuma tradução deles em palavras, nem em gestos, pois os gestos estão determinados, minuto a minuto, pelo trabalho. Esta situação faz com que o pensamento se dobre sobre si, se retraia, como a carne se retrai debaixo de um bisturi. Não se pode ser “consciente”.

WEIL, Simone. Carta a Albertine Thévenon (1934-5). In: BOSI, Ecléa (org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65.



Everett Collection/Fotoarena

Cena do filme *Tempos modernos*, protagonizado por Charles Chaplin. O personagem principal representa um homem que tenta se adaptar à industrialização e à modernização da sociedade, 1936.

A visão de Taylor, a de Ford e, depois, a de Elton Mayo revelam a influência das formulações de Durkheim sobre a consciência coletiva. Durkheim afirmou que há uma consciência coletiva que define as ações individuais, submetendo todos à norma, à regra, à disciplina, à moral e à ordem estabelecidas. As empresas devem dar continuidade a isso, definindo claramente o lugar e as atividades de cada um, para que não haja dúvida sobre o que cada membro deve fazer. Se há conflito, diz ele, deve ser minimizado mediante a coesão social, baseada na ideia de consenso, orientada pela existência de uma consciência coletiva que paira acima dos indivíduos na sociedade.

Em seu livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, o sociólogo estadunidense Harry Braverman (1920-1976) critica essa visão. Ele afirma que o taylorismo foi somente o coroamento e a síntese de várias ideias, que germinaram durante todo o século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujo objetivo era transferir para as mãos das gerências o controle do processo produtivo. O taylorismo tirava do trabalhador o último resquício de saber sobre a produção: a capacidade de operar uma máquina. Agora ele tinha de operá-la do modo como os administradores definiam. Estava concluída a expropriação em todos os níveis da autonomia dos trabalhadores, que ficavam totalmente dependentes dos gerentes e administradores.

A crítica de base marxista a Elton Mayo destaca que as formas de regulamentação da força de trabalho por ele propostas seriam indiretas, pela manipulação do operário por intermédio de especialistas em resolver conflitos. Assim, psicólogos e sociólogos, assistentes sociais e administradores procuraram de várias formas cooptar os trabalhadores para que eles não criassem situações de conflito no interior das empresas. A empresa lhes daria segurança e apoio e, portanto, deveriam trabalhar coesos, como se fizessem parte de uma comunidade de interesses. Talvez a expressão “lá na minha empresa”, que ouvimos de muitos trabalhadores, seja um exemplo de quanto essa perspectiva atingiu corações e mentes.

Foi com esses procedimentos que o fordismo-taylorismo se desenvolveu e tornou-se a ideia dominante em todos os tipos de empresa, até mesmo nas comerciais e de serviços. E ficou tão forte na sociedade capitalista que suas concepções acabaram chegando às escolas, às famílias, aos clubes, às igrejas e às instituições estatais; enfim, penetraram em todas as organizações sociais que buscam, de uma forma ou de outra, o controle e a eficiência das pessoas.

Emprego: o problema é seu

[...] todos os assalariados de uma empresa, não importa qual seja o seu nível hierárquico, não sabem nunca se serão mantidos ou não no emprego, porque não é a riqueza econômica da empresa que vai impedir que exista redução de efetivo. Vou dar o exemplo [...] da Peugeot e da Citroën [Grupo PSA], que conheço bem, na França.

É uma empresa que está funcionando muito bem. Ela passa seu tempo a despedir as pessoas de maneira regular. Isso é perversão, mas a perversão está ligada à psicologização. O que quero dizer com isso? Poderão permanecer na empresa apenas aqueles que são considerados de excelente *performance*. [...] Isso é psicologização, na medida em que, se alguém não consegue conservar o seu trabalho, fala-se tranquilamente: “mas é sua culpa, você não soube se adaptar, você não soube fazer esforços necessários, você não teve

uma alma de vencedor, você não é um herói”. [...] quer dizer: “você é culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua”. Isso culpabiliza as pessoas de modo quase total, pessoas que, além disso, ficam submetidas a um estresse profissional extremamente forte. Então as empresas exigem daqueles que permanecem um devotamento, lealdade e fidelidade, mas ela não dá nada em troca. Ela vai dizer simplesmente: “você tem a chance de continuar, mas talvez você também não permaneça”.

ENRIQUEZ, Eugène. “Perda de trabalho, perda de identidade”. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antonio. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 77.

1. Na sua opinião, o emprego é uma questão pessoal ou social? Ou seriam ambas? Fundamente sua resposta.



Fila de candidatos a um emprego. Nova York, Estados Unidos, 2015.

Craig Wurga/Bloomberg/Getty Images

As transformações recentes no mundo do trabalho

Muitas transformações ocorreram na sociedade contemporânea – principalmente depois da década de 1970 – relacionadas com a busca por maior lucratividade nas empresas. Pode-se observar que as antigas formas de trabalho estão novamente em vigor: trabalho servil, escravidão em termos bem realistas, trabalho infantil, trabalho por tempo determinado, trabalho em casa etc. Além dessas formas de trabalho já bastante conhecidas, há também outras mais organizadas, com a utilização das mais avançadas tecnologias, nas quais a “automação” e a “flexibilização” geram o que vem sendo chamado de **reestruturação produtiva**. O toyotismo é um dos exemplos.

Características do toyotismo

Em seus traços mais gerais, o toyotismo [...] pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

- 1) sua produção muito vinculada à demanda;
- 2) ela é variada e bastante heterogênea;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela **horizontaliza** o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela.

[...]

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal”. In: GENTIL, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-42. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

Operários em linha de montagem da fábrica Toyota. Onnaing, França, 2015.



Francois Lo Presti/AFP

Automação e flexibilização do trabalho

Em seu livro *Condição pós-moderna*, o geógrafo britânico David Harvey (1935-) chamou a fase posterior à década de 1970 de **pós-fordista**, ou fase da acumulação flexível. Para ele, essa fase se caracterizaria pela flexibilização crescente no mundo do trabalho, que se expressa nas formas de trabalhar e também nos locais de trabalho.

A flexibilização nas formas de trabalhar ocorre com a automação e a consequente eliminação do controle manual por parte do trabalhador. Desse modo, o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou de análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

Com o processo de automação, não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica. O trabalhador deve estar disponível para adaptar-se a diversas funções. Os que não se adaptam normalmente são despedidos. A nova configuração mundial do trabalho cria, assim, muita incerteza e insegurança; por isso, a situação dos trabalhadores no mundo de hoje é bastante sombria.

A flexibilização nas formas de trabalho ocorre quando os empregadores substituem o emprego regular, sob contrato, sindicalizado, pelo trabalho doméstico e familiar, autônomo, temporário, por hora ou por curto prazo, terceirizado etc. Isso provoca alta rotatividade da força de trabalho e, conseqüentemente, baixo nível de especialização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

nas palavras de HARVEY

A acumulação flexível ou pós-fordismo

[...]

A **acumulação flexível**, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.

[...] Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

[...] A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 140, 148.

A precarização das condições de trabalho

Até pouco tempo atrás, era comum um indivíduo entrar numa empresa, trabalhar anos seguidos e aposentar-se nela. Era o chamado posto fixo de trabalho. Hoje, isso está, pouco a pouco, desaparecendo, conforme explica o sociólogo francês Robert Castel (1933-2013), em seu livro *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. O sociólogo declara que essa situação está dando lugar a uma nova sociedade, na qual o trabalho e a previdência já não significam segurança, o que causa transtornos terríveis em termos sociais e individuais. Ele destaca quatro aspectos que parecem estar se generalizando no mundo:



A dificuldade do jovem para entrar no mercado de trabalho em charge de Nani, 2011.

- A desestabilização dos estáveis – As pessoas que têm emprego estão sendo “invalidadas” por vários motivos. Algumas porque são consideradas “velhas” (em torno de 50 anos); outras porque não têm formação adequada para o cargo pretendido.
- A precariedade do trabalho – Há desemprego constante nos últimos anos, e a maioria dos trabalhadores desempregados só encontra postos de trabalho instáveis, de curta duração ou em períodos alternados.
- O déficit de lugares – Não há postos de trabalho para todos, nem para os que estão envelhecendo, nem para os jovens que procuram emprego pela primeira vez. Isso sem falar naqueles que estão desempregados há muito tempo, ainda que participem de programas de requalificação.
- A qualificação do emprego – Há tantas exigências para a formação do trabalhador que se cria uma situação aparentemente sem solução. É o caso dos jovens que não são contratados porque não têm experiência, mas nunca poderão ter experiência se não forem contratados. Pessoas em torno dos 20 anos de idade ficam vagando de estágio em estágio ou de programas de estágio para outros programas. Há, ainda, jovens que ocupam empregos para os quais não é necessária a qualificação que têm.

nas palavras de VASAPOLLO

Flexibilização e precariedade do trabalho

[...] A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: “O trabalhador preconizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade [...]”.

[...]

A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade [...]. A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana.

[...]

VASAPOLLO, Luciano. “O trabalho atípico e a precariedade”. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Apud: ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai*, n. 19, 2009.

Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

Diante dessas situações, há indivíduos que não conseguem se integrar à sociedade, desqualificando-se também do ponto de vista cívico e político. Ocorre uma perda expressiva de identidade, já que o trabalho é uma espécie de “passaporte” para o indivíduo fazer parte da sociedade.

Em decorrência das questões apontadas por Vasapollo, desenvolveu-se recentemente um novo tipo de sujeito no mundo do trabalho, uma camada social situada entre as camadas inferiores na hierarquia dos trabalhadores, a qual está sendo chamada de **precariado**. O precariado surgiu das transformações recentes no mundo do trabalho e também como desdobramento da crise econômica que se desenrola desde o final do século XX. Abarca principalmente os jovens com escolaridade superior (também precária e conquistada em instituições universitárias de pouca credibilidade ou enraizamento social) e é bem visível em vários países da Europa, mas não só lá.

No documentário *Precários inflexíveis* (de Giovanni Alves, Práxis Video, 2012), um jovem trabalhador, precário, português de 26 anos, expõe com clareza o que é participar do precariado:

“O problema para mim essencial é não conseguir planejar meu futuro. Não consigo ter noção daqui a três meses que é que eu vou estar a fazer; daqui a três meses que dinheiro que eu vou ter no banco; quais são minhas perspectivas de emprego; se posso ou não ter filhos; se posso ou não morar com alguém. Acho que este é o principal problema da precariedade, além dos vínculos laborais precários, dos baixos salários etc.; com eles vem sempre esse futuro que nos estão a tirar e além de todos os outros direitos laborais...”

O jovem conclui: “Ser precário é acordar de manhã e não saber se o dia que nos espera vai ser ainda pior que o anterior”.

nas palavras de ALVES

Precariado

O precariado é constituído por jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalho precários. Ele se distingue de outras camadas sociais da classe do proletariado como, por exemplo, a camada dos trabalhadores assalariados “estáveis”, em sua maioria organizados em sindicatos ou organizações profissionais e que têm acesso a benefícios e direitos trabalhistas, além de perspectiva de carreira e consumo. O precariado se distingue também da camada social dos trabalhadores assalariados precários de baixa escolaridade e pouca qualificação profissional que caracterizou amplamente o proletariado industrial e de serviços no século XX. Finalmente, podemos dizer que o precariado se distingue também da camada social dos trabalhadores assalariados adultos com mais de 40 anos, com alta qualificação profissional, desempregados ou inseridos em vínculos de trabalho precários.

Desse modo, o precariado possui uma delimitação precisa, isto é, são constituídos por jovens-adultos – na faixa etária dos 20-40 anos – altamente escolarizados e “pobres” na acepção convencional, isto é, objetivamente inseridos em estatutos salariais precários. Portanto, eles são jovens-adultos, cultos e pobres: eis os traços distintivos dos homens e mulheres assalariados que constituem a camada social do precariado. Por serem jovens-adultos altamente escolarizados, eles possuem uma carga de expectativas, aspirações e sonhos de realização profissional e vida plena de sentido.

ALVES, Giovanni. O enigma do *precariado* e a nova temporalidade histórica do capital – Parte 2. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/06/11/o-enigma-do-precariado-e-a-nova-temporalidade-historica-do-capital-parte-2/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

Robôs e o futuro dos trabalhadores e do emprego

A disseminação cada vez maior dos robôs irá transformar a economia global nos próximos 20 anos, e embora a ascensão dessas “máquinas inteligentes” vá proporcionar uma significativa redução de custos para os negócios, isso também irá aumentar a desigualdade social, já que elas substituirão os seres humanos em diversas atividades e profissões. A previsão consta de um novo relatório, de 300 páginas, elaborado por analistas do banco de investimento Bank of America Merrill Lynch, publicado com exclusividade pelo jornal britânico *The Guardian*.

O estudo procura delinear o impacto do que os analistas classificam como a quarta revolução industrial. “Estamos diante de uma mudança de paradigma que vai transformar a maneira como vivemos e trabalhamos”, dizem os autores. “O ritmo de inovação tecnológica disruptiva passou de linear para parabólica nos últimos anos. A penetração dos robôs e o uso da inteligência artificial (IA) atingem todos os setores da indústria, e cada vez mais vêm se tomando parte integrante de nossas vidas cotidianas.”

A “revolução dos robôs” pode deixar até 35% de todos os trabalhadores no Reino Unido e 47% nos Estados Unidos sem emprego ao longo dos próximos 20 anos, de acordo com uma pesquisa da Universidade de Oxford citada no relatório, sendo que a extinção dos empregos deve ficar concentrada na parte inferior da escala social.

“A tendência é preocupante, principalmente em mercados como o dos EUA, porque muitos dos empregos criados nos últimos anos são de baixa remuneração, manuais, ou serviços que geralmente são considerados de alto risco, passíveis de serem substituídos por robôs”, diz o banco. “Um grande risco da proliferação dos robôs e da inteligência artificial é o potencial de polarização crescente no mercado de trabalho, especialmente nos empregos de baixa remuneração.”

[...]

O estudo ressalta que não são apenas empregos pouco qualificados [...] que poderão ser substi-

tuídos por robôs. Um relatório do McKinsey Global Institute, de 2013, constata que até US\$ 9 trilhões em custos salariais globais podem ser economizados com o uso do conhecimento computacional em tarefas intensivas, como a análise de *ratings* de crédito e aconselhamento financeiro.

Prós e contras

Entusiastas do uso de robôs argumentam que eles podem superar as fraquezas e falhas de trabalhadores. O relatório cita uma pesquisa que mostra que os juízes tendem a ser mais draconianos na fase que antecede o almoço e mais brandos depois da refeição.

Mas os analistas do Bank of America Merrill Lynch apontam que as grandes questões éticas e sociais estarão cada vez mais em voga com a ascensão dos robôs. Eles citam as questões morais sobre o crescente uso de aviões não tripulados nas guerras e até mesmo o surgimento de um grupo de pressão chamado Campaign Against Sex Robots.

Entretanto, Beijia Ma, principal autora do relatório, disse que, ao longo dos últimos 200 anos ou mais, as sociedades acabaram encontrando formas de transformar os avanços tecnológicos em vantagens pessoais. Por isso, ela aconselha as pessoas que temem a ascensão dos robôs a aperfeiçoar suas habilidades. “Isso não deveria ser uma desgraça e tristeza. Uma das maneiras pela qual as pessoas poderiam ajudar a si mesmas é através da educação.”

[...]

Relatório diz que robôs podem deixar 47% dos trabalhadores dos EUA sem emprego. *Jornal GGN.com.br*. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/weden/relatorio-diz-que-robos-podem-deixar-47-dos-trabalhadores-dos-eua-sem-emprego>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

1. O texto é apenas ficção ou uma realidade que se aproxima rapidamente? Fundamente sua resposta.
2. Na sua opinião, a educação formal que você está recebendo permite uma adaptação aos novos tempos?

A questão do trabalho no Brasil

8

Quando analisamos a evolução do trabalho no Brasil, não podemos nos esquecer de que ele está relacionado ao papel que o país exerce na história internacional, desde que os portugueses aqui chegaram no século XVI. A partir de então é possível perceber que por aqui foram praticadas todas as formas de trabalho conhecidas, desde o “trabalho” dos povos tribais, o trabalho escravo de indígenas e de negros africanos, o trabalho livre para a subsistência dos caboclos e posseiros, o sistema do colonato, o trabalho assalariado, o trabalho por conta própria, o trabalho escravo encontrado nos dias de hoje e todas as formas de trabalho contemporâneo.

No passado: o trabalho escravo

No Brasil, a análise sobre o trabalho escravo merece destaque por ter sido esta a forma de trabalho mais duradoura no país. Basta lembrar que a “descoberta” do Brasil aconteceu porque os europeus (principalmente portugueses e espanhóis) estavam comprometidos com a expansão marítima e esquadrihavam os oceanos em busca de novas terras para explorar e de novos produtos para comercializar. Assim, tanto a “descoberta” quanto a produção agrícola para exportação e a presença da escravidão no Brasil estão vinculadas à vinda dos europeus.

Nas primeiras décadas após a chegada dos portugueses ao continente americano, as principais atividades que eles praticaram foram a extração e o comércio do pau-brasil. Para desenvolvê-las, procuraram entrar em entendimento com os habitantes nativos, que, num primeiro momento, colaboraram em troca de alguns produtos. Porém, à medida que a exploração colonial se ampliava, os conflitos passaram a dominar as relações entre portugueses e indígenas.

Os colonizadores partiram, então, para a escravização dos indígenas, que lhes opuseram resistência. Diante dessa resistência e da necessidade de braços para as atividades produtivas, a alternativa dos portugueses foi procurar mão de obra em outro local, no caso o continente africano.

A crescente utilização do trabalho de africanos escravizados na América portuguesa se explica principalmente por dois fatores. O primeiro foi a implantação da indústria açucareira na colônia, basicamente no Nordeste brasileiro. A produção do açúcar, mercadoria de grande aceitação no mercado europeu, exigia muita mão de obra. O segundo eram os lucros advindos do tráfico de escravos. Por meio do empreendimento açucareiro, os portugueses lucravam com o tráfico, com a utilização do trabalho escravo e com a comercialização do açúcar.

Apesar de trabalharem basicamente nas atividades agrícolas, os africanos escravizados executavam várias outras tarefas no campo e na cidade, como estivadores, barqueiros, carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, vendedores, mestres em artesanato e serviços domésticos. As mulheres também exerciam o trabalho escravo: geralmente trabalhavam como amas de leite, doceiras e vendedoras ambulantes, entre outras atividades.

capítulo

Durante os séculos XVIII e XIX, com a ascensão da mineração em Minas Gerais e Goiás, milhares de escravos foram trabalhar nas minas de ouro.

Os escravos de origem africana lutaram incessantemente contra o cativo e participaram ativamente do processo de desestruturação do escravismo no Brasil (voltaremos a tratar desse assunto na Unidade 5). A escravidão só seria abolida, porém, no final do século XIX.

Henry Koster. Um engenho, 1816.



Um engenho.
Gravura da publicação *Viagens ao Brasil*, de Henry Koster, Londres, 1816. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/USP, São Paulo. A produção açucareira se fixou principalmente no Nordeste brasileiro e exigia muita mão de obra.

O trabalho escravo africano predominou no Brasil por mais de 350 anos. Portanto, convivemos com a liberdade formal de trabalho há pouco mais de 120 anos. As marcas desse passado de escravidão continuam presentes em vários aspectos da sociedade brasileira, seja na concepção de trabalho, seja na relação entre negros e brancos. Mas não se pode pensar que o trabalho escravo foi extinto. Atualmente, esse tipo de trabalho ainda existe, mas em novo formato.

Hoje: o trabalho análogo à escravidão

Apesar de a escravidão ter sido abolida no Brasil em 1888, ainda é possível encontrar muitos trabalhadores em condições de trabalho bastante semelhantes às do trabalho escravo.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, reformulado em 2003 pela Lei 10.803/2003, o que caracteriza o trabalho análogo ao de escravo são os seguintes elementos:

- **condições degradantes de trabalho** (conjunto de fatores incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais, e que colocam em risco a saúde e a vida do trabalhador);
- **jornada exaustiva** (caso em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho, o que acarreta danos à saúde ou o coloca em risco de morte);
- **trabalho forçado** (situação que mantém a pessoa no trabalho por meio de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e/ou agressões físicas e psicológicas);
- **servidão por dívida** (circunstância que obriga o trabalhador a contrair ilegalmente um débito e vinculá-lo à dívida).

No livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, o antropólogo brasileiro Ricardo Rezende Figueira (1953-) traça um detalhado panorama dessa forma de trabalho nos estados do Pará, Piauí, Mato Grosso e Rondônia. Com base em uma pesquisa minuciosa, Figueira discorre sobre as razões que levam as pessoas a procurar trabalho naqueles estados, o aliciamento pelos empreiteiros com suas promessas, a ação dos fazendeiros e a violência normalmente envolvida nas ações.

De acordo com esse estudo, os trabalhadores são mantidos em cativeiro pelo mecanismo da **dívida eterna**, isto é, eles são obrigados a comprar tudo de que necessitam nos barracões das fazendas, de tal modo que, ao fim do mês, estão sempre devendo ao proprietário, o que perpetua um processo cumulativo que torna impossível a quitação da dívida. É o que o autor denomina **escravidão por dívida**.

As formas contemporâneas de escravidão no ambiente de trabalho, que se misturam com o espaço da própria existência, não param aí, posto que, no meio urbano, também existem inúmeros casos. No Brasil, grandes e populares lojas de roupas e confecções compram suas mercadorias de empresas que utilizam trabalho análogo ao de escravo. São organizações que praticam algumas ou todas as transgressões ao Código Penal brasileiro já apontadas. No meio urbano, as empresas de construção civil estão, hoje, entre as que mais utilizam essa forma de trabalho.

Em cenários como os descritos, vê-se o capital lançando mão de todas as formas para lucrar cada vez mais, não se importando com as vidas humanas destruídas nesse processo.

Trabalho no campo: da atividade de subsistência ao trabalho mecanizado

Até 1960 o trabalho no campo era a atividade que mais empregava trabalhadores. Atualmente, cerca de 20% dos trabalhadores mantêm-se ligados às atividades rurais.

Muitas são as formas de trabalho no campo. Uma delas é aquela em que o trabalhador trabalha para si, ou seja, ele e sua família possuem uma pequena propriedade e o sustento de todos advém da produção que a família alcança por meio do trabalho na terra. É a chamada **agricultura familiar**. Em muitos casos, o trabalhador e sua família conseguem obter apenas o necessário para viver precariamente. Em outros casos, as famílias conseguem produzir mais, passam a comercializar a produção excedente e assim podem ter condições de levar uma vida modesta, sem luxos. Na maioria dos casos, porém, o que se observa é uma vida precária que mal fornece condições de sobrevivência. Por essa razão, muitas vezes, esse trabalho é denominado atividade de subsistência. Apesar das dificuldades, principalmente em um país que privilegia o agronegócio e a produção em larga escala para exportação, é possível perceber algum desenvolvimento da agricultura familiar.



Nelson Antone/Fotoarena

Manifestação contra o trabalho análogo à escravidão de latino-americanos, especialmente bolivianos. São Paulo, 2013.

A outra forma de trabalho no campo, muito difundida, é aquela em que o trabalhador não é proprietário da terra e trabalha em regime de **parceria** ou **arrendamento**. A parceria rural é a modalidade na qual o **parceiro-proprietário** cede ao **parceiro-produtor** o uso da terra, partilhando com este os riscos e os lucros da colheita ou da venda dos animais, no caso da pecuária. O contrato da parceria ou do arrendamento define a partilha do resultado do trabalho e obedece a proporções compatíveis com o que cada um disponibiliza. Assim, o proprietário da terra e/ou também de animais pode fornecer casa e outras benfeitorias e até maquinário; ao parceiro ou arrendatário normalmente compete o próprio trabalho e, muitas vezes, o de sua família. Ao fim de um período pré-combinado entre as partes, dependendo do contrato, o resultado do trabalho pode ser dividido meio a meio, o que corresponde a cada um a metade de um todo. Nesse caso, o trabalhador é chamado de **meeiro**. Há contratos que preveem dois terços para o proprietário e um terço para o trabalhador. Tudo depende do contrato estabelecido.

O colonato

Antes do fim da escravidão, mas já sob os efeitos da pressão dos ingleses para que cessasse o tráfico de escravos, os grandes proprietários de terras, principalmente os fazendeiros paulistas, procuraram trazer imigrantes para trabalhar em suas lavouras. A primeira experiência de utilização da força de trabalho legalmente livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo que, em 1846, trouxe 364 famílias da Alemanha e da Suíça. Desde então, o sistema de trabalho que utilizava mão de obra estrangeira ficou conhecido como **colonato**. As famílias que aqui chegavam assinavam um contrato nos seguintes termos: o fazendeiro adiantava uma quantia necessária ao transporte e aos gastos iniciais de instalação e sobrevivência das famílias de colonos. Estes, por sua vez, deveriam plantar e cuidar de um número determinado de pés de café. No final da colheita, seria feita uma divisão com o proprietário. Os colonos eram obrigados a pagar juros pelo adiantamento e não podiam sair da fazenda enquanto não houvessem saldado sua dívida, o que demorava muito, uma vez que o adiantamento era sempre maior que os lucros advindos do café.

Assim se criava o que passou a ser conhecido como “parceria de endividamento” (algo precursor – uma espécie de “avô” – em relação ao que já se denominou nesse capítulo como “escravidão” ou “servidão por dívida” já que o colono, mesmo trabalhando muito, não conseguia pagar a dívida contraída com o fazendeiro. Essa dívida, muitas vezes, passava de pai para filho – a responsabilidade dos filhos pelas dívidas dos pais era estabelecida em contrato. Essa forma de trabalho, que inicialmente se baseava na imigração estrangeira, pouco a pouco foi se desenvolvendo também com trabalhadores nacionais.

O sistema de colonato sobreviveu principalmente nas fazendas de café que necessitavam de muita força de trabalho para o plantio e a colheita.

Muito comuns nos cenários do trabalho provisório e precário no campo são os trabalhadores boias-frias. Esses trabalhadores receberam essa denominação porque levam a própria refeição – preparada em casa, de madrugada – para ser ingerida no horário do almoço, e a consomem fria, pois não há tempo nem lugar para esquentá-la.

São trabalhadores rurais que outrora viviam em fazendas, com suas famílias, e que foram pouco a pouco sendo dispensados devido à mudança de cultura cultivada, ou por mecanização da lavoura, ou até pela associação dos dois fatores. Esses trabalhadores são arregimentados para trabalhar em diversos tipos de colheita (cana-de-açúcar, café, laranja e algodão, entre outras). Vivem nas periferias das cidades do interior do país, são contratados por um agenciador de mão de obra (conhecido como gato), que é quem escolhe aqueles, entre os trabalhadores reunidos num determinado lugar, que deverão trabalhar

naquele dia. Os boias-frias são transportados em caminhões ou ônibus que se apresentam quase sempre em condições bastante deterioradas, deixando de oferecer as mínimas condições de segurança. Quanto ao sistema, não existe a garantia da continuidade do trabalho. Os boias-frias não gozam de direitos de nenhuma espécie: nem legais, nem humanos. A precariedade das condições de vida e de trabalho dos boias-frias é alarmante.

A partir da década de 1960, no meio rural, tornou-se possível também encontrar modalidades do trabalho assalariado, o qual ocorre em algumas atividades agrícolas. Nesse caso, o proprietário rural atua como um empregador urbano formal, com alguma previsibilidade de continuação do trabalho e algum grau de estabilidade no emprego, garantindo – muitas vezes como se fossem um presente, não uma conquista – direitos assegurados em lei.

Trabalho nas cidades

Historicamente, o trabalho assalariado nas cidades começou a crescer com a imigração de trabalhadores estrangeiros no final do século XIX e início do XX. A maioria dos imigrantes foi direcionada para a atividade rural, mas outros se estabeleceram em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde trabalhavam nas indústrias incipientes, no pequeno comércio ou como vendedores ambulantes. As condições de vida e trabalho dessas pessoas não eram muito salubres e o nível de exploração nas fábricas era alto, de tal maneira que os operários trataram de se organizar em associações e sindicatos.

A partir dos primeiros anos do século XX, os trabalhadores urbanos passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária semanal, aumentos salariais e estabelecimento de normas para o trabalho de mulheres e crianças, que constituíam grande parcela dos operários e eram ainda mais exploradas do que os homens. Esse ambiente favoreceu o surgimento de movimentos visando ao atendimento dessas reivindicações.

Apoiados por uma pequena mas ativa imprensa operária, que crescia rapidamente, os trabalhadores passaram a organizar movimentos grevistas, que culminaram com a maior greve nacional até então: a de 1917, em São Paulo. No período que vai desde a greve de 1917 até 1930, a questão social, principalmente no que se referia aos trabalhadores, era tratada como assunto policial, já que a legislação trabalhista em vigor era quase inexistente, o que endossava a agressão contínua contra os movimentos operários por parte dos aparelhos repressivos do Estado.

Com o desenvolvimento industrial crescente, as preocupações com o trabalhador rural permaneciam, mas a atenção das autoridades voltou-se para as condições do trabalhador urbano, que determinaram a necessidade da regulamentação das atividades trabalhistas no Brasil. Isso aconteceu pela primeira vez no início da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

No período de 1929 até o final da Segunda Guerra Mundial (1945) – período em que as exportações foram fracas e houve forte investimento do Estado em fontes energéticas, em siderurgia e em infraestrutura –, buscou-se a ampliação do processo de industrialização no Brasil, o que significou substancial aumento do número de trabalhadores urbanos.

As transformações ocorridas após esse período mudaram a face do país, mas o passado continuava influenciando, principalmente nas concepções de trabalho. Ainda hoje, ouve-se a expressão “trabalhei como escravo” ou percebe-se o desprezo pelo trabalho manual e pelas atividades rurais, que lembram um passado do qual a maioria das pessoas quer fugir.

A situação do trabalho nos últimos 50 anos

A partir da década de 1960, houve um intenso deslocamento da população rural para as cidades, alterando profundamente a situação do trabalho no Brasil. Observe a tabela a seguir.

População brasileira (1960-2020)					
Anos	Pop. total	Pop. urbana	%	Pop. rural	%
1960	70.191.370	31.303.034	44,60	38.888.336	55,40
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	41.054.053	44,08
1980	119.002.706	80.436.409	67,59	38.566.297	32,41
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	35.834.485	24,41
2000	169.799.170	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75
2010	190.732.694	160.925.792	84,36	29.806.902	15,64
2020	220.085.800	191.067.200	86,80	29.018.600	13,20*

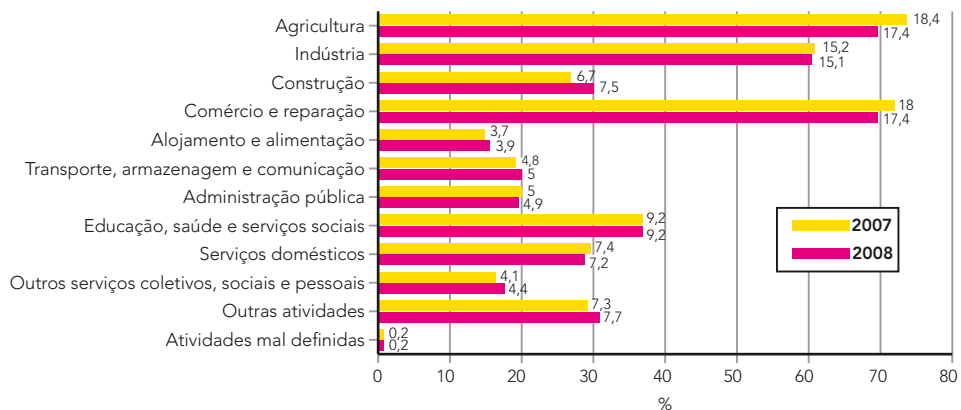
* Projeção conforme Plano Nacional de Energia

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Plano Nacional de Energia, Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Disponíveis em: <www.ibge.gov.br>; <http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_2.pdf>. Acessos em: 18 set. 2015.

A transferência da população para o meio urbano ocorreu de forma concentrada, sobretudo nas capitais, que, ao longo das décadas seguintes receberam indústrias e investimentos em habitação, além de incentivos às atividades ligadas ao setor terciário da economia (comércio e serviços). Algumas capitais, atualmente, formam grandes aglomerações urbanas, constituindo o que se conhece por **áreas metropolitanas**. Hoje, as áreas metropolitanas compreendem aproximadamente 450 municípios (no Brasil existem em torno de 5.500 municípios). Nelas vivem cerca de 85 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 45% da população brasileira.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2008, 92,4 milhões de pessoas estavam ocupadas no Brasil. Destas, apenas 18,4% dedicavam-se à agricultura, como mostra o gráfico a seguir. Observe, na representação, como a população ocupada está distribuída por grupo de atividade.

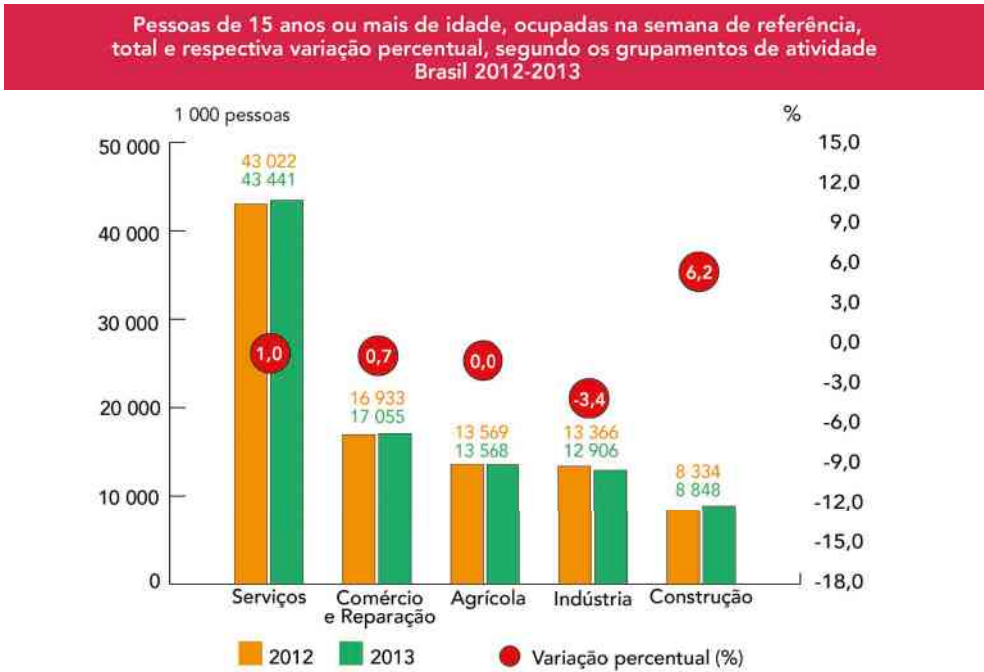
Distribuição das pessoas ocupadas por atividade no Brasil (2007-2008)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/comentarios2008.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

No gráfico a seguir, evidencia-se a evolução do contingente de ocupados por agrupamentos de atividades no Brasil, nos anos de 2012 e 2013.

Dawidson França

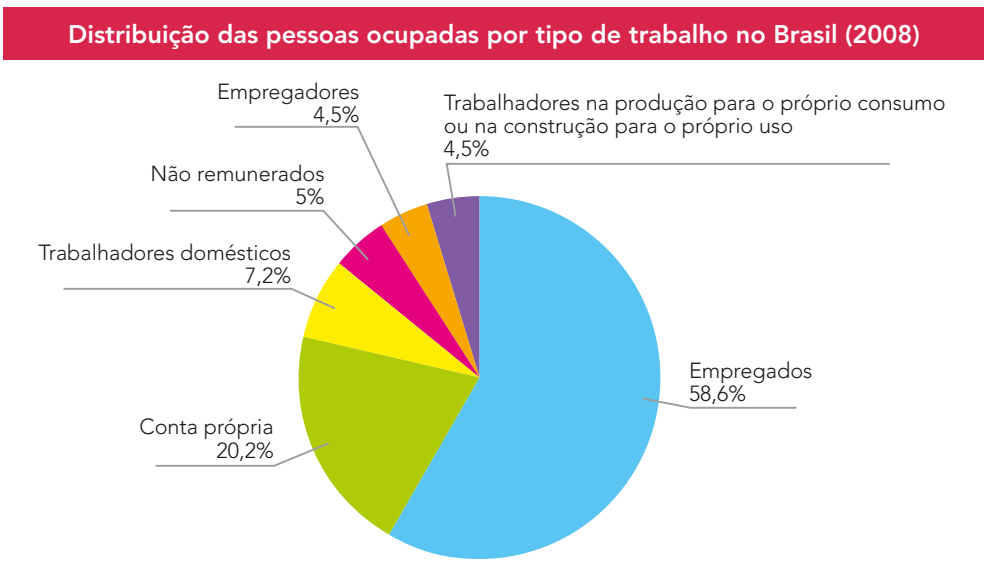


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

Ao analisar os dados do gráfico anterior, percebe-se que a indústria ocupa menos trabalhadores que a agricultura e muito menos que os demais tipos de serviços. Entretanto, é necessário destacar que muitos dos serviços de hoje só existem porque são decorrentes das demandas e necessidades da indústria, de tal modo que são chamados de *servindústria*. Entre eles podemos destacar não só os serviços de logística, telecomunicações, limpeza, vigilância, alimentação, reparo e manutenção, mas, também, os de pesquisa e desenvolvimento (P&D), *design*, desenvolvimento de projetos, *softwares*, serviços profissionais, marcas e *marketing*, entre outros. A indústria gera uma imensa variedade de serviços – uma contínua demanda agregada – sem a qual não poderia existir.

A distribuição das pessoas ocupadas por tipo e de acordo com sua posição na ocupação está representada no gráfico a seguir.

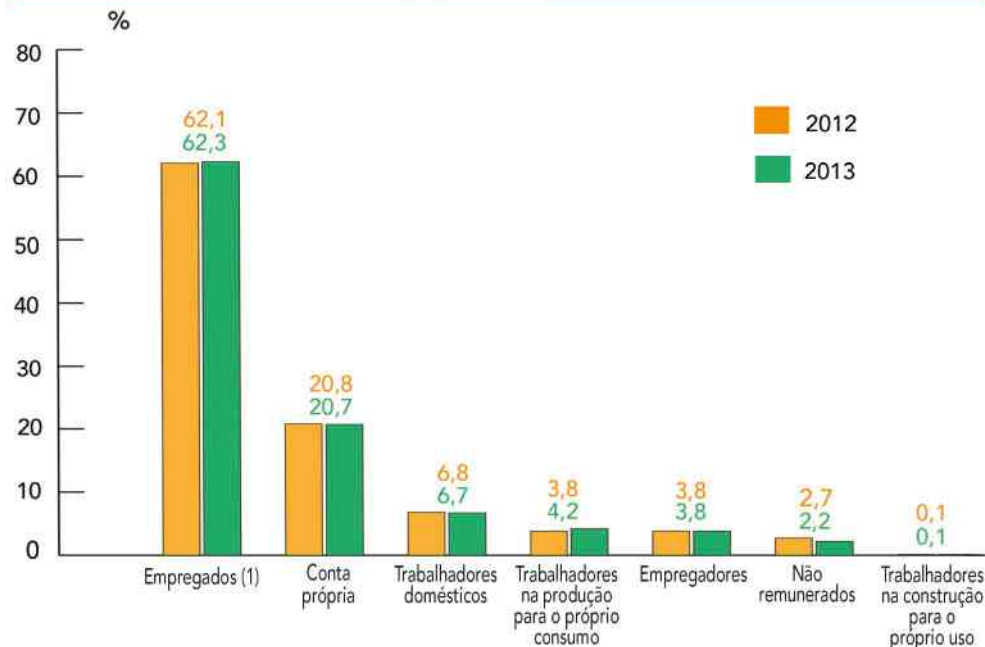
Portal dos mapas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/comentarios2008.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

Já o gráfico a seguir revela a evolução do tipo de trabalho de acordo com sua posição na ocupação principal no Brasil, nos anos de 2012 e 2013.

Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal Brasil 2012-2013



Davidson França

(1) Não inclui os trabalhadores domésticos.
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

O trabalho que não aparece

Há no Brasil muitos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no chamado setor informal, o qual, em períodos de crise e recessão, cresce muito. Como vimos no gráfico anterior, em 2013 existiam 20,7% de pessoas que trabalhavam por conta própria (19,9 milhões) e outros 6,6% de trabalhadores não remunerados e na produção para o próprio consumo (6,3 milhões).

São indivíduos que trabalham no comércio ambulante, na execução de reparos ou em pequenos consertos, bem como na prestação de serviços pessoais, serviços de entrega (entregadores, *motoboy*s), na coleta de materiais recicláveis, entre inúmeras atividades. E há ainda aqueles trabalhadores, frequentemente mulheres, que preparam pães, salgadinhos, bolos e doces no ambiente doméstico e assim buscam alguma renda para sobrevivência, ou para complementar a renda familiar. Todos esses profissionais colaboram para que a economia funcione, mas as condições de trabalho a que se submetem normalmente são precárias, não garantem direitos trabalhistas nem asseguram permanência na atividade.

Pepe Melega/Olhar Imagem



Vendedor ambulante no centro de São Paulo, 2013. Um dos exemplos de atividade do chamado setor informal.

Emprego e qualificação

Ouve-se nas conversas informais e se encontra com frequência nos meios de comunicação a afirmação de que só terá emprego quem tiver qualificação. A qualificação em determinados ramos da produção é necessária e cada dia mais exigida, mas para poucos postos de trabalho. A maioria das ocupações requer somente o mínimo de informação, que normalmente o trabalhador consegue adquirir no próprio processo de trabalho.

A elevação do nível de escolaridade não significa necessariamente emprego no mesmo nível e boas condições de trabalho. Quantos graduados em Engenharia ou Arquitetura estão trabalhando como desenhistas? Quantos formados em Medicina são assalariados em hospitais ou prestadores de serviços médicos, enfrentando uma jornada de trabalho excessiva? E os formados em Direito que não conseguem ser aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)? Muitos, por terem uma formação deficiente, se empregam nos mais diversos ramos de atividade, em geral bastante aquém da função a qual estão, em tese, habilitados a desenvolver. Resultado da formação universitária cada dia mais deficiente, que não garante empregos àqueles que possuem diploma universitário, seja pela qualificação insuficiente, seja porque não existe emprego para todos.

Há situações exemplares nos dois polos da qualificação:

- Em muitas empresas que prestam serviços de limpeza exige-se formação no Ensino Médio para a atividade de varrição de rua, o que demonstra que não há relação entre o que se faz e a escolarização solicitada, pois não é necessário ter nível médio para isso, mesmo que existam pessoas, com até mais tempo de estudo que, por necessidade, o fazem.
- Jovens doutores (que concluíram ou estão fazendo o doutorado) são demitidos ou não são contratados por universidades particulares porque têm direito a receber salários superiores aos dos professores que possuem o mestrado. Nesse caso, não importa a melhoria da qualidade do ensino, e sim o lucro que as empresas educacionais podem obter.

Por todos os lados, a questão do emprego está intimamente relacionada com a sede de lucro e o objetivo de realizar poucos investimentos em infraestrutura, em pessoal e na qualidade do produto ou serviço oferecido ao público. Evidencia-se, então, uma máxima que, apesar de não ser muito antiga, já é bastante popular: "Maximização dos lucros, minimização dos custos". O problema é quando o trabalhador, um ser humano revestido de direitos e construído historicamente na luta por dignidade, é visto como um simples elemento a mais dos departamentos de custos e materiais das empresas.

A relação entre escolaridade e emprego, em charge de Rubens Kiomura e Carlos Pereira, 1980.



Rubens Kiomura e Carlos Pereira

O trabalho e o jogo

Os brasileiros estão jogando cada vez mais. A prática das apostas ganha novos adeptos a cada dia. O jogo do bicho prospera. O governo federal e os governos estaduais promovem suas diversas loterias. Muita gente faz fila para arriscar a sorte na sena, na quina da loto ou nas numerosas raspadinhas.

O fenômeno está preocupando muitos setores da sociedade. [...]

Mesmo entre os que enxergam os aspectos desagregadores do jogo, entretanto, há muitos espíritos críticos que procuram compreender o que está acontecendo e repelem a tentação autoritária do recurso simplista a medidas de repressão.

As proibições com frequência são dolorosas, traumáticas e inócuas. Em lugar de tentar resolver os problemas prendendo e arrebatando, devemos procurar discernir suas raízes históricas e culturais. [...]

A questão – note-se – não é exclusivamente brasileira: é fácil percebermos que ela tem uma presença marcante na América Latina. O grande escritor argentino Jorge Luis Borges já escreveu uma vez: “Yo soy de un país donde la lotería es parte principal de la realidad”. As sociedades do nosso continente nasceram, todas, sob o signo da aventura: os europeus que destruíram as culturas indígenas e importaram negros escravizados apostavam no enriquecimento rápido.

No caso brasileiro, as condições se agravaram enormemente com a modernização autoritária e a sucessão das negociatas. A população tinha a impressão de que as elites haviam transformado a sociedade num imenso cassino. Entre os grandes trambiqueiros do nosso país, quantos foram exemplarmente punidos? E quantos permaneceram (e permanecem) impunes?

Obrigado a dar duro para sobreviver, o trabalhador vem observando esse espetáculo e tentando extrair dele sua lição. A experiência cotidiana e o sufoco do salário arrojado lhe dizem com muita

eloquência que no mundo do trabalho quase não há espaço para a esperança. O sonho, expulso pela remuneração aviltante, emigra para o jogo.

A paixão pelo jogo cresce paralelamente à constatação de que o trabalho está caracterizado como ocupação de otário. O que conta, para o trabalhador, não são os discursos em que os políticos e os empresários o cobrem de elogios: é o salário que lhe mostra o que ele realmente vale aos olhos do Estado e do patrão.

O homem do povo, o homem comum, está valendo pouco na nossa sociedade. Quando ele joga no bicho ou na loto, aposta no futebol ou nas corridas de cavalo, é claro que não está contribuindo, concretamente, para superar a situação frustrante para a qual foi empurrado, como vítima, pelos donos do poder político e econômico.

A “fezinha” só pode resolver o problema de um ou outro no meio de muitos milhares. No entanto, o movimento que leva a pessoa a jogar manifesta, também ao lado da ilusão, certo inconformismo diante do vazio do presente. Quem joga, afinal, ainda está mostrando que é capaz de ansiar por um futuro melhor.

Como se pode canalizar esse inconformismo e essa ânsia de um futuro mais bonito para uma ação historicamente mais fecunda do que a febre das apostas? Como mobilizar coletivamente as energias que se dispersam na aventura individualista do jogo?

Creio que a direção política em que deve ser buscada uma resposta democrática para essas indagações passa, necessariamente, por uma enérgica valorização do trabalho – e dos trabalhadores.

KONDER, Leandro. *O trabalho e o jogo*. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6016>>. Acesso em: 18 set. 2015.

1. Em que medida a “fezinha” no jogo é uma ilusão e até que ponto ela é uma crítica ao mundo desigual do emprego e da renda?

- Olhando criticamente para o melhor da tradição clássica do pensamento econômico – de Adam Smith a Stuart Mill –, Karl Marx apontou o trabalho como a fonte de todas as riquezas humanas em sociedade. Não se trata, contudo, somente da riqueza material. A riqueza que o trabalho produz de forma mais generosa é aquela que enobrece o espírito, ou seja, aquela que oferece aos sujeitos um sentido para a vida e a oportunidade de entendimento das tarefas históricas e sociais que há pela frente.
- Na sociedade capitalista, no entanto, o trabalho é pouco espirituoso. A concentração de riquezas e poder em poucas mãos, a exploração massiva da mão de obra humana, a destruição do meio ambiente, as raras oportunidades de ganho justo, as disputas de fatias enormes do mercado pelas gigantescas empresas que eliminam a pequena concorrência e destroçam as experiências de famílias e trabalhadores cooperados, tudo isso acaba depondo contra o que se convencionou chamar de “economia livre de mercado”.
- Não existem, no sentido expresso pelo liberalismo econômico do século XVIII, empresas livres concorrendo em pé de igualdade para conquistar o maior número de consumidores e oferecendo a eles o melhor produto ou serviço pelo menor preço. O que há – isso sim – são conglomerados globalizados em busca de força de trabalho barata e desorganizada, amparados por estados nacionais dispostos a quebrar leis de proteção trabalhista e até infringir sistematicamente os direitos fundamentais dos cidadãos. Tudo isso em troca de empregos instáveis, salários baixos, muita incerteza e ambiente provisional.
- O sociólogo Zygmunt Bauman (1925-) diria que essas são as características do trabalho nas modernas **sociedades líquidas**, nas quais nada ganha forma, tudo respinga, goteja, muda e passa a exibir novas configurações antes que seja compreendido de fato.
- As crises no mundo do trabalho são sucessivas e acumulam problemas e desafios. Ao lado da precariedade e do empobrecimento dos trabalhadores, com frequência surgem novos e maiores obstáculos, como a automação dos ambientes de trabalho, o desaparecimento de carreiras e profissões e, mais recentemente, a terceirização. Máquinas e robôs substituem homens e mulheres nas fábricas em cenários de circulação de mercadorias e serviços; espaços de trabalho ficam cada vez mais vazios e, paradoxalmente, produtivos; novas mercadorias seduzem consumidores endividados, subempregados ou mesmo desempregados; novas configurações nas modalidades de contratação diminuem direitos, sobrecarregam trabalhadores, encurtam a vida útil de seus empregos e projetos para o futuro.
- A **terceirização** – estratégia capitalista de repassar responsabilidades de contratação, fiscalização e pagamento de salários para empresas especializadas que fornecem mão de obra quase sempre temporária a corporações de maior complexidade produtiva e administrativa – já é, aliás, responsável por mais da metade dos empregos formais no planeta, com agudo crescimento nos países mais pobres, onde os direitos trabalhistas desaparecem à proporção que cresce a influência dos **megaconglomerados** empresariais na economia e nos rumos da vida de cada país, cada continente.
- Apesar de disputar espaços e direitos no campo do adversário – o capital feroz, veloz e implacável –, o trabalho seguirá como fonte de riqueza material e espiritual do ser humano. Graças às ferramentas e inovações tecnológicas, ele permite que um mundo inteiramente novo se erga todos os dias, embelezando a paisagem, satisfazendo o ego, promovendo os índices de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o trabalho desenvolve as habilidades reflexivas e interativas dos sujeitos, aprimorando linguagem e comunicação, senso estético e comportamento ético – e é devido a essa partilha de valores e aprendizados que o trabalho garante a organização coletiva e política dos trabalhadores, condição que, no futuro, poderá abrir as portas para que a riqueza de alguns não seja mais reflexo do empobrecimento corrosivo de multidões.

leituras e propostas

Para refletir

Morte de câimbra

BRASÍLIA – A indústria fabrica mais e mais carros “flex” (a álcool e a gasolina), os usineiros fazem a festa, os preços só sobem, os consumidores se assustam e o governo ameaça intervir. Você não acha que está faltando alguém nessa história?

Todos estão pensando no seu bolso e no seu interesse, mas ninguém se preocupa com a base dessa pirâmide: o cortador de cana – um dos trabalhadores mais explorados do país.

É por isso que a CUT dá um grito e a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, professora visitante da USP e titular da Unesp, quer saber o que, de toda essa pujança, de todos esses aumentos e de toda essa negociação em torno do “flex”, vai sobrar para os cortadores de cana, cujas condições ela acompanha há mais de 30 anos, principalmente na região de Ribeirão Preto (SP).

Esse trabalhador fica a ver navios boa parte do ano e se esfalfa durante a safra (abril a novembro) por migalhas, recebendo de R\$ 2,20 a R\$ 2,40 por tonelada de cana cortada. E ainda paga o transporte,

a pensão, a comida. E manda o que sobra (deve ser mágico) para casa. Sim, porque a maioria é migrante. Deixa a família e desce do norte de Minas e do Nordeste para ganhar a vida – ou a morte.

De meados de 2004 a novembro de 2005, morreram 13 cortadores na região, geralmente homens jovens (o mais velho tinha 55 anos). Há diferentes diagnósticos médicos, e os cortadores têm o seu próprio: “morte de câimbra”. Sabe o que é? A partir dos anos 1990, com as máquinas colheitadeiras, o sujeito tem como meta cortar 12 toneladas de cana por dia. Aí, vem a câimbra nos braços, nas pernas e, enfim, no corpo todo. Na verdade, ele morre de estafa. [...]

Espera-se que governo e produtores se entendam para um preço justo ao consumidor. E que, um dia, os trabalhadores também tenham direitos – à voz, à pressão e à própria vida.

CANTANHÊDE, Eliane. Morte de câimbra.

Folha de S.Paulo. São Paulo, 6 jan. 2006. Opinião, p. A2.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0601200605.htm>>. Acesso em: 18 set. 2015.

1. De acordo com o texto, em troca de um salário ínfimo, os cortadores de cana são obrigados a trabalhar num tal ritmo que chegam a se expor à morte. O que torna possível esse nível de exploração da mão de obra? Procure explicações, da perspectiva tanto do trabalhador quanto do empregador.
2. Os textos que você leu anteriormente podem ajudar a explicar a situação narrada? Justifique.
3. Lembrando-se do exemplo da produção do pão, dado no início desta unidade, descreva a rede de trabalho e de trabalhadores envolvidos na produção de algum objeto presente no seu cotidiano. Aponte, nessa rede, os trabalhadores que possivelmente desenvolvem suas atividades em condições subumanas, como os cortadores de cana.
4. Como o trabalho do cortador de cana está relacionado ao cotidiano de uma pessoa como você?

Para pesquisar

1. Junte-se a alguns colegas e consultem livros, jornais, revistas e sites da internet para obter informações sobre a atual situação do trabalho/emprego no Brasil. Com base no material selecionado, façam uma reflexão sobre os seguintes aspectos:
 - a) as principais causas do emprego/desemprego no Brasil e os setores mais atingidos;
 - b) as carreiras ou áreas profissionais consideradas mais promissoras;
 - c) as profissões que os integrantes do grupo pretendem seguir.
2. Junte-se a alguns colegas para entrevistar pessoas acima de 50 anos. Procurem saber as diferenças e semelhanças das possibilidades de trabalho hoje e de quando elas começaram a vida profissional. Além disso, perguntem se elas já ficaram desempregadas, se já trabalharam informalmente e o que motivou essas experiências.
3. Procure na internet textos sobre trabalho escravo no Brasil e, em grupos, construam um painel para ser apresentado para toda a sala, com a orientação do professor.

Livros recomendados

Indústria e trabalho no Brasil: limites e desafios, de William Jorge Gerab e Waldemar Rossi. São Paulo: Atual.

De modo didático, os autores analisam a passagem do Brasil rural para o Brasil industrial e as consequências dessa mudança.

A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo, de Richard Sennett. São Paulo: Record.

Um livro capital para entender o modo como se articulam a vida pessoal e as transformações mais gerais no mundo do trabalho, enfatizando a precariedade, a incerteza e a velocidade desumana das mudanças provocadas pela tecnologia e as novas práticas de gestão, quase sempre orientadas contra o trabalhador e suas esperanças de realização pessoal e profissional.

Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança, de Cristina Porto e outros. São Paulo: Ática.

Repleto de fotografias e de depoimentos, esse livro apresenta o universo do trabalho infantil de forma clara e objetiva.

Sugestões de filmes

Eles não usam black-tie (Brasil, 1981). Direção: Leon Hirszman.

Em São Paulo, em 1980, o jovem operário Tião e sua namorada Maria decidem se casar. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego, Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, um velho militante sindical.

Tempos modernos (Estados Unidos, 1936). Direção: Charles Chaplin.

Este filme é um clássico da comédia satírica. Um trabalhador sofre em uma fábrica estruturada no modelo do fordismo-taylorismo, na qual o cronômetro e a linha de montagem são elementos visíveis. Demitido da fábrica, o protagonista encontra desventuras como guarda-noturno, como garçom-cantor de músicas sem sentido e como presidiário. O filme denuncia as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador na década de 1930 nos Estados Unidos e, mais do que isso, na sociedade capitalista.

Segunda-feira ao sol (Espanha, 2002). Direção: Fernando León de Aranoa.

O filme está contextualizado após a década de 1980, numa cidade costeira no norte da Espanha. Quando os estaleiros da cidade são fechados, vários trabalhadores ficam desempregados e à mercê de ocupações temporárias. O filme trata do desemprego de longa duração, de ofícios que se tornam obsoletos ou postos de trabalho que são extintos, e das consequências desses fatores na vida de quatro personagens.

O diabo veste Prada (Estados Unidos, 2006). Direção: David Frankel.

O filme é a adaptação de um livro, com o mesmo título, escrito por Lauren Weisberger em 2003, e trata da história de uma jornalista recém-formada que consegue emprego como assistente de uma poderosa editora da principal revista de moda dos Estados Unidos: a *Runway*. Na relação entre a assistente e a editora, são expostas questões, como exigências do "mercado" e uso de tecnologias, e estabelecidas regras, como o que vestir, o que comer, com quem se relacionar, como e quando se dirigir à superior.

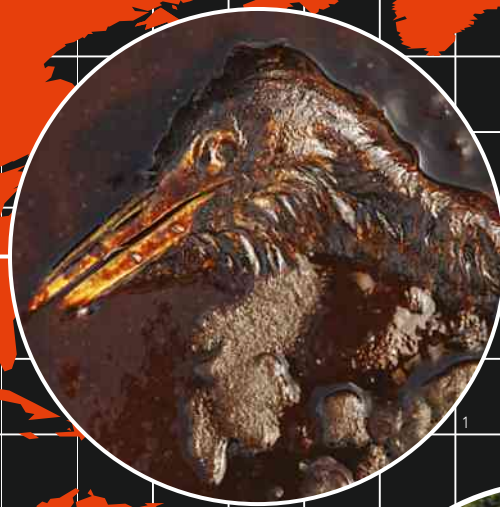
DERRETIMENTO DAS CALOTAS POLARES

O aumento da temperatura do planeta, provocado principalmente pela emissão de gases poluentes, vem causando o derretimento das calotas polares, fenômeno recente e fortemente vinculado ao aquecimento global.



DERRAMAMENTO DE ÓLEO

Vazamentos de óleo em oceanos são eventos, infelizmente, recorrentes. Em 2010, no Golfo do México, uma explosão em uma plataforma petrolífera matou 11 funcionários; dois dias depois, a plataforma afundou a 80 quilômetros da costa sul dos Estados Unidos e provocou um vazamento que prejudicou a fauna marinha, o turismo e a pesca na região. Esse foi considerado o pior vazamento de petróleo na história dos Estados Unidos.



MUNDO EM DESEQUILÍBRIO

Nas sociedades capitalistas, o exagero nos índices e nas variações da produtividade pressupõe intervenções contínuas e crescentes no meio ambiente, explorando sem muitos critérios matérias-primas e ocupando desordenadamente os espaços disponíveis. Com isso, desmatamento, poluição, contaminação e extinção se tornam palavras corriqueiras. No lugar do cidadão integrado ao planeta surge um consumidor individualista e decidido a fazer de sua vida uma corrida sem fim às mercadorias. Para melhorar a qualidade de vida das pessoas e criar práticas sociais efetivamente sustentáveis, é fundamental que toda a sociedade se envolva nas discussões sobre as mudanças climáticas, a poluição do ar e das águas, a mobilidade urbana e as alternativas ecológicas para uma economia socialmente responsável e equilibrada.



DESMATAMENTOS

Dados oficiais divulgados em 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente informam que houve um aumento de 16% do desmatamento da Amazônia em relação aos dados do ano de 2014. Amazonas, Rondônia e Mato Grosso foram os estados que lideraram esse aumento. O Pará, que é o estado que mais desmata a Amazônia em números absolutos, manteve seu índice estável em relação ao ano anterior, ainda que em um patamar alto. O desmatamento, historicamente, é o maior causador de emissões de gases estufa no Brasil.

DESERTIFICAÇÃO

Desde a década de 1950, a China perdeu o equivalente às áreas somadas dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro para a desertificação. A origem dessa perda está no desmatamento e na exploração excessiva ou inadequada do solo.



4



5



6

POLUIÇÃO DOS RIOS

Fazendas do vale do rio Olifants, na África do Sul, utilizam grandes quantidades de agrotóxicos e sistemas de irrigação que pulverizam água sobre grandes superfícies. Isso provoca uma intensa salinização à medida que a água evapora, deixando para trás nitratos e fosfatos concentrados. O pequeno volume de água que corre de volta dos campos para os rios é altamente contaminado. Esse fato é consequência de anos de uso inadequado da terra e de práticas agrícolas obsoletas.

POLUIÇÃO DO AR

Os gases responsáveis pelo efeito estufa são liberados naturalmente através de incêndios florestais de causas naturais. Anualmente a Austrália enfrenta graves ondas de queimadas provocadas por incêndios florestais.

OS EFEITOS DA POLUIÇÃO NO SER HUMANO

- Irritação nas mucosas do nariz e dos olhos
- Irritação na garganta
- Problemas respiratórios, podendo acarretar enfisema pulmonar e bronquite
- Problemas pulmonares e cardiovasculares
- Desenvolvimento de doenças do coração
- Aumento das chances de desenvolver câncer, principalmente de pulmão
- Alteração nos níveis de hormônios nos homens e na qualidade do sêmen
- Enfraquecimento do sistema imunológico
- A inalação de metais pesados, presentes em áreas de muita circulação de veículos, pode provocar doenças do coração, mal de Parkinson, mal de Alzheimer e distúrbios de ansiedade
- Diminuição da qualidade de vida
- Diminuição da expectativa de vida (em até dois anos)

3

Desigualdades e vida social

Desigualdade



Diferentes e iguais

A ideia que identifica todos os seres humanos como diferentes e iguais ao mesmo tempo carrega profundas e universais dimensões e está presente em várias máximas de autorias desconhecidas.

Mas, afinal, em que consiste o duplo aspecto da diferença e da igualdade nos indivíduos?

A diferença está na cor da pele, na estatura física, no formato dos olhos, nas agilidades corporais, no conjunto das preferências estéticas (relacionadas a música, cinema, literatura, gastronomia, esporte) e nas aptidões e valorações éticas (espiritualidade, racionalidade, relações afetivas, escolhas profissionais, postura diante da vida, das pessoas e do mundo). Essas diferenças – que podem ser consideradas infinitas expressões da singularidade humana – são definidas, disseminadas e articuladas porque há um todo que as aproxima: o gênero humano. Assim, o indivíduo é diferente em relação ao seu semelhante (interessante expressão, não?) exatamente porque é, de muitas maneiras, igual a ele. Só é possível caracterizar a diferença quando se estabelecem parâmetros entre iguais.

A filósofa judia-alemã Hannah Arendt (1906-1975) enfatizava a duplicidade da condição humana: a diferença e a igualdade. Para ela, a diferença permite o desenvolvimento da comunicação e o estabelecimento de um diálogo que permite aprender mutuamente; a igualdade é a garantia de que haverá sempre a possibilidade de desenhar um futuro comum, um projeto que sirva a filhos e netos de todas as gerações. Nesse sentido, a diferença torna rica a uniformidade entre os seres humanos e a igualdade se manifesta no que é característico das palavras e dos atos de um gênero humano cuja missão é construir um espaço comum de convivência e partilhas.

A desigualdade, portanto, não tem relação com a diferença. A diferença não distancia as pessoas, ao contrário, as aproxima. A desigualdade – definida como construção social e consequência perversa da indiferença entre sujeitos que deveriam se respeitar como iguais – maltrata, explora, cria e difunde preconceitos, violência e desumanização. Há quem proclame a desigualdade como natural, incontornável e até útil. Cabe, contudo, analisar com mais rigor o que está por trás desse tipo de juízo. É sobre tudo isso que tratará esta unidade.

Mauricio Simonetti/Pulsar Imagens



Habitações em palafitas na margem do rio Anil na baía de São Marcos, em São Luís, Maranhão, 2013.

Estrutura social e estratificação

Todas as sociedades humanas se organizam de alguma maneira, ou seja, criam e desenvolvem uma estrutura social por meio da qual definem os tipos de relações possíveis entre seus membros.

Assim, arranjos históricos, políticos, jurídicos, econômicos, culturais e sociais são montados para que as estruturas sociais ganhem força e solidez e se tornem capazes de oferecer confiabilidade e segurança aos indivíduos, aos grupos e às classes sociais nelas interiorizados.

Nesse sentido, vale destacar que há uma história que rege toda comunidade e a ela oferece tradições e costumes; há também uma economia, sustentada por um sistema de produção, circulação e troca de produtos, ideias e serviços entre seus membros; existem formas de representação dos interesses materiais e espirituais, ou seja, uma arquitetura política; para garantir a eficácia dos valores econômicos, das prerrogativas políticas, das formas de associação familiar, de trabalho e muitas outras, bem como o conjunto da produção cultural e de seus diversos significados, ergue-se uma esfera jurídica, com instituições que promovem e defendem leis, aceitando e difundindo práticas e concepções de vida que sejam consideradas por determinada sociedade moralmente justas ou injustas, decentes ou indecentes, louváveis ou reprováveis.

A relação entre essas diversas esferas particulariza cada sociedade e define sua estrutura social, condicionando a maneira como os indivíduos vivem em seu dia a dia. Uma das características da estrutura de uma sociedade, a estratificação social, ou seja, a maneira como os diferentes grupos são classificados em estratos (camadas) sociais, merece uma análise mais atenta.

A estratificação em diferentes sociedades foi analisada pelo sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1926-2004) na introdução ao livro *Teorias da estratificação social*. Para ele, ao estudar a estratificação em cada sociedade, é necessário verificar como se organizam:

- as estruturas de apropriação (econômica), isto é, como cada estrato ou camada participa da riqueza gerada pela sociedade;
- as estruturas de dominação (política), isto é, como o poder é exercido e qual é a participação de cada camada ou estrato na sociedade.

É necessário lembrar, entretanto, que a estratificação não é definida apenas por esses fatores. As estruturas de apropriação econômica e de dominação política são atravessadas por outros elementos – como a religião, a etnia, o sexo, a tradição e a cultura –, que, de formas diferentes, influenciam o processo de divisão social do trabalho e o processo de hierarquização social.

Além disso, as estratificações sociais são produzidas historicamente, ou seja, são geradas por situações diversas e se expressam na organização das

sociedades em sistemas de castas, de estamentos ou de classes. Conforme declarou Norbert Elias (1897-1990), cada caso precisa ser analisado como uma configuração histórica particular.

Neste capítulo, serão examinados os sistemas de castas e de estamentos; no próximo capítulo, o sistema de classes, característico da sociedade capitalista.

As sociedades organizadas em castas

O sistema de castas é uma configuração social de que se tem registro em diferentes tempos e lugares. Nas sociedades antigas, há vários exemplos da organização em castas (na Grécia e na China antigas, entre outros lugares). Mas é na Índia, ainda hoje, que está a expressão mais acabada desse sistema.

O processo de constituição das castas e subcastas na sociedade indiana é muito antigo e se consolidou há aproximadamente 3 mil anos. A hierarquização desse sistema é baseada em religião, etnia, cor, hereditariedade e ocupação. Esses elementos definem a organização do poder político e a distribuição da riqueza gerada pela sociedade. Apesar de na Índia haver hoje uma estrutura de classes, o sistema de castas permanece mesclado a ela, o que representa uma dificuldade a mais para entender essa organização. O sistema sobrevive por força da tradição, pois legalmente foi abolido em 1950.

Pode-se afirmar, em termos genéricos, que existem quatro grandes castas na Índia: a dos brâmanes (casta sacerdotal, superior a todas as outras), a dos xátrias (casta intermediária, formada normalmente por aqueles que, pela tradição, são considerados guerreiros mas que atualmente se encarregam da administração pública), a dos vaixás (casta dos comerciantes, artesãos e camponeses, inferior à dos xátrias) e a dos sudras (casta dos inferiores, na qual se situam aqueles que fazem trabalhos manuais considerados servis). Os párias são os que não pertencem a nenhuma casta, e vivem, portanto, fora das regras existentes. Há ainda um sistema de castas regionais que se subdividem em outras tantas subcastas.

O sistema de castas caracteriza-se por relações muito estanques, isto é, quem nasce em uma casta permanecerá para sempre. Não há, portanto, mobilidade social nesse sistema. Os elementos mais visíveis da imobilidade social são a hereditariedade, a endogamia (casamentos entre membros da mesma casta), as regras relacionadas à alimentação (o preparo dos alimentos e as refeições são restritos aos integrantes da mesma casta) e a proibição do contato físico entre membros das castas inferiores e superiores. Repulsão, hierarquia e especialização hereditária são as palavras-chave para definir o sistema de castas, de acordo com o sociólogo francês Célestin Bouglé (1870-1940), discípulo de Émile Durkheim (1858-1917).

Mulher exercendo atividade laboral reservada aos párias, as pessoas que não pertencem a nenhuma casta. Nova Délí, Índia, 2013.

Sue Cunningham Photographic/Alamy Stock Photo/Fotoarena



nas palavras de Bouglé

Castas

[...] a palavra **casta** parece despertar, de início, a ideia de especialização hereditária. Ninguém, a não ser o filho, pode continuar a profissão do pai; e o filho não pode escolher outra profissão a não ser a do pai. [...] [É] um dever de nascimento. [...]

A palavra casta não faz pensar apenas nos trabalhos hereditariamente divididos, e sim também nos direitos desigualmente repartidos. Quem diz casta não diz apenas monopólio, diz também privilégio. [...] O “estatuto” pessoal de uns e de outros é determinado, por toda a vida, pela categoria do grupo ao qual pertencem. [...]

Quando declaramos que o espírito de casta reina em dada sociedade, queremos dizer que os vários grupos dos quais essa sociedade é composta se repelem, em vez de atrair-se, que cada um desses

grupos se dobra sobre si mesmo, se isola, faz quanto pode para impedir seus membros de contrair aliança ou, até, de entrar em relação com os membros dos grupos vizinhos. [...]

Repulsão, hierarquia, especialização hereditária, o espírito de casta reúne essas três tendências. Cumpre retê-las a todas se se quiser chegar a uma definição completa do regime de castas.

BOUGLÉ, C. O sistema de castas. In: IANNI, Octavio (org.). *Teorias da estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1973. p. 90-91.



Syad Asif/The Times of India/AFP

Ritual da casta brâmane de coroação do Maharaja nº 27, o rei da família real Mysore. 2015.

Apesar de toda a rigidez evidente do sistema de castas indiano, é possível perceber alguns rompimentos com as tradições e com as normas vigentes. Um exemplo dessa ruptura é o fato de castas inferiores adotarem costumes, ritos e crenças dos brâmanes, o que cria certa homogeneidade de hábitos entre castas. O rigor das regras também é relativizado pela ocorrência de casamentos entre membros de castas diferentes. Casamentos entre castas são protegidos por lei, mas há ainda muita oposição social, principalmente se envolver um membro dos brâmanes – a casta considerada superior.

A urbanização e a industrialização crescentes e a introdução dos padrões comportamentais do Ocidente têm levado integrantes de diferentes castas a se relacionar. Isso contradiz os padrões mais tradicionais, pois, no sistema capitalista, no qual a Índia está fortemente inserida, a estruturação societária fundamentada em castas só se mantém porque é essencial para a sobrevivência do próprio sistema.

A desintegração gradativa do sistema de castas não significa, entretanto, que as normas e os costumes relacionados com a diferenciação em castas tenham desaparecido do cotidiano das pessoas. Isso é confirmado pela existência de programas de cotas de inclusão para as castas consideradas inferiores nas universidades públicas.

As sociedades organizadas por estamentos

O sistema de estamentos ou estados constitui outra forma de estratificação social. A sociedade feudal organizou-se dessa maneira. Na França, por exemplo, no final do século XVIII, às vésperas da revolução havia três estados: a nobreza, o clero e o chamado terceiro estado, que incluía todos os outros membros da sociedade – comerciantes, industriais, trabalhadores urbanos, camponeses etc.

De acordo com o sociólogo Octavio Ianni, ainda com base no livro *Teorias da estratificação social*, a sociedade estamental é fundamentada nas relações recíprocas e hierárquicas com base na tradição, na linhagem, na vassalagem, na honra e no cavalheirismo. Essas categorias predominam no pensamento e na ação das pessoas, regulando as relações de poder e as relações econômicas.

Assim, o que identifica um estamento é o que também o diferencia, ou seja, um conjunto de direitos e deveres, privilégios e obrigações aceitos como naturais e publicamente reconhecidos, mantidos e sustentados pelas autoridades oficiais e também pelos tribunais.

Um exemplo dado pelo sociólogo brasileiro José de Souza Martins (1938-) ilustra bem isso. Em seu livro *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, ele declara que durante uma pesquisa no mosteiro de São Bento, na cidade de São Paulo, encontrou um livro da segunda metade do século XVIII, no qual havia dois registros de doações (esmolas): uma feita para um nobre pobre (os nobres podiam tornar-se pobres, mas não perdiam a condição de nobres), que recebeu 320 réis; outra, para um pobre que não era nobre, que recebeu 20 réis. Comenta o sociólogo que “um nobre pobre, na consciência social da época e na realidade das relações sociais, valia dezesseis vezes um pobre que não era nobre [...] porque as necessidades de um nobre pobre eram completamente diferentes das necessidades sociais de um pobre apenas pobre”.

Atualmente, se alguém decide dar esmola a uma pessoa que está em situação precária, jamais leva em consideração as diferenças sociais de origem do pedinte, pois parte do pressuposto de que elas são puramente econômicas. José de Souza Martins conclui que basicamente é isso o que distingue estamento de classe social.

Em uma sociedade estamental, a condição dos indivíduos e dos grupos em relação ao poder e à participação na riqueza produzida pela sociedade não é uma questão somente de fato, mas também de direito. Na sociedade feudal, por exemplo, os indivíduos eram diferenciados desde que nasciam, ou seja, os nobres tinham privilégios e obrigações que em nada se assemelhavam aos direitos e deveres dos camponeses e dos servos, porque a desigualdade, além de existir de fato, transformara-se em direito. Existia assim um direito desigual para desiguais.

Representação do trabalho em um feudo em iluminura dos irmãos Limbourg, com camponeses arando e semeando a terra. Museu Condé, Chantilly, França. Repare nos muros. Registro de que o servo cuida do trabalho e o senhor, da defesa. Há obrigações recíprocas, mas as condições de vida são desiguais de fato e de direito.

Anônimo/Biblioteca Nacional da França, Paris, França



Gravura representando um camponês carregando um membro do clero e um nobre. Caricatura sobre os três estamentos do Antigo Regime. Abaixo da imagem está escrito: “Espera-se que a situação termine logo”. Paris, 1789. Autor desconhecido.



Irmãos Limbourg. Riquíssimas horas do duque de Berry (junho), século XIV

A mobilidade de um estamento para outro era possível, mas muito controlada – alguns chegavam a conseguir títulos de nobreza, o que, no entanto, não significava obter o bem maior, que era a terra. A propriedade da terra definia o prestígio, a liberdade e o poder dos indivíduos. Os que não a possuíam eram dependentes, econômica e politicamente, além de serem considerados socialmente inferiores.

O que explica, entretanto, a relação entre os estamentos é a reciprocidade. No caso das sociedades do período feudal, existia uma série de obrigações dos servos para com os senhores (trabalho) e dos senhores para com os servos (proteção), ainda que os servos estivessem sempre em situação de inferioridade.

Entre os proprietários de terras, havia uma relação de outro tipo: um senhor feudal (suserano) exigia serviços militares e outras obrigações dos senhores a ele subordinados (vassalos). Formava-se, então, uma rede de obrigações recíprocas, como também de fidelidade, observando-se uma hierarquia em cujo topo estavam os que dispunham de mais terras e de mais homens armados. Vale ressaltar, contudo, que prevalecia sempre a desigualdade como um fato considerado natural.

Sobre os estamentos na sociedade medieval

Os documentos a seguir são excertos de textos escritos no período medieval. O primeiro foi extraído das *Partidas*, uma coletânea de leis, redigida em Castela durante o reinado de Alfonso X (1252-1284), abarcando todo o saber jurídico da época na área do Direito Constitucional, Civil, Mercantil, Penal e Processual. O segundo é de autoria de Adalberon (?-1031), bispo de Laon, então encarregado de organizar a legislação da Igreja na França.

Dos Cavaleiros e das coisas que lhes convêm fazer

Os **defensores** são um dos três estados por que Deus quis que se mantivesse o mundo: e assim como aqueles que rogam a Deus pelo povo são chamados **oradores** e os que lavram a terra e fazem aquelas coisas que permitem aos homens viver e manter-se são chamados **lavradores**, outrossim, os que têm de defender a todos são chamados **defensores**. Portanto, os antigos fizeram por bem que os homens que fazem tal obra fossem muito escolhidos porque para defender são necessárias três coisas: esforço, honra e poderio.

Partidas P. II, t. XXI.

A sociedade estamental

A ordem eclesiástica não compõe senão um só corpo. Em troca, a sociedade está dividida em três ordens. Além da já citada, a lei reconhece outras duas condições: a do nobre e a do servo que não são regidas pela mesma lei. Os nobres são os guerreiros, os protetores das igrejas, defendem a todo o povo, aos grandes da mesma forma que aos pequenos e ao mesmo tempo se protegem a eles mesmos. A outra classe é a dos servos, esta raça de desgraçados não possui nada sem sofrimento, fornecem provisões e roupas a todos pois os homens livres não podem valer-se sem eles. Assim, pois, a cidade de Deus que é tomada como una, na realidade é tripla. Alguns rezam, outros lutam e outros trabalham. As três ordens vivem juntas e não podem ser separadas. Os serviços de cada uma dessas ordens permitem os trabalhos das outras e cada uma por sua vez presta apoio às demais. Enquanto esta lei esteve em vigor, o mundo ficou em paz, mas, agora, as leis se debilitam e toda a paz desaparece. Mudam os costumes dos homens e muda também a divisão da sociedade.

ARTOLA, Miguel. Textos fundamentais para la Historia. Madrid: Revista de Occidente, 1975. p. 70-71.
Apud: PINSKY, JAYME (org.). *Modo de produção feudal*. 2. ed. São Paulo: Global, 1982. p. 71.

Muitas vezes utilizamos o termo **estamento** para designar determinada categoria ou atividade profissional que tem regras muito precisas para que se ingresse nela ou para que o indivíduo se desenvolva nela, com um rígido código de honra e de obediência – por exemplo, a categoria dos militares ou a dos médicos. Assim, usar as expressões “estamento militar” ou “estamento médico” significa afirmar as características que definiam as relações na sociedade estamental.

Pobreza: condição de nascença, desgraça, destino...

A pobreza, que é a expressão mais visível das desigualdades, recebeu ao longo da história diferentes explicações.

No período medieval, o pobre era um personagem complementar ao rico. Não eram critérios econômicos ou sociais que definiam a pobreza, mas a condição de nascença, como afirmava a Igreja Católica, que predominava na Europa ocidental. Havia até uma visão positiva da pobreza, pois esta despertava a caridade e a compaixão. E não se tratava de uma situação fixa, pois, como havia uma moral positiva, podiam ocorrer situações compensatórias em que os ricos eram considerados “pobres em virtude” e os pobres, “ricos em espiritualidade”. De acordo com essa visão cristã de mundo, os ricos tinham a obrigação moral de ajudar os pobres.

Outra explicação paralela, comum no mesmo período, atribuía a pobreza a uma desgraça decorrente das guerras ou de adversidades como doenças ou deformidades físicas.

Isso tudo mudou a partir do século XVI, quando o indivíduo começou a se tornar o centro das atenções. O pobre passou a encarnar uma ambiguidade: representava a pobreza de Cristo e, ao mesmo tempo, era um perigo para a sociedade. Sendo uma ameaça social, a solução era disciplina e enquadramento. O Estado “herdou” a função de cuidar dos pobres, antes atribuída aos ricos.

Com o crescimento da produção e do comércio, principalmente na Inglaterra, houve necessidade crescente de mão de obra, e a pobreza e a miséria passaram a ser interpretadas como resultado da preguiça e da indolência dos indivíduos que não queriam trabalhar, uma vez que havia muitas oportunidades de emprego. Essa justificativa tinha por finalidade levar as grandes massas a se submeter às condições do trabalho industrial emergente.

No final do século XVIII, com o fortalecimento do liberalismo, outra justificativa foi formulada: as pessoas eram responsáveis pelo próprio destino e ninguém era obrigado a dar emprego ou assistência aos mais pobres. Muito ao contrário, dizia-se que era necessário manter o medo da fome para que os trabalhadores realizassem bem suas tarefas.

Com base nas teorias do economista e demógrafo britânico Thomas Malthus (1766-1834), segundo as quais a população crescia mais que os meios de subsistência, afirmava-se que a assistência social aos pobres era repudiável, uma vez que os estimularia a ter mais filhos, aumentando assim sua miséria. Posteriormente, apareceram recomendações e orientações de abstinência sexual e casamento tardio para os pobres, pois desse modo teriam menos filhos.

Em meados do século XIX, difundiu-se a ideia de que os trabalhadores eram perigosos por duas razões: eles poderiam não só transmitir doenças porque viviam em condições precárias de saneamento e de saúde, como também se rebelar, promover movimentos sociais e revoluções, questionando os privilégios das outras classes, que possuíam riqueza e poder.

Neste século XXI, o que se percebe é que todas as explicações anteriores persistem de algum modo nas mais variadas situações, levando a crer que a desigualdade é considerada natural e até “útil” para a promoção de ideais como, por exemplo, os de competitividade e de ascensão social por mérito e esforço.

As castas no Japão

A desigualdade com base nas castas não é uma coisa do passado no Japão, apesar de toda a modernização e da presença de alta tecnologia. Oficializadas durante o período Edo (1600-1868), as castas foram abolidas em 1871. A casta de maior importância era a dos samurais, seguida, em ordem decrescente, pela dos agricultores, pela dos artesãos e pela dos comerciantes.

Havia ainda os párias (os desclassificados) – entre eles, os *hinins*, aqueles que eram considerados “não gente”, como mendigos, coveiros, mulheres adúlteras e suicidas fracassados, e os *burakumins*, pessoas encarregadas de matar, limpar e preparar os animais para o consumo.

A classificação social dos *burakumins* tinha motivos religiosos. Um desses motivos provém do xintoísmo, que relaciona morte à sujeira, o outro provém do budismo, que considera indigna a matança de animais. Na soma das duas crenças, quem tivesse o ofício de trabalhar com couro ou carne de animais mortos deveria ser isolado e condenado a uma situação subalterna.

Os descendentes dos *burakumins*, cerca de 3 milhões de pessoas, ainda vivem segregados e dificilmente conseguem empregos que não sejam de lixeiros, limpadores de esgotos ou de ruas. Quando revelam sua ascendência, a vida deles é sempre investigada, seja no pedido de emprego, seja na tentativa de se casar.

O governo japonês criou programas voltados ao combate dessa discriminação; entretanto, isso não se resolve por decreto, pois as questões culturais são mais fortes que os decretos governamentais. Há também, desde 1922, associações de *burakumins*, que procuram lutar contra a segregação, que, de maneira generalizada, está tanto no interior das pequenas vilas quanto nas grandes empresas.

Reestamentalização da sociedade?

Uma indicação de consciência estamental a que me refiro está nos crimes de adolescentes.

[...] A gangue de adolescentes que numa madrugada de abril de 1997 queimou vivo um índio pataxó *hã-hã-hãe* que dormia num banco de um ponto de ônibus, em Brasília, agiu orientada por motivações estamentais. Isso ficou claro quando alegaram ter cometido o crime (bestial, aliás) porque pensaram que se tratava de um mendigo. Isto é, para eles há duas humanidades qualitativamente distintas, uma mais humana (a deles) e outra menos humana (a do mendigo).

Eles invocam, portanto, distinções baseadas na ideia de que as diferenças sociais não são apenas diferenças de riqueza, mas diferenças de qualidade social das pessoas, como era próprio da sociedade estamental.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 132.



Protesto contra a morte de Galdino Jesus dos Santos, líder da tribo Pataxó, morto em 1997 por um grupo de adolescentes que ateou fogo ao corpo do indígena, que dormia em um abrigo de ponto de ônibus em Brasília.

Eraldo Peres/AP Photo/Glow Images

1. Os dois textos e a imagem acima apontam a permanência de aspectos relacionados aos sistemas de castas e de estamentos na sociedade contemporânea. Cite outras situações, no Brasil, nas quais se observa alguma característica dessas formas de estratificação e desigualdade.
2. Procure notícias sobre situações e outras formas em que castas e estamentos ainda estão presentes no mundo atual. Como você explica a permanência desses tipos de desigualdade?

As classes sociais na sociedade capitalista

10

capítulo

O termo classe costuma ser empregado de muitas maneiras. Diz-se, por exemplo, “alguém tem classe”, “classe política”, “classe dos professores” etc. Essas são formas que o senso comum utiliza para caracterizar determinado tipo de comportamento ou para definir certos grupos sociais ou categorias profissionais.

Sociologicamente, utiliza-se o termo na explicação da estrutura da sociedade capitalista com base na classificação ou hierarquização dos grupos sociais. Assim, quando se consideram as profissões, é mais correto falar em categoria profissional dos professores, advogados etc.

A Sociologia, ao analisar a sociedade capitalista, percebe que ela é dividida em classes e, como tal, tem uma estrutura histórica particular. Nela está evidente que as relações e estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política) definem a estratificação social. Os outros fatores de distinção e diferenciação, como a religião, a honra, a ocupação e a hereditariedade, apesar de existirem, não são tão fortes como nas sociedades organizadas em castas ou em estamentos. As classes sociais expressam, no sentido mais preciso, a forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista.

Estratificação e mobilidade

A análise da estratificação de uma sociedade capitalista depende do ponto de vista do pesquisador e do critério utilizado na classificação dos grupos sociais. Entretanto, de diferentes pontos de vista e abordagens, evidencia-se que as sociedades capitalistas caracterizam-se, em grau variável, pelas desigualdades, que podem ser manifestas das seguintes maneiras:

- na apropriação da riqueza, expressa normalmente pela propriedade e pela renda, mas evidente também no consumo de bens;
- na participação nas decisões políticas, manifestando-se pelo maior ou menor poder que indivíduos e grupos têm de decidir, ou forçar decisões a seu favor, e de deter o poder econômico;
- na apropriação dos bens simbólicos, que se expressa no acesso à educação e aos bens culturais, como museus, teatros, livros etc.

As questões que envolvem propriedade, renda, consumo, educação formal, poder e conhecimento, vinculadas ou não, definem a forma como as diferentes classes se relacionam na sociedade. Observadas diretamente ou pelos meios de comunicação, as desigualdades nessas sociedades, sejam estas desenvolvidas ou não, são incontestáveis, expressando-se mais agudamente na pobreza e na miséria.

A mobilidade social nas sociedades capitalistas é maior do que nas organizadas em castas ou estamentos, mas não é tão ampla quanto pode parecer. As barreiras para a ascensão social não estão escritas nem são declaradas abertamente, mas estão dissimuladas nas formas de convivência social.

Quando os trabalhadores começaram a se organizar e lutar por melhores condições de trabalho e de vida, abandonou-se o discurso de que os pobres deveriam ser deixados à própria sorte e procurou-se difundir a ideia de que todo indivíduo competente pode vencer na vida. A concepção de que o medo da fome incentiva o trabalho foi substituída pelo otimismo da promoção do indivíduo pelo trabalho. Esforçando-se, os trabalhadores qualificados teriam a possibilidade de se converter em capitalistas. A célebre frase, de autoria desconhecida, publicada em 1888 na revista estadunidense *The Nation*, exemplifica bem esse pensamento: “Os capitalistas de hoje foram os trabalhadores de ontem e os trabalhadores de hoje serão os capitalistas de amanhã”.

O que diferencia, então, a sociedade capitalista das outras? No que se refere à desigualdade, a distinção está somente na forma como ela se efetiva. Mas as explicações dadas para as desigualdades podem mudar radicalmente. Como já vimos, nas sociedades divididas em castas ou estamentos, os indivíduos nascem desiguais e vivem dessa forma. Na sociedade capitalista, a desigualdade é algo próprio de sua constituição, ou seja, ela se forma e se desenvolve tendo a exploração como fundamento. A desigualdade não está vinculada apenas ao nascimento, pelo contrário, é reproduzida incessantemente, todos os dias. Entretanto, há um discurso segundo o qual todos têm as mesmas oportunidades, além de poderem prosperar e enriquecer pelo trabalho.

Muito se escreveu sobre a estratificação e as desigualdades sociais na sociedade capitalista. Vamos analisar a seguir as ideias de alguns autores que representam concepções sociológicas diversas para explicar esse fenômeno fundamental nesse tipo de sociedade.

Em primeiro plano, hotel cinco estrelas e mansões de luxo; ao fundo, habitações precárias evidenciam a desigualdade entre ricos e miseráveis em Porto Príncipe, capital do Haiti (um dos países mais pobres do mundo), 2013.



A desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista

Como já vimos em capítulos anteriores, Karl Marx (1818-1883) afirmou que a questão das classes sociais era o centro de sua análise da sociedade capitalista. Ele deixou claro que essas sociedades são regidas por relações em que o capital e o trabalho assalariado são dominantes e a propriedade privada é o fundamento e o bem maior a ser preservado. Nesse contexto, pode-se afirmar que existem duas classes fundamentais: a burguesia, que personifica o capital, e o proletariado, que vive do trabalho assalariado. Elas convivem em contínuo conflito de interesses e de visão de mundo.

Afirmar que nas sociedades capitalistas essas duas classes são as fundamentais não significa, contudo, que se pode reduzir a diversidade social a uma polaridade. O processo histórico de constituição das classes e a forma como elas se estruturaram determinaram o aparecimento de uma série de frações, bem como de classes médias ou intermediárias, que ora apoiam a burguesia, ora se juntam ao proletariado, podendo ainda, em certos momentos, desenvolver lutas particulares. Portanto, não se pode estabelecer a posição das classes na sociedade em que estão inseridas apenas com base em seu lugar na produção, mesmo que este seja o fator principal.

Para identificar as classes numa sociedade capitalista é necessário fazer uma análise da constituição histórica dessas classes e do modo como se enfrentaram politicamente, principalmente nos momentos mais decisivos. É nesse processo que aparecem e se desvendam as características e os interesses de classe, tanto das fundamentais como das intermediárias (formadas por pequenos proprietários, pequenos comerciantes, profissionais liberais, gerentes ou supervisores, enfim, toda uma parcela significativa da população que se encontra entre os grandes proprietários e os operários).

Portanto, para Marx, não há uma classificação *a priori* das classes em determinada sociedade. Para ele, é necessário analisar historicamente cada sociedade e perceber como as classes se constituíram no processo de produção da vida social. Assim, a questão das desigualdades entre as classes não é algo teórico, mas real, que se expressa no cotidiano. Por essa razão, Marx sempre analisa a questão das classes sociais com base na relação e nos conflitos entre elas.

nas palavras de MARX

Definindo as classes sociais

No que me diz respeito, nenhum crédito me cabe pela descoberta da existência de classes na sociedade moderna ou da luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico da luta de classes, e economistas burgueses, a anatomia econômica das classes. O que fiz de novo foi provar: 1. que a existência de classes somente tem lugar em determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2. que a luta de classes necessariamente conduz à ditadura do proletariado; 3. que esta mesma ditadura não constitui senão a transição no sentido da abolição de todas as classes e da sociedade sem classes.

MARX, Karl. Correspondência a J. Weydemeyer em 5 de março de 1872. In: IANNI, Octavio (org.). *Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979. p. 14.

[...]

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando se tornam revolucionárias, isso se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 49.

A atualidade da luta de classes

Para Marx, a estrutura de classes na sociedade capitalista é o que melhor a explica. A luta de classes é fundamental no pensamento marxista, pois nela está a chave para se compreender a vida social contemporânea e transformá-la. Por luta de classes entende-se não somente o confronto armado, mas também todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais e ilegais que a classe dominante utiliza para manter o *status quo* e o domínio nas esferas de poder e controle da vida econômica.

O conflito entre as classes manifesta-se no modo de organizar o processo de trabalho e de distribuir diferentemente a riqueza gerada pela sociedade; nas ações dos trabalhadores, do campo e da cidade, orientadas para diminuir a exploração e a dominação; na formação de movimentos políticos para mudar a sociedade. Mais do que isso, a luta de classes, como afirma o italiano Domenico Losurdo (1941-), hoje se faz presente também na exploração das nações pobres pelas ricas e na dominação da mulher pelo homem – em sentido expresso, a atualidade da luta de classes está intimamente relacionada com as novas formas de fazer política, de reivindicar direitos, de posicionar no cenário público novos cidadãos e suas urgências de visibilidade (movimentos por direitos e dignidade a negros, homossexuais, mulheres, indígenas etc.).

Essas intensas e agora diversificadas lutas vêm se desenvolvendo há mais de 200 anos em muitos países e nas mais variadas situações, posto que há interesses opostos e disputas políticas e de sentido da vida em sociedade orientadas para diferentes fins, em defesa de múltiplas perspectivas tanto econômicas e políticas, quanto culturais e sociais.

A. Katz/Shutterstock



Manifestantes protestam contra a morte de um jovem negro em uma ação que eles consideraram racista. Nas faixas, frases contra a violência policial a negros. New Jersey, EUA, 2015.

Desigualdades de riqueza, prestígio e poder

Max Weber (1864-1920), ao analisar a estratificação social, parte da distinção entre os seguintes aspectos:

- **econômico** – quantidade de riqueza (posses, bens e renda) que as pessoas possuem;
- **social** – *status* ou prestígio que as pessoas ou grupos têm, seja na profissão, seja no estilo de vida;
- **político** – quantidade de poder que as pessoas ou grupos detêm nas relações de dominação em uma sociedade.

Com base nessas três dimensões, Weber afirma que muitas pessoas podem ter renda e posses, mas não prestígio, nem *status*, nem posição de dominação. Um indivíduo que recebe uma fortuna inesperada, por exemplo, não conquista, necessariamente, prestígio ou poder.

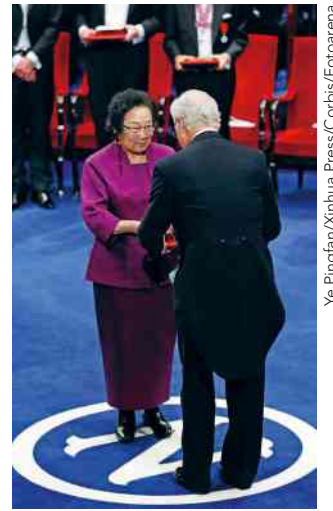
Outras aproximam-se do poder, mas não possuem riqueza correspondente à dominação que exercem. Exemplos disso são pessoas ou grupos que se instalam nas estruturas do poder estatal e burocrático e nelas permanecem durante muito tempo, às vezes até obtendo riqueza.

Outras pessoas, ainda, como alguns cientistas ou intelectuais consagrados, usufruem de certo *status* e prestígio na sociedade, mas não detêm riqueza nem poder.

Weber concebe, assim, hierarquias sociais baseadas em fatores econômicos (as classes), em prestígio e honra (os grupos que gozam de *status*) e em poder político (os grupos de poder).

Para ele, **classe** é todo grupo humano que se encontra em igual **situação de classe**, isto é, os membros de uma classe têm as mesmas oportunidades de acesso a bens, posição social e um destino comum. De acordo com determinada ordem econômica, essas oportunidades são derivadas das possibilidades de dispor de bens e serviços.

Cientista chinesa Tu Youyou recebe o prêmio Nobel de Medicina de 2015 das mãos do rei Gustavo da Suécia, em Estocolmo. Youyou foi escolhida por ter descoberto um novo tratamento contra a malária.



nas palavras de WEBER

Classes e situação de classe

[...]

Podemos falar de uma “classe” quando: 1) certo número de pessoas têm em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. [Esses pontos referem-se à “situação de classe”, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe.]

[...]

WEBER, MAX. *Ensaios de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 212.

Max Weber também escreve sobre a luta de classes, mas, diferentemente de Marx, afirma que ela ocorre também no interior de uma mesma classe. Se houver perda de prestígio, de poder ou até de renda no interior de uma classe ou entre classes, poderão ocorrer movimentos de grupos que lutarão para mantê-los e, assim, resistirão às mudanças. Ele não vê a luta de classes como o motor da história, mas como uma das manifestações para a manutenção de poder, renda ou prestígio em uma situação histórica específica. Essa perspectiva permite entender muitos movimentos que aconteceram desde a Antiguidade até hoje.

Oportunidades e estratificação

Há um grupo de autores na Sociologia desenvolvida nos Estados Unidos que caracteriza a sociedade moderna como desigual, mas declara que há possibilidades de ascensão social de acordo com as oportunidades oferecidas aos indivíduos. Segundo essa perspectiva, alguns indivíduos aproveitam as oportunidades e outros não, tendo êxito aqueles que dispõem de mais talento e qualificação.

Para esses autores, entre os quais estão Kingsley Davis (1908-1997) e Wilbert E. Moore (1914-1987), as desigualdades materiais não são necessariamente negativas. Elas podem ser positivas para a sociedade, porque na busca do interesse

pessoal há sempre inovação e criação de alternativas e, assim, a sociedade como um todo se beneficia das realizações dos indivíduos. O capitalismo só é dinâmico porque é desigual, e todas as políticas que propõem a igualdade de condições levam os indivíduos a não lutar por melhores posições.

nas palavras de DAVIS e MOORE

A necessidade funcional de estratificação

Curiosamente, a principal necessidade funcional que explica a presença universal da estratificação é precisamente a exigência enfrentada por qualquer sociedade de situar e motivar os indivíduos na estrutura social. [...] Um sistema competitivo dá maior importância à motivação para adquirir posições, enquanto um sistema não competitivo dá talvez maior importância à motivação para executar os deveres inerentes às posições, mas em qualquer sistema são exigidos ambos os tipos de motivação. [...] A desigualdade social é, portanto, um artifício inconscientemente desenvolvido por intermédio do qual as sociedades asseguram que as posições mais importantes sejam criteriosamente preenchidas pelos mais qualificados. Por essa razão, qualquer sociedade, não importa quão simples ou complexa, deve diferenciar as pessoas em termos de prestígio e estima, e deve, portanto, possuir certa soma de desigualdades institucionalizadas.

[...]

Admitindo que a desigualdade possui uma função geral, podem-se especificar os fatores que determinam a ordenação das diferentes posições. Via de regra, as que implicam melhores recompensas, e por esse motivo estão nos mais altos níveis daquela ordenação, são as que: a) têm maior importância para a sociedade e b) exigem maior treinamento ou talento. O primeiro fator diz respeito à função, e sua significação é relativa; o segundo refere-se aos meios e é uma questão de escassez.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In: BERTELLI, A. R. et al. (orgs.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 115, 118.

Sobre a ideia de exclusão-inclusão

A expressão **exclusão social** está presente no cotidiano na fala dos mais diferentes indivíduos, em todos os meios de comunicação e com variados sentidos.

José de Souza Martins (1938-), autor do livro *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*, procurou esclarecer a confusão estabelecida no uso dessa expressão. Diz ele que é necessário entender a expressão exclusão social com base em duas orientações opostas: uma transformadora e uma conservadora.

A orientação transformadora manifesta-se na utilização inadequada da expressão, por militantes políticos, partidos políticos e até professores universitários, para caracterizar a situação daqueles que estão na condição da classe trabalhadora, como os explorados na sociedade capitalista. Entretanto, isso é questionável, porque o trabalhador está incluído no sistema, só que em condições precárias de vida.

A orientação conservadora se expressa na defesa da ideia de que é necessário adotar medidas econômicas e políticas que permitam integrar os excluídos na sociedade. É um discurso de quem está incluído e postula que todos se integrem à sociedade de consumo, não havendo alternativa melhor. É uma proposta conformista justamente porque aceita as condições existentes como um fato consumado e não discute a possibilidade de a integração dos excluídos ser feita de forma degradada e precária. Seus defensores apenas lamentam a existência dos excluídos e propõem mais desenvolvimento para que todos possam ser beneficiados. Jamais pensam em questionar o caráter histórico e desigual da sociedade.

A instabilidade da desigualdade

Este ano [2011] foi caracterizado por uma onda mundial de inquietações e instabilidades sociais e políticas, com participação popular maciça em protestos reais e virtuais: a Primavera Árabe; os tumultos em Londres; os protestos da classe média israelense contra o alto preço da habitação e os efeitos adversos da inflação sobre os padrões de vida; os protestos dos estudantes chilenos; a destruição dos carros de luxo dos “marajás” na Alemanha; o movimento contra a corrupção na Índia; a crescente insatisfação com a corrupção e a desigualdade na China; e agora o movimento “Ocupe Wall Street”, em Nova York e em outras cidades dos Estados Unidos.

Embora esses protestos não tenham um tema que os unifique, expressam de diferentes maneiras as sérias preocupações da classe média e da classe trabalhadora mundiais diante de suas perspectivas, em vista da crescente concentração de poder nas mãos das elites econômicas, financeiras e políticas.

[...]

É claro que os problemas que muitas pessoas enfrentam não podem ser reduzidos a um só fator. A desigualdade cada vez maior tem várias causas: o ingresso de 2,3 bilhões de chineses e indianos na força mundial de trabalho (reduz o número de empregos e os salários dos operários de baixa capacitação e dos executivos e de administradores cujas funções sejam exportáveis, nas economias avançadas); mudanças tecnológicas baseadas em diferenciais de capacitação profissional; a emergência inicial de disparidades de renda e riqueza em economias que antes tinham renda baixa e agora apresentam rápido crescimento; e tributação menos progressiva.

As companhias de economias avançadas estão reduzindo seu pessoal, devido à demanda final

inadequada, que resulta em excesso de capacidade, e à incerteza quanto à demanda futura.

Mas reduzir o número de funcionários resulta em queda ainda maior na demanda final, porque isso reduz a renda dos trabalhadores e amplia a desigualdade. [...]

O problema não é novo. Karl Marx exagerou em seus argumentos favoráveis ao socialismo, mas estava certo ao alegar que a globalização, o capitalismo financeiro descontrolado e a redistribuição de renda e riqueza do trabalho para o capital poderiam conduzir à autodestruição do capitalismo. Como ele argumentou, o capitalismo sem regulamentação pode resultar em surtos regulares de excesso de capacidade produtiva, consumo insuficiente e crises destrutivas recorrentes, alimentadas por bolhas de crédito e ciclos de expansão e contração nos preços dos ativos.

Qualquer modelo econômico que não considere devidamente a desigualdade terminará por enfrentar uma crise de legitimidade. A menos que os papéis econômicos relativos do mercado e do Estado sejam recolocados em equilíbrio, os protestos de 2011 se tornarão mais severos, e a instabilidade social e política resultante terminará por prejudicar, a longo prazo, o crescimento econômico e o bem-estar social.

ROUBINI, Nouriel. A instabilidade da desigualdade.

Folha de S.Paulo. São Paulo, 16 out. 2011. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1610201114.htm>.

Acesso em: 22 out. 2015.

1. Com base no texto, que relação se pode estabelecer entre globalização, capital financeiro e desigualdades sociais? A previsão do autor, ao final do texto, tem se confirmado nos últimos anos? Descreva uma situação que contemple a sua resposta.

As desigualdades nas sociedades contemporâneas

As desigualdades sociais, vale reiterar, existem desde a Antiguidade e se expressam de muitas formas. Elas continuam em ascensão no mundo atual, apesar de todas as transformações existentes e do massivo desenvolvimento técnico-científico em todas as áreas do conhecimento.

Ao analisar as desigualdades na sociedade contemporânea globalizada, o sociólogo sueco Göran Therborn (1941-) dá ênfase à **pluralidade de desigualdades**, identificando três grandes conjuntos: as **desigualdades vitais**, as **existenciais** e as **de recursos**.

Desigualdades vitais

As desigualdades vitais são aquelas que se referem diretamente à vida e à morte. A expectativa de vida ao nascer, a taxa de mortalidade infantil, a desnutrição crônica, a provisão de recursos do Estado na área da saúde e o acesso a eles são alguns dos indicadores mais utilizados para comparar e analisar a extensão das desigualdades.

Para examinar apenas um deles, a desnutrição crônica, mais conhecida como fome, basta considerar a existência de indivíduos que não têm o que comer como aberração inaceitável, já que comprovadamente existem alimentos suficientes no mundo para satisfazer as necessidades de toda a humanidade. Hoje, considerando a produção de alimentos pelo mundo, 12 bilhões de pessoas poderiam ser alimentadas diariamente, de acordo com estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Não há, portanto, escassez de alimentos. A fome só existe porque o acesso aos alimentos é desigual.

Mesmo com os avanços na produção de alimentos, a fome segue sendo uma triste realidade. Na década de 1950, 60 milhões de indivíduos passavam fome; atualmente, há em torno de 800 milhões de famélicos em todo o mundo, boa parte composta de crianças.

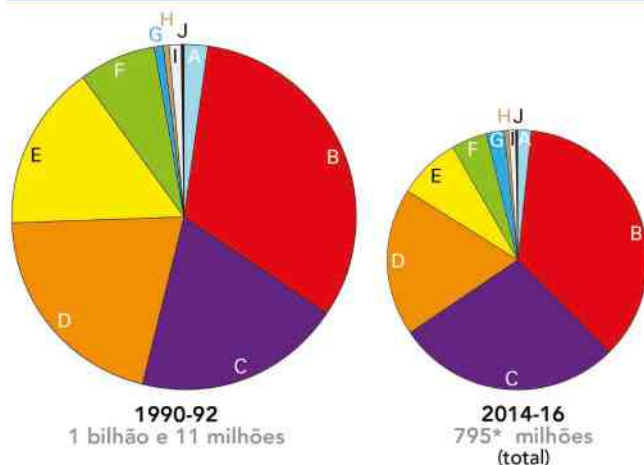
A Somália tem feito progressos em direção à segurança alimentar, mas a situação ainda é crítica, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Mogadíscio, 2012.

Mohamed Abdicwahaab/AFP



Os dados a seguir apontam em que região estão e quantos são aqueles que passam fome no mundo de hoje.

Evolução da distribuição da fome no mundo: número e proporção de pessoas por região, 1990-92 e 2014-16



	Número (milhões)	Proporção regional (%)		
A	20	15	2,0	1,8
B	291	281	28,8	35,4
C	176	220	17,4	27,7
D	295	145	29,2	18,3
E	138	61	13,6	7,6
F	66	34	6,5	4,3
G	8	19	0,8	2,4
H	6	4	0,6	0,5
I	10	6	0,9	0,7
J	1	1	0,1	0,2
Total	1.011	795*	100	100

*Inclui dados do Sudão que não estão na cifra da África Subsaariana.

Jean Ziegler, sociólogo suíço, ex-relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas (ONU), aponta algumas causas da fome nos dias de hoje:

- concentração da produção alimentícia. Cerca de 85% dos alimentos – principalmente trigo, soja e milho – negociados no mundo são controlados por dez empresas. Essa condição permite a essas empresas decidirem os preços dos alimentos direta ou indiretamente. Qualquer elevação de preço já é suficiente para dificultar o acesso aos alimentos. É o mesmo que acontece com os remédios, outro item essencial ao bem-estar e à sobrevivência do gênero humano;
- utilização desmedida de terras aptas a produzir alimentos destinadas ao plantio de milho e cana-de-açúcar voltados à fabricação de outros produtos, caso do álcool que abastece bombas de postos de combustíveis em todo o mundo. Nesses casos, torna-se evidente e irrefutável a ação de desprezo por parte dos interesses mercantis em prover alimentos para todos os seres humanos. Além do que, monoculturas prejudicam o meio ambiente e agredem de modo irreversível o planeta;
- produção voltada para a alimentação de animais. A maior parte da produção de soja destina-se à alimentação de animais que serão abatidos e vendidos em açougues cujos altos preços constituem um impedimento intransponível aos mais pobres;
- reduzido número de proprietários responsáveis pela produção de alimentos. Essa situação condiciona ainda mais a produção de alimentos às políticas de exportação, o que é muito positivo para a economia de um país, mas não contribui para alimentar os que passam fome. A posse da terra – suavizada por uma expressão muito em voga atualmente, **agronegócio** – é hoje muito mais do que uma questão econômica ou item relacionado ao direito fundiário. A posse da terra é um instrumento político de dominação e um reforço das desigualdades e da fome.

O tamanho dos gráficos é proporcional ao número total de pessoas subalimentadas em cada período. Os dados relativos a 2014-16 são estimativas. Todas as cifras foram arredondadas. Fonte: *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo*. Organización das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646s.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Desigualdades existenciais

As desigualdades existenciais se referem aos casos de restrições à liberdade, dificuldades de acesso a direitos, obstáculos ao reconhecimento da cidadania de indivíduos e coletividades, ou seja, naquilo que se esforça por manter e

disseminar discriminações, estigmatizações e processos sociais humilhantes. Essas desigualdades decorrem de muitas situações inerentes à vida social da atualidade, como as novas variantes da escravidão (em casa, no trabalho, nos latifúndios, no interior de instituições como presídios, quartéis e hospícios), o preconceito étnico-racial, a discriminação contra mulheres e as inúmeras modalidades de violência dirigidas às populações LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), os sistemas políticos que dificultam a participação efetiva dos indivíduos e das coletividades nos processos decisórios, a absoluta concentração dos meios de comunicação social nas mãos de poucos e poderosos grupos econômicos e empresariais etc.

Desigualdades de recursos

As desigualdades de recursos expõem os desníveis abissais de rendimentos e de riqueza, de escolaridade e de qualificação profissional, de capacidade cognitiva, de posição hierárquica nas organizações e de acesso às tecnologias de informação e ao conhecimento. Esse tipo de desigualdade pode ser analisada com base no trabalho de Pierre Bourdieu (1930-2002). Segundo o sociólogo francês, as desigualdades de recursos tornam-se visíveis na distribuição desigual de capitais (econômicos, culturais, sociais, simbólicos e políticos) e na estruturação do espaço público e social.

Ao examinar as desigualdades de renda e de apropriação da riqueza, a ONG britânica OXFAM (Oxford Committee for Famine Relief – Comitê de Oxford de Combate à Fome), em estudo sobre os dados globais de 2014, constata que apenas 80 indivíduos detêm riqueza equivalente à riqueza de metade da população mundial, 3,5 bilhões de pessoas.

Os dados, ainda com base no mesmo estudo de 2014, mostram também queda no número de bilionários, o que realça o aumento da desigualdade, já que em 2009 havia 388 bilionários no mundo e, em 2013, 85. Os números evidenciam a concentração de riqueza cada vez maior e provam que o grupo que representa a minoria, 1% mais rico da população mundial, está cada vez mais próximo de controlar a maior parte da riqueza global. Em 2009, o grupo dos mais ricos acumulava 44% da riqueza mundial; em 2014, 48%. Em 2016 a participação dos mais ricos ultrapassou os 50%.

Conforme a OXFAM, a crescente desigualdade está restringindo a luta contra a pobreza global que, apesar de fazer parte da agenda mundial de discussões, vem aumentando. Confirmam esse fato os cálculos da organização que, considerando

dados da União Europeia, formada por países em sua maioria desenvolvidos, mostram que em 2011 o número de pessoas pobres já alcançava 120 milhões. A estimativa, caso o ritmo de progressão das desigualdades se mantenha, é que o número de pobres chegue a 145 milhões em 2025.

Tudo isso decorre da deficiência das políticas públicas de emprego, salários, proteção social e serviços universais de educação e saúde qualitativos, mas também é resultado de uma política fiscal que não favorece uma distribuição mais igualitária da renda, taxando excessivamente assalariados e pequenos investidores e permitindo que grandes afortunados e megaconglomerados de capital sejam isentos de pagar impostos proporcionais ao volume concentrado de sua riqueza e de seu poder.

Trabalhadora em meio ao lixo, selecionando garrafas plásticas. Estima-se que a maioria das pessoas que vive nas aldeias de Bangladesh estão abaixo da linha da pobreza. As mulheres são maioria nesse ambiente de trabalho tão insalubre. 2004.



Md. Akhlas Uddin/Pacific Press/Getty Images

Houve um tempo em que as desigualdades apareceram mais claramente na maioria dos países da Ásia, da África e da América Latina, reconhecidamente mais pobres. Hoje, porém, as desigualdades manifestam-se também em países ricos, como nos Estados Unidos da América, que são a sociedade mais rica do planeta, tanto em termos de produção quanto de aquisição individual de renda. Isso traz à tona a desigualdade na apropriação da riqueza produzida e tem efeitos em todos os setores da atividade social.

Em 2014, 1% dos estadunidenses mais ricos controlava 22% da renda do país. A décima parte desse grupo dos mais ricos, 0,1%, era responsável por 11% da renda nacional. E 95% de todos os lucros obtidos no setor financeiro desde 2009 foram para o 1% mais rico. Estatísticas recentes demonstram que, considerando a inflação, o estadunidense típico ganha menos do que ganhava há 45 anos; os que terminaram o ensino médio, mas não completaram o ensino superior, recebem quase 40% menos do que costumavam ganhar quatro décadas atrás.

Os dados cruzados com as dimensões expostas pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-) geram uma série de outras questões como a mortalidade infantil, a elevação da criminalidade, o desemprego, as doenças de todos os tipos, o uso crescente de drogas ilegais, a insegurança generalizada, a ansiedade e a depressão, o preconceito indiscriminado e outras tantas questões de tal forma que as desigualdades acarretaram a corrosão das sociedades ao realizarem um movimento endossistêmico, isto é, a degradação da sociedade por ela mesma. Como se pode perceber, as desigualdades sociais contornam e caracterizam o mundo moderno. Suas consequências são abrasivas, uma vez que até aquelas sociedades que pareciam ter resolvido suas disparidades sociais mais agudas, como as chamadas democracias desenvolvidas europeias, voltam a sofrer dessa chaga, que, para além de toda conceituação, tem sido cada vez mais um elemento identitário das economias de mercado e das comunidades humanas divididas em classes sociais.



Mulher sem-teto em frente a loja na Quinta Avenida, em Nova York, EUA, 2015.

nas palavras de BAUMAN

Moto-perpétuo da desigualdade

Para compreender o mecanismo do presente, uma mutação em curso [...], é preciso focalizar no 1% mais rico, talvez mesmo no 0.1%. Deixar de fazê-lo significa perder o verdadeiro impacto da mudança, que consiste na degradação das “classes médias” à condição de “preariado”.

Essa sugestão é confirmada por todos os estudos, concentrem-se eles no país do próprio pesquisador ou venham de onde quer que seja. Além disso, por outro lado, todos os estudos ainda concordam sobre outro ponto: em quase toda parte do mundo a desigualdade cresce rapidamente, e isso significa que os ricos, em particular os muito ricos, ficam mais ricos, enquanto os pobres, em particular os muito pobres, ficam mais pobres – com toda certeza em termos relativos, mas, número crescente de casos, também em termos absolutos.

Além disso, pessoas que são ricas estão ficando mais ricas apenas porque já são ricas. Pessoas que são pobres estão ficando mais pobres apenas porque já são pobres. Hoje a desigualdade continua a aprofundar-se pela ação de sua própria lógica e de seu *momentum*. Ela não carece de nenhum auxílio ou estímulo a partir de fora – nenhum incentivo, pressão ou choque. A desigualdade social parece agora estar mais perto que nunca de se transformar no primeiro moto-perpétuo da história – o qual os seres humanos, depois de inúmeras tentativas fracassadas, afinal conseguiram inventar e pôr em movimento.

BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Rio de Janeiro, Zahar, 2015, p. 18-19.

A escola reproduz desigualdades sociais?

[...] Bourdieu observa que a autoridade pedagógica, ou seja, a legitimidade da instituição escolar e da ação pedagógica que nela se exerce, só pode ser garantida na medida em que o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar é dissimulado. Ou seja, apesar de arbitrária e socialmente vinculada a uma classe, a cultura escolar precisaria, para ser legitimada, ser apresentada como uma cultura neutra.

Neste sentido, a autoridade alcançada por uma ação pedagógica, ou melhor, a legitimidade conferida a essa ação e aos conteúdos que ela transmite seria proporcional à sua capacidade de se apresentar como não arbitrária e não vinculada a nenhuma classe social. Bourdieu chamou esse processo de imposição dissimulada de um arbitrário cultural de “violência simbólica”.

Uma vez reconhecida como legítima, e como portadora de um discurso não arbitrário e socialmente neutro, a escola passa a poder exercer, segundo Bourdieu, livre de qualquer suspeita, suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiária, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado.

Deste modo, [...] há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes. Para ele essa correlação nem é, obviamente, casual nem

se explica, exclusivamente, por diferenças objetivas (sobretudo econômicas) de oportunidade de acesso à escola.

Segundo Bourdieu, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino.

Essa correlação só pode ser explicada quando se considera que a escola dissimuladamente valoriza e exige dos alunos determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais, notadamente, o capital cultural e certa naturalidade no trato com a cultura e o saber, que apenas aqueles que foram desde a infância socializados na cultura legítima podem ter.

Eis aqui uma concepção do papel da escola que é complexa, mas que não deixa de ser inovadora para a sua época!

CAVALCANTI, José Carlos. *A escola reproduz desigualdades sociais?* Disponível em: <<http://www.creativante.com.br/download/A%20escola%20reproduz%20desigualdades%20sociais.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

1. Observe com atenção seu espaço escolar: a sala de aula, os corredores, o pátio. Você percebe algum tipo de desigualdade nesse ambiente? Caso perceba, que tipo de desigualdade você nota?
2. Na escola, você percebe o mesmo tipo de desigualdade vista nas ruas e na sociedade em geral, ou de outro tipo? Justifique.
3. Na sua opinião, a escola é um espaço em que todos são iguais?

As desigualdades sociais no Brasil

12

capítulo

Desde a chegada dos portugueses à América no século XVI, as desigualdades sociais se instalaram, desenvolveram-se e aqui ficaram.

Os habitantes do continente foram vistos pelos europeus como seres diferentes, inferiores e menos capazes. Essa visão preconceituosa justificou a escravização dos indígenas e a violência contra eles empregada pelos colonizadores na conquista territorial. Resistindo e sobrevivendo ao quase extermínio, esses povos até hoje enfrentam o preconceito e lutam contra a discriminação.

Milhares de africanos foram sequestrados e retirados de sua terra de origem para enfrentar condições terríveis de trabalho e de vida no Brasil. A maioria de seus descendentes ainda vive em condições precárias e sofre discriminação e preconceito pelo fato de serem negros.

Da metade do século XIX até o início do século XX, outros milhares de imigrantes vieram ao Brasil em busca de trabalho e de melhores oportunidades de vida, mas aqui encontraram condições de trabalho quase servis nas fazendas de café e também nas cidades. Em muitos casos, a família inteira trabalhava e não chegava a receber remuneração em dinheiro – recebiam apenas comida, casa e outros pagamentos em espécie.

À medida que a sociedade brasileira se industrializou e se urbanizou, novos contingentes populacionais foram absorvidos pelo mercado de trabalho nas cidades. Esse processo teve início nos primeiros anos do século XX, acelerando-se na década de 1950, quando se desenvolveu no país um grande esforço de industrialização, trazendo consigo a urbanização. Milhares de pessoas foram atraídas para as cidades a fim de se empregar nas indústrias, no comércio, em bancos, na construção civil etc. Os setores médios, antes constituídos basicamente por militares e funcionários públicos, também se diversificaram e cresceram, reunindo numerosos profissionais liberais e pequenos e médios comerciantes.

Com as transformações que desde então ocorreram na zona urbana e na zona rural (por meio da modernização da agricultura), houve um crescimento vertiginoso das grandes cidades e um esvaziamento progressivo do campo. Como nem toda a força de trabalho foi absorvida pela indústria e pelos setores urbanos, constituiu-se nas cidades uma grande massa de desempregados e de semicupados, que passaram a viver em condições precárias.

Hoje, com os avanços tecnológicos, essa massa de indivíduos encontra poucas possibilidades de emprego estável, por tratar-se de mão de obra desqualificada. Esses indivíduos evidenciam as desigualdades criadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que aparecem na forma de miséria e de pobreza muito presentes em nosso cotidiano.



Folhapress

Funcionários em linha de montagem de motores a diesel para caminhões. São Bernardo do Campo, São Paulo, 1958.

As estatísticas sobre as desigualdades sociais no Brasil encontram-se nos jornais e nas revistas e demonstram que a gravidade do problema é tal que, se há algo que caracteriza o Brasil nos últimos anos, é sua condição de um dos países mais desiguais do mundo. Além das desigualdades entre as classes sociais, há outras diferenças – entre homens e mulheres e entre negros e brancos, por exemplo.

Isso não se traduz só em fome e miséria, mas também em condições precárias de saúde, de habitação, de educação, enfim, em uma situação desumana, particularmente quando se sabe que a produção agrícola e industrial e o setor de comércio e serviços têm crescido de maneira expressiva em nosso país, demonstrando que a sociedade produz bens, serviços e riqueza, mas não os distribui de modo que beneficiem a todos os brasileiros.

As explicações para a desigualdade

As desigualdades no Brasil têm sido objeto de estudo de diversos autores e instituições de pesquisa. Do século XIX aos nossos dias, muitas explicações foram formuladas, envolvendo abordagens e temáticas distintas. A seguir, passemos ao exame de algumas delas.

A questão da mestiçagem

Conforme a cientista social brasileira Márcia Anita Sprandel, em seu livro *A pobreza no paraíso tropical*, a primeira tentativa de explicar a pobreza no Brasil, a partir do final do século XIX, consistiu em relacioná-la à influência do clima e à riqueza das matas e do solo. Afirmava-se que o brasileiro era preguiçoso, indolente, supersticioso e ignorante porque a natureza tudo lhe dava: frutos, plantas, solo fértil etc. No Brasil, era tão fácil obter ou produzir qualquer coisa que não havia necessidade de trabalhar.

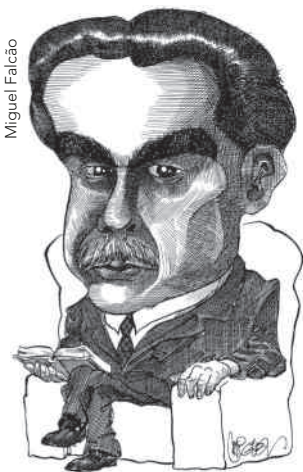
Uma segunda explicação estava vinculada à questão racial e à mestiçagem. Vários autores, como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909), Sílvio Romero (1851-1914) e Capistrano de Abreu (1853-1927), foram críticos ferrenhos da mestiçagem e consideravam que os mestiços não tinham a energia física dos indígenas nem a visão intelectual dos seus ancestrais superiores, representando a falência e a degeneração do ideal nacional.

Entretanto, dois outros autores daquela época, Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manoel Bomfim (1868-1932), faziam análises distintas das dos intelectuais já citados.

Nabuco afirmava que, graças à “raça” negra, havia surgido um povo no Brasil, mas que a escravidão e o latifúndio geravam verdadeiras “colônias penais” no interior, pois os latifundiários eram refratários ao progresso e apenas permitiam que os mestiços vivessem como agregados e dependentes, na miséria e na ignorância.

Manoel Bomfim, por sua vez, via o sertão nordestino como uma “terra de heróis”. Afirmava que as populações do interior tinham muita força, cordialidade e capacidade de atuar coletivamente por meio de técnicas comunitárias de trabalho e pelo uso comum de suas posses.

Esses dois autores constituem exceções. Como a cientista social brasileira Lilian Moritz Schwarcz (1957-) destaca em seu livro *O espetáculo das raças* (1993), entre 1870 e 1930 a maioria dos cientistas, políticos, juristas e intelectuais



Miguel Falcão

Manoel Bomfim em caricatura de Miguel Falcão, publicada na obra *Manoel Bomfim*, de Rebeca Gontijo. Recife, 2010.

desenvolveu teorias racistas e deterministas para explicar os destinos da sociedade brasileira. A pobreza seria sempre um dos elementos essenciais dessa explicação, e uma decorrência da escravidão ou da mestiçagem. As chamadas “classes baixas” eram formadas por indivíduos que normalmente, nas cidades, eram considerados perigosos e, no interior, apáticos, doentes e tristes.

nas palavras de JOAQUIM NABUCO

O mandato da raça negra

[...]

Quem pode dizer que a raça negra não tem direito de protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? A esse direito de acusação, entretanto, ela própria renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria. Não é já tempo que os brasileiros prestem ouvidos a esse apelo?

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar.

Por esses sacrifícios sem número, por esses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua.

[...]

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 39-40.
Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000054.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

Fome e coronelismo

A partir da década de 1940, a questão das desigualdades sociais aparecia sob novo olhar, que passava pela presença do latifúndio, da monocultura e também do subdesenvolvimento. Em seus livros *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, publicados respectivamente em 1946 e 1951, o intelectual Josué de Castro (1908-1973) procurou analisar a questão da desnutrição e da fome das classes populares, explicando-as com base no processo de subdesenvolvimento, o qual gerava desigualdades econômicas e sociais entre os povos que, no passado, tinham sido alvo da exploração colonial no mundo capitalista. O autor defendia a educação e a reforma agrária como elementos essenciais para resolver o problema da fome no Brasil e no mundo.

Victor Nunes Leal (1914-1985), em seu livro *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, publicado em 1948, apresenta o coronelismo vinculado à grande propriedade rural, principalmente no Nordeste, como a base de sustentação de uma estrutura agrária que mantinha os trabalhadores rurais em uma situação de penúria, abandono e ausência de educação.

nas palavras de JOSUÉ DE CASTRO

A fome no Brasil

[...]

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente, o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país. [...] É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo.

[...]

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 266-267.

Raça e classes

A relação entre as desigualdades e as questões raciais voltou a ser analisada na década de 1950, numa perspectiva que envolvia a situação dos negros na estrutura social brasileira. São exemplos os trabalhos de Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920-2002), que em 1953 publicou *O negro no Rio de Janeiro*, e de Roger Bastide (1898-1974) e Florestan Fernandes (1920-1995), que também em 1953 lançaram o livro *Negros e brancos em São Paulo*. Eles abordaram essa questão do ponto de vista das desigualdades sociais, procurando desmontar o mito da democracia racial brasileira, visão proposta por Gilberto Freyre (1900-1987), referendada por Donald Pierson (1900-1995) destacando o tema da raça no contexto das classes sociais.

Na década de 1960, alguns trabalhos podem ser tomados como exemplos da continuidade dessa discussão. Florestan Fernandes (*A integração do negro na sociedade de classes*, 1965), Octavio Ianni (*As metamorfoses do escravo*, 1961) e Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, 1962) analisaram a situação dos negros no Sudeste e no Sul do Brasil. Com seus trabalhos, demonstraram que os ex-escravos foram integrados de forma precária, criando-se uma desigualdade constitutiva da situação que seus descendentes vivem até hoje. Desde então, muitos outros autores analisam essa questão, que continua presente em nosso cotidiano.

nas palavras de FLORESTAN

O negro na emergência da sociedade de classes

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade

pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar esta proeza nos quadros de uma economia competitiva.

[...]

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

[...]

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1, p. 15, 20.

Classes sociais e mudanças sociais

A partir da década de 1960, outras temáticas que envolviam as desigualdades sociais foram abordadas, com ênfase na análise das classes sociais existentes no Brasil. Assim se desenvolveram trabalhos que procuravam entender como ocorreu a formação do empresariado nacional, das classes médias, do operariado industrial e do proletariado rural. Outra tendência foi explicar e compreender como as classes na sociedade brasileira – operariado, classes médias urbanas e burguesia industrial – participavam do processo de mudanças econômicas, sociais e políticas. Essas análises tinham como pano de fundo a discussão sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina.

Nas décadas seguintes (1970 e 1980), a preocupação situou-se muito mais na análise das novas formas de participação, principalmente dos novos movimentos sociais e do novo sindicalismo. Buscava-se entender como os trabalhadores e desverdados no Brasil organizavam-se para fazer valer seus direitos como cidadãos, mesmo que a maioria ainda estivesse vivendo de forma miserável.



Cartaz de autoria de Ana Luísa Escorel e Antonio Augusto Campos do filme *ABC da greve*, de Leon Hirszman, 1990. O filme cobre o movimento dos metalúrgicos do ABC paulista em luta por melhores salários e condições de vida.

ABC da Greve. Direção: Leon Hirszman, 1990. Brasil/Cartaz de Ana Luísa Escorel e Antonio Augusto Campos

nas palavras de IANNI

As desigualdades e a questão social

[...]

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras.

Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo

das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas.

As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. Esse é o contexto em que o emprego, desemprego, subemprego e pauperismo se tornam realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo deste contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo.

[...]

Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural.

[...]

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004. p. 106-107.

As desigualdades no Brasil nos últimos 50 anos: renda, cor e gênero

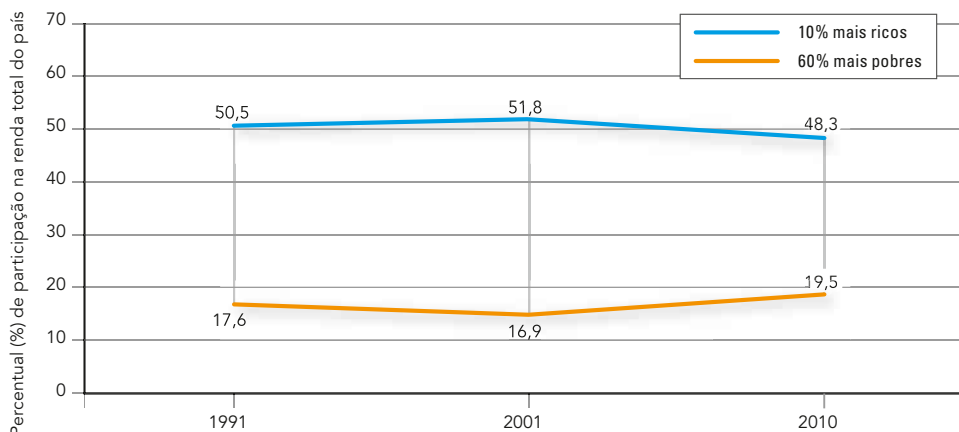
Nos últimos 50 anos, nas análises sobre as desigualdades no Brasil, foram adicionadas preocupações com as questões relacionadas ao emprego e às condições de vida dos trabalhadores e pobres da cidade. Assim, passaram a ter primazia nas análises os temas: emprego e desemprego, mercado formal e informal de trabalho e estratégias de sobrevivência das famílias de baixa renda. A preocupação era conhecer a deterioração das condições de vida dos trabalhadores urbanos e das populações periféricas, constatando-se a crescente subordinação do trabalho ao capital, tanto na cidade como no campo. As questões étnico-racial e de gênero ganharam espaço, destacando-se a desigualdade entre negros e brancos e entre homens e mulheres. Mais recentemente, surgiram e se expandiram estudos que buscam averiguar o modo como o preconceito, a violência e a criação de caricaturas revestidas de mau-humor (disfarçadas de “opinião” e “simples piada”) reforçam a desigualdade entre homossexuais, travestis e transexuais, confirmando que a questão das diferenças tem, sim, preferências quanto a cor, gênero e até escolha sobre a vida sexual e afetiva.

Desigualdade de renda

O Brasil é internacionalmente conhecido como um dos países com maior desigualdade na distribuição de renda do mundo. E essa desigualdade nos acompanha há anos. Segundo o Censo Demográfico de 1960, nessa década os mais ricos constituíam 1% da população brasileira e auferiam da renda nacional o mesmo que os 50% mais pobres: 18,6%.

Aproximadamente 40 anos depois, não houve mudanças significativas. No gráfico a seguir podemos perceber como se comportou a diferença entre os 10% mais ricos e os 60% mais pobres entre 1991 e 2010. Com base no gráfico, podemos constatar que a desigualdade diminuiu, mas continua enorme.

Diferença entre ricos e pobres no Brasil (1991-2010)

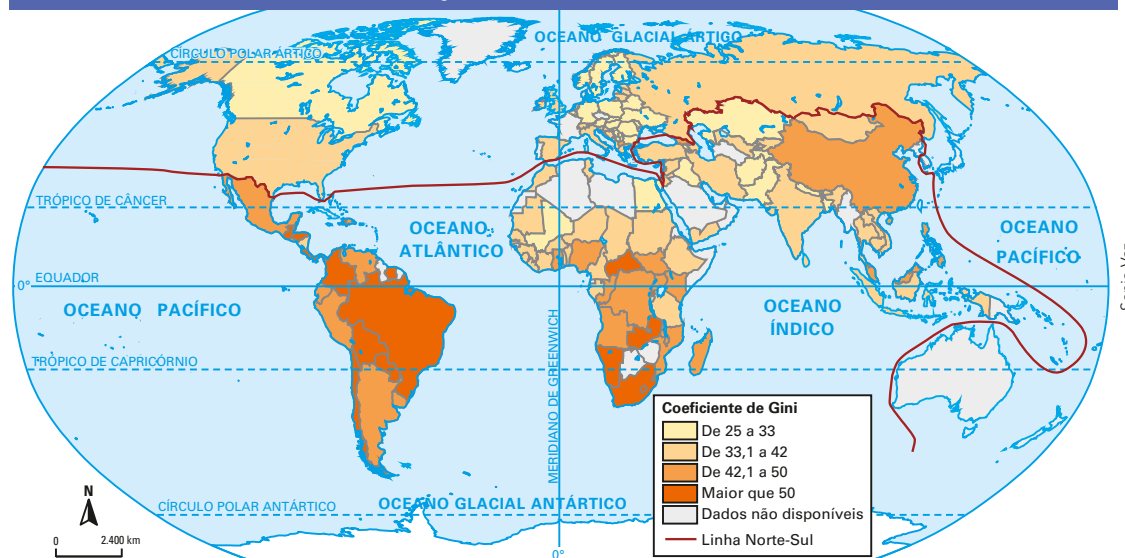


Portal dos mapas

Fonte: Ipeadata. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: abr. 2016.

O mapa-múndi a seguir usa o índice de Gini para medir o grau de desigualdade na distribuição da renda.

Concentração de renda no mundo (2012)



Sônia Vaz

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014*. Disponível em: <www.pnd.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

Índice de Gini

O índice de Gini é um instrumento criado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965). Os valores variam entre zero e cem – **zero** corresponde a uma completa igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita) e **cem** corresponde a uma completa desigualdade de renda (um indivíduo ou uma pequena parcela de determinada população detém toda a renda). Portanto, quanto mais perto de **cem** estiver o índice de Gini de um país, maior a desigualdade social; quanto mais perto de **zero**, menor a desigualdade.

É fundamental destacar que a desigualdade de renda não esgota a questão das desigualdades sociais; ela é apenas um dos riscos a que se encontra exposta a população pobre. É necessário analisar ainda o acesso da população aos serviços públicos, como educação, saúde, transporte, saneamento, água e habitação, além das oportunidades de trabalho e garantia de obtenção de alimentos de boa qualidade vendidos a preço justo. Não basta combater a pobreza monetária, posto que é crucial elevar a qualidade, melhorar e universalizar serviços públicos dignos para a população. Do contrário, nos momentos em que a renda diminuir – algo rotineiro nas cíclicas crises da economia capitalista – a gravidade das outras questões só se tornará mais evidente e dramática.

Desigualdades e impostos

O pagamento de impostos está intimamente relacionado com as desigualdades sociais. Existem dois aspectos ligados à tributação que devem ser abordados para que os desdobramentos da desigualdade de renda sejam explicitados. O primeiro aspecto diz respeito àqueles que pagam e quanto pagam de impostos; o segundo aspecto está relacionado àqueles que sonegam impostos no país.

Uma das marcas da elevada concentração de renda e das desigualdades sociais no Brasil é o caráter regressivo da carga tributária. Isso significa que quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga proporcionalmente mais ao que ganha. Assim, os impostos passam a ser um instrumento de concentração de renda.

Os impostos no Brasil estão concentrados em tributos indiretos e cumulativos pouco perceptíveis, já que incidem sobre o consumo de bens e de serviços, havendo baixa tributação sobre a renda e o patrimônio. Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda corresponde a cerca de 2/3 da arrecadação dos tributos.

Os alimentos são um exemplo muito evidente dos efeitos da tributação sobre o consumo. Ao comprar um alimento, parte do que se paga por ele é imposto. Isso causa impacto direto no orçamento das famílias brasileiras, já que 20% da renda familiar é destinada à alimentação. Para traçar um paralelo, nos principais países da União Europeia a taxação sobre os alimentos é de 5%. Na Inglaterra, essa taxação é zero.

Isso fica claro quando se analisa o Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF). A isenção tributária, que é a desobrigação do pagamento de impostos, privilegia os mais ricos, aqueles que são proprietários de empresas, cujos lucros e dividendos não sofrem tributação. E é justamente dessa parte, dos lucros e dividendos, que o proprietário de empresas obtém a maior parte dos seus rendimentos.

Em 2014, foram entregues 26,5 milhões de declarações de IRPF. Os maiores milionários brasileiros, grupo de apenas 71 440 contribuintes (0,26%), os que estão no topo da pirâmide, declararam faixa de renda superior a 160 salários mínimos mensais. Juntos, eles detêm 29% do patrimônio e 22% da renda nacionais. É como se cada um tivesse salário mensal de R\$ 341 mil e patrimônio de R\$ 17,6 milhões. Apesar de tanta riqueza, o imposto de renda pago por esse grupo representou 5,5% da arrecadação total com IRPF. Para ficar ainda mais claro, apesar de terem recebido R\$ 196 bilhões como lucros e dividendos das empresas, parcela isenta de pagamento de impostos, repassaram aos cofres públicos R\$ 6,3 bilhões, apenas 3,2% do que arrecadaram. A justificativa para essa isenção é evitar que o lucro, já tributado na empresa, seja novamente taxado quando se converte em renda pessoal, com a distribuição de dividendos.

É correto afirmar que o grupo dos mais ricos paga seus impostos conforme a legislação vigente. Nesse sentido, é importante considerar quem faz essas leis, que são os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em muitos casos representantes do empresariado nacional. É público também que a maioria desses parlamentares foi financiada por grandes grupos empresariais e pelo setor financeiro, cujo objetivo é manter as regras já existentes e assim não elevar a carga tributária daqueles que mais se apropriam da riqueza nacional.

Além do peculiar regime de pagamento de impostos, há ainda casos de sonegação fiscal, ou seja, situações em que o contribuinte burla as regras do Fisco e deixa de pagar os tributos devidos. Conforme dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a dívida ativa junto à União, que é o valor equivalente ao montante de impostos devido ao país, é de um trilhão e 300 bilhões de reais (R\$ 1.300.000.000.000,00). Esse valor equivale ao que o governo está deixando de arrecadar. Entre os devedores destacam-se 12 547 empresas que atuam nos

mais influentes segmentos da economia: indústria, comércio, finanças, agronegócio, construção, entre outros. Elas representam menos de 1% das empresas do país, mas devem atualmente em torno de R\$ 700 bilhões em tributos, cerca de 60% do total da dívida.

Pelas razões expostas, a cobrança de impostos no Brasil configura-se como mais uma forma de enriquecimento daqueles que já são ricos, o que constitui uma fonte de manutenção e ampliação das desigualdades sociais no tocante à renda.

Desigualdade de cor

Desde o século XIX, como vimos, várias foram as alternativas de explicação e compreensão das desigualdades no Brasil. Deixando de lado as explicações sobre o clima, a riqueza do solo e a mestiçagem, embora ainda estejam presentes no senso comum, pode-se dizer que a questão étnico-racial ainda se faz presente no cotidiano. Ela se expressa por meio do preconceito e se apresenta em evidências empíricas: os negros na sociedade recebem salários menores e têm pouco acesso a boas condições de habitação, saúde, trabalho e cultura.

O gráfico a seguir, em que está representada a proporção de negros e brancos entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico no Brasil no período de 1998 a 2008, revela a grande desigualdade étnico-racial que ainda existe no país. Observe.

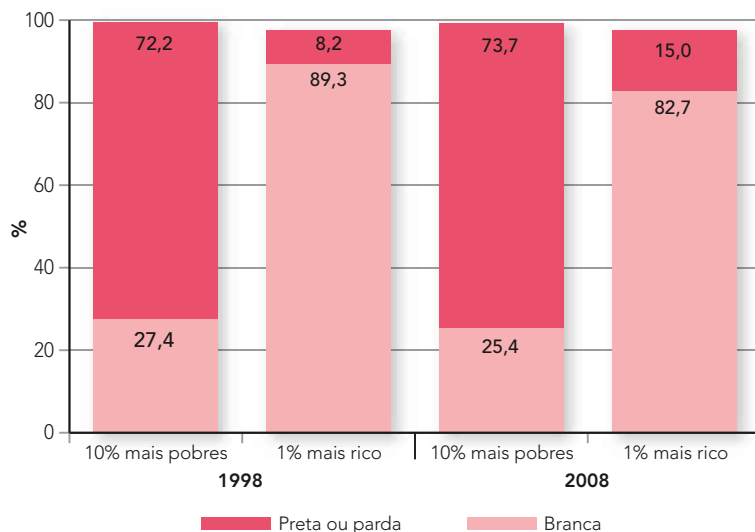
O Congresso Nacional é um eminente exemplo da desigualdade étnico-racial vivida no Brasil. Apesar de a maioria da população brasileira ser composta de negros e pardos (mais de 50%), conforme o IBGE, a participação política desse grupo é mínima. Dos 1 627 candidatos eleitos em 2014 que declararam sua cor à Justiça eleitoral, somente 51 (3%) são negros e 342 pardos (21%), sendo 1 229 (75%) brancos – uma desproporção entre a composição da sociedade e o resultado das urnas.

Para o filósofo Alexandre Braga, diretor de comunicação da União dos Negros pela Igualdade (Unegro), o negro vive um **apartheid social** no país em relação à representação parlamentar. Pesquisas indicam que o número de candidaturas de negros e pardos até alcança níveis próximos ao de sua representação na sociedade, mas esbarram em uma série de problemas na disputa eleitoral, como falta de espaço nos grandes partidos e baixa captação de recursos financeiros para campanhas. Assim, acabam preteridos pelo atual modelo eleitoral, tal como aconteceu com as mulheres.

Desigualdade de gênero

Conforme o último censo do IBGE, de 2010, no Brasil, as mulheres são mais da metade da população e estudam mais do que os homens, mas têm menos chances de emprego e recebem salários, em média, 30% mais baixos que os dos homens, mesmo quando exercem as mesmas funções. Além disso, há mais mulheres que homens atuando no setor informal, sem garantias trabalhistas, quase sempre sob intensa precarização.

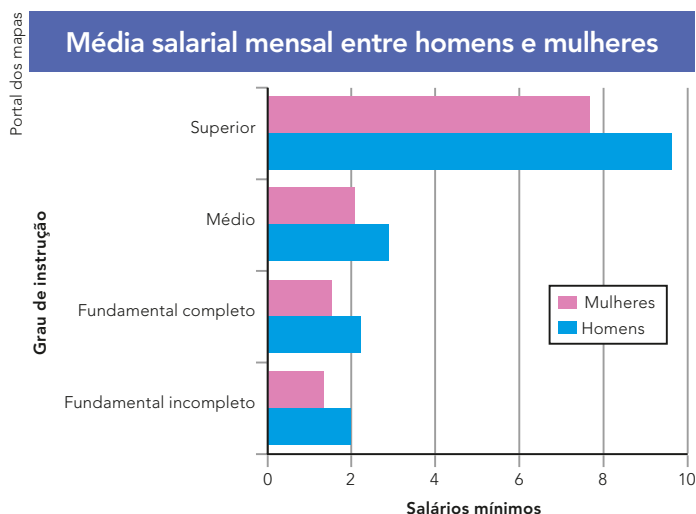
Distribuição de renda familiar *per capita* por cor ou raça no Brasil (1998-2008)



Portal dos mapas

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais 2009. Disponível em: <[www.http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2015.

Observe, no gráfico a seguir, a relação entre a média salarial de homens e mulheres conforme o grau de instrução em 2010. Além de receber salários menores e enfrentar piores condições de trabalho que os homens, as mulheres ainda acrescentam, em média, 25 horas semanais à jornada de trabalho ao realizarem tarefas domésticas; os homens gastam apenas dez horas semanais exercendo a mesma atividade.



Fonte: Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis). Desigualdade de gênero persiste por trás da desigualdade social. Disponível em: <www.orbis.org.br/analise/10/desigualdade-de-genero-persiste-por-tras-da-igualdade-social>. Acesso em: 7 dez. 2015.

lados por homens pouco interessados em abrir espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas. Além disso, conforme estudo da antiga Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, hoje integrada ao Ministério da Cidadania, a baixa participação de mulheres em espaços de poder tem relação com o limitado acesso feminino à esfera pública, além de fatores culturais, como o preconceito de gênero em relação às atividades políticas.

A invisibilidade das desigualdades

De acordo com o sociólogo brasileiro Jessé Souza, a permanência da desigualdade social e de sua invisibilidade pública no Brasil mostra que a explicação desse fenômeno não se restringe ao fator econômico e deve ser buscada na dimensão histórica. Em sua argumentação, ele destaca que o processo de modernização no Brasil ocorreu apenas do ponto de vista econômico. Crescemos economicamente de 1930 até 1980, com taxas semelhantes às da China ou da Índia da atualidade.

Nesses 50 anos, o Brasil deixou de ser um país pobre e passou a compor o grupo dos países com as dez maiores economias do mundo. Continua até hoje, entretanto, como um dos países mais desiguais do mundo. Por que isso acontece? Porque há produção e reprodução no Brasil de uma classe de indivíduos (correspondente a um terço da população brasileira) que não tem acesso às oportunidades de trabalho, ao processo educacional e à participação política efetiva.

Para Jessé Souza, os programas sociais implementados no Brasil, como o Bolsa Família, obedecem à lógica do curto prazo. Fundamentam-se na suposição de que a pobreza é um fato fortuito e casual: se receberem uma pequena ajuda econômica, os indivíduos em situação de miséria poderão caminhar com as próprias pernas. No entanto, as desigualdades entre as classes sociais em nossa sociedade se reproduzem há séculos, a despeito das ações de indivíduos e governos.

Com base nos estudos do sociólogo franco-argelino Pierre Bourdieu (1930-2002), Jessé Souza afirma que as condições de pertencimento a uma classe social se transmitem por herança familiar por meio de sinais invisíveis, como o medo e a insegurança transmitidos desde a infância, em famílias pobres, contrapondo-se ao

estímulo da coragem e iniciativa transmitido aos nascidos em ambientes economicamente mais favorecidos. Invisível também é a desigualdade que nossa percepção comum produz e reproduz continuamente.

Essas considerações sugerem que, embora seja perceptível uma pequena redução das desigualdades sociais no Brasil, somente com mudanças significativas nos processos políticos, econômicos e culturais será possível notar nas próximas décadas uma alteração profunda da situação que se vive hoje no Brasil.

nas palavras de JESSÉ SOUZA

Estado ineficiente, luta de classes e desigualdades sociais

O Estado de todas as culpas

[...]

A dramatização do Estado ineficiente e corrupto serve como fachada para “representar” a política sob a forma simplista, subjetivada e maniqueísta das novelas, enquanto se cala e se esconde acerca das bases de poder real na sociedade. Toda a aparência é de “crítica social”, enquanto toda ação efetiva é a da conservação dos privilégios reais. Assim, fala-se do combate aos “coronéis” e às “oligarquias” [...] enquanto escondem-se as reais novas oligarquias responsáveis por abocanhar quase 70% do PIB sob a forma de lucro ou juros reduzindo os salários a pouco mais de 30%. [...] As falsas oposições escondem oposições reais. O falso “charminho crítico” da dramatização do Estado ineficiente e corrupto serve para esconder e desviar a atenção para a luta de classes que cinde o país entre privilegiados que possuem um exército de pessoas para servi-los a baixo preço e dezenas de milhões de excluídos sem nenhuma chance nem esperança de mudança de vida.

Para todo um exército de analistas que se concentram no “teatro” da política [...] falar-se em “luta de classes” é um tabu. Luta de classes é coisa do passado, tem a ver com greves de trabalhadores e sindicatos que estão desaparecendo ou perdendo importância. Essa é a cegueira da política como “espetáculo” pseudocrítico para um público acostumado à informação sem reflexão. A luta de classes só é percebida nas raras vezes em que as classes oprimidas logram alguma forma de reação pública eficaz. Condenam-se ao esquecimento todas as formas naturalizadas e cotidianas do uso e abuso do trabalho barato e não valorizado.

[...] Isso não é “luta de classes”? Apenas porque não há piquetes, polícia e sangue nas ruas? Apenas porque essa dominação é silenciosa e aceita, dentre outras coisas porque também eles, os humilhados e ofendidos, ouvem todo dia que o nosso único mal é a corrupção no Senado ou em algum órgão estatal?

E para as classes média e alta? Não é um verdadeiro presente dos deuses ter privilégios que nem seus consortes europeus ou norte-americanos possuem e ainda poder ter a consciência tranquila de quem sabe que o mal do Brasil está em “outro” lugar, lá bem longe em Brasília, um “outro” abstrato, mau por definição, em relação ao qual podemos nos sentir a “virtude” por excelência? Não se fecha com isso um círculo de ferro onde necessidades sociais e existenciais podem ser manipuladas por uma política e uma mídia conservadora e seu público ávido por autolegitimação e por consciência tranquila?

Para Max Weber [...] os ricos, saudáveis e charmosos, em todas as épocas e em todos os lugares, não querem apenas ser ricos, saudáveis e charmosos. Eles querem saber que têm “direito” a serem ricos, saudáveis e charmosos em oposição aos pobres, doentes e feios. É essa necessidade o verdadeiro fundamento e razão do sucesso da tese da suspeição do Estado entre nós. Ela serve como uma luva para não perceber e naturalizar um cotidiano injusto e ainda transferir qualquer responsabilidade para uma entidade abstrata e longínqua, garantindo boa consciência e aparência de envolvimento crítico na política. A cortina de fumaça do falso debate acerca da demonização do Estado serve para deslocar a única e verdadeira questão do Brasil moderno: uma desigualdade abissal que separa gente com todos os privilégios, de um lado, de subgente sem nenhuma chance real de uma vida digna desse nome, de outro lado. [...]

SOUZA, Jessé. *O Estado de todas as culpas por Jessé Souza*. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-estado-de-todas-as-culpas-por-jesse-souza,430094>>. Acesso em: 27 out. 2015.

A desigualdade entre o mundo rural e o urbano

A crise mundial de 2007-2008 [...] evidenciou a eficácia de uma ferramenta rebaixada nos anos 90: as políticas de combate à fome e à pobreza, que se revelaram um importante amortecedor regional para os solavancos dos mercados globalizados.

O PIB regional *per capita* recuou 3% em média em 2009 e o contingente de pobres e miseráveis cresceu em cerca de nove milhões de pessoas.

No entanto, ao contrário do que ocorreu na década de 90, quando 31 milhões ingressaram na miséria, desta vez o patrimônio regional de avanços acumulados desde 2002 não se destruiu.

Abriu-se assim um espaço de legitimidade para a discussão de novas famílias de políticas sociais, desta vez voltadas à erradicação da pobreza extrema.

No Brasil, a intenção é aprimorar o foco das ações de transferência de renda, associadas à universalização de serviços essenciais e incentivos à emancipação produtiva. Espera-se assim alçar da exclusão 16,2 milhões de brasileiros (8,5% da população) que vivem com menos de R\$ 70,00 por mês.

A morfologia da exclusão nos últimos anos indica que o êxito da empreitada brasileira – ou regional – pressupõe, entre outros requisitos, uma extrema habilidade para associar o combate à miséria ao aperfeiçoamento de políticas voltadas para o desenvolvimento da pequena produção agrícola. Vejamos.

A emancipação produtiva de parte dessa população requer habilidosa sofisticação das políticas públicas. Apenas 15,6% da população brasileira vive no campo. É aí, em contrapartida, que se concentram 46% dos homens e mulheres enredados na pobreza extrema – 7,5 milhões de pessoas, ou 25,5% do universo rural. As cidades

que abrigam 84,4% dos brasileiros reúnem 53,3% dos miseráveis – 8,6 milhões de pessoas, ou 5,4% do mundo urbano.

Portanto, de cada quatro moradores do campo um vive em condições de pobreza extrema e esse dado ainda envolve certa subestimação. As pequenas cidades que hoje abrigam algo como 11% da população brasileira constituem na verdade uma extensão inseparável do campo em torno do qual gravitam. Um exemplo dessa aderência são os 1 113 municípios do semiárido nordestino, listados como alvo prioritário da erradicação da miséria brasileira até 2014.

Nos anos 90, a cada dez brasileiros, quatro eram miseráveis. Hoje a proporção é de um para dez. O ganho é indiscutível. Mas o desafio ficou maior: erradicar a miséria pressupõe atingir a bastilha da exclusão que no caso do Brasil tem uma intensidade rural (25,5%) cinco vezes superior à urbana (5,4%).

SILVA, José Graziano da. A bastilha da exclusão. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-bastilha-da-exclusao/22448>>. Acesso em: 27 out. 2015.

1. Por que, apesar da crescente tecnologia aplicada ao trabalho no campo (com supostos ganhos na qualidade de vida do trabalhador rural), a miséria é tão expressiva no mundo agrário brasileiro? O que isso teria a ver com a concentração da propriedade em poucas mãos, por exemplo?
2. Onde vivem os trabalhadores que migram do campo para a cidade? Em que condições? É possível pensar o desenvolvimento do mundo urbano sem que sejam definidas políticas de reforma agrária, moradia e trabalho no campo? O que você pensa sobre o assunto?

- As desigualdades entre os seres humanos acompanham o tempo histórico. Da Antiguidade greco-romana ao *shopping* multicolorido da pós-modernidade, indivíduos se sobrepõem por causa das diferenças de etnia, gênero, religião e classe social. Não há o que não se tenha utilizado para justificar a superioridade de alguns poucos e a inferioridade de multidões cada vez maiores. Foi – e ainda é – em nome dessas pretensas desigualdades, consideradas naturais, que guerras de todos os tipos esmagaram e aniquilaram milhares de culturas, milhões de sujeitos e comunidades, do extremo Oriente ao cultuado mundo ocidental das liberdades individuais de pensamento e ação.
- Muita coisa mudou nas sociedades humanas desde o advento da modernidade, por volta do século XVIII. Surgiram mais novidades fabulosas nas últimas décadas do que no período anterior de toda a história. Exemplos como o cinema, o telefone, a indústria automobilística, a rede mundial de computadores, os satélites e as sondas espaciais e os avanços médicos e farmacêuticos, que evitaram tragédias coletivas e salvaram a humanidade de possível extinção, não deixam dúvidas quanto à evolução vertiginosa da vida em sociedade em tempos recentes. Simultaneamente, entretanto, a desigualdade também se reestruturou e se voltou para outros cenários e personagens; ganhou feições modernas, “descoladas”, apoiadas por discursos aparentemente sofisticados e financiamentos econômicos milionários. O fato é que a desigualdade persiste como elemento vital de um modelo universal de sociedade que confunde diferença com desigualdade, justificando os dois eventos como idênticos, considerados naturais, mas sempre funcionais ao espírito humano da competitividade e da busca por superação. Na realidade, a defesa da desigualdade como ingrediente essencial da vida humana só faz renovar a velha ideia de sobrevivência dos mais fortes e aptos, conduzindo mais de dois terços da humanidade a algum tipo de humilhação e miséria, no corpo (fome, falta de moradia, doença e agressão física) ou na alma (discriminação, segregação, preconceito e violência simbólica).
- É possível e desejável que se aprenda a conviver com as diferenças. É desnecessário e reprovável que se aceite a desigualdade como algo intocável, irreversível e natural. A diferença une e é pedagógica, uma vez que promove afetos e aprendizados. A desigualdade amplia os abismos sociais entre indivíduos, grupos e classes sociais e é ardilosa na renovação de preconceitos e práticas de violência. A boa política – aquela que se faz no dia a dia, ao educar crianças e jovens, ao optar pela leitura de um livro, ao agendar idas ao parque ou ao cinema, enfim, ao se relacionar com os outros visando ao aprendizado e ao enriquecimento da vida – é a única saída no combate às desigualdades. É no convívio real que se descobre a importância generosa de uma sentença encontrada num folheto com a programação de um concerto musical, em Budapeste, na Hungria, em 1956: “Entre diferentes escuta-se a melodia comovente dos indivíduos que se reúnem em condições de verdadeira igualdade: é a orquestra da vida”.

leituras e propostas

Para refletir

Favelados e punks “invadem” shopping

Um grupo de 130 sem-teto, favelados, estudantes e punks inaugurou uma forma inédita de protesto nesta sexta-feira no Rio ao promover uma invasão pacífica do *shopping center* Rio Sul, em Botafogo, na zona sul.

O objetivo, segundo os organizadores, era protestar “contra o sistema capitalista, mostrando o contraste entre o consumo supérfluo e a fome”.

O protesto dividiu a opinião de compradores, comerciantes e turistas, surpreendidos pelo contraste entre as vitrines e os corredores de mármore do *shopping* e a aparência simples dos manifestantes.

“Estão nos coagindo utilizando como arma o fator surpresa, fatal para nós que vivemos na tensão da cidade grande”, disse Eliomar Marques Lins, 25, que fazia compras com a mulher.

“Não fiquei com medo. O movimento é bom porque a desigualdade aqui é imensa”, disse o turista inglês Peter Cook.

Mesmo diante do olhar desconfiado dos lojistas, os sem-teto não se intimidaram: entraram nas lojas, experimentaram roupões de seda e puseram seus filhos para brincar com brinquedos importados.

[...]

A entrada dos manifestantes no *shopping* foi negociada entre o chefe do CPC (Comando de Policiamento da Capital), coronel Fernando Belo, e o líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), que se identificou como Eric Vermelho. “Não estamos invadindo. Queremos dar um passeio como qualquer família. Se nós construímos os *shoppings*, por que não podemos entrar?”, disse Eric.

Apesar da promessa de não violência, a administração do *shopping* reuniu suas seguranças para acompanhar o “passeio” dos militantes, que encenaram *performances* com leitura de poesias, rodas de capoeira e representações teatrais.

[...]

Antes de deixar o *shopping*, obtiveram uma última concessão da administração do estabelecimento, que

alugou três ônibus para levá-los de volta à zona oeste da cidade.

DANTAS, Pedro. Protesto em shopping do Rio foi “contra o sistema capitalista”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4 ago. 2009. Cotidiano. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u6628.shtml>. Acesso em: 27 out. 2015.

Desiguais na vida e na morte

A morte de Ayrton Senna comoveu o país. O desalento foi geral. Independentemente do “*big carnival*” da mídia, todos perguntavam o que Senna significava para milhões de brasileiros. Por que a perda parecia tão grande? O que ia embora com ele?

Dias depois, uma mulher morreu atropelada na avenida das Américas, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Ficou estendida na estrada por duas horas. Como um “vira-lata”, disse um jornalista horrorizado com a cena! Nesse meio-tempo, os carros passaram por cima do corpo, esmagando-o de tal modo que a identificação só foi possível pelas impressões digitais. Chamava-se Rosilene de Almeida, tinha 38 anos, estava grávida e era empregada doméstica.

Efeito paroxístico do *apartheid* simbólico que fabricamos, pode-se dizer. De um lado, o sucesso, o dinheiro, a excelência profissional, enfim tudo o que a maioria acha que deu certo e deveria ser a cara do Brasil; do outro a desqualificação, o anonimato, a pobreza e a promessa, na barriga, de mais uma vida severina.

O brasileiro quer ser visto como sócio do primeiro clube e não do segundo. Senna era um sonho nacional, a imagem mesma da chamada classe social “vencedora”; Rosilene era “o que só se é quando nada mais se pode ser”, e que, portanto, pode deixar de existir sem fazer falta. Luto e tristeza por um; desprezo e indiferença por outro. Duas vidas brasileiras sem denominador comum, exceto a desigualdade que as separava, na vida como na morte.

[...]

A honra que coube a Senna era justa e legitimamente devida. Mas torná-lo um “ideal” de “identidade nacional”, como muitos pretenderam, é fazer de sua

memória caricatura de nossa incompetência cívica e humana. No nível da cidadania, a excelência é outra. É saber como impedir que outras “Rosilenes” sejam trituradas como lixo no asfalto, pelos possíveis amantes de corridas de automóveis.

É esse o “x” do problema: mostrar que qualquer vida, pobre ou rica, famosa ou anônima, deve ser respeitada como um bem em si. O mais é exploração comercial inescrupulosa da vida e da morte dos melhores e mais honrados.

COSTA, Jurandir Freire. Desiguais na vida e na morte. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 maio 1994. Mais!, p. 15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/05/22/72>>. Acesso em: 27 out. 2015.

1. Qual é a relação possível entre os dois textos?
2. Durante os últimos anos, os rolezinhos se espalharam pelas cidades de grande e médio porte. Por que existem limitações para entrar e circular nos *shopping centers*? Pode-se negar às pessoas o direito de circular pela cidade e pelos *shoppings*? Eles foram construídos apenas para quem pode consumir ou constituem mais um espaço urbano de convivência?
3. Qual é a sua opinião sobre a banalização da vida e da morte, tema do texto *Desiguais na vida e na morte*, em especial das pessoas anônimas? Para você a vida de uns vale mais do que a de outros? Ao partir do princípio de que somos todos seres humanos, quais são os critérios para essa diferenciação?

Para pesquisar

1. Junte-se a alguns colegas e façam um levantamento das explicações dadas por pessoas de diferentes classes sociais, idades, gêneros e raças/etnias para a existência das desigualdades no Brasil. Identifiquem nessas explicações possíveis preconceitos de classe, gênero e raça.
2. Pesquise situações, em seu dia a dia, em que se expressa a invisibilidade das desigualdades sociais. Registre o que observou e apresente suas conclusões para os colegas e o professor.

Livros recomendados

A fome no mundo explicada a meu filho, de Jean Ziegler. Petrópolis: Vozes.

Um pai procura responder às perguntas do filho sobre a fome no mundo. Com linguagem fácil, Jean Ziegler analisa as causas políticas, econômicas, sociais e também ecológicas da existência das desigualdades e da fome no mundo.

A riqueza de poucos beneficia todos nós?, de Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar.

O texto, numa linguagem direta e recheada de dados das mais distintas pesquisas acerca da desigualdade social no mundo, desconstrói alguns mitos do senso comum, como, por exemplo, a ideia de que as desigualdades entre humanos é natural e o crescimento econômico traz emprego, renda e melhoria de vida para todos. Um texto elucidativo.

Sugestões de filmes

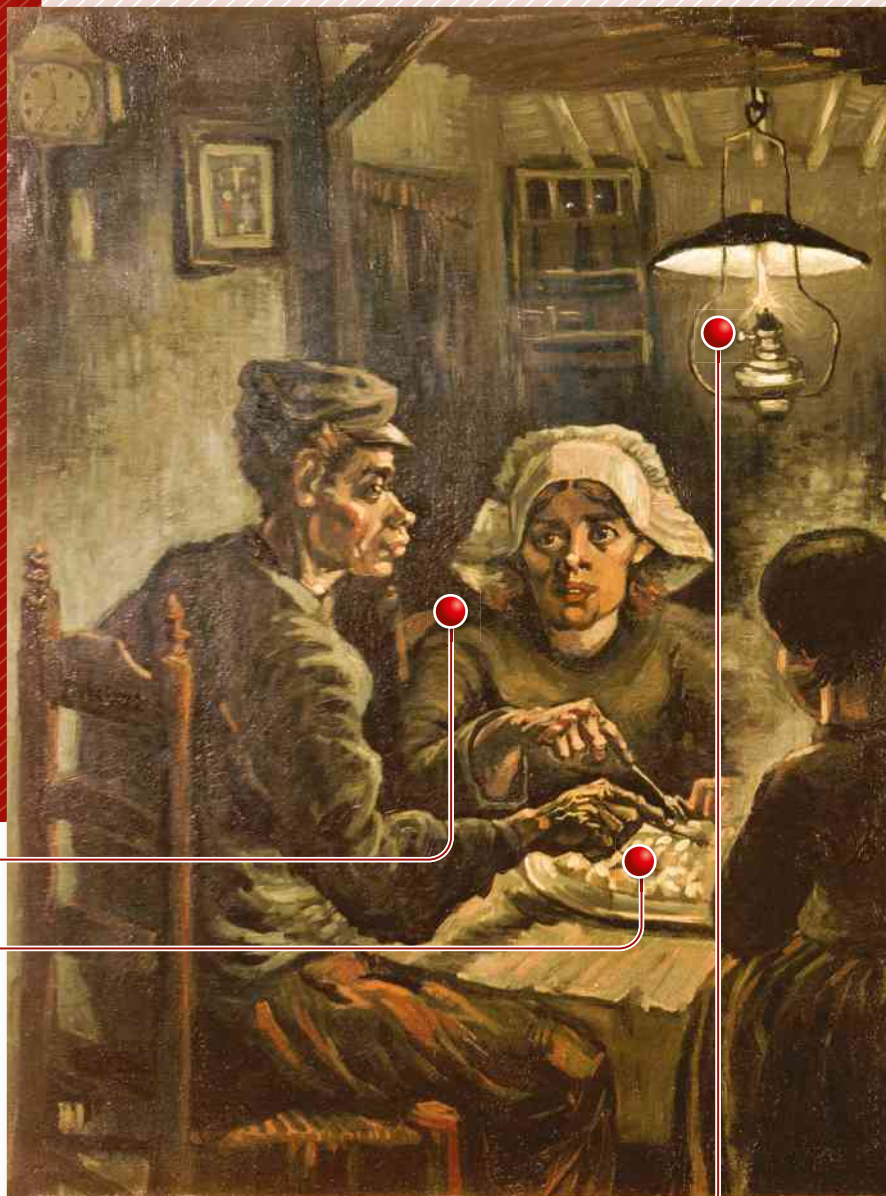
Que horas ela volta? (Brasil, 2015). Direção: Anna Muylaert.

Que conflitos podem existir entre patrões e empregados numa mansão da cidade grande? Nesse filme de Anna Muylaert são desnudadas algumas velhas hipocrisias sobre o “bom patrão” e a “preocupação” que se possa ter pelos dramas das classes subalternas.

Lixo extraordinário (Brasil, 2011). Direção: Lucy Walter.

Inspirado na obra do artista plástico Vik Muniz, o documentário explora a vida num lixão da Baixada Fluminense, retratando com sensibilidade a vida de seus habitantes e trabalhadores. O filme foi considerado um luxo absoluto por apontar o drama da desigualdade e, concomitantemente, provar que tudo pode ser diferente. Cada minuto de filme é valioso!

O quadro *Os comedores de batata* (1885) é considerado a primeira das grandes obras de Vincent van Gogh. Nele estão representados valores e aspectos do modo de vida de camponeses europeus. Na década de 1880, quando o quadro foi produzido, a Europa passava por um período de crescimento econômico e de grandes mudanças sociais relacionadas ao avanço da Revolução Industrial, como o aumento nas taxas de nutrição e de natalidade. A situação das famílias camponesas, porém, mudava muito lentamente. Se não havia mais crises de fome, as melhorias nas condições materiais de vida eram pequenas, como mostra este infográfico.



Ao retratar os camponeses, Van Gogh procura valorizar a simplicidade de suas vidas, ainda não corrompidas pela sociedade industrial. São seres de feições duras, rudes, marcadas pelas dificuldades da vida no campo, porém com olhares inocentes e doces.

Em torno da mesa, os camponeses compartilham o fruto da terra e do trabalho, a batata.

No centro da imagem, um lampião fornece toda a luz do ambiente representado – uma casa escura, pequena e simples. Ressaltados pela luz do lampião, os tons terrosos dominam o ambiente e as personagens, como se a vida dos camponeses se confundisse com seu trabalho na terra.

LINHA DO TEMPO

7000 a.C.

A batata é cultivada pelos povos andinos



1565 1570

Exploradores espanhóis levam a batata para as ilhas Canárias



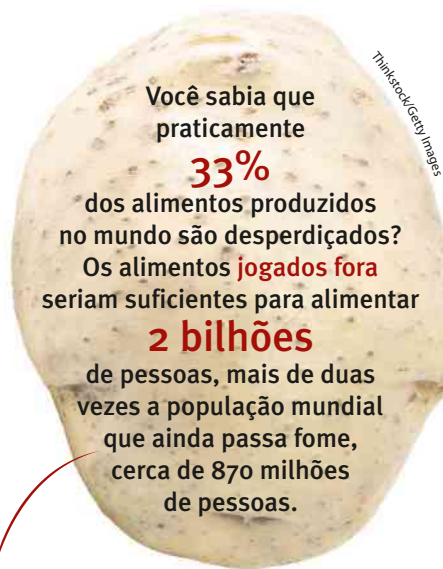
A batata chega à Europa e rapidamente se espalha pelo continente

A figura que segura a xícara expressa com os olhos e o gesto o sentimento de fraternidade que Van Gogh considerava próprio da vida dos camponeses.



Vincent van Gogh, Comedores de Batatas, 1885, Akis-Images/Album/Photoarena/Van Gogh Museum, Amsterdã, Holanda

Cerca de **25%** da batata produzida no mundo vai para o lixo.



Thinkstock/Getty Images

O desperdício de alimentos é o **3º** maior emissor de CO₂ do mundo, o que contribui para o aumento do efeito estufa.

Na Europa, a taxa média de consumo anual de batata, por pessoa, gira em torno de **100 kg**

OS MAIORES PRODUTORES DE BATATA NO MUNDO

- 1  China
- 2  Rússia
- 3  Índia
- 4  Países Baixos
- 5  Estados Unidos
- 6  Alemanha
- 7  Polônia
- 8  Bielorrússia
- 9  Ucrânia
- 10  França

Fontes: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/02/descubra-os-segredos-da-batata.html>; <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2015/01/31/china-o-imperio-do-arroz-se-rende-a-batata.html>; <http://www.bancodealimentos.org.br/alimentacao/sustentavel/aproveitamento-integral-dos-alimentos/>. Acessos em: nov. 2015.

O alimento e a bebida que os camponeses partilham devem restaurá-los de uma jornada de trabalho ou prepará-los para outra. A representação sugere isso porque o alimento retratado, a batata, possui grande valor nutricional, e o líquido servido pela camponesa da direita parece ser café, um poderoso estimulante físico e mental.



Brasil Colonial

Imigrantes portugueses começam a cultivar a batata em hortas familiares

Séc. XVI



Navegantes levam tubérculos da batata para consumir durante longas viagens. Dessa forma, a batata chega à Índia, à China e ao Japão

Séc. XVII

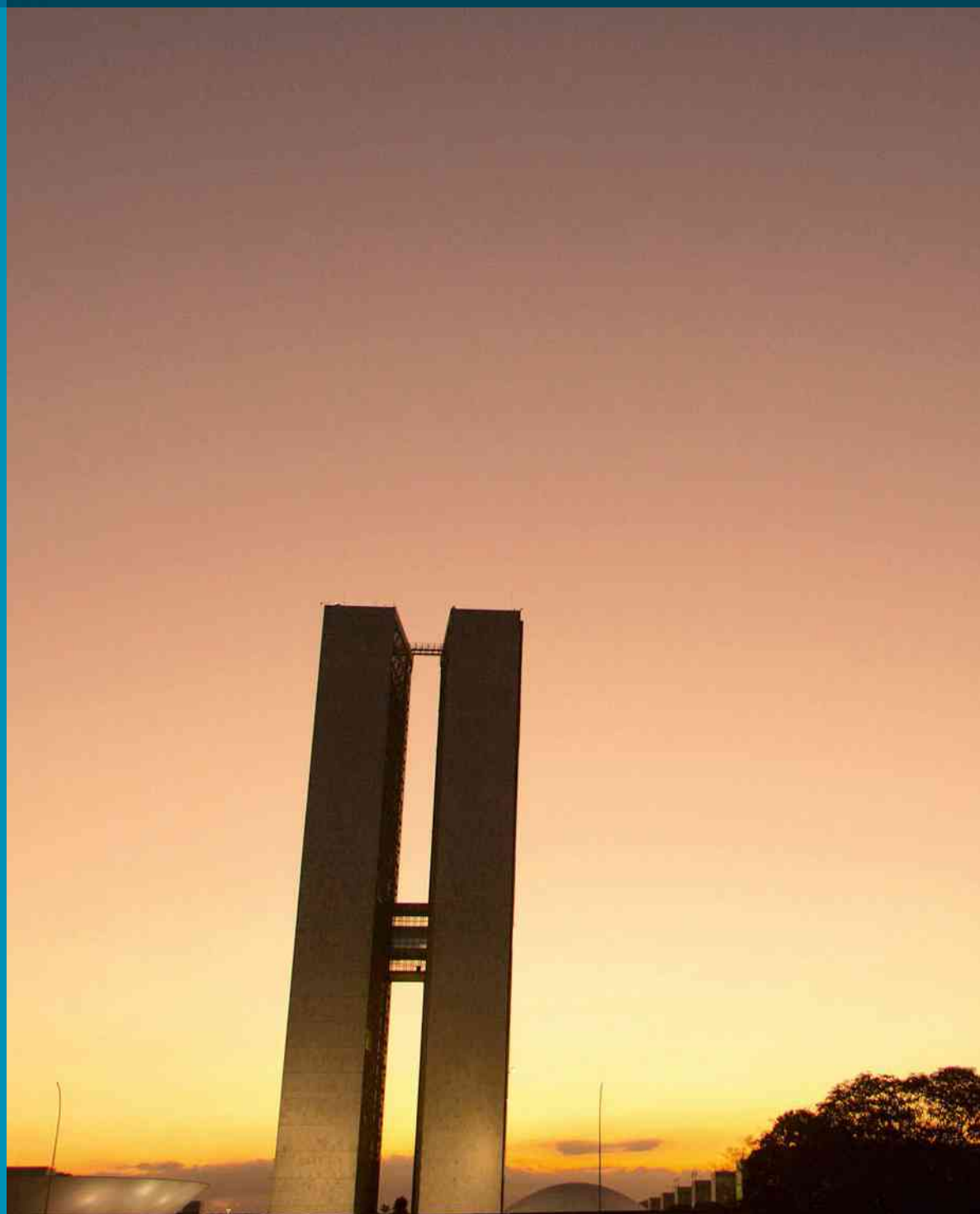


A batata chega à América do Norte trazida pelos imigrantes irlandeses

4

Poder, política e Estado

unidade



O poder que envolve

Poder, política e Estado estão presentes no cotidiano e não se pode viver sem eles. A ação do Estado tem início antes do nascimento de um indivíduo e só se encerra após um período de tempo depois da sua morte. Alguns exemplos simples bastam para comprovar esse fato.

Quando a criança nasce, providencia-se uma certidão de nascimento. Outro documento importante, que pode ser feito ainda nessa fase, é a carteira de identidade, que inclui o indivíduo em um cadastro nacional e dá a ele um número de Registro Geral (RG).


Com dezesseis anos (voluntariamente) ou aos dezoito anos (obrigatoriamente), o indivíduo solicita a um cartório eleitoral seu título de eleitor. Se for do sexo masculino, terá de se apresentar à junta de serviço militar para alistar-se e receber um documento atestando que está em dia com suas obrigações militares. É possível, também aos dezoito anos, obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), regulamentada por órgão governamental.

Para trabalhar e ser integrado ao sistema nacional de previdência social, o indivíduo precisará da carteira de trabalho. Há ainda a inscrição na Receita Federal, para obter o número exclusivo que o insere no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Caso queira casar-se segundo a lei, para documentar esse ato, será emitida uma certidão de casamento. Se viajar para o exterior, deverá solicitar um passaporte junto à Polícia Federal.

Depois de trabalhar por muitos anos, o indivíduo-contribuinte-cidadão-trabalhador poderá se aposentar. Ao morrer, o Estado exige um atestado de óbito expedido por alguma autoridade médica e por órgãos judiciais competentes. Caso o indivíduo possua patrimônio, deverá ser aberto um inventário que indicará a quem se destinarão seus bens.

Entende-se que o Estado é o poder político organizado no interior da sociedade civil, por isso é necessário conhecer a sociedade na qual as estruturas de poder atuam e se irradiam. Na sociedade civil se desenvolvem as relações e as lutas sociais, políticas e ideológicas contraditórias. É o que será abordado nesta unidade.



Congresso Nacional e monumento "Os Candangos", de Bruno Giorgi, em Brasília, DF.

Poder, Estado moderno e democracia

Diferentes formas de exercer o poder e distintas maneiras de constituição do Estado existiram desde a Antiguidade; basta lembrar as estruturas de poder na China antiga, no Egito dos faraós e na Roma imperial. São objeto de estudo da Sociologia, porém, as formas mais recentes de representação do Estado, principalmente aquelas que vêm se desenvolvendo e se transformando nos últimos três séculos, aproximadamente.

As primeiras manifestações do que viria a ser o Estado moderno surgiram da desintegração do mundo feudal e das relações políticas até então dominantes na Europa. Como já estudado (Unidade 2), no período medieval o poder concentrava-se nas mãos dos senhores feudais, que controlavam a maior parte das terras e toda a sociedade. Esse tipo de domínio foi pouco a pouco sendo minado pelas revoltas sociais dos camponeses, pela recusa ao pagamento das obrigações feudais e pelo crescimento das cidades e do comércio, que apressaram a desagregação dos feudos.

O Estado, todavia, também foi instituído por acordos entre os grandes senhores de terras que, progressivamente, passaram a ter lugar nas novas estruturas de poder. Nessas condições e nesse ambiente, de forma lenta, ocorreu na Europa, a partir do século XIV, um processo de centralização, concentração e constituição:

- das Forças Armadas, o que significou a profissionalização do exército, da marinha e, posteriormente, da aeronáutica;
- da estrutura jurídica, isto é, leis, juízes e tribunais;
- do corpo burocrático, responsável pela administração do patrimônio público, como estradas, portos, educação, saúde, transporte, comunicações e outros tantos setores;
- do sistema tributário, símbolo de poder e, simultaneamente, suporte financeiro essencial para a manutenção das Forças Armadas, da estrutura jurídica e do corpo burocrático;
- de um sistema de convencimento e legitimação que leva a maioria da população, de forma livre ou imposta, a aceitar o poder dos governantes, bem como as regras e normas para toda a sociedade.

As primeiras formas de Estado

A centralização, a concentração e a constituição desses poderes e instituições caracterizam o Estado moderno, que assumiu diferentes formas até hoje, e que serão analisadas a partir de agora.

O Estado absolutista

Surgido no contexto da expansão do mercantilismo, o Estado absolutista foi implantado inicialmente em Portugal, no final do século XIV, com a Revolução de Avis. Posteriormente, estabeleceu-se em vários lugares da Europa e teve seu

ponto alto na França, no reinado de Luís XIV (1638-1715). A concentração de poderes, isto é, o poder absoluto do Estado, é bem expressa na frase atribuída a esse rei: “O Estado sou eu!”.

Ao assumir o controle das atividades econômicas, o Estado intervinha na concessão dos monopólios, fixava preços e tarifas, administrava a moeda e os metais preciosos. O acúmulo desses metais era a expressão máxima da riqueza de um país. O Estado absolutista assumia também a responsabilidade de centralizar e praticar a justiça e de cuidar do contingente militar, formando exércitos profissionais. Para financiar essas atividades, foram fixados os impostos gerais.

O matemático, teórico político e filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) procurou fundamentar a necessidade de um Estado absoluto. Para ele, as pessoas viviam em luta por causa do egoísmo e da ambição, e a vida em sociedade era muito difícil. Somente um poder superior ao dos indivíduos poderia garantir a segurança de todos. Esse poder deveria ser absoluto, para que ninguém o contestasse, e duradouro, para que não se rompesse o equilíbrio racional necessário a uma convivência também duradoura. Justificava-se assim a continuidade das monarquias baseadas na hereditariedade.

Outro fundamento do absolutismo foi a teoria do direito divino dos reis, elaborada pelo bispo francês Jacques Bossuet (1627-1704). Ele afirmava que os reis eram os representantes de Deus na Terra, e sua autoridade era sagrada, tendo como limites somente os mandamentos divinos, bem definidos pelo catolicismo.

O absolutismo colocou frente a frente os interesses dos estamentos feudais dominantes (a nobreza e o clero) e os da burguesia (comerciantes e industriais), a classe em ascensão naquela época. Tais interesses eram referentes à justiça, à administração do patrimônio público e à administração econômica. Eles nem sempre foram conflitantes, pois parte da classe dos grandes proprietários feudais fizeram alianças com a burguesia emergente e assim se aliaram para manter-se no poder.

O Estado liberal

O liberalismo emergiu no século XVIII como reação ao absolutismo, tendo como valores primordiais o individualismo, a liberdade e a propriedade privada. Ganhou projeção como adversário da concentração do poder pelo Estado, principalmente no que dizia respeito às atividades econômicas. Nessa época, os resquícios feudais foram sendo extintos, enquanto o capital industrial se implantava e o trabalho assalariado tornava-se fundamental para o desenvolvimento da indústria.

O Estado liberal apresentava-se como representante da sociedade, tendo o papel de “guardião da ordem”: não lhe caberia intervir nas relações entre os indivíduos e seus interesses privados, mas manter a segurança para que todos pudessem desenvolver livremente suas atividades. Em sua esfera de atuação, estavam o trato da coisa pública (*res publica*), o interesse ou bem comum – como os portos, as estradas, os edifícios públicos e posteriormente, até os dias de hoje, a educação e a saúde. Com o Estado liberal concretizou-se assim a ideia, concebida no absolutismo, de separação entre o público e o privado.



Hyacinthe Rigaud. Luís XIV, rei da França, 1702.

Luís XIV, o Rei Sol, em pintura de Hyacinthe Rigaud, 1702. Museu Nacional do Palácio de Versalhes, França. Seu reinado foi um dos mais centralizadores que a Europa já conheceu.

O monstro do monopólio, charge de 1884, de autor desconhecido, divulgada nos Estados Unidos. Lançando seus tentáculos em todas as direções, o polvo voraz concentra a riqueza e devasta as concepções liberais.



Stock Montage/Getty Images

Politicamente, o Estado liberal se fundamenta no conceito de soberania popular, que se expressa por meio de eleições regulares. Esse conceito encontra-se nas constituições liberais, como a do Brasil, na qual se lê, no parágrafo único do artigo 1º: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Com base nesse princípio, os cidadãos votantes elegem seus representantes, e estes formam o Parlamento (no caso brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado), que é a instituição central do Estado liberal, a expressão máxima da soberania popular.

De acordo com o pensamento liberal, o Estado não deve intervir nas atividades econômicas. A fórmula *laissez-faire, laissez-passer* (“deixai fazer, deixai passar”) expressa bem a concepção de que as atividades econômicas não devem ser reguladas pelo Estado, mas por si mesmas, ou seja, pelo mercado – a mão invisível, de acordo com o economista escocês Adam Smith (1723-1790). A plena liberdade para a produção e a circulação de mercadorias garantiria, conforme o pensamento liberal, o progresso das empresas e das nações, contribuindo até para a paz mundial.

Essas concepções do pensamento liberal começaram a ruir no final do século XIX. A intensa concorrência entre as empresas foi provocando o desaparecimento das pequenas empresas, que faliam ou eram compradas pelas maiores. A partir do final do século XIX, começaram a surgir grandes conglomerados na forma de *holdings*

(sistemas que controlavam financeiramente diversas empresas formalmente independentes) e *trustes* (fusões de empresas do ponto de vista jurídico e econômico).

A concentração ficou tão grande e o capital na mão de tão poucos que a concorrência passou a se desenvolver em outros termos. A “guerra” de mercado entre empresas transformou-se em conflito armado entre países, que buscavam novas fontes de matérias-primas e mercados consumidores. As crises econômicas tornaram-se frequentes e a competição entre as nações ficou ainda maior. Para dar um exemplo, basta verificar que em 1875 somente 10% do território do continente africano estava sob domínio estrangeiro, principalmente europeu. Em 1914 quase toda a África estava ocupada por países não africanos. A eclosão da Primeira Guerra Mundial teve origem nessas disputas entre as nações europeias.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manuel M. de; REIS, Arthur C. F.; DE CARVALHO, Carlos D. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: MEC, 1960. p. 138-139.

As formas de Estados no século XX

Nas primeiras décadas do século XX, esgotado pelas condições sociais e econômicas que o geraram, o Estado liberal desestruturava-se, pois os interesses dos vários grupos e classes em diversas sociedades entravam em conflito e já não se observava a estabilidade proposta por aqueles que idealizaram essa forma de Estado. Ele continuou existindo, mas surgiram duas novas formas de organização estatal: o Estado soviético e o Estado fascista. Por outro lado, após a Segunda

Guerra surgiram outras duas variações do Estado liberal: o Estado de bem-estar e o Estado neoliberal. Além dessas formas de Estado, desenvolveram-se ditaduras de todos os tipos, principalmente na África e, na América Latina, algumas ditaduras conviveram com constituições e eleições controladas pelos donos do poder. Hoje se pode afirmar que as ditaduras estão quase extintas e os golpes de estado são questionados em quase todo o mundo.

O Estado soviético

O Estado socialista soviético decorreu da Revolução Russa, iniciada em 1917. Por meio da implantação de um Estado socialista, procurava-se fazer frente às condições precárias de vida dos trabalhadores, tanto urbanos como rurais. É bom lembrar que as ideias socialistas já estavam presentes na Europa há mais de meio século e se concretizavam naquele momento.

A base econômica dessa forma de Estado era a propriedade socializada ou coletiva. A produção tinha de seguir planos e programas que definiam previamente o quê, como e quanto produzir.

O poder político organizou-se como um Estado planejado e centralizado, cujos órgãos estavam ligados ao Partido Comunista. Só tinham direito à participação política os filiados a esse partido. Quaisquer manifestações políticas contrárias eram reprimidas.

Essa forma de Estado ampliou sua abrangência a partir de 1922, com a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), da qual faziam parte inicialmente quatro repúblicas. Em 1956, o Estado soviético continha 15 "repúblicas unidas", que correspondem atualmente aos seguintes países: Rússia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Estônia, Lituânia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Com o processo de globalização e em decorrência de problemas internos, a partir de 1985 a URSS começou a sofrer dissolução. O modelo soviético de Estado começou a ruir nos países que o adotavam. A queda do Muro de Berlim, em 1989, assinalou de modo emblemático o fim do Estado soviético e o questionamento do poder concentrado em um só partido. Mas essa forma de organização estatal continua vigente, com variações, em Cuba, no Vietnã, na China e na Coreia do Norte – com a manutenção de um partido único e a planificação central da economia.

O Estado fascista

Essa forma de Estado foi implantada e se desenvolveu nas décadas de 1920 a 1940, primeiro na Itália, depois na Alemanha e em vários outros países europeus, com pequenas diferenças. A base econômica desse Estado era capitalista, mantendo-se a propriedade privada como um de seus fundamentos.

No Estado fascista, a participação política significava plena adesão ao regime e a seu líder máximo (Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha), ou seja, ninguém podia fazer nenhuma crítica ou oposição ao governo.

As concepções que fundamentaram o fascismo podem ser assim sintetizadas:



Universal History Archive/UiG via Getty Images

Cartaz patriótico descreve Josef Stalin como um líder militar. Stalin governou a União Soviética de 1924 a 1953 e transformou o país em uma potência mundial. Durante seu governo, perseguiu severamente os opositores e investiu em educação, saúde, habitação e esporte.

Benito Mussolini e Adolf Hitler em Munique, Alemanha, 1940.



NARA, Washington

- A ideia de uma comunidade nacional – o povo constitui uma grande comunidade de interesses formada por indivíduos que compartilham o mesmo destino. Todos aqueles que não fazem parte dessa comunidade são inimigos da Nação, no plano interno e no externo. No caso da Alemanha, onde o fascismo se assentou sobre bases racistas, os grandes inimigos da nação eram os eslavos e os judeus, considerados inferiores aos germânicos. Além destes, os ciganos e os comunistas, porque não tinham pátria ou eram internacionalistas.
- O princípio da autoridade – a sociedade era estruturada segundo os princípios da ordem e da obediência, de acordo com o modelo da hierarquia rígida do exército. A autoridade era reforçada em todos os domínios da vida social: na família, a do pai; na escola, a dos professores; na empresa, a do empresário; no Estado, a do líder máximo. O lema dos jovens fascistas era “crer, obedecer e combater”. Nesse sentido, pode-se afirmar que uma das características do fascismo era o uso da violência como instrumento político.



Rao Alimin/Xinhua Press/Corbis/Fotoarena

Dado importante a ser destacado é que Benito Mussolini e Adolf Hitler chegaram ao poder através de decisões tomadas nos parlamentos da Itália e da Alemanha. Em nenhum dos casos houve golpe de Estado.

Outra informação a ser considerada é que a expansão militar do nazifascismo, principalmente por parte da Alemanha, atingiu vários países europeus e estendeu-se ao norte da África. Esse fato ocasionou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No fim desse conflito, derrotados os nazifascistas, essa forma de Estado dissolveu-se, apesar de muitas das ideias preconizadas ainda estarem presentes na política contemporânea em todo o mundo.

O grupo que saiu vitorioso da Segunda Guerra Mundial constituiu dois blocos política e economicamente distintos: o socialista e o capitalista. O bloco socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), incorporou países do leste europeu. Posteriormente, fora da Europa, outros Estados socialistas foram instituídos, como a Coreia do Norte (1948). Na imagem, desfile militar em Pyongyang, na Coreia do Norte, 2015.

O Estado de bem-estar social

Os países capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial, tentaram reconstruir a economia ocidental sobre novas bases. Disseminou-se então a forma de organização estatal chamada de Estado de bem-estar social (*Welfare State*) ou, simplesmente, Estado social.

As bases teóricas do Estado de bem-estar social já haviam sido formuladas, em 1936, pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), no livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936). Como forma de organização estatal, a teoria começou a ser esboçada quando o governo estadunidense estabeleceu políticas para sair da profunda depressão desencadeada pela crise de 1929.

Esse modelo permitia enfrentar, por um lado, os movimentos de trabalhadores, que exigiam melhores condições de vida, e, por outro, as necessidades do capital, que buscava alternativas para a construção de uma nova ordem econômica mundial diante do bloco socialista. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, ele se consolidou nos Estados Unidos da América e em boa parte dos países da Europa.

O Estado de bem-estar social tinha como finalidade e característica básica a intervenção estatal nas atividades econômicas, regulando-as, subsidiando-as, executando grandes investimentos e obras, redistribuindo rendimentos, visando sempre, pelo menos teoricamente, ao bem-estar da maioria da população. A ideia era romper com o centenário princípio do liberalismo, que rejeitava qualquer função intervencionista do Estado.

Com base nesse conceito, propunha-se moradia digna, educação básica pública, assistência à saúde, transporte coletivo, lazer, trabalho, salário e seguro-desemprego,

enfim, o mínimo de bem-estar econômico e social. O Estado passou a redimensionar suas prioridades e investir maciçamente para proporcionar trabalho e algum rendimento à maior parte da população, a fim de que ela se tornasse consumidora e, assim, possibilitasse a manutenção da produção sempre elevada. Configurou-se o que alguns chamam de “cidadania do consumidor”, ou seja, a cidadania entendida como um mecanismo de mercado. Por outro lado, significava também a preocupação de manter uma população em condições de trabalhar com mais tranquilidade, sem que os empresários se preocupassem com a vida dos trabalhadores e sem que estes, por sua vez, precisassem depender exclusivamente das supostas benevolências dos patrões.

O chamado Estado neoliberal

A partir da década de 1970, após a crise do petróleo, houve nova necessidade de mudança na organização estatal. O capitalismo enfrentava, então, vários desafios. As empresas multinacionais precisavam se expandir; o desemprego crescia nos Estados Unidos da América e nos países europeus; os movimentos grevistas intensificavam-se em quase toda a Europa; aumentava o endividamento dos países em desenvolvimento.

Tendo como referência os economistas Friedrich von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006), os analistas atribuíam a crise aos gastos dos Estados com políticas sociais, o que gerava déficits orçamentários, mais impostos e, portanto, aumento da inflação. De acordo com a avaliação deles, a política social estava comprometendo a liberdade do mercado e até mesmo a liberdade individual, valores básicos do capitalismo. Por causa disso, o bem-estar dos cidadãos deveria ficar por conta deles mesmos, já que o Estado gastava muito com saúde e educação públicas, previdência e apoio aos desempregados idosos. Ou seja, os serviços públicos deveriam ser privatizados e pagos por quem os utilizasse. Defendia-se assim o Estado mínimo, o que significava voltar ao que propunha o liberalismo antigo, com o mínimo de intervenção estatal na vida das empresas e dos indivíduos. Dessa maneira nasceu o que se convencionou chamar de Estado neoliberal.

As expressões mais claras da atuação dessa forma de Estado foram os governos de Margareth Thatcher (de 1979 a 1990), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (de 1981 a 1991), nos Estados Unidos da América. Mas, mesmo no período desses governos, o Estado não deixou de intervir em vários aspectos, mantendo orçamentos militares altíssimos e muitos gastos para amparar as grandes empresas e o sistema financeiro. Os setores mais atingidos por essa “nova” forma de liberalismo foram os que beneficiavam mais diretamente os trabalhadores e os setores marginalizados da sociedade, como assistência social, habitação, transporte, saúde pública, previdência e direitos trabalhistas, que foram privatizados e extintos, gerando grandes lucros aos empresários.

Os neoliberais enfatizavam as ideias de que era necessário dispor de mais rapidez para tomar decisões no mundo dos negócios e de que o capital privado precisava de mais espaço para crescer. Reforçavam assim os valores e o modo de vida capitalistas, o individualismo como elemento fundamental, a livre iniciativa, o livre mercado, a empresa privada e o poder de consumo como forma de realização pessoal.

Com essas propostas, o que se viu foi a presença cada vez maior das grandes corporações produtivas e financeiras na definição dos atos do Estado, e as questões políticas passaram a ser dominadas pela economia. Além disso, o que era público (portanto, comum a todos) passou a ser determinado pelos interesses privados (por aquilo que era particular).

O neoliberalismo e o Estado neoliberal

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, compreendendo a produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade; compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. “Neo” liberalismo porque se impõe e generaliza em escala mundial, alcançando inclusive os países nos quais se havia experimentado ou continua a experimentar-se o regime socialista ou o planejamento econômico centralizado. Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado [...]. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isso baseado no pressuposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global, ao mesmo tempo que *shopping center* global e disneylândia global.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 313-314.

O Estado no século XXI

É possível observar várias formas de Estado no mundo contemporâneo. Desde a crise financeira de 2008 e suas repercussões, a situação política nos países capitalistas começou a se alterar novamente, uma vez que as bases econômicas fundamentadas no neoliberalismo passaram a ser questionadas em várias partes do mundo, até mesmo nos Estados Unidos. Com o crescente poder do sistema financeiro global sobre o poder político dos Estados, as sociedades que adotaram as propostas defendidas pelos neoliberais se defrontam com o desemprego e a diminuição do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, o Estado foi obrigado a intervir para salvar grandes conglomerados industriais e financeiros, demonstrando claramente quem são os donos do poder e quem são os principais beneficiários desta política.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-) considera o atual período como uma fase em que o poder local se vê continuamente enfraquecido diante das decisões econômicas determinadas em nível global, destituindo as sociedades nacionais de autonomia sobre seu próprio destino. Trata-se, portanto, de uma evidente irrelevância da política e da supremacia do econômico.

Há países europeus, no entanto, que ainda mantêm o Estado de bem-estar como forma de organização estatal, por exemplo: Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia e Finlândia. Neles, o bem-estar da maioria da população ainda está acima das demandas dos grandes grupos financeiros e industriais.

Contudo, é o modelo chinês de Estado que tem sido foco de atenção, pois controla todas as esferas da vida política e econômica do país. Trata-se de um Estado centralizado, com pouca abertura à participação política fora dos grupos dirigentes do Partido Comunista. Ao mesmo tempo, vem desenvolvendo uma economia capitalista com grande expansão industrial. A Arábia Saudita é exemplo da monarquia absoluta teocrática, marcada pelo controle familiar do Estado e a sucessão hereditária; a religião dominante é o Islamismo. Os partidos políticos são proibidos e não existem eleições nacionais para cargos políticos. O *Alcorão* e a *Suna* (livro sagrado e código de preceitos islâmicos) são declarados como a constituição do país. A economia saudita é fundamentada na indústria de petróleo.

Estado e liberdade

Depois que nos livrarmos do preconceito de que tudo o que faz o Estado e a sua burocracia é errado, malfeito e contrário à liberdade, e de que tudo o que é feito pelos indivíduos particulares é eficiente e sinônimo de liberdade – poderemos enfrentar adequadamente o verdadeiro problema. Reduzido a uma só frase, o problema consiste em que, em nosso mundo moderno, tudo é político, o Estado está em toda parte e a responsabilidade política acha-se entrelaçada em toda a estrutura da sociedade.

A liberdade consiste não em negar essa interpenetração, mas em definir seus usos legítimos em todas as esferas, demarcando limites e decidindo qual deve ser o caminho da penetração, e, em última análise, em salvaguardar a responsabilidade pública e a participação de todos no controle das decisões.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 66.

1. Como o Estado se mostra presente em seu cotidiano? Dê exemplos e reflita: a presença do Estado é necessária nas situações citadas? Por quê?
2. Em sua opinião, a iniciativa privada poderia desenvolver atividades na área de educação, saúde, segurança, transporte e habitação, de modo que todos tivessem acesso a serviços de boa qualidade, sem a presença do Estado? Justifique.

Estado de exceção

Giorgio Agamben (1942-), filósofo italiano, era professor convidado da Universidade de Nova York. Depois do ataque às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, ao voltar de suas férias na Itália, Agamben desistiu de lecionar naquela universidade, porque lhe foram impostas várias condições, no aeroporto, para que entrasse no país: fichamento, coleta de impressões digitais, revista e outras exigências.

Na época, Agamben declarou que não se submeteria às imposições, pois eram procedimentos aplicados a criminosos na prisão, e não a cida-

dãos livres. Esse fato teve grande repercussão internacional pois, com sua postura, Agamben questionava o que os países estavam fazendo com cidadãos em todo o mundo.

O filósofo observa que hoje os cidadãos são continuamente controlados e consideram isso normal. Para ele, esse é o primeiro passo para que os regimes democráticos se tornem autoritários, mas mantenham a carapaça de democracia.

Olhe à sua volta e observe: é possível ser filmado em todos os lugares. Há câmeras nas entradas e nos elevadores dos edifícios residenciais e comerciais, nos bancos, nas ruas e também nos corredores das universidades.

Você sabia que somente na Inglaterra foram instaladas milhões de câmeras de vigilância e que um habitante de Londres é filmado trezentas vezes por dia? Mas não é só lá. Em Clementina, uma cidade de 6 mil habitantes no interior de São Paulo, foram montadas torres de 25 metros de altura, equipadas com câmeras, para fazer a vigilância da cidade. A justificativa é de que essas câmeras, que capturam imagens a até 2 km, intimidam os bandidos e auxiliam a polícia.

Agamben chama de “Estado de exceção” o tipo de governo dominante na política contemporânea, que transforma o que deveria ser uma medida provisória e excepcional em técnica permanente de governo.

Para Agamben, o Estado de exceção significa simplesmente a suspensão do ordenamento jurídico: a anulação dos direitos civis do cidadão e seu estatuto jurídico como indivíduo. Ele defende ainda a ideia de que o paradigma político do Ocidente não é mais a cidade, mas o campo de concentração. Vistas por essa perspectiva, as práticas de exceção contemporâneas, engendradas por um Estado policial protetor, fazem da política do terror e da insegurança o princípio gestor, estimulando, cada vez mais, a privatização dos espaços e o confinamento no interior deles.

3. Em sua opinião, há medidas eficazes que não se caracterizam pela repressão ou pela invasão da privacidade capazes de prevenir a violência e a ocorrência de ações criminosas? Quais?

A Sociologia, o poder e a democracia

De acordo com Norbert Elias (1897-1990), no livro *A sociedade dos indivíduos* (1987), há uma tendência nas ciências sociais de não considerar o Estado como objeto da Sociologia. Ele afirma que isso vem de uma antiga tradição intelectual que vê o Estado como algo extrassocial ou até oposto à sociedade. Desde o século XVIII, o termo “sociedade” – ou “sociedade civil” – era usado como contraposição a “Estado”, pois havia interesse da classe em ascensão, a burguesia, em acentuar essa separação. Naquela época, essa classe procurava destacar a ideia de que a nobreza detinha o monopólio do poder do Estado.

Essa ideia de separação entre sociedade e Estado dominou por muito tempo e prejudicou a compreensão de que o Estado se estrutura nas questões públicas e sua constituição decorre de um processo histórico. Neste capítulo, será analisada a forma como os autores clássicos da Sociologia e outros abordaram essa questão.

As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado

Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), os três autores clássicos da Sociologia, tiveram, cada um a seu modo, uma vida política intensa e fizeram reflexões importantes sobre o Estado e a democracia de seu tempo. É importante destacar o que pensavam sobre esses temas.

Karl Marx

Em seus estudos, voltados à análise das relações de produção na sociedade capitalista, Marx não formulou uma teoria específica sobre o Estado e o poder. Num primeiro momento, ele se aproximou da concepção anarquista, definindo o Estado como uma entidade abstrata, contraposta à sociedade, que procurava conciliar os interesses de todos, mas principalmente garantir os daqueles que dominavam economicamente.

No livro *A ideologia alemã*, escrito em 1847 em parceria com Friedrich Engels (1820-1895), Marx identificou a divisão do trabalho e a propriedade privada, geradoras das classes sociais, como a base do surgimento do Estado, que seria a expressão jurídico-política da sociedade burguesa. A organização estatal apenas garantiria as condições gerais da produção capitalista, não interferindo nas relações econômicas. Em 1848, no *Manifesto comunista*, Marx e Engels afirmaram que os dirigentes do Estado moderno funcionavam como um comitê executivo da classe dominante (a burguesia), ou seja, era a melhor forma de os capitalistas dominarem a sociedade sem aparecerem como os donos do poder.

Nos livros escritos entre 1848 e 1852, *As lutas de classe na França* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, analisando uma situação histórica específica da França, Marx declara que o Estado nasceu para refrear os antagonismos de classes e, por isso, favorecer a classe dominante. Existem momentos, porém, em que a luta de classes é equilibrada e o Estado se apresenta com independência, como se fosse um mediador.

Analisando a burocracia estatal, Marx afirma que o Estado pode estar acima da luta de classes, separado da sociedade, como se fosse autônomo. Nesse sentido pode haver um poder que não seja exercido diretamente pela burguesia. Ainda assim, o Estado continua criando as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas, principalmente o trabalho assalariado e a propriedade privada, jamais questionada até então.

Para Marx, a democracia representativa, por meio dos parlamentos, foi a forma mais apropriada que o capitalismo criou para transmitir a ideia de que todos os indivíduos são iguais, livres, independentes e autônomos. Essa igualdade, entretanto, é puramente formal. De acordo com ele, a democracia só pode existir independente do Estado e de toda forma de mediação política.

No livro *A guerra civil na França*, escrito em 1871, Marx trata da Comuna de Paris e volta a analisar a questão do Estado sob uma perspectiva que se aproxima da anarquista. O desaparecimento do Estado seria resultante da transferência do poder para os trabalhadores organizados.



Autor desconhecido/Museu Carnavalet, Paris, França

Barricada erguida pelos integrantes da Comuna de Paris. Constituída na crista de um levante popular, na fase final da guerra franco-prussiana, a Comuna estabeleceu em Paris, na França, o autogoverno dos trabalhadores e o voto universal, aboliu a Guarda Nacional e decretou o congelamento dos preços de produtos de primeira necessidade. O governo revolucionário sobreviveu de março a maio de 1871.

nas palavras de MARX e ENGELS

Estado, burguesia e exploração

[...]

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

[...]

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar de subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 41-42.

Émile Durkheim

Ao analisar a questão da política e do Estado, Durkheim teve como referência fundamental a sociedade francesa de seu tempo. Como sempre esteve preocupado com a integração social, inseriu-a de forma clara na questão. Para ele, o Estado é fundamental em uma sociedade que fica cada dia maior e mais complexa, devendo estar acima das organizações comunitárias.

Durkheim dizia que o Estado concentrava e expressava a vida social. Sua função seria eminentemente moral, pois deveria realizar e organizar o ideário do indivíduo, além de assegurar-lhe pleno desenvolvimento. E isso seria feito por meio da educação pública voltada para a formação moral sem fins religiosos.

Para Durkheim, o Estado não é oposto ao indivíduo. Foi o Estado que emancipou o indivíduo do controle despótico e imediato dos grupos secundários, como a família, a Igreja e as corporações profissionais, dando-lhe um espaço mais amplo para desenvolver sua liberdade. De acordo com ele, portanto, o Estado é uma organização com conteúdo próprio, ou seja, os interesses coletivos.

Na relação entre o Estado e os indivíduos, segundo Durkheim, é importante saber como os governantes se comunicam com os cidadãos, para que estes acompanhem as ações do governo. A intermediação deve ser feita por canais como os jornais e a educação cívica, ou pelos órgãos secundários que estabelecem a ligação entre governantes e governados, principalmente os grupos profissionais organizados, que são a base da representação política e da organização social.

De acordo com Durkheim, por meio da democracia a sociedade pode chegar à consciência de si mesma. Uma sociedade é mais democrática quando há deliberação, reflexão e espírito crítico na resolução dos assuntos públicos e menos democrática quando não há consciência, os sentimentos são obscuros e há atos que não podem ser revelados.

Quando se refere aos sistemas eleitorais no livro *Lições de Sociologia*, Durkheim critica os aspectos numéricos do que se entende por democracia. Ao analisar, por exemplo, as eleições de 1893 na França, ele afirma que naquele ano havia no país 38 milhões de habitantes. Tirando as mulheres, as crianças, os adolescentes e todos os outros que eram impedidos de votar por alguma razão, apenas 10 milhões eram eleitores. Desses eleitores, votaram em torno de 7 milhões. Os deputados eleitos, ou seja, os vencedores das eleições, somaram 4 592 000 votos, enquanto os que não venceram tiveram 5 930 000 votos, número superior ao dos vencedores. Assim conclui Durkheim: “[...] se nos ativermos às considerações numéricas, será preciso dizer que nunca houve democracia”.

nas palavras de DURKHEIM

Estado e interesses coletivos

[...] Como é necessário haver uma palavra para designar o grupo especial de funcionários encarregados de representar essa autoridade, conviremos em reservar para esse uso a palavra Estado. Sem dúvida é muito frequente chamar-se de Estado não o órgão governamental, mas a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos, e nós mesmos empregamos a palavra nesse sentido. Assim, fala-se em Estados europeus, diz-se que a França é um Estado. Porém, como é bom que haja termos especiais para realidades tão diferentes quanto a sociedade e um de seus órgãos, chamaremos mais especialmente de Estado os agentes da autoridade soberana, e de sociedade política o grupo complexo de que o Estado é o órgão eminente. [...]

Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade. Não é correto dizer que o Estado encarna a consciência coletiva, pois esta o transborda por todos os lados. É em grande parte difusa; a cada instante há uma infinidade de sentimentos sociais, de estados sociais de todo o tipo de que o Estado só percebe o eco enfraquecido. Ele só é a sede de uma consciência especial, restrita, porém mais elevada, mais clara, que tem de si mesma um sentimento mais vivo. [...] Podemos então dizer em resumo: o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e de reflexão.
[...]

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 67-71.

Max Weber

Cinquenta anos depois da publicação do *Manifesto Comunista* por Marx e Engels, em um momento no qual o capitalismo estava mais sólido e burocratizado, Weber escreveu sobre as questões do poder e da política. Ele questionava: como será possível o indivíduo manter sua independência diante da total burocratização da vida? Esse foi o tema central da sociologia política weberiana.

Se Durkheim tinha como foco a sociedade francesa, Weber manifestava preocupação específica com a estrutura política alemã, mas levava em conta também o sistema político dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. De acordo com ele, na Alemanha unificada por Otto von Bismarck (1815-1898), o Estado era fundamentado nos seguintes setores da sociedade: o Exército, os *junkers* (grandes proprietários de terras), os grandes industriais e a elite do serviço público (alta burocracia). Em 1917, escrevendo sobre Bismarck, Weber afirmou que este havia deixado uma nação sem educação e sem vontade política, acostumada a aceitar as decisões do grande líder.

Ao analisar o Estado alemão, Weber afirma que o verdadeiro poder estatal está nas mãos da burocracia militar e civil. Portanto, para ele, o Estado é uma relação de dominação entre homens mediante a violência, considerada legítima, e uma associação compulsória que organiza essa dominação. Para essa relação existir, é necessário que os dominados obedeçam à autoridade dos detentores do poder. Mas o que legitima esse domínio? Para Weber, há três formas de dominação: a tradicional, a carismática e a legal.

- A dominação tradicional é legitimada por costumes, normas e valores tradicionais e pela “orientação habitual para o conformismo”. É exercida pelo patriarca ou pelos príncipes patrimoniais.
- A dominação carismática está fundada na autoridade do carisma pessoal (o “dom da graça”), da confiança na revelação, do heroísmo ou de qualquer qualidade de liderança individual. É exercida por profetas das religiões, líderes militares, heróis revolucionários e líderes de partidos políticos.
- A dominação legal é legitimada por um estatuto da competência funcional e por regras racionalmente estabelecidas. A forma mais visível desse tipo de dominação é a atuação dos “servidores do Estado”. Para Max Weber, portanto, o Estado é uma das muitas organizações burocráticas da sociedade, sem conteúdo próprio.



Repressão policial a manifestantes na Place de la Republique, Paris, França, 2015. Para Weber, essa seria, então, uma expressão do uso legítimo da violência pelo Estado moderno.

nas palavras de WEBER

Estado e política

[...] O que é um “Estado”? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusivamente e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou, historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física.

“Todo Estado se fundamenta na força”, disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. É claro que a força não é certamente o meio normal, nem o único do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico ao Estado. Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. [...] porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. [...] Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

[...]

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 97-98.

Democracia representativa e revolução democrática

A ideia de democracia representativa, como o próprio nome indica, parte desde o seu nascimento de uma concepção segundo a qual o poder tem como base a soberania popular. O poder é do povo, em seu nome deverá ser exercido e não se encontra mais concentrado nas mãos de um rei, de um imperador ou de um ditador de plantão. A questão é: como fazer a soberania popular se expressar? Ela só pode se viabilizar por meio da representação, uma vez que, de acordo com o pensamento liberal, não seria possível reunir todo o povo para se decidir o que fazer num país. A representação política se expressa, então, pelo voto. Mas, quem são os que determinam quem pode votar e quem pode ser votado? São aqueles que fazem as leis, ou seja, os representantes do povo. Por motivos que variam de país para país, os representantes não representam de fato o conjunto da população por criarem um espaço elitista de realização da política, muitas vezes completamente avesso ou indiferente aos interesses populares.

Na época do liberalismo clássico (período histórico entre os séculos XVII e XIX), apenas os homens adultos e economicamente independentes tinham instrução e eram considerados capazes de discernimento para tomar decisões políticas. Desse modo, durante muito tempo a representação foi bastante restrita.

Tomemos como exemplo a Inglaterra, a pátria do parlamentarismo e da democracia moderna. Logo após a chamada Revolução Gloriosa (1688), que limitou os poderes do rei e atribuiu ao Parlamento autoridade sobre o governo, somente 2% da população tinha direito a voto. Em 1832, quase 150 anos depois, após uma reforma eleitoral, esse índice subiu para 5%. As mulheres só conquistariam o direito de votar na Inglaterra em 1918.

Pode-se entender melhor a “igualdade política” defendida pelo pensamento liberal, base ideológica do sistema capitalista, ao analisar os estudos de grandes pensadores liberais, como Benjamin Constant (1787-1874), Immanuel Kant (1724-1804) e Edmund Burke (1729-1797).

O pensador francês Benjamin Constant afirmava que as pessoas condenadas pela penúria ao trabalho diário e a uma situação de eterna dependência estavam tão mal informadas acerca dos assuntos públicos quanto uma criança e, por isso, não podiam ter direito ao voto. Era indispensável dispor de tempo livre para adquirir os conhecimentos e os critérios justos. Só a propriedade proporcionava esse tempo livre e deixava os indivíduos em condições de exercer os direitos políticos.

O filósofo alemão Immanuel Kant afirmava que, para exercer os direitos políticos, era necessário não ser criança nem mulher. Mas não bastava a condição de homem; era preciso ser senhor de uma propriedade que lhe desse sustento. O dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do parlamento e não estavam qualificados para ser cidadãos.

Edmund Burke, pensador inglês de visão conservadora, ao analisar os perigos da Revolução Francesa para a sociedade burguesa, afirmava que somente uma elite tinha o grau necessário de racionalidade e de capacidade analítica para compreender o que convinha ao bem comum. Afirmava ainda que a propriedade garantia a liberdade, mas produzia a desigualdade.

Essas ideias ainda estão presentes em nossa sociedade. Elas se expressam, por exemplo, nas declarações de que o povo não sabe votar e de que, para ser deputado, senador ou presidente da República, são necessários determinados atributos que, normalmente, só os membros das classes proprietárias possuem,

como nível universitário, experiência administrativa etc. A ação e o discurso contra a presença de trabalhadores, ou daqueles que defendem seus direitos, no Parlamento ou em cargos executivos, são muito antigos e estão presentes na sociedade contemporânea.

Para ampliar o número de pessoas com direito a votar e serem votadas, foram necessárias muitas lutas em todas as sociedades. Isso significa afirmar que o liberalismo somente se tornou democrático, no sentido de se abrir cada vez mais ao exercício popular da soberania política, porque foi forçado a isso.

Aspectos institucionais da democracia

A democracia é um tema passível de análise sob muitos ângulos. Nesse sentido, é importante verificar que alguns autores enfatizam os aspectos institucionais necessários para seu desenvolvimento e manutenção. De acordo com Giovanni Sartori (1924-), Robert Dahl (1915-2013), Adam Przeworski (1940-) e Guillermo O'Donnell (1936-2011), entre outros, para haver democracia em um país é necessário preencher alguns critérios:

- eleições competitivas, livres e limpas para os poderes Legislativo e Executivo;
- direito de voto, que deve ser extensivo à maioria da população adulta, ou seja, cidadania abrangente no processo de escolha dos candidatos;
- proteção e garantia das liberdades civis e dos direitos políticos mediante instituições sólidas, isto é, liberdade de imprensa, de expressão e de organização, além do direito ao *habeas corpus* e outros que compreendem o componente liberal da democracia;
- controle efetivo das instituições legais e de segurança e repressão – poder Judiciário, Forças Armadas e forças policiais.

Essas condições institucionais garantiriam a efetivação da democracia representativa. Elas podem ser usadas como parâmetros para avaliar o genuíno poder de governança das autoridades eleitas.



The Asahi Shimbun/Getty Images

Um ano após a polícia ter reprimido manifestações que reivindicavam maior participação popular na política e democracia em Hong Kong, ativistas voltaram a ocupar o centro financeiro da cidade e abriram seus guarda-chuvas, símbolo do movimento. Setembro, 2015.

Os partidos políticos

Muitas pessoas pensam que só se pode fazer política institucional por meio dos partidos políticos. Mas eles são resultado da pressão exercida por quem não tinha acesso ao Parlamento. No âmbito do Estado liberal, inicialmente, a ideia de partido era inaceitável, pois se considerava que o Parlamento deveria ter unidade de formação e pensamento, não comportando divisões ou “partes” – significado da palavra **partido**.

Somente quando outros setores da sociedade começaram a lutar por participação na vida política institucional, principalmente os trabalhadores organizados, surgiram os partidos políticos, que tinham como objetivo defender interesses diferentes: de um lado, os que queriam mudar a situação; de outro, os que pretendiam mantê-la.

Entretanto, mesmo havendo as possibilidades de mudança ou de permanência das condições políticas, a democracia representativa se torna reduzida. Dois pensadores nascidos no século XIX deixaram bem claro como funcionam os partidos e quais as consequências da existência deles. Um deles é o conservador italiano Gaetano Mosca (1858-1941), ao afirmar que o colapso da representatividade do processo eleitoral tem início no momento pré-eleitoral do processo político, ou seja, na dinâmica intrapartidária de definição das candidaturas quando se registra baixa participação da maioria social, pois toda candidatura é sempre consequência de uma minoria organizada que impõe a sua vontade à maioria desorganizada. Para Gaetano Mosca, não são os eleitores que elegem o deputado, e sim o deputado que se faz eleger por seus eleitores.

O outro pensador é Joseph Schumpeter (1883-1950), que em seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* demonstra que as elites políticas exercem total controle sobre o regime democrático pois elas próprias organizam o processo eleitoral, propondo ao eleitorado um estreito leque de opções. Assim, as massas desempenham involuntariamente o papel de selecionar lideranças, todas oriundas da restrita elite política. Para Joseph Schumpeter, a democracia não tem relações com a concretização da vontade geral ou da soberania popular.

Hoje, entretanto, o que se observa em todo o mundo, onde vigora o sistema de representação política fundamentado na existência de partidos políticos, é o descrédito da representatividade dos eleitos e dos partidos pelos quais se elegeram, pois, logo depois de eleita, a maioria muda suas posições em relação ao que defendeu em suas campanhas eleitorais e ao que apresentou em seus programas de governo.

Kozyrev Oleg/Shutterstock



Passeata por ocasião do assassinato de Boris Nemtsov, do Partido da República da Rússia, crítico e opositor do regime de Vladimir Putin, então presidente da Rússia, do Partido Rússia Unida. De um lado, um partido que visa mudar a situação; do outro, um partido que se interessa em preservá-la. Moscou, 2015.

Revolução democrática

A democracia representativa, nos moldes que vigoram atualmente na maioria dos países limita, como vimos, a expressão da soberania popular. Nesse sentido, Claude Lefort (1924-2010) e Boaventura de Sousa Santos (1940-) propõem uma nova maneira de pensar o que seja de fato a democracia.

O pensador francês Claude Lefort, em seu livro *A invenção democrática* (1983), afirma que é uma aberração considerar a democracia uma criação da burguesia. Para ele, essa classe sempre procurou impedir que o liberalismo se tornasse democrático, restringindo o sufrágio universal e a ampliação de direitos, como os de associação e de greve, e criando outras tantas artimanhas para excluir a maior parte da população da participação nas decisões políticas.

Para Claude Lefort, a democracia é a criação contínua de novos direitos, e não se trata de um sistema político consensual. É justamente a existência do dissenso, o direito e a liberdade de questionar a situação existente, que caracteriza o regime democrático. O consenso leva à ditadura.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-) também propõe outros elementos para analisar a questão da democracia e da representação. Ele afirma que a democracia no mundo contemporâneo oferece duas imagens muito contrastantes. Por um lado, a democracia representativa é considerada internacionalmente o único regime político legítimo. Por outro, existem sinais de que os regimes democráticos, nos últimos vinte anos, traíram as expectativas da maioria da população, principalmente das classes populares. As revelações mais frequentes de corrupção permitem concluir que alguns governantes legitimamente eleitos usam o mandato para enriquecer à custa do povo e dos contribuintes.

nas palavras de SOUSA SANTOS

Capitalismo e democracia

Ao contrário do que o senso comum dos últimos cinquenta anos nos pode fazer pensar, a relação entre democracia e capitalismo foi sempre uma relação tensa, senão mesmo de contradição.

[...]

O capitalismo só se sente seguro se governado por quem tem capital ou se identifica com as suas “necessidades”, enquanto a democracia é idealmente o governo das maiorias que nem têm capital nem razões para se identificar com as “necessidades” do capitalismo, bem pelo contrário. O conflito é, no fundo, um conflito de classes pois as classes que se identificam com as necessidades do capitalismo (basicamente a burguesia) são minoritárias em relação às classes (classes médias, trabalhadores e classes populares em geral) que têm outros interesses cuja satisfação colide com as necessidades do capitalismo.

Sendo um conflito de classes, afirma-se social e politicamente como um conflito distributivo: por um lado, a pulsão para a acumulação e concentração da riqueza por parte dos capitalistas e, por outro, a reivindicação da redistribuição da riqueza criada em boa parte pelos trabalhadores e suas famílias. A burguesia teve sempre pavor de que as maiorias pobres tomassem o poder e usou o poder político que as revoluções do século XIX lhe concederam para impedir que tal ocorresse. Concebeu a democracia liberal de modo a garantir isso mesmo através de medidas que mudaram no tempo, mas mantiveram o objetivo: restrições ao sufrágio, primazia absoluta do direito de propriedade individual, sistema político e eleitoral com múltiplas válvulas de segurança, repressão violenta de atividade política fora das instituições, corrupção dos políticos, legalização dos lobbies.

E sempre que a democracia se mostrou disfuncional, manteve-se aberta a possibilidade do recurso à ditadura, o que aconteceu muitas vezes.

[...]

Não se trata apenas de questionar o futuro da democracia. Trata-se também de questionar a democracia do futuro. A democracia liberal foi historicamente derrotada pelo capitalismo e não me parece que a derrota seja reversível. Portanto não há que ter esperança em que o capitalismo volte a ter medo da democracia liberal, se alguma vez teve. Esta última sobreviverá na medida em que o capitalismo global se puder servir dela. A luta daqueles e daquelas que veem na derrota da democracia liberal a emergência de um mundo repugnantemente injusto e descontroladamente violento tem de centrar-se na busca de uma concepção de democracia mais robusta cuja marca genética seja o anticapitalismo.

[...]

Pode chamar-se revolução democrática ou democracia revolucionária – o nome pouco importa – mas é necessariamente uma democracia pós-liberal, que não aceita ser descaracterizada para se acomodar às exigências do capitalismo. Pelo contrário, assenta em dois princípios: o aprofundamento da democracia só é possível à custa do capitalismo; em caso de conflito entre capitalismo e democracia é a democracia real que deve prevalecer.

SOSA SANTOS, Boaventura de. *Democracia ou capitalismo*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/democracia-ou-capitalism/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

Alternativas?

A democracia moderna nasceu com o desenvolvimento do capitalismo (e apesar dele) e teve as mais diversas expressões em diferentes países, assumindo formas de Estado e estruturas de organização social ímpares e historicamente determinadas. Mas a história do século XX mostra que, nas ocasiões em que o poder das classes dominantes parecia ameaçado pelos movimentos populares, a democracia era deixada de lado, como algo que não poderia ser mantido. Assim, veio o fascismo – na Europa, nos anos 1920 e 1930 – e irromperam as ditaduras civis-militares, como as da América Latina, entre os anos 1960 e 1980.

Nas últimas décadas, o mundo sofreu uma série de transformações que propiciaram ao capitalismo um novo padrão de acumulação de capital dominado pelas grandes corporações aliadas ao capital financeiro. O poder político desses grupos e dessas classes aparece, então, como desdobramento de seu poder econômico. Para usar os termos do filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-), há uma colonização do “mundo da vida” pelo “mundo do dinheiro”.

As grandes corporações, ao articular poder econômico, controle político e manipulação da informação, tornaram-se assim uma ameaça à democracia e são responsáveis pelo sustento econômico dos meios de comunicação, que raramente informam as relações do mundo corporativo com o poder político. Aí percebe-se uma faceta irônica, pois a conta da publicidade utilizada pelas grandes empresas está embutida no preço dos produtos e serviços anunciados e é paga por todos. De certa forma, paga-se por uma enorme enganação.

Há alternativas? Até onde se pode pensar, sem a necessidade de profecias, a alternativa que se apresenta é um aprofundamento da democracia em seu sentido original, ou seja, estruturas que expressem a vontade popular sob o controle desse poder. Isso significa, no mundo de hoje, questionar o poder das grandes corporações aliadas ao capital financeiro sem renunciar às possibilidades democráticas de organização das sociedades em que se vive.

Um novo conceito de política

Ativismo digital não é mais novidade. Usar a internet para conectar pessoas, divulgar causas e reunir multidões é algo que teve início ainda nos anos 90, quando o Subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, usava a internet para espalhar o drama dos índios no sul do México. Ou quando uma multidão se reuniu em Seattle, em novembro de 1999, para protestar contra encontros de cúpula da Organização Mundial do Trabalho. Mas a internet e as mídias digitais só começaram a se popularizar de verdade no início da década passada, por isso esse tipo de organização política ainda estava restrito a militantes mais engajados.

Mas a internet deixou de ser uma rede de *geeks*. Celulares se tornaram o principal meio de comunicação do planeta. Além de fotografar e filmar, ainda se conectam à *web* para divulgar o que foi registrado onde for.

Foi assim que vimos uma série de novos movimentos utilizarem redes sociais e comunicação móvel para furar bloqueios governamentais e sair às ruas. Essa nova organização política – popular, digital e sem lideranças – cresceu principalmente em 2011, quando vimos esse tipo de movimento ganhar as ruas dos países árabes, ir à Europa (primeiro na Espanha, depois em Londres) e finalmente chegar aos Estados Unidos, onde um grupo de ativistas resolveu seguir o exemplo de árabes e europeus e acampar, sem prazo para ir embora, no centro financeiro de Manhattan.

As críticas que fazem ao movimento Occupy Wall Street são as mesmas que fizeram sobre as manifestações no Egito, na Tunísia, na Síria, na Espanha e na Europa. De que são apenas jovens desempregados, que não têm causa definida, nem reivindicação clara ou outra solução para o problema que apontam.

Mas a indignação já deixou de ser localizada em determinada cidade e ontem, dia 15 de outubro (ou 15 O, como escolheram codificar), vários manifestantes em dezenas de cidades do planeta saíram às ruas para protestar contra corporações e governos.

O que está acontecendo, na verdade, é o despertar de uma consciência global. Quando os meios impressos surgiram, foi o alcance de sua distribuição que determinou as fronteiras dos países para, num segundo momento, consolidá-los como nações, um conceito que não tem nem 500 anos de existência. Foi a partir disso que a política moderna, a de representação, surgiu.

Mas à medida que o século 20 foi despertando a consciência de que todos somos parte de um mesmo planeta (graças à iminência de uma guerra nuclear e pela ecologia), aos poucos vem caindo a ficha de que a política de séculos passados se esgotou. E o que estamos vendo, nessas manifestações populares, é o clamor por um novo tipo de política. É só o começo.

MATIAS, Alexandre. É só o começo. *Link Estadão*. São Paulo, 16 out. 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/alexandre-matias/2011/10/16/e-so-o-comeco/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

1. De seu ponto de vista, qual é o significado dos movimentos políticos mencionados no texto? Eles anunciam uma nova forma de fazer política?
2. No lugar onde você vive, estão surgindo novas formas de participação política? Quais?



Milhares de pessoas se reúnem em apoio ao partido Podemos na principal praça de Madri, Espanha, 2015. Registro de uma nova organização política: popular e da juventude.

Andres Kudacki/AP Photo/Glow Images

Poder, política e Estado no Brasil

15

capítulo

Por mais de 300 anos, enquanto na Europa constituíam-se Estados absolutistas e depois liberais, o Brasil permaneceu como colônia de Portugal – portanto, submetido ao Estado português. Assim, durante o **período colonial** (1500-1822), todas as decisões políticas relacionadas ao Brasil eram tomadas pelo soberano português, que mantinha um Estado absolutista; as autoridades e os moradores da colônia só cumpriam as decisões, ou seja, toda a estrutura de poder na colônia estava ligada diretamente ao rei de Portugal. Isso ficou mais claro quando, em 1808, o príncipe regente de Portugal Dom João partiu com a corte para o Brasil, transplantando para cá a forma de Estado vigente em Portugal.

Com a independência, em 1822, instituiu-se no Brasil um Estado monárquico (imperial e escravista) com alguns traços do Estado liberal, mas com uma contradição imensa, que perduraria ainda por 66 anos: a escravidão.

Após a proclamação da República, em 1889, o Estado brasileiro assumiu diferentes feições ao longo do tempo, caracterizando-se como oligárquico, ditatorial ou liberal, sempre à sombra do poder dos militares, cujas intervenções e golpes foram frequentes. Só a partir da Constituição de 1988 o país passou a conviver com a perspectiva de um Estado democrático duradoura, mas também com uma política econômica neoliberal, sem ter efetivamente passado por um Estado de bem-estar social.

Entretanto, esse passado ficou como um traço cultural do comportamento político brasileiro, que expõe duas faces do mesmo fenômeno: por um lado questiona-se de diversas formas a atuação estatal, seja qual for o governo presente, e por outro, quando se necessita de algo, como mais empregos, mais renda, melhores condições de vida, afirma-se que é o governo (Estado) que deve tomar as decisões. De um lado se é contra porque o governo toma decisões e do outro, solicita-se que ele é quem deve resolver todos os problemas do presente. O governo estaria na raiz de todos os males e seria ao mesmo tempo solução para eles.

O Estado imperial escravista (1822-1889)

O Estado brasileiro nesse período estruturou-se como uma monarquia constitucional com os seguintes poderes: Executivo (Conselho de Estado), Legislativo (Assembleia Geral, composta de Senado e Câmara dos Deputados) e Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça).

Havia, no entanto, algo diferente no Brasil monárquico desde o reinado de Dom Pedro I: o poder Moderador, exercido pelo imperador. Esse poder ficava acima dos outros três, pois o imperador nomeava os integrantes do Conselho de Estado (o Executivo) e do Senado, escolhia os membros do Supremo Tribunal



Charge de Angelo Agostini, publicada na *Revista Ilustrada* em 1882, ironiza a decadência política do Império. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ. Rodolfo Dantas, chefe da oposição, coloca D. Pedro II ao chão, enquanto o mascote (um garoto) da revista e um indígena brasileiro riem da cena, de camarote. O imperador caindo da cadeira representaria a queda do período imperial.

de Justiça, podia dissolver a Câmara dos Deputados e utilizar as Forças Armadas quando achasse conveniente para manter a segurança do Império. Havia um poder absoluto com uma maquiagem liberal, já que havia uma constituição no país. Parecia vigorar um parlamentarismo, mas, de fato, quem exercia o poder era o imperador. A sustentação política do Império, nesse primeiro período, era assegurada pelos senhores de escravos aliados aos militares e a uma burocracia que mantinha fortes laços com Portugal. Depois da abdicação de Dom Pedro I, com as regências e o governo de Dom Pedro II, os laços da estrutura estatal com Portugal se afrouxaram e a gestão das questões públicas brasileiras adquiriu maior autonomia.

O Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), no período entre 1776 e 1888 – independência dos EUA e abolição da escravidão no Brasil –, talvez tenham sido os únicos países do mundo nos quais uma constituição liberal coexistiu com a escravidão, o que é uma grande contradição, pois as constituições liberais dispõem que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e a escravidão é a negação desse princípio. No caso do Brasil, a permanência dessa contradição se explica pelo fato de a escravidão ser um dos elementos estruturais da monarquia brasileira, tanto é que assim que foi abolida, caiu também a monarquia. O liberalismo propagado no Brasil nesse período significava apenas a liquidação dos laços coloniais e não a liberdade para todos. A estrutura produtiva continuava a mesma: escravista e alicerçada na grande propriedade rural.

O Estado republicano

A República (*res publica* em latim) é a forma de governo que proclama e defende a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular. Assim, o bem comum, quando expresso na lei (que deve atingir a todos da mesma forma), implica a responsabilidade daquele que, ao mesmo tempo, faz a lei e deve obedecer a ela.

A democracia, por sua vez, estabelece e define quem tem o poder. As constituições democráticas, inclusive a brasileira, sentenciam: todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

São concebíveis repúblicas democráticas e repúblicas autoritárias, com aberturas para várias situações intermediárias. O caso brasileiro é emblemático. Ao longo do período republicano, configuraram-se diferentes formas de estruturação estatal, desde o Estado oligárquico (governo de grupos) até o Estado liberal-democrático, intercalados por Estados autoritários (ditatoriais).

Uma das características do Estado no Brasil, no período republicano, é que o poder privado das várias classes e segmentos dominantes sempre opôs forte resistência à constituição e ao desenvolvimento do Estado como um poder público. Nesse sentido, a não diferenciação entre o que é público e o que é privado não ficou visível no cotidiano da política, já que os interesses particulares dos dominantes e dos grupos que os apoiaram passaram a ser disseminados como sendo os interesses de todos. O quadro a seguir permite visualizar essa sequência de modelos estatais ao longo do período republicano no país.

Períodos	Formas do Estado
1889-1930	Estado oligárquico – Primeira República
1930-1945	Estado varguista – Ditadura do Estado Novo
1945-1964	República democrática entre ditaduras
1964-1985	Ditadura civil-militar
1985-hoje	República democrática

O Estado oligárquico (1889-1930)

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos já havia um desenvolvimento industrial significativo e um Estado liberal-democrático estruturado, o Brasil era um país essencialmente agrário, com um Estado oligárquico que limitava a participação popular ou a reduzia apenas ao ato de votar.

A república no Brasil surgiu de um movimento da cúpula militar, sem a participação da população. Segundo o jornalista republicano Aristide Lobo (1838-1896), em sua coluna *Cartas do Rio*, escrita no dia da proclamação e publicada no *Diário Popular* de 18 de novembro de 1889, “o povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, ao movimento que derrubou a monarquia.

O Estado que nasceu com a implantação da República no Brasil caracterizou-se, principalmente, pela ligação da classe dominante com a cúpula da estrutura militar. Desde o início da República, a cúpula militar marcou presença na estruturação política nacional e ocupou o posto máximo de comando – a presidência da República – além de, nos bastidores, influir nas principais decisões políticas.

O poder federal caracterizava-se pelo domínio das oligarquias regionais, formadas por poderosas famílias, em sua maioria compostas de grandes proprietários rurais, os quais controlavam o poder nos estados. Essas oligarquias funcionavam como detentoras do poder porque tinham como base os “coronéis”, os “chefes” do poder local. Com o apoio das oligarquias, os “coronéis” mantinham-se como líderes locais por meio da distribuição de verbas para os municípios administrados por eles. Estabelecia-se assim uma linha direta entre o poder das oligarquias regionais e o poder local: em uma ponta, a oligarquia que sustentava o poder local, por sua vez, situado na outra extremidade.

Angelo Agostini/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ



Charge de Angelo Agostini feita no início da Primeira República (1889-1930), ironizando as práticas eleitorais da época. Não havia mecanismos institucionais que pudessem coibir as fraudes, pois o voto era aberto e não existia uma justiça eleitoral independente.

Victor Nunes Leal (1914-1985), em seu livro *Coronelismo, enxada e voto*, aponta para a essência do “compromisso” entre um oligarca regional e um “coronel”. Consistia na seguinte relação: os chefes locais davam apoio incondicional aos candidatos indicados pelos oligarcas nas eleições estaduais e federais e, em troca, tinham plenos poderes para decidir sobre todos os assuntos locais, inclusive nomear parentes e afilhados políticos para cargos da administração estadual e federal em seus municípios. Desse modo, as oligarquias regionais se instalavam nos governos estaduais e na instância federal, nas quais faziam valer os seus interesses particulares a despeito dos valores republicanos e democráticos.

Tratava-se de uma forma de poder econômico, social e político expressa pelo proprietário rural, controlador dos meios de produção, dos moradores da zona rural e das pequenas cidades do interior. A prática político-social das oligarquias e dos “coronéis” mantinha uma articulação local-regional e regional-federal e funcionava para perpetuar o sistema eleitoral e o mandonismo coronelista.

O poder, no entanto, era dividido com uma burguesia urbana, comercial e financeira que também pressionava os órgãos governamentais em busca de benefícios para se estabelecer como força política expressiva – que terá nos momentos seguintes da história republicana, papel de destaque na vida nacional.

Desse modo, o regime introduzido em 1889 pode ser chamado de republicano, conforme as descrições de exercício do poder expostas? Quem faz a pergunta é o filósofo e político brasileiro Renato Janine Ribeiro. Para ele, a chamada “Primeira República” nunca levou em conta o princípio republicano (busca do bem comum), visto não haver limites aos desmandos e ao uso da máquina estatal e do dinheiro público pelos oligarcas federais, estaduais e locais. Talvez essa marca de nascença da república no Brasil tenha desmoralizado até o presente a própria ideia de república no país.

Nesse período, após a abolição dos escravos e a promulgação da constituinte de 1891, instalou-se uma nova estrutura legal no país, pois naquele momento todos os indivíduos eram considerados cidadãos e sujeitos de direitos iguais. Ao mesmo tempo, houve a difusão do trabalho assalariado e a implantação progressiva do modo de produção capitalista no Brasil. Estruturou-se também uma burocracia estatal mais estável, com o suporte de Forças Armadas modernizadas e cada vez mais politicamente organizadas.

A República varguista (1930-1945)

A chamada República varguista recebeu esse nome porque foi dominada por Getúlio Vargas (1882-1954). Esse período teve início e fim marcados por golpes de Estado, um para levar Getúlio Vargas ao poder e outro para destituí-lo. Observe na página seguinte a cronologia desse período.

O movimento golpista liderado por Getúlio Vargas, conhecido como “Revolução de 30”, iniciou o processo de desmonte da estrutura de poder das oligarquias regionais, o que não significa que elas tenham perdido todo o poder. O que realmente ocorreu é que as oligarquias regionais tiveram de dividir o poder com outros grupos e classes sociais emergentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, internamente, a “Revolução de 30” constituiu-se em um grande acordo (conciliação) que envolveu vários grupos e classes sociais:

- os industriais em ascensão;
- a burguesia comercial e financeira ligada à exportação/importação de produtos primários;
- as classes médias urbanas;
- os militares descontentes (movimento tenentista);
- parte das oligarquias regionais (principalmente do Nordeste e do Rio Grande do Sul).

A proposta desse governo, em suas diversas fases, era industrializar o país mediante o processo de substituição gradual das importações, produzindo aqui o que fosse possível. O Estado atuava como o principal agente investidor na infraestrutura necessária a esse processo e, para isso, várias empresas foram criadas, entre elas: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

Pode-se afirmar que Getúlio Vargas deu início à modernização da estrutura do Estado brasileiro ao criar uma série de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conselho Nacional do Petróleo e o Instituto do Açúcar e do Alcool e outros. Vargas criou também novos ministérios, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Esses atos só foram possíveis porque paralelamente foi estabelecida uma burocracia civil e militar, de caráter autoritário (centralizador e nacionalista), com relativa autonomia diante dos setores da sociedade brasileira, mas de tendência favorável aos interesses do empresariado industrial. Afinal, o objetivo era garantir a industrialização do país e, assim, o desenvolvimento nacional. Ou, ao menos, o que se entendia, e até hoje ainda se entende, como desenvolvimento, isto é, a expansão econômica dos negócios e interesses das classes sociais mais abastadas e politicamente mais influentes nos destinos do país.

Repressão e convencimento

Um aspecto importante a destacar nesse período foi a repressão política, principalmente durante o Estado Novo, com perseguições, prisões, torturas, mortes, invasões e depredações de sindicatos e de entidades populares. O aparato repressivo do Estado era dirigido não só contra os comunistas (considerados ameaça “natural” aos “sujeitos de bem” representados pelos membros das elites e oligarquias nacionais e estrangeiras), mas contra

Era Vargas

1930



Coleção particular

Acervo Iconographia



1934

Governo constitucional. Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, conforme a Constituição de 1934, de base liberal, porém efêmera.

Golpe civil-militar liderado por Getúlio Vargas e instalação do governo provisório.

1934
a
1937



Arquivo Cordéiro de Farias/CPDOC-FGV, Rio de Janeiro

Governo provisório. Getúlio Vargas governava o país por decretos, pois a Constituição de 1891 foi revogada pelos golpistas e o Congresso Nacional, dissolvido. Os então governadores foram destituídos e, em substituição a eles, Getúlio Vargas nomeou interventores.

1937
a
1945

AFP



Golpe civil-militar deflagrador da **ditadura do Estado Novo** – Getúlio Vargas outorgou a Constituição de 1937, de inspiração fascista e autoritária.

1945



A Notícia

Golpe civil-militar depôs Getúlio Vargas.

todos os democratas e antifascistas, ou seja, os opositores do regime. Vargas ampliou os poderes das forças repressivas, especialmente da polícia política comandada pelo militar e político Filinto Muller. Alguns casos podem indicar a amplitude dessa repressão, que atingiu intelectuais como o historiador Caio Prado Jr., o pintor Di Cavalcanti e os escritores Graciliano Ramos, Jorge Amado e Erico Verissimo.

Mas havia muito mais que repressão para conter os ânimos opositores e levar a cabo os projetos de Vargas para o Brasil (leia-se: os projetos de seus aliados). Havia também censura e convencimento. Em 1939, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura aos meios de comunicação e divulgação do Estado Novo. Nada que fosse contra o regime ou a figura do presidente poderia ser publicado. Por meio do rádio e do cinema, a propaganda projetava a figura do líder Getúlio Vargas como o “Pai dos Pobres” e o “Salvador da Pátria”. Houve também controle sobre o teatro e todo tipo de veículo de imprensa que pudesse ser considerado pelo governo “nocivo aos interesses brasileiros”. Vargas criou ainda a *Hora do Brasil*, programa radiofônico de divulgação das obras do governo e de transmissão dos seus discursos.

Populismo

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, estabeleceu-se o que a Sociologia costuma chamar de **populismo**, que de modo resumido é a prática política fundamentada em uma liderança carismática e um nacionalismo fomentado por forte propaganda, sustentada por uma política de alianças entre várias classes sociais (trabalhadores urbanos, burguesia industrial e financeira e alguns setores da oligarquia rural). A expressão dessa prática foi a criação dos partidos nacionais pelo governo Vargas em 1945:

- o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – constituído pela burocracia sindical, burocratas em postos de governo vinculados ao trabalho e previdência social, burguesia industrial nacionalista e trabalhadores urbanos. Deveria ser porta-voz dos trabalhadores;
- o Partido Social Democrático (PSD) – que seria porta-voz de outra parte da burocracia estatal (principalmente interventores nos estados), parte da burguesia industrial e comercial e de setores dominantes no campo.

Essa polaridade demonstrava a astúcia getulista para desenvolver uma política de compromisso e conciliação. Em 1945, formou-se a União Democrática Nacional (UDN) como partido de oposição, que teve como bandeira principal o antigetulismo.

Permanências

Para que não se pense que o que se apresentou até aqui são coisas do passado, é necessário apontar algumas questões que permanecem na política e no Estado brasileiro desde então:

- golpismo como alternativa recorrente para chegar ao poder;
- caráter intervencionista (em favor das classes dirigentes) do Estado na economia, no trabalho e na educação;
- “conciliação” como forma de conservação do poder;

- manutenção das estruturas sindicais, com aspectos autoritários e pouco ligados às questões de classe.

A relação **autoritarismo/repressão/liberalismo** exemplifica essa permanência varguista na cultura política brasileira. Na mesma proporção, ajuda a explicar o período que se seguirá, inclusive as motivações de instauração da ditadura civil-militar em 1964.

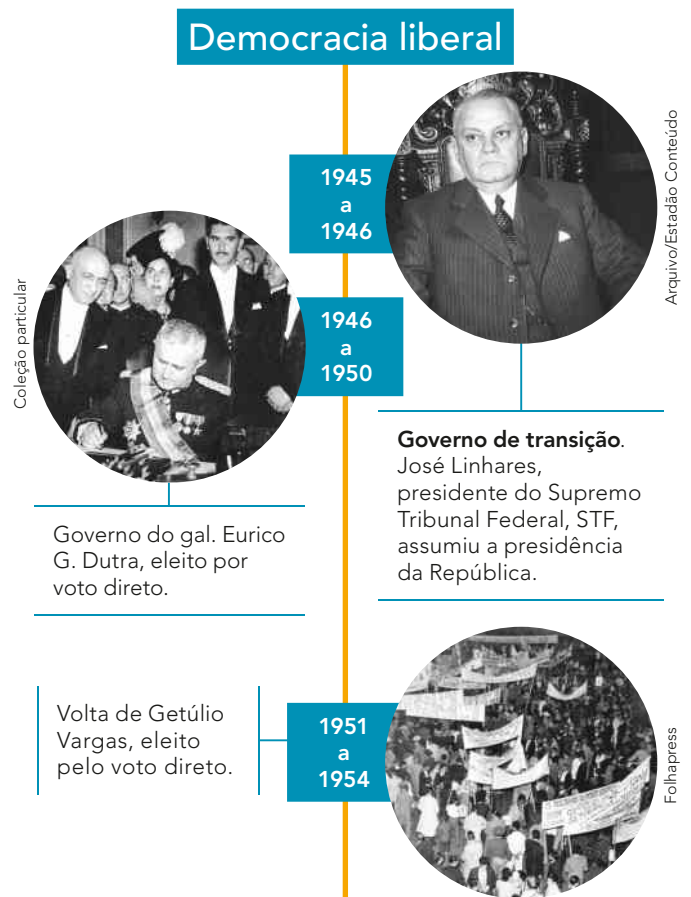
Vale ainda destacar duas outras permanências desse período: Filinto Muller e Tancredo Neves.

- Filinto Muller (1900-1983) ocupou vários cargos públicos na era Vargas, e continuou a ocupá-los até que entre 1969 e 1973 foi presidente da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de sustentação do governo durante a ditadura civil-militar. Chegou à presidência do Senado em 1973.
- Tancredo Neves foi ministro da Justiça de Getúlio Vargas nos anos de 1953 e 1954. No período parlamentarista foi o primeiro chefe do gabinete parlamentarista, presidido por João Goulart. Indiretamente eleito presidente da República em 1984, só não tomou posse porque faleceu dias depois de José Sarney, então seu vice, ter assumido o cargo interinamente. Sarney, uma permanência do regime ditatorial pós-1964, tornou-se presidente do Brasil e passou a comandar o país durante o período que se convencionou chamar de **Nova República**.

República democrática entre ditaduras (1945-1964)

Para alcançar estruturas de poder e organizações estatais afeitas à democracia representativa, o Brasil passou por um período muito conturbado. Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciava-se no país um período de 19 anos de experiência democrática liberal, demarcado por golpes militares. Dois golpes de Estado marcaram esse período: o que derrubou Getúlio Vargas do poder (1945) e o golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart e deu início a mais uma ditadura. Houve também duas outras tentativas de golpes civis-militares. A primeira tinha como objetivo impedir que Juscelino Kubitschek assumisse a presidência da República; a segunda pretendia impossibilitar que João Goulart, vice-presidente eleito democraticamente pelo voto direto, também o fizesse, após a renúncia de Jânio Quadros.

Esse é um período da República no Brasil em que a presença e a influência de Getúlio Vargas, apesar do golpe que o destituiu, continuaram muito vivas. Todos os governantes, com exceção de Jânio Quadros (de curta passagem pela presidência), foram eleitos pela mesma coligação partidária que o apoiava, ou seja, os partidos PTB e PSD.





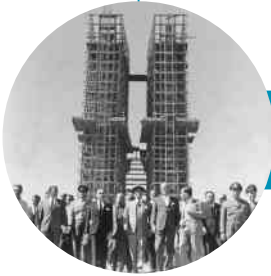
1954

Suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954.

1954
a
1955

UHF/Folhapress

Governo de Juscelino Kubitschek, eleito pelo voto direto. Assumiu a presidência em 31/1/1956.

1956
a
1960

Arquivo/Estação Conteúdo

Governo provisório.

Exercido por Café Filho até 3/11/1955, quando sofreu um ataque cardíaco. Assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, até 11/11/1955, quando teve seu mandato extinto pelo Congresso Nacional. O presidente do Senado, Nereu Ramos, assumiu a presidência da República até a posse do novo presidente.

1961

Jânio Quadros foi eleito pelo voto direto e renunciou em agosto do mesmo ano. Houve uma tentativa civil-militar de impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência. Instaurou-se o parlamentarismo no Brasil, ação considerada como tentativa de golpe.



Folhapress

1963

Após um plebiscito no qual a população manifestou a opção pelo presidencialismo, João Goulart assumiu a presidência da República.



Arquivo/Estação Conteúdo

1964

Deposição de João Goulart por um golpe civil-militar em 1ª de abril de 1964.



Arquivo/Estação Conteúdo

Juscelino Kubitschek (1902-1976) foi o presidente que governou de forma mais expressiva nesse período. Foi também um governo politicamente estável no qual os partidos políticos, bem como as instituições do poder, puderam desenvolver suas atividades plenamente. As Forças Armadas (exército, marinha e aeronáutica) estavam dispostas a garantir o regime democrático, desde que se mantivesse a ordem interna e o combate ao comunismo.

Nesse governo desenvolveu-se a indústria nacional de bens duráveis, graças à estruturação da tríplice aliança – o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro –, que possibilitou grande desenvolvimento econômico e industrial no Brasil. O exemplo mais claro dessa aliança foi a implantação da indústria automobilística nacional, com a vinda para o país de grandes montadoras de veículos, como Volkswagen, Ford e General Motors.

O sucessor de Juscelino Kubitschek foi Jânio Quadros, que governou no curto período de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano, quando renunciou alegando que “forças terríveis” não permitiam que combatesse a corrupção, a mentira e a covardia de grupos internos e externos que não queriam o melhor para o Brasil. Essa renúncia ainda é um episódio obscuro da política brasileira. Alguns analistas afirmam que Jânio Quadros esperava que fosse chamado de volta ao cargo e assim, com o apoio dos militares, pudesse fazer um governo com força política para enfrentar as “forças terríveis”. Mas essa interpretação é apenas uma conjectura.

Após a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares apoiados pelos setores conservadores da sociedade brasileira tentaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, também conhecido como Jango, devido às suas posições políticas, comprometidas com o trabalho getulista. Jango só assumiria a presidência em 7 de setembro de 1961, treze dias após a renúncia de Jânio, após mobilizações de setores da população em defesa da legalidade e a adoção, aprovada pelo Congresso, do regime parlamentarista, que limitava os poderes do presidente. Esse regime vigorou até janeiro de 1963, quando a volta do presidencialismo foi decidida por meio de um plebiscito.

Durante seu mandato, João Goulart propôs medidas que desagradaram os militares e também os setores civis conservadores da sociedade, como o aumento constante do salário mínimo, a reforma agrária e uma política industrial nacionalista. Em contrapartida, desenvolviam-se movimentos sociais, no campo e nas cidades, que apoiavam essas medidas (retomaremos esse tema no capítulo 20).

O fim dessa fase chegou com o golpe de Estado, que derrubou João Goulart. O golpe estava sendo tramado havia muito tempo, desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Só demorou a ser posto em prática porque os golpistas precisaram articular as forças militares e civis, incluindo a Igreja Católica, além do suporte externo propiciado pelos Estados Unidos da América, que não aceitavam a possibilidade de o Brasil distanciar-se de sua influência direta. Com as bases de apoio consolidadas, estavam lançadas as condições para a deflagração de um golpe civil-militar em 1º de abril de 1964.

De acordo com o sociólogo brasileiro Caio Navarro de Toledo, o movimento que levou à instauração de um novo período ditatorial no Brasil significou um golpe contra a democracia política que se iniciara em 1946, contra as reformas sociais e políticas propostas por João Goulart e contra a crescente politização dos trabalhadores e o debate de ideias que ocorria no país.

nas palavras de TOLEDO

Golpe contra as reformas e a democracia

[...]

a) Em toda nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. [...]

Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros. Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “golpe branco”.

O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46. [...]

Em abril de 1964, o golpe de Estado [...] foi, então, plenamente vitorioso.

b) O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas (ou não), jornais etc. Assim, nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente em defesa de seus projetos sociais e econômicos. [...]

Inúmeras revistas especializadas e não acadêmicas, semanários e jornais traduziam e difundiam essas correntes teóricas e ideológicas. A esse respeito, vejamos a questão do ângulo dos setores progressistas. Não tendo acesso aos meios de comunicação de massa, a esquerda nacionalista e socialista, além de seus órgãos de imprensa (jornais, revistas etc.), buscava difundir as propostas reformistas do nacional-desenvolvimentismo – ou mesmo da revolução socialista – por meio de experiências como o teatro, o cinema, a música e as artes plásticas.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 nov. 2015.

Regime ditatorial

A ditadura civil-militar (1964-1985)

Arquivo JCom/D.A. Press



1964
a
1967

Presidente: gal. Humberto Alencar **Castelo Branco**; vice-presidente: **José Maria Alkmin**, eleitos indiretamente.

Presidente: gal. Arthur da **Costa e Silva**; vice-presidente: **Pedro Aleixo**. Costa e Silva sofreu um derrame cerebral e o então vice foi impedido de assumir a presidência.

1967
a
1969



Acervo UH/Folhapress

Uma **junta militar** assumiu a presidência da República. Gal. Aurelio de Lira Tavares (Ministro do Exército), alm. Augusto H. Rademaker Grünewald (Ministro da Marinha) e brig. Marcio de Sousa Melo (Ministro da Aeronáutica). Foi um golpe dentro do golpe.

Folhapress



1969

Presidente: gal. Emilio Garrastazu Médici; vice-presidente: alm. Augusto H. Rademaker Grünewald, eleitos indiretamente.

1969
a
1974



Acervo UH/Folhapress

Presidente: gal. Ernesto Beckmann Geisel; vice-presidente: gal. Adalberto Pereira dos Santos, eleitos indiretamente.

Folhapress



1974
a
1979

Presidente: gal. João Baptista de Oliveira Figueiredo; vice-presidente: Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, eleitos indiretamente.

1979
a
1984



Wilson Pedrosa/CB/D.A. Press

A justificativa para o golpe civil-militar em 1964, segundo aqueles que o comandaram, era acabar com a anarquia e a insegurança que levariam o país ao comunismo e deter a inflação, bastante alta. O objetivo não declarado, contudo, era abrir espaço político para maior acumulação capitalista no Brasil, dando primazia ao capital internacional (industrial e financeiro). Outro objetivo foi frear os protestos populares e intimidar a organização dos trabalhadores que visavam maior participação política.

Politicamente, pode-se afirmar que essa fase se dividiu em três momentos: o golpe propriamente dito e a organização do governo estabelecido; o endurecimento do regime ditatorial e o processo de "democratização lenta e gradual" supervisionada pelos militares.

Durante a ditadura, os militares nos postos de comando valeram-se da edição de atos institucionais para cassar direitos políticos de ex-presidentes, senadores, deputados e muitos cidadãos que eram ou poderiam ser contrários ao regime. O Ato Institucional nº 2 (AI-2) extinguiu partidos e fixou a criação de apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e um de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos controlados de forma ostensiva pelo governo militar.

Por meio de outros atos institucionais instaurava-se uma legislação repressiva, sendo que o mais conhecido e terrível foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que cassava os direitos civis da população, permitia a cassação dos mandatos parlamentares e o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, sob a ordem direta do presidente; também limitava os poderes do Judiciário, ao suspender o direito de *habeas corpus* em crimes contra a "segurança nacional" e impunha a censura prévia à imprensa e restrições à liberdade de reunião.

A junta militar conseguiu até ampliar a ação dos atos institucionais ao punir com banimento – pena que exigia a saída do país – os brasileiros considerados "ameaça à segurança nacional", instituir a pena de morte e a prisão perpétua para os envolvidos em "guerra revolucionária e subversiva", além de sancionar a nova Lei de Segurança

Nacional. Com esse aparato institucional e jurídico, desenvolveu-se a prática da tortura, tornou-se frequente o desaparecimento de ativistas considerados esquerdistas e de pessoas supostamente conspiradoras contra a segurança nacional, além de assassinatos. Nesse clima, os cidadãos não dispunham mais de nenhum amparo legal para enfrentar os poderes ditatoriais.

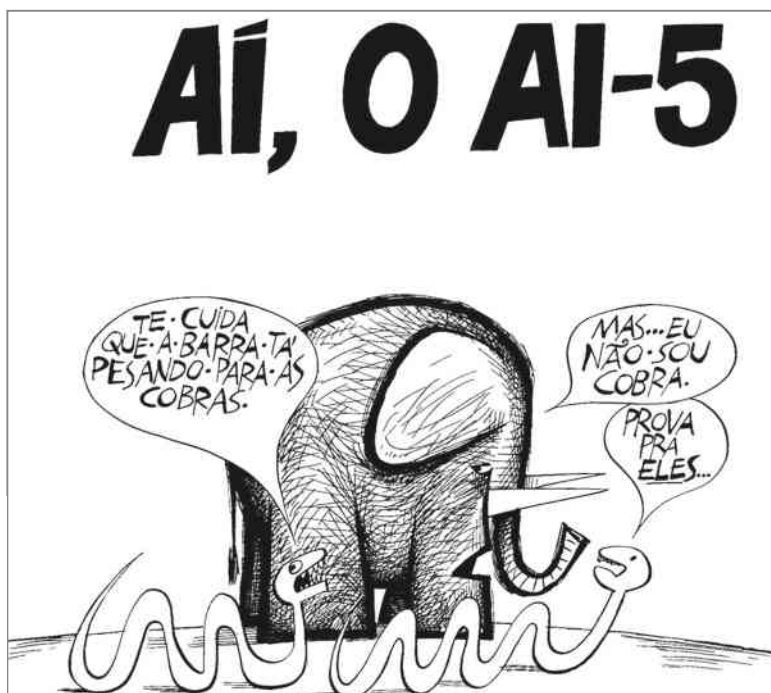
Mas não foi só repressão que se viu nesse período. Em 1968 foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que procurou através da propaganda, por todas as vias possíveis (rádio, TV, jornais e revistas), disseminar a ideia do “Brasil Grande”. Foi o momento em que se procurou convencer a população de que tudo ia bem no país. Apareceram *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Prá frente, Brasil”, “Ninguém segura este país”, entre outros. Obras monumentais – como a Usina de Itaipu (na época a maior do mundo), a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói – procuravam dar a ideia da grandeza do Brasil. Bombardeada por essa propaganda e com a censura dos meios de comunicação, a maioria da população não conhecia a feroz repressão que acontecia nos porões dos quartéis e delegacias do país. Nessa época, o general Médici, que governou o país entre 1969 e 1974, tinha índices de 70% de aprovação da população.

Os últimos dez anos do regime civil-militar (1975-1985) foram críticos, posto que o país sofreu os reflexos de uma crise econômica internacional decorrente do aumento explosivo dos preços do petróleo. Politicamente, iniciava-se a ascensão da oposição ao regime, tanto no plano eleitoral quanto no plano dos movimentos populares, com a emergência de manifestações reivindicatórias, principalmente nas grandes cidades, por melhores condições de vida e de trabalho. As greves operárias ressurgiram e o movimento dos trabalhadores, com nova configuração, reestruturou-se gradativamente.

Diante dessa situação, no governo do general Ernesto Geisel, foram dados os primeiros passos para a “abertura” política do país e teve início uma longa trajetória cujo objetivo era promover uma transição lenta e gradual para a democracia representativa, sob a vigilância dos militares, que permaneceram tentando conter as manifestações políticas nas ruas.

Em 1978 foi extinto o AI-5. Seus dispositivos, entretanto, foram incorporados à última constituição do regime civil-militar sob o nome “estado de emergência”. Em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, que possibilitou a centenas de exilados o retorno ao Brasil. Também nesse ano foi restabelecido o pluripartidarismo, que possibilitou a legalização de partidos de diversas tendências políticas.

A intransigência dos militares e as arbitrariedades cometidas no período posterior à edição do Ato Institucional nº 5 desafiavam as evidências e a razão, como satiriza Ziraldo nesta charge de 1984.





O retorno dos exilados, decorrente da aprovação da Lei da Anistia, marcou o ano de 1979. Na imagem, a chegada ao Brasil do sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho (à direita), depois de oito anos de exílio no Chile, no Canadá e no México.

Durante o governo do general João Baptista Figueiredo, agravou-se a crise econômica e intensificaram-se os movimentos grevistas e as manifestações de protesto. Em 1984, uma campanha por eleições diretas para presidente da República, conhecida como Diretas Já, agitou o país, e uma emenda à Constituição foi apresentada ao Congresso com esse objetivo, mas não obteve aprovação. Conforme acordado pelos militares, o governo viria a ter um civil na liderança, mas eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

Nesse período, o Estado brasileiro teve uma participação efetiva na economia através de empresas públicas, fazendo investimentos maciços na infraestrutura e nos setores de base. Foram criadas várias empresas por setor – Siderbras (siderurgia), Petroquisa (petroquímica), Eletrobras (energia elétrica), Telebras (telecomunicações), Nucleobras (energia nuclear) – e ampliou-se a capacidade de produção da Petrobras (petróleo).

Na política agrícola, a ordem era exportar e para isso houve grande incentivo à mecanização do campo – nesse processo, a soja teve um papel relevante, tornando-se mais tarde um dos principais produtos nacionais de exportação. A “industrialização do campo”, portanto, promoveu a modernização dos negócios rurais entre o Brasil e o mundo, criando condições para o desenvolvimento de insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos), equipamentos (tratores, semeadeiras e colheitadeiras) e tudo o mais que significasse a expansão dessa nova e lucrativa realidade. O detalhe é que a estrutura fundiária, a questão da posse da terra, em nada havia mudado: permanecem até hoje os latifúndios e as propriedades rurais concentradas nas mãos de poucos “donos da terra”.

A sustentação do regime ditatorial foi assegurada, portanto, por três grandes blocos: as empresas estatais, os grandes empresários industriais e o poderoso capital estrangeiro,

Comício na campanha Diretas Já, na praça da Sé, São Paulo, 1984.



Juca Martins/Olhar Imagem

principalmente o financeiro. Com menor força, porém apoiando os três blocos citados, havia também o grupo formado pelos grandes proprietários de terras que se especializaram na exportação de produtos agrícolas e se renderam às seduções do capital financeiro e estatal, devido, principalmente, às possibilidades de financiamento da produção e da exportação.

O Estado brasileiro nos últimos anos: retorno à democracia

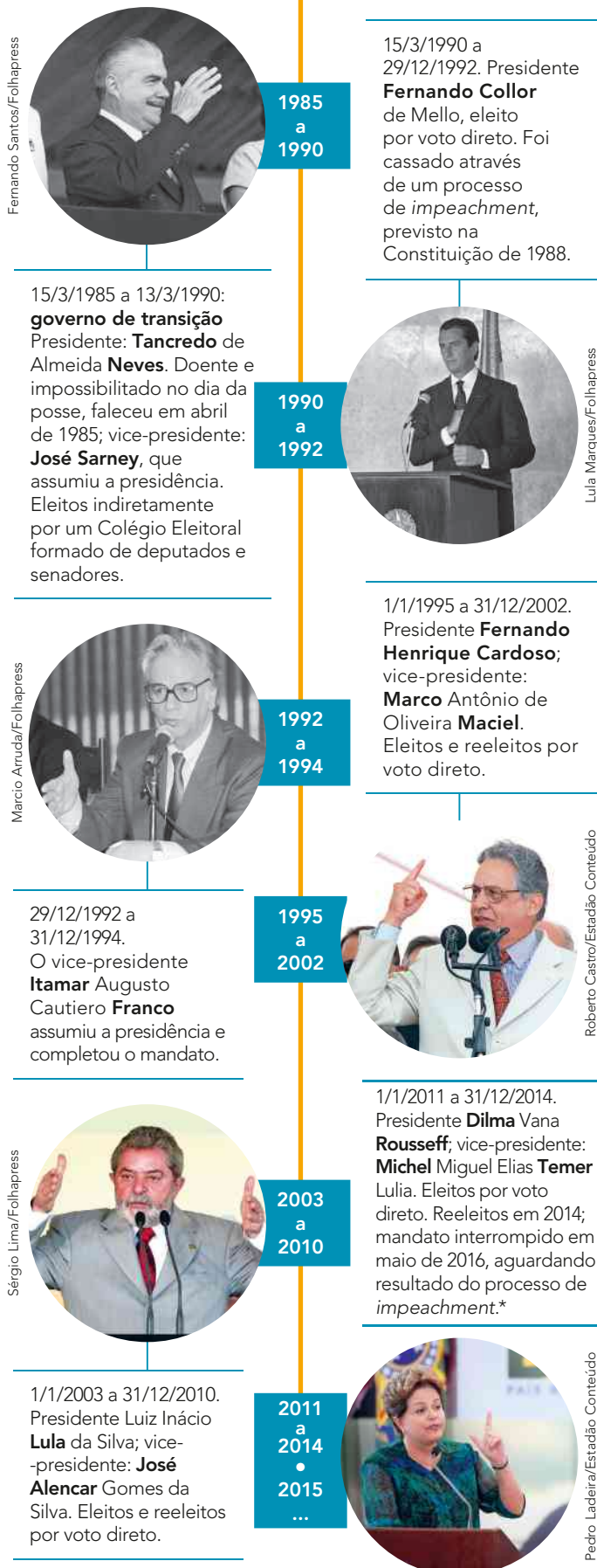
Com o fim da ditadura civil-militar, o Brasil vem mantendo uma estrutura estatal de aspiração democrática, com eleições regulares e livres, ancoradas em instituições que também vêm sobrevivendo ao tempo. Desde 1985, o Brasil vive o mais longo período democrático de sua história.

O primeiro governo desse período pode ser chamado de “governo de transição” porque os eleitos eram políticos de confiança dos militares, ou seja, era a garantia de que não haveria revanchismo contra eles. O fato mais marcante desse governo foi a promulgação da atual Constituição brasileira, evento considerado fundamental para o desenvolvimento da democracia estável no Brasil. Os governantes que sucederam a essa primeira experiência de “transição transada”, como denominava o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995), puderam, eleitos pelo voto popular, atuar sem a vigilância das Forças Armadas. Desde então, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário desenvolvem suas atividades plenamente.

Numa situação de alta inflação, concentração de renda e desigualdade social, a preocupação fundamental do Estado em todo esse período praticamente se resumiu à redução e ao controle da inflação. Vários planos econômicos foram postos em prática, como os Planos Cruzados I e II (1985-1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), os Planos Collor I e II (1990-1991) e o Plano Real (1993). Somente o último, criado durante o governo Itamar Franco, alcançou os objetivos propostos: frear a inflação e estabilizar os preços das mercadorias. Ainda assim, manteve-se quase inalterada a complicada questão social do Brasil, que o coloca entre os países mais injustos e desiguais do mundo.

* Até o fechamento da edição desse livro.

Retorno à democracia



O Estado neoliberal no Brasil

Nos governos de Collor-Itamar e Fernando Henrique Cardoso houve várias alterações nas estruturas políticas e econômicas, características do que se convencionou chamar de Estado neoliberal. Veja a seguir algumas dessas alterações:

- Na tentativa de integrar a economia do país à globalização, promoveram-se a privatização de empresas estatais (nos setores de siderurgia, energia e comunicações) e a abertura do mercado nacional a produtos estrangeiros, derrubando barreiras de importação.
- No sistema financeiro, foi permitida a livre atuação dos bancos e o movimento de capitais no mercado interno; renunciou-se ao controle da moeda nacional e da política cambial, atrelando a moeda nacional ao dólar, para facilitar as transações no mercado financeiro.
- Alteraram-se os contratos de trabalho, o limite de horas na jornada de trabalho, as férias remuneradas, além do sistema de aposentadorias, sendo criado o sistema de previdência privada.
- Incentivou-se a fundação de escolas privadas em todos os níveis, mas principalmente no superior. Houve, com isso, a proliferação de faculdades e universidades particulares no Brasil. O financiamento proporcionado pelo Estado assegurou essa expansão, em detrimento das universidades públicas (e da qualidade daquilo que se pesquisa e ensina).
- Ampliou-se a presença das administradoras de planos de saúde, permanecendo na dependência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apenas os mais pobres.

O Plano Real implantado por Itamar Franco e desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso permitiu a estabilização de preços e o controle da inflação, o que garantiu certa estabilidade econômica. Entretanto, o controle rígido dos salários (principalmente do setor público, mas também dos trabalhadores em geral por meio da restrição dos aumentos do salário mínimo) levou a maior parte da população brasileira a viver em condições de ascendente precariedade.

Estado social-desenvolvimentista

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi mantida a política econômica de seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, permitindo que os grandes conglomerados industriais e financeiros continuassem a obter lucros exorbitantes, bem como os grandes proprietários de terras. Para que essa estrutura se mantivesse, foram nomeados Luiz Fernando Furlan, empresário atrelado à grande indústria, para o Ministério de Indústria e Comércio; Roberto Rodrigues, político ligado ao agronegócio, para o Ministério da Agricultura; e Henrique Meirelles, representante do setor financeiro internacional, para o Banco Central – o que sinalizava a esses setores que a política anterior não seria alterada.

Em contrapartida, ampliaram-se as políticas de redistribuição de renda, visando amenizar a situação precária da maior parte da população brasileira. Uma das medidas tomadas para enfrentar o problema do desequilíbrio na distribuição de renda foi o aumento do salário mínimo acima da inflação e, conseqüentemente, a ampliação do valor das aposentadorias para os beneficiários que recebiam até um salário mínimo. Entretanto, o que mais marcou o governo Lula, principalmente no segundo mandato, foi a inflação baixa e a criação de empregos estáveis, que

possibilitaram a expansão do consumo a uma parcela da população estimada em torno de 30 milhões de brasileiros.

Além disso, puseram-se em prática os programas Fome Zero e Bolsa Família. Foram integrados ao Fome Zero os programas implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso: o Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. A ampliação do Bolsa Família e similares propiciou uma renda mínima a milhões de famílias que viviam em condições de miséria absoluta.

Mas a sustentabilidade das famílias requer a criação de empregos estáveis para a absorção não só dos desempregados, mas também dos jovens que passam a integrar o mercado de trabalho. Além disso, na perspectiva da elevação da participação política efetiva, esses programas deveriam garantir o acesso à educação de qualidade e não somente considerar como avanço o aumento da quantidade de alunos matriculados. A mesma observação pode ser feita em relação ao acesso aos serviços de saúde, longe de serem considerados razoáveis.

Na avaliação desses programas, convém destacar ainda tratar-se de ações governamentais, que podem incluir e excluir famílias dependendo do governante, não constituindo ações políticas de Estado, que geram direitos constitucionais.

A ampliação de universidades e institutos federais de ensino superior de caráter público foi outro grande passo. Ao mesmo tempo foi criado o Prouni (Programa Universidade para Todos) que realocou verbas públicas direcionadas ao setor privado e possibilitou a manutenção e ampliação dos grandes conglomerados de ensino superior particular no Brasil.

A ambiguidade – que caracteriza a insatisfação de gerações de brasileiros que lutaram por um governo efetivamente republicano e democrático no país – é que, nos governos de Lula, supostamente representativos das forças políticas progressistas, as grandes empresas urbanas e rurais, bem como o setor financeiro, continuaram a ser atendidos em suas mais caras reivindicações.

Em 2011, assumiu a presidência da República Dilma V. Rousseff. A primeira presidenta do Brasil deu continuidade aos projetos desenvolvidos no governo de Lula. Ainda que tenham ocorrido importantes avanços em políticas públicas de transferência de renda e de moradia popular, a alta nos juros e os indícios cada vez mais evidentes de uma crise econômica mais severa e abrangente – que acabaram se efetivando logo no início de seu segundo mandato (em 2015) – reacenderam o conservadorismo em alguns setores da sociedade brasileira, alimentado pelo fácil acesso à informação nas redes sociais e por alguns veículos de comunicação do país.

Atualmente, assiste-se a um momento de instabilidade institucional no país. A democracia brasileira ainda é frágil e delicada, fruto de uma república mal-formada e viciada em conduzir ao espaço público a defesa intransigente dos interesses privados. A garantia de sobrevivência da democracia e da liberdade está e estará sempre nas mãos dos cidadãos, que devem lutar para conquistar e garantir direitos, sem permitir golpes, manobras ou atos violentos contra a soberania popular e a dignidade dos brasileiros.

Estado, capital e sociedade

O forte comprometimento do Estado com o capital implica a expansão do Poder Executivo, em detrimento do Legislativo. Em um país de tradição política autoritária, no qual predominam o pensamento e a prática que privilegiam a missão “civilizatória” do Estado na sociedade, o alargamento do poder econômico do Estado implica a expansão do Executivo; implica o alargamento do poder político e cultural do Executivo.

Tanto assim que o Estado se transforma em um poderoso agente da indústria cultural, por suas implicações não só econômicas, mas também políticas e culturais.

O Legislativo se forma e reforma como o lugar das controvérsias, oposições, propostas alternativas. [...] As suas comissões parlamentares de inquérito podem chegar a qualquer resultado, mas estes não se tornam decisões que afetem o Executivo. Não têm força para tal. Além do mais, o Legislativo é continuamente cooptado pelo Executivo, por meio do empreguismo, das concessões de recursos para atendimento de bases eleitorais, promessas de escolha para ministérios, superintendências. Acontece que a tradição política autoritária, uma cultura política que combina o patrimonial com a racionalidade do grande negócio, impregna também o Legislativo.

Na prática, a independência entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dissolve-se na expansão e no predomínio do Executivo. Em um país no qual a cultura política das classes dominantes é essencialmente autoritária, essa expansão do Executivo caminha fácil, livremente.

[...] Nesse contexto, verifica-se uma espécie de divórcio entre as tendências predominantes no âmbito do Estado e aquelas predominantes no âmbito da sociedade.

À medida que se alarga o poder estatal, redefina-se e modifica-se a relação do Estado com a sociedade, compreendendo as diversidades e desigualdades sociais, econômicas e outras. Na prática, dissocia-se o poder estatal de amplos setores da sociedade civil. Operários, camponeses, empregados, funcionários e outros, compreendendo negros, mulatos, índios, caboclos, imigrantes e outros, sentem-se deslocados, não representados, alienados do poder.

[...]

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 259-260.

1. Esse texto, extraído de um livro publicado há mais de 50 anos, aborda características fundamentais do Estado e de suas relações com a sociedade no Brasil. Avalie a pertinência das características apontadas, considerando o cenário atual.



Fabio Colombini

Para o autor, a independência entre os três poderes dissolve-se devido à prevalência do judiciário. Na imagem, vista do Congresso Nacional, da praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, Brasília, 2010.

Poder e democracia no Brasil

16

Analisar a questão da democracia no Brasil significa examinar não somente as instituições políticas e as regras vigentes, mas também a maneira de viver a democracia. Pode-se dizer que ela é ainda uma possibilidade, uma vez que as forças de manutenção de práticas antigas são muito poderosas. A democracia, como já visto, envolve diferentes práticas e instituições. É fundamental destacar algumas delas para examinar o desenvolvimento da democracia no Brasil.

A luta por direitos e a participação política

Após a proclamação da República, surgiram vários movimentos em busca de maior participação política. Os movimentos de trabalhadores sempre estiveram à frente na reivindicação de melhores salários e condições de trabalho. Várias lutas foram empreendidas, mas sempre reprimidas, pois a questão dos direitos, por muito tempo, foi tratada como caso de polícia ou considerada uma concessão por parte de quem detinha o poder do Estado.

O crescimento da participação institucional nas decisões políticas é uma das conquistas da população, que se mobiliza e cria organizações para isso, não uma concessão dos governantes.

No Brasil, o processo de ampliação da participação política é recente. Os detentores do poder, a serviço de uma minoria, por muito tempo mantiveram a maioria da população fora do processo eleitoral. Desde a proclamação da República (em 1889) até 1945, os eleitores representavam aproximadamente 5% da população. Em 1960, esse índice havia subido para 18%. Em 1980, 47% da população estava apta a exercer o direito de votar e, em 2014, em torno de 72%.

Houve mudança também na consciência política do eleitor. A prática de compra de votos dos mais pobres diminuiu gradativamente, à medida que se intensificou o processo de urbanização e se reduziu a pressão dos “coronéis” e seus comandados sobre a população rural, que era maioria em 1960. Contribuiu para essa mudança o desenvolvimento das regras eleitorais e das técnicas de votação – principalmente o voto secreto com cédulas únicas, impressas e, no fim da década de 1990, a introdução de urnas eletrônicas, além da fiscalização da Justiça Eleitoral.

A democracia representativa no Brasil é algo muito recente e ainda está se consolidando. Ela continuará crescendo se as regras institucionais para as eleições e o exercício do poder forem alteradas, para possibilitar a participação da população, e se os movimentos sociais conquistarem mais espaço e voz na



Em 2000 houve a primeira eleição em que foi usada a urna eletrônica. O Brasil é o precursor na automação eletrônica em seus processos eleitorais. Na imagem, eleitora vota em urna eletrônica durante participação do simulado nacional proposto pelo Tribunal Superior Eleitoral, na cidade de Capanema, no Pará, 2010.

luta pela manutenção dos direitos fundamentais e pela criação de novos direitos. Somente quando a maioria da população tiver educação de boa qualidade, condições de saúde e trabalho adequadas e participar da vida social, teremos uma efetiva democracia no Brasil.

Os grupos sociais que lutam por novos direitos – até mesmo os que reivindicam maior participação política –, ou exigem o respeito aos direitos adquiridos, muitas vezes são vistos pelos governantes e por setores conservadores da população como perturbadores da ordem e insensíveis aos esforços do governo em fazer o melhor. Mesmo assim, observa-se que são crescentes nos últimos anos as manifestações e os movimentos sociais que procuram ampliar os espaços de participação política não institucional. (Ver análise mais aprofundada na Unidade 5, principalmente nos capítulos 19 e 20.)

Os partidos políticos

Os partidos políticos no Brasil foram, em sua maioria, representantes dos setores dominantes da economia na sociedade. Até 1930, eram apenas agregados de oligarquias locais e regionais que se organizavam para tirar vantagens do Estado e se reuniam, em sua maioria, em torno do Partido Republicano em cada estado da federação. Havia apenas uma exceção: o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, que propunha ser a voz dos trabalhadores. Foi cassado em 1937, voltou em 1946 e foi novamente cassado em 1947, quando passou a atuar clandestinamente.



Dirigentes fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em Niterói, Rio de Janeiro, 1922.

Pode-se dizer que só depois da ditadura de Vargas formaram-se partidos nacionais. Os principais, como já vimos, eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros de menor expressão.

Em 1965, entretanto, com a segunda ditadura civil-militar, todos os partidos foram cassados e foi implantado o bipartidarismo: a Arena e o MDB.

Com o fim do período autoritário e as mudanças econômicas e políticas – principalmente a emergência dos movimentos sociais e a luta pela redemocratização –, desenvolveu-se uma nova estrutura partidária no Brasil. Em 1981 a Arena foi substituída pelo Partido Democrático Social (PDS) e o MDB transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além desse rearranjo, foram fundados o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), 1982. Em seguida, outros se (re)organizaram, como o Partido da Frente Liberal (PFL), 1986 – hoje Democratas (DEM) –, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), 1988. Em 1989, foi fundado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como uma dissidência do PMDB.

Desde então surgiram muitos partidos políticos no Brasil (mais de 30 ao todo), o que revela enorme indefinição em relação aos projetos e dificulta a caracterização de cada um deles como veículos de representação popular.

Alguns dos partidos que hoje atuam no cenário político nacional, registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram criados há bastante tempo e depois voltaram a se cadastrar; outros resultam de fusões de partidos já existentes; outros mudaram de nome; outros, ainda, são formados por dissidentes de vários partidos que procuram espaço para desenvolver atividades relacionadas aos seus interesses particulares.

Na política interna desses partidos predominam a falta de democracia e a pouca vontade de promover a alternância entre as diversas tendências, quando elas existem – o que pode ser observado na tomada de decisões para a escolha dos candidatos aos cargos públicos.

Pelicano



A atuação dos partidos em charge de Pelicano, publicada em 2013.

Os partidos políticos caracterizam-se cada vez menos como representantes de determinados setores e interesses da maioria da sociedade, apresentando-se sem uma definição muito clara. As diferenças entre um e outro são praticamente dissolvidas, pois há uma fragmentação de interesses internos que os limites dos partidos não comportam. Assim, no cotidiano do Parlamento brasileiro, o que se vê são grupos que se reúnem em torno de corporações de interesses – os grupos (bancadas) ruralistas, evangélicos, sindicalistas, da bola, da bala – ou grupos regionais, como os dos paulistas, cariocas, mineiros, gaúchos e nordestinos.

Como destaca o sociólogo brasileiro Rudá Ricci, mais do que um canal de participação dos cidadãos, os partidos são “imensas máquinas de tipo empresarial em busca do voto”.

nas palavras de RUDÁ RICCI

A política, os partidos e os cidadãos

[...]

No final do século 20, ficou patente o desencanto e ressentimento generalizado com as lideranças e estruturas partidárias [...].

O fato é que o Brasil seguiu a passos rápidos o que acontece há décadas na Europa e nos EUA e já se manifesta em parte da Ásia: os partidos se transformaram em imensas máquinas de tipo empresarial em busca do voto.

[...] Como são os administradores (mais que os líderes que se candidatam aos cargos públicos) que dirigem o cotidiano partidário, o militante vai se tornando uma figura folclórica, saudosista. Nessa engenharia política, aumenta a corte: técnicos de *marketing*, institutos de pesquisa e elaboradores de programas de governo tratam diretamente com os administradores partidários e criam um *staff* que tem seus dias de glória nos três ou quatro meses que antecedem o dia das eleições. Não é incomum, a partir desse cenário, que os programas de campanha raramente sejam executados depois que o candidato se elege.

Também não é incomum que os coordenadores de áreas programáticas das campanhas não atinjam cargos de destaque nos governos que logo se formam após a vitória. [...]

Ricci, Rudá. O ocaso dos partidos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 68, ano VI, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/068/68ricci.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

O Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado), as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores – o Legislativo brasileiro em seus vários níveis – são as instituições políticas com o mais baixo índice de credibilidade nacional. Portanto, as instituições da democracia representativa ainda são vistas como espaços para conchavos, corrupção e negociações, e poucos de seus membros têm credibilidade perante a população.

Além disso, a erosão progressiva dos poderes do Parlamento se estabelece quando sua função, na maioria das vezes, limita-se a ratificar o que o poder Executivo envia para ser analisado, por meio de projetos de lei ou de medidas provisórias. A pauta de discussões fica na dependência da maior ou menor sensibilidade do governante em relação às questões que afetam a maioria da população brasileira.

Uma avaliação ampla permite a seguinte análise: no período entre ditaduras havia uma polarização entre a UDN e o PTB, tendo como fiel da balança o PSD.

Ao observar o atual período democrático, pode-se perceber uma continuidade desse modelo, pois existe hoje uma polarização entre o PSDB e o PT, funcionando como fiel da balança o PMDB. Isso não significa a inexistência de outros partidos, mas eram aqueles e são estes que polarizam as disputas políticas, principalmente as eleições presidenciais.

Ueslei Marcelino/Reuters/Latinstock



Jovens protestam na Esplanada dos Ministérios, Brasília, 2012. Os manifestantes exigem o fim do voto secreto dos deputados no Congresso Nacional, reclamam do que consideram mau uso do dinheiro público pelos ministérios e pedem o fim da corrupção no Brasil.

nas palavras de GARCIA

Mais política dos cidadãos

No mundo do capitalismo globalizado e da modernidade radicalizada, a política também parece destinada a girar em falso, a mostrar pouca eficácia e a produzir mais problemas que soluções, fato suficiente para que seja vista, pelos cidadãos, como um ônus, um mal necessário. Ela está gravemente posta em xeque pela vida e pelas disposições éticas hoje prevalecentes.

Há vários aspectos a serem considerados nessa discussão. Primeiro: não é a política como um todo que está vazia, sem consensos e com pouca legitimidade. O que está em estado de sofrimento é a política institucionalizada – os sistemas, as regras, a organização da democracia, as leis, os partidos – e mais ainda aquilo que podemos chamar de “política dos políticos”, qual seja, praticada pelos políticos, à moda deles, focada na conquista e no manejo do poder. A política como atividade dos cidadãos – como luta por direitos, como interesse cívico, vontade de participar e interferir na tomada de decisões, como preocupação com a vida comum e a boa sociedade –, essa não padece do mesmo mal, nem se ressentida de falta de prestígio, embora esteja despojada de potência e efetividade. [...]

No mundo social fragmentado, individualizado e meio fora de controle em que se vive, é muito mais lógico participar e defender interesses do que se fazer representar. A vontade de participar – de “agir”, de se “movimentar” – tem a cara da modernidade turbinada dos dias atuais.

[...]

É na estrada da participação que estão as maiores esperanças de recomposição social e recuperação da política. Se a vontade de participar for devidamente politizada – isto é, se a luta em defesa de direitos e a disposição participativa das pessoas forem vinculadas a um desenho de vida coletiva – isso não somente dará corpo e consistência à democracia, como também “regenerará” a representação. [...] Precisamos, em suma, de mais “política dos cidadãos” e menos “política dos políticos”. [...]

GARCIA, Marco Aurélio. A reforma política, entre a expectativa e o silêncio. In: Governo do Estado de São Paulo. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Políticas Públicas em Debate. Ciclo de Seminários. Seminário Reforma Política. São Paulo, 10 ago. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2237686-Debates-fundap-aporias-para-o-planejamento-publico-livro-debates-3-indb-3-17-12-2013-08-59-15.html>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

Reflexões sobre o Estado e a democracia no Brasil

Como visto, a estrutura estatal criada no Brasil após a independência se manteve até a proclamação da República, em 1889. Depois disso, muitas transformações ocorreram, mas algumas características permaneceram, tornando a estrutura estatal do Brasil a expressão da articulação do novo com o velho.

O Estado no Brasil sempre se sobrepôs à sociedade, como se fosse algo fora dela. Aprende-se desde cedo que tudo depende do Estado e que nada se pode fazer sem a presença dele, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos problemas da sociedade e por suas soluções. Assim, se o Estado é culpado pelas dificuldades que a sociedade enfrenta, também dele se esperam socorro e proteção – o que vale tanto para os proprietários de terras, os empresários industriais e os banqueiros quanto para o restante da população. Para esclarecer essas características das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, é imprescindível examinar a relação entre o que é público e o que é privado.

Privatização do público

Pode-se dizer que houve e há no Brasil uma apropriação privada do que é público, ou seja, quem chega ao poder toma conta do patrimônio público como se fosse seu. Dessa forma, a instituição que deveria proteger a maioria da população – o Estado – adota como princípio o favorecimento dos setores privados, que dominam economicamente a sociedade e dão sustentação ao governo.

Para o restante da sociedade, as políticas públicas são desenvolvidas na forma de “doação” ou de dominação, em nome da tranquilidade social. Isso não significa que a população tenha sido sempre passiva, pois muitas ações do Estado resultaram da pressão dos movimentos sociais no país.

A política do favor: o clientelismo

A relação entre público e privado no Brasil pode ser caracterizada pela prática da política do favor. Essa prática se desenvolveu desde o período colonial e apresenta-se ainda hoje como um dos suportes das relações políticas nacionais entre os que têm o poder político e os que têm o poder econômico.

A troca de favores políticos por benefícios econômicos é conhecida como clientelismo. Ela pode ser observada, por exemplo, na distribuição pelo poder público de concessões de emissoras de rádio e canais de televisão ou financiamentos para empresas, sempre em busca de apoio e sustentação de um partido, de uma organização ou de uma família no poder. Isso ocorre nos vários setores da sociedade, até mesmo nos considerados modernos, que sempre encontraram no Estado um aliado nos momentos de crise.

Quantas vezes se ouve dizer que o governo socorreu determinadas empresas e bancos que estavam em situação precária? Quantas vezes se assiste ao Estado oferecer financiamento com juros baixíssimos para grandes empresários que estavam quase falindo? Instalou-se no Brasil um capitalismo sem riscos, pois o poder público sempre esteve pronto para salvar aqueles que se encontravam em perigo. Porém, esses setores envolvidos na troca de favores são os primeiros a questionar o Estado quando ele procura aplicar

recursos em educação, saúde, habitação ou transporte para beneficiar a maioria da população. A economia e muitos outros setores da sociedade se modernizaram, mas as práticas políticas no Brasil, com raríssimas exceções, continuam a reproduzir as velhas relações políticas, com poucas modificações.

A política do favor aparece também no cotidiano, na relação dos cidadãos com o poder público. Ela acontece na busca de ajuda para resolver problemas, emergências de trabalho, saúde etc. Manifesta-se ainda na distribuição de verbas assistenciais e nas promessas de construção de escolas, de postos de saúde e de doação de ambulâncias, feitas às pessoas ou às instituições por vereadores, deputados e senadores. Tudo para render votos futuros, assegurando aos representantes a reeleição ou a eleição para outro posto.

Nepotismo e corrupção

Muita coisa mudou na administração pública desde as reformas implementadas por Getúlio Vargas e outros governantes, que instituíram gradativamente concursos públicos para a maioria dos postos de trabalho e procuraram implantar uma administração com certo grau de profissionalização, no sentido definido por Max Weber, com a impessoalidade da função pública. Mesmo assim, ainda há casos de manipulação nos concursos públicos e a prática do nepotismo, ou seja, o emprego ou o favorecimento de parentes em cargos públicos, apesar de ser proibido por lei.

Quando ocorrem atos de corrupção na administração pública, a reação costuma ser marcada pelo moralismo, que se caracteriza pela atribuição ao caráter pessoal do funcionário ou político envolvido da responsabilidade pela malversação dos recursos públicos. Não se procuram evidenciar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que estão na raiz das práticas de favorecimento e tráfico de influência. Assim, há uma simplificação desse fato, pois acredita-se que bastaria fazer um governo com homens e mulheres “de bem” para resolver tudo.

A corrupção existe em todos os países do mundo, tanto nas estruturas estatais como nas empresas privadas. No Brasil, ela se mantém no sistema de poder porque, como já discutido, o favor e o clientelismo continuam presentes. O combate à corrupção requer a criação de mecanismos que a coibam, garantindo que os envolvidos sejam julgados e condenados por seus atos. Isso tem sido feito com a ajuda de funcionários públicos, promotores e juízes que não aceitam essa prática.

Há poucos anos pode-se perceber uma mudança efetiva quanto ao julgamento e à prisão de corruptos e corruptores. Essa tendência pode se tornar permanente, como ocorre em outros países.

Legalmente, o Estado brasileiro financia as campanhas eleitorais com dinheiro público através da propaganda eleitoral veiculada por emissoras de rádio e TV, que dá aos candidatos o direito de expor suas ideias, ou mediante o Fundo Partidário, constituído por recursos públicos distribuídos entre todos os partidos políticos conforme o número de votos que cada um conseguiu obter nas eleições anteriores. A maior parte dos recursos, porém, é obtida junto a



Gaturro, Nik © 2009 Nik/Dist. by Universal Uclick

O clientelismo se renova continuamente. Das velhas ameaças que impõem limites à ação política de opositoristas à compra escancarada de votos e apoios, o conhecido “toma-lá-dá-cá” faz parte das democracias tardias dos países que passaram por longos períodos ditatoriais e têm dificuldade para se livrar desses escombros autoritários.

empresas particulares e bancos. Conforme a legislação, a contribuição privada é consentida, mas o que acontece é que o valor das contribuições excede o permitido e por essa razão não é declarado nem por doadores nem por beneficiários. É justamente aí que reside o maior foco de corrupção em todos os níveis. Empresários e banqueiros financiam as campanhas da quase totalidade dos partidos, mais para uns e menos para outros. Dessa forma, cercam todas as possibilidades de, posteriormente, cobrar benefícios e favores, seja de quem ocupa cargos executivos, seja de quem representa os cidadãos no Parlamento, formando assim um quadro de corrupção sistêmica.

Duzentos sacos de “dinheiro” deixados em frente ao Congresso Nacional chamam a atenção para o financiamento privado das eleições no Brasil, fato que para muitos analistas está diretamente ligado à invasão de interesses particulares no mundo público e à corrupção enraizada nas instituições políticas. Brasília, DF, 2015.



nas palavras de DOWBOR

Corrupção sistêmica

[...] A realidade é que se trata de uma corrupção sistêmica, que envolve de maneira ampla as cúpulas do poder político e do poder empresarial. Não nos referimos aqui a alguns corruptos que atrapalhariam o andamento normal da política. Referimo-nos à própria atividade política e empresarial, organizada de forma a servir ao desvio e apropriação de recursos públicos, recursos que serão por sua vez utilizados para financiar contratos privados, que permitirão contribuições para campanhas mais ricas e para alavancar o acesso a novos espaços de poder. Trata-se da força política de um sistema que, por exemplo, sobrefatura de maneira escandalosa grandes obras, originando lucros fabulosos para as empreiteiras, que por sua vez financiam campanhas milionárias dos candidatos corruptos, que irão votar novas obras sobrefaturadas. Trata-se de empréstimos a mega-proprietários rurais, que serão depois transformados em subsídios milionários. Trata-se da chantagem do banqueiro que realiza operações bilionárias com amigos, e espera tranquilamente o resgate que virá do governo, pois um país não pode deixar o sistema quebrar, sobretudo porque os banqueiros fazem estas operações com o dinheiro da população, e não com dinheiro próprio. E se trata evidentemente da escandalosa repartição do acesso às concessões de rádios e TVs, permitindo a estes mesmos políticos e empresários apresentar diariamente o seu ponto de vista a uma população completamente desorientada, que ainda será acusada de não saber votar.

[...]

Trata-se, no sentido técnico do termo, de um sistema mafioso, onde a solidariedade e a corresponsabilidade entre corruptos e corruptores geram redes de poder que se articulam por entre as hierarquias do legislativo, executivo e judiciário, desarticulando qualquer capacidade formal de governo. Cidades, estados e amplos segmentos da União são geridos através de sólidas articulações de empreiteiras, políticos corruptos, especuladores imobiliários e meios de comunicação de apoio, além de um judiciário escandalosamente conivente. A rede de solidariedade nas atividades ilegais gera naturalmente um comportamento corporativo e assegura o silêncio. É importante lembrar que é praticamente inevitável, em qualquer sociedade, a existência do banditismo político ocasional, com peso marginal no conjunto. Este tipo de atividade termina por ser detectado e denunciado, na medida em que envolve minorias que prejudicam o conjunto dos profissionais de uma instituição. Quando a corrupção se torna sistêmica, são as minorias profissionais que se veem cooptadas ou expelidas pela máfia.

DOWBOR, Ladislav. *O mosaico partido: a economia além das equações*. São Paulo: Vozes, 2002. Disponível em: <<http://dowbor.org/2007/11/o-mosaico-partido-a-economia-alem-das-equacoes-doc-2.html/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

A despolitização e a economia como foco

Com a ampliação das transformações produtivas e financeiras no mundo, principalmente depois da década de 1980, a questão política no Brasil está cada vez mais dependente das questões financeiras. De acordo com o sociólogo brasileiro Marco Aurélio Nogueira, a política brasileira nos últimos anos resume-se a uma tentativa de controle da inflação, na qual o econômico está acima do político, o especulativo está bem acima do produtivo e o particular reina sobre o geral.

É importante lembrar que vários planos econômicos foram postos em prática, nos últimos 30 anos, visando frear a inflação e estabilizar os preços das mercadorias – mas foi mantido, contudo, um dos maiores índices de desigualdade social no mundo. Hoje ainda se discutem intensamente as questões econômicas, mas pouca atenção é dada à ampliação da participação política efetiva da sociedade.

Além das condições anteriormente mencionadas (clientelismo e favor – nepotismo e corrupção), essa situação gera uma despolitização crescente, pois a política está neutralizada e esvaziada como instrumento de mediação entre o individual e o coletivo, campo de discussão das ideias e de projetos políticos divergentes e em conflito. Nada disso deixa de existir, mas é sufocado pela emergência recorrente das questões econômicas.

Em termos representativos, houve nos últimos anos uma série de atuações governamentais que contribuiu para despolitizar a prática cidadã, limitando-a praticamente ao exercício do voto. A demanda social por maior participação foi neutralizada e canalizada de forma burocratizada e controlada pelos agentes do governo mediante os vários conselhos e conferências nacionais sobre o meio ambiente, os direitos da pessoa idosa, a segurança pública, os direitos da mulher, o esporte, a igualdade racial, o acesso à saúde etc.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os sindicatos passaram por um processo de despolitização, uma vez que a luta por direitos coletivos foi pouco a pouco sendo substituída pela busca de soluções possíveis para os problemas dos indivíduos. O resultado foi a desmobilização dos trabalhadores e a burocratização das organizações sindicais mais combativas. Além disso, houve uma tendência à cooptação dos líderes sindicalistas, que passaram a atuar em órgãos públicos.

O poder dos bancos no Brasil

[...]

Nas economias modernas, os bancos sempre são poderosos. No Brasil, entretanto, o poder dos bancos é extraordinário e já constitui há muito tempo uma agressão ao interesse público.

Os balanços dos principais bancos privados e públicos, divulgados nos últimos dias, mostraram lucros muito volumosos, que chegam a ser estardalados. Enquanto a maior parte da economia brasileira patina na mediocridade, enquanto a maior parte dos brasileiros vegeta na pobreza ou na miséria, os grandes conglomerados bancários expõem resultados exuberantes.

Exuberantes, não. Nas circunstâncias do país, não é exagero usar uma palavra mais forte: indecentes.

O que explica tal lucratividade? A versão benevolente, que nem os porta-vozes dos bancos se animam a defender com muita convicção, é que esses lucros refletem a sua excepcional eficiência e competência como organizações empresariais.

As instituições bancárias brasileiras têm os seus méritos, não nego, mas a principal explicação é outra: os bancos detêm grande poder de mercado. São poucos os setores da economia com tanto poder e tanta lucratividade.

O sistema bancário é muito concentrado, e o grau de concentração vem aumentando. Poucos bancos detêm a quase totalidade dos ativos, dos depósitos e do capital. Um punhado de instituições comanda o mercado. A competição é imperfeita e limitada. Os bancos têm poder de mercado [...] e conseguem impor pesadas tarifas de serviços bancários, especialmente aos pequenos clientes. Conseguem também praticar taxas elevadíssimas de juro nos empréstimos que fazem a empresas e pessoas físicas. As empresas de menor porte e as pessoas físicas pagam taxas especialmente selvagens.

[...]

O poder econômico dos bancos é sustentado por ampla rede de influência política e ideológica.

O comando do Banco Central, por exemplo, mantém há muito tempo uma relação promíscua com o sistema financeiro. O famigerado Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) é uma espécie de comitê executivo da Febraban (Federação dos Bancos Brasileiros). Entra governo, sai governo e o quadro não muda: a diretoria do Banco Central é sempre dominada por pessoas que vêm do sistema financeiro ou que para lá desejam ir. A influência dos bancos se estende para outros segmentos do Poder Executivo, como o Ministério da Fazenda. Com frequência, essas instituições conseguem obter tratamento tributário leniente e concessões de outros tipos.

No Poder Legislativo, os bancos financiam campanhas e têm a sua bancada. Na mídia, a sua presença é sempre muito forte. A cada momento, o brasileiro indefeso é exposto às “teorias” e explicações dos “economistas do mercado”, uma verdadeira legião a serviço dos interesses do sistema financeiro.

É óbvio que interessa a qualquer economia moderna ter um sistema bancário sólido e lucrativo.

Mas, no caso do Brasil, o poder dos bancos passou dos limites e está prejudicando seriamente grande parte da economia. Se o próximo governo quiser realmente colocar a economia em movimento, não poderá deixar de enfrentar esse problema.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O poder dos bancos no Brasil. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 ago. 2006. Brasil, p. B2. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/6339-2>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

1. O Estado deve ter a capacidade de defender o interesse de todos. Isso acontece no Brasil? Quem está no poder atende aos interesses da maioria da população?
2. De acordo com o texto, qual é a relação entre poder político e poder econômico?

- Em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) afirma que “a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. Para ele, uma aristocracia semifeudal se apropriou dos espaços públicos e de poder para neles perpetuar suas relações familiares e defender seus interesses particulares. Nesse sentido, a esfera pública nunca existiu de fato no país, sendo permanentemente substituída por uma confraria de indivíduos que desde o período colonial toma para si toda a riqueza nacional, não abrindo mão de nenhum meio para isso (fraudes eleitorais, mentiras desavergonhadas, ações violentas contra a população etc.).
 - Mais de 80 anos após seu lançamento, *Raízes do Brasil* continua intrigando e inspirando reflexões sobre a vida política e social dos brasileiros. Afinal, qual é a situação da democracia brasileira hoje? E o Estado nacional, deixou de ser ocupado exclusivamente por pessoas que só pensam em si mesmas? O povo, para o bem e para o mal, conquistou mais espaços, preencheu praças e ruas, pressionou instituições para que se modernizassem de fato e abrissem seus portões à participação de todos? Em suma, essas perguntas estão na ordem do dia ou já são sinal de um tempo superado? O Brasil é ou não uma democracia?
 - Práticas insistentes como o coronelismo e o clientelismo (a política do favor) ainda fazem parte das relações sociais no país. Mais do que isso: revelam-se resistentes a mudanças institucionais tanto na ordem do aperfeiçoamento da democracia quanto da evolução das questões jurídicas. Ao longo da história brasileira, milhões de cidadãos foram às ruas, lutaram por liberdade e ampliação de direitos, visibilidade e voz, oportunidade e vez. Não obstante, nos bastidores do poder, acordos, conchavos e manobras mantinham privilégios e prerrogativas às classes abastadas e dominantes. Raymundo Faoro (1925-2003), importante pensador e jurista, sentenciou em sua obra *Os donos do poder*, de 1975, que no Brasil “as elites nunca perderam uma batalha sequer”.
 - Se é verdade que a democracia na sua versão institucionalizada, representativa, é frágil no Brasil (embora
- haja por aqui, formalmente, quase tudo que há nas democracias desenvolvidas da Europa Ocidental e da América do Norte), é mais verdade ainda admitir que a política é muito mais do que isso. A política se desenvolve também nas experiências cotidianas através de um aprendizado coletivo que fecunda as relações dos indivíduos com as instituições e a própria vida política nacional. Trata-se da experiência cotidiana.
- Os inúmeros atos de escolher qual filme ver, qual livro ler, qual lugar visitar, com que pessoas se relacionar, em que escola estudar, qual canção ouvir, quais biografias admirar e que tipo de conduta adotar nas mais diversas circunstâncias são decisões políticas, uma vez que exercem influências e se desdobram sobre outras incontáveis existências humanas.
 - A convivência social é, em si, política e se realiza na relação com o outro (amigos, parentes, companheiros de trabalho, vizinhos, desconhecidos, aqueles que estão perto ou longe). Nesse sentido, um cidadão mais participativo na política partidária ou na experiência sindical, por exemplo, terá feito antes escolhas que o levaram a acreditar na defesa de interesses coletivos como algo bem acima dos privatismos individuais. Para tanto, terão causado efeito em sua forma de ver e viver o mundo. O fato é que ninguém é uma ilha, um ser desconectado da realidade e de suas múltiplas determinações. Assim como o corpo humano depende daquilo de que se alimenta, as ideias e as ações de cada um dependem ainda mais daquilo que consomem em termos culturais e políticos. O ser humano é efetivamente o resultado de suas escolhas.
 - Pela via do exercício cotidiano do convívio e dos valores que se multiplicam por meio de exemplos e ações concretas, a política pode avançar ou recuar, o mundo pode melhorar ou piorar, as relações humanas podem engrandecer ou apequenar-se. Fortalecer a quebradiça democracia brasileira não depende somente dos políticos profissionais ou das autoridades ligadas ao poder; depende, acima de tudo, de cidadãos que cobram, pressionam e se organizam coletivamente, fazendo de parte de suas vidas parte da vida de todo o mundo.

leituras e propostas

Para refletir

O analfabeto político

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

BRECHT, Bertolt. O analfabeto político. Apud: CITELLI, Adilson. Bertold Brecht: comunicação, poesia e revolução. *Comunicação & Educação*, ano XII, n. 2, maio-ago. 2007. Disponível em: <www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/7101/6402>. Acesso em: 4 nov. 2015.

1. O dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956) descreve em poucas palavras o analfabeto político e as consequências de sua postura. Cite exemplos de situações e atitudes que possam caracterizar o analfabetismo político.
2. É possível viver em sociedade sem nenhum tipo de participação política? Explique sua resposta.
3. Cite possíveis formas de participação política além do ato de votar ou ser votado.

Democracia e voto



Democracia representada em tira de Laerte, 2007.

1. "Um homem, um voto – e a maioria decide". Essa definição vale para a democracia atual?
2. O modelo da democracia ocidental seria adequado para organizar politicamente as várias sociedades existentes no mundo, apesar da grande diversidade que se observa entre elas?

Para pesquisar

1. Junte-se a alguns colegas e reúnam informações, por meio de textos, fotos ou gravações, sobre as propostas de diferentes partidos políticos envolvendo os seguintes temas: política ambiental, segurança pública, política educacional, serviços de saúde e transporte coletivo. Vocês podem pesquisar em jornais, revistas ou nos sites dos partidos. Se possível, conversem sobre esses assuntos diretamente com representantes (vereadores, prefeitos, deputados estaduais ou federais e senadores) ou militantes dos partidos políticos. A apresentação do resultado da pesquisa pode ser feita em um painel.

Livros recomendados

O ódio à democracia, de Jacques Rancière. São Paulo: Boitempo Editorial.

Quem são os inimigos reais da democracia ontem e hoje? Por que, apesar de todos afirmarem “amá-la”, a democracia é tão combatida, tão restringida? Nesse oportuno e indispensável ensaio, Rancière dá nome aos bois e aponta quais são os verdadeiros desafios para a construção de uma soberania popular no mundo contemporâneo.

Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo de Getúlio a Dilma, de Marcelo Ridenti. São Paulo: Atual.

De modo simples e acessível, o autor examina os acontecimentos da história recente do Brasil e do mundo. Aborda as principais perspectivas sociológicas (marxista, positivista e weberiana) empregadas na análise da política em seus vários aspectos. Além disso, analisa a atuação dos partidos e movimentos políticos no Brasil a partir de 1945.

Sugestões de filme e série

Vocação do poder (Brasil, 2005). Direção: Eduardo Escorel e José Joffily.

Esse documentário apresenta a campanha de seis candidatos a vereador nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. A produção do filme acompanhou todo o processo eleitoral: as convenções partidárias, a panfletagem nas ruas, a apuração dos votos e a reação dos eleitos e dos derrotados. Por meio desse filme, percebe-se o distanciamento entre o eleitor e o eleito.

House of Cards (EUA, Netflix Original Series, 2013). Criação: Beau Willimon.

Os bastidores da política na Casa Branca: interesses, corrupção, indiferença às questões de fato definitivas para a nação e o conjunto dos cidadãos. Essa série premiada e polêmica desnuda o poder e o põe ao crivo da crítica pública, revelando que existe muito mais do que o discurso oficial do Estado, das eleições e do voto. Simplesmente imperdível! Uma aula de política no mundo contemporâneo.

MONOPÓLIO DO USO LEGÍTIMO DA VIOLÊNCIA

Nas atuais e complexas sociedades mundiais, cabe ao Estado garantir a convivência entre indivíduos, grupos e classes sociais. Como portador legítimo do monopólio da violência, o Estado deve garantir aos seus cidadãos o juízo correto diante de cenários de injustiça e de promoção de atentado às leis. Porém, com relação a determinadas práticas sociais, o Estado costuma ser severo e implacável; quanto a outras tantas, mostra-se leniente e até incentivador. Conclui-se, então, que não há Estado "neutro". É por isso que se ouve cada vez mais uma máxima latina *Dura lex, sed lex* (A lei é dura, mas é a lei). Mas a lei nunca é a mesma para todos, certo?

ARMAS LETAIS

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, aprovou em 2013 uma resolução que recomenda a **proibição do uso de armas de fogo e a restrição dos armamentos de baixa letalidade em manifestações e eventos públicos**, bem como na execução de mandatos judiciais de manutenção e reintegração de posse de imóveis e propriedades rurais.



ANIMAIS

Cães e cavalos são normalmente usados como aparato de apoio policial. Os cães, por exemplo, são bastante versáteis e podem trabalhar em diversas funções. De acordo com policiais militares, a presença de um cão policial causa um impacto psicológico importante, mesmo quando os policiais estão em inferioridade numérica. Recentemente, especialistas têm questionado a participação de cães em manifestações de grande porte, visto que não é aconselhável levar animais para ambientes de inquietação e estresse.

ARMAS NÃO LETAIS

São dispositivos capazes de imobilizar um indivíduo, como canhões de água, cassetetes, balas de borracha, gás de pimenta, gás lacrimogêneo, chamadas também de bombas de efeito moral, e até o *taser*, equipamento que emite uma espécie de choque que interrompe a comunicação do cérebro com o resto do corpo. Apesar de não letais, tais dispositivos podem levar um indivíduo à morte ou causar sérios problemas se utilizados de forma excessiva. Um *spray* de gás de pimenta, se aplicado por um segundo, pode provocar efeitos por até 40 minutos.



Thinkstock/Getty Images



VIGILÂNCIA

Os sistemas de videomonitoramento estão cada vez mais presentes no dia a dia urbano. Órgãos de segurança pública e sociedade civil têm se interessado pela instalação de câmeras de vigilância para combater a criminalidade e produzir um cruzamento de imagens considerado de grande utilidade. Em 2014, em protesto no Rio de Janeiro, um artefato explosivo causou a morte de um cinegrafista. Além das imagens feitas pelos profissionais de imprensa, as cenas capturadas por câmeras de vigilância também foram decisivas para identificar o responsável. Após a adoção de sistemas de videomonitoramento, flagrantes criminais tornaram-se muito mais frequentes. Caso a imagem do flagrante não esteja disponível, as imagens gravadas por câmeras instaladas em postes públicos ou em estabelecimentos possibilitam reconstituições muito mais fidedignas.



COMUNICAÇÃO

É comum atribuir a quase instantaneidade de algumas das mais recentes manifestações no Brasil e no mundo ao advento das redes sociais. É fato: a internet agilizou os contatos e aproximou os que pensam de forma semelhante. Mas, em meio às passeatas, aos grupos que lançam palavras de ordem contrárias ou favoráveis a determinadas propostas ou situações, resiste o sempre eficiente megafone, um aparelho portátil, em forma de cone, que se destina a ampliar o som da voz de quem nele fala. O alcance de um megafone moderno pode chegar a mais de 1,5 km. Alguns são até equipados com sirene.



1000 Words/Shutterstock



Rodolfo Bahrer/La Imagem/Fotocareira

Protesto de professores em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, Curitiba, abril de 2015.

DIREITO À MANIFESTAÇÃO

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVI — todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

[...]

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

5

Direitos, cidadania e movimentos sociais



unidade

O direito a ter direitos

Poucos temas são tão controversos quanto o dos direitos. Se o assunto diz respeito aos direitos humanos, dificuldades de comunicação e entendimento só aumentam. O terreno exige paciência e muito cuidado.

Não há excessos de direitos no mundo contemporâneo, principalmente nos países pobres, injustos e desiguais. O fato é que os privilégios de poucos dificultam o acesso aos direitos que deveriam ser de todos. Aliás, o direito ou é de todos ou não é de ninguém. Onde o direito é raro e de difícil alcance, dominam a lei do mais forte e todo tipo de arbitrariedade e violência.

Os movimentos sociais são um instrumento valioso na luta por direitos, contra privilégios e abusos de indivíduos, grupos e classes sociais. Estruturados ou espontâneos, intensos ou fugazes, propositivos ou de pura indignação circunstancial, múltiplos e plurais ou reduzidos e focados em temas específicos, todos os movimentos que tomam ruas e ocupam espaços públicos pretendem algo mais da vida em coletividade, uma vida que se faça em coletividade, não em uma soma caótica de indivíduos que não se entendem nem se respeitam. O movimento, se é social, se insurge antes de tudo contra todos os excessos do egoísmo e do individualismo.

O direito a ter direitos, sentença da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), que caracteriza o único direito de fato, declara que tanto direitos para todos quanto privilégios para poucos são construções sociais, um desdobramento do tipo de política que se faz e se dissemina em determinado lugar, em dada época da história. Ninguém nasce condenado ao desemprego e à fome, por exemplo; nasce, sim, sem direitos, pois privilégios estão concentrando riqueza e poder em algum minúsculo ponto da vida em sociedade.

A luta dos movimentos sociais é, portanto, pela construção de uma sociedade com mais direitos, com integrações humanas entre seus cidadãos. A cidadania é a vida nas cidades traçada por sujeitos que conhecem seus direitos, consideram-nos importantes e por eles lutam, coletivamente. É sobre essas lutas por dias melhores que tratará esta unidade.



Jules Adler. The Strike, 1899/Bridgeman

A greve em Le Creusot, óleo sobre tela de 1899, do pintor francês Jules Adler. Ecomusée de la Communauté le Creusot Montceau, França.

Direitos e cidadania

Há várias leis e decretos que traduzem os diversos direitos do indivíduo. É importante analisar, portanto, como a relação entre direitos e cidadania foi tratada na história das sociedades.

Alguns povos da Antiguidade tiveram suas normas e leis registradas por escrito. As leis dos babilônios, por exemplo, foram registradas no Código de Hamurábi, no século XVIII a.C., e as normas que regiam a vida dos gregos de Atenas estavam contidas nas leis de Clístenes, elaboradas no século VI a.C. As leis babilônicas reforçavam o poder do Estado e as atenienses definiam as instituições da democracia. Nenhuma delas, porém, tratava dos direitos humanos, cuja história é bem mais recente e tem seu lugar no Ocidente.

Somente a partir do século XIII, na Inglaterra, foram criadas as primeiras cartas e estatutos que asseguravam alguns desses direitos: a Magna Carta (1215-1225), por exemplo, protegia os homens livres e a *Petition of Rights* (1628) requeria o reconhecimento de direitos e liberdades para os súditos do rei. A mais importante das “cartas de direitos”, porém, foi a *Bill of Rights* (1689), que tornava a monarquia constitucional, submetendo-a à soberania popular. Cabe destacar ainda o *Act of Settlement* (1707), que completava o conjunto de limitações ao poder monárquico, e o *Habeas Corpus Amendment Act* (1769), que anulava as prisões arbitrárias. Todos esses atos eram dirigidos apenas aos nascidos na Inglaterra.

No século XVIII, quando as colônias inglesas da América do Norte se tornaram independentes, foram elaborados alguns documentos importantes, como a Declaração de Direitos da Virgínia (1776) e a Constituição de 1787. Nesse mesmo ano, foram ratificadas as dez primeiras emendas à Constituição estadunidense, que determinavam os limites do Estado e definiam os campos em que a liberdade devia ser estendida aos cidadãos. Embora as emendas garantissem liberdade de culto, de palavra, de imprensa e de reuniões pacíficas, ainda promoviam distinções entre os seres humanos, já que não aboliam a escravidão.

Reprodução de gravura que mostra cerimônia de coroação, em 1789, de Guilherme de Orange e Maria II da Inglaterra que ratificaram a *Bill of Rights*, a Declaração de Direitos assinada por Guilherme III em 1689. Esse documento consolidou a Revolução Gloriosa, limitando os poderes reais. National Portrait Gallery, Londres.

National Portrait Gallery, Londres



Direitos para todos?

Com a Revolução Francesa (1789), os direitos baseados nos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade foram declarados universais, ou seja, válidos para todos os habitantes do planeta. Entretanto, esses direitos, expressos na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão aprovada pela Assembleia Nacional francesa, não se estendiam às mulheres.

Os documentos originados da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos são a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948. Fortemente influenciada pelo horror e pela violência da primeira metade do século XX, sobretudo pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos estendeu a liberdade e a igualdade de direitos, até nos campos econômico, social e cultural, a todos os seres humanos.

De acordo com essa concepção universalista, os direitos humanos estão acima de qualquer poder existente, seja do Estado, seja dos governantes. Em caso de violação, os responsáveis devem ser punidos.

Dimitar Dilkov/AFP



Refugiados em bote inflável superlotado tentam chegar à Grécia pelo mar Egeu fugindo do Afeganistão e da Síria, palcos de guerra civil. De acordo com relatórios da ONU, somente em 2015 mais de 700 mil imigrantes aportaram em território europeu dessa forma, com uma travessia em que mais de 3 mil já morreram. Essa situação, porém, contradiz o artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Todos nascem livres e iguais... mas nem tanto

Com diferentes interpretações, muitos pensadores defenderam a ideia de que os seres humanos nascem livres e iguais, com determinados direitos inalienáveis garantidos.

Para o pensador inglês Thomas Hobbes (1588-1679), no livro *Leviatã*, publicado em 1651, os seres humanos são naturalmente iguais e, por terem excessiva liberdade, lutam uns contra os outros na defesa de interesses individuais, havendo a necessidade de um acordo (que ele chamava de contrato) entre as pessoas a fim de que não se destruam. Conforme Hobbes, para evitar a autodestruição, todos os membros da sociedade devem renunciar à liberdade e dar ao Estado o direito de agir em seu nome e coibir todos os excessos.

Segundo o pensador inglês John Locke (1632-1704), no livro *Dois tratados sobre o governo*, publicado em 1689, somente os homens livres e iguais podem fazer um pacto com o objetivo de estabelecer uma sociedade política. Homens livres e iguais são aqueles que têm alguma propriedade a zelar. A propriedade, nessa perspectiva, torna-se o elemento fundamental da sociedade capitalista, ou

seja, está acima de tudo, já que é o paradigma que define até mesmo a liberdade dos indivíduos. Para Locke, nem todos são iguais desde o nascimento.

De acordo com o pensador francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), no livro *Do contrato social*, publicado em 1762, a igualdade só tem sentido se é baseada na liberdade, mas, segundo sua definição, a igualdade só pode ser jurídica: “todos devem ser iguais perante a lei”.

Louis Hersent. Luis XVI distribuindo esmolas aos pobres em Versalhes, 1788



Luis XVI distribuindo esmolas aos pobres em Versalhes, obra de Louis Hersent, óleo sobre tela, 1788. Museu Nacional do Palácio de Versalhes.

Ora, no final do século XVIII, as diferenças entre as classes sociais na Europa eram evidentes. Ao propor a igualdade de todos perante a lei, criava-se um direito igual para desiguais. Em outras palavras, as pessoas não eram iguais porque nasciam iguais e livres, mas porque tinham os mesmos direitos perante a lei, feita por quem dominava a sociedade.

A igualdade total apregoada por muitos era a mais grave ameaça aos privilégios sociais da burguesia e da aristocracia, que se mantinham no poder. Discutia-se se a liberdade e a igualdade podiam conviver ou se eram uma antítese insuperável,

sendo necessário escolher entre elas. Como a sociedade capitalista funciona e se desenvolve movida pela desigualdade, a liberdade foi divulgada como o maior valor, deixando-se a igualdade de lado.

Para Karl Marx (1818-1883), o trabalhador, como membro de uma classe, não se identificaria como cidadão, pois a concepção de cidadania/cidadão corresponderia a uma representação burguesa do indivíduo. A ideia de democracia passaria pelo critério da igualdade social, que só uma revolução poderia tornar realidade. Marx diferencia a emancipação política da emancipação humana e destaca que só no século XIX reconheceu-se a ideia dos direitos humanos, uma conquista dos trabalhadores contraposta às tradições históricas vigentes até então. Nessa perspectiva, os direitos humanos não são uma dádiva da natureza, mas fruto da luta contra os privilégios que se transmitem hereditariamente.

Para Émile Durkheim (1858-1917), a ideia de cidadania está vinculada à questão da coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica, que é gerada pela divisão do trabalho e se expressa no direito civil. Assim, quando o indivíduo desempenha diferentes funções sociais, está integrado numa sociedade que se apresenta como um organismo estruturado. Seu papel como cidadão é cumprir suas obrigações e desenvolver uma prática social que vise à maior integração possível. Ao participar da solidariedade social, levando em conta as leis e a moral vigentes em uma sociedade, o indivíduo desenvolve plenamente sua cidadania.

Para Max Weber (1864-1920), a ideia de cidadão e cidadania está vinculada ao nascimento da cidade moderna nos primórdios do capitalismo. Para ele, é mais importante ressaltar as novas formas de sociabilidade oferecidas pela vida nas cidades, ou seja, o cidadão é o produto da vida nas cidades e a cidadania é a ação que promove as inter-relações que dão sentido ao mundo social. Assim, a

cidadania seria uma forma de pertencimento a determinado espaço urbano, no qual os valores burgueses têm mais evidência. O cidadão é um indivíduo livre das amarras familiares e se encontra agora no interior das associações econômicas, jurídicas e políticas, não importando a sua origem. É nessa nova configuração do viver em sociedade – diferente da sociedade feudal e também das primeiras fases do mercantilismo – que se constroem o indivíduo-cidadão e as relações sociais que podem ser denominadas cidadania – a condição racional e legal de indivíduos que conferem sentido à sua vida e são portadores de direitos econômicos, políticos e jurídicos.

Direitos civis, políticos e sociais

Na década de 1950, em seu livro *Cidadania, classe social e status*, o sociólogo inglês Thomas H. Marshall (1893-1981) analisou a relação entre cidadania e direitos no contexto da história. De acordo com ele, a questão da cidadania só começou a aparecer nos séculos XVII e XVIII, e ainda assim de forma muito sutil, por meio da formulação dos chamados direitos civis. Naquele momento, procurava-se garantir a liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, a liberdade contratual, principalmente na escolha do trabalho, e, finalmente, a justiça, que devia salvaguardar todos os direitos anteriores.

Esses direitos passaram a constar em todas as legislações europeias a partir de então. Isso não significa que os direitos civis chegaram a todos os indivíduos. O cidadão no pleno gozo de seus direitos era o indivíduo proprietário de bens e principalmente de terras, o que mostra como a cidadania era restrita.

Os direitos políticos estão relacionados com a formação do Estado democrático representativo e envolvem os direitos eleitorais – a possibilidade de o cidadão eleger seus representantes e ser eleito para cargos políticos –, o direito de participar de associações políticas, como os partidos e os sindicatos, e o direito de protestar. Considerados desdobramentos dos direitos civis, os direitos políticos começaram a ser reivindicados por movimentos populares já no século XVIII, mas, na maioria dos países, só se efetivaram no século XX, quando o direito de voto foi estendido às mulheres e depois aos analfabetos.

No século XX, chegou a vez de os direitos sociais serem discutidos. Os indivíduos passaram a ter direito à educação básica, assistência à saúde, programas habitacionais, transporte coletivo, sistema previdenciário, programas de lazer, acesso ao sistema judiciário etc.

Os direitos civis, políticos e sociais estão assentados no princípio da igualdade, mas não podem ser considerados universais, pois são vistos de modo diferente em cada país e em cada época. Convém lembrar que há uma diversidade muito grande de sociedades que se estruturam de modo diferente e nas quais os valores, os costumes e as regras sociais são distintos daqueles que predominam no Ocidente. Entretanto, mesmo levando em conta essas diferenças,

Judeu e muçulmano assinando mural no lançamento da campanha *We stand together* (Estamos juntos) em evento na Mesquita Central de Londres, Inglaterra, 2015. A campanha visa unir as duas comunidades após ataques terroristas na Europa (França, Dinamarca, Bélgica). No cerne da questão, o direito à liberdade religiosa.

Peter Nicholls/Reuters/Latinstock



os países integrantes dos organismos mundiais que se propõem a defender os direitos humanos devem assumir a responsabilidade de assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos.

No final do século XX e no início do século XXI, consolidaram-se outros direitos relacionados a segmentos e situações sociais específicos – por exemplo, consumidores, idosos, adolescentes, crianças, mulheres, minorias étnicas e homossexuais.

Como ressalta o filósofo político brasileiro Renato Janine Ribeiro (1949-), recentemente surgiram direitos difusos, que beneficiam a todos, cujos mais expressivos são os relativos ao meio ambiente. Há uma ironia nisso, segundo Janine Ribeiro, porque a garantia ao ar, à água e ao solo mais limpos protege até os próprios poluidores. Hoje se afirmam também os direitos dos animais ou da natureza em geral.

De acordo com a tradição jurídica ocidental moderna, os direitos pertencem aos seres humanos. Assim, a preservação das matas e dos animais em via de extinção garante o direito dos humanos a um ambiente biodiversificado.

nas palavras de MARSHALL

Cidadania e classe social

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. [...] A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. É, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos. Se estou certo ao afirmar que a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra, pelo menos desde a segunda metade do século XVII, então é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Eis algo que necessita de explicação. Como é possível que estes dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, no mesmo solo? O que fez com que eles se reconciassem e se tornassem, ao menos por algum tempo, aliados ao invés de antagonistas? A questão é pertinente, pois não há dúvida de que, no século XX, a cidadania e o sistema de classe capitalista estão em guerra.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 76.

Cidadania hoje

Ser cidadão é ter garantidos todos os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida digna. Esses direitos não foram concedidos pelos dominantes, mas conquistados arduamente durante séculos – e hoje estão incorporados às leis, ao discurso das autoridades e ao imaginário de sonhos e lutas da população em geral.

A cidadania também não é obra de outro mundo, mas uma construção em um processo de organização, participação e intervenção política de indivíduos, grupos e classes sociais. Só na constante vigilância dos atos cotidianos o cidadão pode se apropriar de seus direitos, fazendo-os valer de fato. Quando essa vigilância não ocorre, a cidadania pode se tornar tão somente mais um palavreado sem sentido prático.

Cidadania formal e cidadania real

O conceito de cidadania, já se sabe, foi gerado nas lutas que estruturaram os direitos universais do cidadão. Desde o século XVIII, muitas ações e movimentos foram necessários para ampliar o conceito e a prática da cidadania. Nesse sentido, pode-se afirmar que defender a cidadania é lutar pelos direitos e, portanto, pelo exercício da democracia, que é a constante criação de novos direitos.

Marshall propôs uma análise da evolução da cidadania vinculada a determinados direitos, com base na situação da Inglaterra em meados do século XX. Na sociedade atual, porém, há um grau de complexidade e de desigualdade tão grande que a divisão dos direitos do cidadão em civis, políticos e sociais já não é suficiente para explicar sua dinâmica. Como alternativa a essa classificação, podem-se considerar dois tipos de cidadania: a formal e a real (ou substantiva).

A **cidadania formal** é a que está na Constituição e em outras leis específicas de cada país. É a que estabelece que todos são iguais perante a lei e garante ao indivíduo a possibilidade de lutar judicialmente por seus direitos. Tal garantia é muito importante, pois, se não houvesse leis para determinar quais seriam os direitos, estaríamos nas mãos de uma minoria. Essa era a situação dos escravos, que não tinham direito algum.

A **cidadania real** ou **substantiva** é a que está presente no dia a dia. A prática dessa cidadania revela que, apesar das leis existentes, não há igualdade fundamental entre todos os seres humanos – entre homens e mulheres, entre crianças, jovens e idosos, entre negros e brancos.

Tomem-se como exemplos o direito à vida e o direito de ir e vir. O direito à vida é o principal, sem o qual os demais nada valem. Apesar disso, milhares de pessoas, principalmente crianças, morrem de fome todos os dias em vários locais do planeta. Essas pessoas não conseguiram ter o direito à vida, o direito real e substantivo à cidadania.

O segundo direito básico em nossa sociedade, o direito de ir e vir, é reconhecido desde o século XVII. No dia a dia, entretanto, nem sempre as pessoas podem se deslocar para qualquer lugar e ficar onde querem. Alguns exemplos bem próximos são: o impedimento à livre circulação dos cidadãos em algumas ruas (vias públicas), que são fechadas e vigiadas por seguranças particulares, praias públicas cujo acesso é vetado por pessoas que se comportam como suas proprietárias, *shopping centers* cujas guardas garantem a segurança dos frequentadores, mas também evitam o acesso de pessoas que aparentemente não têm poder de consumo. Nesses casos, o direito de ir e vir não é respeitado.

Se esses direitos básicos ainda não são efetivos para a maioria das pessoas, imagine o que acontece com os demais!

Ao analisar os direitos humanos nos dias de hoje, no mundo globalizado, observa-se, por exemplo, que o direito à diferença não é levado em conta, principalmente quando se trata de culturas muito distintas das ocidentais. O sociólogo português Boaventura de Sousa

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizam passeata no centro da cidade de São Paulo, 2014. Liberdade de ação para quem quer se manifestar publicamente.

Nelson Antoine/Fotorena



Santos (1940-) formula um questionamento importante: como ficam os direitos dos indivíduos que sofreram os efeitos das numerosas guerras ocorridas depois de 1945, nas quais se envolveram as nações que foram o berço dos documentos de direitos universais – Inglaterra, França e Estados Unidos?

A reflexão suscitada por esse questionamento coloca em evidência dois importantes aspectos da relação entre a cidadania formal e a substantiva. O primeiro é: como foi observado, os direitos civis, políticos e sociais, bem como os direitos humanos, não são naturais, ou seja, resultam das relações sociais em diferentes momentos históricos. Portanto, são produto da ação dos indivíduos na história e foram sendo construídos num processo de ação e reação constante por parte dos grupos sociais existentes.

O segundo aspecto é: a defesa dos direitos civis, sociais e políticos e também dos direitos humanos convive com sua violação. A coerência entre os princípios e a prática dos direitos só pode ser estabelecida se houver uma luta constante pela sua vigência, travada por meio de ações políticas ou movimentos sociais. Direitos só se tornam efetivos e substantivos quando são exigidos e vividos cotidianamente.

nas palavras de BOBBIO

Os direitos são históricos

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez, nem de uma vez por todas. O problema [...] dos direitos do homem é um problema mal formulado: a liberdade religiosa é um efeito das guerras de religião; as liberdades civis, da luta dos parlamentos contra os soberanos absolutos; a liberdade política e as liberdades sociais, do nascimento, crescimento e amadurecimento do movimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres que exigem dos poderes públicos não só o reconhecimento da liberdade pessoal e das liberdades negativas, mas também a proteção do trabalho contra o desemprego, os primeiros rudimentos de instrução contra o analfabetismo, depois a assistência para a invalidez e a velhice, todas elas carecimentos que os ricos proprietários podiam satisfazer por si mesmos. Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração [...]. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído. Mas já se apresentam novas exigências que só poderiam se chamar de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo. [...] Mais uma prova, se isso ainda fosse necessário, de que os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem [...] cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. [...] Embora as exigências de direitos possam estar dispostas cronologicamente em diversas fases ou gerações, suas espécies são sempre – com relação aos poderes constituídos, apenas duas: ou impedir os malefícios de tais poderes ou obter seus benefícios. Nos direitos de terceira e de quarta geração, podem existir direitos tanto de uma quanto de outra espécie.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 9.

Restrição civil é paradoxo de guerra ao terror

Um irrefutável paradoxo do combate ao terrorismo nas sociedades livres, como as europeias e a americana, é a restrição das liberdades individuais imposta aos cidadãos, de acordo com especialistas consultados pela *Folha*.

“Não é legítimo reduzir as liberdades em nome da luta contra o terrorismo, que é a arma dos fracos. Se vencerá a guerra ao terror de qualquer maneira, por que, então, a comunidade internacional deverá minar as proteções de que goza sua sociedade civil para derrotar os terroristas? Afinal, é exatamente ela que o Estado quer proteger. Isso é autodestrutivo e paradoxal”, avaliou James Carafano, especialista em segurança da Fundação Heritage (EUA).

“Um dos maiores objetivos da ação contra o terror é preservar as liberdades individuais das sociedades ocidentais, como o direito de ir e vir, a liberdade de credo, a de expressão etc. Assim, não se pode restringir as liberdades que, fundamentalmente, se tenta proteger dos ataques protagonizados pelos terroristas”, acrescentou.

James Ross, pesquisador da organização Human Rights Watch, salientou que não é fácil definir que medidas antiterror constituem violações às liberdades individuais. “Os limites entre o que é uma prática legal e o que é uma infração aos direitos individuais não são claros nem estáveis.”

“É inegável que lidar com o terror é necessário, mas garantir os direitos dos cidadãos é um princípio importante que tentamos manter nas sociedades livres”. [...]

De fato, não faltam exemplos para ilustrar seu raciocínio. Depois do 11 de Setembro, o governo americano conseguiu que o Congresso aprovasse o Patriot Act, um abrangente pacote antiterror que, segundo entidades de defesa dos direitos civis, viola uma série de liberdades individuais.

[...]

No Reino Unido, estuda-se atualmente a possibilidade de criar um documento de iden-

tidade oficial, o que é visto por muitos britânicos como uma grave infração a seus direitos individuais.

“Eis a dificuldade em estabelecer o que é uma violação. Cada país tem suas leis e seus costumes, e algo normal para uns é grave para outros. Nenhum francês verá o porte de uma carteira de identidade como uma imposição do governo, pois o país já está acostumado com isso. Os britânicos, por sua vez, ficam indignados com essa possibilidade”, analisou Ross.

Ele lembrou, ademais, que as autoridades enfrentam um grande desafio, pois não podem ficar imóveis diante da ameaça terrorista que pesa sobre sua população. [...]

Para Carafano, também é vital que os líderes não caiam na armadilha de tomar medidas contraproducentes. “Uma ação que constitui uma séria restrição aos direitos civis é a escolha de uma etnia como suspeita. Quando se concentra num só grupo, o governo não apenas viola liberdades mas também é ineficaz. Afinal, passa 99% do tempo investigando pessoas que não são perigosas.”

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2407200516.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

1. Por que, em nome do combate ao terrorismo, modificam-se leis a ponto de retirar ou diminuir as liberdades democráticas nos Estados Unidos? Será que os governantes estadunidenses precisam de mais poderes do que já têm para combater o terrorismo? Na sua opinião, seria possível combatê-lo com o poder e as leis que já existem?
2. É possível considerar democrático um governo que se utiliza de expedientes legais que retiram direitos fundamentais dos cidadãos? Qual é a diferença entre esses exemplos de governos considerados democráticos e os governos considerados autoritários?

Os movimentos sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Há vários exemplos de movimentos sociais em nosso dia a dia: as greves trabalhistas (por melhores salários e condições de trabalho), os movimentos por melhores condições de vida na cidade (transporte, habitação, educação, saúde etc.) e no campo (pelo acesso à terra ou pela manutenção da atual situação de distribuição de terras), os movimentos étnico-raciais, feministas, ambientalistas e estudantis.

Além dos movimentos organizados, existem outros que podemos chamar de conjunturais. São os que duram alguns dias e desaparecem para, depois, surgir em outro momento, com novas formas de expressão. Por causa dessa diferença e mobilidade, é preciso analisar cada tipo de movimento para entender as ideias que motivam e sustentam suas ações, assim como seus objetivos.

Os movimentos sociais não são predeterminados; dependem sempre das condições específicas em que se desenvolvem, ou seja, das forças sociais e políticas que os apoiam ou os confrontam, dos recursos existentes para manter a ação e dos instrumentos utilizados para obter repercussão.

Os movimentos sociais que se mantêm durante longo tempo tendem a criar uma estrutura de sustentação e uma organização burocrática, por mínima que seja, para continuar atuando. Ao se institucionalizar, correm o perigo de perder o vigor, pois, para continuar sua ação, precisam obter recursos e assumir gastos com aluguel de uma sede, telefone, pessoal de apoio fixo e materiais. A preocupação que antes se concentrava em organizar as ações efetivas divide-se, assim, com o cuidado em manter uma estrutura fixa, deslocando parte das energias para outro foco.

Confrontos e parcerias

Os movimentos sociais são sempre de confronto político e podem trabalhar para transformar ou manter determinada situação. Na maioria dos casos, eles têm uma relação com o Estado, seja de oposição, seja de parceria, de acordo com seus interesses e necessidades. Observam-se várias formas de atuação dos movimentos sociais:

- contra ações do poder público consideradas lesivas aos interesses da população ou de um setor dela, como determinada política econômica ou uma legislação que prejudique os trabalhadores ou os outros setores da sociedade;
- quando para pressionar o poder público a resolver problemas relacionados à segurança, à educação, à saúde etc. (um exemplo são as ações que exigem do Estado medidas contra a exploração sexual e o trabalho infantil);
- em parceria com o poder público para fazer frente às ações de outros grupos ou empresas privadas (é o caso dos movimentos de proteção ambiental);

- para resolver problemas da comunidade, independentemente do poder público, muitas vezes tomando iniciativas que caberiam ao Estado (por exemplo, as várias ações realizadas por Organizações Não Governamentais – ONGs – e associações de moradores de bairros).

Existem também movimentos cujo objetivo é desenvolver ações que favoreçam a mudança da sociedade com base no princípio fundamental do reconhecimento do outro, do diferente. Por meio desses movimentos, procuram-se disseminar visões de mundo, ideias e valores que proporcionem a diminuição dos preconceitos e discriminações que prejudicam as relações sociais. Exemplos são os movimentos étnico-raciais, de minorias sexuais, feministas, pela paz e contra a violência.

Conforme o sociólogo alemão Axel Honneth (1949-), as lutas sociais vão além da defesa de interesses e necessidades, tendo como alvo também o reconhecimento individual e social. Quando um indivíduo se engaja em um movimento social, procura fazer que suas experiências com os sentimentos de desrespeito, vergonha e injustiça inspirem outros indivíduos, de modo que sua luta se transforme numa ação coletiva, de reconhecimento pessoal e social. Honneth afirma:

[...] uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além dos horizontes das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo.

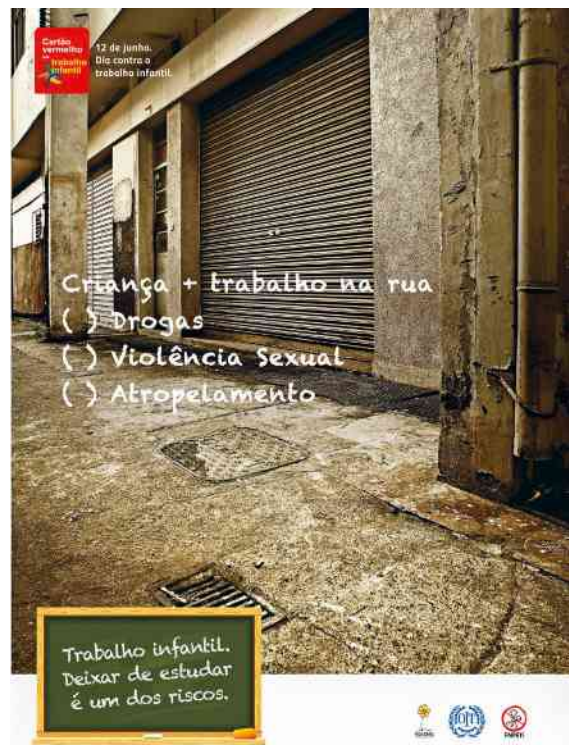
HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 256.

O recurso da greve

Na sociedade capitalista, a greve é um dos instrumentos mais utilizados pelos trabalhadores para reivindicar, por exemplo, a manutenção dos direitos adquiridos, melhores salários e condições de trabalho mais dignas. A greve pode ser organizada pelos trabalhadores de uma empresa, de uma categoria profissional ou, no caso de uma greve geral, pelos setores da sociedade que decidam demonstrar a insatisfação da população, por exemplo, com um governo.

A greve pode ser analisada por muitos pontos de vista. Aqui indicaremos o que pensam os três autores clássicos da sociologia: Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920).

Para Karl Marx a greve aparentemente é apenas um movimento reivindicatório por melhores salários e condições de trabalho. Mas, analisando um pouco melhor o movimento, percebe-se que em uma greve operária existem sempre três atores sociais: o trabalhador, o empresário capitalista e o Estado. O trabalhador representa a força de trabalho e só tem isso para defender. Assim, sua luta por melhores salários e condições de trabalho o coloca em confronto com o empresário, que representa o capital, cujo objetivo é conseguir o maior lucro possível. A greve, para Marx, é a expressão mais visível da luta entre a burguesia e o proletariado.



Cartaz de Campanha do Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), 2011. Exemplo de movimento social que visa mudar determinada situação.

Ao Estado, que aparece na forma da legislação existente, cabe regular a relação entre o trabalho e o capital: as leis que podem proteger o trabalhador e seus direitos (que foram conquistados arduamente) também podem atuar em benefício do capital, o que acontece normalmente quando os tribunais decidem as questões trabalhistas.

O Estado age também com a força policial, a qual pode ser acionada para reprimir os trabalhadores em nome da normalidade e da paz social. Assim, nessa perspectiva, questionam-se em uma greve não só as condições de exploração em que vivem os trabalhadores, mas também a ação do Estado e seu caráter de classe. Numa greve operária, questiona-se a estrutura da sociedade capitalista, que, em sua essência, é desigual e perpetua a exploração dos trabalhadores.

O enfoque de Émile Durkheim tem como ponto de partida a ideia de que todo conflito é resultado da inexistência de normas (anomia) que regulem as atividades produtivas e a organização das várias categorias profissionais. A desordem (no caso, a greve) é, para ele, um momento especial em uma ordem estabelecida e serve apenas para desintegrar a sociedade.

nas palavras de DURKHEIM

A questão social

Não se trata de substituir a sociedade existente por uma totalmente nova, senão adaptar aquela às novas condições de existência social. Não é uma questão de classes, de oposição entre ricos e pobres, de empresários e trabalhadores, como se a única solução possível consistisse em diminuir a parte que corresponde a uns para aumentar a dos outros. O que se requer no interesse de uns e outros é a necessidade de se refrear, desde o alto, os apetites de ambos e assim pôr fim ao estado de desagregação, de agitação maníaca, que não é produto da atividade social e que inclusive provoca sofrimentos. Em outras palavras, a questão social concebida desta maneira não é uma questão de dinheiro ou de força; é uma questão de agentes morais. O que domina não é a situação de nossa economia, senão o estado de nossa moralidade.

DURKHEIM, Émile. *El socialismo*. Madrid: Nacional, 1982. p. 287-288. [tradução dos autores]

Para Durkheim, a questão social é também moral, pois envolve ideias e valores divergentes daqueles da consciência coletiva. Ele defende que os desejos de alguns indivíduos ou grupos devem estar submetidos aos sentimentos gerais da sociedade em vez de prevalecer sobre eles. Assim, uma sociedade dividida não pode ser normal, pois o fundamental é manter a solidariedade orgânica decorrente da divisão do trabalho social.

Para Max Weber, a greve é uma manifestação de poder, ou seja, a capacidade de impor a própria vontade. Essa força, visando atuar sobre o comportamento alheio e produzir com ele um sentido na vida coletiva, tem a característica de um poder social, isto é, a imposição de vontade de um grupo a outro grupo ou associação. A sua eficácia varia em cada situação, dependendo da força e do poder em conflito. Assim, quando os trabalhadores entram em greve é porque, naquele momento, há inúmeros interesses comuns que envolvem as relações de emprego e renda no mercado de trabalho. Em outro momento, pode haver diferentes e até divergentes interesses.

Além disso, na perspectiva weberiana, a greve envolve também a estrutura burocrática e militar do Estado, seja porque há a presença da polícia (que pode utilizar a violência de modo legítimo), seja porque, através de seu sistema judiciário, o Estado pode declarar a greve ilegal ou abusiva. Nesse sentido, há a

confrontação entre dois poderes: um institucionalizado no Estado; e outro que é fruto da consciência e da vontade dos trabalhadores.

Greves trabalhistas têm ocorrido desde o início do processo de industrialização. Desde os primeiros movimentos até nossos dias, os trabalhadores sempre lutaram por melhores salários e condições de trabalho. Procuraram também regulamentar o trabalho infantil e o feminino, além de reivindicar a diminuição da jornada de trabalho por meio de um movimento internacional pelas oito horas diárias. Mobilizaram-se, ainda, pela organização de sindicatos e também por melhores condições de trabalho nas empresas. Pouco a pouco passaram a visar à conquista ou à efetivação de direitos, principalmente os sociais, como saúde, transporte, educação, previdência e habitação.

Nos últimos anos, pode-se observar que as greves estão também sendo realizadas em protesto contra medidas governamentais mais amplas. Um exemplo recente aconteceu na Finlândia, em setembro de 2015. Houve uma greve convocada pelas três grandes centrais sindicais do país (SAK, STTK e Akava), que representam, juntas, 80% da população economicamente ativa. A greve propunha o repúdio a um pacote de medidas de austeridade decretado pelo governo após o fracasso das negociações com os sindicatos.

Há fenômenos novos no contexto da globalização. Quando a montadora francesa Renault anunciou o fechamento de sua fábrica na Bélgica, em fevereiro de 1997, foram organizadas greves de solidariedade e manifestações na França, na Espanha, em Portugal e na Eslovênia, dando origem ao novo termo “*Euro-strike*” (Euro-greve), uma “greve de solidariedade” para além das fronteiras nacionais. Esse é um tipo de greve e de reivindicação que vem se espalhando rapidamente por todo o mundo; afinal, se as empresas estão se globalizando, os trabalhadores também estão fazendo movimentos articulados, conectados e de alcance cada vez mais global.

Os movimentos sociais contemporâneos

Os movimentos sociais ocorrem nos mais diversos lugares sempre que um grupo de indivíduos considera seus direitos desrespeitados ou se dispõe a lutar pela aquisição de novos direitos. É o caso dos movimentos ambiental e feminista, que propõem questões importantes para todos nós. Eles podem ser tomados como exemplos de movimentos sociais contemporâneos por duas características comuns:

- não têm uma coordenação única, pois se manifestam e se desenvolvem a partir de ações coletivas nos planos local, regional e global, e comportam uma diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e organização;
- suas ações se desenvolvem não só em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, visando criar uma nova maneira de viver em sociedade.

O movimento ambiental

O movimento ambiental é típico da sociedade industrial, pois a industrialização predatória afeta o meio ambiente, contaminando a água, o ar e o solo, e colocando em risco os seres vivos. Isso sem falar no desmatamento desenfreado nas áreas ainda recobertas por florestas.

Esse movimento surgiu no século XIX, quando foram percebidos os primeiros sinais de distúrbios ambientais, mas desenvolveu-se lentamente até a década

de 1970; desde então, vem crescendo rapidamente. Ele envolve desde pequenos grupos para salvar uma árvore em área urbana até grandes organizações e instituições internacionais pela preservação de uma mata inteira. Ou seja, vai do local ao global, evidenciando a existência de uma consciência ecológica difusa no mundo todo.

Não é um movimento organizado mundialmente, mas um conjunto de movimentos que desenvolveu uma cultura ambientalista e criou um novo direito: o de viver em um ambiente saudável. Organizações locais, regionais ou internacionais lutam para limitar, por meio da legislação ou pela ação direta, a presença predatória e poluente principalmente das indústrias. No meio rural, lutam para conter, por exemplo, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a cultura de alimentos transgênicos.

Em várias partes do mundo, grupos ambientalistas pressionam os Estados a agir para que o direito a um ambiente sadio seja garantido por meio de leis e de fiscalização. As ações desenvolvidas por movimentos e organizações no mundo todo contribuíram para que a Organização das Nações Unidas (ONU) passasse a orientar seus membros a respeito das questões ambientais, recomendando medidas urgentes para resolver muitos desses problemas.

Lumae Parracho/Reuters/Latinstock



Membros de diferentes tribos indígenas da Amazônia realizam dança em manifestação contra as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, às margens do rio Xingu. Eles pleiteavam ser consultados em casos que considerassem de grande impacto ambiental. O governo deu continuidade à construção da hidrelétrica, que pode se tornar a 3ª maior do mundo. Vitória do Xingu, perto de Altamira, Pará, 2013.

Há diversos questionamentos e motivações que promovem os movimentos ambientalistas. Resumidamente, estas são as mais importantes:

- a proteção da diversidade da vida na Terra contra a crescente eliminação de formas de vida animal e vegetal, o que provoca problemas ambientais significativos, gerando a superpopulação de espécies animais e vegetais e alterando o equilíbrio da natureza (o desmatamento desenfreado das florestas, onde elas ainda existem, é o principal foco dessa ação);
- a preservação da qualidade de vida dos habitantes do planeta, que são atingidos por agentes poluidores na água, no ar ou no solo;
- a fiscalização da aplicação industrial de substâncias e processos propiciados pelo avanço científico e tecnológico que possam trazer problemas à humanidade, como o uso de energia nuclear e de agrotóxicos e, mais recentemente, de produtos transgênicos e elementos nanotecnológicos;
- o controle do uso dos recursos naturais, principalmente da água doce e daqueles oriundos da atividade extrativa de elementos não renováveis, como o petróleo e vários minérios (ferro, cobre, bauxita etc.).

Existem problemas ambientais que só podem ser tratados globalmente, como a emissão de gases que provocam o efeito estufa, as mudanças climáticas e as alterações na camada de ozônio que protege a Terra. Outras questões tratadas globalmente são a poluição dos mares pelos navios-tanque de petróleo, a matança de baleias e o despejo de resíduos tóxicos nos rios ou mares de todo o mundo, o que também compromete os oceanos. Um exemplo recente desse caso foi o rompimento da barragem de resíduos da mineradora Samar-

co em Mariana, Minas Gerais, que praticamente matou o rio Doce. A ruptura permitiu que uma lama de resíduos tóxicos arrasasse a região por completo e chegasse até o mar.

A consciência ambiental tem estimulado grupos, escolas e organizações a traduzir as grandes preocupações em práticas e atividades concretas. Além disso, as ações ambientalistas, em todos os níveis, conquistaram gradativamente um espaço importante nos meios de comunicação de massa, gerando uma pressão social que forçou a apresentação de projetos de lei visando à conservação da natureza em várias partes do mundo.

O movimento feminista

A discussão moderna sobre a posição da mulher nas diferentes sociedades vem sendo travada desde o século XVIII. Como vimos, os direitos do homem e do cidadão referiam-se aos homens e excluía as mulheres. Mas elas não se calaram, como atesta o exemplo da ativista e dramaturga francesa Olympe de Gouges (1748-1793), que encaminhou à Assembleia Nacional da França, em 1791, uma Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã pedindo que o documento fosse tomado como fundamento da Constituição. Em um dos textos que publicou em plena efervescência da Revolução Francesa, ela manifestou nos seguintes termos seu inconformismo com a discriminação da mulher:

Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade.

Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Devido a suas posições políticas, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. Mas não faltou quem continuasse a lutar contra a condição subalterna da mulher no trabalho, na educação e na participação política. Podem ser citadas, entre outras, a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), que em 1792 publicou um ensaio em defesa dos direitos da mulher, e as líderes operárias francesas Jeanne Deroin (1805-1894) e Flora Tristán (1803-1844), referências importantes para o movimento feminista.

A luta das mulheres concentrava-se então na organização de movimentos e campanhas pelo direito de votar. A conquista desse direito, no entanto, só ocorreu no século XX – primeiro na Nova Zelândia (1902), depois na Finlândia (1906), na Inglaterra (1918) e nos Estados Unidos da América (1920); na França, as mulheres votariam pela primeira vez apenas em 1945.

Após as lutas pelo direito ao voto, o movimento das mulheres se enfraqueceu, sendo retomado na década de 1960, quando ganhou força e difundiu-se rapidamente. Importantes estudos sobre a condição feminina foram publicados desde então, entre os quais *Mística feminina*, em 1963, por Betty Friedan (1921-2006),



Mourão Panda/Fotoarena

Povoado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, quase totalmente destruído pelo rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco. Minas Gerais, novembro de 2015.

Política sexual, em 1960, por Kate Millet (1934-), e *A condição da mulher*, em 1961, por Juliet Mitchell (1940-). Paralelamente, desenvolveu-se um movimento vigoroso de reivindicação de direitos políticos, civis e sociais, além do questionamento das raízes culturais da desigualdade de gênero.

O segundo sexo

Simone de Beauvoir, escrevendo no final da década de 1940 o livro intitulado *O segundo sexo*, é uma voz isolada neste momento de transição. Denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata as questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação para o desenvolvimento desta questão. Afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição, como ela vivencia, qual é o universo ao qual está circunscrita.

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 50-52.

Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o movimento procurava contrapor-se ao discurso que justificava a dominação masculina, segundo o qual as mulheres seriam inferiores aos homens, isto é, fisicamente mais fracas, além de demasiado emocionais e sentimentais. Para desmistificar esse discurso, destacava-se o caráter histórico, e não natural, da desigualdade sexual, construída desde a Antiguidade para manter a opressão dos homens e a condição subalterna das mulheres.

Nas décadas posteriores, ocorreu uma grande diversificação nas lutas e nos movimentos das mulheres, bem como de suas organizações. Os seguintes temas se destacam hoje no movimento feminista:



A Marcha das Vadias surgiu em 2011, em Toronto, Canadá, com um protesto de estudantes vestidas de forma provocativa após um policial sugerir que as mulheres deveriam evitar se vestir "como vadias" para não serem vítimas de abuso sexual ou estupro. No início do mesmo ano, houve uma série de abusos sexuais contra mulheres na Universidade de Toronto. A reação de indignação foi imediata, pois essa ideia transfere a responsabilidade da agressão sexual para a vítima. Curitiba, PR, 2011.

- a crítica à sociedade patriarcal, baseada na dominação do homem como cabeça do casal e da família;
- a igualdade de condições e de salários no trabalho;
- o direito à liberdade de uso do corpo, no que se refere a reprodução, contracepção e aborto;
- o questionamento da heterossexualidade como norma e o reconhecimento de outras manifestações da sexualidade, como a bissexualidade e o lesbianismo;
- a especificidade da visão feminina do mundo em todas as áreas do conhecimento;
- a discussão sobre a identidade corporal e a sexualidade feminina.

Movimentos dos indignados

Nos últimos anos do século XX e início do XXI, vários movimentos sociais começaram a surgir, repentinamente, em várias partes do mundo. Algumas características desses movimentos são:

- utilização de ferramentas virtuais para a articulação e a atividade das manifestações sociais;
- existência de articulação entre eles, sem que, necessariamente, definam-se como movimento social com trajetória e pertencimento claros;
- presença de muitos protagonistas, sem que líderes específicos se destaquem;
- horizontalidade como crítica, não só contra a ação ou ausência do Estado, mas contra setores que muitas vezes comandam os Estados nacionais, caso de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos grandes bancos multinacionais.

Os indignados

O início da década de 2010 foi marcado por movimentos sociais que envolveram populações inteiras nos países árabes e uma variedade de atores na Europa e nos Estados Unidos. Esses movimentos não eram centralizados nem tinham uma liderança definida. Os manifestantes lutavam contra o poder financeiro e por um mundo melhor e mais democrático, no qual se levassem em conta as necessidades da maioria da população.

O sociólogo brasileiro Giovanni Alves destaca algumas características desses novos movimentos na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Alves, eles apresentam uma densa e complexa diversidade social e expressam a proletarização crescente da população. Na Europa, os manifestantes são jovens trabalhadores, desempregados, estudantes endividados e inseguros em relação ao futuro e manifestam sua insatisfação em distúrbios de rua, como os observados na Inglaterra e na França. Nos Estados Unidos, movimentos como o *Ocupe Wall Street* agregam liberais, anarquistas, neo-hippies, jovens desencantados, trabalhadores organizados e sindicalistas, entre outros. Os indignados (como os participantes desses movimentos se denominam) europeus e estadunidenses expõem e criticam a concentração de riqueza (dizem ser os 99% contra o 1%), a precariedade do trabalho e da vida e, principalmente, a farsa democrática em seus países.

Esses movimentos, de caráter pacífico, utilizam com frequência as redes sociais e a estratégia de ocupar áreas e edifícios para obter visibilidade social. Eles refletem as contradições do sistema capitalista, mas não se pode dizer que são anticapitalistas. Constituem uma incógnita social, pois são novos e de difícil classificação, por ora.

In: Ocupar Wall Street... e depois? *Carta Maior*, 13 out. 2011. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18687>. Acesso em: 24 nov. 2015.

Apesar de terem sido esporádicos, inicialmente, movimentos mais generalistas, como os dos indignados, vêm ocorrendo no mundo todo com mais frequência. Além disso, nos Estados Unidos, por exemplo, as revoltas e manifestações que aconteceram em 2011 por ocasião do *Occupy Wall Street* (OCW) – movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas, sobretudo do setor financeiro – abriram espaço para outras manifestações e revoltas em 2014 e 2015, de Ferguson, na região centro-oeste do país, até Baltimore e Nova York, situadas na região mais rica dos EUA. O pano de fundo é a crise econômica iniciada em 2008 e ainda em curso, que vem afetando parcelas significativas da população estadunidense e tem levado milhares de pessoas a se indignar contra situações específicas, como a violência da polícia contra os negros, ou mais gerais, como os objetivos defendidos pelo OCW.

Os verdadeiros terroristas

O que justifica o projeto de lei antiterror enviado ao Congresso Nacional? Nove fora as denominadas pautas-bomba lançadas pelo presidente da Câmara em causa própria e/ou contra a legitimidade democrática, onde mais encontramos ações que lembrem crimes de terrorismo na sociedade brasileira?

Não, não me esqueci dos manifestantes presos em 2013 porque lançaram o rojão que matou um repórter da TV Bandeirantes. Mas eles foram julgados de acordo com a Constituição, sem necessidade de uma lei excepcional para tipificar o crime. [...]

No passado, mesmo entre os grupos que pegaram em armas para lutar contra o terrorismo de Estado implantado pelos governos militares no período 1964-1985, poucas ações poderiam ser qualificadas como atos terroristas, isto é: aqueles praticados não em enfrentamentos entre grupos armados, e sim contra a população indefesa.

[...]

Terrorismo de Estado houve, sim. Prisões ilegais, torturas, assassinatos de prisioneiros e de pessoas já rendidas. Muitos desses crimes foram camuflados com falsos laudos de suicídio ou de “resistência seguida de morte”, artifício conservado em plena democracia pelos comandantes das Polícias Militares para justificar execuções de prisioneiros rendidos, ou mortos por torturas em dependências do Estado.

[...]

Mas os crimes de Estado ficaram impunes, pois a Lei da Anistia, negociada com urgência entre governo e familiares de prisioneiros fragilizados, determinou igual perdão para os “dois lados”. Ainda sofremos as consequências da equivalência jurídica entre crimes praticados por agentes do Estado e os cometidos por civis em luta contra aquele mesmo Estado fora da lei – como se fossem da mesma natureza.

Até hoje mais pessoas são mortas pelas PMs do que durante os 21 anos de ditadura. Aliás:

nossas polícias continuam militares. Por que submeter a treinamento de guerra os futuros agentes de segurança encarregados de enfrentar compatriotas civis, ainda que fora da lei?

Se vivemos ainda algum resquício de terror no Brasil, isto se deve mais à ação de agentes do Estado que violam os direitos elementares do cidadão do que a abusos cometidos pela população ou por criminosos comuns – cujas punições estão previstas na Constituição.

Não me parece que o projeto de lei contra o terrorismo atenda a uma necessidade da sociedade brasileira. Vale lembrar que movimentos sociais – ocupações do MST ou de luta por moradia – são parte da dinâmica democrática. É preocupante que possam ser criminalizados, se predominar a pauta conservadora orquestrada pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Tal projeto deveria nos aterrorizar, enquanto é tempo.

KEHL, Maria Rita. In: *Folha de S.Paulo*, 31 out. 2015. Espaço Opinião, Tendências e debates.



A Comissão da Verdade em charge de Benett, 2012.

1. O que concluir das tentativas recorrentes de o Estado, em todo o mundo, tratar os movimentos sociais como criminosos?
2. Qual é a diferença entre protestos livres numa democracia, em que a política é instrumento de reivindicação pública, e ações terroristas? Por que misturá-los?

Direitos e cidadania no Brasil

19

Pensar em direitos e cidadania no Brasil significa refletir sobre a história da sociedade brasileira e as características das relações políticas e sociais que aqui se estabeleceram. De acordo com o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (1939-), no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, publicado em 2001, a sequência histórica da conquista de direitos no Brasil foi diferente da que examinamos no capítulo 17 proposta por T. H. Marshall. Aqui, primeiro se estabeleceram os direitos sociais; depois, os políticos e os civis. Neste capítulo, a intenção é verificar como isso aconteceu.

Uma sociedade com direitos para poucos

Cem anos após a independência, nos anos 1920, o legado colonial, principalmente da escravidão, continuou presente na sociedade brasileira. Os valores de liberdade individual praticamente inexistiam na sociedade escravocrata e pouco significavam para a maioria da população. Para os não escravos, os direitos civis só existiam no papel.

Se a maioria estava abaixo da lei, as oligarquias e os “coronéis” estavam acima dela. Os direitos de ir e vir e de propriedade, a inviolabilidade de domicílio e a proteção da integridade física dependiam do poder deles. São dessa época, por exemplo, algumas expressões que continuam ainda vivas: “Para os amigos, pão; para os inimigos, pau”; ou “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

Somente no final da década de 1920, em decorrência da imigração e da luta dos trabalhadores nas grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, algumas pequenas conquistas foram alcançadas, como os direitos de organização, de manifestação, de escolha do trabalho e de fazer greve. Mas, como aos olhos dos governantes a “questão social era uma questão de polícia”, houve muita repressão.

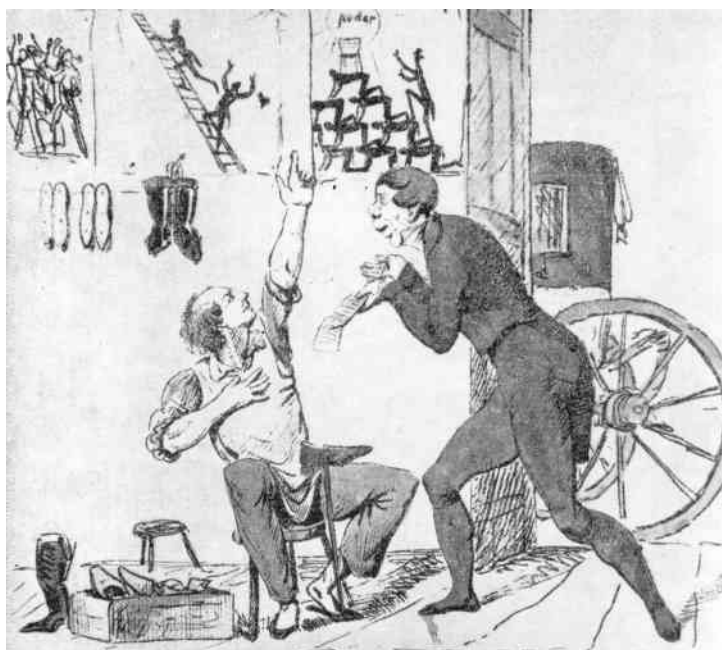
Os direitos políticos eram igualmente restritos. A Constituição de 1824 permitia que votassem todos os homens (as mulheres não votavam) acima de 25 anos, com renda de 100 mil réis, mesmo que fossem analfabetos. O voto era obrigatório, como é ainda hoje. E, como já vimos, as eleições eram controladas pelos coronéis locais ou pelas oligarquias regionais, o que significava que a decisão do voto estava na mão de quem tinha o poder. Era o chamado “voto de cabresto”.

Em 1881, a Câmara de Deputados votou uma lei que aumentava a renda dos eleitores para 200 mil réis e proibia o voto dos analfabetos. Como somente 15% da população era alfabetizada, 80% dos homens perderam o direito de votar. Nas eleições parlamentares de 1886, por exemplo, votaram pouco mais

de 100 mil pessoas, ou 0,8% da população brasileira. Essa situação legal não mudou com a primeira Constituição da República, promulgada em 1891. No ano seguinte, apenas 2,2% da população votou e, em 1930, 5,6% dos brasileiros foram às urnas. Como se pode perceber, os governantes eram escolhidos por pouquíssimas pessoas.

Com os direitos civis e políticos tão restritos, quase não existiam direitos sociais durante o período imperial e a Primeira República. A assistência social estava nas mãos das irmandades religiosas ou de sociedades de auxílio organizadas por pessoas leigas. Essas instituições funcionavam para quem contribuía, fazendo empréstimos, garantindo apoio em casos de doença, auxílio funerário e, em alguns casos, pensão para viúvas e órfãos. Existiam também sociedades de auxílio mútuo que eram organizadas por trabalhadores e sindicatos, pois o Estado não se envolvia nessas questões.

Rafael Mendes de Carvalho



O sapateiro eleito, charge de Rafael Mendes de Carvalho, publicada em 1849. Coleção particular. Um sapateiro exhibe desenhos na parede a um candidato que lhe pede voto. Em um deles, um político eleito derruba o que o ajudou a conquistar o cargo; em outro, um candidato sobe ao poder por uma escada formada pelo povo.

Muitos foram os movimentos sociais que surgiram nesse período para modificar o cenário político e social em várias partes do Brasil, o que demonstra que a população tinha noção de seus direitos e dos deveres do Estado. Mas tais movimentos refletiam muito mais reações aos abusos sofridos do que tentativas de proposição de novos direitos.

A cidadania regulada

Entre 1930 e 1964, o tratamento da questão dos direitos civis e políticos variaram bastante, mas na maior parte do tempo eles foram restritos ou abolidos. Os direitos sociais, embora sob o controle do Estado, avançaram. Configurou-se o que o sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos (1935-) chamou de “cidadania regulada”, uma cidadania restrita e sempre vigiada pelo Estado, do ponto de vista legal ou policial.

De 1930 a 1945, os direitos civis e os direitos políticos evoluíram pouco porque foi curto o período de vigência da Constituição liberal de 1934. Com a Constituição de 1937, no contexto do Estado Novo (regime ditatorial que se prolongou até 1945), a participação da população restringiu-se às votações para o Legislativo, pois as eleições para os cargos executivos foram indiretas ou não ocorreram.

De 1945 a 1964, os direitos civis e políticos retornaram a uma situação estável, com liberdade de imprensa, de manifestação e de organização partidária. Algumas exceções: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, teve seu registro cassado em 1947, e as greves eram consideradas legais apenas quando autorizadas pela Justiça do Trabalho, o que raramente acontecia.

No âmbito dos direitos sociais, o período do governo de Getúlio Vargas, mesmo durante a ditadura do Estado Novo, ficou conhecido como aquele em que se colocaram em prática as reformas trabalhistas no Brasil. Um dos primeiros atos desse governo, ainda em 1930, foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Já na vigência da ditadura do Estado Novo, em 1º de maio de 1943, entraria em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Essa legislação continua vigente, com poucas alterações importantes. As disposições mais significativas dessas leis, que não regulavam o trabalho rural, foram a jornada de oito horas diárias para os trabalhadores do comércio e da indústria, a regulamentação do trabalho de menores e do trabalho feminino, o direito a férias remuneradas e a implantação do salário mínimo. É importante lembrar que essas disposições eram reivindicadas pelos trabalhadores desde o início do século XX.

Para que esses direitos se efetivassem, foi montada uma estrutura sindical, previdenciária e jurídica que envolveu a criação de diversos órgãos e instituições, entre os quais a Justiça do Trabalho, com tribunais regionais, o Tribunal Superior do Trabalho e os Institutos de Aposentadorias e Pensões por categoria profissional, como a dos industriários, comerciários, ferroviários, bancários etc. Houve a criação da carteira de trabalho como o documento do trabalhador, importante para esclarecer pendências jurídicas entre patrões e empregados, e do Imposto Sindical (valor correspondente a 1/30 do salário mensal ou de um dia de trabalho), que serviria para a manutenção dos sindicatos. Outras deliberações foram estabelecidas como a semana de trabalho de 48 horas, as férias remuneradas, a proibição de demissão sem justa causa do empregado após dez anos no emprego e principalmente o salário mínimo. E, ligada a tudo isso, a construção e disseminação da imagem de Getúlio Vargas como “o protetor dos trabalhadores”.

Os direitos cassados e a volta da cidadania

Com a ditadura civil-militar, a partir de abril de 1964, os direitos civis e políticos foram restringidos. Para isso, o governo militar, como já vimos na Unidade 4, utilizou os Atos Institucionais que tornavam “legal” a ausência de direitos.

Nesse período, os direitos civis básicos foram todos violados, com a proibição das greves, a execução de prisões arbitrárias, a violação de domicílios e correspondência e a promoção de tortura nas prisões. Para que a ditadura parecesse legítima, foi mantido em atividade o Congresso Nacional – que era totalmente vigiado e só funcionava quando os militares permitiam. Também contribuindo para a aparência de legitimidade, a Constituição de 1946 foi mantida até 1967, quando se votou uma nova Constituição, que incorporava os dispositivos jurídicos dos Atos Institucionais e estabelecia que somente o Executivo podia enviar propostas para alterá-la. O poder

Repressão à passeata estudantil em 21 de junho de 1968, Rio de Janeiro, episódio também chamado de “sexta-feira sangrenta”, meses antes da publicação do Ato Institucional nº 5, considerado o mais duro golpe contra a democracia, que garantia poderes quase absolutos aos militares.



Evandro Teixeira/CPDdoc. JB/Folhapress

Legislativo restringia-se a um espectador das propostas de mudanças e votava sempre conforme determinava o poder Executivo.

A partir de 1978, esboçou-se a chamada “abertura lenta e gradual” proposta pelos militares. O Congresso Nacional pôde votar o fim do AI-5 e da censura prévia aos meios de comunicação e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. Em 1979, foi votada a Lei de Anistia, que permitiu a volta dos brasileiros exilados. Assim continuou o processo de “abertura”, sempre conduzido e vigiado pelos governos militares.

Se os direitos civis e políticos foram praticamente anulados durante a ditadura, os direitos sociais foram utilizados para deixar transparecer um mínimo de cidadania e, como no período anterior, para cooptar setores populares. Assim, houve alguns ganhos nesse setor. O mais importante foi a unificação do sistema previdenciário, com a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, hoje Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), que deixava de fora apenas o funcionalismo público, mantido em regime próprio.

Em 1971, criou-se o Fundo de Assistência Rural (Funrural), que, pela primeira vez na história do país, dava ao trabalhador rural o direito à aposentadoria, à pensão e à assistência médica. Em 1972 e 1973, foram incorporadas ao sistema previdenciário duas categorias profissionais: a dos empregados domésticos e a dos trabalhadores autônomos. Assim, só ficavam fora do sistema de previdência nacional os chamados trabalhadores informais.

Entre as ações do governo ditatorial, no plano social, cabe ainda destacar a tentativa de facilitar a compra da casa própria pela população de baixa renda. Para isso, foram fundados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que disciplinavam o financiamento de imóveis.

Cidadania hoje



João Ramid/Abril Comunicações S/A

No dia 3 de outubro de 1988, em Brasília, o presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, ergue a Constituição que seria promulgada dois dias depois.

A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, tornou possível pela primeira vez na história do Brasil a vigência de uma legislação democrática que assegurava a plenitude dos direitos civis, políticos e sociais.

O aspecto mais marcante dessa Constituição é o fato de direitos e garantias fundamentais aparecerem antes das disposições sobre o funcionamento dos poderes do Estado. Isso significa que o Estado está a serviço dos cidadãos e esses direitos não podem ser abolidos. Em outras palavras, os direitos civis, políticos e sociais estão acima do Estado e legalmente definidos.

Os direitos humanos ganharam tal posição na Constituição porque, nos últimos anos da ditadura militar, ocorreram muitos movimentos sociais em defesa deles. No entanto, para que se tornem substantivos, é necessário que sejam efetivados no cotidiano dos indivíduos.

Como vimos, o histórico dos direitos no Brasil parece estar invertido em relação ao que se observou nos Estados Unidos e nos países europeus.

Os direitos civis e políticos foram restritos na maior parte de nossa história, e as propostas de direitos sociais tiveram sempre o sentido de minimizar as condições precárias de vida da população. Só recentemente podemos dizer que a maioria dos direitos clássicos foi estabelecida nas leis do país. Ainda assim, há muito por fazer para que os indivíduos possam de fato viver dignamente, com educação de boa qualidade, sistema de saúde eficiente, direitos trabalhistas permanentes, terra para trabalhar e habitação, e outros tantos direitos necessários.

Democracia, educação e cidadania

O lado dramático e cruel da situação educacional brasileira está exatamente aí. O homem da camada social dominante tira proveito das deformações de sua concepção de mundo. Ao manter a ignorância, preserva sua posição de mando, com os privilégios correspondentes. O mesmo não sucede com o homem do Povo. As deformações de sua concepção de mundo atrelam-no, indefinidamente, a um estado de incapacidade, miséria e subserviência. Transformar essa condição humana, tão negativa para a sociedade brasileira, não poderia ser uma tarefa exclusiva das escolas. Todo o nosso mundo precisaria reorganizar-se para atingir-se esse fim.

No entanto, é sabido que as escolas teriam uma contribuição específica a dar, como agências de formação do horizonte intelectual dos homens. Cabia à lei fixar certas condições, que assegurassem duas coisas essenciais: a equidade na distribuição das oportunidades educacionais; a conversão das escolas em instituições socializadoras, pondo cobro ao divórcio existente entre a escolarização e o meio social. Ainda aqui a lei se mostra parcial e inoperante. Atende aos interesses dos novos círculos de privilegiados da sociedade brasileira, como as classes médias e ricas das grandes cidades, e detém-se diante do desafio crucial: a preparação do homem para a democracia, que exige uma educação que não seja alienada política, social e historicamente.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966. p. 537.

1. Esse texto foi escrito há 50 anos. Na sua opinião, a situação educacional no Brasil continua a mesma? Justifique sua posição.
2. Qual é a função da educação em uma sociedade democrática?

Estranho no paraíso

O morador de rua M. M. da S., 68, teve garantido pela Justiça seu direito de transitar livremente pelas ruas de São Paulo e permanecer onde desejar.

O idoso, que costumava dormir em uma praça da Vila Nova Conceição, área nobre da capital paulista, e acabou no Hospital Psiquiátrico Pinel em meio à pressão de alguns vizinhos contra seu mau cheiro, pode agora “ir, vir e ficar sem qualquer restrição ou impedimento por quem quer que seja”, conforme decisão da juíza Luciane Jabur Figueiredo, do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária).

O caso de S., que morava havia 20 anos nas ruas do bairro, na praça Pereira Coutinho, onde apartamentos chegam a custar R\$ 15 milhões, foi relatado pela *Folha* no final de maio, quando ele tinha sido encaminhado ao Pinel pela prefeitura. Dois dias após a publicação, foi liberado e levado para a Oficina Boraceia, abrigo para moradores de rua, onde não quis ficar e saiu na mesma semana.

[...]

A medida é uma garantia individual estabelecida na Constituição para quem sofrer ou estiver ameaçado de sofrer, por ilegalidade ou abuso de poder, restrição a sua liberdade de locomoção.

A juíza do Dipo considerou que “se foi liberado do hospital psiquiátrico é porque não houve conclusão médica de que representasse perigo à própria saúde ou à saúde de outrem”. “Somente a ele pode caber a decisão sobre o que seja melhor para si; se quer voltar para as ruas, se quer permanecer no abrigo ou, ainda, se prefere uma outra via pública para estar”, escreveu Figueiredo.

[...]

IZIDORO, Alencar. Estranho no paraíso. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19 jul. 2005. Cotidiano, p. C7. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200522.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

3. De que direitos M. M. da S. tem sido privado ao longo de sua vida?
4. Que direitos foram feridos quando ele foi proibido de “morar” na praça?

Os movimentos sociais no Brasil

Há registros de movimentos sociais no Brasil desde o primeiro século da colonização. Analisar historicamente esses movimentos sociais é uma tarefa necessária para que se conheçam as inúmeras formas de organização que permearam a ação de muitas classes sociais, grupos os mais diversos e os interesses múltiplos que moveram milhares de pessoas a lutar e morrer pelo que acreditavam. Além disso, essa análise é fundamental para eliminar a ideia segundo a qual os brasileiros são pacíficos e não sabem (ou não souberam) lutar por aquilo que, em cada momento, pensavam ser o melhor para si e para os seus contemporâneos. Assim, os indígenas lutaram e continuam lutando. Os escravos africanos lutaram por sua liberdade e seus descendentes o fazem até hoje. Homens e mulheres, no campo e na cidade, lutaram em diversos momentos por mais liberdade e maiores direitos. Esses movimentos demonstram que os que viviam e os que vivem no Brasil sempre procuraram, de uma ou de outra forma, lutar em defesa de seus ideais, anseios e projetos de vida e de mundo.

O legado dessas lutas continua inspirando esforços e movimentos por uma sociedade melhor do que a que vivemos atualmente.

Movimentos dos povos indígenas

Os movimentos dos povos indígenas são os mais antigos do Brasil. Desde o século XVI, resistem diante das mais distintas formas de exploração e brutalidade contra seus povos e suas determinações culturais.

A antropóloga e demógrafa Marta Maria Azevedo estima que, na época da chegada dos europeus, havia em torno de 3 milhões de indígenas no Brasil de mais de mil povos diferentes, que durante séculos foram exterminados pelos conquistadores. Em 1991, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a coletar dados sobre a população indígena brasileira, havia 294 mil indivíduos. Desde então, a população indígena continuou crescendo e o censo de 2010 constatou que existem mais de 817 mil brasileiros que se autodeclararam indígenas e estão distribuídos em 305 etnias, falando 274 línguas.

As primeiras lutas indígenas aconteceram contra o colonizador português e as sucessivas tentativas de escravização e tomada de terras. Os dois conflitos mais conhecidos foram a Confederação dos Tamoios, em 1562, e a Guerra dos Bárbaros, ou Confederação dos Cariris, que se estendeu de 1683 a 1713. Esta foi uma luta intermitente que aconteceu em extensa área no Nordeste e envolveu vários povos indígenas, que mantinham intensa a pressão contra os colonizadores.

O mapa a seguir mostra a localização dos principais movimentos indígenas do Brasil colonial.

Durante o império e o início da República, muitos foram os combates em todo o território nacional entre indígenas e invasores de suas terras. No final do século XIX e até meados do século XX, a luta dos povos indígenas ocorreu no contexto das frentes de expansão, principalmente da cafeicultura, desde o Rio de Janeiro até o Paraná. Outras frentes de expansão também aconteceram nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todas elas provocaram conflitos intensos, posto que se expandiram sobre territórios indígenas. A partir da década de 1970, outras frentes de expansão, principalmente na Amazônia e no Mato Grosso, tornaram-se os maiores focos de violência de todos os tipos contra os povos indígenas, por parte dos grandes proprietários de terras.

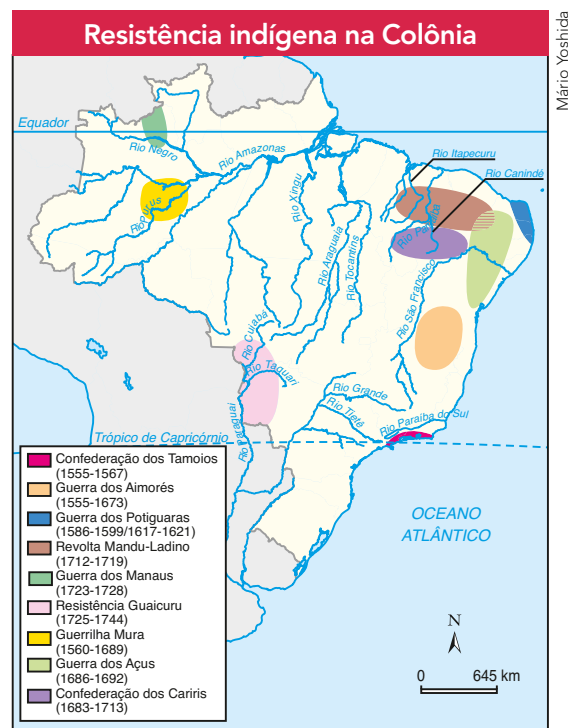
O extermínio dos povos indígenas se deu por chacinas e, sobretudo, por epidemias que dizimaram milhares de indivíduos em pouco tempo. Doenças (gripe, pneumonia, tuberculose, coqueluche, varíola etc.) trazidas pelo colonizador (homem branco) se disseminaram com rapidez, e a transmissão ocorria pelo contato ou então de forma premeditada, através de alimentos envenenados e roupas contaminadas.

A presença/ausência do Estado

Uma análise da legislação vigente desde o período colonial permite encontrar em todos os momentos leis claras que garantiam aos povos indígenas acesso legal às suas terras, mas essas leis jamais se impuseram de fato, porque houve na maioria das vezes omissão em sua aplicação. Negligência na execução, brechas nas leis e imprecisões no exercício do poder das autoridades instituídas levaram as terras indígenas a ser ocupadas por grandes fazendeiros, que definiriam a estrutura latifundiária do campo em vigor até hoje no país.

As terras indígenas continuam sendo foco de cobiça dos grandes fazendeiros, que querem alterar sua forma de demarcação, dos complexos industriais, que desejam sua abertura para a exploração mineral, e do Estado, que abre caminhos para usinas hidrelétricas, autoriza desapropriações injustas e incentiva atividades mineradoras. Tudo isso pode trazer desestruturação socioeconômica e ambiental aos já fragilizados povos indígenas. Em nome da emergência econômica, da suposta e falsa utilidade pública e do inegável favorecimento de poucos, a questão da sustentabilidade das nações indígenas é posta em xeque de modo continuado na história do Brasil, mudando a forma, mas mantendo o conteúdo.

Indígenas protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição 215 (PEC 215) e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em frente ao Congresso Nacional, Brasília, 2015. A PEC 215, que passa a decisão final da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo, proíbe a ampliação de terras já delimitadas e garante indenização a fazendeiros, foi aprovada por comissão especial na Câmara dos Deputados.



Fonte: elaborado pelos autores.

Augusto Dauster/Fotoarena



Movimentos indígenas recentes

O assassinato de lideranças indígenas é uma realidade em diversos estados do Brasil contemporâneo.

Apesar de todos os prejuízos causados a esses povos durante séculos, eles se apropriaram da lógica da sociedade invasora para criar novas formas de luta por meio de intensas reelaborações culturais e políticas. Para além da mobilização constante, eles têm procurado o sistema judiciário nacional para fazer valer seus direitos.

Desde 2002, quando as diversas organizações se reuniram na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a discussão de ideias, a execução de propostas, a sugestão de políticas públicas e a realização de projetos alternativos de sobrevivência e produção econômica nas comunidades passaram a compor a pauta atual das lutas indígenas no país.

nas palavras de YANOMAMI

Os brancos e nós

Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria. Não pensam mais nos seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa direção. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos. Os brancos clamam hoje: “Nós descobrimos a terra no Brasil”. Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos. [...]

Nos primeiros tempos, os seres humanos eram muito numerosos nesta terra. É o que dizem nossos mais velhos. Não havia doenças perigosas, sarampo, gripes, malária. Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o outro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tornaram muito numerosos que sua fumaça-epidemia xawara começou a aumentar e se propagar por toda a parte. Essa coisa má se tornou muito poderosa e foi assim que as gentes das florestas começaram a morrer.

YANOMAMI, David Kopenawa; ALBERT, Bruce. Descobrimos os brancos. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. Companhia das Letras, 1998. p. 18-19.

Movimento negro

O movimento negro também marca presença há muitos anos no Brasil, num percurso que teve início no século XVI e continua até os dias de hoje. A diversidade das estratégias de luta e a sede por liberdade, justiça e uma realidade efetivamente fraterna caracterizam, sem dúvida, a saga do povo negro no Brasil.

Movimentos dos escravos africanos

Os escravos africanos, assim como os indígenas, não ficaram passivos diante das condições em que viviam. As principais formas de resistência que utilizavam eram a organização de quilombos e as revoltas localizadas, que existiram do século XVII até o fim da escravidão. O primeiro quilombo de que se tem notícia foi organizado em 1575, na Bahia. A partir de então, há registros da existência

O movimento abolicionista

Apesar de as rebeliões, fugas e organizações de quilombos já existirem no Brasil desde o século XVI, uma articulação social de fato contra a escravidão no país só aconteceu nas últimas décadas do século XIX. O movimento abolicionista agregou muitos negros e pardos libertos, além de políticos, intelectuais, poetas e romancistas. Cresceu lentamente, pois sofria a oposição dos grandes proprietários de terras e de escravos.

Vários passos foram necessários para a extinção da escravidão no Brasil. O primeiro foi dado em 1850, quando, sob pressão da Inglaterra, o governo aboliu o tráfico de escravos, por meio da Lei Eusébio de Queiroz. Depois, outras leis foram aprovadas, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), que mantinham nas mãos dos proprietários de escravos a maior parte das decisões.

Também contribuiu para o fim da escravidão a Guerra do Paraguai (1864-1870), pois se tornavam libertos todos os escravos que ingressavam no exército brasileiro. Pessoas livres que conviveram com escravos nas fileiras do exército acabaram abraçando a causa abolicionista.

Assim, a questão da abolição se institucionalizou em 1880, com a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Começavam, no Parlamento, os debates sobre o projeto de libertação geral, apresentado pelo deputado pernambucano Joaquim Nabuco. Uma crise na lavoura, aliada à intensa pressão popular, resultou na libertação dos negros no Ceará em 1884. A ação de grupos urbanos em vários pontos do país (Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraná) fortaleceu o movimento abolicionista, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A tudo isso se pode agregar a presença das ideias liberais e republicanas nos últimos anos do Império, que motivaram a criação de outras organizações, como a Confederação Abolicionista (em 1886) e a Caixa Emancipadora Luís Gama (em 1882), além de jornais, como a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, *O Cabrito*, *O Mulato* e *O Homem de Cor*, que permitiram a divulgação da causa abolicionista.

A escravidão no Brasil deixou de existir oficialmente em 13 de maio de 1888, mas a abolição não garantiu melhores condições de vida para os ex-escravos, que foram abandonados à própria sorte. Essa situação deu início a uma questão social que ainda está presente no Brasil: a discriminação racial e a enorme desigualdade social e econômica entre brancos e negros.



Sede da *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, RJ, em 1888. O jornal abolicionista teve entre seus redatores, desde 1877, José do Patrocínio, um dos principais propagandistas da causa da libertação dos escravos.

Antônio Luiz Ferreira/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

O movimento negro após a abolição

A situação do negro após a abolição foi retratada com muita clareza por Florestan Fernandes.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 1. São Paulo: Ática, 1978. p. 15.

Essa situação fez com que o movimento negro demorasse a se organizar em face da nova realidade, que se desenvolveu a partir da década de 1930. Até então, havia um movimento fundamentado nas organizações associativas, como clubes de recreação ou literários e sociedades beneficentes.

Com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, o movimento se politizou. A FNB adotou um discurso nacionalista: destacava o caráter mestiço da população brasileira e desconsiderava os laços históricos e culturais dessa população com a África. As bases de seu programa eram a defesa da integração do negro na sociedade nacional e de classes e o combate à discriminação racial, à qual se atribuía a pobreza da população negra. Agregando ativistas e simpatizantes cujas posições políticas iam desde a nacionalista de direita até a socialista, a organização foi posta na ilegalidade por Getúlio Vargas em 1937.

Em 1944, Abdias Nascimento (1914-2011) e outros militantes do movimento negro fundaram o Teatro Experimental do Negro (TEN). A significativa produção teatral do grupo tinha por objetivo desenvolver a consciência da negritude brasileira e ao mesmo tempo combater a discriminação racial.

nas palavras de NASCIMENTO

O quilombismo

[...]

Já que o ex-escravo se tornara cidadão, o Brasil se tornava inegavelmente um país negro; circunstância que a elite dominante branca não podia tolerar. As teorias científicas da época diziam que o negro “permaneceria para sempre como motivo básico da nossa inferioridade como povo”. Era necessário acabar com ele. A literatura política daquele tempo é muito explícita neste sentido. E assim começa o genocídio nesse século, do povo negro do Brasil, de duas maneiras: através da liquidação física, inanição, doença não atendida, e brutalidade policial; mais sutil é a operação da miscigenação compulsória. [...] O supremacismo branco no Brasil criou instrumentos de dominação racial muito sutis e sofisticados para mascarar esse processo genocida. O mais efetivo deles se constitui no mito da “democracia racial”. Aqui temos talvez a mais importante diferença entre os sistemas de dominação anglo-americana e luso (ou hispano)-americano. O mito da “democracia racial” mantém uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e tão destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul.

NASCIMENTO, Abdias (org.). *O negro revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 25-28 apud GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Resistência e revolta nos anos 1960*: Abdias Nascimento. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 156-167, dezembro/fevereiro 2005-2006.

Organizações recentes do movimento negro

O movimento negro voltaria a emergir nos últimos anos da década de 1970, apresentando importantes mudanças. O passo mais significativo foi a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, depois somente MNU). Fundado em 1978, surgiu como resultado do acúmulo das experiências anteriores e da consciência de que a luta dos negros não deveria estar calcada na ideia de integração social ou simplesmente em denúncias, mas no engajamento no combate pela própria superação das estruturas que permitiam a discriminação e a marginalização do negro no Brasil.

Outras organizações surgiram e passaram a priorizar a desmitificação da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que o racismo está entranhado na sociedade brasileira. A defesa de políticas públicas voltadas para a população negra ganhou espaço, ferindo interesses e privilégios consolidados.

É importante destacar o fato da existência e da demarcação de comunidades quilombolas ainda hoje. Isso se deve à mobilização do movimento negro durante a última Assembleia Constituinte, em 1988.

Hoje, o movimento negro conta com uma diversidade enorme de organizações e defende, entre outras medidas, o desenvolvimento de políticas de reconhecimento de diferenças étnico-raciais e culturais, de combate à discriminação, de afirmação dos direitos civis e de ações afirmativas ou compensatórias.

Movimentos sociais rurais

Nesta obra, irá se tratar dos movimentos sociais rurais que aconteceram depois da Lei de Terras de 1850, posto que as questões envolvendo a terra no Brasil, que permanecem ainda hoje, começaram com a promulgação desta lei. Isso não significa que não houve agitações rurais anteriores a 1850. A **Balaiada**, movimento ocorrido no Maranhão que opôs sertanejos e escravos a poderosos e violentos fazendeiros da região, é um exemplo.

Lei de Terras de 1850

Lei nº 601 de 18-09-1850, mais conhecida como a Lei de Terras no Brasil, definia que a partir de então só se poderia adquirir terras através da compra, ou seja, a terra passou a ser uma mercadoria, já que antes o governo português – e, depois, o imperador – era o responsável pela doação das terras através das sesmarias.

A lei surgiu na mesma época em que houve a proibição do tráfico de escravos e logo depois os primeiros ensaios de imigração estrangeira. Dessa forma, a lei impedia que ex-escravos e imigrantes estrangeiros pudessem ter acesso a terras, criando enormes restrições para que possivelmente eles pudessem galgar à condição de pequeno ou médio proprietário. [...]

A partir da década de 1950, ou seja, cem anos depois de promulgada a Lei de Terras, muitas disputas de terras (e movimentos sociais) ainda são reflexo das interpretações daquela lei e de disputas para saber quais são os documentos válidos, já que muitos deles foram adulterados ou simplesmente forjados e inventados.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Movimentos messiânicos: Canudos e Contestado

São chamados de messiânicos os movimentos sociais de conotação religiosa cujos integrantes acreditam em um líder carismático, o qual identificam como “enviado de Deus” (um “messias”), que os libertará da opressão, derrotará as injustiças e instituirá uma nova sociedade e o paraíso na Terra.

Em seu livro *O messianismo no Brasil e no mundo*, a socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-) analisa uma série de movimentos messiânicos que aconteceram no Brasil desde o período colonial, como o da Cidade do Paraíso Perdido, que se deu por volta de 1817 em Alagoas e no sul de Pernambuco; o do Reino Encantado, ocorrido por volta de 1836 em Pernambuco; o dos Santarrões ou Muckers, que subsistiu desde 1872 até 1898 no Rio Grande do Sul; o Movimento dos Anjos ou de Santa Dica, em Goiás, de 1923 a 1925; o do Beato do Caldeirão, que perdurou de 1926 a 1937 no Ceará; o do Povo do Velho Pedro, iniciado na década de 1940 no interior da Bahia; e o da União de Jeová, ocorrido na década de 1950 no limite entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, houve no Brasil dois expressivos movimentos rurais de caráter messiânico: a **Guerra de Canudos** e a **Guerra do Contestado**. Eles foram marcados por duas semelhanças:

- envolveram religiosidade, pobreza e insensibilidade política por parte dos governantes;
- foram combatidos por forças policiais dos estados e pelo exército federal, ocasionando milhares de mortes – cerca de 20 a 25 mil em cada uma dessas guerras.

O movimento de **Canudos** ficaria conhecido por esse nome porque foi em uma fazenda abandonada chamada Canudos, localizada em um arraial do nordeste baiano, onde, em 1893, se estabeleceram o cearense Antônio Conselheiro e seus seguidores. Lá constituíram uma comunidade que chegou a ter cerca de 30 mil habitantes, agregando sertanejos de todo o Nordeste.

Os moradores do arraial, ao qual Conselheiro deu o nome de Belo Monte, viviam num sistema comunitário: não havia propriedade privada e todos deviam entregar um terço do fruto de seu trabalho para o sustento comum. A população, cujo cotidiano era permeado por atividades religiosas, dedicava-se ao comércio, às atividades agrícolas e ao artesanato.

Antônio Conselheiro não aceitava as instituições do governo republicano: considerava a separação entre Estado e Igreja Católica uma profanação da autoridade religiosa, condenava a celebração do casamento civil e opunha-se à cobrança de impostos.

Temendo que o poder de Antônio Conselheiro perturbasse a ordem no campo, comprometendo a mão de obra necessária para as atividades rurais, ou afetasse o resultado das eleições, os proprietários de terras e os governantes decidiram atacar o arraial sob o argumento de que os moradores de Canudos eram perigosos monarquistas.

Em 1896, teve início a Guerra de Canudos, com o envio da primeira expedição de tropas militares para destruir o arraial. Essa expedição foi derrotada pelos moradores de Canudos, assim como as duas expedições seguintes. Em 1897, porém, a quarta expedição do exército venceu os sertanejos. A história desse movimento ficou eternizada no livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha.

Na imagem, 400 prisioneiros partidários de Antônio Conselheiro, nas proximidades do arraial de Canudos, Bahia, 1897.

Museu da República, Rio de Janeiro



O outro movimento social rural que marcou as décadas iniciais da República, a **Guerra Santa do Contestado**, ocorreu entre 1912 e 1916 em uma região de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, que era disputada (contestada) pelos dois estados.

No início do século XX, muitos sertanejos que viviam na região estavam revoltados com as condições de opressão impostas pelos coronéis locais. A situação piorou em 1908, quando a empresa Brazil Railway Company obteve do governo uma faixa de terra de 30 quilômetros para construir uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Os posseiros que viviam nesse local foram expulsos. Em 1911, uma subsidiária dessa companhia, a Southern Brazil Lumber and Colonization, comprou mais terras na região e expulsou mais moradores. Quando a ferrovia foi concluída, cerca de 8 mil empregados da companhia foram demitidos sumariamente. Sem trabalho e sem moradia, sertanejos e ex-empregados da ferrovia formaram uma grande população de desenraizados.

Na época, circulavam pela região andarilhos que eram chamados de “monges”. Eles faziam pregações e rezas, indicavam penitências para evitar desastres pessoais ou comunitários e até “curavam” doenças, de acordo com os crentes que os seguiam. Um desses monges, conhecido como José Maria, juntou mais de 20 mil sertanejos, com os quais fundou uma comunidade independente. Assim como os moradores de Canudos, José Maria e seus seguidores viviam num sistema comunitário e não obedeciam ao governo republicano.



Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro

Militares e revoltosos presos, no final da Guerra do Contestado, Santa Catarina, em 1915.

A fim de expulsar essas comunidades que ocupavam as terras, os coronéis, apoiados por tropas do governo, começaram a combater os sertanejos. José Maria morreu em um desses combates, em novembro de 1912, e foi considerado “santo” por seus seguidores, que se rebelaram e começaram a encarar o conflito com o governo como uma “guerra santa”.

Em 1914, os sertanejos controlavam um vasto território da região do Contestado. Em 1916, forças policiais do Paraná e de Santa Catarina e integrantes do exército nacional, utilizando todo o armamento do qual dispunham, inclusive bombardeio aéreo, conseguiram sufocar o movimento.

Outros movimentos sociais rurais

Os movimentos sociais rurais ocorridos no Brasil no século XX foram esparsos, mas incessantes. No período de 1950 a 1964, os movimentos rurais marcaram presença no Brasil ao reivindicar a regularização de posses, fazer oposição à ação de companhias colonizadoras de terras e exigir a reforma agrária. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo na clandestinidade, esteve presente em muitos desses movimentos, uma vez que tinha como objetivo organizar os trabalhadores em sindicatos rurais, bem como participar na estruturação da luta em cada uma das situações.

A partir de 1953, os movimentos sociais e as revoltas no campo passaram a ter caráter mais amplo e a contar com maior organização regional e nacional. Assim, aconteceram a 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas e

vários Congressos de Trabalhadores Rurais. Em 1954, houve a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab).

No Nordeste, em 1955, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), mais conhecida como **Liga Camponesa**. Por meio de ações populares, as Ligas Camponesas denunciavam as condições precárias dos moradores do campo, bem como a estrutura da propriedade rural no Brasil, e propunham a reforma agrária.

Todos esses movimentos foram severamente reprimidos pela ação das polícias estaduais em conjunto com jagunços financiados pelos grandes proprietários.

No início da década de 1960, a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), procurou participar da organização dos trabalhadores rurais ao lutar por direitos trabalhistas e opor-se à ideia de uma revolução como saída para as crises da questão social no campo.

O último suspiro da organização dos trabalhadores rurais, antes do golpe de 1964, foi a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reunia 26 federações nacionais.

Movimentos e organizações rurais recentes

Nos últimos anos de enfrentamento contra o regime civil-militar instaurado em 1964, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desempenha até hoje importante papel no questionamento da situação agrária no Brasil. Organizado no Sul do país, a partir de 1979, com apoio de parte da Igreja Católica (Pastoral da Terra), do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST critica a estrutura da propriedade da terra no Brasil (na qual o latifúndio é dominante) e as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Ainda hoje, o MST é o movimento social rural mais atuante no Brasil. Uma das atividades do grupo consiste na ocupação de terras improdutivas como forma de pressão pela reforma agrária. Além dessa exigência, o MST reivindica financiamento e assistência técnica aos assentados, para que possam produzir nas terras que conquistaram. O MST luta, ainda, pela construção de escolas próximo aos assentamentos, de modo que as crianças não precisem ir à cidade, fixando as famílias no campo.

Outra organização que está vinculada ao meio rural, mas não somente a ele, é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse movimento organizou-se no fim da década de 1970, quando começaram a ser construídas grandes usinas hidrelétricas em várias regiões do país. A principal reivindicação do MAB era a indenização adequada das milhares de famílias desalojadas para a construção de barragens. Posteriormente, essas famílias passaram a exigir o direito de permanência na terra. A proposta do movimento ampliou-se e incluiu a discussão das questões da água e da produção de energia, da integridade ambiental dos rios, da fauna e da flora.

Movimentos sociais urbanos

Os movimentos sociais urbanos no Brasil tiveram início no século XVII, o que comprova a disposição da população de lutar contra os desmandos do poder institucionalizado. Esses movimentos ocorreram por distintas motivações, mostraram diferentes formas de luta e abrangência e combateram, na maioria das

vezes, questões vinculadas à cobrança ou ao aumento de impostos e ações das companhias de comércio ou das autoridades portuguesas. Merecem menção as seguintes revoltas:

- Revolta da Cachaça (1660-1661), no Rio de Janeiro, contestava a cobrança de impostos sobre a venda da cachaça e da carne;
- Revolta de Beckman (1684), em São Luiz do Maranhão, contra o monopólio e os desmandos da Companhia do Comércio do Maranhão;
- Guerra dos Mascates (1710-1711), em Pernambuco (Olinda e Recife). Disputa entre as cidades de Olinda e Recife pelo controle do poder político em Pernambuco;
- Revolta do Sal (1711), em São Paulo, contra o monopólio da venda do sal e a ganância dos comerciantes do produto;
- Revolta do Maneta (1711), na Bahia, que se opunham à cobrança de impostos;
- Levante do Terço Velho (1728), na Bahia, contra o não pagamento de soldos e as péssimas condições de trabalho em uma das mais antigas guarnições militares do país.

Duas revoltas populares merecem destaque:

- Revolta Ronco da Abelha (1851-1852): no Nordeste, contraposição a decretos imperiais que estabeleciam a realização de um censo demográfico e também a obrigatoriedade da constituição de um registro civil de nascimentos e óbitos;
- A Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875): no Nordeste, motivada por arbitrariedades dos cobradores de impostos, imposição dos novos padrões de pesos e medidas vinculados ao sistema decimal e exigência da lei de recrutamento militar que isentava quem contribuísse financeiramente, fosse proprietário de terras ou ainda quem apresentasse um substituto.

Já no século XX, outros movimentos sociais urbanos aconteceram em várias cidades do Brasil. Em 1904, a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, colocou nas ruas milhares de cidadãos em violentos conflitos com a polícia, revoltados pela obrigatoriedade de se submeter à vacinação. Forças governistas prenderam quase mil pessoas e deportaram para o Acre muitas delas.

Nas duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, pululavam movimentos pelo rebaixamento dos preços dos alimentos e dos aluguéis (poucos possuíam casa própria). Em outras cidades, havia diversos movimentos que lutavam contra o desemprego, a carestia e a fome e também por mais e melhores equipamentos urbanos. Via-se, de alguma forma, a expressão das classes populares numa época em que as autoridades pouco se importavam com elas.

Já na década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, as manifestações contrárias ao alto preço de aluguéis e alimentos, à ação dos especuladores, à fome, eram constantes. Esses movimentos continuaram a acontecer nas décadas seguintes, de modo que, entre 1951 e 1953, houve um grande movimento contra a elevação de preços, que ficou conhecido como o “movimento das panelas vazias” em todo o Brasil urbano.

No contexto de um Brasil que se urbanizava progressivamente e que já dispunha de meios de comunicação entre as várias regiões, começam a surgir movimentos de abrangência nacional, como os que pleiteavam reformas profun-



Litogravura em homenagem aos que incitavam a população a destruir os padrões de medidas impostos pela legislação. Coleção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, Pernambuco.

das na base da educação brasileira (1947) e o que defendia a independência na exploração do petróleo, caso do “O petróleo é nosso” (1954).

Dois outros tipos de movimentos que também surgiram a partir da década de 1950 e se prolongaram até o golpe civil-militar de 1964 foram os das associações de moradores, que reivindicavam saneamento (água e esgoto), transporte, educação, saúde etc., e os movimentos pela casa própria, que pleiteavam o estabelecimento de políticas de financiamento público para a aquisição de casa própria pelo trabalhador.

Movimentos sociais urbanos recentes

Revoltas constantes aconteceram nas cidades brasileiras durante o século XX, reivindicando melhoria nos transportes, mais escolas, fim das mortes no trânsito, construção de passarelas sobre rodovias, fim da violência etc. Esses movimentos foram e continuam a ser movimentos pontuais, de curta duração, e visam resolver questões específicas da vida cotidiana dos cidadãos urbanos no Brasil.

Há outros movimentos sociais mais duradouros que tiveram e ainda têm muita repercussão, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento contra o Custo de Vida (MCV), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

As CEBs, no início da década de 1960, fundamentadas nas diretrizes do Concílio Vaticano II (1962-1965), criaram espaços comunitários para debater a realidade social, evangelizar e alfabetizar adultos. Contavam com o apoio da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Dessas organizações surgiu a Ação Popular (AP), que pregava a defesa de um socialismo humanista como instrumento de libertação do homem.

Outro exemplo foi o MCV, iniciado em 1973, na cidade de São Paulo, que chegou ao fim por ocasião do Plano Cruzado (1986), que por pouco tempo obteve algum sucesso na redução dos preços dos alimentos.

Outro movimento social duradouro é o MTST, surgido em 1997 a partir da necessidade de organizar a reforma urbana e garantir moradia a todos os cidadãos.

As formas de atuação do MTST variam de um local para outro, mas basicamente se desenvolvem por meio de ocupações de edifícios abandonados. O objetivo é pressionar o poder público a permitir a ocupação desses espaços. O MTST também reivindica a implementação, por parte do governo, de programas de moradia e acesso pela população de baixa renda a financiamentos para compra de imóveis.



Ed Alves/CB/D. A. Press

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) estendem faixas durante ocupação em prédio no Pistão Sul, Brasília, DF, 2013.

Movimentos culturais

Em 1960, no contexto das lutas estudantis lideradas pela UNE (União Nacional dos Estudantes), tiveram início as atividades do Centro Popular de Cultura (CPC), um dos instrumentos de conscientização política dos jovens e estudantes, principalmente. Com grupos aliados, como o Centro de Estudos Cinematográficos e, mais tarde, os Teatros de Arena e Oficina, o CPC procurava romper com o elitismo cultural por meio da arte e da cultura e desenvolver uma estética compromissada com a transformação social.



Cartaz do filme *Eles não usam black-tie*, 1981. Direção de Leon Hirszman.

No teatro, despontaram Gianfrancesco Guarnieri (com a peça *Eles não usam black-tie*) e Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, (com a peça *Rasga coração*). No cinema, Cacá Diegues, Pedro de Andrade, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Leon Hirszman, entre tantos outros, produziram filmes que marcariam de forma permanente a sétima arte no Brasil. Na música, Carlos Lyra (com a canção *O subdesenvolvido*) foi um dos nomes de destaque. Na poesia, entre outros, Ferreira Gullar.

Apesar do curto tempo de existência, já que foi extinto após o golpe civil-militar de 1964, o CPC ainda aparece no imaginário cultural das lutas sociais no país como um símbolo de resistência política por meio da arte, da cultura, enfim, da sensibilidade criativa.

Hip-hop

Hip-hop é um movimento sociocultural iniciado no final da década de 1960, nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova York (EUA), com o intuito de reagir aos conflitos e à violência sofrida pelas classes populares urbanas. É um tipo de cultura das ruas, um movimento de reivindicação de espaço e voz das periferias. Reúne quatro manifestações artísticas principais: o canto do *rap* (sigla para *rythm and-poetry*), a instrumentação dos DJs, a dança do *break dance* e a pintura do grafite. Sobressaem as letras questionadoras e agressivas, o ritmo forte e intenso e as imagens grafitadas pelos muros das cidades. A ideia é protestar, se divertir e dilatar o campo de manifestação dos jovens da periferia. Nesse sentido, no conjunto de suas manifestações, colabora com os processos de politização dos habitantes das periferias das grandes cidades, espaços urbanos atravessados pelas consequências da ausência do poder público e da indiferença social.

No Brasil, o movimento *hip-hop* foi adotado, sobretudo, pelos jovens negros e pobres de grandes cidades – São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre – como forma de discussão e protesto contra o preconceito racial, a miséria e as péssimas condições de vida. O *hip-hop* tem servido como ferramenta de integração social e mesmo de ressocialização de jovens, no sentido de romper com essa realidade. Desconstruindo e rompendo com a naturalização do sofrimento vivido por pessoas pobres, procura dizer não à aceitação da miséria e às condições de vida como única possibilidade de sobrevivência. Além disso, dissemina a ideia de que a criminalidade não é fonte de renda ao favorecer os mais ricos.

Conforme a arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnick, o *hip-hop* passou a atuar nas áreas centrais como forma de mostrar que os moradores da periferia também fazem parte da cidade, também a compõem e a caracterizam, negando-se a aceitar a “não cidade”, o “não lugar”, que historicamente ocupam nas cidades – em geral, territórios originados de um modelo de urbanização sem urbanidade que destinou aos pobres um lugar longínquo, desequipado e sem condições para viver, ou seja, uma “não cidade”. O movimento *hip-hop* cria alternativas de arte e trabalho através da música em locais onde o Estado dificilmente age com políticas de educação e formação. As ações promovidas pelo *hip-hop* acontecem em núcleos de aprendizagem educacionais, oficinas, centros de inserção de jovens no mercado de trabalho e blocos culturais.

Hoje, no Brasil, em termos musicais, o movimento mistura vários grupos que mesclam diversas manifestações da cultura brasileira em sua arte.

Movimentos ligados ao mundo do trabalho

A indústria no Brasil já vinha se estruturando lentamente desde o final do século XIX. Com o fim da escravidão e o processo de imigração crescente, houve um incremento da industrialização. Indústrias de alimentos e de vestuário foram implantadas, bem como as vinculadas à construção civil (tijolos e cimento).

O capital estrangeiro, que já se fazia presente nos setores ferroviário e energético, aumentou ainda mais sua participação no Brasil durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Assim, desenvolveram-se em território nacional as indústrias de máquinas, material elétrico, produtos químicos, farmacêuticos e de higiene pessoal, entre outras. Criou-se, assim, um exército de trabalhadores urbanos repleto de imigrantes com experiência em iniciar lutas e movimentos operários na Europa.

Os movimentos sociais ligados ao mundo do trabalho tiveram início antes do fim da escravidão. Segundo o sociólogo brasileiro Aziz Simão (1912-1990), a partir da década de 1870 começaram a surgir as Ligas Operárias em várias partes do Brasil com o objetivo de organizar o processo de resistência dos trabalhadores contra os patrões. Por essa razão, as Ligas Operárias tornaram-se conhecidas como associações de resistência.

Mesmo consideradas ilegais e severamente reprimidas, as greves eram constantes nas principais cidades do país. A repressão aos operários, sempre excessiva, apoiava-se em uma legislação que permitia até a expulsão de trabalhadores imigrantes e a condenação por “delitos ideológicos”. Mesmo assim, em 1906, no Rio de Janeiro, houve o 1º Congresso Operário Brasileiro de tendência anarcossindicalista, predominante no movimento operário até 1922, ano da criação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre 1922 e 1930, ocorreram inúmeras greves operárias em várias cidades do Brasil, sendo que a greve geral de 1917 reuniu aproximadamente 30 mil trabalhadores que exigiam: jornada de oito horas diárias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, aumento de salários e redução de aluguéis.

No primeiro período em que Getúlio Vargas governou o país (1930-1945), apesar dos ganhos trabalhistas, várias greves aconteceram em muitas cidades do Brasil. Elas só cessaram por ocasião do golpe que instituiu o regime ditatorial do Estado Novo, em 1937, devido à repressão.

Entre 1961 e 1964, formaram-se sindicatos e centrais sindicais de âmbito nacional. Nesse intervalo, houve greves em todo o país, silenciadas a partir de 1964, quando teve início o período ditatorial.

O massacre de Ipatinga

Na década de 1960, na Usiminas e em empreiteiras a ela vinculadas trabalhavam cerca de 12 mil operários. Os trabalhadores das empreiteiras viviam em condições muito precárias e recebiam baixos salários. No início de outubro de 1963, um conflito entre trabalhadores e policiais militares terminou com 300 trabalhadores presos. Diante disso, os outros trabalhadores, bem como a população de Ipatinga, reuniram-se em frente à Usiminas e decretaram uma greve geral. O então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, havia enviado reforço policial para reprimir os protestos, e naquele momento ocorreu um grande massacre, pois os policiais, armados de fuzis e metralhadoras, passaram a atirar contra a massa que se aglomerava em frente à empresa. Saldo: mais de três mil feridos e, estima-se, mais de cem mortos. Após esse massacre, em reuniões com trabalhadores, empregadores, alguns parlamentares e o comandante da PM de Minas Gerais, foi acertada uma série de compromissos, como aumento salarial, assistência às famílias enlutadas e abertura de inquérito para punição dos responsáveis. Entretanto, com o golpe civil-militar de abril de 1964, esses compromissos foram cancelados ou revisados e os militares que participaram do massacre foram condecorados.

Movimentos trabalhistas recentes

Nos últimos anos da ditadura civil-militar, muitas greves ocorreram no Brasil. Em 1979, em 15 dos 23 estados aconteceram mais de 400 greves, apesar de proibidas por lei e duramente punidas.

Rodolfo Buhner/La imagem/Fotoarena



Policiais Militares reprimem manifestações de professores em greve no Estado do Paraná em frente à Assembleia Legislativa em Curitiba, 2015.

No processo de redemocratização do país, tiveram importante papel os movimentos grevistas realizados na década de 1980 em São Paulo, principalmente na região chamada ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), onde se concentrava o maior parque industrial do Brasil e, portanto, o maior número de trabalhadores industriais. Eles questionaram não só as condições salariais e de trabalho, mas também a legislação, que não permitia a livre organização dos trabalhadores e o direito de manifestação. Desses movimentos surgiram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Os movimentos grevistas continuam a se suceder e ainda são a principal forma de luta dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos. Considerada crime contra a segurança nacional durante o período ditatorial, a greve de servidores públicos, conforme a Constituição de 1988, é reconhecida como direito, sendo proibida apenas aos servidores militares. Todavia, ainda não há regulamentação para o exercício desse direito. Por isso,

as greves dos servidores públicos são analisadas e julgadas, como as paralisações dos trabalhadores do setor privado.

A repressão aos trabalhadores ainda é uma realidade hoje, caso do alarmante combate à greve de professores das escolas e universidades estaduais do Paraná em abril de 2015, quando a polícia militar utilizou todo tipo de expediente e armamento para conter os professores que protestavam contra as ações do governo Beto Richa (PSDB). Entre outras medidas, essas ações aumentavam impostos, retiravam direitos do magistério público e se apropriavam de parcela significativa do fundo previdenciário dos servidores paranaenses.

Existem sindicatos das mais diversas categorias de trabalhadores no Brasil. Esses sindicatos se reúnem, nacionalmente, em centrais sindicais.

A seguir, um quadro com os nomes das centrais sindicais brasileiras reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, em 2015, e seus índices de representatividade.

Central sindical	Sigla	Índice de representatividade
Central dos Sindicatos Brasileiros	CSB	7,43%
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB	9,13%
Central Única dos Trabalhadores	CUT	33,67%
Força Sindical	FS	12,33%
Nova Central Sindical de Trabalhadores	NCST	7,84%
União Geral dos Trabalhadores	UGT	11,67%

A greve no Brasil sempre foi de alguma forma delimitada pela ação do Estado. Sob o ponto de vista das Constituições de 1824, 1891 e 1934, houve omissão acerca do direito de greve; a Constituição de 1937 declarou a greve como recurso antissocial. A Constituição de 1946 reconheceu-a como direito dos trabalhadores, mas com amplas restrições aos chamados serviços essenciais e industriais básicos. As Constituições de 1967 e 1969 reproduziram tais restrições, especificadas na legislação ordinária. A Constituição de 1988 assegurou amplo exercício do direito de greve, estabelecendo que a lei definiria os serviços ou atividades essenciais e sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, sendo que os abusos cometidos poderiam ser punidos conforme a lei. A lei garante o direito, mas sempre há uma série de condições a serem cumpridas e condicionadas a análises da Justiça do Trabalho.

Movimentos civis e militares

No Brasil, houve movimentos de caráter estritamente militar e outros nos quais os militares tiveram apoio de parcela da população civil. Os envolvidos nesses movimentos se utilizaram de articulações golpistas, intervenções armadas ou ações de resistência e levantes.

Merecem destaque alguns desses movimentos, inspirados pela defesa da Independência e da República, na maior parte dos casos.

- **Conjuração mineira** (1789-1792), defendia a independência do Brasil e a instituição da República;
- **Conjuração baiana** (1796-1799), reivindicava a independência do Brasil, o fim da escravidão, a instituição da República e um governo democrático com liberdades plenas de livre comércio;
- **Confederação do Equador** (1824), envolvia Ceará, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e pleiteava a independência do Brasil e a instituição da República;
- **Cabanagem** (1835-1840), na província do Grão-Pará, favorável à independência da província do Grão-Pará, reivindicava melhores condições de vida para os cabanos (moradores das cabanas à beira dos rios) e maior participação nas decisões políticas;
- **Revolução Farrapo ou Guerra dos Farrapos** (1835-1845), no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde foi proclamada a República Juliana, pretendia que fosse criada uma república separada do Império brasileiro, a República Rio-Grandense ou República de Piratini;
- **Sabinada** (1837-1838), na Bahia, reivindicava autonomia política e administrativa para as províncias e a instituição do federalismo republicano;
- **Revolução Praieira** (1848-1849), em Pernambuco, lutava pelo voto livre e universal, liberdade de imprensa, independência dos poderes constituídos e fim do poder moderador, exercido pelo Imperador.

Todos esses movimentos foram reprimidos violentamente e seus líderes, presos, degredados ou enforcados. A ideia era que a punição fosse rigorosa, de forma a não encorajar novos processos revolucionários. Exemplos da violência imperial podem ser verificados ao analisar o número de mortos no combate à Cabanagem. Cerca de 30% a 40% da população existente, de aproximadamente 120 mil habitantes, foi dizimada.

Revolta da Armada e Revolta da Chibata

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, dois movimentos importantes na marinha devem ser mencionados.

- A Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, entre setembro de 1893 e março de 1894. Quase todos os integrantes da marinha se posicionaram contra o então presidente da República, Floriano Peixoto.
- A Revolta da Chibata, também no Rio de Janeiro, entre 22 e 27 de novembro de 1910. Os marinheiros reivindicaram principalmente a eliminação de castigos físicos, o aumento do soldo (salário), a melhoria da alimentação e das condições de trabalho.

Movimentos tenentistas

Na década de 1920, emergiram os movimentos militares, com alguma participação civil, que ficariam conhecidos como **tenentismo**, por causa da forte presença de tenentes em sua organização e condução. Esses movimentos se estenderiam por vários anos, com integrantes que tinham como objetivo pressionar ou conquistar o poder para promover as reformas necessárias à modernização da sociedade.

Os tenentes rebeldes eram contra as oligarquias políticas regionais e a estrutura de poder que as sustentava. Viam por trás delas a corrupção na administração pública e as fraudes eleitorais. Além disso, defendiam um sistema econômico que não se sustentasse no setor agroexportador e propunham uma educação pública abrangente. Consideravam-se responsáveis pela salvação nacional e defendiam um Estado forte, com tendência autoritária, pois julgavam a sociedade incapaz de promover as mudanças políticas requeridas.

O primeiro levante dos tenentes ocorreu em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Nessa ação, para tentar impedir a posse do presidente eleito, Arthur Bernardes, os oficiais rebeldes ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro. A reação foi rápida e o movimento foi controlado pelo exército. O pequeno grupo dos cerca de trezentos revoltosos do Forte de Copacabana, que ficaria conhecido como os 18 do Forte, não aceitou a rendição e saiu à rua para enfrentar as tropas do governo. Só dois deles sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

O segundo levante ocorreu em 1924, em São Paulo, e reuniu cerca de mil homens. Eles ocuparam os pontos estratégicos da capital paulista, levando os governantes a fugir da cidade. A reação também foi rápida e a situação foi controlada com a ajuda de tropas do Rio de Janeiro.

O líder da revolta de 1924, general Isidoro Dias Lopes, dirigiu-se com uma tropa numerosa para o Sul do país, determinado a continuar a luta contra o governo. Assim nasceu a Coluna Paulista, que, ao se encontrar com outros militares revoltosos, liderados por Luís Carlos Prestes, formou a Coluna Prestes.

O líder da revolta de 1924, general Isidoro Dias Lopes, dirigiu-se com uma tropa numerosa para o Sul do país, determinado a continuar a luta contra o governo. Assim nasceu a Coluna Paulista, que, ao se encontrar com outros militares revoltosos, liderados por Luís Carlos Prestes, formou a Coluna Prestes.

Caminhada dos tenentes rebeldes pela Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro, RJ, no dia 5 de julho de 1922.



CPDOC/FGV

- **Ação Integralista Nacional** (AIN) ou integralismo, de tendência fascista, foi criada em 1932 e liderada por Plínio Salgado. Tendo como lema “Deus, Pátria e Família”, reuniu os setores conservadores da classe média, da Igreja e do Exército e apoiou o governo de Getúlio Vargas. Oficialmente extinta em 1937, tentou um golpe, fracassado, em 1938.
- **Aliança Nacional Libertadora** (ANL) foi constituída em março de 1935 como frente popular para combater o fascismo e o imperialismo. Defendendo o cancelamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e o combate ao latifúndio, promoveu grandes manifestações públicas até ser posta na ilegalidade por Vargas, alguns meses depois de sua fundação. Membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e antigos tenentes que se agregavam na ANL passaram então a articular um levante armado para depor o governo Vargas, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. A tentativa de golpe fracassou e o episódio foi utilizado como pretexto para que Vargas comandasse um golpe em 1937, instaurando o regime ditatorial chamado Estado Novo.

Movimentos contra a ditadura civil-militar (1964 a 1985)

Depois do golpe civil-militar promovido em 1964, os movimentos dos estudantes e dos trabalhadores continuaram atuantes e criaram uma situação de contestação aberta ao regime, até dezembro de 1968, quando foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que cassou todos os direitos dos cidadãos, inclusive o de manifestação.

Como resposta à escalada da repressão praticada pela ditadura civil-militar, grupos de militantes de diversas tendências de esquerda optaram pela organização de movimentos armados (rurais e urbanos) visando combater o regime e criar condições para a estruturação de uma sociedade de caráter socialista no Brasil.

Entre as ações empreendidas nas cidades pelos grupos armados, estavam os sequestros (a fim de trocar prisioneiros do regime pelos sequestrados) e os roubos a bancos (para sustentar as atividades contra o regime). No campo, foram montados movimentos de guerrilha com o objetivo de mobilizar a população para fazer frente ao regime militar – o mais conhecido foi a Guerrilha do Araguaia, apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A repressão aos movimentos armados ocorreu de modo extensivo e cruel e, em meados da década de 1970, todos eles estavam suprimidos.

Dia nacional de protesto pela anistia. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1978.



Após o governo de Ernesto Geisel, que apresentou o projeto dos militares de promover um retorno à democracia representativa de modo lento, gradual e sob vigilância, foram organizados grandes movimentos políticos pela democratização da sociedade brasileira:

- **Movimento pela anistia**, que resultou na assinatura da Lei de Anistia pelo presidente João Baptista Figueiredo, em 1979;
- **Movimento Diretas Já**, entre 1983 e 1984, pelas eleições diretas para presidente da República.

Com a volta dos civis à presidência, tomou corpo o movimento para uma nova Constituição no Brasil. Esse foi o **Movimento pela Constituinte**, entre 1985 e 1986, que conseguiu a aprovação da instauração de uma Assembleia Constituinte a partir de 1986. Dois anos depois, foi promulgada a nova carta constitucional.

Movimentos sociais contra as discriminações

Além dos movimentos negro e indígena, precursores das lutas sociais contra o preconceito, a exclusão e a violência contra as minorias, outros movimentos fundamentais devem ser apontados: o das mulheres e o dos grupos LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

Movimento das mulheres pelas mulheres

As mulheres no Brasil participaram de vários movimentos sociais, tanto no período monárquico quanto no republicano.

No início do século XX, o movimento das mulheres cresceu no Brasil, seguindo os passos do movimento feminista internacional. Em 1918, a bióloga brasileira Bertha Lutz (1894-1976) publicou na *Revista da Semana* uma carta denunciando o tratamento discriminatório dado às mulheres e, em 1919, criou a Liga pela Emancipação Feminina. Em 1921, no Rio de Janeiro, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que lutava pelo voto, pela escolha do domicílio e pelo trabalho feminino sem a necessidade de autorização do marido. Além dela devem ser lembradas, entre outras ativistas pelo direito ao voto, Mietta Santiago (1903-1995), Luíza Alzira Soriano Teixeira (1897-1963) e Jerônima Mesquita (1880-1972).

Paralelamente a esse movimento, foi criada, também em 1919, a Liga Comunista Feminina e, em 1920, no Rio de Janeiro, o Grupo Feminino de Estudos Sociais, organização de cunho educacional, sob a liderança da professora anarquista Maria de Lourdes Nogueira. A ideia básica era libertar a mulher do único aprendizado que a sociedade lhe permitia – o maternal e doméstico –, possibilitando-lhe, então, uma reflexão sobre as condições históricas da sua dominação. Visava também reunir as mulheres emancipadas do Brasil, a fim de combater sistematicamente e eficazmente a escravização clerical, econômica, moral e jurídica, que asfixiavam, degradavam e aviltavam o sexo feminino.

Graças à luta dessas mulheres, o Código Eleitoral de 1933 estendia às mulheres o direito de voto e de representação política. Na Constituinte de 1934, houve uma representante das mulheres, a primeira deputada do Brasil: Carlota Pereira de Queirós (1892-1982). Na década de 1930, as mulheres se fizeram presentes também nas greves operárias e na luta pelo acesso ao sistema educacional.

Como os demais movimentos sociais, o movimento das mulheres também foi alvo de repressão e sofreu um refluxo durante os períodos ditatoriais de Vargas (1937-1945) e dos governos militares (1964-1985).

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, porém, o movimento se ampliou e se diversificou. O reconhecimento das questões de gênero evidenciou-se na Constituição Federal de 1988, que incorporou propostas apresentadas pelos movimentos feministas relativas aos direitos individuais e sociais das mulheres, e no fomento a políticas públicas voltadas para o enfrentamento

Manifestação de mulheres em Londres, aproximadamente 1900, que certamente influenciaram as mulheres brasileiras.



Bain News Service/Biblioteca do Congresso, Washington

e a superação da discriminação e da opressão. O resultado mais visível das lutas do movimento foi a criação dos conselhos dos direitos da mulher, das delegacias especializadas de atendimento à mulher, de programas específicos de saúde integral e de prevenção e atendimento às vítimas de violência sexual e doméstica.

Nas décadas de 1990 e 2000, a atuação do movimento social de mulheres cresceu por meio de numerosas Organizações Não Governamentais (ONGs), com abrangência nacional e local.



Primeira edição do jornal *Lampião*, lançado em maio de 1978.

Movimentos LGBT

O movimento atualmente denominado LGBT tem como objetivos lutar contra a discriminação e conquistar direitos sociais, políticos e civis. A grande preocupação do movimento é destacar o aspecto político-social da sexualidade para superar preconceitos, estigmas e intolerância, rompendo com velhos padrões culturais.

O movimento teve expressões isoladas desde a década de 1940, mas começou a ganhar força no Brasil em meados de 1970, com a formação de grupos politicamente engajados. Em 1978, a criação do grupo Somos e o lançamento do jornal *Lampião da Esquina* no eixo Rio de Janeiro-São Paulo trouxeram um olhar político-social à discussão sobre a homossexualidade.

Duas grandes demandas desenvolveram-se a partir de então. A primeira consistia em lutar para desvincular a homossexualidade da condição de doença que o discurso médico do século XIX lhe atribuíra. Em 1973, a homossexualidade deixou de ser vista como

um distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria e, em maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou-a da Classificação Internacional de Doenças (CID), deixando claro que a homossexualidade não era nem doença, nem distúrbio, nem perversão. Quatro anos depois, a nova classificação foi adotada por todos os países membros das Nações Unidas.

Ainda na década de 1980, a mesma luta foi retomada quando se deu o enfrentamento da epidemia do HIV (do inglês *Human Immunodeficiency Virus*, vírus da imunodeficiência humana). Defrontava-se mais uma vez a necessidade de despatologizar a homossexualidade, que passava a ser vinculada à AIDS (do inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, síndrome da imunodeficiência adquirida). Posteriormente foi demonstrado que os portadores de HIV pertenciam a variados setores da sociedade e não havia uma relação direta com a homossexualidade.

A segunda mobilização é contra a homofobia (intolerância à homossexualidade). Nos últimos 20 anos, no Brasil, foram assassinados em torno de 2500 indivíduos que se identificavam como LGBT, vítimas do ódio que se manifesta na forma cruel como são praticados tais homicídios. Entre as vítimas, 72% eram gays e 25%, travestis. Nem 10% dos assassinos foram identificados, daí a luta pela criminalização das agressões motivadas por preconceito.

Desde a primeira metade da década de 1980, o crescimento do movimento LGBT acompanhava a gradual abertura política no país. As demandas do movimento caminhavam no mesmo sentido do anseio da população por democracia. Na década de 1990, com a proliferação de ONGs (Organizações Não Governamentais) que visavam salvaguardar os direitos básicos de grupos vulneráveis, foram instituídas políticas públicas de prevenção e tratamento das DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e o incentivo a ações pela conscientização do movimento acerca da necessidade de lutar pelos direitos plenos de cidadania.

Na década de 2000, alguns partidos políticos passaram a incorporar às suas pautas as demandas do movimento LGBT, que são, resumidamente: o direito à vida, independentemente de orientação sexual; o direito à integridade social; a garantia aos direitos civis, incluindo o direito ao casamento civil e à união estável entre pessoas do mesmo sexo, com reflexos nos direitos de pensão, sucessão de bens, adoção de filhos etc.; o direito a tratamento médico, no qual travestis e transexuais buscam ser atendidos pelos órgãos de saúde públicos para realizar as mudanças hormonais e/ou cirúrgicas conforme o desejo; e o direito de revisão de nome e de sexo nos registros civis para os transexuais.

Mais recentemente, por meio de eventos como as paradas gays, organizadas nas grandes cidades, o movimento procura divulgar essas demandas e conseguir o apoio de toda a sociedade civil. A luta, no entanto, tem enfrentado a atuação de grupos contrários a seus avanços políticos, como as bancadas de fundamentalistas religiosos e conservadores, o que parece ser o grande desafio do movimento para os próximos anos.

Movimentos sociais recentes: politização e despolitização

De 1988 aos dias atuais, pode-se observar uma série de movimentos pela efetivação de direitos existentes e pela conquista de novos.

Esses movimentos desenvolveram algo muito importante: a politização da esfera privada, ao tornar as demandas das populações pobres (urbanas e rurais), dos negros, das mulheres, das crianças, entre outras, uma preocupação de toda a sociedade, não somente do Estado. Assim, abriu-se no Brasil a possibilidade de se desenvolverem movimentos sem o controle do Estado, dos partidos políticos ou de qualquer instituição.

O objetivo desses movimentos não é alcançar o poder do Estado. Por meio deles, a população organizada participa politicamente sem precisar estar atrelada às estruturas estatais de poder. O que importa é ir além da legislação existente, procurando construir espaços políticos públicos, nos quais possam ser debatidas todas as questões que envolvem a maioria da sociedade, como saúde, alimentação, transporte e segurança públicos.

Apesar da crescente democratização do país, desde 2003, verificou-se uma redução do ritmo das reivindicações dos movimentos sociais. A ascensão do PT ao poder representou a consagração dos movimentos sociais mas, de modo paradoxal, também a efetivação de um grande dilema: o exercício do governo por um presidente oriundo do movimento sindical e a perda de autonomia dos movimentos sociais. Esses dois fatores contribuíram para diminuir a capacidade de intervenção popular.

Há setores desses movimentos e organizações sociais, porém, que não perderam de vista a necessidade de avançar na luta pela garantia de direitos já estabelecidos e pela conquista de novos direitos, não aceitando a justificativa de que o governo está fazendo o possível.

Movimentos conservadores

É importante citar os movimentos sociais que lutam pela manutenção de condições sociais, políticas e econômicas conservadoras. Esses movimentos se articulam ao propor intervenções militares e até o fechamento do Congresso Nacional. Geralmente, são movimentos contra a ampliação dos direitos e disseminadores

de preconceitos e desinformação, como as campanhas contrárias ao divórcio, à legalização do aborto ou à garantia dos direitos civis aos homossexuais, além de alguns fundamentalismos religiosos e ideológicos. Esses movimentos opõem-se também às possibilidades de igualdade de condições de acesso aos bens públicos, como saúde, educação, transporte e moradia.

Outro setor que utiliza todos os recursos contra qualquer proposta de mudança da estrutura da propriedade rural é o agropecuário. Essa postura se expressa nas campanhas contrárias a mudanças na regulamentação do uso da terra no Brasil e à demarcação das terras indígenas, evidenciando uma oposição cerrada ao novo código florestal e às possibilidades de reforma agrária ou uso inteligente da terra voltado para a cultura de alimentos que privilegia produtos naturais, sem agrotóxicos, cultivados por trabalhadores vinculados a cooperativas familiares e solidárias em pequenas porções de terra.

Do vertical ao horizontal

As manifestações urbanas de junho de 2013 no Brasil trouxeram alguns aspectos novos em relação aos movimentos anteriores, tanto na formação e articulação quanto na no modo de atuação, em decorrência, principalmente, do impacto crescente da globalização e dos novos modelos de comunicação trazidos à tona pela chamada sociedade da tecnologia e da informação.



Luciana Whitaker/Reuters/Latinstock

Protesto no Rio de Janeiro, entre várias manifestações ocorridas nas principais cidades brasileiras em junho de 2013. Dezenas de milhares de manifestantes marcharam pelas ruas reivindicando melhores serviços públicos, o fim da violência policial e da corrupção do governo.

Ainda que as antigas matrizes de mobilização social através de estruturas verticalizadas (sindicatos, igrejas, partidos ou associações) continuem existindo e atuando de maneira mais significativa, surgem a cada dia novas mobilizações, mais horizontais, que permitem diferentes modos de participação e formação política aos indivíduos e grupos sociais. Algumas características desse novo caráter horizontal podem ser apontadas:

- utilização de ferramentas virtuais para a articulação e a efetivação das manifestações sociais;
- articulação desconectada de um movimento social com trajetória e pertencimento claros;
- existência de muitos protagonistas, sem a obrigatoriedade de líderes que se destaquem entre os participantes;

- marca da horizontalidade como crítica, não só contra a ação/omissão do Estado, mas contra outros setores da sociedade, como organismos internacionais e bancos multinacionais;
- luta por políticas públicas aliadas à qualidade;
- não envolvimento com partidos políticos;
- diversificação de manifestações, motivadas por razões muito diferentes, uma vez que alguns querem maior eficiência do Estado (em relação à saúde, mobilidade urbana, educação e segurança), outros pedem o fim do Estado, outros ainda pretendem a volta dos militares ao poder, outros exigem total liberdade, e outros defendem a ideia individualista segundo a qual “se sobe na vida por esforço próprio”, o que configura uma pauta de reivindicações ampla e até contraditória;
- falta de propostas para alcançar o que pretendem, o que leva à descontinuidade e até à fugacidade do movimento.

Os novos – ou novíssimos – movimentos sociais são descentralizados, articulam-se através das redes sociais e respondem rapidamente a questões que emergem muito repentinamente e que devem receber respostas rápidas. São respostas de quem atua com rapidez num tempo repleto de carências e dúvidas políticas, econômicas, sociais e culturais. São novas formas de se fazer presente na cena política contemporânea.

nas palavras de GOHN

Os movimentos sociais e as transformações recentes

[...] O universo dos movimentos sociais se amplia e se restringe ao mesmo tempo. Ampliam-se as formas e restringem-se as esperanças quanto a suas potencialidades transformadoras. A defesa de particularismos, os radicalismos e a intolerância de alguns têm levado analistas e militantes a repensar a questão da transformação social. A liberdade, a igualdade, a solidariedade e a fraternidade estão a merecer novas reflexões sobre que trilhas seriam necessárias para alcançá-las.

Muitos movimentos se institucionalizaram em organizações por meio de políticas sociais. A grande novidade passou a ser a centralidade das ONGs no cenário das demandas sociais [...]. O perfil do militante dos movimentos também se alterou. Nos anos 60, 70 e 80 os militantes não dissociavam sua vida particular da atuação nos movimentos, e estes eram associados à política. [...]

Nos anos 90, os antigos militantes envelheceram, ou cansaram-se, ou tornaram-se dirigentes de organizações, parlamentares etc. E não se formaram novos quadros de militantes. Os poucos novos que surgiram passaram a atuar de forma radicalmente diferente. O *slogan* “o importante é ser feliz” é bastante ilustrativo. Ninguém quer mais sobrepor os interesses do movimento aos de sua vida pessoal, particular. A militância passou a ser mais seletiva e qualitativa. A militância quantitativa — que dava visibilidade aos movimentos nas ruas, na mídia etc. — reduziu-se consideravelmente ou simplesmente desapareceu. Estamos apenas constatando as novas opções dos mais jovens. Usualmente, nos anos 90 se participa de causas coletivas quando estas causas têm a ver com o mundo vivido pelas pessoas, e não porque estejam motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas causas. [...]

Quanto a nós, preferimos continuar acreditando na necessidade das utopias e esperando que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas têm dado ao mundo venham a contribuir para a redefinição dessas utopias, a reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

[...] Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada a sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam, eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 339-342.

A ocupação nos libertou

[...]

Um mês antes de iniciar as ocupações, eu li um título que era mais ou menos assim: “A geração que idealiza tudo e nada faz”. Aquilo ficou na minha cabeça, porque eu faço parte desta geração. [...] Precisávamos mudar isso!

Quando iniciaram as ocupações, eu fui a muitas escolas para ver como as coisas estavam sendo e acontecendo na prática. Poxa, foi lindo ver a minha galera, os estudantes, assim como eu, ali, reunidos, se ajudando... [...]

Foi pensando e sentindo tudo isso que me reuni com mais três colegas para planejar a nossa ocupação, da EE Plínio Negrão, que fica na Zona Sul de São Paulo. [...]

Ocupamos! Nosso maior medo era a polícia. E nossa diretora ligou para a polícia dizendo que a nossa escola havia sido invadida. Mas estávamos tão orgulhosos de nós mesmos que continuávamos lá, fizemos assembleia, discutindo, conversando, se entendendo. E a coisa foi crescendo. Pessoas que eu nunca nem vi na escola nos apoiaram! Foi lindo. No decorrer do tempo fomos criando laços, laços esses que em 200 dias letivos nunca haviam sido criados.

Viver na ocupação parece uma guerra. Claro que tem seus momentos bons. [...] Mas tem a repressão. A violência por parte do governo, que manda a polícia nos aterrorizar na escola e nas ruas da cidade, que manda os alunos e os pais que não entendem a ocupação nos ameaçar.

Mas em compensação, durante a ocupação, [...] passamos a nos preocupar uns com os outros porque um só não vence a luta! Nesse caso: a união faz a força. Na ocupação, os garotos passaram a querer cozinhar, pra ajudar, e perceberam que isso não é coisa de menina. As meninas passaram a jogar bola e jogar baralho... Nos libertamos!

Na ocupação percebemos que todos podem ajudar! Que não existe o mais inteligente, o mais forte, o mais legal. Todos se uniram! [...]

Há muitas coisas que só percebemos na ocupação. O descaso que os dirigentes têm com a preservação da escola, por exemplo. É quase impossível dormir aqui por causa dos milhares de insetos, baratas e até ratos que encontramos. [...]

É triste, não? É muito triste ver que a diretora da sua escola não liga para os alunos [...]. Isso é horrível. Isso não deveria acontecer... mas acontece!!!

Assim como aconteceu uma tremenda repressão policial. Dizem que a polícia é para servir e proteger, mas um policial me machucou [...]. E não houve motivo para ele ter feito aquilo. Estou lutando pela Educação. E o mais engraçado ou terrível é que acho que não deveríamos ter medo da Polícia Militar, porque ela é para proteger a gente, não é? [...]

Começamos querendo o cancelamento da reorganização. Hoje somos milhares e temos milhares de vontades: queremos mais aulas culturais e artísticas. Os meninos querem aulas sobre feminismo, as meninas de defesa pessoal. Os meninos pedem mais aulas de gastronomia, para aprenderem a cozinhar. [...] Porque queremos, não porque o governo impôs na programação escolar. Caramba, eu me sinto feliz :)

E mais uma coisa importante que descobrimos também, curiosamente, enquanto estávamos sem aula normal: o papel do professor é mágico, é lindo. [...] Sabe, eles são os que mais compareceram para nos dar força. E, fiquei pensando: eles merecem mais do que ganham. E o governo menospreza essa profissão linda. Essa profissão que nos fez estar aqui, hoje, lutando!

[...] A ocupação é só o começo de uma grande História (sim, com H maiúsculo). [...] Podemos estar cansados, porque a ocupação cansa. Mas a lição que vamos levar daqui é maior do que qualquer coisa que já aprendemos na vida.

SANTANA, Bianca. *A ocupação nos libertou*, por Gislane de Almeida Gomes, 17 anos. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-ocupacao-nos-libertou-por-gislane-de-almeida-gomes-17-anos>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

1. A educação pode ainda ser considerada um direito de todos e dever do Estado?

- Uma das mais importantes lições da Sociologia foi ter incorporado ao capítulo de suas “verdades científicas” o fato de que a política não é uma prerrogativa de partidos, sindicatos e associações formais de profissionais ou de indivíduos com interesses específicos. A política é a própria razão de ser da vida em comunidade – ela está em tudo, deslocando sentidos, promovendo significados, rompendo barreiras e ultrapassando fronteiras.
- Uma sala de aula é um espaço político dos mais preciosos. Ali se debatem assuntos e se pregam valores que irão ultrapassar o tempo de vida de seus protagonistas. Ao avançarem no tempo, o que se diz e o que se ouve na escola chegam às futuras gerações, como uma mensagem engarrafada lançada ao mar. Novos usos, então, serão feitos daquelas lições. A **liberdade**, por exemplo, como um dos temas mais destacados da história da humanidade, passará a ter contornos renovados, cores mais ou menos brilhantes, mas continuará a ser liberdade, ou seja, um **valor**.
- Quando tomam as ruas em defesa de direitos, em protesto contra abusos de poder ou simplesmente almejando novas mentalidades, novas possibilidades, os movimentos sociais fazem política e, no limite, pautam discussões no interior de partidos, sindicatos e associações. É através deles, portanto, que a política se renova, que a cidadania, de fato, se realiza. É do plano da sociedade civil, com todas as suas riquezas e contradições, que nascem as demandas da vida política; é onde está a matéria-prima para novas leis, estão os embriões de novos direitos.
- Ser cidadão, portanto, é viver a cidade, não só do ponto de vista passivo, como consumidor e cumpridor de tarefas preestabelecidas, mas principalmente de modo ativo, como sujeito de reivindicações, que tem posição e se junta a indivíduos e grupos para decidir, unidos, e para colocar na cena pública suas motivações e seus anseios. Nesse momento, a pessoa que antes parecia um mero indivíduo, sem identidade nem prestígio, passa a agir como cidadão, ou seja, um arquiteto de novas realidades.
- Direitos, movimentos sociais e cidadania são peças de um mesmo tabuleiro no qual está em jogo a conquista efetiva da democracia, com os seus ingredientes: liberdade, igualdade e fraternidade. A questão central, contudo, é recordar sempre que esse é um jogo sem fim, em que não há vencedores, somente lutadores. Quem não joga perde. E quem não luta fica à mercê de quem joga.

leituras e propostas

Para refletir

Jornadas de junho de 2013

As manifestações de junho foram um evento sem precedentes, único e irreprodutível nas suas origens. O inusitado de uma janela histórica permitiu reunir contradições sociais muito fortes, a ponto de deixar as mentes mais perspicazes em paralisia – ou seja, com enorme dificuldade para entender o que levou tanta gente diferente às ruas.

Junho foi único. O Movimento Passe Livre (MPL) surpreendeu em termos de reivindicação e capacidade de mobilização. Mas sua atuação não explica o que se sucedeu. Seus sucessos iniciais estão ligados à dificuldade dos governos para ler as insatisfações – muito mais para lidar com elas. Os jornais falharam. A polícia ainda age como se estivesse em tempos de ditadura. Diante da paralisia das velhas instituições, as mídias sociais surgiram como grande novidade e tiveram um papel catalisador. A mídia alternativa foi fundamental para desbancar as maquiagens arquitetadas por governos e forças políticas antidemocráticas. O jogo mudou na medida em que o mar de descontentes reconheceu a legitimidade de protestar. Em algum momento, protestar por qualquer coisa ganhou vasto apoio da sociedade.

À mobilização dos grupos ligados à agenda social somaram-se as insatisfações das classes médias, que há muito ensaiavam ir às ruas. Ambos os vetores somaram-se porque, quanto maior a massa, mais as pautas ganhavam destaque. A direita empresarial do antigo movimento “Cansei” e o MPL nas ruas, lutando por transportes públicos de qualidade e contra a corrupção. Cada um a seu modo, mas todos nas ruas. Tanto é verdade que, tão logo as contradições começaram a tornar-se claras, o movimento geral perdeu fôlego e dispersou.

Porém, mais do que contraditórias, as pautas de junho eram genéricas, pouco claras. Congregaram interesses distintos, embora isso não tenha sido percebido, num primeiro momento. Vale a pena um esforço para entender as forças presentes nos protestos como de fato são – e não como se manifestam na aparência.

[...]

Minha tese é que as contradições no seio da sociedade motivaram os protestos de junho. Foi um momento em que os contrários não se dividiram, somaram-se. Pouco antes, a pauta pública havia deixado de se renovar. As ruas expressaram o esgotamento dos avanços sociais. Ambos os extremos da sociedade pressionavam por políticas governamentais que os favorecessem. [...]

Mas, não devemos ignorar a relação dialética entre os ganhos sociais e as classes. A visão das esquerdas mostra-se míope por não perceber que os setores abastados também foram afetados (ainda que indiretamente) pelos movimentos das classes subalternas. Seja no aumento das filas nos aeroportos, seja pelo custo dos serviços em geral ou pelo “ultrajante” resgate da cidadania, que permite ao oprimido reclamar seus direitos... A dialética sugere que nenhuma ação histórica existe sem sua antítese. E não se eleva o poder dos pobres sem alterar a correlação de forças com os ricos. O governo é o colchão que acomoda todas essas demandas. [...]

Diante de todos esses contrastes, erraram todos os que viram, nas ruas de junho, consequências de longo prazo. Os protestos não desencadearam mudanças; por enquanto, eles expressaram reações diante do que houve anteriormente: maior acesso das majorias a uma parcela da riqueza; incômodo de setores da classe média com isso. Talvez o próprio projeto de ampliar benefícios sociais sem alterar a estrutura de renda esteja no seu limite. É possível que manter a trajetória iniciada há dez anos não seja mais praticável, sem produzir fissuras nas estruturas que reproduzem desigualdade e privilégios. Isso, naturalmente, despertará reações no chamado “andar de cima”. Para escandalizá-lo, nem é preciso falar de reforma agrária – basta mencionar a reforma tributária...

Junho não pode ser visto como algo maior do que foi. Foi um momento de catarse, não de transformações sociais. Nenhum dos movimentos que se uniram naquela ocasião têm hoje força para lançar isoladamente uma convocação expressiva de protesto. Os fatores históricos que permitiram aqueles acontecimentos dispersaram-se e os diferentes setores, antes unidos em uma mesma luta, já não se reconhecem. Se a pauta de reivindicações não pôde ser capturada pelas direitas, hoje na oposição, uma boa dose de realidade permitirá perceber a dimensão dos desafios com que se deparam as esquerdas, no futuro próximo. Para que sejam efetivos, os avanços sociais deverão atingir diretamente os privilégios das classes dominantes. Haverá vontade e força suficiente para tanto? [...]

VITAGLIANO, Luiz Fernando. Jornadas de junho: três enganos e uma hipótese. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/jornadas-de-junho-tres-enganos-e-uma-hipotese/>>.

Acesso em: 1^a dez. 2015.

Para pesquisar

1. Escolha uma organização ligada a algum movimento social, como o sindical, o ambientalista, o feminista, o negro, o estudantil, contra a violência ou pelos direitos humanos. Levante informações sobre a história, os ideais, a estrutura e os resultados da atuação dessa organização. Procure saber também como ela obtém financiamento para suas atividades. Escreva um texto com os dados da pesquisa.
2. Analise os movimentos sociais recentes no Brasil, depois de 2013, e procure, através de uma pesquisa na internet ou em livros, jornais e revistas, esclarecer quais são os seus objetivos, bem como a composição deles.

Livros recomendados

Cidadania no Brasil: o longo caminho, de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Análise esclarecedora da situação da cidadania no Brasil desde a colônia até os dias de hoje, em uma linguagem simples.

Brasil: uma biografia, de Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Biografar uma personagem tão complexa como o Brasil não parece tarefa fácil para ninguém. Num texto ágil e inteligente, as autoras, no entanto, apresentam um protagonista cheio de conflitos e silêncios, desnudando a vasta teia de suas tramas e de seus cintilantes coadjuvantes: os brasileiros. Uma leitura necessária.

Sugestões de filmes

Junho, o mês que abalou o Brasil (Brasil, 2014). Direção: João Wainer.

Documentário que recupera as imagens, os conflitos e os sentidos das chamadas Jornadas de Junho de 2013, que tomaram as ruas de todo o país às vésperas da Copa das Confederações, torneio de futebol que abria caminho para a realização da Copa do Mundo de 2014. Contra a carestia, a precariedade dos serviços públicos, os preços abusivos de tarifas e mercadorias e a corrupção nas entranhas do poder, milhões reivindicaram mudanças e ressignificaram as manifestações públicas no país, para o bem e para o mal. As imagens vivas das manifestações tornam o filme um documento fundamental da história recente do país.

Soldado de Deus (Brasil, 2005). Direção: Sérgio Sanz.

A trajetória do integralismo no Brasil, da Era Vargas ao presente, revelando a permanência da mentalidade autoritária na política, na cultura e na sociedade brasileiras. Com depoimentos de intelectuais destacados, como Leandro Konder e Muniz Sodré, o filme dissecas as relações perigosas entre movimentos sociais conservadores e as decisões políticas do Estado nacional. Imperdível.

Revolução em Dagenham (Reino Unido, 2010). Direção: Nigel Cole.

A história, baseada em fatos reais, passa-se em 1968, na montadora da Ford em Dagenham, que emprega milhares de homens e apenas 187 mulheres. As mulheres trabalham em um galpão abafado e ganham metade do que recebem seus colegas. Diante dessa situação, elas iniciam uma greve por equiparação salarial e pelo recebimento de horas extras. Os patrões entram em pânico. Uma mudança está em andamento.

A MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana exige respostas articuladas. Além da difícil temática dos transportes, que envolve investimentos maciços, mudança cultural e, principalmente, espírito solidário, assuntos como organização social e políticas econômicas também interferem no ir e vir das pessoas nas cidades do mundo. As decisões sobre o zoneamento urbano, por exemplo, definem o acesso à infraestrutura da cidade. Quem terá perto de casa o local de trabalho, escolas, hospitais, praças, parques, teatros e cinemas? Quem viverá próximo a quê? Quem terá mais segurança, beleza, qualidade de vida? A mobilidade urbana, portanto, trata de locomoção (carros, ônibus, trens etc.) e também de direito à cidade, garantias cidadãs e políticas de inclusão social e combate às desigualdades. Mais do que tudo, a mobilidade urbana é uma questão política que requer a ação dos diversos agentes e grupos que compõem os cenários sociais.



Edison Grandisoli/Pulsar Imagens



Edison Grandisoli/Pulsar Imagens



Walmor Carvalho/Fotografia

ÔNIBUS

Especialistas defendem que os ônibus sejam o principal foco dos investimentos públicos. A ênfase nos coletivos contribuiria para aumentar o índice de satisfação dos passageiros, gerenciar o tráfego de maneira mais eficaz e incentivar o uso do ônibus entre todos os cidadãos. Para isso, carros e motos perderiam espaço nas cidades. Aliás, estudiosos afirmam que o problema mais grave da mobilidade urbana hoje é a ênfase no transporte individual. Defendem a restrição de circulação de veículos em determinadas áreas metropolitanas por meio de rodízios, pedágios e também medidas que proíbem o estacionamento em áreas urbanas muito movimentadas.

BICICLETA

As cidades brasileiras assistem a uma revolução no setor de transportes: o crescimento do hábito de usar a bicicleta como meio de transporte no dia a dia. As vantagens são muitas. **FINANCEIRA:** deixa-se de gastar com passagem ou combustível, estacionamento etc. **SAÚDE:** troca-se o tempo parado em algum tipo de transporte público por atividade física. **OUTROS GANHOS:** a bicicleta não polui. Mas, nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, a maior vantagem daqueles que optam pela bicicleta é a economia de tempo.

METRÔ

O metrô é o ideal máximo de transporte nas metrópoles. Ele parece reunir todas as qualidades de um veículo coletivo: velocidade, regularidade, fácil acesso e grande capacidade de ligar pontos distantes. No entanto, é caro e demora para ficar pronto. O metrô é considerado uma solução perene para cidades em que a demanda justifique tal investimento. O Brasil é o 10^a maior país em extensão de linhas de metrô – atrás de sistemas centenários como o de Londres e Nova York e as imensas linhas em constante expansão na China e no Japão, muitos deles com capacidade para deslocar mais de 60 mil passageiros por hora.



Lucas Laceraz Ruiz/Futura Press

CUSTO DO TRÂNSITO

No Brasil, o transporte de produtos e mercadorias é feito, majoritariamente, por caminhões, que se utilizam das estradas e das vias urbanas. Mas caminhões presos em engarrafamentos são pouco produtivos. Caminhão parado não cumpre prazo de entrega e, para compensar o atraso, mais caminhões são contratados numa tentativa de colocar em dia as entregas. Isso significa que mais caminhões irão ficar parados nas ruas. Caminhões retidos em congestionamentos são alvo de ladrões, o que causa aumento do valor dos seguros das cargas e dos veículos. E mais: às vezes o produto transportado fica tanto tempo parado no trânsito que pode até estragar. Não se iluda: todos esses custos adicionais pesam no bolso do consumidor.

BRT

O BRT – sigla formada pelas palavras em inglês *Bus Rapid Transit*, ou “trânsito rápido de ônibus” (em tradução livre) – aproveita a infraestrutura dos ônibus para oferecer uma alternativa de transporte mais rápida e eficiente. Com a implantação de faixas e corredores exclusivos, estações próprias e serviços de conveniência, o BRT pretende unir a popularidade, o baixo custo e a simplicidade dos serviços de ônibus à alta performance dos metrôs e trens. O modelo é defendido como uma “evolução” dos coletivos tradicionais.



Delim Martins/Pulsar Imagens

VOCÊ SABIA?

- EM 2014, A FROTA DE AUTOMÓVEIS NO BRASIL SOMAVA 45 MILHÕES DE CARROS.
- A REGIÃO SUDESTE CONCENTRA O MAIOR NÚMERO DE CARROS, COM MAIS DE 25 MILHÕES DE AUTOMÓVEIS, SEGUIDA DAS REGIÕES SUL, NORDESTE, CENTRO OESTE E NORTE.
- A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP) CALCULA QUE CADA QUILOMETRO DE METRÔ CONSTRUÍDO CUSTE ENTRE 80 MILHÕES E 90 MILHÕES DE DÓLARES.
- O METRÔ DE XANGAI, NA CHINA, INAUGURADO EM 1995, É O QUE TEM O MAIOR RITMO DE EXPANSÃO MÉDIA DO MUNDO, COM 24,3 KM E 16,2 ESTAÇÕES INAUGURADOS A CADA ANO.
- ACIDENTES NO TRÂNSITO SÃO A TERCEIRA CAUSA DE MORTE NO MUNDO, FICANDO ATRÁS APENAS DE DOENÇAS CARDÍACAS E CÂNCER.

CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE

Pessoas que vivenciam a rotina do trânsito diariamente podem apresentar substâncias tóxicas no organismo e têm duas vezes mais chance de desenvolver câncer de pulmão. Também podem desenvolver bronquite e asma. Estresse, hipertensão e lesões por repetição de movimentos também integram a lista. É importante lembrar também que o tempo perdido nos engarrafamentos impede que as pessoas pratiquem atividades físicas, de lazer e de descanso, o que pode acarretar insônia, crises de ansiedade e problemas congêneres. Outro problema grave provocado pelo trânsito é a exposição a um nível elevado de ruído. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), decibéis muito acima do tolerável ocupam o terceiro lugar no ranking de problemas ambientais que mais afetam populações do mundo inteiro.

6

Mudança e transformação social



Tudo muda

Na canção “Todo cambia” (Tudo muda), de autoria do músico chileno Julio Numhauser e interpretada pela cantora argentina Mercedes Sosa, a letra confirma que, na vida, tudo está em permanente transformação. Inevitavelmente, o destino de hoje é ser diferente amanhã, em que uma verdade sociológica desponta e ilumina: a insuperável permanência da mudança em todas as sociedades.

A Sociologia reconhece a dificuldade de apreender o sentido das ações sociais, o conteúdo dos fatos, a dinâmica das batalhas entre indivíduos, grupos e classes. Essa declarada dificuldade se revela, principalmente, ao atribuir juízo às realidades investigadas, condição primordial para vislumbrar mudanças em sintonia com os desejos e vidas daqueles que não cessam de lutar.

O fato é que a vida cotidiana engana e distrai as sensações humanas. Passa-se a ter a impressão de que os dias podem ser controlados e o futuro, antevisto com confiabilidade, desde que haja disciplina, trabalho exaustivo e “boa-fé”. A mudança, contudo, tem outras características e depende dos circuitos históricos, de uma infinidade de agentes. No plano da vida social, a ideia de controlar as mudanças abarca governos, empresas, escolas e todo tipo de instituição, com seus profissionais cheios de métodos, discursos e promessas certeiras de felicidade e bem-estar. Na prática, no entanto, o que se vê é a fragilidade das atividades humanas diante das pressões imperativas da realidade objetiva.

As mudanças dependem, sim, dos sujeitos que se organizam, articulam e agem. Mas não são o resultado puro e simples dessas ações: elas obedecem a imprevistos, relações estabelecidas de poder, tradições e mentalidades, disposição para enfrentar culturas sedimentadas, hábitos enrijecidos, valores tornados “naturais”.

É importante registrar também o fato de que as mudanças têm seus oponentes, os quais não querem assistir a nenhuma alteração nos seus estilos de vida, normalmente mantidos à base de privilégios e acessos facilitados a toda sorte de conforto. Esses oponentes da mudança visam conservar suas realidades e, para tanto, se colocam em trincheiras que abrigam preconceitos e fontes de muitos tipos de desigualdades entre os seres humanos. A mudança, portanto, é um fluxo descontínuo e de diferentes intensidades.

Esta unidade trata de mudanças de menor ou maior impacto sobre biografias e histórias, e pretende dar um giro pela história das grandes transformações que afetaram o destino das sociedades humanas e vislumbrá-las através do pensamento de autores destacados da Sociologia e das Ciências Sociais.



Diego Rivera. El Arsenal (the Court of Fiestas), 1928/Fine Art/AGB Photo

Detalhe de conjunto de murais *Court of Fiestas*, conhecido como “O arsenal”, de Diego Rivera. Secretaria de Educación Pública, Cidade do México, México.

Mudanças, revoluções e suas implicações

A mudança social é um tema presente na Sociologia desde o seu início. Seria possível dizer que o surgimento da Sociologia está vinculado à discussão sobre as transformações sociais, ou seja, falar sobre a ciência da sociedade é falar sobre esse tema. Por isso mesmo, abordar o tema da mudança social pressupõe lidar com a questão das resistências às possíveis transformações.

Quando uma comunidade ou uma sociedade se depara com mudanças, de origem interna ou externa, há sempre resistência, pois há uma espécie de acomodação ao que já existe. Assim, as relações de poder, por exemplo, podem se modificar, num complexo jogo de resistência contra o poder e desejo de conquistá-lo ou ampliá-lo. Desse modo, confrontos e conflitos compõem o itinerário das mudanças e revoluções sociais.

Neste capítulo serão objetos de análise dois grandes tipos de mudanças sociais: aquelas que, por seu caráter universal e multifacetado, afetaram toda a humanidade e aquelas de conotação sociopolítica, que atingiram determinadas sociedades e, depois, tornaram-se referência para outras mudanças. Serão, portanto, abordadas as revoluções agrícola e industrial e as recentes transformações e os episódios mais marcantes das revoluções políticas contemporâneas em todo o mundo.

A Revolução Agrícola

Esta revolução transformou radicalmente a forma de produção de alimentos das populações humanas. A expressão “revolução agrícola” foi criada pelo arqueólogo australiano Gordon Childe (1892-1957). Ela também é chamada de “revolução do Neolítico”, pois foi o período em que a humanidade desenvolveu a agricultura e as técnicas de cultivo de alimentos, como também aprendeu a domesticar e criar animais. Isso alterou o processo de obtenção de alimentos, pois as populações deixaram de ser coletoras e caçadoras e passaram, paulatinamente, a ter uma relação diferenciada com animais e plantas.

Essas mudanças não ocorreram ao mesmo tempo em todos os lugares. Elas se iniciaram no Oriente Médio (há 9 ou 10 mil anos). Depois, no Egito (9 mil), na Índia (8 mil), na China (7 mil), na Europa (6,5 mil), na África tropical (5 mil) e na América, principalmente no México e no Peru (4,5 mil anos), através do deslocamento de hordas humanas ou movimentos independentes.

O processo foi muito longo. Inicialmente, percebeu-se que os grãos que eram coletados para alimentação poderiam ser enterrados, isto é, “semeados”, a fim de produzir novas plantas iguais às que eram coletadas anteriormente. Assim, foi possível produzir trigo, cevada, milho, arroz e tubérculos (vários tipos de batatas);

posteriormente, também árvores frutíferas. A partir de então, em consequência da experiência e da observação do que acontecia no meio ambiente, passou-se a selecionar sementes e outras árvores para plantio. Através da experiência prática, desenvolveu-se um conhecimento dos diferentes tipos de solo e de plantas, o que ajudou a aprimorar as técnicas de plantio e colheita, incluindo a observação da melhor época para o desenvolvimento de cada uma das culturas.

Outro elemento essencial desse processo foi a domesticação de animais. Junto com a agricultura, esse foi um passo muito importante para a alteração do modo de vida da humanidade, já que eliminou a necessidade do deslocamento para obtenção da carne e das peles necessárias ao conforto e também do leite dos rebanhos. A domesticação deve ter surgido espontaneamente em vários locais, resultado do processo de aproximação e observação dos animais no decurso das caçadas. O primeiro animal domesticado foi o cão; na sequência, animais para a alimentação e tração, como a cabra, o carneiro, o boi e o cavalo.

Paralelamente a essas mudanças, alguns instrumentos foram sendo confeccionados, como a foice, o arado, a roda e outros que eram utilizados para arar a terra e até na colheita: novas tecnologias para um processo revolucionário.

Esse processo intenso de subdivisões e deslocamentos provocou uma onda de difusão da agricultura e da atividade pastoril através das migrações. Imagine-se por um momento vivendo em grupos ou fazendo parte de hordas humanas, reproduzindo-se e subdividindo-se, migrando para outros locais, plantando e desenvolvendo a criação de animais em vários lugares, deslocando-se à procura de novos espaços e invadindo territórios de outros grupos, convivendo entre si ou em conflito, aprendendo e ensinando aos grupos com os quais estabeleceram alguma comunicação e submetendo-se ou sendo submetidos pelos habitantes com quem entraram em contato. Esse é apenas um pequeno esboço do que ocorreu nesse processo de transmissão e absorção de novas formas revolucionárias de viver.

A grande revolução agrícola (que foi, em essência, a síntese de centenas de revoluções localizadas no tempo e no espaço e marcadas pela diversidade de ações e resultados) foi aquela que alterou de fato e profundamente toda a humanidade. Mas ela continua até hoje, uma vez que as transformações que ocorrem na produção de alimentos não estacionaram e mantêm um processo de mudança contínuo. Entretanto, existem ainda formas de organização social, como a de alguns poucos povos caçadores e coletores, que utilizam a agricultura e a domesticação de animais à moda antiga.

A Revolução Industrial

O que se chama de Revolução Industrial na Europa nos séculos XVIII e XIX não é uma revolução puramente industrial, nem começou repentinamente nesses séculos. Foi um processo lento de transformação que se desenvolveu desde o século XV e atingiu grandes setores da produção, como o mineiro, o metalúrgico e o têxtil.

A expansão da produção nesses setores envolveu a invenção de novas técnicas e máquinas, além de uma estrutura (a fábrica) que permitisse a concentração de equipamentos e trabalhadores num só lugar.

Hoang Dinh Nam/AFP



Determinante para a fixação de grupos humanos há milhares de anos, a agricultura ainda é a principal atividade de parte expressiva da população mundial. Na imagem, de 2012, o agricultor usa a tração animal, ainda utilizada em província do norte do Vietnã, onde a infraestrutura é menos desenvolvida do que no restante do país.

Situadas quase sempre nas cidades, as fábricas requeriam muita mão de obra. Atraindo as pessoas que deixavam o campo em busca de trabalho, as cidades cresceram vertiginosamente. Transformava-se, assim, a forma de produzir bens e serviços, alterando as formas de viver e revolucionando as relações sociais. Mas isso não aconteceu de maneira uniforme no mundo todo. Para que se tenha ideia da multiplicidade das mudanças trazidas pela urbanização e pela industrialização, a Inglaterra conheceu esses fenômenos típicos da modernidade em torno de 1860; o Brasil, por volta da década de 1930; a China, a partir do final do século XX.



A Revolução Industrial começou no setor têxtil, na produção da lã e do algodão, com o uso das máquinas de fiar conhecidas como *Spinning Jenny* (1764) e *Spinning Mule* (1789), inventadas, respectivamente, por James Hargreaves e Samuel Crompton. Na imagem da esquerda, de 1749 (autor desconhecido; coleção particular), as etapas envolvidas no preparo da matéria-prima para a confecção de lã – da tosquia ao amaciamento dos fios. Nessa época, a produção era feita manualmente, com rocas de baixíssimo rendimento. Na imagem acima, de 1825 (autor desconhecido; coleção particular), manufatura do algodão com o uso da *Spinning Mule*.

Pode-se dizer que, paralelamente à Revolução Industrial, houve na Europa uma segunda revolução agrícola. Ela teve início com a mudança na estrutura da propriedade rural, quando os proprietários de terras se juntaram a ricos comerciantes das cidades interessados em investir na agricultura e promoveram a introdução de novas técnicas de cultivo, entre as quais a rotação de culturas sem pousio (parcela de terras em repouso), de forma a retirar o máximo proveito das terras; a drenagem de terras pantanosas; o abate de florestas; e a ocupação de terras comunais.

No intuito de melhorar a produção, promoveram a seleção das espécies mais produtivas, de sementes e o apuramento dos melhores rebanhos. Além disso, foram introduzidas máquinas e houve melhora nos transportes no espaço agrário. Isso permitiu relativa abundância em produtos agrícolas essenciais (carne, leite e derivados, legumes, tubérculos, cereais etc.), que juntamente com a indústria extrativa do sal, indispensável para a conservação dos alimentos, propiciou a melhoria gradual na dieta alimentar.

Essas mudanças e a diminuição crescente da mortalidade propiciaram o que se pode chamar de revolução demográfica. Para se ter uma ideia, na Inglaterra, onde a Revolução teve início, a população em 1750 era de 6,5 milhões; em 1801 passou a 16,3 milhões e, em 1851, somava 27,5 milhões. Isso exigiu um aumento da produção e de matérias-primas vegetais e animais (transformadas nas fábricas).

No século XIX, outras transformações ocorreram em face da emergência de novas fontes energéticas (eletricidade e petróleo) e de novos ramos industriais, o que resultou em alteração profunda nos processos produtivos, com a introdução de novas máquinas e equipamentos. Todas essas transformações propiciaram mudanças nas comunicações (telégrafo e telefone), nos meios de transporte (navio e trem a vapor, automóvel) e também em todas as esferas da vida (familiar, educacional, jurídica, governamental etc.). Além disso, provocaram o surgimento de inovações na arte, na literatura e nas ciências.

As revoluções contemporâneas

Há uma grande transformação em curso nas sociedades humanas. Os grandes artífices dessas mudanças cada vez mais radicais são as inovações tecnológicas e os resultados alcançados pela evolução dos processos científicos. É difícil demarcar espaços que estejam imunes a essa era de revoluções múltiplas e de largo alcance: de algum modo, todas as culturas estão imersas nessa nova fase da aldeia global, em que tudo e todos parecem estar condenados à interconexão e às novas realidades na microeletrônica, na genética de laboratório e na nanotecnologia, para citar apenas alguns dos “admiráveis mundos novos”.

A microeletrônica revolucionou a escala produtiva de bens e serviços mediante o desenvolvimento de sistemas computacionais. Provocou uma mudança significativa também nos meios de comunicação. O uso de celulares, *smartphones*, computadores pessoais e portáteis, *tablets* e outros tantos equipamentos está alterando a forma de as pessoas e organizações públicas e privadas se comunicarem e se estruturarem.

Novos componentes eletrônicos produzidos com base na nanotecnologia poderão revolucionar o que hoje conhecemos por computação, permitindo a produção de computadores pessoais com muitos processadores, extremamente rápidos e com enorme capacidade de armazenamento.

No futuro, os nanoprocessadores provavelmente estarão presentes na maioria dos objetos que utilizaremos. Por meio da microeletrônica e da nanotecnologia, o nível de desenvolvimento da bioengenharia (ou engenharia genética) beirará a ficção científica. A manipulação genética, com o aprofundamento do conhecimento do DNA humano, de plantas e animais, será ampliada.

As pesquisas mais divulgadas nessa área se referem às possibilidades de intervenção no campo da Medicina, como as vinculadas à utilização de células-tronco, à produção de vacinas e medicamentos específicos, à produção sintética de elementos essenciais à saúde humana (como a insulina e a albumina), à análise genética das doenças e à consequente terapia gênica, aos transplantes, ao mapeamento genético dos indivíduos, à formação de bancos de genoma de espécies em extinção, à recuperação de DNA de espécies extintas e até à clonagem de animais.

Essas transformações podem gerar, entretanto, novos desafios e suscitar questões atreladas, por exemplo, à privacidade dos indivíduos, ao acesso desigual

Vincenzo Pinto/AFP



A imagem do Papa Francisco pode ser vista instantaneamente por milhares de outras pessoas espalhadas pelo mundo, se compartilhada em redes sociais. A microeletrônica revolucionou a forma de se comunicar. Praça São Pedro, Vaticano, 2015.

à tecnologia, aos riscos ambientais (aos seres vivos, incluindo os humanos), às relações sociais e de trabalho, às mudanças de valores e normas sociais e, principalmente, às possibilidades de maior liberdade e igualdade ou maior opressão/controlado, além de maior ou menor desigualdade social.

A Sociologia, que, como vimos, nasceu na Europa no contexto de grandes transformações, propõe debates sobre essas novas tecnologias e as mudanças sociais provocadas pelo uso delas. São necessários novos olhares, novos conceitos e teorias para dar conta desses elementos que estão afetando a vida humana em todos os sentidos.

Para onde a neurociência deve nos levar nos próximos anos?

No curto prazo (poucos anos), penso que as principais aplicações serão na medicina, com novos métodos de reabilitação neurológica para tratar condições como paralisia. No médio (em torno de 20 anos), chegarão as aplicações computacionais. Nossa relação com as máquinas será completamente diferente: não usaremos mais teclados, monitores, mouse... o computador convencional deixará de existir. Vamos submergir em sistemas virtuais e nos comunicaremos diretamente com eles. No longo prazo (próximo século), o corpo deixará de ser o fator limitante da nossa ação no mundo. Nossa mente poderá atuar com máquinas que estão à distância e operar dispositivos de proporções nanométricas ou gigantescas: de uma nave espacial a uma ferramenta que penetra no espaço entre duas células para corrigir um defeito. [...]

No médio prazo, ainda precisaremos dos nossos sentidos para dialogar com sistemas computacionais?

Em breve, vamos publicar um trabalho descrevendo o envio do sinal de uma máquina diretamente ao tecido neural de um animal, sem mediação dos sentidos: na prática, criamos um sexto sentido. [...] A internet como conhecemos vai desaparecer. Teremos uma verdadeira rede cerebral. A comunicação não será mediada pela linguagem, que deixará de ser o principal canal de comunicação. Para entender isso, basta pensar que toda linguagem é um comportamento motor – como mexer o braço. Esse comportamento motor também poderá ser decodificado e transmitido. Grandes empresas – como Google, Intel, Microsoft – já têm suas divisões de interface cérebro-máquina.

Quais as implicações antropológicas e sociológicas no longo prazo?

Talvez o primeiro impacto será descobrir que somos todos muito parecidos: as pretensas diferenças entre grupos de seres humanos vão se reduzir, pois todos perceberão que somos iguais. Costumo dizer que será a verdadeira libertação da mente do corpo, porque será ela quem determinará nosso alcance e potencial de ação na natureza. O corpo permanecerá para manter a mente viva, mas não precisará atuar fisicamente. Nossa mente cria as ferramentas e as absorve como extensão do nosso corpo. Agora, a mente vai controlar diretamente as ferramentas. O que definimos como ser mudará drasticamente no próximo século.

Integração entre cérebro e máquinas vai influenciar evolução. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,integracao-entre-cerebro-e-maquinas-vai-influenciar-evolucao,663729>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

A utilização de novos saberes e tecnologias alterará a pesquisa em todas as ciências, permitindo mais aprofundamento, através de novos equipamentos, com modificações sensíveis nos modos de conhecer o mundo.

A aplicação e o desenvolvimento científicos exercerão impacto na maioria das indústrias existentes, em áreas como as de sistemas de construção, transportes, comunicações, maquinário agrícola, e, é claro, na prestação de serviços.

Será possível fabricar materiais cem vezes mais resistentes que o aço, carros cuja lataria não estará sujeita a riscos, espelhos antiofuscantes, aviões mais leves,

jornais eletrônicos de plástico semelhante ao papel, tintas que mudam de cor etc. No cotidiano, roupas que não amassam ou que não cheiram mesmo depois de absorver muito suor poderão ser compradas em supermercados; do mesmo modo, tecidos que controlam a temperatura do corpo, adaptando-o confortavelmente à temperatura do ar, serão vendidos a preços acessíveis em toda parte, ao lado de vestimentas que auxiliam no emagrecimento e em diversas atividades orientadas por médicos e profissionais de saúde e esporte. O futuro, então, logo trará roupas impermeáveis, inodoras e que não mancham, as chamadas roupas interativas. Esses são exemplos simples do que já existe, mas ainda não em escala industrial para consumo massivo.

A presença de robôs no processo produtivo já é uma realidade insofismável e pode-se prever que em pouco tempo eles farão serviços domésticos e outras várias atividades que hoje são desenvolvidas por pessoas de carne, osso e alma. Veículos autônomos, ou os automóveis que andam sozinhos, estão sendo desenvolvidos e alguns já são utilizados para a alegria e o espanto de muita gente.

Na área ambiental, a revolução tecnológica poderá ocorrer em muitos campos. Ganharão muita visibilidade o uso de materiais alternativos e a utilização do que hoje chamamos de resíduos industriais ou domésticos na fabricação de mercadorias. Todos esses resíduos, que hoje são descartados, inclusive os chamados não recicláveis, podem passar a ser matérias-primas para diferentes setores da economia. A máxima de Lavoisier (1743-1794) seria então plenamente consagrada: *Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.*

Nem tudo são flores, entretanto. Acesso desigual aos frutos dessas mudanças; prejuízos ao meio ambiente (riscos aos seres vivos, incluindo os humanos), às relações sociais e de trabalho, aos valores e normas sociais e, principalmente, às possibilidades de maior liberdade e igualdade ou mais opressão e controle, além de maiores ou menores desigualdades sociais. Um conjunto de situações novas para as quais ainda não se tem respostas pode surgir da expansão tecnológica e do desenvolvimento da ciência. Assim como a energia atômica trouxe benefícios extraordinários e malefícios estarrecedores à humanidade, novas tecnologias e inovadores processos científicos poderão trazer grandes soluções e reviravoltas nas formas de ser e de viver, bem como enormes e imprevisíveis prejuízos e destruições.

As revoluções do passado e do presente se estenderão ainda por muito tempo, uma vez que são expressões da atividade humana, a qual transforma o meio e é por ele transformada. Não há transformações que não retenham algo do passado e, ao mesmo tempo, delineiem alguns traços do futuro, pois as mudanças, por mais radicais que sejam, sempre conservam algo. Além disso elas não ocorrem em todos os lugares nem atingem a todos da mesma forma, deixando abertas as portas da história. Essa imprevisibilidade da ação humana, calcada no tempo anterior e orientada para os dias posteriores, dá graça e mistério à existência, tornando a vida em sociedade um desafio de conquistas fabulosas e um palco de derrotas lampejantes.

Noah Berger/AFP



Carro autônomo atravessa pátio do estacionamento de uma empresa nos Estados Unidos, Mountain View, 2015.

Transformações sociais e políticas

Na Sociologia, o termo **revolução** é utilizado para designar a transformação radical das estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Outros tipos de alteração podem ser chamados de reformas sociais ou de mudanças parciais. De acordo com o pensador italiano Umberto Melotti (1940-), tanto o reformador quanto o revolucionário almejam mudanças sociais. Entretanto, as mudanças propostas pelos reformadores não se contrapõem aos interesses das classes dominantes, podendo até ser utilizadas para consolidar sua permanência no poder. Já uma revolução se opõe aos interesses das classes dominantes, pois tem por objetivo tirá-las do poder.

Os reformadores procuram alterar elementos não essenciais, reparando determinados problemas para garantir a manutenção da situação vigente. As reformas ocorrem em muitos países sempre que se instala uma crise política ou econômica. O revolucionário, por sua vez, objetiva destruir o existente para reconstruir a sociedade em novas bases.

Como há sempre quem resista às transformações e quem lute por elas, pode-se dizer que analisar as mudanças sociais implica analisar disputas e conflitos.

nas palavras de ARENDT

O termo revolução na história

[...]

A palavra “revolução” originou-se provavelmente da astronomia a partir da teoria de Copérnico [...]. No seu uso científico o termo reteve o seu significado original latino, designando o movimento rotativo, regular e inexorável dos astros. [...] No século dezessete encontramos pela primeira vez a utilização política da palavra, mas o conteúdo metafórico ainda estava ligado ao sentido original, o movimento de retornar a um ponto preestabelecido. A palavra foi primeiramente usada na Inglaterra não para designar a assunção de Cromwell ao poder (a primeira ditadura revolucionária), mas ao contrário, depois da queda do déspota por ocasião da restauração da monarquia.

Podemos precisar o exato instante em que a palavra “revolução” foi utilizada no sentido de mudança irresistível e não mais como um movimento recorrente. Foi durante a noite de 14 de julho de 1789 em Paris, quando Luís XVI ouviu de um emissário que a Bastilha havia caído. “É uma revolta”, disse o rei. Ao que o mensageiro retrucou: “Não, majestade, é uma revolução”. Nas décadas seguintes confirmou-se um quadro de que as revoluções não são feitas de homens isolados, mas resultado de um processo incontrollável

do qual os homens são parte. E foi somente na metade do século dezenove que Proudhon cunhou a expressão “revolução permanente” e com ela trouxe o conceito de que não existem revoluções, mas uma só, total e perpétua. Teoricamente, a consequência mais ampla da Revolução Francesa foi o nascimento da noção de História e do processo dialético, da filosofia de Hegel. Foi a Revolução Francesa e não a Americana que incendiou o mundo e foi conseqüentemente dela e não do curso dos acontecimentos na América que a presente conotação da palavra ganhou o formato atual. Neste nosso século as ocorrências revolucionárias passaram a ser examinadas dentro dos padrões franceses e em termos de necessidades históricas.

ARENDR, Hannah. *Arendt e as revoluções*. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/filosofiaarendt.htm>>.

Acesso em: 5 jan. 2016.

Muitas foram as transformações sociais e políticas vividas em nossa sociedade. Algumas foram violentas e transformaram radicalmente as sociedades. Outras levaram à independência do jugo colonial ou neocolonial. Há também aquelas que brotaram de acordos entre classes dominantes ou que se constituíram movimentos liderados pela burguesia ascendente.

Merecem destaque aquelas que eclodiram no século XX, consideradas populares por terem registrado significativa participação do povo nos países onde ocorreram.

Transformações lentas e graduais

As transformações em algumas sociedades foram lentas e graduais, permeadas por acordos, conciliações, reformas. Em alguns momentos houve até atos violentos, coordenados por quem estava no poder e sempre em acordo com as novas classes dominantes e os grupos mais poderosos dos momentos históricos precedentes.

São exemplos desse tipo de mudança social o que aconteceu na Inglaterra, no Japão e na Alemanha.

A Revolução Inglesa foi um movimento em que uma parcela dos senhores de terras e comerciantes se insurgiu contra o poder absoluto do rei e de seus associados (principalmente a nobreza e o clero, que nada produziam). Iniciada em 1642, tinha como objetivo limitar e condicionar esse poder a determinadas funções, impedindo o controle do comércio e da indústria e a criação de impostos pelo rei sem autorização do Parlamento. Após prolongado conflito civil, as forças políticas que lutavam contra o absolutismo derrubaram a monarquia, em 1649, e proclamaram a república. Esse movimento tornou possível a eliminação dos últimos laços que prendiam os ingleses a uma sociedade feudal.

A monarquia foi restaurada em 1660, mas o rei e os nobres perderam os poderes anteriores. O Parlamento havia adquirido força política e dividia o poder com a monarquia. Era o grande passo para que o mercantilismo se expandisse e, como consequência, o processo de industrialização se desenvolvesse a partir do século seguinte. O fundamental nesse processo foi a implantação de uma série de direitos que hoje são considerados universais. Mas foi um movimento em um único país e alterou substancialmente a situação apenas em uma sociedade. Só posteriormente teve repercussão maior.

A Inglaterra pode ser considerada o paradigma das transformações lentas e graduais mesmo tendo passado por algumas revoltas e irrupções políticas, uma vez que conseguiu manter a monarquia e também um sistema político e jurídico estável por muito tempo.



Felice Beato/Pictures from History/Bridgeman Images/Keystone Brasil

Grupo de samurais que, mesmo depois da Restauração Meiji, procurava restabelecer o Xogunato Takugawa, poder autoritário que vigorou no Japão até 1868. Fotografia de Felice Beato, 1877.

Pode-se dizer que a Revolução Inglesa é resultado de um acordo entre as várias classes dominantes existentes. Constituiu-se, assim, uma integração cultural em torno da ideia de nacionalidade.

Na Alemanha e no Japão também aconteceram mudanças políticas decorrentes de um pacto social entre as classes dominantes: os grandes proprietários de terras e a burguesia industrial e comercial emergente. Mesmo com as características próprias de cada país, o que houve foram alterações políticas e econômicas necessárias para o desenvolvimento de sociedades industriais modernas. Apesar de mudanças significativas nos processos e nas relações de produção, houve poucas alterações na estrutura do Estado e os detentores do poder político continuaram os mesmos. Assim, os proprietários da terra não perderam sua fonte de poder e continuaram conduzindo de forma compartilhada com a nova burguesia os destinos do Estado nacional.

No Japão, o período entre o início do século XVII até a segunda metade do século XIX (1600-1868) foi marcado por um governo autoritário assentado sobre a grande propriedade rural feudal. Esse período ficou conhecido como Era Xogunato Tokugawa, família que tinha apoio dos famosos guerreiros samurais. A chamada **Revolução ou Restauração Meiji** refere-se ao período de renovações políticas, religiosas e sociais profundas que ocorreram no Japão entre 1868 e 1900. É também chamado de "Renovação", já que transformou o Império japonês num estado-nação moderno, o que levou o país a entrar na corrida imperialista do século XIX, principalmente na Ásia, tendo como fundamento o domínio econômico e o expansionismo militar. Essa reforma propriamente dita, apesar de ter assistido a revoltas e batalhas, não resultou na abolição das relações de produção no campo nem na derrubada da monarquia absoluta. Nesse contexto é que os antigos samurais e a pequena nobreza, composta de classes instruídas e já comandantes da burocracia estatal e de parte do exército, passam a ser uma força significativa no Estado japonês. Pode-se dizer, portanto, que houve uma "revolução conservadora" ou apenas uma conciliação de interesses e objetivos que visava manter os mesmos grupos e classes no comando das ações do Estado. Somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que se iniciou no Japão a reforma agrária, o que alterou profundamente a estrutura de propriedade da terra.

Na Alemanha, as mudanças passaram pelo processo de unificação de muitas unidades políticas, territoriais e culturais. A Alemanha de hoje é fruto de vários movimentos militares, políticos e culturais. Entre 1860 e 1871, foram incorporados novos territórios, demonstrando a força dos exércitos da Prússia – antigo Estado que fazia parte da então Alemanha pré-unificação –, concomitante à ideia de um inimigo externo e comum a todos que desejavam a unificação. Como consequência dessas necessidades, perpetrou-se guerra contra a Dinamarca, depois contra a Áustria e, finalmente, contra a França, em 1870, o que concorreu para o aumento do território.

Com a vitória na Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a Prússia conseguiu unificar a Alemanha. O rei Guilherme I foi coroado *kaiser* (imperador) da Alemanha e considerado o líder máximo do país. Mas, mesmo quando o Império alemão se constituiu como tal, ainda existiam 22 estruturas políticas e territoriais diferenciadas, como principados, ducados, grão-ducados, grandes reinos (como os da Baviera e da Prússia) e até cidades livres (como Bremen e Hamburgo).

Apenas depois de 1870 foram possíveis a unificação nacional e a transformação da Alemanha em um país industrializado e desenvolvido, uma vez que, além das questões militares, houve outras ações urgentes para que a união se efetivasse. Otto von Bismarck – chefe de governo que estava à frente do processo de unificação alemã e uma das figuras mais proeminentes da política europeia do século XIX – desenvolveu um intenso projeto educacional que incluía um programa curricular unificado, no qual a língua alemã era obrigatória. Além disso, passaram a ser produzidas histórias da nação germânica atreladas a uma formação religiosa protestante única, cujo objetivo era unir a língua, a história e a religião e identificá-las com o povo alemão, rejeitando a diversidade e postulando a falsa ideia de uma unidade alemã indissolúvel e harmônica.

Assim, o pacto político orquestrado no interior dos Estados nacionais alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os grandes proprietários de terras e a burguesia, excluindo os operários e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania, bem como ao acesso à terra. A burguesia não tinha poder para fazer a transformação, e os grandes proprietários não tinham como manter as coisas como estavam. Esse processo de modernização conservadora conduziu esses países à formação de uma sociedade industrial modernizada, mas cuja estrutura política se manteve conservadora.

Revoluções e movimentos anticoloniais

O rompimento com os laços coloniais também configura um conjunto de movimentos em prol de mudanças sociais. Mais do que isso: como resultado de profundas conscientizações políticas por parte de populações historicamente exploradas e segregadas, esses movimentos anticoloniais estabelecem de modo bastante peculiar um novo patamar para o conceito de revolução.

Revoluções no continente americano pela independência

A Revolução Americana, ocorrida em 1776, caracterizou-se como uma luta contra o colonialismo inglês. O movimento teve grande repercussão, principalmente nos países da América Latina, pois provocou o rompimento dos laços coloniais. Teve influência significativa também por pregar a liberdade individual como um dos pilares da sociedade que se formara na América do Norte.



Yale University Art Gallery, New Haven, CT, USA/
Bridgeman Images/Keystone Brasil

Litografia de 1846 que mostra uma representação da Boston Tea Party, protesto dos colonos ingleses considerado fundamental para a deflagração da Revolução Americana, o movimento de independência dos Estados Unidos.



Gianni Dagli Orti/The Art Archive/The Picture Desk/AFP

Entrega da bandeira de Numancia ao "Batalhão sem Nome", 1883, óleo sobre tela, de Arturo Michelena. Sobre o cavalo branco, o artista retratou Simón Bolívar em momento decisivo para a conquista da independência da Venezuela, proclamada em 1811, mas só consumada com a tomada de Caracas e outras regiões de importância estratégica que permaneciam até 1821 sob domínio da coroa espanhola.

A maioria dos países da América Latina e do Caribe, seguindo o exemplo do que havia acontecido nos Estados Unidos e sob influência da Revolução Francesa, iniciou as lutas pela independência no início do século XIX, cujos desdobramentos se estenderam até 1820, aproximadamente. Foram necessárias muitas batalhas para que a Espanha aceitasse os termos de independência desses países. Após a emancipação, os países se organizaram politicamente na forma de repúblicas, abolindo a escravidão e o trabalho servil.

O Brasil, antiga colônia portuguesa, foi o único país que manteve a monarquia e a escravidão. Com o fim dos laços coloniais, os países que obtiveram a liberdade política assumiram uma nova forma de dependência econômica, agora em relação à Inglaterra, posto que o interesse do capitalismo britânico era conseguir manter o fornecimento de matérias-primas e ampliar o consumo de seus produtos manufaturados em território latino-americano.

Independência das colônias no século XX

A segunda fase do processo de descolonização desenvolveu-se no contexto do neocolonialismo, após a Segunda Guerra Mundial e até a última parte do século XX. Os palcos principais foram a África e a Ásia.

O continente africano, no final do século XIX, tinha sido loteado pelos países europeus (com exceção de Portugal, que possuía colônias desde o século XVI), que buscavam matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias e ampliação do mercado consumidor para os seus produtos manufaturados. Assim, a maior parte das estruturas políticas tribais foi sendo gradativamente destruída, bem como as formas de vida e de produção existentes.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, muitos povos africanos se organizaram e passaram a lutar por sua independência, criando, assim, uma série de novos países.

A independência, no entanto, não significou autonomia, uma vez que os novos países surgidos após a descolonização enfrentaram problemas para promover o desenvolvimento econômico e social. As heranças deixadas pelos colonizadores, representadas tanto por uma economia sempre dependente do exterior, exportadora de matéria-prima e importadora de gêneros de primeira necessidade quanto pelo baixo nível educacional e técnico da população, impediram os projetos de desenvolvimento e provocaram a continuidade da dependência através do endividamento, mantendo esses países subordinados aos interesses das antigas metrópoles.

Na Ásia, alguns países obtiveram sua independência mediante lutas ou acordos com as potências colonizadoras. Aqueles que foram invadidos durante a Segunda Guerra Mundial pelo Japão aproveitaram, depois da derrota nipônica em 1945, para iniciar ou retomar os vários movimentos pela independência. Do mesmo modo, o Vietnã, o Laos e o Camboja se tornaram independentes da França, e a Indonésia, da Holanda. Em alguns casos, houve acordo, como a Malásia e Cingapura, que conseguiram a independência da Inglaterra nos anos de 1957 e 1965, respectivamente.

O caso da Índia – emblemático – reúne movimentos por independência e acordos com o país colonizador. A presença dos ingleses na Índia data do século XVII e foi se ampliando com o tempo. A dominação foi facilitada pela inexistência de um governo centralizado e também pela diversidade religiosa e de castas, o que não contribuía para uma visão de unidade nacional.

Em 1920, logo após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), surgiram movimentos pela independência, os quais, ao final da Segunda Guerra, quando o declínio do poder econômico e militar da Inglaterra ficou evidente, foram muito

bem-sucedidos em suas lutas. Assim, a dominação na Índia não pôde ser mantida e em 1947 os ingleses reconheceram a independência indiana, que, em função das rivalidades religiosas, deu origem à **União Indiana**, com maioria hinduísta, e à **Liga Muçulmana**, com maioria islâmica, que veio a constituir o Paquistão (Ocidental e Oriental). O Ceilão, de maioria budista, tornava-se também independente, passando a ilha a se denominar Sri-Lanka. Posteriormente, o Paquistão Oriental se tornou o atual Bangladesh.

Revoluções radicais e populares

Muitas foram as revoluções radicais e populares. Aqui será abordada apenas a Revolução Francesa.

Revolução Francesa

A Revolução Francesa eclodiu em 1789 como um movimento contrário ao poder monárquico e aos resquícios do feudalismo na França. Foi exemplo para a luta em várias nações do mundo ocidental contra os regimes absolutistas e pela eliminação da monarquia, uma vez que essas formas e sistemas de governo significavam opressão à maioria da população.

Além disso, com a revolução foi alterada profundamente a estrutura da propriedade rural, eliminando entraves para o desenvolvimento de uma nova sociedade. Entretanto, o fato mais importante foi que os revolucionários lutaram em nome das pessoas (apesar de não incluir as mulheres), e não só dos franceses, o que transformou o movimento em paradigma das revoluções posteriores.



Gerard François. Sem título, 1794-1795.

Invasão do Palácio das Tulherias, Paris, pela multidão insurgente no dia 1º de agosto de 1792, em representação de François Gérard, século XVIII. Museu do Louvre, Paris, França.

Revoluções políticas no século XX

No século XX ocorreram várias experiências revolucionárias. Entretanto, foram poucas as que envolveram os mais explorados e, portanto, a maioria da sociedade. Duas delas serão aqui tratadas.

Revolução Mexicana

A Revolução Mexicana começou em 1910 e foi uma resposta dos explorados no campo e nas cidades a uma situação insustentável de desigualdade e de exploração. Havia no México uma grande desigualdade social: 1% da população possuía 97% das terras, o que gerava uma situação de exploração e miséria muito grande.

Três grandes grupos, representando classes sociais diferentes, participaram do movimento: o dos camponeses, que eram a maioria (seus líderes mais conhecidos foram Pancho Villa no norte e Emiliano Zapata no sul); o dos trabalhadores urbanos organizados em torno da Casa del Obrero Mundial (COM), de orientação inicialmente anarquista; e o da burguesia urbana e rural, liderada por Francisco Madero. Os camponeses exigiam o fim da concentração e a redistribuição das terras. A burguesia dissidente exigia que fossem definidas regras claras sobre as eleições para que se implantasse uma democracia de tipo liberal. Os trabalhadores

urbanos, por sua vez, que não tinham nenhum direito nem liberdade de expressão e reunião, exigiam direitos garantidos pela Constituição.

O movimento estendeu-se até 1917, quando foi promulgada uma nova Constituição para o México. Várias reivindicações dos camponeses foram atendidas, mas todas sob o controle do Estado. Grandes propriedades, principalmente as da Igreja, foram expropriadas e repartidas. Possibilitou-se a manutenção das terras comunais na forma de cooperativas, mas a reforma agrária (divisão dos latifúndios) propriamente dita não foi realizada e a restituição das terras usurpadas não se efetivou. Assim, os camponeses pouco tiveram a comemorar.

Aos trabalhadores urbanos garantiu-se uma série de novos direitos, como jornada máxima de oito horas e a regulamentação do trabalho das mulheres e de menores, do trabalho noturno, do repouso semanal, das férias e das horas extras. Além disso, foram regulamentados a liberdade de organização sindical e o direito à greve, entre outros direitos.

A burguesia industrial, os banqueiros, os grandes comerciantes e proprietários de terras, em nome da "revolução mexicana", constituíram o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se manteve no poder de 1929 até 2000.

Revolução Russa

Enquanto os mexicanos conquistavam sua Constituição, na Rússia a sociedade fervilhava. A maior parte dos russos, tanto no campo como na cidade, vivia em condições precárias e, desde 1905, lutava pela construção de uma nova ordem social.

A Revolução Russa de 1917 começou com a derrubada do czar, em fevereiro, e culminou com a tomada do poder pelos bolcheviques, liderados por Vladimir Ilitch Ulianov, o Lênin, e por Leon Trotsky, em outubro. O movimento teve como base os trabalhadores urbanos e os soldados.

Os revolucionários organizavam-se em conselhos populares que expressavam a proposta de uma sociedade que se orientasse pela vontade da maioria. Esses conselhos populares eram chamados de soviets e constituíram o fato mais inovador da revolução.



Lênin à frente de multidão na Praça Vermelha, Moscou, em outubro de 1917. Estava consolidada a Revolução Russa.

Print Collector/Hulton Archive/Getty Images

Após a tomada do poder, com a constituição de uma nova estrutura estatal, os soviets perderam pouco a pouco sua força. O termo, no entanto, ficou gravado no nome da unidade política e nacional formada em consequência da revolução: República Soviética.

A situação na Rússia, que era terrível por causa da Primeira Guerra Mundial, tornou-se ainda pior no período de afirmação da revolução. Mesmo assim, a propriedade privada foi extinta e procurou-se alterar a estrutura estatal e de serviços, como a educação, a saúde, o transporte ferroviário e o sistema bancário. A grande dificuldade foi mudar a estrutura da propriedade rural, que ainda era medieval, e a condição dos camponeses, precária em todos os sentidos. Assim, foi necessário primeiro privatizar a terra para depois torná-la coletiva. Isso foi possível com a concentração do poder pelo Partido Comunista e pelo Estado.

Em 1922 foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), formada por 12 repúblicas, todas sob o comando político e militar da República Soviética Russa. Depois da Segunda Guerra Mundial, mais três repúblicas foram incorporadas à URSS.

Em 1924, com a morte de Lênin, Josef Stálin assumiu o comando da URSS e aprofundou a concentração do poder no Partido Comunista e no Estado, eliminando a oposição. A partir de então, uma revolução que nascera com o propósito de transformar o sistema anterior e garantir a liberdade para todos gerou uma sociedade que teve parte dos problemas econômicos resolvidos, mas à custa da submissão a um Estado autoritário que oprimiu a maioria da população.

A União Soviética desmoronou na década de 1980, tendo seu fim assinalado pela queda do Muro de Berlim, em 1989. Deixou oficialmente de existir em dezembro de 1991.

Além da experiência russa, outras revoluções populares de orientação socialista ocorreram no século XX. Podemos citar alguns exemplos: na China, em 1949, a revolução liderada por Mao Tsé-Tung; em Cuba, em 1959, o movimento revolucionário encabeçado por Fidel Castro e Che Guevara; no Vietnã, de 1945 a 1954, o movimento liderado por Ho Chi Minh.

Baldwin Ward/Corbis/Fotoarena



Tropas de Mao Tsé-Tung desfilam em Pequim, China, em junho de 1949, em ação de propagação revolucionária.



Prensa Latina/AFP

Populares comemoram a vitória da revolução nas ruas de Havana, Cuba, em janeiro de 1959.

Um breve balanço

Como se pode perceber, uma coisa é o início de uma revolução, com seus propósitos transformadores; outra é a situação pós-revolucionária ou a institucionalização da revolução, em que o momento inicial de tomada do poder e alteração das estruturas políticas, econômicas e sociais precisa ser deixado para trás. É necessário, então, criar novas instituições ou reformular as antigas para que a revolução possa se desenvolver.

Com o passar dos anos, a liderança muda, e as situações interna e externa se modificam; aparecem interesses novos e são necessárias novas ações, que podem gerar maior emancipação ou não.

Algumas revoluções, como a do México, são populares, mas depois do momento inicial as demandas da maioria do povo são deixadas de lado e, em nome delas, há uma reorganização das classes dominantes para continuar no poder.

Os exemplos analisados aqui são de sociedades que alteraram sua estrutura e seu modo de vida, mas avançaram pouco no processo de liberdade e emancipação. Pode-se afirmar, então, que não são parâmetros para futuras mudanças, embora devam ser vistos como repletos de lições da história, da vida e dos rumos sempre otimistas e de esperança num mundo melhor.

E o que vem pela frente?

A transformação radical de uma sociedade – revolução – está sempre ligada à superação de um sistema por outro, havendo um movimento popular ou uma classe social oprimida organizada para ir à frente e derrubar o antigo regime.

Na sociedade capitalista, segundo Marx, a classe social oprimida é o proletariado. Depois das muitas revoluções que ocorreram no mundo, há a possibilidade de a classe proletária, ou trabalhadora, organizar-se para derrubar o sistema capitalista? Há condições objetivas (crise do sistema, organização, poder, armas) e subjetivas (consciência social, aliança entre os diversos segmentos dos explorados) para que isso ocorra? Não se pode negar a existência de algumas dessas condições, principalmente nos países periféricos do sistema capitalista, mas, com as sociedades submetidas a forte esquema de massificação, torna-se cada dia mais difícil acontecer um movimento revolucionário nos moldes da Revolução Russa.

Hoje, em todos os meios de comunicação, ouvimos declarações de que estamos vivendo em uma “nova” sociedade, em uma “era pós-moderna”, em uma “sociedade pós-burguesa”, em uma “sociedade pós-industrial” etc. Com isso, afirma-se que está se estruturando uma nova organização social, completamente diferente da anterior.

Ora, na sociedade atual estão sendo levadas ao limite as potencialidades da modernidade estabelecida pela Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, sem mudanças nas estruturas de poder e na economia; mas há indícios de que uma transformação esteja ocorrendo. Em que direção? As respostas a essa questão são divergentes.

É possível perceber que a ideia de uma revolução violenta, com a tomada do poder do Estado para desenvolver uma nova sociedade, está cada dia mais distante da realidade. Parece remota, também, a ideia de uma mudança significativa mediante ações lentas e graduais por parte das instituições políticas, pois estas estão muito amarradas às estruturas de poder existentes.

Diante de uma possibilidade de mudança, a força da reação normalmente é muito grande e pode aniquilar qualquer tentativa de resistência. Além disso, devido à crise na democracia representativa, as pessoas já não acreditam que seus representantes possam tomar medidas que alterem profundamente a sociedade.

Então não há alternativa? Parece difícil, porque a capacidade de cooptação por parte dos poderes vigentes é muito grande. Mas a consciência da desigualdade e do sofrimento que isso acarreta não é apagada ou silenciada e se expressa em manifestações populares e revoltas pontuais em várias partes do mundo.

Mobilizações e mudanças no século XXI

Para pensar um pouco mais sobre as possibilidades de mudança social, é urgente atentar para o que está acontecendo no mundo. Se é verdade que a simples ideia de mudanças lentas e constantes, em termos políticos, não avança para uma grande transformação da vida em sociedade, é também verdadeiro que os sintomas da inquietude que se alastram pelo mundo contemporâneo permitem observar a gestação de novas realidades no curso do processo histórico.

O filósofo italiano Toni Negri (1933-) e o filósofo estadunidense Michael Hardt (1960-) destacaram ao menos três características que podem multiplicar os sintomas da inquietude social:

- o nascimento de um grupo composto de novos e jovens sujeitos políticos, conectados com o mundo e inconformados com os limites e a mediocridade de sua vida cotidiana nas periferias das metrópoles, que já não aceitam a condição de subordinação e, para abandoná-la, estão dispostos a sacudir o *status quo*;
- o cultivo de um projeto emancipador por esses jovens sujeitos políticos: eles querem organizar a produção e a distribuição de riquezas horizontalmente e em rede – sem os limites das hierarquias e da mercantilização atuais;
- a prática de uma nova democracia, ainda em construção, numa época em que a representação tradicional está se tornando cada vez mais obsoleta e desprestigiada.

Exemplos de inquietude social foram as Jornadas de Junho de 2013, quando as ruas do Brasil foram tomadas por insubmissas e plurais personagens. O mesmo aconteceu durante a ocupação, pelos estudantes, das escolas públicas paulistas, em 2015 e 2016, contrários às políticas do governo estadual.

Conforme o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-), em termos tecnológicos, econômicos e culturais já há um longo caminho percorrido e muitas transformações efetivadas. De acordo com ele, o período atual é um tempo de eclosão de uma nova era em termos políticos e institucionais.

É crucial que se estabeleça um alerta para as possíveis reações contrárias às mudanças sociais e políticas, posto que as forças conservadoras são robustas e poderosas e não desejam mudanças que possam ameaçar seus privilégios. É do confronto entre as correntes progressistas e conservadoras, no entanto, que poderá emergir uma nova era que seja constituída de saltos qualitativos na vida coletiva ou, então, que faça prevalecer o ritmo obscuro e perigoso do retrocesso histórico, rumo a um tempo que não garanta a existência de direitos, em que gritos não são ouvidos e em que as utopias não se alimentam.

As revoltas se espalham pelo mundo

O que há de comum entre as mobilizações da Tunísia, Egito, Iêmen e Síria, com as do Reino Unido, Itália e Chile; Portugal e Grécia; as da Espanha com as dos Estados Unidos?

Muita coisa, mas vamos com calma. A lista de diferenças é ainda maior. Mesmo na Primavera Árabe, a Revolução Jasmim, da Tunísia, e a Revolução de Lótus, do Egito, floresceram em um mesmo terreno, mas são espécimes diversos.

Respeitadas essas diferenças, o que há de semelhante pode e deve ser considerado global. Há questões econômicas, sociais, políticas e culturais comuns.

A mais evidente é a indignação contra as desigualdades econômicas e sociais e a dominação política que as mantém e as faz aumentar. [...] É um sentimento global compartilhado.

A crise internacional é um fator comum. Ela tem gerado a revolta contra o mundo das finanças, que mandou as pessoas desocuparem suas casas hipotecadas, nos Estados Unidos, que demitiu servidores públicos na Grécia, que desempregou em massa na Espanha. A inflação mundial, com tendência de crescimento, tem como uma de suas vertentes o encarecimento dos alimentos, que afeta mais diretamente a população pobre. Este foi um problema de fundo na Tunísia, no Egito e no Oriente Médio. A estagnação econômica elevou o desemprego e todos se perguntam por que os governos ajudam os bancos, mas não ajudam as pessoas em pior situação.

A maneira como os manifestantes foram tratados também tem traços em comum. Primeiro eles foram tidos por vozes isoladas; depois, provocadores, baderneiros, criadores de confusão. [...]

O ativista Kevin Young, da Organização por uma Sociedade Livre, dos Estados Unidos, uma das organizadoras da marcha “Ocuppy Wall Street”, lembrou o ensinamento de antigos militantes, segundo os quais “primeiro, eles ignoram você. Depois, eles riem de você. Em seguida, eles atacam você, e então você os vence”.

Há uma revolta global contra a esclerose das referências políticas tradicionais. [...]

As manifestações tiveram referências espontâneas, mas contaram com o apoio e o ativismo de várias organizações, algumas mais, outras menos consolidadas, mas todas essenciais para que a indignação tomasse as ruas. O desafio é justamente conseguir canalizar a energia de sua espontaneidade para referências políticas capazes de montar coalizões governantes e disputar projetos de poder em seus países.

Há mudanças demográficas globais em curso afetando principalmente jovens, mulheres e idosos. Surgiram novas formas de expressão cultural e novos hábitos de consumo de informação. Há uma revolta contra a velha mídia por conta da deturpação ou omissão de informações, do sarcasmo contra os pobres e da celebração dos opressores.

As marchas desmentiram aqueles que por aí diziam que havia acabado a época das grandes mobilizações populares, e que as novas maneiras de protestar eram cada vez mais individuais e virtuais. A comunicação eletrônica, ou autocomunicação de massa (como diz Manuel Castells), deu fôlego às manifestações, facilitou a mobilização, protegeu ativistas, disseminou a revolta.

O feitiço virou-se contra o feiticeiro, e a tão propalada globalização agora ganha a forma de protesto, com cores muito diferentes, mas com um leve toque de jasmim.

LASSANCE, Antonio. *O feitiço virou-se contra o feiticeiro*.

Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/antonio-lassance-o-feitico-virou-se-contra-o-feiticeiro.html>>.

Acesso em: 15 dez. 2015.

1. Com vários aspectos em comum, os participantes das mobilizações abordadas no texto enfrentam desafios semelhantes na conquista de seus objetivos. Quais são esses desafios, na visão do articulista?
2. Explique o uso da expressão “o feitiço virou-se contra o feiticeiro” no contexto da análise apresentada no texto.

Mudança social e Sociologia

23

A Sociologia nasceu da crise provocada pela desagregação do sistema feudal e pelo surgimento do capitalismo. As transformações decorrentes desse processo abalaram todos os setores da sociedade europeia e depois atingiram a maior parte do mundo. Muitos autores se esforçaram para entender o que estava ocorrendo.

A mudança social para os clássicos da Sociologia

As transformações e crises nas diversas sociedades constituem um dos principais objetos da Sociologia. No século XIX, uma das ideias que orientavam as discussões sobre esse tema era a de progresso. Conforme o sociólogo estadunidense Robert Nisbet (1913-1996), a ideia de progresso tinha raízes no pensamento grego e, desde a Antiguidade, esteve presente no imaginário de todas as sociedades, mas no século XVIII, com o surgimento do Iluminismo, e no XIX ela ocupou um lugar destacado e permeou o pensamento da maioria dos autores clássicos da Sociologia.

Auguste Comte (1798-1857)

Auguste Comte foi um dos pensadores do século XIX que mais influenciaram o pensamento social posterior. Desde cedo, ele rompeu com a tradição familiar, monarquista e católica, tornou-se republicano, adotando as ideias liberais, e passou a desenvolver uma atividade política e literária que lhe permitiu elaborar uma proposta para resolver os problemas da sociedade de sua época. Sua obra está permeada pelos acontecimentos da França pós-revolucionária. Defendendo sempre o espírito da Revolução Francesa de 1789 e criticando a restauração da monarquia, Comte se preocupou fundamentalmente com a relação entre a ordem social e a mudança ou progresso.

Para Comte, o progresso se fundamenta na qualidade e na quantidade de conhecimentos das sociedades. Com base nisso, ele afirmou que a humanidade percorreu três estágios no processo da evolução do conhecimento:

- Primeiro estágio – teológico. As pessoas atribuíam a entidades e forças sobrenaturais as responsabilidades pelos acontecimentos. Essas entidades podiam ser os espíritos dos objetos, animais e plantas (fetichismo), vários deuses (politeísmo) ou um deus único e onipotente (monoteísmo).
- Segundo estágio – metafísico. Nesse estágio, as entidades sobrenaturais foram substituídas por ideias e causas abstratas e, portanto, racionais. Seria o momento da Filosofia.

- Terceiro estágio – positivo. Correspondeu à era da ciência e da industrialização, na qual se invocaram leis com base na observação empírica, na comparação e na experiência. Seria o momento da Sociologia.



Bridgeman Images/Keystone/Museu Nacional do Egito, Cairo



Bridgeman Images/Keystone/Museu Arqueológico Nacional, Nápoles, Itália



Joseph Gueldry, The Laboratory, 1887/Bridgeman Images Keystone Brasil/Museu da Cidade de Paris, Musée Carnavalet, Paris, França

Obras de arte de diferentes autores e épocas evocam o espírito dominante em cada estágio de evolução do conhecimento caracterizado por Auguste Comte. Da esquerda para a direita, os estágios teológico, metafísico e positivo, representados respectivamente em: relevo de reis oferecendo flores a um deus egípcio; mosaico, do século I, com representação de Platão e seus alunos; e O laboratório, óleo sobre tela de 1887, de Joseph Gueldry.



Thomaz Vita Neto/Pulsar Imagens

Em termos sociológicos, Comte dividiu seu sistema em dois campos: o da estática (ordem) e o da dinâmica (progresso). Ao estabelecer a relação entre ambos, destacou a ideia de que toda mudança deveria estar condicionada pela manutenção da ordem social. Nesse sentido, sua opção era conservadora, pois admitia a mudança (progresso), mas limitava-a a circunstâncias que não alterassem profundamente a situação vigente (ordem). A expressão que pode resumir bem seu pensamento é: "nem restauração nem revolução", isto é, não devemos voltar à situação feudal nem almejar uma sociedade diferente desta em que vivemos.

Para os brasileiros, a relação entre estática e dinâmica social proposta por Auguste Comte é muito clara, pois, desde a instauração da República, assumiu-se no país o lema positivista "ordem e progresso", que supostamente norteia as ações dos que dominam nossa sociedade.

Karl Marx (1818-1883)

As ideias mais importantes de Marx sobre a razão das mudanças estruturais nas sociedades estão no prefácio do livro *Para a crítica da economia política*, de 1859. De acordo com Marx, as mudanças que ocorrem na produção da vida material (econômicas) alteram e condicionam outras mudanças na esfera da vida social (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas).

nas palavras de MARX

Por que ocorrem as transformações sociais

O resultado a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas ma-

teriais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o contrário, é o seu ser que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. [...] Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. [...] Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as suas forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe tarefas que pode resolver, pois, só se considera mais atentamente, só chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 25-26. (Os economistas.)

Em seus estudos sobre as transformações sociais, Marx também analisou a Revolução Francesa, mas a considerou puramente política, já que não alterou substancialmente a vida da maioria da população, ou seja, dos que nada tinham. De acordo com ele, apesar de ter sido fundamental para o fim do feudalismo, essa revolução foi parcial, pois, realizada por uma minoria, não emancipou toda a sociedade.

Para Marx, o radicalismo de uma revolução está no fato de ela ser realizada por quem é maioria na sociedade. Só uma classe nessas condições é capaz de representar os interesses de libertação para todos e liderar uma transformação, pois esta é sempre o resultado dos conflitos entre as classes fundamentais da sociedade. No capitalismo, essas classes são a burguesia e o proletariado. E, para Marx, só o proletariado pode transformar a sociedade. Mas por que a teoria marxista atribui ao proletariado o poder revolucionário? De acordo com o sociólogo francês Robert Castel (1933-2013):

A constituição de uma força de contestação e de transformação social supõe a reunião de pelo menos três condições: uma organização estruturada em torno de uma condição comum, a posse de um projeto alternativo de sociedade, o sentimento de ser indispensável para o funcionamento da máquina social. Se a história social gravitou durante mais de um século em torno da questão operária, é porque o movimento operário realizava a síntese dessas três condições: tinha seus militantes e seus aparelhos, era portador de um projeto de futuro, e era o principal produtor da riqueza social na sociedade industrial.

As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 597.

Entretanto, para Marx, a transformação não parte do zero. Ela sempre nega e supera uma situação anterior; os participantes de uma revolução utilizam a cultura e as tecnologias transmitidas pelas gerações anteriores para criar novas formas de organização produtiva e política. As transformações sempre incorporam al-



Stefano Bianchetti/Corbis/Fotoarena

Revolução e violência: segundo Marx, a primeira não se realiza sem a segunda. Acima, em tela do século XIX, de autor desconhecido, a Guarda Nacional reprime revoltosos em Paris, em 1848. Coleção particular.

guma coisa do passado. A parte do passado que é incorporada e a maneira como isso ocorre muitas vezes condicionam o resultado das mudanças futuras. Há um processo de ruptura e continuidade que depende das forças sociais em conflito. Tais forças definem o que será preservado e o que será abandonado.

Marx destacou o fato de que na atividade revolucionária os indivíduos se transformam para mudar as condições sociais em que vivem. Além disso, observou que as revoluções só são possíveis por meio da violência, a “parteira da história”, pois os que detêm o poder jamais abrem mão dele e de seus privilégios pacificamente.

Émile Durkheim (1858-1917)

Esse autor clássico da Sociologia, ao analisar a questão da mudança social, observou que, na história das sociedades, houve uma evolução da solidariedade mecânica para a orgânica por causa da crescente divisão do trabalho. Como já vimos, para Durkheim, a solidariedade mecânica tem por base as semelhanças e decorre da adesão total do indivíduo ao grupo, no qual as consciências individuais são determinadas pela consciência coletiva. Já a solidariedade orgânica baseia-se nas diferenças entre os indivíduos que necessitam cooperar uns com os outros e implica o desenvolvimento da divisão social do trabalho. A passagem de um tipo de solidariedade a outro resulta em transformações da estrutura social e leva à evolução histórica das sociedades.

Para ele, isso se deve a fatores como a expansão urbana e o crescimento industrial. A concentração de pessoas em determinado território promove a diferenciação das atividades e a divisão do trabalho, intensifica as interações, torna mais complexas as relações sociais e muda a qualidade dos vínculos sociais, que passam a se basear na dependência mútua. Essa visão dicotômica e evolutiva pode ser resumida no quadro a seguir, elaborado pelo sociólogo polonês Piotr Sztompka (1944-).

Mudança social: da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica

Tipos de solidariedade	Solidariedade mecânica	Solidariedade orgânica
Aspectos de diferenciação		
Caráter de atividades	Similares, uniformes	Altamente diferenciadas
Principal vínculo social	Consenso moral e religioso	Complementaridade e dependência mútua
Posição do indivíduo	Coletivismo, com ênfase no grupo	Individualismo, com ênfase em indivíduos autônomos
Estrutura econômica	Grupos isolados, autárquicos, autossuficientes	Divisão do trabalho, dependência mútua entre grupos, intercâmbio
Controle social	Leis repressivas para a punição de ofensas (Direito Penal)	Leis restritivas para a salvaguarda de contratos (Direito Civil)

Fonte: SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 188.

Como se pode perceber, as maiores preocupações de Durkheim eram as questões relacionadas à integração social, envolvendo as formas como ela ocorre em cada tipo de sociedade e as razões que propiciam a mudança social.

Há outro fator, contudo, que poderia ser fonte de mudança no pensamento de Durkheim. Segundo o sociólogo francês Jean Duvignaud (1921-2007), esse fator seria a **anomia**. Compreendida como ausência de regras e normas, a anomia pode gerar conflitos entre o que está estabelecido na sociedade como padrão de comportamento e a atitude de determinados indivíduos que contestam o caráter imperativo e pouco razoável dessas padronizações. Através da ação discordante, fora do que é padronizado, torna-se possível produzir ações que, pouco a pouco, vão se ampliando e configurando novas mentalidades; o início de um processo de mudança que se dá na história. Com isso, tradicionais aspectos da convivência e dos costumes são alterados e ressignificados, criando novos padrões e diferentes formas de ver e viver. As opções estéticas (no campo da moda e da música, por exemplo) e as configurações éticas (a postura de indivíduos e grupos diante dos enunciados da ciência e dos meios de comunicação social, entre outras) iluminam a ideia de anomia como instrumento de mudança social, e não apenas de desagregação e caos.

Max Weber (1864-1920)

Como se viu, ao analisar as transformações sociais, Karl Marx utilizou categorias sociológicas macro, como relações de produção, forças produtivas, base econômica e superestrutura. Weber, diferentemente, procurou centrar sua análise nas ideias, ações, crenças e valores individuais que permitiram a mudança social, apesar de sua perspectiva estar voltada para grandes unidades territoriais e longos períodos históricos, bem como para grandes mudanças históricas e sociais.

Na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905), Weber desenvolveu a ideia de que a ética protestante foi fundamental para o surgimento do capitalismo, pois propiciou maior acumulação de capital ao valorizar o trabalho e um modo de vida disciplinado, responsável e racional, sem gastos ostentatórios. Ele enfatizou o esforço individual dos capitalistas, que procuravam utilizar o cálculo racional para garantir a eficiência na produção de mercadorias, tendo por objetivo o ganho monetário. Os trabalhadores, por sua vez, passaram a ver o trabalho como um valor em si mesmo. Ocorreu, assim, uma confluência entre certa visão de mundo e determinado estilo de atividade econômica – ou seja, além das condições econômicas, determinadas ideias e valores explicariam por que só no Ocidente desenvolveu-se o capitalismo.

Weber também analisou a mudança social com base em tipos ideais de ação e de dominação (assunto já estudado nas Unidades 1 e 4). Dessa perspectiva, as sociedades caracterizadas por ação afetiva e dominação tradicional passariam por outras combinações de tipos de ação e de dominação até chegarem a formas sociais com o predomínio da ação racional vinculada a fins e dominação legal-burocrática.

Artista desconhecido. Le Pont de Meir à Anvers, un jour de marché, séc. XVII.



Representação, de autor desconhecido (século XVII) da feira da Antuérpia, importante centro portuário e comercial da Europa no século XVI. Museu Nacional de Belas Artes, Antuérpia, Bélgica. Compatível com o “espírito” do capitalismo, a ética protestante valoriza o trabalho e as atividades da vida secular.

Haveria, então, a tendência a um aumento na racionalização das ações sociais e na burocratização da dominação. Para Weber, a burocratização crescente seria um entrave a qualquer processo de mudança social. Em uma sociedade administrada por diversos instrumentos controladores, a mudança estaria sempre limitada pela ação burocrática.

Ao recorrer aos tipos ideais de ação e de dominação para analisar a mudança, Weber aproxima-se de Durkheim, que, como vimos, utilizou em sua abordagem os tipos de solidariedade social. No entanto, Weber afasta-se de Durkheim ao desenvolver uma análise mais complexa e histórica.

nas palavras de WEBER

Ascese protestante e acumulação do capital

A ascese protestante intramundana – para resumir o que foi dito até aqui – agiu desta forma, com toda a veemência, contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o consumo, especialmente o consumo de luxo. Em compensação teve o efeito psicológico de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo [...] como diretamente querido por Deus. A luta contra a concupiscência da carne e o apego aos bens exteriores não era [...] uma luta contra o ganho racional mas contra o uso irracional das posses. Este consistia sobretudo na valorização das formas ostensivas de luxo [...] em vez do emprego racional e utilitário da riqueza, querido por Deus, para os fins vitais do indivíduo e da coletividade. Às pessoas de posse ela queria impingir não a mortificação, mas o uso de sua propriedade para coisas necessárias e úteis em termos práticos.

[...]

A ascese lutou do lado da produção da riqueza privada contra a improbidade, da mesma forma que contra a avidez puramente impulsiva [...]. Pois a exemplo do Antigo Testamento e em plena analogia com a valorização ética das “boas obras”, ela via, sim, na ambição pela riqueza como fim o cúmulo da culpa, mas na obtenção da riqueza como fruto do trabalho em uma profissão, a bênção de Deus. Eis porém algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança. Os obstáculos que agora se colocavam contra empregar em consumo o ganho obtido acabaram por favorecer seu emprego produtivo: o investimento de capital.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 155-157.

Outras análises sociológicas sobre a mudança social

Progresso e desenvolvimento talvez sejam as palavras que melhor expressem, em nosso cotidiano, uma possível mudança social. Já foi visto o que pensavam os autores clássicos sobre esse tema. Agora é o momento de analisar como a questão foi proposta a partir de meados do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ganharam visibilidade as desigualdades entre as sociedades do mundo, e alguns estudiosos se propuseram analisar esse fenômeno. É sobre essas análises que se refletirá um pouco a seguir.

Teorias da modernização

As teorias da modernização baseiam-se no pressuposto de que as sociedades partem de um estágio inicial, considerado tradicional, para um estágio superior, considerado moderno, em uma escala de aperfeiçoamento contínuo.

Essas teorias utilizam alguns elementos das análises de Émile Durkheim e de Max Weber, mas procuram dar-lhes uma nova roupagem. De acordo com essas teorias, as sociedades são tradicionais ou modernas conforme as características que as identificam. O padrão de modernidade é dado pelas sociedades norte-americanas – do Canadá e dos Estados Unidos – e pelas europeias ocidentais – principalmente da França, da Inglaterra e da Alemanha.

Vários sociólogos dos Estados Unidos, como Talcott Parsons (1902-1979), David McClelland (1917-1998) e Everett E. Hagen (1906-1986), e também o ítalo-argentino Gino Germani (1911-1979), utilizaram esquemas muito parecidos para caracterizar cada tipo de sociedade.

Características e diferenças das sociedades

Tradicionais	Modernas
Particularismo	Universalismo
Orientação para a atribuição	Orientação para a realização
Difusão funcional	Especialidade funcional
Pouca motivação para o desempenho	Muita motivação para o desempenho
Nenhuma abertura à experiência	Grande abertura à experiência
Hierarquia profissional	Especialização profissional
Pouca imaginação criadora	Muita imaginação criadora
Pequena mobilidade social	Grande mobilidade social
Resistência às mudanças	Abertura às mudanças

De acordo com esses sociólogos, a mudança social ocorreria quando os indivíduos e os grupos – isto é, as sociedades – deixassem as características tradicionais e passassem a internalizar as modernas. Assim, desde que os valores tradicionais fossem superados, ocorreria a evolução social modernizante.

À esquerda, aragem da terra com o uso de tração animal em Virgínia, Minas Gerais; à direita, colheita mecanizada de milho em Nova Fátima, Paraná, fotografias de 2013. Para passar de uma situação a outra, do tradicional ao moderno, basta mudar atitudes e comportamentos?



Cesar Diniz/Pulsar Imagens



Delfim Martins/Pulsar Imagens

De acordo com as críticas mais gerais, as teorias da modernização são etno-cêntricas, pois têm como referência as sociedades consideradas desenvolvidas economicamente e com determinado tipo de estrutura política. Ademais, tais teorias definem a trajetória de todas as sociedades como se fosse linear, ou seja, presumem que as sociedades modernas de hoje foram um dia tradicionais e mudaram sua mentalidade e sua maneira de ver e organizar o mundo. A história é tratada por essas teorias como um processo único, um caminho de mão única e destino igualmente único determinado pelo “estágio” de desenvolvimento alcançado pelas sociedades tomadas como modelo. A ênfase é posta na cultura, na visão de mundo e no comportamento das pessoas e dos grupos sociais, deixando de lado as estruturas econômicas e políticas.

Subdesenvolvimento e dependência

Após fazer uma análise crítica das teorias da modernização, vários autores, nas décadas de 1960 e 1970, procuraram explicar a questão da diferença entre os países por outro ângulo, focalizando a diversidade histórica de cada sociedade e as relações econômicas e políticas entre os países. A pergunta que se fazia era a mesma proposta pelas teorias anteriores: O que explica as desigualdades entre os países da América Latina, da África e da Ásia e os da Europa e os Estados Unidos? As respostas, porém, mudaram.

Esses autores partiram de uma visão que foi desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com os estudos da Cepal, do ponto de vista econômico, nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos havia uma troca desigual e uma deterioração dos termos de intercâmbio.

Historicamente, isso se explicava por uma divisão internacional do trabalho em que cabia aos países periféricos (dominados) vender aos países centrais (dominantes) produtos primários (agrícolas, basicamente) e matérias-primas (sobretudo minérios) e comprar produtos industrializados. Ao longo dos anos, foi necessário que os países periféricos vendessem mais matérias-primas e produtos agrícolas para pagar a mesma quantidade de produtos industrializados, ou seja, trabalhavam mais e vendiam mais para receber o mesmo e assim enriquecer aqueles que já eram ricos.

Imagem que mostra embarque de soja destinada à exportação, no Porto de Paranaguá, Paraná, 2015.



Fabio Scremin/APPA

Os países centrais e os periféricos tinham um passado diferente. Os países europeus foram as metrópoles no período colonial, ao passo que os da América Latina foram as colônias e, mesmo depois da independência, continuaram dependentes econômica e politicamente. Os Estados Unidos, que haviam sido colônia da Inglaterra, não mantiveram essa posição e conseguiram desenvolver-se autonomamente, para depois se tornarem um dos países dominantes, principalmente sobre a América Latina.

O sociólogo alemão Andreas Gunder Frank (1929-2005) afirmava que na América Latina havia apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento, pois os países centrais, além de explorar economicamente os periféricos, dominavam-nos politicamente, impedindo qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo. E essa relação desde o período colonial explicava por que alguns tinham se desenvolvido e outros não. Um segundo grupo de sociólogos, do qual participaram o brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1931-) e o chileno Enzo Faletto (1935-2003), propôs uma explicação um pouco mais detalhada dessa relação: a chamada Teoria da Dependência. De acordo com essa teoria, após a primeira fase de exploração, que durou até o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um novo movimento que aprofundou a dependência dos países da América Latina. Esta continuou produzindo os mesmos bens primários para exportação, mas a partir da década de 1960 houve uma mudança, principalmente no Brasil, na Argentina, no Chile e no México: a internacionalização da produção industrial dos países periféricos. Como isso ocorreu?

A industrialização dependente configurou-se mediante a aliança entre os empresários e o Estado nacional. Os produtos industriais que antes eram fabricados nos países desenvolvidos começaram a ser produzidos nos países subdesenvolvidos, porque, com a produção local, evitava-se o gasto com transporte. Além disso, as matérias-primas estavam próximas, a força de trabalho era mais barata e o Estado concedia incentivos fiscais (deixava de cobrar impostos) e construía a infraestrutura necessária para que essas indústrias se instalassem e funcionassem.

Em alguns países onde havia essas condições, as grandes indústrias estrangeiras se instalaram e geraram um processo de industrialização dependente, principalmente, da tecnologia. Com isso, além de manter a exploração anterior, os países centrais exploravam diretamente a força de trabalho das nações subdesenvolvidas.

Essas teorias procuravam explicar a existência das diferenças entre os países, as possibilidades de mudança e as condições para que isso acontecesse no sistema capitalista, sem necessariamente questioná-lo.

Um terceiro grupo de analistas, que pode ser representado pelos sociólogos brasileiros Theotonio dos Santos (1936-) e Ruy Mauro Marini (1932-1997), parte da teoria do desenvolvimento desigual e combinado (já delineada em Marx e, posteriormente, formulada por Leon Trotsky) para tratar da questão da diferenciação entre as sociedades capitalistas de um modo dialético. Conforme esses analistas, a situação de cada nação e a situação internacional não podem ser analisadas separadamente, pois estão intimamente ligadas: as sociedades capitalistas não são polos que se excluem, mas que se completam.

Na perspectiva desses estudiosos, o fenômeno do imperialismo é fundamental para a compreensão da dependência. De acordo com eles, a história do subdesenvolvimento latino-americano é a mesma do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Portanto, o processo de dependência foi simplesmente a forma particular que a integração da região ao capitalismo mundial assumiu numa situação em que o imperialismo se fazia presente e sufocava as

possíveis alternativas de mudança. Atestam isso os vários golpes de Estado que ocorreram na América Latina, apoiados pelos Estados Unidos, que sufocaram movimentos sociais e políticos e impediram qualquer possibilidade de mudança.

Ruy Mauro Marini desenvolveu o conceito de superexploração do trabalho para explicar o fato de que a burguesia nacional dos países periféricos, mesmo após a industrialização, tornou-se sócia minoritária do capital transnacional. Para compensar, ela se valeu de mecanismos extraordinários de exploração da força do trabalho, que visavam ampliar a mais-valia extraída do trabalho. O resultado foi a realimentação da dependência, mesmo com a industrialização interna.

Alberto César Araújo/Fotoarena



Linha de montagem de empresa transnacional em Manaus, 2014. Produzir localmente é mais lucrativo que exportar produtos industriais para os países periféricos.

De acordo com Marini, a superação do subdesenvolvimento passa pela ruptura da dependência, mediante o rompimento com o imperialismo e até com o próprio capitalismo, e não pela industrialização e pela modernização da economia.

Em linhas gerais, as possibilidades de mudanças para o Brasil de hoje se apresentam em dois campos distintos:

- o primeiro campo seria um espaço favorável a uma mudança que contemple a autonomia nacional relativa e a ampliação do mercado interno, com a possibilidade de construção de um sistema educacional de qualidade, desenvolvimento de serviços de saúde competentes, constituição de um sistema de segurança eficaz e promoção da mobilidade urbana (transporte público) inteligente e moderna;
- a segunda possibilidade seria uma mudança que signifique o atrelamento total aos interesses dos grandes conglomerados financeiros e industriais que dominam a maior parte dos países, o que significa manter a maioria da população em condições precárias de vida e com poucas alterações qualitativas nos serviços públicos, desconstruir conquistas históricas, como os direitos trabalhistas, privatizar o patrimônio público e terceirizar funções, alegando serem essas as saídas inevitáveis para as crises econômicas.

Não se sabe qual das alternativas irá prevalecer e dar o tom do Brasil no futuro, já que essa é uma condição que dependerá das lutas sociais. As vitórias não serão nunca definitivas, uma vez que o movimento do tempo histórico é longo e sinuoso, com idas e vindas, avanços e recuos. A única certeza é a de que o conjunto de transformações ocorrerá pela via política. Cabe a indivíduos, grupos e classes sociais tomar posições, definir estratégias e persistir.

O capitalismo está no fim?

As notícias sobre a morte do capitalismo são, parafraseando Mark Twain, um pouco exageradas. A capacidade surpreendente de ressurreição e regeneração é inerente ao capitalismo. Uma capacidade parecida com a dos parasitas – organismos que se alimentam de outros organismos, estando agregados a outras espécies. Depois de exaurir completa ou quase completamente um organismo hospedeiro, o parasita normalmente procura outro, que o nutra por mais algum tempo.

Há cem anos, Rosa Luxemburgo compreendeu o segredo da misteriosa habilidade do sistema em ressurgir das cinzas repetidamente, assim como uma fênix; uma habilidade que deixa atrás de si traços de devastação – a história do capitalismo é marcada pelos túmulos de organismos que tiveram suas vidas sugadas até a exaustão. Luxemburgo, no entanto, restringiu o conjunto dos organismos que aguardavam em fila, esperando a conhecida visita do parasita, às “economias pré-capitalistas”, cujo número era limitado e em constante regressão, sob o impacto da expansão imperialista.

A cada visita sucessiva, outra terra “intocada” era convertida em campo de pastagem para a exploração capitalista. Portanto, mais cedo ou mais tarde, não serviriam mais às necessidades da “reprodução ampliada” do sistema, já que não ofereceriam os lucros que tal expansão requeria. Pensando por essa trilha [...], Luxemburgo só poderia antecipar os limites naturais da duração concebível do sistema capitalista. Uma vez que todas as terras “intocadas” do globo fossem conquistadas e integradas à máquina de reciclagem capitalista, a ausência de novas terras de exploração iria forçar, ao fim, o colapso do sistema. O parasita morre, quando faltam organismos vivos de onde possa retirar alimento.

Hoje o capitalismo já atingiu uma dimensão global, ou está muito próximo disso – um cenário que Luxemburgo via em horizonte distante. Sua previsão estará a ponto de se concretizar? Penso

que não. Nos últimos 50 anos, o capitalismo aprendeu a inimaginável e desconhecida arte de criar novas “terras intocadas”, em vez de se limitar às já existentes. Essa nova arte tornou-se possível porque o sistema viveu uma transição. A “sociedade de produtores” converteu-se numa “sociedade de consumidores”. E a fonte principal da “agregação de valor” já não está na relação capital-trabalho, mas na que há entre mercadoria e cliente. Lucro e acumulação baseiam-se principalmente na progressiva mercantilização das funções da vida; na mediação, pelo mercado, da satisfação de necessidades sucessivas; na substituição do desejo pela necessidade, como engrenagem principal da economia voltada para o lucro.

A crise atual deriva da exaustão de umas “terras intocadas” criadas artificialmente. Milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar a “cultura dos cartões de crédito” para se dedicar à “cultura das planilhas de gastos”. Por algum tempo, elas foram estimuladas a gastar o dinheiro que ainda não haviam ganhado, vivendo com crédito, falando de empréstimos e pagando juros. A exploração dessa “terra intocada” particular está, em linhas gerais, acabada. [...] Mas alguém poderia duvidar que estão em construção novas “terras intocadas” [...]

O sistema funciona por um processo contínuo de destruição criativa. [...] Suspeito que um dos recursos cruciais do capitalismo deriva do fato de que a imaginação dos economistas – incluindo os que o criticam – está muito atrasada em relação à sua invenção, a arbitrariedade do seu procedimento e crueldade com que opera.

BAUMAN, Zygmunt. *Contra o capitalismo* Bauman convoca à imaginação. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

1. Na sua opinião, o capitalismo vai continuar existindo da mesma forma ou vai se modificar?

As mudanças sociais no Brasil

Quando se fala sobre mudança social no Brasil, uma pergunta presente nos escritos de muitos pensadores é: por que existe tanta resistência às mudanças no país?

Algumas explicações são anteriores à constituição do Brasil como país independente. Na edição de 11 de maio de 1811 do *Correio Braziliense*, jornal que era publicado em Londres, o liberal Hipólito da Costa afirmou: “Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis; mas ninguém aborrece mais do que nós, que essas reformas sejam feitas pelo povo”.

Poucos anos após a independência, em 1832, outro liberal, Evaristo da Veiga, ao defender emendas de caráter federalista à Constituição brasileira, exortou em seu jornal, *Aurora Fluminense*: “Modifique-se o pacto social, mas conserve-se a essência do sistema adotado. [...] Faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução”.

A fala dos dois liberais ajuda a entender por que a independência do Brasil não significou uma revolução: apesar de o país se tornar independente de Portugal, suas estruturas políticas, sociais e econômicas praticamente não foram afetadas. Enquanto em toda a América Latina aconteceram transformações com o processo da independência dos países – que se tornaram repúblicas e extinguiram a escravidão –, o Brasil continuou sendo uma monarquia e manteve a escravidão. A expressão de dom Pedro I serve de exemplo: “Tudo farei pelo povo e para o povo, mas nada com o povo”.

Além disso, quando se analisa a instalação da República no Brasil, constata-se que houve mudança nas estruturas políticas e na organização do poder, mas os que dominavam no império continuaram dominando na república.

Talvez a frase que melhor sintetize esse tipo de conduta e pensamento dominante desde a independência seja a de Antonio Carlos, que foi governa-

dor de Minas Gerais e presidente do Partido Republicano Mineiro (PRM) um pouco antes do movimento de 1930: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Quem domina o país faz de tudo para continuar no controle, mesmo havendo mudança. Assim, os termos modernização ou reforma seriam mais apropriados para caracterizar o tipo de mudança que tem ocorrido no Brasil, embora muitos eventos políticos sejam chamados de “revolução”.



K. Lixto/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Charge de K. Lixto publicada em edição da revista *Fon-Fon* de 1909. A Monarquia e a República comentam a mudança do regime político. Diz a Monarquia: “Não é por falar mal, mas com franqueza... eu esperava outra coisa”. A República responde: “Eu também!”.

Duas “revoluções” no Brasil no século XX

No século XX, o Brasil conviveu com muitos movimentos políticos localizados. Dois foram mais duradouros e tiveram repercussões significativas na vida dos brasileiros: as “revoluções” de 1930 e a de 1964.

“Revolução” de 1930

Como já se viu nas unidades anteriores, o movimento civil-militar, chamado de “revolução” de 1930, que desembocou na tomada do poder por Getúlio Vargas foi apenas uma mudança de grupos na estrutura de poder do Estado brasileiro.

Na década de 1920, os grupos que dominavam a política nacional eram os mesmos desde o império. No quadro socioeconômico, dois elementos sinalizavam mudança: uma pequena industrialização nas cidades grandes e um significativo movimento de trabalhadores que tinha por base as ideias anarquistas. Com a crise internacional de 1929, entretanto, a situação no Brasil piorou, uma vez que muitas fábricas fecharam e o café deixou de ser exportado. Houve desemprego no campo e na cidade, além de fome e desamparo do Estado. Foi nesse contexto que se desenvolveu o movimento que alterou os grupos no poder.

Analistas desse movimento o classificam como uma “revolução pelo alto”, ou “revolução passiva”, ou “revolução sem revolução”. Com essas classificações, querem dizer que houve uma mudança social, sem a participação popular, feita com base nos interesses das classes dominantes.

Por meio dessa “revolução”, como já vimos, o governo de Getúlio Vargas, embora autoritário no encaminhamento das questões sociais e econômicas, procurou construir a infraestrutura necessária ao processo de industrialização que se projetava. Apesar de excluir os trabalhadores como força política, implantou a legislação trabalhista que existe até hoje no Brasil. Essa ambiguidade da “revolução” de 1930 fez do movimento um marco nas mudanças sociais do país.

Getúlio Vargas (de cachecol) em Ponta Grossa, Paraná, a caminho do Rio de Janeiro, em outubro de 1930, quando Washington Luís foi deposto da presidência.



Keystone-France/Gamma/Getty Images

“Revolução” de 1964

A “revolução” de 1964, desencadeada por um golpe liderado pelos militares que derrubou o governo constitucional de João Goulart, foi de fato uma contrarrevolução. Os movimentos sociais (de trabalhadores do campo e da cidade) vinham se organizando gradativamente desde meados dos anos 1950 e estavam conquistando muitos direitos, o que significava uma mudança importante no Brasil. Embora não se configurasse um processo revolucionário capaz de transformar radicalmente o sistema político e econômico, havia um grande avanço na participação dos setores populares na condução dos destinos do país.

Isso não era interessante para os grandes proprietários do campo, nem para os industriais das cidades, nem para as empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Essas forças, então, organizaram-se e, com apoio de militares conservadores e de parte da classe média, que temia a presença das “classes perigosas” e do “comunismo” na cena política, propiciaram o golpe civil-militar de 1ª de abril de 1964.

Arquivo/Estadão Conteúdo



Agentes “infiltrados” (vestindo terno) auxiliam a Polícia Militar a conter manifestação estudantil nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, 1968.



Multidão na praça Patriarca José Bonifácio durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em Santos (SP), 1964.

Arquivo/A Tribuna/Estadão Conteúdo

Os militares reprimiram intensamente todos os movimentos populares e, depois, estabeleceram a censura aos meios de comunicação. Gradativamente retiraram uma série de direitos dos trabalhadores e ampliaram muito a presença do capital estrangeiro no Brasil. No final do período de ditadura militar, a inflação brasileira era maior do que em 1964 e configurou-se uma desigualdade social nunca vista. Além disso, foi contraída uma dívida externa gigantesca, o que colocava o país nas mãos dos grupos financeiros internacionais.

Entretanto, nesse período ditatorial, o país se modernizou, já que foram ampliadas as bases industriais que, desde a década de 1950, eram internacionalizadas. Desenvolveu-se uma infraestrutura na área de energia e transportes e alterou-se profundamente a agricultura nacional, que se tornou uma atividade capitalista significativa. Com essas medidas, criaram-se as bases para que houvesse a presença capitalista em todos os setores da sociedade, mesmo que isso significasse a marginalização da maior parte da população, tanto econômica quanto política e socialmente.

Mas a grande mudança ocorreu no modo de vida da população urbana. Essa mudança, ocasionada pela produção em massa dos mais diversos artigos industriais, como alimentos, roupas, eletrodomésticos e automóveis, foi coroada pela expansão das comunicações telefônicas e, principalmente, pela presença marcante da televisão, que se estendeu por quase todo o território nacional e, de alguma forma, criou novos comportamentos e valores.

“Modernização conservadora”

Considerando processos históricos como os que abordamos anteriormente, muitos autores caracterizam a mudança social no Brasil como “modernização conservadora”, pois ocorre sempre por meio do Estado, ou seja, de cima para baixo e, na maioria dos casos, sob controle deste.

Os pensadores Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Azevedo Amaral (1881-1942) e Nestor Duarte Guimarães (1902-1970) foram os primeiros a analisar a questão da “modernização” no Brasil, no período de 1920 a 1940. Pode-se dizer que para todos eles, de uma forma ou de outra, havia uma ligação entre o passado colonial e a situação daquele momento. O passado colonial deveria ser eliminado para que o Brasil saísse do atraso e pudessem se abrir possibilidades de mudança social.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil* (1936), fez uma crítica às elites anacrônicas brasileiras e procurou discutir a possibilidade da promoção da modernização no contexto de uma organização social nova e numa efetiva democracia.

Em vários escritos, mas principalmente em seu livro *Instituições políticas brasileiras* (1949), Oliveira Vianna atribuiu à estrutura do poder e da sociedade na Primeira República – que estava baseada no latifúndio e no poder local dos coronéis – a razão de nosso atraso. Para a superação dessa situação, Vianna propunha uma série de reformas e um poder central forte, que faria oposição às oligarquias locais e regionais, além de garantir a unidade e o desenvolvimento nacionais.

Azevedo Amaral, no livro *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), defendeu uma industrialização brasileira que só poderia ser realizada com a presença de um Estado forte e autoritário.

Já Nestor Duarte Guimarães, no livro *A ordem privada e a organização política nacional* (1939), destacou a visão privatista como um dos traços culturais do país. Para ele, o Estado era fraco, apesar de o governo ser forte. O que havia era o domínio privado do Estado, que sempre ficou nas mãos das grandes oligarquias.

Esses quatro autores ressaltaram que, de uma forma ou de outra, nossos problemas estavam num passado colonial, mas sobretudo na visão de que sempre havia um empecilho para o desenvolvimento e era necessário um Estado forte (para Vianna e Amaral) ou uma sociedade democrática (para Holanda e Duarte) que pudesse promover a modernização do país.

Nas décadas posteriores, vários autores se mostraram preocupados com a questão das mudanças sociais no Brasil. A maioria deles procurava demonstrar que havia uma vinculação entre o passado colonial brasileiro, principalmente a escravidão, e a situação social que se vivia.

Divisão política do “trono” presidencial entre as oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo, em charge de Storni, 1925: o domínio privado do Estado como empecilho à democracia e à modernização.



Storni. Careta, ano 18, n. 897, 29/08/1925/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

nas palavras de NOGUEIRA

Modernidade sem modernização no Brasil

[...] Temos vivido, como nação, atormentados pelos “males” modernos e pelos “males” do passado, pelo velho e pelo novo, sem termos podido conhecer uma história de rupturas revolucionárias. Não que não tenhamos nos modernizado e chegado ao desenvolvimento. Fizemos isso de modo expressivo, mas não eliminamos relações, estruturas e procedimentos contrários ao espírito do tempo. Nossa modernização tem sido conservadora, aliás, duplamente conservadora. Em primeiro lugar, porque tem se feito com base na preservação de expressivos elementos do passado, que são assimilados, modernizados e tornados funcionais, alcançando tamanha força de reprodução que conseguem condicionar todo o ritmo e a qualidade mesma da mudança [...]. Em segundo lugar, porque tem se feito de modo não democrático, sem participação popular e sob o comando do Estado, desdobrando-se quase sempre de modo a ser hegemônica por interesses conservadores. Foi assim que chegamos à época do capitalismo e da indústria e é assim que estamos caminhando para o século XXI.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 266.

Entre os autores que mantiveram constante preocupação com a mudança social no Brasil, destacamos Florestan Fernandes (1920-1995), um dos mais importantes sociólogos brasileiros. Tal preocupação foi expressa nos livros *Mudanças sociais no Brasil* (1974) e *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975), entre outros.

Diante do golpe militar de 1964, Florestan Fernandes procurou uma explicação sociológica para a sociedade brasileira que fosse além da visão tradicional e conciliadora, cultivada pelos intelectuais vinculados às classes dominantes. Para ele, a sociedade de classes constituída no Brasil pelo capitalismo é incompatível com o que se considera universal no que concerne aos direitos humanos, pois resulta numa democracia restrita, no contexto

de um Estado autoritário-burguês, no qual as mudanças só ocorrem em benefício de uma minoria privilegiada nacional articulada com os interesses estrangeiros. E isso porque o passado escravista está presente nas relações sociais, principalmente nas de trabalho, em que o preconceito ainda é muito forte e as pessoas são excluídas por serem pobres, negras ou mulheres.

Segundo Florestan, não haveria a possibilidade de uma revolução no Brasil se essa carga do passado, que envolvia o escravismo e suas consequências, não fosse abolida e a visão da política como relação de favor e arte de se manter no poder não fosse substituída por práticas políticas e

Assembleia de metalúrgicos em greve, 1979, na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, São Paulo.



Folhapress

relações pelo menos democráticas. Para ele, era necessária a adoção de uma democracia de base ampliada que fosse além do voto e permitisse a participação efetiva do povo nos destinos do país.

Já no fim da ditadura militar, em 1980, quando as greves e manifestações sociais voltavam à cena, Florestan Fernandes escreveu, em seu livro *Brasil: em compasso de espera* (p. 33):

O protesto operário está nos tirando do pântano colonial em que o despotismo burguês nos deixou atolados, mesmo nove décadas após a proclamação da República. A história volta a ter, de novo, uma face de esperança, embora tudo ainda seja muito frágil, incerto e obscuro.

Mudanças nos últimos anos

Como visto até aqui, muitas coisas mudaram no Brasil e muitas outras foram conservadas ou não mudaram de modo significativo. É comum observar que em alguns lugares o modo de vida assemelha-se ao das sociedades industrializadas de qualquer parte do mundo, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Nas grandes cidades as duas situações convivem. Há no mesmo lugar extrema riqueza e extrema pobreza: gente que mora em condomínios fechados luxuosos e gente que vive embaixo de viadutos.

Politicamente, pode-se dizer que as regras do jogo democrático estão consolidadas, isto é, as eleições são realizadas regularmente e os eleitos são empossados e terminam os mandatos (desde que não sofram processos de *impeachment*, previstos pela Constituição). No entanto, persistem ainda velhas práticas, como o clientelismo, o “favor”, as decisões judiciais parciais e os conchavos políticos, o que demonstra que o país não mudou tanto.

Economicamente, nos últimos vinte anos, houve uma alteração substancial por causa da ampliação da inserção do Brasil no mundo. Foram necessárias mudanças internas para que o país pudesse se adequar ao novo padrão internacional de relações políticas e econômicas. O processo produtivo industrial foi modificado com a entrada de novas indústrias e a modernização tecnológica, principalmente via automação. Criou-se uma nova maneira de produzir muito com menos trabalhadores. Isso conduziu, entretanto, a uma situação em que a economia continua fundamentada na exploração do trabalho e o país ainda é dependente de exportação de produtos agropecuários (o chamado agronegócio) e de minérios, sendo ainda grande importador de produtos e insumos industrializados.

Houve também uma mudança no consumo e nas relações entre os indivíduos. Para indicar apenas uma situação, a utilização dos telefones celulares e da internet ocasionou mudanças comportamentais que impressionam – por exemplo, na relação entre os trabalhadores autônomos e seus clientes; nas relações sentimentais, que incluem constantes contatos, mas também vigilância; nas relações trabalhistas, pois o empregado pode tornar-se acessível em qualquer lugar e hora; na própria sociabilidade, pois as pessoas não conseguem mais viver sem estar conectadas.

Isso significa que a chamada globalização atingiu a todos plenamente. E, como diz Francisco de Oliveira (1933-), sociólogo pernambucano, os meninos nas ruas vendendo balas, doces e quinquilharias não são o exemplo do atraso do país, mas a forma terrível como a modernização aqui se implantou.

A revolução das pequenas coisas

O município de Alto Alegre do Pindaré, no sul do Maranhão, tem 24 mil habitantes, espalhados em diversas comunidades. As casas são de taipa, cobertas com ramos de babaçu – boa parte dos homens e das mulheres não sabe ler nem escrever. Ali, inventou-se um novo tipo de biblioteca: a bibliojegue. Abarrotado de livros, um jegue percorre os povoados e para debaixo de uma árvore frondosa.

As crianças e os adolescentes se aproximam, sentam em roda, pegam um livro e ouvem um contador de histórias.

[...] Responsável pelo projeto, Alda Beraldo, professora de português, conta que uma das maiores emoções de sua vida foi ver mulheres analfabetas com os olhos cheios de lágrimas ao ouvirem, pela primeira vez, uma poesia.

[...]

A bibliojegue faz parte de uma tendência ainda pouco percebida e valorizada no Brasil, mas que integra a revolução das pequenas coisas.

É a constelação de engenhosas soluções que, isoladamente, têm baixo impacto, mas juntas seriam capazes de mexer nos indicadores nacionais de educação, saúde, emprego e preservação do ambiente.

A revolução das pequenas coisas engloba um bairro deteriorado no centro do Recife transformado em porto digital, onde se criaram 108 empresas que produzem *software*; a cidade de Santa Rita de Sapucaí, em Minas, que, a partir de uma escola de ensino médio de eletrônica, montou uma cadeia produtiva em torno das telecomunicações (lá se criou, por exemplo, a urna eleitoral eletrônica) [...]. A Universidade Federal de Santa Catarina orientou pescadores, em Florianópolis, a ganhar dinheiro cultivando ostras.

A Universidade de Campinas ensina prefeituras a movimentar seus veículos com o óleo descartado nos restaurantes da cidade.

[...]

Em Belo Horizonte, alunos de escolas municipais são apoiados, em atividades extracurriculares, pelas várias universidades – lá, aliás, monta-se uma articulação que vem permitindo aos estudantes mais pobres dividir seu tempo entre a escola e alguma entidade, garantindo educação em tempo integral.

[...] Em Nova Iguaçu, no Rio, para evitar que jovens fiquem na rua, expostos à violência, lançaram-se torneios de basquete e futebol de madrugada durante os finais de semana. Em Diadema, a violência caiu abruptamente porque a prefeitura comandou uma ação na cidade, envolvendo os diversos níveis de poder.

O que está se inventando, em resumo, é tecnologia social. É essa tecnologia social que se vê nas 33 escolas com bom desempenho, em lugares de extrema carência, beneficiadas pela inventividade local. Numa delas criou-se a “sacola literária” – os alunos levam livros numa sacola para casa nos finais de semana. São convidados, então, a contar a seus colegas o que leram. Em outras dessas escolas, o professor vai à casa da família cujo filho está faltando às aulas. Na José Negri, em Sertãozinho (interior de SP), aprende-se fração comendo bolo. [...]

DIMENSTEIN, Gilberto. A revolução das pequenas coisas. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24 dez. 2006. Cotidiano, p. C9. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2412200624.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

1. Além das grandes transformações que ocorrem e poderão ocorrer no Brasil, pequenas ações estão mudando a vida de muitas pessoas e comunidades, como as relatadas no texto. Você conhece outras ações desse tipo?
2. Ações pontuais como as relatadas no texto podem resolver a situação das pessoas envolvidas ou constituem apenas paliativos, cuja supressão trará de volta a situação anterior?

- Reforma ou revolução? – perguntou Rosa Luxemburgo (1871-1919) diante de um cenário de mudanças no interior do movimento revolucionário europeu, no início do século XX.
- A desafiadora sentença de Luxemburgo expõe que as mudanças no mundo externo produzem alterações íntimas naqueles que almejam compreender e transformar a realidade. Os indivíduos, portanto, não estão imunes às mudanças do mundo. Ao contrário: são convidados a vivê-las de modo intenso e às vezes difícil, muito penoso.
- É conhecida também a máxima de Heráclito (535 a.C.-475 a.C.), o “pai da dialética”, segundo a qual um homem não pode se banhar duas vezes num mesmo rio, posto que, na segunda vez, ele e as águas do rio já seriam diferentes. Trata-se da constatação da eterna fluidez de tudo e de todos, do movimento inesgotável e incessante do tempo histórico.
- A mudança, na forma de simples reforma ou profunda revolução, tem lugar privilegiado e de considerável destaque no pensamento filosófico e nas teorias sociais. Mais do que isso: na ciência, na política, nas artes e na literatura, entre tantas outras formas de expressão da inventividade humana, a mudança está presente na maturidade das ideias, no curso das ações, na continuidade e na ruptura da criação. Até nas religiões a mudança se faz iluminadora, apontando a historicidade de deuses e milagres, assumindo a urgência de reinterpretar eventos do passado à luz dos fatos que desembocam no presente.
- O alemão Walter Benjamin (1892-1940), em seus estudos sobre a fotografia e o cinema, percebeu que a junção de imagens estáticas colocadas em sequência dava movimento aos objetos e seres retratados. Assim, 48 fotografias se transformam em um segundo de filme, o que talvez tenha conferido à sétima arte o *status* de a mais sublime mudança como regra da vida.
- Os exemplos recordados são alguns em meio a um infinito de histórias que têm na mudança uma de suas matérias-primas. As ideias mudam, as ações mudam, os juízos mudam porque as pessoas... mudam. E isso, se não é uma lei imutável, é um fato bastante difícil de contestar.
- Na Sociologia, a mudança está na origem e no destino. Ela surge como ciência orientada para o entendimento de mudanças e, para isso, produz uma verdadeira revolução nas formas de pensar e perceber o mundo. A Sociologia estabelece críticas a mudanças e permanências, ao mesmo tempo que provoca novas mudanças e instaura outras permanências. Vale recordar que a permanência é irmã gêmea da mudança, na medida em que se faz em sintonia direta com suas intenções, resistindo a elas.
- Erico Verissimo (1905-1975), romancista gaúcho, autor da trilogia *O tempo e o vento*, afirmava, pensando naqueles que negam e abraçam a mudança como sentido da vida: “Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento”. Que bons ventos, então, guiem a vida em sociedade.

leituras e propostas

Para refletir

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
Examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.

BRECHT, Bertolt. *Antologia poética de Bertolt Brecht*.
2. ed. Rio de Janeiro: Elo, 1982. p. 45.

1. Você já percebeu como as pessoas falam “Isso é natural!”? Você acredita que as coisas foram, são e sempre serão do jeito que se revelam? Ou você pensa que pode se unir a outras pessoas caso pretendam mudar a situação em que vivem atualmente?
2. Na sua opinião, é necessário mudar alguma coisa em sua vida, na vida de sua família e também na sua escola ou em outros lugares que você frequenta? Caso seja necessário, pense nas alternativas disponíveis para fazer as mudanças.

Mudanças radicais imutáveis

Olin-Pin, abastado negociante de óleos e arroz, vivia numa imponente mansão em Kin-Tipê. A sua posição social e a sua mansão só não eram perfeitas porque, à direita e à esquerda da propriedade, havia, há algum tempo, dois ferreiros que ferreiravam ininterruptamente, tinindo e retinindo malhos, bigornas e ferraduras.

Olin-Pin, muitas vezes sem dormir, dado o tim-pin-tin, pan-tan-pan a noite inteira, resolveu chamar os dois ferreiros, e ofereceu a eles 1.000 iens de compensação, para que ambos se mudassem com suas ferrarias. Os dois ferreiros acharam tentadora a proposta (um ien, na época, valia mil euros) e prometeram pensar no assunto com todo empenho.

E pensaram. E com tanto empenho que, apenas dois dias depois, prevenidamente acompanhados de oito advogados, compareceram juntos diante de Olin-Pin. E assinaram contrato, cada um prometendo se mudar para outro lugar dentro de 24 horas. Olin-Pin pagou imediatamente os 1.000 iens (que a essa altura já eram 10.000) prometidos a cada um e foi dormir feliz, envolvido em lençóis de seda e adorável silêncio. Mas no dia seguinte acordou sobressaltado, os ouvidos estourando com o mesmo barulho de sempre.

E, quando ia reclamar violenta e legalmente contra a quebra de contrato, verificou que não tinha o que reclamar. Os dois ferreiros tinham cumprido fielmente o que haviam prometido. Ambos tinham se mudado. O ferreiro da direita tinha se mudado pra esquerda e o da esquerda tinha se mudado pra direita.

MORAL: Cuidado quando a esquerda e a direita estão de acordo.

FERNANDES, Millôr. Mudanças radicais imutáveis.

À maneira dos... chineses. *Fábulas fabulosas*.

Disponível em: <www2.uol.com.br/millor/fabulas/034.htm>.

Acesso em: 8 jan. 2016.

1. Na sua opinião, existem, em termos políticos, partidos de direita (que visam manter a situação como está) e partidos de esquerda (que pretendem alterar a situação, de modo a favorecer os que vivem em condições precárias)? Caso existam, você considera que há diferença entre eles? Ou, ainda, sob esses termos existem apenas posições que as pessoas podem assumir em um momento e trocar em outro, dependendo das vantagens pessoais e políticas oferecidas?
2. Alguns pensadores, entre eles o brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira (1934-), afirmam que a diferença entre quem é de esquerda e quem é de direita é que a esquerda está disposta a arriscar a ordem em nome da justiça e a direita prioriza a ordem em relação à justiça social. Em outras palavras, a esquerda prioriza a igualdade e a direita prioriza a segurança e a estabilidade. O que você pensa sobre isso?



Para pesquisar

Leia o texto que segue, de Hans Gerth e C. Wright Mills, do livro *Caráter e estrutura social: a psicologia das instituições sociais*, no qual os autores formulam seis questões que devem de alguma maneira orientar a análise sobre as mudanças sociais. Junto com os seus colegas, em grupo ou em um seminário organizado pelo professor, escolha uma situação de mudança social (a Revolução Industrial na Inglaterra, uma revolução política ou a revolução tecnológica que vivemos hoje, por exemplo) e procure fazer um exercício ao responder às questões propostas pelos autores. Essas seis questões podem ajudá-lo a entender qualquer processo de mudança social, seja apenas uma alteração no comportamento, seja a transformação de uma sociedade inteira.

1. **O que muda?** A sociedade como um todo, alguns aspectos dela, apenas algumas instituições?
2. **Como** alguma coisa muda? De forma violenta e radical, ou lentamente, por pequenas alterações sucessivas, ou por pequenas alterações e saltos qualitativos mais amplos?
3. Qual a **direção** da mudança? A alteração modifica algo visando a um processo de maior liberdade ou de maior repressão? É um movimento em direção a caminhos novos ou regressão a formas anteriores?
4. Qual é o **ritmo** da mudança? A mudança é lenta e pouco perceptível, ou rápida e ocasionada, por exemplo, por uma guerra, em que são destruídas muitas coisas, ou rápida e ocasionada por transformações tecnológicas, como a informática, por exemplo?
5. **Por que** ocorreu tal mudança? Quais são as causas da mudança? Há uma causa apenas ou um conjunto delas?
6. Quais são os fatores **objetivos** e **subjetivos** que concorrem para a mudança?
Fatores **objetivos** são, por exemplo, a propriedade da terra, a estrutura da industrialização, a estrutura de poder e o processo de exploração em determinada sociedade; fatores **subjetivos** são, por exemplo, a questão individual (liderança), os valores contestados, as ideias presentes no processo de mudança.



Livros recomendados

Revoluções, de Michael Löwy (Org.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

O livro reúne imagens dos principais eventos revolucionários do século XX, resgatando uma dimensão cotidiana das lutas e esperanças de vários povos ao redor do planeta. Fotografias das revoluções em Cuba, no México, na China, na Rússia, na Hungria e até na Comuna de Paris, no século XIX, despertam o olhar para o interior das lutas populares, permitindo que o desejo por mudança seja visto a partir de delicadas cenas de bastidores recheadas de solidariedade e comunhão.

Terra Sonâmbula, de Mia Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Um romance que retrata as mudanças históricas em Moçambique pelo olhar de dois companheiros de viagem, o velho Tuahir e o garoto Muidinga. Em linguagem poética, Mia Couto convida o leitor para pensar tradição, modernidade e ruptura na África após os processos de descolonização no século XX. Sensível e retumbante.



Sugestões de filmes

Utopia e barbárie (Brasil, 2005). Direção: Silvio Tender.

Esse documentário aborda as transformações mundiais após a Segunda Guerra Mundial. Documenta o desmonte das utopias da geração sonhadora de 1968 e analisa o surgimento de novas utopias no mundo globalizado. É um excelente instrumento para enxergar o presente sem tirar os olhos do passado.

O diretor, que percorreu vários países – França, Itália, Espanha, Canadá, EUA, Cuba, Vietnã, Israel, Palestina, Argentina, Chile, México, Uruguai, Venezuela e Brasil –, entrevistou personagens que foram testemunhas e protagonistas da história do século XX.

Blade Runner: o caçador de Androides (Estados Unidos, 1982). Direção: Ridley Scott.

Esse filme apresenta uma história de ficção científica que se passa em 2019, época na qual uma grande corporação fabrica robôs, chamados de replicantes, que são usados em tarefas pesadas, perigosas ou degradantes em colônias humanas fora da Terra. Quando um grupo de replicantes provoca um motim, é formado um esquadrão de elite, conhecidos como *Blade Runner*, para detê-los. No decorrer do filme, os replicantes parecem adquirir características humanas, ao passo que os humanos que os caçam parecem adquirir, cada vez mais, características desumanas. Filme excelente para motivar a reflexão sobre as questões que envolvem o uso de novas tecnologias.

Nos últimos cem anos houve mais transformações do que em toda a história anterior da humanidade. Quanto mais complexas as formas de organização da vida em sociedade, mais exigentes se tornam os indivíduos e seus grupos. O ser humano cria e recria o mundo e a si mesmo. No curso da vida, a mudança aparece como uma necessidade de satisfação das inquietudes individuais. Coletivamente, luta-se por novos direitos, aspira-se a novas formas de trabalho e produção, reinventam-se os modelos de convivência familiar e social. Tudo muda e talvez essa seja a única coisa imutável quando o assunto é o ser humano.

NO PASSADO



spinneta/Shutterstock

MÁQUINA DE ESCREVER

Inventada na segunda metade do século XIX, seu uso difundiu-se rapidamente pela necessidade de maior rapidez e uniformidade na escrita.

COMUNICAÇÃO – TELEFONE

A partir do século XIX, as inovações tecnológicas foram largamente difundidas em todo o mundo. Estradas de ferro, navegação a vapor, telégrafo, substituição da energia a gás pela eletricidade, invenção do automóvel e do telefone passaram a fazer parte da vida moderna.



Loree Johnson/Shutterstock

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Um fator fundamental para intensificar a vida social nas cidades brasileiras a partir do século XVIII foi a iluminação pública. E vale registrar: eram necessários funcionários para acender as luzes das cidades...



Picture Post/Hulton Archive/Getty Images



Susan Law Cain/Shutterstock



Augusto Maltar/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Vista da avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ), cerca de 1910 (à esquerda) e em 2016 (à direita).

FAMÍLIA PATRIARCAL

Na sociedade brasileira, especialmente no período colonial, o modelo de família era composto de marido, mulher, filhos, parentes, padrinhos, afilhados, dependentes, ex-escravos etc., todos subjugados à autoridade incontestável do patriarca. No período republicano, esse estilo familiar começou a mostrar sinais de enfraquecimento. À mulher, pobre ou rica, cabia fazer o trabalho de base que sustentava o modelo: educar os filhos, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido.



Prudencio Alvarez / iStockphoto.com

COMUNICAÇÃO – INTERNET

Mais da metade dos brasileiros já está conectada à internet. Segundo dados do IBGE, a proporção de internautas no país passou de 49,2% do total da população em 2012 para 50,1% em 2013. As mulheres são 51,9% do total. Em 2013, 28 milhões de domicílios com computador tinham acesso à internet.

ATUALMENTE

COMUNICAÇÃO – TELEFONE CELULAR

Em 1973 foi feita a primeira ligação via telefone celular, com um aparelho que pesava 1 kg; em 1994, a primeira ligação via internet. Segundo dados do IBGE, atualmente 75,5% da população no Brasil tem telefone celular.



Nuclearist/Shutterstock

ESCRITÓRIOS DE HOJE

As máquinas de escrever foram substituídas pelos computadores, que realizam o mesmo trabalho de modo mais eficiente. Mas esse é apenas um dos itens sobre o escritório do século XXI. Ambientes de trabalho com divisórias, telefones, arquivos lotados de documentos em papel ou que exigiam jornadas presenciais rígidas vêm sendo substituídos por escritórios modernos, coloridos e customizados. Algumas novas empresas têm implantado jornadas flexíveis, trabalho a distância, reuniões por videoconferência etc. com o objetivo de valorizar a criatividade, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores.

André Henri / Fotorena



MULHERES NO SÉCULO XXI

Nos anos de 1950 a 1970, o mundo assistiu a mudanças no papel social da mulher que são perceptíveis até hoje. Para se fixar no mundo corporativo, as mulheres precisaram de maior grau de escolaridade, passaram a ter menos filhos, casar-se mais tarde – caso se casem. Atualmente, têm maior expectativa de vida, são, em muitos casos, as principais provedoras de uma família etc. Ainda que algumas ocupem espaços valorizados na sociedade atual, temas fundamentais assombram a condição feminina: remuneração menor que a dos homens, o trabalho doméstico como obrigação estritamente feminina e a questão da violência contra a mulher.



Monkey Business Images/Shutterstock

7

Cultura: unidade e diversidade cultural

unidade



A cultura está em (quase) tudo

Cultura só pode existir no plural. Em uma comunidade há inúmeras culturas em movimento, em integração. Cada sujeito é uma síntese complexa da presença da diversidade cultural no mundo. Alguém pode ao mesmo tempo apreciar a culinária japonesa e nada saber de literatura oriental. O que ocorre é a mistura, a fusão, a confluência de saberes e modos de vida.

Durante muito tempo (e ainda hoje em diversos lugares), a cultura esteve associada a importantes teatros, óperas monumentais, literatura universal prestigiada, restaurantes caros, filmes com enredos compreensíveis apenas a uma parcela da população, museus de arte inacessíveis à maioria dos mortais. O sujeito culto era antes de mais nada um indivíduo endinheirado. Em contraste, era tido como inculto aquele que não pudesse frequentar programas culturais considerados sofisticados. Dessa noção distorcida, nasceram ideias como as de “cultura erudita” ou “cultura de elite”. Outras noções de cultura seriam “popular”, “massificada”, considerada por alguns como menor, insignificante.

A Sociologia nos ensina a ver a cultura como uma expansão das singularidades e do modo como as pessoas se relacionam. Por meio da cultura, os indivíduos e grupos sociais expõem sua visão de mundo. A cultura é fala e escrita, religião, música, comida, usos tecnológicos, práticas educacionais, voto político, manifestação de aprovação ou descontentamento.

Desde meados do século XX, a cultura vem se **mundializando** aceleradamente, levando para os cinco continentes o estilo de vida fabricado no capitalismo e esparramado pelo globo graças a comunicações e meios de transporte cada vez mais velozes. Assim, a cultura representa a diversidade da experiência humana. Por meio de manifestações populares, a cultura apresenta todo o seu valor, presente nas histórias em quadrinhos, nos causos versados no cordel, na poesia de rua, na dança das periferias, nos romances marginais e no humor. A cultura, enfim, está no ato de ler este livro de Sociologia e, a partir dele, reivindicar um lugar ao sol.



Lazy/lama/Alamy Stock Photo/Fotorena

Grafite em pista de skate no Arpoador, Rio de Janeiro, 2013.

Entendendo a cultura no plural

O emprego da palavra **cultura**, no cotidiano, é objeto de estudo de diversas ciências sociais. O pensador francês Félix Guattari (1930-1992) reuniu os diferentes significados de cultura em três grupos, por ele designados **cultura-valor**, **cultura-alma coletiva** e **cultura-mercadoria**.

Cultura-valor é o sentido mais antigo e explicita-se na ideia de “cultivar o espírito”. É o que permite estabelecer a diferença entre quem tem cultura e quem não tem ou determinar se o indivíduo pertence a um meio culto ou inculto, definindo um julgamento de valor sobre essa situação. Nesse grupo inclui-se o uso do termo para identificar, por exemplo, quem tem ou não cultura clássica, artística ou científica. Num certo sentido, a cultura-valor alimenta a posição presunçosa que considera a cultura um requisito de poucos. Mais do que isso: ao se revelar símbolo de um determinado *status*, a cultura se revela um instrumento de hierarquização entre indivíduos e grupos humanos, dando à desigualdade social um tom quase natural e irremediável.

O segundo significado, designado **cultura-alma coletiva**, é sinônimo de “civilização”. Ele expressa a ideia de que todas as pessoas, grupos e povos têm cultura e identidade cultural. Nessa acepção, pode-se falar de cultura negra, cultura chinesa, cultura marginal etc. Tal expressão presta-se assim aos mais diversos usos por aqueles que querem atribuir um sentido para a ação dos grupos aos quais pertencem, com a intenção de caracterizá-los ou identificá-los. Vale também observar que uma cultura considerada “alma” aproxima ou distancia outras culturas, abrindo brechas para comparações que podem levar a distorções e preconceitos, como nos inúmeros casos de interpretações que consideram muitas religiões ou ritos religiosos de sociedades indígenas brasileiras como “primitivos” ou até mesmo “demoníacos”, indignos, portanto, de atenção e respeito. Nesse sentido, o “civilizado” e o “bárbaro” se apresentam como culturas que, não podendo se auxiliar ou se complementar, existem como antagonicas.

O terceiro sentido, o de **cultura-mercadoria**, corresponde à “cultura de massa”. Nessa concepção, cultura compreende bens ou equipamentos – por exemplo, os centros culturais, os cinemas, as bibliotecas e as pessoas que trabalham nesses estabelecimentos – e os conteúdos teóricos e ideológicos de produtos que estão à disposição de quem quer e pode comprá-los, ou seja, que estão disponíveis no mercado, como filmes, discos e livros. Numa palavra, a cultura-mercadoria é típica dos objetos que se transformam em bens para o consumo, importando muito menos sua qualidade do que seu potencial de venda e expansão.

As três concepções de cultura estão presentes em nosso dia a dia, marcando sempre uma diferença entre os indivíduos – seja no sentido elitista (entre as que têm e as que não têm uma cultura erudita, por exemplo), seja no sentido de

identificação com algum grupo específico, seja ainda em relação à possibilidade de consumir bens culturais. Todas essas concepções trazem uma carga valorativa, dividindo indivíduos, grupos e povos entre os que têm e os que não têm cultura ou acesso aos bens culturais, ou mesmo entre os que têm uma cultura considerada superior e os que têm uma cultura considerada inferior.

Rubens Chaves/Pulsar Imagens



Apresentação de quadrilha em festa junina de Campina Grande, Paraíba, 2015. Exemplo de cultura-alma coletiva, própria do povo brasileiro.



The Asahi Shimbun/Getty Images

Entrada de um cinema na estreia de filme de grande sucesso comercial, em Tóquio, Japão, 2015. Exemplo da cultura-mercadoria.

Antropologicamente falando...

Com distintas abordagens e definições, o conceito de cultura integra o quadro teórico de todas as ciências sociais. No entanto, com frequência é vinculado à antropologia, por ter sido amplamente discutido e utilizado por estudiosos dessa área do conhecimento desde o século XIX, quando as explicações racialistas e evolucionistas da diversidade humana eram dominantes.

Naquele contexto, uma das primeiras definições de cultura foi elaborada pelo antropólogo inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917). De acordo com esse autor, cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos em uma sociedade. Trata-se de uma definição muito ampla e, para Tylor, expressa a totalidade da vida social humana.

No livro *Cultura primitiva*, Tylor expôs sua análise das origens e dos mecanismos de evolução da cultura em várias sociedades. Para ele, a diversidade cultural que se observa entre os povos contemporâneos reflete os diferentes estágios evolutivos de cada sociedade, em uma escala que varia do mais primitivo, representado por povos tribais, ao mais desenvolvido, alcançado pelos europeus.

Contrapondo-se a essa visão evolucionista, segundo a qual a humanidade segue uma trajetória comum, o antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942) recusou qualquer generalização que não pudesse ser demonstrada por meio da pesquisa concreta em sociedades determinadas. Para ele, cada cultura é única e deve ser analisada de modo aprofundado e particular. Existem, portanto, "culturas", e não "a cultura", e é essa diversidade cultural que explica as diferenças entre as sociedades humanas.

O antropólogo inglês Bronislaw K. Malinowski (1884-1942) afirmava que, para fazer uma análise objetiva, era necessário examinar as culturas em seu estado atual, sem preocupação com suas origens. Concebia as culturas como sistemas funcionais e equilibrados, formados por elementos interdependentes que lhes davam características próprias, principalmente no que dizia respeito às necessidades básicas, como alimento, proteção e reprodução.



A antropóloga Margaret Mead em Papua-Nova Guiné, em cerca de 1930.

Malinowski desenvolveu a ideia de “observação participante”. Para ele não se podia analisar uma cultura externamente ou mesmo a distância, pois só vivendo determinado tempo na sociedade a ser pesquisada se poderia conhecer as relações entre a cultura e a vida social.

Duas antropólogas estadunidenses, Ruth Benedict (1887-1948) e Margaret Mead (1901-1978), investigaram as relações entre cultura e personalidade.

R. Benedict desenvolveu o conceito de **padrão cultural**, destacando a prevalência de homogeneidade e coerência em cada cultura. Em suas pesquisas, identificou dois tipos culturais extremos: o **apolíneo**, representado por indivíduos conformistas, tranquilos, solidários, respeitadores e comedidos na expressão de seus sentimentos, e o **dionisíaco**, que reunia os ambiciosos, agressivos, individualistas, com tendência ao exagero afetivo. De acordo com ela, entre os apolíneos e os dionisíacos haveria tipos intermediários que mesclariam algumas características dos dois tipos extremos.

M. Mead, por sua vez, investigou o modo como os indivíduos recebiam os elementos da cultura e a maneira como isso formava a personalidade deles. Suas pesquisas tinham como objeto as condições de socialização da personalidade feminina e da masculina. Ao analisar os Arapesh, os Mundugumor e os Chambuli, três povos da Nova Guiné, na Oceania, Mead percebeu diferenças significativas entre eles.

Entre os Arapesh, homens e mulheres recebiam o mesmo tratamento: ambos eram educados para ser dóceis e sensíveis e para servir aos outros. Também entre os Mundugumor não havia diferenciação: indivíduos de ambos os sexos eram treinados para a agressividade, caracterizando-se por relações de rivalidade, e não de afeição. Entre os Chambuli, finalmente, havia diferença na educação de homens e mulheres, mas de modo distinto do padrão que conhecemos: a mulher era educada para ser extrovertida, empreendedora, dinâmica e solidária com outras mulheres. Já os homens eram educados para serem sensíveis, preocupados com a aparência e invejosos, o que os tornava inseguros. Isso resultava em uma sociedade em que as mulheres detinham o poder econômico e garantiam o necessário para a sustentação do grupo, ao passo que os homens se dedicavam às atividades cerimoniais e estéticas.

Com base nos resultados de suas pesquisas, Mead afirmou que a diferença nas personalidades não está vinculada a características biológicas, como o gênero, mas à maneira como a cultura define a educação das crianças em cada sociedade.

Para Claude Lévi-Strauss (1908-2009), antropólogo que nasceu na Bélgica, mas desenvolveu a maior parte de seu trabalho na França, a cultura deve ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos, entre os quais se incluem a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas. Esses sistemas se relacionam e influenciam a realidade social e física das diferentes sociedades.

Por outro lado, para Lévi-Strauss a cultura diz respeito exclusivamente ao homem. É a capacidade humana – e apenas humana – que dá sentido a si mesmo e ao outro (diferente de si). O homem é diferente do animal porque se define pela função simbólica, ou seja, pela linguagem, pelo parentesco, pela religião, pelo mito, pela arte, pela economia etc. Tudo isso, formando uma imensa estrutura social, estabelece a comunicação entre os homens em diferentes níveis.

A grande preocupação de Lévi-Strauss foi analisar o que era comum e constante em todas as sociedades, ou seja, regras universais e os elementos indispensáveis à vida social. Um desses elementos seria a proibição do incesto (relações sexuais entre irmãos ou entre pais e filhos), presente em todas as sociedades. Partindo dessa preocupação, ele desenvolveu amplos estudos sobre os mitos, demonstrando que os elementos essenciais da maioria deles se encontram em todas as sociedades tribais.

Para os antropólogos estadunidenses Clifford James Geertz (1926-2006) e Marshall Sahlins (1930-), cada cultura pode ser definida como um sistema de signos e significados criado por um grupo social. Assim, conhecer as culturas significa interpretar símbolos, mitos e ritos.

Conforme Geertz, a cultura é um sistema de signos que, para ser interpretado, requer o que ele chama de “descrição densa”: o levantamento e o registro minucioso das ações e dos significados a elas atribuídos pelos indivíduos que as praticam.

Sahlins, por sua vez, afirma que as interpretações do passado de uma cultura permeiam o cotidiano dos indivíduos que dela fazem parte.

nas palavras de SAHLINS

Símbolos culturais

[...] afirmo que o significado é a propriedade específica do objeto antropológico. As culturas são ordens de significado entre pessoas e coisas. Uma vez que essas ordens são sistemáticas, elas não podem ser livre invenção do espírito. Mas a antropologia deve consistir na descoberta do sistema, pois, como espero mostrar, não pode mais contentar-se com a ideia de que os costumes são simplesmente utilidades fetichizadas [...].

O que faz a carne de um animal ser ou não comestível? Uma calça ser considerada masculina ou uma saia feminina? Tem a ver com sua correlação com um sistema simbólico, e não com a natureza do objeto em si, nem com a sua capacidade de satisfazer uma “necessidade material”.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 9 e 169-170.

A antropologia, portanto, examina a ideia de cultura pelo modo como as relações sociais se estabelecem simbolicamente entre o passado e o futuro, entre aquilo que é local e, ao mesmo tempo, global, reproduzido em toda parte por povos que nunca cessam de se interconectar por meio de suas variadas facetas culturais. Nesses termos, a política, a economia e a sociedade em geral, bem como toda a sua mitologia, só podem ser vistas e compreendidas como dinâmicas culturais que têm um lugar no tempo e no espaço, que valorizam determinados comportamentos e atitudes, que bonificam certos êxitos e punem muitos tipos de erro ou negligência. A cultura, do ponto de vista antropológico, é um ponto de partida e uma forma de pensar a riqueza de experiências da vida coletiva.

Antes, o mundo não existia

Quando eu vejo as narrativas, mesmo as narrativas chamadas antigas, do Ocidente, as mais antigas, elas sempre são datadas. Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a Lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existia uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, com aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver. Esse jeito de viver que informa nossa arquitetura, nossa medicina, nossa arte, nossas músicas, nossos cantos.

Nós não temos uma moda, porque nós não podemos inventar modas. Nós temos a tradição, e ela está fincada em uma memória da antiguidade do mundo, quando nós nos fazemos parentes, irmãos, primos, cunhados, da montanha que forma o vale onde estão nossas moradias, nossas vidas, nosso território.

[...] Alguns anos atrás, quando vi o quanto a ciência dos brancos estava desenvolvida, com seus aviões, máquinas, computadores, mísseis, fiquei um pouco assustado. Comecei a duvidar que a tradição do meu povo, que a memória ancestral do meu povo, pudesse subsistir num mundo dominado pela tecnologia pesada, concreta. E que talvez a gente fosse um povo como a folha que cai. E que nossa cultura, os nossos valores, fossem muito frágeis para subsistir num mundo preciso, prático, onde os homens organizam seu poder e submetem a natureza, derrubam as montanhas. Onde um homem olha

uma montanha e calcula quantos milhões de toneladas de cassiterita, bauxita, ouro ali pode ter. Enquanto meu avô, meus primos, olham aquela montanha e veem o humor da montanha e veem se ela está triste, feliz ou ameaçadora, e fazem cerimônia para a montanha, cantam para ela, cantam para o rio... mas o cientista olha o rio e calcula quantos megawatts ele vai produzir construindo uma hidrelétrica, uma barragem.

Nós acampamos no mato, e ficamos esperando o vento nas folhas das árvores, para ver se ele ensina uma cantiga nova, um canto cerimonial novo. Se ele ensina, e você ouve, você repete muitas vezes esse canto, até aprender. E depois, você mostra esse canto para os seus parentes, para ver se ele é reconhecido, se ele é verdadeiro. Se ele é verdadeiro, passa a fazer parte do acervo dos nossos cantos. Mas um engenheiro florestal olha a floresta e calcula quantos milhares de metros cúbicos de madeira ele pode ter. Ali não tem música, a montanha não tem humor, e o rio não tem nome. É tudo coisa. Essa mesma cultura, essa mesma tradição, que transforma a natureza em coisa, transforma os eventos em datas, tem antes e depois.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Aduino (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 202-203.

1. O que esse tipo de visão de mundo pode ensinar para as pessoas que vivem em nossa sociedade, no século XXI?

Cultura: a unidade na diversidade

26

capítulo

Em *A ideia de cultura*, o pensador britânico Terry Eagleton (1943-) afirma que poucas palavras têm tantas definições quanto **cultura**. Em meio a um oceano de distintas e às vezes exageradas abordagens da palavra, o grande desafio é encontrar uma explicação que não seja excessivamente ampla e, ao mesmo tempo, refute interpretações muito reducionistas de um conceito tão rico e decisivo para o entendimento da vida em sociedade.

Raymond Williams (1921-1988), um destacado crítico galês bastante lembrado no livro de Eagleton, apontou em sua obra *Cultura e sociedade* quatro definições complementares do conceito de cultura.

- A primeira delas seria relativa à disposição mental de cada indivíduo, ou seja, diria respeito às escolhas que cada um faz diante do que aparece como possibilidade ou desejo. É possível e desejável que cada sujeito escolha suas opções culturais, como as de preferência musical, literária e estética em geral, relacionadas com modos de vestir, comunicar e se relacionar com os outros.
- A segunda definição apontada por Williams refere-se ao desenvolvimento intelectual de toda a sociedade, seus níveis de conhecimento, integração com outras comunidades, o uso que faz da técnica e dos saberes acumulados e preservados no tempo. É nesse sentido que se pode, sim, falar em nível cultural de um povo, levando-se em conta a partilha desses conhecimentos e a maneira como ela é transmitida às gerações futuras e absorvida no contato com culturas diferentes.
- O terceiro fragmento do conceito de cultura no pensamento de Williams trata das artes – dos livros escritos, dos quadros emoldurados, das canções compostas, dos estilos de vida aceitos e disseminados no interior de uma determinada realidade social. A arte, na pluralidade de suas manifestações, expressa a vida comunitária por meio da tentativa de materializar sonhos, angústias, dinâmicas da felicidade e olhares sobre a história.
- Como quarto ingrediente da vasta significação de sua definição de cultura, Williams sugere o modo de vida integral do grupo social, reunindo as instituições de governo e relacionamentos cotidianos, a organização do trabalho e da família e as variadas formas de comunicação e interações entre os diferentes membros e coletivos da comunidade.

Há, portanto, muita generosidade na visão de Williams acerca do conceito de cultura. Ele incorpora à palavra praticamente todas as manifestações da vida social, desde as predileções individuais até o modo como se estruturam as instituições e o mundo do trabalho. Da mesma forma, o entendimento que Williams tem de cultura não deixa escapar que as dimensões particulares e universais do conceito não existem separadamente; ao contrário, interligam-se



Diante de um mapa que informa a programação cultural de um evento público, as pessoas fazem suas escolhas culturais de acordo com suas preferências, o que faz referência à primeira definição complementar de cultura segundo Raymond Williams. São Paulo, 2012.

a toda hora, compondo um mosaico de riquezas e complexidades.

A **Cultura** – sim, com “C” maiúsculo – possui a pretensão de ser única e de se tornar um modelo ideal de civilização e progresso para toda a diversidade humana. Para um necessário contraponto a essa ideia, é preciso que entendamos as **culturas** – isso mesmo, com “c” minúsculo e no plural – como distintas em sua origem e, principalmente, em sua finalidade.

Se, portanto, de um lado, a **Cultura** se orienta para o universal, para o comum, as **culturas**, de outro, garantem a riqueza que está contida na diferença, sugerindo que haja aproximações e trocas de impressões, criações e valores.

nas palavras de MORIN

O melhor de cada cultura

É preciso compreender que cada cultura, inclusive a cultura Ocidental, comporta suas ilusões, seus erros, suas carências, suas qualidades, suas riquezas. Não se trata de idealizar as culturas tradicionais, nem de idealizar a cultura Ocidental. É necessário focalizar as simbioses culturais que uniriam o que cada cultura tem de melhor, o Ocidente propiciando as ideias de democracia, de autonomia individual, de verificação dos conhecimentos, da prática crítica e autocrítica, as outras conservando e oferecendo ao Ocidente as artes de viver, o sentido das comunidades, as solidariedades, a relação com a natureza e, mais amplamente, com o cosmo. Da mesma forma, o reino do cálculo e do quantitativo que o Norte traz consigo deve ser contrariado e combinado com a primazia do qualitativo e do que não é calculável, ou seja, a qualidade poética da vida que o Sul ainda mantém.

MORIN, Edgar. *Minha esquerda*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 17.

Trocas culturais e culturas híbridas

No mundo globalizado, o cotidiano é invadido por situações e informações provenientes dos mais diversos lugares. Podemos, então, afirmar que há uma cultura “pura”? Até que ponto chegou o processo de mundialização da cultura?

Em seu livro *Culturas híbridas*, o antropólogo argentino Néstor García Canclini (1939-) analisa essas questões. Lançando um olhar sobre a história, ele observa que, até o século XVIII, as relações culturais ocorriam entre os grupos próximos, familiares e vizinhos, com poucos contatos externos. Os padrões culturais resultavam de tradições transmitidas oralmente e por meio de livros, quando alguém os tinha em casa, porque bibliotecas públicas ou mesmo escolares eram raras. Os valores nacionais eram quase uma abstração, pois praticamente não havia a consciência de uma escala tão ampla.

Já no século XIX e no início do século XX, cresceu a possibilidade de trocas culturais, pois houve um grande avanço nos meios de transporte, no sistema de

correios, na telefonia, no rádio e no cinema. As pessoas passaram a ter contato com situações e culturas diferentes. As trocas culturais efetivadas a partir de então ampliaram as referências para avaliar o passado, o presente e o futuro. É nesses termos que a ideia de Cultura – aquela com inicial maiúscula – foi se rendendo à força das culturas, ao mesmo tempo singulares e diversas, apropriando-se de seus conteúdos e dando a elas novos formatos, novas finalidades.

A percepção do mundo, portanto, não mais se restringia ao local em que um indivíduo vivia. Tornou-se muito mais ampla, assim como as possibilidades culturais. A cultura nacional passou a ter determinada constituição e os valores e bens culturais de vários povos ou países cruzaram-se, com a consequente ampliação das influências recíprocas.

No decorrer do século XX, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, o cinema, a televisão e a internet tornaram-se instrumentos de trocas culturais intensas, e os contatos individuais e sociais passaram a ter não um, mas múltiplos pontos de origem – e inúmeras novas finalidades, a depender da comunidade cultural em questão.

Chris Ratcliffe/Bloomberg via Getty Images



Visitante passeia enquanto pessoas se comunicam por meio de robôs em stand de uma feira de eletrônicos, em Berlim, Alemanha, 2015.

As expressões culturais de países dominantes, como os Estados Unidos e alguns países da Europa, proliferam em todo o mundo mescladas com elementos culturais de outros países, antes pouco conhecidos, tudo ao mesmo tempo e em muitos lugares. Há assim uma enorme mistura de expressões culturais, construindo culturas híbridas, que não podem mais ser caracterizadas como de um país. Fazem parte de uma imensa cultura mundial.

Isso não significa que as expressões representativas de grupos, regiões ou até países tenham desaparecido. Elas continuam presentes e ativas, mas coexistem com essas culturas híbridas que atingem o cotidiano das pessoas por meios diversos, como a música, as artes plásticas, o cinema e a literatura, normalmente fomentados pela concentração crescente dos meios de comunicação.

Alguém poderia perguntar: por que essas formas particulares, grupais, regionais ou nacionais deveriam existir no universo cultural mundial, já que vivemos num mundo globalizado? Em seu livro *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*, o sociólogo holandês Joost Smiers (1943-) responde que assim haveria a possibilidade de uma diversidade cultural ainda maior e mais significativa; haveria uma democracia cultural de fato à disposição de todos. Em suas palavras: “A questão central é a dominação cultural, e isso precisa ser discutido com propostas alternativas para preservar e promover a diversidade no mundo”.

nas palavras de CANCLINI

Culturas translocais

Estávamos na capital da Escócia [em outubro de 1996] a convite do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stirling, para falar sobre “as fronteiras entre culturas” diante de vários especialistas da Europa e da América Latina. Eu me perguntava onde estariam agora as fronteiras interculturais ao comparar esse interesse crescente pela América Latina [...].

Estava pensando [...] enquanto jantava em um restaurante italiano de Edimburgo. Depois de ser obrigado a me comunicar no meu inglês de emergência com um garçom loquaz, descobri que ele era mexicano [...].

Quando quis saber por que decidira ir morar em Edimburgo, ele me disse que sua mulher era escocesa [...]. Por fim me disse que queria montar um restaurante mexicano de qualidade, mas não gostava das *tortillas* que eram vendidas nos restaurantes tex-mex de Edimburgo porque vinham da Dinamarca. [...] Então o garçom mexicano de Edimburgo me pediu que, ao voltar para o México, eu lhe mandasse uma boa receita de *tortillas*. Pediu esse favor justo a mim, que sou argentino, cheguei faz duas décadas ao México [...] e me estabeleci no país porque estudei antropologia e fiquei fascinado com muitos costumes mexicanos, mas uma das minhas dificuldades de adaptação sempre foi a comida picante, e é justamente por isso que, ao escolher um restaurante, minha preferência costuma recair nos italianos. Essa inclinação vem do fato de esse sistema precário chamado “cozinha argentina” ter-se formado com a forte presença de imigrantes italianos, que se misturaram com espanhóis, judeus, árabes e gaúchos para formar uma nacionalidade.

Pertencer a uma identidade de fusão, de deslocados, ajudou este filósofo convertido em antropólogo a representar a identidade mexicana perante um mexicano casado com uma escocesa, que representava a italianidade em um restaurante de Edimburgo.

[...] Ambos extraímos de vários repertórios hábitos e pensamentos, marcas heterogêneas de identidade, que nos permitiam desempenhar papéis diversos e até fora de contexto.

Pareceu-me evidente que já não é possível entender esses paradoxos por meio de uma antropologia para a qual o objeto de estudo são as culturas locais, tradicionais e estáveis. [...] James Clifford escreve que o objeto de pesquisa devem ser as “culturas translocais”, as mediações entre os espaços onde se habita e os itinerários: é preciso “repensar as culturas como locais de residência e de viagem” [...].

Todas as sociedades representam formas de existência de uma coletividade humana num certo espaço. Formas que mudam ou se aperfeiçoam com o tempo. A troca de experiências foi marcante na história da humanidade, gerando o que chamamos hoje de diversidade cultural. Esta é uma riqueza, um bem a ser preservado e estimulado. Ela permite caminhos e experiências distintas que costumam cruzar-se ou estimular uns aos outros, promovendo possibilidade de uma vida em sociedade mais rica e saudável.

CANCLINI, Néstor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 54-56.

Morte, tema-tabu

Entre crianças de seis anos de idade convidadas a escrever cartas a Deus, uma delas propôs: “Deus, todo dia nasce muita gente e morre muita gente. O Senhor deveria proibir nascimentos e mortes, e permitir a quem já nasceu viver para sempre”.

Faz sentido? Seriam evitados a superpopulação do planeta e o sofrimento de morrer ou ver desaparecer entes queridos. Mas quem garante que, privados da certeza de finitude, essa raça de sobre-humanos não tornaria a nossa convivência uma experiência infernal? Simone de Beauvoir deu a resposta no romance *Todos os homens são mortais*.

É esse ideal de infinitude que fomenta a cultura da imortalidade disseminada pela promissora indústria do elixir da eterna juventude: cosméticos, academias de ginástica, livros de autoajuda, cuidados nutricionais, drágeas e produtos naturais que prometem saúde e longevidade. [...]

Tenho amigos com câncer. Um deles observou: “Outrora, era tabu falar de sexo. Hoje, falar de morte”. Concordei. Outrora, a morte era vista como um fenômeno natural, coroamento inevitável da existência. Hoje, é sinônimo de fracasso, quase vergonha social.

A morte clandestinizou-se nessa sociedade que incensa a cultura do prolongamento indefinido da vida, da juventude perene, da glamorização da estética corporal. Nem sequer se tem mais o direito de ficar velho. [...]

“Morrer é fechar os olhos para enxergar melhor”, disse José Martí. As religiões têm respostas às situações limites da condição humana, em especial a morte. Isso é um consolo e uma esperança para quem tem fé. Fora do âmbito religioso, entretanto, a morte é um acidente, não uma decorrência normal da condição humana.

Morre-se abundantemente em filmes e telenovelas, mas não há velório nem enterro. Os personagens são seres descartáveis como as vítimas inclementes do narcotráfico. Ou as fi-

guras virtuais dos jogos eletrônicos que ensinam crianças a matar sem culpa.

A morte é, como frisou Sartre, a mais solitária experiência humana. É a quebra definitiva do ego. Na ótica da fé, o desdobramento do ego no seu contrário: o amor, o ágape, a comunhão com Deus.

A morte nos reduz ao verdadeiro eu, sem os adornos de condição social, nome de família, títulos, propriedades, importância ou conta bancária. É a ruptura de todos os vínculos que nos prendem ao acidental. Os místicos a encaram com tranquilidade por exercitarem o desapego frente a todos os valores finitos. Cultivam, na subjetividade, valores infinitos. E fazem da vida dom de si – amor. [...]

BETTO, Frei. *Morte, fenômeno natural*. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/opiniaio/2015-10-31/frei-betto-morte-fenomeno-natural.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

1. No mundo de hoje, na nossa cultura, tem-se a impressão de que os rituais pós-morte se resumem ao enterro em algum cemitério ou ao processo de cremação. Entretanto, no passado e no presente, houve e há outras distintas formas de sepultamento ou de rituais mortuários característicos de diferentes culturas e credos, as quais mostram um pouco da diversidade cultural da humanidade. Pesquise na internet ou em outras fontes cerimônias pós-morte representantes de culturas diferentes da sua.
2. A morte pode ser vista como fim ou como início, como motivo de tristeza ou até de paz e libertação, a depender da cultura que a assume como ritual, festa ou reunião de celebração de seus antepassados. Em grupo e com a ajuda de seu professor, promovam um debate sobre o tema “Além da morte, que outros fenômenos sociais podem ser vistos de maneiras bastante distintas por culturas diversas no tempo e no espaço?”.

Os sentidos do outro

Ao se falar em alteridade, pensa-se sempre na capacidade de se colocar no lugar do outro. Muitas vezes, só é possível compreender determinadas ações se entendermos que o indivíduo tem uma cultura diversa da nossa ou se nos dispusermos a nos colocar no lugar do outro. Quando isso não acontece, pode ocorrer o que se designa por etnocentrismo ou preconceito.

O etnocentrismo

Uma vez que Cultura e culturas não param de se movimentar e encontrar sínteses de diversidade cada vez mais ricas e de acesso ampliado em toda parte, a multiplicação das formas de ser e viver nos leva a pensar na multiplicidade humana, cultural e, conseqüentemente, na alteridade, isto é, no outro ser humano, que é igual a nós e, ao mesmo tempo, diferente.

Observa-se, no entanto, grande dificuldade na aceitação das diversidades em uma sociedade ou entre sociedades diferentes, pois os seres humanos tendem a tomar seu grupo ou sociedade como medida para avaliar os demais. Em outras palavras, cada grupo ou sociedade considera-se superior e enxerga com desprezo e desdém os outros, tidos como estranhos ou estrangeiros. Para designar

essa tendência, o sociólogo estadunidense William Graham Sumner (1840-1910) criou em 1906 o termo **etnocentrismo**.

Conforme o antropólogo brasileiro Everardo Rocha (1951-), o etnocentrismo é um fenômeno no qual se misturam elementos intelectuais e racionais com elementos emocionais e afetivos. No plano intelectual, o etnocentrismo está presente na dificuldade de encarar a diferença e, no plano afetivo, nos sentimentos de estranheza, medo, hostilidade etc.

Albert Frisch/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ



“Exotismo” para consumo europeu: indígenas Umuauás, nas marges do rio Japurá, na Amazônia, fotografados em 1865 pelo alemão Albert Frisch. Imagens como esta foram reproduzidas às centenas pela Casa Leuzinger, a maior empresa de impressão e artes gráficas do Brasil no século XIX. Fizeram um grande sucesso comercial e valeram ao editor, o suíço Georges Leuzinger, uma menção honrosa na Exposição Universal de Paris de 1867.

nas palavras de EVERARDO ROCHA

O relógio, o arco e a flecha

[...] Ao receber a missão de ir pregar junto aos selvagens um pastor se preparou durante dias para vir ao Brasil e iniciar no Xingu seu trabalho de evangelização e catequese. Muito generoso, comprou para os selvagens contas, espelhos, pentes, etc.; modesto, comprou para si próprio apenas um moderníssimo relógio digital capaz de acender luzes, alarmes, fazer contas, marcar segundos, cronometrar e até dizer a hora sempre absolutamente certa, infalível. [...] Tempos depois, fez-se amigo de um índio muito jovem que o acompanhava a todos os lugares de sua pregação e mostrava-se admirado de muitas coisas, especialmente do barulhento, colorido e estranho objeto que o pastor trazia no pulso e consultava frequentemente. Um dia, por fim, vencido por insistentes pedidos, o pastor perdeu seu relógio dando-o, meio sem jeito e a contragosto, ao jovem índio.

[...] Dias depois, o índio chamou-o apressadamente para mostrar-lhe, muito feliz, seu trabalho. Apontando seguidamente o galho superior de uma árvore altíssima nas cercanias da aldeia, o índio fez o pastor divisar, não sem dificuldade, um belo ornamento de penas e contas multicores tendo no centro o relógio. [...]

Passados mais alguns meses o pastor também se foi de volta para casa. Sua tarefa seguinte era entregar aos superiores seus relatórios e, naquela manhã, dar uma última revisada na comunicação que iria fazer em seguida aos seus colegas em congresso sobre evangelização. [...] Com o pé na porta ainda pensou e sorriu para si mesmo. Engraçado o que aquele índio foi fazer com o meu relógio. Esta estória, não necessariamente verdadeira, porém, de toda evidência, bastante plausível, demonstra alguns dos importantes sentidos da questão do Etnocentrismo.

Em primeiro lugar, não é necessário ser nenhum detetive ou especialista em Antropologia Social (ou ainda pastor) para perceber que, neste choque de culturas, os personagens de cada uma delas fizeram, obviamente, a mesma coisa. [...] Cada um “traduziu” nos termos de sua própria cultura o significado dos objetos cujo sentido original foi forjado na cultura do “outro”. O etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do grupo do “eu”. Em segundo lugar, esta estória representa o que se poderia chamar, se isso fosse possível, de um etnocentrismo “cordial”, já que ambos — o índio e o pastor — tiveram atitudes concretas sem maiores consequências. No mais das vezes, o etnocentrismo implica uma apreensão do “outro” que se reveste de uma forma bastante violenta. [...]

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 1-2. Disponível em: <<http://sites.usjt.br/leonarde/oqueeetnocentrismo.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Manifestações de etnocentrismo inundam o cotidiano. Notícias sobre crises enfrentadas por povos de outros países, por exemplo, com frequência deflagram comparações entre uma determinada cultura e as outras, elegendo a superior e as inferiores de acordo com o grau de interesse e afetividade do suposto analista.

Na história não faltam exemplos desse tipo de comparação: na Antiguidade os romanos chamavam de “bárbaros” aqueles que não eram de sua cultura; em outras épocas, os europeus, após os contatos com culturas diversas, propiciados pela expansão marítima, passaram a chamar os povos americanos de “selvagens”, e assim por diante.

O etnocentrismo é um dos responsáveis pela geração de preconceito e discriminação – cultural, religioso, étnico e político –, assumindo diferentes expressões no decorrer da história. Atualmente, o etnocentrismo se manifesta, por exemplo, no machismo, no racismo e na homofobia, práticas que desconsideram completamente o sentido da palavra “outro”. Manifesta-se, também, em tempos de globalização desenfreada, na ideia de que a cultura ocidental é superior a outras e os povos de culturas diferentes devem assumi-la, modificando suas crenças, normas e valores. Há, no entanto, uma pluralidade de modos de viver, pensar e sentir.

O etnocentrismo, quando estimulado ou ignorado, pode acarretar exclusão e violência, contribuindo para tornar difíceis os pactos de convivência e prosperidade entre indivíduos e grupos sociais.

Os preconceitos

A palavra preconceito já diz muito sobre si mesma: é algo “pré”, ou seja, que se estabelece antes de as coisas de fato acontecerem. Trata-se, pois, de um juízo precoce ou, no mínimo, precipitado sobre pessoas e eventos.

Pensando historicamente, não é difícil constatar algumas marcas do preconceito na trajetória humana. Escravos e servos, trabalhadores explorados e minorias sem direitos, regimes de segregação racial e violência contra comunidades religiosas e moradores das periferias dos grandes centros urbanos: em todos esses cenários é possível encontrar os desdobramentos mais nítidos do preconceito, tais como o ódio e, no limite, a prática da anulação, o extermínio.

O preconceito é, na verdade, a vitória implacável de uma ideia de cultura sobre todas as outras. Há quem pense que existam etnias, valores, sentimentos, leis e comportamentos superiores; estes, por se julgarem melhores, reivindicam o direito de comunicar ao mundo a inferioridade de tudo que não lhes seja complementar ou semelhante.

Cenas comuns nos noticiários de TV, como a de refugiados de muitas partes do mundo peregrinando por vários países ou arriscando pelo mar uma fuga alucinante para a Europa, revelam a face mais cruel do preconceito e, é claro, do etnocentrismo.

No Brasil, há o caso recente, entre inúmeros outros, dos haitianos que se mudam em busca de emprego e melhores oportunidades de vida, principalmente depois que um trágico terremoto destruiu o Haiti em 2010. Não raro, essas pessoas veem-se vítimas de preconceito e indiferença.



Ayrton Vignola/Estadão Conteúdo

Frase de cunho neonazista pichada em muro de uma escola. A apologia ao nazismo e ao racismo é crime sem direito à fiança. São Paulo, 2011.

São muitos os estigmas alimentados pelo preconceito. No comércio, por exemplo, é fácil verificar como são observados os consumidores que se vestem de forma mais simples, com roupas sem luxo e visual despojado. Pessoas bem-vestidas parecem possuir o que cães de raça têm: *pedigree*. De modo oposto, pobres são vistos e quase sempre tratados como cachorros vira-latas, dos quais se tem dó, raiva ou até nojo.

Uma dimensão cumulativa do preconceito é também verificada cotidianamente em cidades de todo o Brasil. Trata-se da carga somada de exclusão de que são vítimas os negros, os pobres e as mulheres – isso sem falar na indisposição reiterada contra homossexuais e até mesmo indivíduos que assumem posições

ideológicas em público. Assim, se para os pobres os obstáculos que os separam de uma vida digna já são quase intransponíveis, eles se tornam mais farpados se, além de pobre, o indivíduo for negro; farpados e eletrificados se o indivíduo for pobre, negro e do sexo feminino; farpados, eletrificados e com elevado risco de morte se a todas essas características forem somadas à de ex-presidiário, prostituta, travesti etc. Existe, portanto, uma dose agressiva e covarde de preconceito contra sujeitos pertencentes a culturas, classes sociais e mundos urbanos e morais diferentes daqueles que são considerados pelo senso comum adequados e decentes.

De maneiras distintas, sutis ou escancaradas, o preconceito se volta contra a diversidade cultural, as culturas no plural. Por ser algo preconcebido, não se abre para discussões ou debates. O sujeito que pratica o preconceito, por meio de palavras ou ações, está convencido de suas posições, segundo ele, de superioridade e não se permite ver os sentidos daquilo que o outro é e faz. Nota-se, em todas as dimensões do preconceito, claramente, a ausência de política no seu sentido mais democrático.

Na Europa, a xenofobia – ódio ou medo exagerado de estrangeiros – vem fortalecendo os discursos políticos extremados de aversão a pobres, estrangeiros e populações culturalmente distintas, como a de origem muçulmana. Na França, a **Frente Nacional**, associação partidária de extrema direita, recebe a cada nova eleição mais votos ao defender a dificuldade de acessos e a retirada de direitos para estrangeiros. Esse crescimento evoca a célebre Doutrina Monroe (“A América para os americanos”, 1823) e leva a uma adaptação dela: a França para os franceses. Na Grécia, o fascismo é ingrediente oficial de orientação da **Aurora Dourada**, agremiação política que vem conquistando muitos votos e ganhando a adesão do eleitorado jovem que acredita que o problema do país são os outros.

Nessas condições, a crise econômica, o desemprego e a instabilidade, no que se refere aos padrões de qualidade de vida do europeu, acirram ódios e parecem legitimar o apoio a causas radicais, notadamente aquelas que responsabilizam por todos os males as diferenças culturais – culturas em letras minúsculas e no plural – e os modelos de sociabilidade incapazes de prover o presente e se comprometer com um futuro próspero. O preconceito, portanto, aparece como uma construção social, algo que pode ser enfrentado por meio de estratégias políticas, jurídicas e, principalmente, culturais (livros, filmes, escolas, professores e metodologias de ensino e aprendizagem que não protejam nem abriguem nenhuma aproximação nem tendência, por menor que seja, a um comportamento preconceituoso), e não como uma questão da natureza, incontornável, como muitos se arriscam a afirmar.

A cultura é de todos

Uma forma bastante evidente de etnocentrismo mesclado com preconceito é a separação entre cultura popular e erudita, com a atribuição de maior valor à segunda. Essa visão está relacionada com a divisão da sociedade em classes, ou seja, é resultado e manifestação das diferenças sociais. Há, de acordo com essa classificação, uma cultura identificada com os segmentos populares e outra, considerada superior, identificada com as elites.



Joel Sager/AFP

Mulher muçulmana caminha pelas ruas de Paris. No cartaz, propaganda de um partido de extrema direita em momento de campanha eleitoral na capital francesa, 2015. Ao pedir que os cidadãos “Escolham seu bairro”, o partido da Frente Nacional reforça as diferenças e os preconceitos.

A cultura erudita abrangeria expressões artísticas como a música clássica de padrão europeu, as artes plásticas tradicionais, o teatro, a dança e a literatura clássicos. Esses produtos culturais, como qualquer mercadoria, podem ser comprados e, em alguns casos, até deixados como herança.

A chamada cultura popular corresponde à manifestação genuína de um povo e encontra expressão nos mitos e contos, danças, música e artesanato. Inclui também expressões urbanas recentes, como os grafites, o *hip-hop* e os sincretismos musicais do interior ou das grandes cidades, o que demonstra a constante criação e recriação no universo cultural de base popular. Nesse universo, quem cria é o povo, nas condições possíveis.

Para examinar criticamente essa diferenciação, vale refletir sobre o termo cultura, agora segundo a análise do pensador brasileiro Alfredo Bosi (1936-). De acordo com Bosi, não há no grego uma palavra específica para designar cultura, mas há um termo que se aproxima desse conceito: *paideia*, que significa “aquilo que se ensina à criança”; “aquilo que deve ser trabalhado na criança até que ela se torne adulta”. A palavra **cultura** vem do latim e designa “o ato de cultivar a terra”, “de cuidar do que se planta”.

O termo está assim vinculado ao ato de trabalhar, a uma determinada ação, seja a de ensinar uma criança, seja a de cuidar de uma plantação. Para escrever um romance, é preciso trabalhar uma narrativa; para fazer uma toalha de renda, uma música, uma mesa de madeira ou uma peça de mármore, é necessário trabalhar. Para Bosi, isso é cultura. E é por essa razão que um produto cultural gerado pelo trabalho se chama obra, que vem de *opus*, palavra que também tem origem latina, derivada do verbo operar (no sentido de “fazer”, de “criar algo”). Então, levando-se em conta os sentidos etimológicos – de origem – da palavra, todos têm acesso à cultura já que para isso é necessário trabalhar.

Quando uma pessoa compra um livro, um disco – porque as pessoas ainda compram discos – ou os direitos de ouvir uma música, um quadro ou uma escultura, vai ao teatro ou a uma exposição, adquire bens culturais, mas não os produz. Esses bens proporcionam deleite e prazer e são usados por algumas pessoas para afirmar e mostrar que “possuem cultura”. No entanto, essas pessoas são apenas consumidoras de uma mercadoria como qualquer outra. Não ter acesso a esses bens não significa, portanto, não ter cultura.

Alfredo Bosi chama a atenção para o fato de haver em muitos países órgãos públicos que procuram desenvolver ações para “conservar a cultura popular original”, com certo receio de que ela não resista ao avanço da indústria cultural. Ora, os produtos culturais – como as festas, a música, a dança, o artesanato e outras tantas manifestações – remodelam-se continuamente. Nesse sentido, é necessário analisar a cultura como processo, como ato de trabalho que não se extingue.

A criação cultural não morre com seus autores, e basta que o povo exista para que ela sobreviva. Entenda-se aqui povo não como uma massa amorfa de oprimidos submissos, mas como um conjunto de indivíduos, com ideias próprias e capacidade criativa e produtiva, que resiste muitas vezes silenciosamente, sobretudo por meio da produção cultural, como seus cantos e festas.

Para Bosi, a cultura é algo que se faz, e não apenas um produto que se adquire. Daí, não há sentido comparar cultura popular com cultura erudita. Ao afirmarmos que “ter cultura” significa ser superior e “não ter cultura” significa ser inferior, utilizamos a condição de posse de cultura como elemento para diferenciação social e imposição de uma superioridade que não existe. Isso é ideologia – e ela se manifesta, como vimos, em uma ou várias dimensões do preconceito, como a indiferença, a segregação, o ódio e a violência.

O cabelo da minha filha

Sou pai de duas criaturas belíssimas. Não estou me gabando. Tenho consciência de que a beleza delas é herança materna. Lido todos os dias com o espanto de desconhecidos: “São lindíssimos os seus filhos! Como é possível?!”

As pessoas mais delicadas evitam aquele “como é possível?” – mas eu leio nos olhos delas a maldita incredulidade. Então mostro uma fotografia da mãe e sossegam um pouco: “São a cara da mãe, os dois. É negra, ela?”

Depende. Em Angola é mulata. Na maior parte dos países africanos também. É negra no Brasil, nos Estados Unidos e na Suécia ou na Dinamarca. Na Índia, no Reino Unido ou na África do Sul, tem sido indiana. Quanto a mim, sou meio indiano na Índia, meio malaio na Malásia, de raça indecifrável nos Estados Unidos, e totalmente árabe em qualquer país do norte de África, na Bélgica, em França, na Alemanha ou na Suécia. Viajando pela Europa, sou quase sempre muito árabe.

[...]

Voltemos aos filhos. O mais velho, um rapaz, ultrapassou o metro e oitenta e oito e estuda em Brighton, no Reino Unido. É um garoto doce, que nunca deu preocupações, exceto quando era bebê, em Luanda, durante a guerra. Chorava muito à noite. Nada o acalmava. [...]

A menina, Vera Regina, agora com 10 anos, tem uma cabeleira lindíssima, comprida e cacheada. Divorciei-me quando Vera era ainda pequena. O mais difícil, sempre que ficava sozinho com ela, por vezes durante várias semanas, era manter o fulgor daquela magnífica juba. Recordo umas divertidas férias de fim de ano que passei em Moçambique, numa praia remota, com os dois filhos. Optei por deixar os meninos soltos. Parecia-me uma crueldade sujeitar Vera Regina, todas as noites, após os longos banhos de mar, à dura cerimônia de reorganizar a cabeleira. Ao fim de três dias, Vera já exibia uns pesados *dreadlocks*, que fariam qualquer *rastaman* morrer de inveja. Ao fim de uma semana, quando regressamos ao hotel, em Maputo, aquilo era uma selva inexpugnável.

Levei-a ao cabeleireiro do hotel. Expliquei ao proprietário do estabelecimento, um russo sombrio, de feições duras, que teria de devolver a criança à mãe, no dia seguinte, e precisava dela composta. O homem espetou em mim os olhos cruéis:

— Vocês ainda estão juntos, o senhor e a mãe da criança? — Perguntou.

— Não! — adiantou-se a menina. — Eles estão espalhados.

— Separados — Corrigi. — Ela quer dizer separados.

— Naturalmente — Disse o russo numa voz gelada. — Espero que sua ex-mulher mande matar você.

Não me ri. O homem falava a sério. Quando retornei, três horas mais tarde, encontrei a minha princesa sentada muito direita, muito séria, enquanto quatro jovens assistentes terminavam de lhe desembaraçar o cabelo. A operação prolongou-se por mais uma hora.

— Essa menina é uma heroína — murmurou o russo quando finalmente a entregou nos meus braços. Olhou-me com desprezo — Veja se aprender a tratar do cabelo dela.

Fui aprender. Tenho enorme orgulho no cabelo dela. Fico sempre surpreendido ao ler notícias sobre moças que sofrem perseguição racial, aqui, no Brasil — o país do mundo, fora de África, com maior população de origem africana — por usarem cabelo naturalmente ondulado. Não há nada mais lindo do que uma bela cabeleira anelada. Não se trata de fazer do cabelo uma bandeira da negritude, ou do feminismo, ou do que quer que seja. É beleza mesmo. Pura beleza.

AGUALUSA, José Eduardo. O cabelo da minha filha. *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 mar. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-cabelo-da-minha-filha-15539157>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

1. Em sua família existe essa mistura de etnias e culturas? Você se sente pertencente a vários povos? Como essa questão é encarada e debatida em sua casa?

Unidade e diversidade cultural no Brasil

A cultura no Brasil compreende quantidade e diversidade imensas de expressões – como festas, danças, canções, esculturas, pinturas, gravuras, literatura (contos, romances, poesia, cordel), mitos, superstições, alimentação – presentes no cotidiano e muitas vezes incorporadas pela indústria cultural.

Essa diversidade foi estudada por Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), que registrou uma amostra das expressões culturais do país no *Dicionário do folclore brasileiro*, publicado em 1954. Outro estudioso do assunto foi Fernando de Azevedo (1894-1974), que apresentou no livro *A cultura brasileira*, publicado em 1943, um panorama de nossa cultura e uma análise histórica da vida intelectual no Brasil. O trabalho desses dois autores, entre outros, auxilia no entendimento das dificuldades para formular uma única definição de cultura brasileira.

A pluralidade da cultura brasileira

Na América portuguesa, no século XVI, as culturas indígenas e africanas, apesar da presença marcante, não eram reconhecidas pelos colonizadores e se expressavam à margem da sociedade que se constituía sob o domínio lusitano. Tal sociedade tinha como principal referência a cultura europeia.

O estudioso brasileiro Antonio Candido, em 1968, afirmou que “imitar, para nós, foi integrar, foi nos incorporarmos à cultura ocidental, da qual a nossa era um débil ramo em crescimento. Foi igualmente manifestar a tendência constante de nossa cultura, que sempre tomou os valores europeus como meta e modelo”.

No entanto, se o colonizador e, depois, imigrantes de distintas origens forneceram elementos essenciais para a construção de uma cultura difusa, esta não pode ser compreendida sem suas raízes indígenas e africanas, que impregnaram o cotidiano brasileiro, influenciando a arquitetura, a comida, a vestimenta, a dança, a pintura, a música etc.

Na música brasileira, por exemplo, encontramos uma variedade imensa de ritmos, que são puros ou misturados, cópias ou (re)elaborações constantes, invenções e inovações, com os mais diversos instrumentos, sejam eles extremamente simples e artesanais, sejam sofisticados e eletrônicos. Podemos citar, por exemplo, o lundu, a modinha, o choro, o maxixe, o samba (e suas vertentes, como samba-canção, samba-exaltação, samba de carnaval), a marcha, o frevo, o baião, a valsa, a valsinha, o acalanto, a lambada, o pagode, o samba-reggae, a axé-music, a tchê-music, o manguebeat, a cantiga infantil, a música clássica, a ópera, a música contemporânea, além de ritmos estrangeiros como *rock, blues, jazz, rap, fox, bolero, tango* etc.

Prosseguindo com o exemplo da música e lembrando que a cultura é o resultado de um trabalho (é uma obra), pode-se observar que o trabalho cultural brasileiro é desenvolvido tanto por iletrados, sem nenhuma formação musical, como por músi-

cos com formação clássica, conhecidos ou anônimos. A produção musical brasileira tem traços de origem marcadamente africana, indígena, sertaneja e europeia (sem classificar o que é mais ou menos importante, simples ou complexo). Ela é fruto do trabalho de milhares de pessoas ao longo de muito tempo.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Apresentação de grupo de danças folclóricas de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

Yasuyoshi Chiba/AFP



Destaque de escola de samba no carnaval do Rio de Janeiro, 2015.

Ainda que se possa afirmar que alguns ritmos são notoriamente brasileiros, como o maxixe, o chorinho, o frevo ou o samba, nenhum deles é “puramente brasileiro”, pois as influências recebidas são as mais variadas possíveis, desde a música medieval até a contemporânea. Genuínas mesmo são as músicas, as danças, a arte plumária e a cerâmica dos povos indígenas. As demais manifestações culturais são fusões, hibridações, criações de uma vasta e longa herança de muitas culturas. Talvez seja essa a característica que podemos chamar de “brasileira”.

Vale a pena capturar alguns exemplos do significado da “cultura brasileira”. O primeiro tinha como objetivo desenvolver uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular do Nordeste brasileiro: o **Movimento Armorial**. Seu criador, Ariano Suassuna (1927-2014), dramaturgo, poeta, escritor, popular no Brasil todo, idealizou mesclar todas as formas de expressão artística: música, dança, litera-

tura, pintura, cerâmica, tapeçaria, escultura, gravura, teatro, cinema, arquitetura etc. Uma das expressões desse movimento foi o Quinteto Armorial (1970-1980), cuja proposta era realizar um trabalho de síntese entre a música erudita e as sonoridades das tradições populares do Nordeste. Antonio Nóbrega, um artista múltiplo – músico, ator, diretor, dançarino etc. –, era um dos membros desse grupo e continua a desenvolver essa proposta em seus espetáculos.

Outro exemplo, também no Nordeste, é o movimento pernambucano denominado manguebeat, cujo principal expoente foi Chico Science (1966-1997), que juntava com precisão o rock e os ritmos do sertão – o maracatu, por exemplo. Essa é outra das belas façanhas dessa “cultura brasileira”, plural por vocação, criativa em sua evolução, encantadora pela riqueza sem fronteiras.

Brasil, uma cultura-nação

O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), em seu livro *O povo brasileiro*, lançado em 1995 – obra que exigiu de seu autor longos trinta anos de trabalho –, dividiu o país em cinco grandes macrorregiões (cabocla, crioula, sertaneja, sulista e caipira). Para ele, essa divisão é o resultado dos sucessivos e intermináveis cruzamentos das três matrizes étnicas que constituíram a cultura nacional: a branca, a indígena e a africana.

Da chegada dos primeiros colonizadores, no século XVI, ao Brasil contemporâneo, a cultura que aqui se fez e se desenvolveu é marcada por fusões, sobreposições, substituições e “fazimentos” – para usar um termo recorrente na escrita de Darcy Ribeiro – de toda sorte, reunindo elementos da vida negra, da vida indígena e da vida europeia quase sempre de modo conflituoso e difícil, com inegável prejuízo àqueles que faziam parte das camadas mais baixas da hierarquia social.

A palavra que garante maior fidelidade à cultura brasileira é resistência. Dos negros e dos indígenas, em diferentes épocas e por variados motivos, a cultura vingou como manifestação de ousadia, criatividade e, é claro, muita luta política por sobrevivência.

A miscigenação entre as diferentes etnias e as trocas simbólicas e materiais entre eles tornaram o Brasil um país pluriétnico e multicultural por excelência. O preconceito que aqui insiste em se fazer gigante e violento só se explica pela negação e pela total incompreensão da trajetória do povo brasileiro como uma cultura-nação erguida sobre o sangue de milhões de negros africanos e indígenas sul-americanos.

nas palavras de DARCY RIBEIRO

Brasil, nova Roma

Nós, brasileiros [...], somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguentude. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. [...]

O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 453-455.

O otimismo de muitos intérpretes do Brasil, como Darcy Ribeiro e Antonio Candido, para citar dois dos mais destacados, não os cegava diante de um país que se fez sobre muitas tensões e manifestações de perseguição, exploração e retaliação. Há guerra e dor em todo o território nacional, seja nas históricas rebeliões populares – como a Balaiada Maranhense (1839-1841), uma das revoltas que agitou o país no período regencial cuja população insurgente foi dizimada pelo exército brasileiro liderado pelo Duque de Caxias –, seja na dura e carente vida de uma multidão de trabalhadores contemporâneos no campo e na cidade.

Da mesma maneira, é impossível obstruir o fato de que a cultura brasileira, tão vasta, profunda e diversa, não se fez de modo aberto e democrático, dando vez e voz a todos os indivíduos e grupos sociais. O que aqui se verifica ainda hoje são as tentativas ininterruptas da indústria cultural de massificar tudo que cheira a oportunidades de lucro, de um lado, e os variados infortúnios do preconceito lançado contra toda expressão artística e cultural que seja nascida das periferias e das classes sociais subalternas, de outro.

O *funk* e o *rap*, por exemplo, até serem transformados em bens para o consumo de massa, adulterados pela ideia de torná-los mais aprazíveis em termos de imagem para a TV e os muitos veículos de disseminação cultural, eram considerados estilos musicais marginais.

Um exemplo desse tipo de situação é o caso dos bailes *funks*, que hoje ocupam boa parte das programações de casas de espetáculos nas zonas consideradas nobres do Rio de Janeiro e de sofisticados endereços em São Paulo, com modelos femininas que estampam capas de revistas em trajes miúdos como atrações principais nos palcos. Esses eventos já foram julgados como promíscuos, violentos e até tachados de estéreis no que diz respeito ao quesito expressão cultural, mas, uma vez na TV e explodindo nas paradas de sucesso, a opinião se transforma completamente: o que era pobre e feio converte-se em moda irresistível e ganha legitimidade ao se transformar em uma opção de entretenimento e alegria popular.

Outro caso interessante para avaliar essa mudança de *status* em determinada manifestação cultural é o da banda mineira de *thrash metal* Sepultura. Formada em Belo Horizonte no início da década de 1980, a banda conquistou o mundo inteiro na segunda metade do decênio seguinte ao lançar um álbum musical em que se misturam a estridência radical do metal e as batidas dos instrumentos de percussão indígenas da região do Xingu, no Mato Grosso. *Roots*, o aclamado disco de 1996, além dos índios Xavantes, Jasco e Itsari, trouxe também a música baiana de Carlinhos Brown, numa síntese cultural imprevista e rica, que disseminou pelo mundo como o *heavy metal* e suas variações podiam ser trabalhados por artistas brasileiros de modo inovador e extremamente criativo.

A cultura brasileira, portanto, é antropofágica por natureza: apropria-se do estrangeiro, degusta, absorve e recria com outras roupagens e linguagens. Há muito de Macunaíma, célebre e imortal personagem do romance homônimo de Mário de Andrade, na vida cultural dos brasileiros, ou seja, na fusão entre a preguiça e o heroísmo, coisas novas são postas no mundo diariamente, como palavras, receitas gastronômicas, estilo de vestir, cantar, escrever e narrar a vida.

A mestiçagem da pele e da alma, como tanto enfatizava Darcy Ribeiro, não criou somente um ser esteticamente diferente; criou também – e muito mais – um espírito humano radicalmente inédito, fruto de todas as culturas que por aqui se apresentaram e continuam sendo remodeladas, ressignificadas e preenchidas de tesouro crítico.

- Cultura é um tema realmente vasto e profundo; o conhecimento sobre culturas possibilita ao observador inferir os modos de organização das pessoas, as motivações de suas escolhas, se individuais ou coletivas. Ninguém é imune à cultura que envolve as comunidades a que se pertence. Não há como escapar às exigências de cada época, de cada lugar no mundo, das suas possibilidades e limitações históricas.
- Um exemplo ilustrativo dessa complexa questão pode ser captado na religiosidade. Todos que dizem ter religião dividem essa mesma opção com milhares ou mesmo milhões de outras pessoas. A religião é, antes de ser uma opção individual, uma decisão coletiva, uma afirmação cultural, uma possibilidade no tempo e no espaço.
- Nesse sentido, optar pela fé hinduísta no Oriente é algo culturalmente aceitável e comum. No Ocidente, a escolha criaria perplexidade e traria dificuldades ao fiel: onde encontrar um templo, onde compartilhar os valores de sua fé e com quem? É a cultura que abre e fecha portas, dando preferência a algumas coisas, nunca a tudo. É por isso que na Índia ou no Nepal, em contrapartida, existem poucos cristãos: o inviável aqui para o hinduísmo é proporcional ao quase impossível lá para o cristianismo como opção cultural.
- A cultura envolve maneiras de pensar e tomar decisões, influencia as visões de mundo compartilhadas, registra no comportamento geral da sociedade a posição que indivíduos, grupos e classes têm acerca das dinâmicas mais próximas e também bem distantes da economia, da política, de praticamente tudo. Por isso, ao se olhar com alguma atenção para a história do Brasil, torna-se possível perceber os porquês de tanto preconceito contra pobres, negros e moradores de favelas, por exemplo. O ódio e o preconceito, infelizmente, são dimensões da cultura, do modo como a vida se organiza, a riqueza se distribui, as ideias circulam e os valores são transmitidos e recebidos por todos e pelo indivíduo.
- As reflexões sociológicas, antropológicas e políticas sobre cultura têm o desafio de oferecer não só uma análise acerca desse conceito tão disputado e controverso – utilizado por todos, compreendido por poucos –, mas, principalmente, um mapa graças ao qual os indivíduos e as coletividades possam esboçar melhores autocríticas e almejar um entendimento mais rico e diverso da vida em sociedade. Com o dilatamento da ideia de cultura, as chances de construção de um meio em que sejam comuns a tolerância, o respeito e os saudáveis hibridismos irão diminuir passo a passo os revezes do preconceito, do etnocentrismo e da violência contra aquilo e aquele que são diferentes.

leituras e propostas

Para refletir

O Brasil de Ary Barroso e Cazuza

É inegável o valor artístico e cultural da música brasileira. Não se trata de chauvinismo, mas poucos povos podem se lisonjear da variedade de ritmos, da riqueza melódica e da alta qualidade de suas produções musicais. Estes e outros motivos fazem da música produzida no Brasil uma das mais respeitadas e admiradas do planeta. Poucas nações têm entre seus maiores músicos nomes como Tom Jobim, Noel Rosa, Cartola, Luiz Gonzaga e Baden Powell. Enfim, a lista é imensa e não caberia aqui. Uma das principais características da música brasileira é retratar fielmente o contexto histórico o qual o país atravessa. Sendo assim, é quase impossível ouvir *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, e não se lembrar da Anistia de 1979; difícil também não associar a música *Coração de estudante*, de Milton Nascimento e Wagner Tiso, ao surgimento da Nova República e à morte do ex-presidente Tancredo Neves; ou falar em Ditadura militar sem mencionar algumas canções de Chico Buarque, Gonzaguinha e Geraldo Vandré, entre outros.

No presente texto destaco duas composições (quase homônimas) que marcaram peremptoriamente suas respectivas épocas: *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, composta no final da década de 1930, e *Brasil*, de Cazuza, Nilo Romero e George Israel, lançada durante os anos 1980.

Aquarela do Brasil, interpretada originalmente por Francisco Alves e regravada inúmeras vezes, é considerada por muitos como a “música brasileira do século XX”. A clássica canção foi lançada durante a ditadura de Getúlio Vargas (período conhecido como Estado Novo). Na época, o Governo Federal pretendia fomentar uma cultura nacional que pudesse se contrapor a qualquer forma de regionalismo cultural (é importante salientar que durante a República Velha, período anterior à Era Vargas, as identidades locais eram mais fortes do que a própria identidade nacional). Sendo assim, com este intuito nacionalista (ou seria ufanista?), surgiu um novo gênero musical: o chamado samba-exaltação, estilo de samba menos rústico e mais sofisticado, que enaltecia as qualidades e a grandiosidade do Brasil.

Seguindo essa linha, *Aquarela do Brasil* apresenta uma visão extremamente otimista sobre o país. Reforça a crença de que “Deus é brasileiro”: “O Brasil do meu amor, terra de Nosso Senhor”; ressalta o samba como uma das identidades nacionais: “O Brasil samba que dá, bamboleio, que faz gingar [...] É o meu Brasil brasileiro, terra de samba e pandeiro”, e, como não poderia deixar de ser, destaca as belezas naturais: “Oh, esse coqueiro que dá coco, onde eu amarro a minha rede, nas noites claras de luar. Ah, ouve estas fontes murmurantes, onde eu mato a minha sede, e onde a lua vem brincar”.

Cinco décadas após o lançamento do clássico de Ary Barroso, o Brasil vivia um clima extremamente conturbado: eram os anos 1980, época em que o país, recém-saído do Regime militar (1964-1985), atravessava uma grave crise política (com a corrupção instalada em todas as esferas públicas) e econômica (marcada por trocas de moeda e altos índices de inflação). Nesse contexto ímpar, o samba-rock *Brasil* foi composto.

Ao contrário da composição quase homônima de Ary Barroso, que enfatiza nossas belezas naturais, a canção interpretada por Cazuza aponta, essencialmente, aspectos humanos do Brasil. Segundo Cazuza, “Brasil é uma música crítica [...]. Eu simplesmente passei o ano [1986] do lado de dentro, e quando abri a janela vi um país totalmente ridículo. O Sarney que era o ‘não diretas’ virou o ‘Rei da Democracia’. [...]. O Brasil é muito triste trópico”. (Sic)

Não por acaso, a composição, em versão gravada por Gal Costa, foi tema de abertura da telenovela *Vale Tudo*, trama que apresentava como principal temática a questão de que se valia a pena, ou não, ser honesto no Brasil. “Não me subornaram. Será que é o meu fim?”, diz um trecho da letra. A letra composta por Cazuza, Nilo Romero e George Israel ainda menciona a grande mídia como mecanismo alienador e manipulador: “ver TV a cores na taba de um índio, programado pra só dizer: sim, sim” e também chama a atenção para a displicência do povo diante da corrupção e convoca todos os brasileiros a se posicionarem diante do que estava acontecendo no país: “Brasil! Mostra tua cara. Quero ver quem paga pra gente ficar assim. Brasil! Qual é o teu negócio? O nome do teu sócio? Confia em mim.”.

De maneira geral, podemos falar que em *Brasil* os autores conseguiram apresentar de forma singular a grande corrupção e o clima de impunidade que imperavam no país na década de 1980.

Uma conclusão precipitada sobre as duas composições aqui destacadas poderia apontar que no Brasil as características naturais são extremamente positivas, conforme o enaltecido por *Aquarela do Brasil*; enquanto os aspectos humanos são absolutamente perniciosos, como o cantado por Cazuza na música *Brasil*.

Nesse sentido, uma antiga lenda diz que Deus criou uma terra onde quase todo o seu lado direito seria formado por lindas praias de águas límpidas, não haveria ciclones nem terremotos, belas quedas de água marcariam a paisagem de vários lugares, o solo germinaria o que se quisesse plantar e existiriam animais de todas as espécies. Essa terra receberia o nome de Brasil. “Ah, Deus! Mas, isso é muita coisa boa e nenhuma ruim para um pedaço só”, questionou um assistente divino. E imediatamente Deus retrucou: “É, mas você vai ver o povinho que vou colocar lá”. Entretanto, a realidade não se mostra dessa forma. Antes de tudo, é imprescindível evitar colocações precipitadas e maniqueístas. Não possuímos uma natureza tão exuberante, e tampouco nós, brasileiros, somos seres humanos degradados. As recentes intempéries físicas, como o ciclone Catarina em 2004, corroboram a tese de que não contamos com uma natureza tão privilegiada assim. Nesse sentido, não somos tão “abençoados por Deus” como afirma Jorge Ben Jor na música *País tropical*. Em contrapartida, as grandes demonstrações de generosidade e fraternidade do brasileiro em geral confirmam que não somos um povo desprezível como muitos afirmam. Como qualquer outra nação, o Brasil apresenta pontos positivos e negativos. Portanto, a questão é saber analisá-los honestamente e sem preconceitos.

LADEIRA, Francisco. O Brasil de Ary Barroso e Cazuza.

Obvious. Disponível em: <http://obviousmag.org/observando_o_cotidiano/2015/o-brasil-de-ary-barroso-e-cazuza.html>. Acesso em: 2 abr. 2016.

1. É possível, assim como no caso das canções analisadas no texto, retratar o Brasil por meio de histórias literárias, filmes e outras manifestações artísticas? Cite outras expressões artísticas que possibilitam retratar o Brasil e escolha uma delas para fazer uma análise própria.
2. Você conhece alguma canção da atualidade que represente o momento histórico do país? Qual?

Para pesquisar

1. Pesquise em grupo alguns diferentes conceitos de cultura. Em seguida, escolha quais se identificam mais com a realidade em que vivem os estudantes e trabalhadores da sua escola.
2. Desenvolva uma redação com o seguinte título: *Minha cultura*. Tente relatar a origem étnica e nacional da sua família, a cultura gastronômica, musical e comportamental dos seus antepassados. Converse com os membros da sua família e levante informações acerca de seu sobrenome na internet. O resultado costuma ser surpreendente.

Livros recomendados

A identidade cultural na pós-modernidade, de Stuart Hall. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932-2014) apresenta as mudanças na cultura global e suas implicações na identidade dos indivíduos, grupos e classe sociais. Com ricos exemplos e uma linguagem cativante, Hall compreende que é mais difícil falar hoje em culturas e identidades fixas, devido às mudanças radicais e sucessivas no modo como se organizam as sociedades contemporâneas. Um livro, no mínimo, instigante.

A metamorfose, de Franz Kafka. São Paulo: Hedra, 2006.

Publicado pela primeira vez em 1915, essa novela é mundialmente conhecida. O texto narra a história de Gregor Samsa que, numa manhã, acordou transformado num grande inseto. A reação da família, do patrão, da sociedade retratam a cultura da época e a crise de valores no mundo capitalista. Uma obra sempre clássica.

Sugestões de filmes

Pride (Inglaterra, 2014). Direção: Matthew Warchus.

Em 1984, Margaret Thatcher está no poder e os mineiros estão em greve. O orgulho gay chega a Londres e os ativistas resolvem arrecadar fundos para ajudar a família dos trabalhadores sem salários. O que uniria numa causa tão nobre grupos tão distintos? O filme, de modo muito bem-humorado, explora a cultura de uma era marcada pela supressão de direitos e, ao mesmo tempo, pela ampliação da solidariedade entre indivíduos e diversos fragmentos de classes sociais.

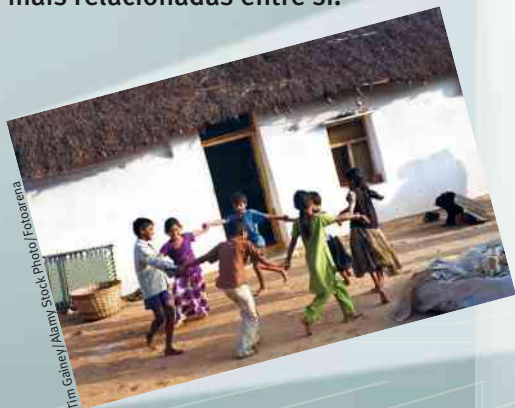
Machuca (Chile, 2004). Direção: Andrés Wood.

A amizade entre Gonzalo e Pedro é o alicerce de uma história que coloca frente a frente dois mundos muito distantes e diferentes nos meses que antecedem a derrubada do governo de Salvador Allende, no Chile, em 1973. Mundos opostos – bairro rico e bairro pobre, família inteira e família aos pedaços, indiferença política e adesão a uma causa – apresentam na narrativa do filme uma aproximação entre culturas no plural e as tantas oportunidades de enriquecimento mútuo. Um filme que serve como retrato histórico e sentimental de um período rico e bastante delicado da cultura latino-americana.

PENSE E

DANCE!

A música é uma das mais ricas expressões socioculturais. Ritos religiosos, práticas de integração entre indivíduos e grupos, produções culturais no cinema e no teatro têm na música uma parceria indispensável. É na dança que a música apresenta mais beleza e importância. Pelos ritmos e passos da dança em todo o mundo, a cultura revela os elementos da sua ancestralidade e a maneira como está sintonizada com o presente. A vida em sociedade é um enorme palco onde se apresentam incontáveis e surpreendentes dançarinos, promovendo valores e impressões culturais de comunidades humanas cada vez mais relacionadas entre si.



Tim Gaihey/Alamy Stock Photo/ Fotoarena

Karoly Lotz. A Village Wedding Feast. s/d/Bridgeman Images/Keystone Brasil



DANÇA REGIONAL

Festa de casamento na aldeia, de Karoly Lotz, óleo sobre tela, s/d (Galeria Nacional da Hungria, Budapeste, Hungria). Esse renomado artista, cujas obras representam o estilo romântico, idealizado, é um dos mais importantes da Hungria no século XIX. Na fotografia, grupo de jovens usando roupas típicas reproduzem danças folclóricas húngaras. Registro na obra de arte do que se vê na vida das pessoas. Na fotografia, dança tradicional húngara, 2012.

DANÇA DE RODA

Candido Portinari (1903-1962) foi um dos mais importantes artistas plásticos brasileiros. O aspecto de sua produção mais conhecido pelo grande público é a preocupação com a temática social, tanto nacional quanto internacional. Porém, existiu também uma faceta lírica em sua obra, com lembranças da infância, como em *Roda infantil*, óleo sobre tela, 1932 (Coleção particular). Na fotografia, crianças brincando em vila rural na Índia, 2008.



Candido Portinari. Roda Infantil. 1932



Brian Jones/Alamy Stock Photo/ Fotoarena

8

Ideologia e indústria cultural

unidade



Ideologia: é preciso ter uma para viver?

Cazuza, um dos mais carismáticos ídolos do rock brasileiro na década de 1980, anunciava que queria ter uma ideologia para viver. Decerto, ele pensava no sentido corriqueiro dado à expressão: conjunto de ideais, motivos para acordar toda manhã, princípios de vida e valores do espírito humano que possam enfrentar a dureza dos desafios que o tempo impõe a todos os indivíduos e grupos sociais.


Ao assistir a um filme ou novela, folhear as páginas de uma revista, navegar na internet, ouvir uma música ou um discurso proferido por alguma autoridade, lá está a ideologia.

Alguém certa vez comparou a ideologia com a chuva: é sempre de cima para baixo e molha todo o mundo. Alguns poucos indivíduos, por ciência do problema e precaução, se protegem utilizando os mais variados instrumentos, mesmo que frágeis, mas nunca estarão completamente imunes à chuva ideológica.

Os livros, os discos e os filmes e todos os produtos culturais são apreciações da realidade elaboradas por um conhecimento subjetivo – o de seus autores – já demarcado pela ideologia e suas múltiplas formas de aparição e dominação. Come-se, veste-se, pensa-se, critica-se, age-se sempre dentro de um leque possível, capturado pelas enormes garras da ideologia e suas permissões. A ideologia, portanto, é um obstáculo à compreensão dos fatos e às mudanças efetivas da sociedade em que se vive.

A ideologia possui aliados nas estruturas políticas, no universo do trabalho, nas instituições (escolas, igrejas, famílias etc.), nos meios de comunicação e até nas modernas tecnologias.

A Sociologia pode analisar o tema ideologia de várias formas, mas o essencial é revelar os fundamentos sobre os quais se elabora o conhecimento da realidade. Ao mesmo tempo, procura desvendar uma série de processos sociais que orientam e deformam determinadas visões de mundo, trazendo à tona discussões sobre personagens e episódios do cotidiano que nem sempre correspondem à realidade. É sobre esses aspectos da ideologia que se tratará nesta unidade.



A ideologia pode ser expressa de diferentes formas, como na arquitetura do prédio desta empresa em forma de um binóculo, o que pode ser interpretado de várias maneiras: poder enxergar mais longe ou vigiar mais de perto?

A ideologia: usos e atribuições

A ideologia é um conceito típico das modernas sociedades ocidentais, as quais são elaboradas a partir do desenvolvimento do trabalho humano nas grandes cidades e do crescimento das desigualdades nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais.

Uma das primeiras noções de ideologia foi expressa por Francis Bacon (1561-1626), em seu livro *Novum organum* (1620). Ele não utilizava o termo **ideologia**, mas, ao recomendar um estudo fundamentado na observação, declarava que, até aquele momento, o entendimento da verdade estava obscurecido por ídolos, ou seja, por ideias erradas e irracionais.

O termo ideologia foi utilizado inicialmente pelo pensador francês Destutt de Tracy (1754-1836), em seu livro *Elementos de ideologia* (1801), no sentido de “ciência da gênese das ideias”. Em pleno período iluminista, que emprestava crédito exagerado à força da razão, Tracy procurou elaborar uma explicação para os fenômenos sensíveis que interferem na formação das ideias, ou seja, a vontade, a própria razão, a percepção e a memória.

Um sentido diferente de ideologia, o de “ideia falsa” ou “ilusão”, foi utilizado por Napoleão Bonaparte (1768-1821) num discurso perante o Conselho de Estado, em 1812. Nesse discurso, Napoleão afirmou que os males da França deviam ser atribuídos “à ideologia, essa tenebrosa metafísica”, destacando a falta de conexão com a realidade do pensamento de seus adversários, que questionavam e perturbavam sua ação governamental.

Foram Karl Marx (1818-1888) e Friedrich Engels (1820-1895), contudo, que utilizaram a ideologia de forma mais duradoura, de modo que o uso que sugeriram do conceito chega aos nossos dias como seu verdadeiro sinônimo. No livro *A ideologia alemã* (1846), eles se referiram à ideologia como um sistema de representações e de ideias que correspondem a formas de consciência que as pessoas têm em determinada época. Essa consciência é condicionada pela existência social dos indivíduos, isto é, o modo como a pessoa vive define como ela pensa. No entanto, em qualquer época, as ideias que predominam são as da classe dominante, pois quem controla a produção e a distribuição de bens materiais também regula e controla a produção e a distribuição dos bens intelectuais.



Frontispício da *Instauratio Magna*, de Francis Bacon, publicada em Londres em 1620. Trata-se da apresentação de um projeto de estudos orientados para uma ampla reorganização do conhecimento. *Novum organum* foi publicado como parte desse projeto, que não chegou a ser concluído.

Assim, para Marx e Engels, a ideologia não é mera ilusão e aparência, mas uma realidade objetiva e atuante manipulada pela burguesia, que procura camuflar as contradições e os conflitos próprios de uma sociedade dividida em classes e obscurecer seus fundamentos, principalmente o processo de exploração e as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a ideologia seria um conjunto de ideias e crenças cujo objetivo é legitimar e defender os interesses e a visão de mundo da classe dominante, utilizando como ferramentas a dissimulação e a distorção.

Émile Durkheim (1858-1917), por sua vez, ao discutir a questão da objetividade científica, em seu livro *As regras do método sociológico* (1895), afirma que, para ser o mais preciso possível, o cientista deve deixar de lado todas as pré-noções, as noções vulgares, as ideias antigas e pré-científicas e também as impressões subjetivas. Deixar-se levar por essas questões, na visão dele, seria o mesmo que se permitir contaminar por algo correspondente à ideologia, cuja essência é negar que haja independência dos fatos sociais em relação ao modo como os observam seus analistas.

O sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) talvez seja o pensador, depois de Marx, que mais tenha influenciado a discussão sobre ideologia. No livro *Ideologia e utopia* (1929), ele conceitua duas formas de ideologia: a particular e a total. A particular corresponde à ocultação da realidade, incluindo mentiras conscientes e ocultamentos subconscientes e inconscientes, que provocam enganos. A ideologia total é a visão de mundo (cosmovisão) de uma classe social ou de uma época. Nesse caso, não há ocultamento ou engano, mas apenas a reprodução das ideias próprias de uma classe ou ideias gerais que permeiam a sociedade.

Para Mannheim, as ideologias são sempre conservadoras, pois expressam o pensamento das classes dominantes, que visam à estabilização da ordem. Em contraposição, ele chama de utopia o que pensam as classes oprimidas, que buscam a transformação.

Depois de Mannheim, muitos outros pensadores estudaram e utilizaram o conceito de ideologia, mas todos o concebiam, de modo direto ou indireto, como uma força negativa (deformadora do conhecimento), tal qual aparece na obra de Marx e Engels, ou em sua dimensão positiva (constitutiva de visões de mundo de grupos e classes sociais), como aposta e apresenta o autor de *Ideologia e utopia*.

nas palavras de MANNHEIM

Ideologia e utopia

O conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a, portanto.

O conceito de pensar utópico reflete a descoberta oposta à primeira, que é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. Seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente uma situação existente da sociedade. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento, buscam mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 66-67.

A ideologia no cotidiano

No cotidiano, nas relações com as outras pessoas, exprimimos por meio de ações, palavras e sentimentos uma série de elementos ideológicos. Na sociedade capitalista, a lógica que a estrutura é a da mercadoria, ou seja, a da mercantilização de todas as relações, sejam elas culturais ou sentimentais. Pode-se dizer que há um modo capitalista de viver, de sentir e de pensar.

A expressão da ideologia na sociedade capitalista pressupõe a elaboração de um discurso homogêneo, pretensamente universal, que, buscando identificar a realidade social com o que os membros da classe dominante pensam sobre ela, silencia discursos e representações contrários.

Esse discurso homogêneo não leva em conta a história e destaca categorias genéricas – a família ou a juventude, por exemplo –, passando, em cada caso, uma ideia de unidade, de uniformidade. Ora, existem famílias com constituições diferentes e em situações econômicas e sociais diversas. Há jovens que vivem nas periferias das cidades ou na zona rural, enfrentando dificuldades, bem como jovens que moram em bairros luxuosos ou condomínios fechados, desfrutando de privilegiada situação econômica ou educacional. Portanto, não há a família e a juventude, mas famílias e jovens diversos, produzindo e vivendo histórias distintas e, ao mesmo tempo, em alguma sintonia umas com as outras.

Geerson Gerloff/Pulsar Imagens



Getty Images/Image Source

À esquerda, jovem agricultora selecionando folhas de fumo cultivadas em sua propriedade rural, em Restinga Seca, Rio Grande do Sul, 2013. À direita, jovem universitária estudando em biblioteca. As oportunidades são iguais para todos?

Outra manifestação ideológica na sociedade capitalista é a de que se vive em uma comunidade sem muitos conflitos e contradições. As expressões mais claras disso são as concepções de nação ou de região como determinado país ou espaço geográfico definido. Essas concepções passam a visão de que há uma comunidade de interesses e propósitos partilhados por todos os que vivem num país ou num espaço específico. Ficam assim obscurecidas as diferenças sociais, econômicas e culturais, bem como se apagam os conflitos entre os vários grupos e classes, enfatizando-se uma unidade que não existe. Um exemplo disso é a atribuição de determinadas características a toda uma região que tem em seu interior uma diversidade muito grande.

É comum, por exemplo, pensar que existe no Brasil um “nordestino ou um sulista” típicos, como se todas as pessoas que residem no Nordeste ou no Sul fossem iguais, não havendo conflitos e contradições. Essa ideia é uma construção ideológica, normalmente repleta de preconceitos que impedem a compreensão da realidade social brasileira, suas distorções e, de modo ainda mais evidente, suas práticas de discriminação e violência.

Existem, ainda, outras formas ideológicas que são desenvolvidas sem muito alarde e que penetram nosso cotidiano. Uma delas é a ideia de felicidade, que, para muitos, é um estado relacionado ao amor, mas também à estabilidade financeira e profissional, significando bem-estar existencial e material. Entre as várias situações relacionadas à felicidade, porém, a mais focalizada é a amorosa. Apesar de todas as condições adversas que um indivíduo possa enfrentar, os filmes, as novelas e as revistas estão constantemente reforçando o lema: “o amor vence todas as dificuldades”.

Talvez a maior de todas as expressões ideológicas encontradas no cotidiano seja a ideia de que o conhecimento científico é verdade inquestionável. Muitas pessoas podem não acreditar em uma explicação oferecida por campos do conhecimento que não são considerados científicos, mas basta dizer que se trata de resultado de pesquisa ou informação de um cientista para que a tomem como verdadeira e passem a orientar suas práticas cotidianas por ela. Da busca do sentido da vida às possibilidades de sucesso, a ciência é vista como solução para todos os problemas, males e enigmas.

Ora, nada está mais distante do conhecimento científico do que a ideia de verdade absoluta e a pretensão de explicar todas as coisas. A ciência nasceu e se desenvolveu questionando as explicações dadas a situações e fenômenos, e continua se desenvolvendo com base no questionamento dos próprios resultados. O pensamento científico é histórico e tem validade temporária, sendo a dúvida seu valor maior.

Mas o conhecimento científico, quando analisado da perspectiva de um pensamento hegemônico ocidental, adquire um caráter colonialista, pois o que é particular (ocidental) se universaliza e se transforma em um paradigma que nega outras formas de explicar e conhecer o mundo. Assim, desqualifica outras culturas e saberes, tidos como inferiores e exóticos, como o conhecimento das civilizações ameríndias, orientais e árabes.

Num certo sentido, ao se transformar em cientificismo (com o “ismo” dando a ideia de doença, mal-estar), a ciência se aproxima dos dogmas e obscurantismos que tanto combateu nas ideologias religiosas que dominavam a consciência humana nas sociedades pré-modernas. Passa a ser, assim, um novo tipo de dominação, de verdade “inquestionável”.

Marlon Falcão/Fotoarena



O conhecimento científico é considerado inquestionável, principalmente quando resultados de pesquisa são veiculados pelos meios de comunicação. Mas, afinal, não é o questionamento o combustível do conhecimento científico? Na imagem, o pesquisador Alex Kellner em entrevista no Rio de Janeiro, 2013, sobre uma recente descoberta.

O currículo “vitaminado”

Você já deve estar pensando em fazer o seu *curriculum vitae* e sabe o que deverá incluir nele.

O documento que registra nossa passagem pela vida produtiva foi bem analisado pelo filósofo brasileiro Leandro Konder (1936-2014), em um artigo intitulado “O *curriculum mortis* e a reabilitação da autocrítica”. Nesse artigo, Konder diz que o *curriculum vitae* é a ponta do iceberg de nossa visão triunfalista da vida, pois nele só escrevemos o que consideramos um sucesso em nossa carreira. Em suas palavras:

O *curriculum vitae* [...] é o elemento mais ostensivo de uma ideologia que nos envolve e nos educa nos princípios do mercado capitalista; é a expressão de uma ideologia que inculca nas nossas cabeças aquela “mentalidade de cavalo de corrida” a que se refere a escritora Dóris Lessing. Não devemos confessar o elevado coeficiente de fracasso de nossas existências, porque devemos ser “competitivos”. Camões, o genial Camões, autor de tantos poemas líricos maravilhosos, não poderia colocar em seu *curriculum vitae* o verso famoso: “Errei todo o discurso dos meus anos”.

A ideologia que se manifesta no *curriculum vitae*, afinal, aumenta as nossas tensões internas, porque nos dificulta a lucidez e a coragem de assumir o que efetivamente somos; nos obriga a vestir o uniforme do “super-homem”, a afetar superioridades artificiais. Além disso, ela incita à mentira, gera hipocrisia. Por sua monstruosa unilateralidade, a imagem do vitorioso, que ela nos obriga a exibir, empobrece o nosso conhecimento de nós mesmos, prejudica gravemente a sinceridade da nossa autoanálise. [...]

O que aconteceu de errado, os tropeços, as quedas e os fracassos não aparecem no *curriculum*, quando na maioria das vezes são a maior parte das ocorrências. Por isso, o filósofo propõe que façamos nosso *curriculum mortis* e registremos nele tudo o que não deu certo. Será uma maneira de fazer autocrítica: o primeiro passo para desenvolver a capacidade de criticar e ser criticado e, ainda, ampliar a autoestima. Para destacar a importância e a necessidade da autocrítica, Konder faz as seguintes considerações:

[...] Como superar o estreitamento dos nossos horizontes, provocado pelo mercado hipercompetitivo, que nos joga constantemente uns contra os outros? Os mecanismos do mercado forçam as pessoas a buscar lucros cada vez maiores, a disputar um lugar de trabalho melhor remunerado, ameaçam-nas com o desemprego e a miséria, intimidam-nas com a falência; além disso, disseminam a insegurança e produzem a cristalização não só dos interesses materiais como dos modos de sentir e de pensar. Fortalece-se, nas criaturas, a exigência de forjar álibis.

[...]

Forjamos para nós imagens que nos ajudem a viver; e nos apegamos a elas. O autoritário se apresenta como “enérgico” e “corajoso”; o oportunista, como “prudente” ou “realista”; o covarde, como “sensato”; o irresponsável, como “livre”. Não existe nenhuma tomada de posição no plano político ou filosófico que, por si mesma, imunize a consciência contra a ação desses mecanismos. Somos todos divididos, contraditórios. Por isso mesmo, precisamos promover discussões, examinar e reexaminar a função interna das nossas racionalizações. Quer dizer: precisamos realizar permanentemente um vigoroso esforço crítico e autocrítico.

A autocrítica é de uma importância decisiva. É por ela que passa o teste da superação do conservadorismo dentro de nós. Um conservador – é claro – pode fazer autocrítica; mas, se a autocrítica for feita mesmo para valer, ele seguramente não estará sendo conservador no momento em que a fizer. [...]

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 53-61.

1. Considerando as desigualdades sociais que se observam no Brasil, indique possíveis efeitos do culto ao sucesso pessoal e das exigências relacionadas ao currículo.
2. Dê exemplos de coisas fundamentais em nossa vida que não se resumem à *performance* e ao sucesso.
3. Escreva seu *curriculum mortis*, ou seja, uma relação das coisas que não deram certo em sua vida. Procure analisar as razões dos insucessos.

A indústria cultural e a difusão de ideologias

30

capítulo

No mundo contemporâneo, as comunicações se ampliaram em escala global: cotidianamente, entre outras atividades, pode-se assistir à televisão, fazer pesquisas na internet, contatar amigos por *e-mail*, receber e enviar mensagens instantâneas, acessar *sites* de relacionamento, ler jornais e revistas publicados em todo mundo, escutar programações de rádio nas mais diferentes escalas, local, regional, nacional e mundial. De que maneira a Sociologia reflete sobre tudo isso?

Os pensadores alemães Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) criaram o conceito de indústria cultural em 1947, quando escreveram o texto “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, parte da obra *Dialética do esclarecimento*. Nele, afirmaram que esse conceito permitia explicar o fenômeno da exploração comercial e a banalização da cultura. Adorno e Horkheimer utilizam “indústria cultural” no lugar de “cultura de massa”, pois esta daria a ideia de que há uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, quando o que ocorre é um processo ao contrário, ou seja, são produzidos bens culturais adaptados ao consumo das massas que em grande medida determinam esse consumo. Assim, o consumidor não é o sujeito que determina o que se produz, mas o seu objeto, aquele que simplesmente consome o que é produzido. Quem produz os bens culturais cria o seu consumidor e o seu consumo.

A preocupação básica de Adorno e Horkheimer era a emergência de empresas interessadas na produção em massa de bens culturais, como se fossem mercadorias (roupas, automóveis, sabonetes etc.). Essas empresas visam exclusivamente ao consumo, tendo como fundamentos a lucratividade e a adesão incondicional ao sistema dominante.

Nos filmes de ação, por exemplo, o espectador é tranquilizado com a promessa de que o vilão terá um castigo merecido. Tanto os sucessos cinematográficos quanto os musicais parecem dizer que a vida tem sempre as mesmas tonalidades e que é recomendável a todos se habituar a seguir os compassos previamente marcados. Dessa forma, o sujeito se sente integrado a uma sociedade imaginária, sem conflitos e sem desigualdades.

Adorno e Horkheimer apontaram a possibilidade de homogeneização das pessoas, grupos e classes sociais. Colocando a felicidade nas mãos dos consumidores mediante a compra de alguma mercadoria ou produto cultural, a indústria cultural seduziria todas as classes, reforçando e estimulando a uniformização dos modos de pensar, agir e sentir.

nas palavras de ADORNO

Indústria cultural e ideologia

Dependência e servidão dos homens, objetivo último da indústria cultural, não poderiam ser mais fielmente caracterizados do que por aquela pessoa estudada numa pesquisa norte-americana, que pensava que as angústias dos tempos presentes teriam fim se as pessoas se limitassem a seguir as personalidades preeminentes. A satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente lhes propicia. O efeito de conjunto da indústria cultural é o de uma autodesmistificação, [...], a saber, a dominação técnica progressiva se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvar e desabrochar senão através de homens não tutelados. Se as massas são injustamente difamadas do alto como tais, é também a própria indústria cultural que as transforma nas massas que ela depois despreza, e impede de atingir a emancipação, para a qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam.

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1971. p. 294-295.

Antes dos autores de *Dialética do esclarecimento*, a relação entre cultura e ideologia foi analisada pelo pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) ao demonstrar que esses dois conceitos não podem ser utilizados separadamente, pois há uma profunda relação entre eles, sobretudo no que diz respeito ao processo de dominação nas sociedades capitalistas.

Ele desenvolve a análise com base no conceito de **hegemonia** (palavra de origem grega que significa "supremacia", "preponderância") e no que ele chama de aparelhos privados de hegemonia.

Por hegemonia pode-se entender o processo pelo qual uma classe dominante consegue que seu projeto seja aceito pelos dominados, desarticulando a visão de mundo autônoma de cada grupo potencialmente adversário. Isso é feito por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que são instituições no interior do Estado ou fora dele, como o sistema escolar, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos e os meios de comunicação. Nesse sentido, cada relação de hegemonia é sempre pedagógica, pois envolve uma prática de convencimento, de ensino e aprendizagem.

Para Gramsci, uma classe se torna hegemônica quando, além do poder coercitivo e policial, utiliza a persuasão, produz o consenso, que é desenvolvido mediante um sistema de ideias muito bem elaborado por intelectuais a serviço do poder, para convencer a maioria das pessoas. Por esse processo, cria-se uma "cultura dominante efetiva", que deve penetrar no senso comum de um povo, com o objetivo de demonstrar que a visão de mundo daquele que domina é a única possível.

A ideologia não é o lugar da ilusão e da mistificação, mas o espaço da dominação, que não se estabelece somente com o uso legítimo da força pelo Estado, mas também pela direção moral e intelectual da sociedade como um todo, baseada nos elementos culturais de cada povo.

Mas Gramsci aponta também a possibilidade de haver um processo de **contra-hegemonia**, desenvolvido por intelectuais orgânicos, vinculados à classe

trabalhadora, na defesa de seus interesses. Contrapondo-se à inculcação dos ideais burgueses por meio da escola, dos meios de comunicação de massa etc., eles combatem nessas mesmas frentes, defendendo outra forma de “pensar, agir e sentir” na sociedade em que vivem.

nas palavras de GRAMSCI

Diferenciando as ideologias

É necessário [...] distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são arbitrárias, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma).

COUTINHO, Carlos Nelson. *Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.147-148.

O sociólogo franco-argelino Pierre Bourdieu (1930-2002) desenvolveu vários conceitos, como **poder simbólico**, **violência simbólica** e **dominação simbólica**, para identificar formas culturais que impõem e fazem que se aceite como normal (como uma verdade que sempre existiu e não pode ser questionada) um conjunto de regras não escritas nem ditas. Ele usa a palavra grega *doxa* (que significa “opinião”) para designar esse tipo de prática social estável, tradicional, em que o poder social aparece como algo absolutamente natural.

Dessa ideia nasce o que Bourdieu define como “naturalização da história”, condição em que os fatos sociais (sejam quais forem, grandes ou pequenos) passam a ser vistos como parte da paisagem social, uma verdade que se revela de forma inevitável e incombustível, tornando-se “verdade” para todos. Um exemplo disso é a dominação masculina, vista em sociedade como algo “natural”, já que as mulheres são “naturalmente” mais fracas e sensíveis e, portanto, devem se submeter aos homens. Muitos aceitam essa ideia e dizem que “isso foi, é e será sempre assim”.

Bourdieu afirma que é pela cultura que os dominantes garantem o controle simbólico (ideológico), desenvolvendo uma prática cuja finalidade é manter o distanciamento entre as classes sociais. Assim, existem práticas sociais e culturais que distinguem quem é de uma classe ou de outra: os “cultos” têm conhecimentos científicos, artísticos e literários que os opõem aos “incultos”. Isso é resultado de uma imposição cultural (violência simbólica) que define o que é “ter cultura”.

Já Michel Foucault (1926-1984) contribuiu de modo muito interessante para a compreensão da disseminação de certas ideias e práticas em sociedade. O autor de *Vigiar e punir* considerava que não existe um único poder central e irradiador de pressões violentas e deformadoras da consciência. O que há são redes de influência que levam discursos e ações de um lado a outro, configurando inúmeras “microfísicas de poder”, um rico conceito de Foucault para expressar as relações de dominação nos mais singelos e aparentemente triviais níveis da vida.

Assim, o policial, o professor, o burocrata de uma simples repartição pública, o apresentador de um programa televisivo, todos impõem pareceres e



Angeli

Charge de Angeli. Naturalização da corrupção: “Isso foi, é e será sempre assim”.

condicionam o comportamento humano, produzindo o que Foucault chama de sujeitamento dos indivíduos, que passam a agir com pouca liberdade e incontáveis limitações.

Nesse sentido, pode-se pensar numa indústria de valores e atitudes que se tornam válidos e devem ser vistos como indispensáveis à formação do “bom sujeito”, do cidadão “ordeiro e correto”. Com técnicas de disciplinamento do corpo e da alma (elaboradas e praticadas no interior de presídios, escolas, fábricas, igrejas e todo tipo de organização), é definida uma forma de ser “normal”, fato que acaba por desestimular consciências rebeldes e ações efetivamente transformadoras.

A indústria cultural e a vida cotidiana

De todos os meios de comunicação que compõem a indústria cultural, a televisão é o mais forte agente de informações e de entretenimento, embora pesquisas recentes já demonstrem que ela pode ser desbancada pela internet na massificação da informação. Em países como o Brasil, por exemplo, devido aos altos índices de pobreza material e exclusão social – além dos péssimos resultados educacionais na formação de indivíduos autônomos e intelectualmente independentes –, a televisão alcança um número gigantesco de pessoas. Os aparelhos de TV estão presentes na maioria das residências, mesmo nas regiões mais longínquas e esquecidas. Ainda assim, levando-se em conta que o acesso à rede mundial de computadores se amplia diariamente no país e em todo o mundo, alterando a maneira como as pessoas se informam sobre a realidade, pode-se declarar que a análise de Adorno e Horkheimer, desenvolvida em 1947, está ultrapassada ou mantém seu poder de explicação?

Observando que o que mudou foram a tecnologia dos meios de comunicação, as formas de mistificação que adotam e a apresentação da embalagem dos produtos, podemos afirmar que o conceito de indústria cultural conserva o mesmo poder de explicação. Os produtos culturais aparecem com invólucros cada vez mais esplendorosos, pois a cada dia são maiores as exigências para prender a atenção dos indivíduos. Produtos de baixa qualidade têm a oferta justificada pelo argumento de que atendem às necessidades das pessoas que desejam apenas entretenimento e diversão, sem se preocupar com o caráter educativo ou cultural do que consomem. Mas isso é falso, uma vez que esses produtos são oferecidos tendo

Pessoas em frente a um estabelecimento comercial assistem à programação televisiva. A televisão é um meio de comunicação que atinge milhões de pessoas no Brasil e no mundo. São Paulo, 2010.



Karime Xavier/Folhapress

em vista o objetivo puro e simples de as empresas obterem lucros. Por meio de propaganda intensa, elas criam desejos artificiais e temporários, com a implícita necessidade de consumir mercadorias que logo serão substituídas por outras, mais “modernas” e rentáveis.

O “mundo maravilhoso” e sem diferenças está presente nos programas de televisão, que mostram guerras, mortes, miséria e opressão como tragédias que atingem “o outro” e estão fora do alcance do espectador: como sempre foi assim, é inútil e desnecessário melhorar o que aí está.

Preocupado com o que a televisão vem fazendo em termos culturais, o cientista social italiano Giovanni Sartori (1924-), em seu livro *Homo videns: televisão e pós-pensamento* (2001), reflete sobre esse meio de comunicação. Retomando a história das comunicações, ele destaca o fato de que as civilizações se desenvolveram quando a transmissão de conhecimento passou da forma oral para a escrita. Até o surgimento da imprensa, em 1440, a transmissão de conhecimentos era muito restrita. Foi com Johannes Gutenberg (1398-1468) e a invenção da imprensa que ocorreu o grande salto tecnológico que permitiu a muitas pessoas o acesso à cultura escrita.

No século XIX, além do desenvolvimento da imprensa, que possibilitou a crescente produção de jornais e livros, outros avanços tecnológicos permitiram a diversificação das comunicações. Foram então inventados o telégrafo e o telefone, que facilitaram a comunicação entre pessoas a grandes distâncias. O rádio foi o primeiro meio capaz de eliminar as distâncias em termos sociais mais amplos. Mas todos esses meios mantinham-se no universo da comunicação puramente linguística, escrita ou falada.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX apareceu o cinema, primeiro mudo e depois falado, inaugurando outro universo de comunicação, no qual a imagem se tornou fundamental. A televisão, nascida em meados do século XX, como o próprio nome indica (*tele-visão* = “ver de longe”), trouxe à cena um elemento completamente novo, em que o **ver** tem preponderância sobre o **ouvir**. A voz dos apresentadores é secundária, pois é subordinada às imagens que comenta e analisa. As imagens contam mais do que as palavras.

A televisão oferece a possibilidade de ver tudo sem sair do universo local. Assim, como analisa Sartori, além de um meio de comunicação, a televisão é um elemento que participa da formação dos indivíduos e pode gerar um novo tipo de ser humano. Essa consideração está baseada na observação de que as crianças, em várias partes do mundo, passam muitas horas diárias vendo televisão antes de saber ler e escrever. Isso dá margem a um tipo de formação centralizado na capacidade de ver.

Se o que torna o ser humano diferente dos outros animais é a capacidade de abstração, a televisão, para Sartori, “[...] inverte o progredir do sensível para o inteligível, virando-o em um piscar de olhos [...] para um retorno ao puro ver. Na realidade, a televisão produz imagens e apaga os conceitos; mas desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração e com ela toda a nossa capacidade de compreender”. Então, o *Homo sapiens* está sendo substituído pelo *Homo videns*, ou seja, o que importa é a imagem, é o ver, e não o compreender.

nas palavras de ARBEX JR. e TOGNOLI

O circo-TV de cada dia

A televisão, que tem a capacidade de transmitir imagens ao vivo de qualquer parte do planeta durante as 24 horas do dia, nos dá a ilusão de trazer o mundo inteiro para dentro de nossas casas. [...] Já nem nos damos ao trabalho de parar para refletir [...]. Em geral, ficamos satisfeitos com aquilo que a televisão transmite e com os comentários de “especialistas”, que acabamos esquecendo tão logo outro assunto nos chame mais a atenção. [...] Em princípio qualquer assunto é matéria televisiva. Da Guerra do Golfo ao jovem que matou a família com requintes de crueldade, do jogo de futebol a um programa de auditório que promove encontros entre pessoas

interessadas em namorar. Não há assunto proibido, não há restrições que resistam à programação diária. Todos os ângulos da vida são “cobertos” pela televisão, qualquer espaço se tornou um espaço de representação diante das câmeras. Todas as chagas são expostas, todos os dramas são explorados, tudo é devorado pela curiosidade voraz dos espectadores.

ARBEX JR., José; TOGNOLI, Cláudio Júlio. *O mundo pós-moderno*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 11-12.

Sem saída?

Várias críticas foram feitas à ideia de que a indústria cultural estaria destruindo a capacidade humana de discernimento. A partir das ideias formuladas por Walter Benjamin (1892-1940), companheiro de trabalho de Theodor Adorno, é possível fazer algumas observações sobre esse fenômeno.

De acordo com Benjamin, não era preciso ser tão radical na análise das novas formas de comunicação (que depois seria chamada de indústria cultural), posto que elas poderiam ajudar a desenvolver o conhecimento, levando a arte e a cultura a um número maior de pessoas. Para ele, no passado, as obras de arte estavam a serviço de um grupo pequeno de indivíduos, de uma classe privilegiada. Com as novas técnicas de reprodução – como a fotografia e o cinema –, essas obras passaram a ser difundidas entre outras classes sociais. A imagem em uma pintura, que tinha unidade e duração, foi substituída pela fotografia, que pode ser reproduzida indefinidamente. Embora analise a questão com mais abertura, Benjamin não perde de vista a ideia de que o capitalismo utiliza as novas técnicas a seu favor.

Que a ideologia dominante está presente em todos os produtos da indústria cultural é evidente, mas não se pode dizer que exista uma manipulação cultural integral e avassaladora, pois isso significa declarar que os indivíduos não pensam, apenas absorvem e reproduzem automaticamente o que recebem. É verdade que muitos indivíduos tendem a reproduzir o que veem ou leem, pois uma parcela significativa da população não dispõe das informações necessárias para questionar o que vê e ouve. Outros, entretanto, selecionam o que recebem, filtram e reelaboram a informação.

As relações sociais cotidianas são muito diversas e formam uma rede de informações que mescla várias fontes. Ademais, a capacidade de perceber e avaliar aquilo que os sentidos recebem é muito diversa. Pesquisando a ação da indústria cultural, percebe-se que os indivíduos não aceitam pacificamente tudo o que lhes é imposto. Exemplo disso é a dificuldade que essa indústria tem de convencer as pessoas de forma imperativa e sem questionamentos. Essa dificuldade fica evidente na necessidade de inventar e reinventar constantemente campanhas publicitárias ou de direcioná-las a públicos específicos.

Desse modo, é possível observar um processo de resistência – o que Antonio Gramsci chama de contra-hegemonia –, mesmo que pequeno, dentro e fora da indústria cultural. Nas empresas de comunicação há trabalhadores que procuram apresentar críticas ao que nelas se produz, propiciando, assim, elementos para o desenvolvimento de um pensamento divergente.

Há ainda indivíduos que criticam o que se faz na televisão, no cinema e em todas as áreas culturais. Outros procuram criar canais alternativos de informação sobre o que acontece no mundo, desenvolver produções culturais não massificadas ou manter canais de informação e crítica constantes em *sites* e *blogs* na internet. Não se pode esquecer também dos movimentos culturais que desenvolvem produções específicas de seus povos e grupos de origem.

O mundo que o Facebook criou?

O pensamento complexo encontra tão pouco espaço no FB quanto em qualquer outro lugar, e menos que na imprensa.

[...] O Facebook criou um novo mundo? Co-mecemos por uma das principais discussões dos últimos cem anos: rupturas tecnológicas causam mudanças sociais? [...] Aparentemente, não há uma resposta única para a pergunta. Mas há uma tendência do pensamento conservador a depreciar as causas sociais e a enfatizar as invenções técnicas. Estou convicto de que é preciso analisar caso a caso, o que leva a uma resposta matizada, mas com maior acento nos determinantes sociais. Estes não são “causas”, mas oportunidades e caixas de ressonância.

Como fica o Facebook nesse quadro? O mundo das redes sociais é muito diferente de tudo o que houve antes. Realiza os 15 minutos de fama que Andy Warhol predizia para todos nós. Pessoalmente, desde que eclodiu a internet, sonhei que ela criasse uma nova ágora, a maior da história. A ágora era a praça em que se juntavam os cidadãos, na Atenas antiga, para decidir sobre assuntos públicos. [...] Mas há algo parecido no Facebook? Em dois anos de frequência constante, só notei a degradação do debate. Li há poucas semanas que o FB teria aperfeiçoado (sic) o algoritmo que escolhe o que você vê no seu “feed de notícias”: a rede destacaria, na sua página, posts de quem tem gostos ou valores parecidos. Deve ser por isso que nunca vejo posts de homófobos ou de fascistas; mas, pela mesma razão, recebo poucos posts de quem discorda de mim na política ou na sociedade. Isso é lamentável: o contato com a diferença se reduz a pouco.

Pode ser então que a tecnologia até refreie o debate. Ela abriu um grande espaço de discussão com o Facebook, mas o fechou ao só juntar os parecidos. Mas isso resulta de uma invenção técnica, ou de uma demanda social? Porque nosso tempo é marcado por um forte narcisismo (“Faces, estou na praia!”), a vontade de encontrar

almas gêmeas ou mesmo clones, em suma, a indisposição à diferença, ao diálogo, ao debate. Em particular no Brasil, onde a convicção democrática do respeito a quem pensa diferente de nós quase não existe.

Porque, e este é o segundo ponto, mesmo ali onde a tecnologia não bloqueia o diálogo, este não acontece. [...] O pensamento complexo encontra tão pouco espaço no FB quanto em qualquer outro lugar – e menos que na imprensa, que no Brasil já não é exemplar pela disposição a mostrar o outro lado, a promover o diálogo. [...] O que temos no Brasil é, na imprensa, um discurso dominante de oposição ao governo e à esquerda, e nos blogs de esquerda o contrário exato disso. Há um enfrentamento externo de opiniões, mas não a compreensão de que o pensamento deve ser, em seu próprio interior, marcado pela dúvida e o autoquestionamento. Este é um traço da cultura política brasileira, ou da ausência de tal cultura; nosso déficit democrático, para o qual não vejo chance de mudança a curto prazo.

O virtual será então uma lupa sobre o real, uma ampliação do que acontece na realidade, no mundo da presença? Não é só isso; ele retira gente da solidão; para os perseguidos ou os isolados, é um bálsamo, porque multiplica seus amigos e associados. Mas ele evidencia também nossa deficiência democrática, que é difícil de sanar, justamente porque a solução não depende da tecnologia, mas da sociedade.

RIBEIRO, Renato Janine. *O mundo que o Facebook criou?*
Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3000242/o-mundo-que-o-facebook-criou#ixzz2KPKc4Up5>>.
Acesso em: 20 jan. 2016.

1. Conforme o texto, o Facebook tem sido um espaço não para o debate entre pessoas que pensam de forma diferente, mas sim um campo para aqueles que têm quase as mesmas ideias. Você concorda com isso ou pensa que as redes sociais promovem a diversidade de opiniões e a ampliação do debate político?

A internet e as novas formas de sociabilidade

A rede mundial de computadores, por meio da qual indivíduos do mundo todo se conectam e trocam arquivos, notícias e impressões, é um fenômeno cada vez mais generalizado, que atinge e abarca diferentes culturas e visões. Com novas tecnologias sendo criadas a todo momento, a popular “internet” – um nome próprio integrado às principais línguas regionais e universais – é cada vez mais veloz, diversificada e atrai adeptos que se multiplicam diariamente.

A internet originou-se de um projeto militar desenvolvido nos Estados Unidos, na década de 1960. Naquele período, questionava-se como as autoridades estadunidenses poderiam comunicar-se caso houvesse uma guerra nuclear. Se isso acontecesse, toda a rede de comunicações poderia ser destruída e haveria necessidade de um sistema sem controle central, baseado numa rede em que a informação circularia sem uma autoridade única.

Assim nasceu um sistema no qual as informações são geradas em muitos pontos e não ficam armazenadas em um único lugar. Esses pontos, por sua vez, podem gerar informações independentes, de tal modo que, se um ou alguns fossem destruídos, os outros continuariam retendo e gerando informações independentes. Na década seguinte, esse modelo foi utilizado para colocar em contato pesquisadores de diferentes instituições universitárias. A partir daí se desenvolveu uma forma de comunicação entre indivíduos, grupos e instituições sociais sem um poder centralizador, o que permitiu que uma nova era, de descentralização do processo de produção e distribuição da informação, fosse iniciada.

É possível, então, que a internet seja considerada um dos meios de comunicação mais democráticos, já que amplia o acesso a informações variadas e pouco controladas. E não só isso: a rede mundial de computadores também contribui para a popularização de imagens, sons, vídeos, textos e documentos variados. Todo tipo de informação, arquivo ou objeto cultural, praticamente inacessível a um número expressivo de pessoas em anos anteriores, ganha visibilidade e portabilidade na internet, uma vez que pode ser acessado de qualquer lugar, por meio de *notebooks*, *tablets* e *smartphones* cada vez mais avançados e repletos de funções.

Dois fenômenos interessantes à reflexão sociológica se potencializam com a expansão dos domínios da internet: a questão da leitura e da escrita e as práticas nas chamadas redes sociais.

A leitura e a escrita digitais

É verdade que a internet favorece os hábitos de leitura e escrita. Por força da quantidade imensurável de *sites*, *blogs*, portais de notícias e entretenimento disponíveis na rede (num número que cresce diariamente), é impossível se desviar da necessidade do contato com letras, palavras e sentenças. A questão, contudo, é outra: que tipo de leitor a internet privilegia e incentiva?

Os jovens deste século XXI, imersos numa cultura muito virtual e pouco literária, estimulados pela “pressa” e pelo pragmatismo (que os impele a resultados imediatos e vantagens pessoais) leem e escrevem sempre de modo sucinto, “comendo” frases inteiras e abreviando tudo. Trata-se, portanto, de uma comunicação cifrada, “tribalizada”, que se insere mal em contextos mais abrangentes, em espaços ocupados por pessoas que não pertencem aos seus grupos de relacionamento.

As comunidades virtuais que se formam a partir de grupos de amigos e contatos previamente filtrados deram impulso à criação e à rápida expansão das redes sociais, como Orkut, Facebook, WhatsApp, Instagram e outros que vão sendo criados na velocidade da internet. Por meio desses *sites* ou aplicativos (um tipo de *software* para aparelhos celulares e de uso pessoal), ocorrem interações e trocas de arquivos e informações, ações que reúnem famílias, colegas de escola ou trabalho, conhecidos e até desconhecidos, além de veículos de comunicação, empresas, autoridades e celebridades que criam suas próprias páginas pessoais e contam com a adesão de seguidores e curtidores.

Relações sociais através de smartphones

As grandes transformações provocadas pela internet, contudo, afetam também o modo como a sociedade se organiza e divide aquilo que elabora e constrói coletivamente. Um exemplo desse fato é a febre dos *smartphones*. Os jovens, principalmente, tornaram seus aparelhos celulares – dispositivos móveis com recursos capazes de fotografar, tocar músicas e acessar a internet – uma extensão do corpo. Nos pontos de ônibus, nos bares e restaurantes, nas filas de banco e supermercado, nas salas de aula e de cinema, enfim, em toda parte, vivem presos a esses aparelhos que dissolvem relações sociais e esfriam o calor dos contatos humanos.

Reuniões e almoços em família, conversas sobre leituras de livros, jogos de bola na praça, encontro de amigos para juntos ouvirem um lançamento musical em LP ou CD e outros feitos que despertavam o olhar para o outro, fortalecendo o interesse pelo convívio e a curiosidade em relação a ideias e práticas diferentes, vêm sendo reorientados pela expansão da internet. A regra básica agora parece ser a da individualização e a do teclar solitário. Por meio da tela do computador, a realidade é vivida de maneira anônima, com pouco diálogo e uma boa dose de indiferença em relação aos assuntos coletivos, como a política, a economia e os rumos da vida em sociedade.

Em pouco tempo houve uma mudança significativa no cotidiano familiar. Fazendo um exercício de simulação, torna-se interessante observar o ambiente de uma típica família de classe média urbana brasileira. Numa casa

Com quem é mais fácil conversar? Com quem divide o espaço físico no qual você se insere ou com amigos e conhecidos que moram do outro lado do mundo? Muitas pessoas, às vezes inconscientemente, privilegiam o convívio virtual e desprezam o contato humano.

Foto/Alamy Stock Photo/Fotoarena



onde havia sala de jantar, os familiares se reuniam nas refeições, olhavam-se mutuamente e havia muita conversa, risadas, choros e de tudo um pouco, a televisão foi chegando de mansinho e a sala de jantar foi, pouco a pouco, perdendo o lugar especial. Os familiares passaram a se reunir mais no sofá, ombro a ombro, com a tela na frente, e as conversas eram laterais, fugidias, posto que havia outro centro de atenção. Dependendo do programa exibido na tela mágica, ria-se ou chorava-se – e, se fosse futebol, podia até haver briga. Mas os familiares estavam juntos e perto uns dos outros. Aí, chegou o computador e, logo depois, o telefone celular de todos os tipos e, mais tarde um pouco, os *notebooks* e *tablets*. Cada um foi de vez para o seu canto. A presença da família na sala de jantar diminuiu muito e, quando se está junto, há muitos aparelhos plugados ao lado do prato, como se fossem um dos talheres. A televisão se tornou algo fora de moda. Os familiares estão todos interligados por máquinas grandes e pequenas. Os contatos pessoais, o olho no olho, a raiva, a tristeza, a alegria etc. parecem que se resumem a ícones preestabelecidos pelos programadores.

Ao mesmo tempo, porém, a internet permite pensar a democratização efetiva das opiniões e a abertura da comunicação de massa para vozes antes silenciadas. As redes sociais, os *blogs* e os canais de informação que podem ser criados gratuitamente por qualquer pessoa surgem como oportunidade de tornar mais livre a circulação de ideias, fazendo-a menos rígida, menos controlada. É nesse sentido que, aliada a bons processos educacionais e à valorização de bens culturais inteligentes e inspiradores, a internet pode vir a ser um instrumento indispensável para a promoção dos direitos dos cidadãos.

Nesses termos, o uso das redes sociais, embora apresente episódios muito interessantes de exercício coletivo da cidadania e posicionamento crítico por parte de muitos usuários, tende a girar em torno de temas privados ou que circulam nos grandes veículos de imprensa, o que implica a atualidade – agora “informatizada” – do conceito de indústria cultural mais uma vez. Em essência, uma rápida navegação por perfis aleatórios no Facebook, por exemplo, irá revelar de modo muito evidente aquilo que o sociólogo estadunidense Richard Sennett (1943-) chamou de tirania da intimidade, ou seja, a predisposição de milhões de indivíduos em tornar público aquilo que deveria ficar no espaço privado e doméstico da vida.

As manifestações de junho de 2013 foram, no Brasil, o primeiro grande registro de mobilizações via redes sociais. Em segundos, milhares de pessoas recebiam e compartilhavam informações sobre quando e onde ocorreriam os protestos. Imagens das manifestações eram publicadas nas redes sociais e instantaneamente acessadas por outras milhares de pessoas. Na imagem, manifestantes protestam em frente ao Congresso Nacional, Brasília (DF), 2013.



Evairisto Sá/AFP

O analfabeto midiático

Ele ouve e assimila sem questionar, fala e repete o que ouviu, não participa dos acontecimentos políticos, aliás, abomina a política, mas usa as redes sociais com ganas e ânsias de quem veio para justificar o mundo. [...] *Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.* E que elas – na era da informação instantânea de massa – são muito influenciadas pela manipulação midiática dos fatos. Não vê a pressão de jornalistas e colunistas na mídia impressa, em emissoras de rádio e tevê – que também estão presentes na internet – a anunciar catástrofes diárias na contramão do que apontam as estatísticas mais confiáveis. Avanços significativos são desprezados e pequenos deslizos são tratados como se fossem enormes escândalos. O objetivo é desestabilizar e impedir que políticas públicas de sucesso possam ameaçar os lucros da iniciativa privada. [...]

O analfabeto midiático é tão burro que se orgulha e estufa o peito para dizer que viu/ouviu a informação no Jornal Nacional e leu na Veja, por exemplo. Ele não entende como é produzida cada notícia: como se escolhem as pautas e as fontes, sabendo antecipadamente como cada uma delas vai se pronunciar. Não desconfia que, em muitas tevês, revistas e jornais, a notícia já sai quase pronta da redação, bastando ouvir as pessoas que vão confirmar o que o jornalista, o editor e, principalmente, o “dono da voz” (obrigado, Chico Buarque!) quer como a verdade dos fatos. Para isso as notícias se apoiam, às vezes, em fotos e imagens. [...]

O analfabeto midiático não percebe que o enfoque pode ser uma escolha construída para chegar a conclusões que seriam diferentes se outras fontes fossem contatadas ou os jornalistas narrassem os fatos de outro ponto de vista. O analfabeto midiático imagina que tudo pode ser compreendido sem o mínimo de esforço intelectual. Não se apoia na filosofia, na sociologia, na história, na antropologia, nas ciências política e econômica – para não estender demais os campos do conhecimento – para compreender

minimamente a complexidade dos fatos. Sua mente não absorve tanta informação e ele prefere acreditar em “especialistas” e veículos de comunicação [...]. Lê pouquíssimo, geralmente “best-sellers” e livros de autoajuda. Tem certeza de que o que lê, ouve e vê é o suficiente, e corresponde à realidade. *Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e o espoliador das empresas nacionais e multinacionais.*

O analfabeto midiático gosta de criticar os políticos corruptos e não entende que eles são uma extensão do capital, tão necessários para aumentar fortunas e concentrar a renda. Por isso recebem todo o apoio financeiro para serem eleitos. E, depois, contribuem para drenar o dinheiro do Estado para uma parcela da iniciativa privada e para os bolsos de uma elite que se especializou em roubar o dinheiro público. Assim, por vias tortas, só sabe enxergar o político corrupto sem nunca identificar o empresário corruptor, o detentor do grande capital, que aprisiona os governos, com a enorme contribuição da mídia, para adotar políticas que privilegiam os mais ricos e mantêm à margem as populações mais pobres. Em resumo: destroem a democracia.

Para o analfabeto midiático, Brecht teria, ainda, uma última observação a fazer: *Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

VICENZI, Celso. O analfabeto midiático. *Outras Palavras*, 19 ago. 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/o-analfabeto-midiatico/>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

1. Por que não é possível acreditar em notícia “neutra” ou “imparcial”? É possível analisar a realidade com total isenção de valores?
2. O ideal para quem deseja se informar bem é acompanhar mais de um veículo de comunicação. Você concorda? Como costuma se informar sobre política, economia, cultura e sociedade? Converse com seus colegas e reflita sobre esse delicado tema.

Indústria cultural no Brasil

O Brasil é um terreno fértil para a expansão da indústria cultural. Além da ampla e rica diversidade das formas de ser e viver, o país tem episódios muito interessantes sobre a chegada e a permanência dos meios de comunicação social em sua história.

O rádio, o cinema e a TV, cada um a seu modo e de diferentes maneiras, conquistaram os brasileiros e passaram a fazer parte do seu dia a dia. Os grupos de comunicação que apostaram na informação por sons e imagens em movimento obtiveram poder econômico e, principalmente, político, ajudando a definir os passos que seriam dados pelo país no curso do século XX.

Estúdios famosos, como o Vera Cruz, ditaram moda e comportamento através do cinema. Estações radiofônicas, como a Rádio Nacional – com sedes no Rio e, depois, em São Paulo –, fizeram parte da vida das pessoas, levando ao ar noticiários, programas de auditório com grandes nomes da música e radionovelas que reuniam famílias inteiras na sala de estar para acompanhar os dramas que o mistério da rádio tornava tão instigantes.



Cine Vera Cruz

Gravação de cena do filme *Tico-tico no fubá* nos estúdios Vera Cruz. São Bernardo do Campo, São Paulo, 1952.

A TV (a Rede Globo é o exemplo mais expressivo), de modo revolucionário, alterou modos de vida e as relações entre os indivíduos e os produtos da economia capitalista, graças a uma inserção cotidiana cada vez maior da publicidade, que existe no Brasil desde a década de 1930, devidamente autorizada pela legislação.

É nesse sentido que se pode falar de campo fértil para a indústria cultural no Brasil: meios de comunicação com audiência cada vez maior e fiel, penetração publicitária insistente e agressiva (no sentido de atingir um número enorme de consumidores) e uma cultura nacional sempre “ajustável” aos interesses do mercado de compra e venda de produtos culturais. As músicas, as danças, a comida típica, as peculiaridades da beleza geográfica das várias regiões do país, os casos e causos da cultura brasileira, tudo se tornou alvo da indústria cultural.

nas palavras de BOSI

Indústria cultural e cultura popular

[...] O homem da rua liga o seu rádio de pilha e ouve a música popular brasileira ou, mais frequentemente, música popular (ou de massa) norte-americana. A empregada doméstica liga o seu radinho e ouve a radionovela ou o programa policial ou o programa feminino. A dona de casa liga a televisão e assiste às novelas do horário nobre. O dono da casa liga a televisão e assiste com os filhos ao jogo de futebol. [...] Em escala menor o jornal, ou a revista, dá a notícia do crime, ou comenta as manobras da sucessão [...]. Em escala menor ainda, o casal vai ao cinema [...].

Os adolescentes leem histórias em quadrinhos. As adolescentes leem as fotonovelas. Tudo isto é fabricado em série e montado na base de algumas receitas de êxito rápido. Há revistinhas femininas populares e de classe média que atingem a tiragem de 500 mil exemplares semanais, com mais de um milhão de leitoras virtuais. Isso é a cultura de massa ou, mais exatamente, cultura para as massas. [...]

O problema se complica extraordinariamente hoje em dia quando precisamos considerar as imbricações que ocorrem entre a cultura popular e a cultura de massa (ou popularesca, na expressão de Mário de Andrade), ou ainda entre a cultura popular e a cultura criadora dos artistas. Urge cavar, em última análise, uma teoria da aculturação que exorcize os fantasmas elitista e populista, ambos agressivamente ideológicos e fonte de arraigados preconceitos.

Uma teoria da cultura brasileira, se um dia existir, terá como sua matéria-prima o cotidiano físico, simbólico e imaginário dos homens que vivem no Brasil. Nele sondará teores e valores. No caso da cultura popular, não há uma separação entre uma esfera puramente material da existência e uma esfera espiritual ou simbólica.

Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar...

Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 320-324.

Vale destacar que o espaço dos jornais e das revistas, ao longo de todo o século XX, ampliou-se e diversificou-se bastante ao criar um mercado editorial que visava atingir crianças, mulheres, jovens, fãs de esporte, moda, entretenimento etc. No começo do século XXI, porém, teve início a crise das mídias impressas por conta da expansão da internet e, provavelmente, de dificuldades educacionais na criação de cidadãos-leitores no país.

A internet, aliás, repete um velho dilema da evolução dos meios de comunicação. Quando surgiu a TV brasileira, na década de 1950, apostou-se no fim do rádio e do cinema. Reinventados, no entanto, os três conquistaram espaços próprios e alcançam públicos interessados na sua linguagem e nas suas especificidades tecnológicas. Toda previsão sobre o fim de alguma coisa em face do surgimento de outra é arriscada e quase sempre muito precipitada. Por enquanto, através de linguagens que se cruzam e complementam, a internet, o rádio, a TV e os veículos impressos vêm se mantendo vivos. O futuro, contudo, não estará jamais definido.

Num país marcado historicamente por extrema desigualdade social, os meios de comunicação disseminaram-se aos poucos pela vida social, mas mesmo lento o alcance foi inquestionável. Assim, a construção e a frequência às salas de cinema, a aquisição de aparelhos de rádio e mais tarde de televisores, o acesso a jornais e revistas, a compra de computadores de uso doméstico etc. apresentam uma curva ascendente no Brasil, embora bastante branda e quase sempre limitada aos mais ricos moradores dos centros urbanos desenvolvidos.

Apesar de haver um bom número de editoras, bancas de revistas, livrarias, estações de rádio e salas de cinema em quase todo o território nacional, o Brasil tem na TV o meio difusor principal de ideologias e publicidade de produtos culturais. Numa palavra, é pelo televisor acomodado na maioria das residências que ideias e coisas chegam a um número crescente e expressivo de brasileiros.

A trajetória do cinema e do rádio merece, é claro, todo destaque. Acredita-se, por exemplo, que as imagens capturadas por Afonso Segreto, em 19 de junho de 1898, à entrada da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, sejam as primeiras depois da exibição pública dos irmãos Lumière, em Paris, em 1895, ano que se convencionou denominar como o da invenção do cinema.

Sobre o rádio, que transmitiu um pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa ao vivo, em 1922, do alto do morro do Corcovado, muitas histórias fabulosas se contam. A *Era do Rádio*, para citar apenas um desses momentos dourados, absoluta entre as décadas de 1930 e 1950, definiu a indústria cultural no país, lançando artistas que se tornariam ídolos populares na música, na dramaturgia e até no campo das ideias, como escritores e políticos.



Coletânea Particular

Apresentação de estrelas do rádio, década de 1940, no programa do apresentador César de Alencar (à direita na foto), na Rádio Nacional, Rio de Janeiro.

Com a imagem televisiva, a indústria cultural no Brasil se expandiu e se popularizou em escala sempre ascendente. Se era um luxo, ainda na década de 1960, possuir um televisor em casa – preços altos e equipamentos importados –, esses aparelhos, versáteis e de todos os tipos e tamanhos, têm lugar hoje em mais de 90% das residências. Tornou-se um hábito para o brasileiro ver TV. A programação se inicia nas primeiras horas do dia e atravessa a madrugada, ligando os dias, sem pausas nem interrupções. Num certo sentido, a TV se tornou um membro da família, com histórias para contar e informações a dar.

O que torna bem-sucedida a indústria cultural nos caminhos abertos pela TV é a possibilidade de vender produtos e estimular comportamentos, oferecendo modos de vida e visões de mundo. Telejornais, por exemplo, fazem a triagem dos acontecimentos e produzem matérias sobre o que consideram relevante e importante noticiar, sempre de acordo com os interesses econômicos e políticos dos proprietários das emissoras e grupos de comunicação, é claro. Novelas, por sua vez, impõem estilos de roupa, cortes de cabelo, preferências culturais e concepções de bem e mal, alimentando o imaginário dos espectadores e afinando o sentimento da população pela nota dos publicitários contratados a peso de ouro para fabricar sonhos e ilusões com um falso gostinho de realidade.

Fora dos grandes grupos de comunicação empresarial existem, sim, experiências alternativas, públicas e comunitárias. Coletivos populares e sindicais produzem seus jornais e muitas comunidades periféricas nas metrópoles criam rádios para disseminar suas impressões sobre o mundo e divulgar sua gente, suas aspirações e seus feitos. Além disso, emissoras públicas de rádio e TV apostam numa programação mais cultural, sem fins abertamente comerciais, o que acaba valorizando a dramaturgia teatral, os filmes que não se encaixam no circuito cinematográfico de Hollywood, noticiários com reportagens de tons diferentes dos apresentados pela mídia convencional e uma cena musical muito mais independente.

O *rap*, para citar um exemplo bem conhecido, vem da periferia, surgiu graças às rádios comunitárias, fala a língua do povo pobre das margens das cidades e desnuda explorações, violência e desigualdade social. O caso do grupo Racionais MCs é emblemático: formado na zona Sul de São Paulo, numa das regiões mais pobres da capital paulista, difundiu-se pelo Brasil nos anos 1990 com um clipe da canção *Diário de um detento*, denunciante da operação policial que, em 1992, deixou 111 presos mortos nas celas e nos corredores da então maior casa de detenção do país.

Casos como os Racionais MCs, entretanto, não são a regra. Longe disso. Não há democracia na área das comunicações no Brasil. Poucas famílias detêm a propriedade dos grupos de mídia, o que revela uma concentração de poder enorme. Em rigor, as opções são poucas: os principais jornais, revistas, canais de TV, estações de rádio e portais de internet – sem falar nas moderníssimas salas de cinema presentes em *shoppings centers* – pertencem a esses conglomerados empresariais que, mesmo sendo concessões públicas autorizadas pelo Senado Federal, são comandados por políticos influentes e por algumas frações do capital midiático internacional.

É sempre bom destacar que, apesar do forte impacto que os meios de comunicação exercem sobre as consciências humanas, o público não age de forma passiva diante desse cenário. Há, porém, reelaboração do que se vê e se escuta, além de muitos outros elementos que influenciam o comportamento e a opinião pública. Se não fosse assim, o regime civil-militar instalado em 1964 teria contado com total aceitação por parte da população brasileira e poderia até ter sobrevivido ao fim do “milagre econômico”, pois os meios de comunicação,

em especial a televisão, apresentavam em suas grades programas e noticiários plenamente favoráveis à ditadura, principalmente a Rede Globo, emissora que detinha (e detém até hoje) a maior audiência nacional.

O filósofo político brasileiro Renato Janine Ribeiro (1949-), em seu livro *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*, analisa a televisão brasileira de um ângulo muito interessante. Deve-se levar em conta, diz ele, a importância que a televisão tem no Brasil, pois ela oferece para a sociedade uma pauta de conversa. Basta ouvir o que as pessoas estão falando numa segunda-feira para saber o que foi ao ar nos principais programas dominicais. Quem não viu nenhum é bem possível que nada tenha a dizer. É essa a clara impressão que se tem.

A televisão também desempenha um papel na reflexão sobre a sociedade contemporânea, trazendo à tona temas controversos, como as questões de gênero, o preconceito racial, as políticas públicas de distribuição de renda e afirmação histórica etc. De muitas maneiras, ainda que superficialmente, a televisão rompe silêncios e derruba alguns muros de censura e proibição.

Cena do filme *Colegas*, no qual são protagonistas três personagens com síndrome de Down. No início dos anos 2000, os relacionamentos familiares e sociais envolvendo pessoas com síndrome de Down passaram a fazer parte da “pauta de conversa”, como afirma Renato Janine Ribeiro.



Colegas. Direção: Marcelo Galvão, Brasil, 2013/Gatacine/Europa Filmes

Janine Ribeiro deixa claro, entretanto, que há alguns assuntos que as telenovelas – a grande marca de qualidade e exportação da TV brasileira – não discutem, como as questões sociais, a desigualdade de classes e o autoritarismo do patrão sobre o empregado. São problemas que ainda não se conseguiu resolver nem discutir, e não interessa às empresas de comunicação que isso seja feito. Como as relações de desigualdade estão internalizadas no imaginário popular, os espectadores, que muitas vezes agem da mesma forma, passam até a achar agradáveis e positivos os personagens autoritários e despóticos, tomando a afirmação da desigualdade como algo natural.

E qual seria a alternativa para melhorar a programação da televisão? Uma possibilidade estaria na criação de mecanismos de democratização dos meios de comunicação, a fim de enfrentar o oligopólio que controla as empresas e veículos de massa. No caso da televisão, um dos caminhos seria a concessão de canais para centrais sindicais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras instituições de caráter público que pudessem transmitir informação e cultura com qualidade, pulverizando as transmissões no Brasil.

Em relação aos excessos da programação – de sensacionalismo, informações tendenciosas, baixa qualidade dos programas, manipulação do público, violência –, muitos pensam que a solução seja a censura. Mas quem define o que é excesso? A história tem comprovado que censurar não é o caminho. Para Janine Ribeiro, o essencial é a formação de um público crítico. E a própria televisão pode colaborar nesse sentido. Ademais ainda há o recurso do botão de desligar a TV.

nas palavras de JANINE RIBEIRO

Público crítico

[...] O melhor modo de controlar os excessos da TV é ter um público que seja crítico. E o único modo de tê-lo é fazendo que ele conheça os vários meios – que seja alfabetizado em livros, em jornais, em rádio, em computação, em artes. A própria TV, a TV boa, como a cultural, ou os nichos de inteligência que há nos canais comerciais, pode ajudar nisso. Não precisa dar aulas. Mas pode aprofundar questões, mostrar dois lados da mesma situação, dar a seu público um pouco do grande patrimônio mundial. Pode também vencer seu complexo de inferioridade e parar de falar mal da “velha” mídia, dos livros e bibliotecas. Há lugar para tudo na cultura, e só ganha quem aposta em tudo.

RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. p. 35.

A internet no Brasil

No Brasil, a internet tem apresentado uma trajetória vertiginosa e ascendente. Com a popularização crescente do acesso a computadores conectados à rede mundial, via banda larga (ou seja, velocidades cada vez maiores e conexões mais estáveis), chega a ser estranho constatar que nem sempre foi assim. Se é verdade que hoje é possível manter-se em conexão com o mundo durante as 24 horas do dia, é mais verdade ainda que esse processo, embora relativamente curto em termos históricos, percorreu muitos caminhos e enfrentou várias dificuldades. Além disso, é preciso refletir sobre os fenômenos humanos relacionados com a expansão da internet num país com tantos problemas sociais.

Foi na década de 1980 que a internet se fez presente em terras brasileiras. Na Universidade de São Paulo, a USP, um sistema para troca de arquivos e informações entre centros universitários e de pesquisa tornou-se o embrião desta que é hoje a ferramenta mais democrática e interativa entre os meios de comunicação. Na década seguinte, em 1995, o primeiro provedor de acesso e conteúdo de internet passou a vender seus serviços a pessoas físicas e jurídicas. A partir de então, teve início o avanço sem pausas do mundo virtual no Brasil.

A era da informática – de informação em tempo real, interação rápida e troca de todo tipo de arquivo – vem modelando o comportamento dos indivíduos e grupos sociais, forjando novas relações e definindo padrões inéditos de convívio. Mais do que uma ferramenta de comunicação, a internet é hoje o palco em que todos os atores sociais encenam suas vidas, com dramas variados, tramas complexas e imensos desafios à sua própria compreensão.

Da conexão discada da década de 1990, que exigia linha telefônica e muita paciência dos usuários – por conta da lentidão e da instabilidade no tráfego de dados –, às atuais e velozes conectividades sem fio e em praça pública, a internet brasileira transformou hábitos e habilitou possibilidades antes inimagináveis.

Até bem pouco tempo, ouvir música, ver filmes ou ler livros exigia busca, espera e, não raro, alguma frustração. Muitas informações não estavam disponíveis, muito se perdia, parte do conhecimento ficava restrito a espaços distantes e fechados ao público em geral. Com a internet, quase tudo está *on-line* e acessível gratuitamente: últimos lançamentos das indústrias do cinema, da cena musical, do universo literário e do entretenimento aparecem na rede do dia para a noite.

Foi-se mesmo o tempo de aguardar as novidades numa locadora de filmes, encomendar discos importados caríssimos em lojas especializadas, correr por aí atrás de um livro, uma revista ou um gibi. Tudo está disponível e pode ser divulgado e trocado em questão de instantes. O mundo inteiro parece estar ao alcance de um clique ou de um deslizar de dedos. Aparentemente a internet, no Brasil, está em todas as casas e o acesso a ela é possível a quem se interessar.

A realidade, entretanto, é bem diferente, pois a desigualdade social existente na sociedade brasileira se torna visível também nesse processo. Em 2010, entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tinha acesso à internet; entre os 10% mais ricos, esse número era de 56,3%. Somente 13,3% dos negros usavam a internet, aproximadamente duas vezes menos que os brancos, 28,3%. Os índices de acesso à internet das regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) contrastavam com os das regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%).

Conforme a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Secom, no Brasil, as características sociodemográficas da população têm um grande impacto no uso da internet, principalmente se comparada aos outros meios de comunicação. Renda e escolaridade criam um hiato digital entre quem é um cidadão conectado e quem não é. Já os elementos geracionais ou etários mostram que os jovens são usuários mais intensos das novas mídias. Os dados mostram que 65% dos jovens com até 25 anos acessam a internet todos os dias. Entre os que têm acima de 65 anos, esse percentual cai para 4%. Entre os entrevistados com renda familiar mensal de até um salário mínimo, a proporção dos que acessam a internet pelo menos uma vez por semana é de 20%. Quando a renda familiar é superior a cinco salários mínimos, a proporção sobe para 76%. Por sua vez, o recorte por escolaridade mostra que 87% dos respondentes com ensino superior acessam a internet pelo menos uma vez por semana, enquanto apenas 8% dos entrevistados que estudaram até a 4ª série o fazem com a mesma frequência.

Tais informações ajudam a explicar os principais gargalos para o uso da internet: além da falta de interesse (43%), a falta de habilidade com o computador (41%) – que afeta as pessoas mais velhas e menos escolarizadas –, a falta de necessidade (24%) e os custos que envolvem o uso das novas mídias (14%) – que impacta os mais pobres – estão entre as principais razões pelas quais os brasileiros não utilizam tanto a internet.

Como se vê, a questão da internet – sua abrangência e acessibilidade – permanece aberta e não esconde toda a sua complexidade. A internet, como um dos elementos da indústria cultural, pode ser ideológica ou utópica (para lembrar Mannheim), mas isso dependerá do uso que dela será feito e das exigências cidadãs da sociedade que se quer realmente construir. É nisso que entrarão as práticas das famílias, das escolas, das igrejas, dos ambientes de trabalho, das ruas e de todos os espaços e instituições com os quais indivíduo e sociedade se relacionam. O futuro, como a rede mundial de computadores, não tem data para começar nem acabar.

- A ideologia e a indústria cultural se alimentam reciprocamente. Não há uma sem a outra. Enquanto os processos ideológicos partem de algum grupo de poder em direção a um contingente quantitativamente expressivo de indivíduos e grupos sociais – sempre no intuito de convencê-los a agir de um determinado modo, ainda que contra seus próprios interesses –, a indústria cultural é a materialização da ideologia, sua transformação em objetos de consumo.
- Num certo sentido, preservadas as devidas proporções da comparação, a ideologia é o canhão de fogo da moderna dominação nas sociedades de classe. Em vez de tiros e ameaças físicas, são as ideias que se alastram e se difundem com extrema facilidade, via TV, rádio, cinema, jornais, revistas e internet. Assim, a vontade dos privilegiados e daqueles que desejam preservar seus *status* é conquistada e mantida sem derramamento de sangue e, é claro, sem tanta resistência. O segredo da ideologia, portanto, é tornar universais valores e aspirações que, na prática, pertencem tão somente aos grupos sociais que têm como fazê-la circular, graças ao monopólio da comunicação, setor controlado por reduzido número de famílias.
- Aquilo que escolhemos é de certa maneira “testado” previamente, reelaborado de acordo com conveniências comerciais e ideológicas. A música que estoura nas rádios durante o verão, o autor de livros vendidos até em feiras livres, o padrão de beleza expresso pela atriz mais badalada da novela das nove, tudo passa pelo crivo da indústria cultural e se esparrama como questão ideológica, como uma mercadoria destinada a vender milhões de unidades. É verdade que existem opções alternativas, o que faz sobreviver artisticamente quem pensa diferente e quer revelar trabalhos com outras características no campo da cultura em geral. Isso, contudo, é cada vez menos comum aos olhos da maioria das pessoas, as quais se alimentam do cardápio elaborado e apresentado pela indústria cultural.
- Num mundo cada vez mais veloz e conectado, com indivíduos ampliando seu acesso a dispositivos móveis como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*, a ideologia e a indústria cultural encontram novos meios de se aliar e de se propagar, enfatizando o lado consumista e individualista das relações humanas atuais.
- Os desafios para a cidadania, portanto, não são poucos nem fáceis. A escola e a programação dos meios de comunicação não saem impunes de todo esse processo ideológico de industrialização de valores, costumes e objetos culturais. Autores como Marx, Gramsci, Mannheim, Bourdieu e Foucault, entre outros vistos nesta unidade, podem auxiliar no entendimento de toda essa complexidade do mundo moderno, dando pistas de como lidar com a força da questão ideológica e a capacidade de sedução da indústria cultural. A Sociologia, nesses termos, apresenta-se como um, e não o único, antídoto contra o mal-estar generalizado e em favor da liberdade de escolha dos indivíduos, essa matéria-prima tão rara para uma socialização mais solidária.

leituras e propostas

Para refletir

Estragou a televisão

- Iiih...
- E agora?
- Vamos ter que conversar.
- Vamos ter que o quê?
- Conversar. É quando um fala com o outro.
- Fala o quê?
- Qualquer coisa. Bobagem.
- Perder tempo com bobagem?
- E a televisão, o que é?
- Sim, mas aí é a bobagem dos outros. A gente só assiste. Um falar com o outro, assim, ao vivo... Sei não...
- Vamos ter que improvisar nossa própria bobagem.
- Então comece você.
- Gostei do seu cabelo assim.
- Ele está assim há meses, Eduardo. Você é que não tinha...
- Geraldo.
- Hein?
- Geraldo. Meu nome não é Eduardo, é Geraldo.
- Desde quando?
- Desde o batismo.
- Espera um pouquinho. O homem com quem eu casei se chamava Eduardo.
- Eu me chamo Geraldo, Maria Ester.
- Geraldo Maria Ester?!
- Não, só Geraldo. Maria Ester é o seu nome.
- Não é não.
- Como não é não?
- Meu nome é Valdusa.
- Você enlouqueceu, Maria Ester?
- Por amor de Deus, Eduardo...
- Geraldo.
- Por amor de Deus, meu nome sempre foi Valdusa. Duzinha, você não se lembra?
- Eu nunca conheci nenhuma Valdusa. Como é que eu posso estar casado com uma mulher que eu nunca... Espera. Valdusa. Não era a mulher do, do... Um de bigode.
- Eduardo.
- Eduardo!
- Exatamente. Eduardo. Você.
- Meu nome é Geraldo, Maria Ester.
- Valdusa. E, pensando bem, que fim levou o seu bigode?
- Eu nunca usei bigode!
- Você é que está querendo me enlouquecer, Eduardo.
- Calma. Vamos com calma.
- Se isso for alguma brincadeira sua...
- Um de nós está maluco. Isso é certo.
- Vamos recapitular. Quando foi que nós casamos?
- Foi no dia, no dia...
- Arrá! Está aí. Você sempre esqueceu o dia do nosso casamento. Prova de que você é o Eduardo e a maluca não sou eu.
- E o bigode? Como é que você explica o bigode?
- Fácil. Você raspou.
- Eu nunca tive bigode, Maria Ester!
- Valdusa!
- Está bom. Calma. Vamos tentar ser racionais. Digamos que o seu nome seja mesmo Valdusa. Você conhece alguma Maria Ester?
- Deixa eu pensar. Maria Ester... Nós não tivemos uma vizinha chamada Maria Ester?
- A única vizinha de que eu me lembro é a tal de Valdusa.
- Maria Ester. Claro. Agora me lembrei. E o nome do marido dela era... Jesus!
- O marido se chamava Jesus?
- Não. O marido se chamava Geraldo.
- Geraldo...
- É.
- Era eu. Ainda sou eu.
- Parece...
- Como foi que isso aconteceu?
- As casas geminadas, lembra?
- A rotina de todos os dias...
- Marido chega em casa cansado, marido e mulher mal se olham...
- Um dia marido cansado erra de porta, mulher nem nota...
- Há quanto tempo vocês se mudaram daqui?

- Nós nunca nos mudamos. Você e o Eduardo é que se mudaram.
- Eu e o Eduardo, não. A Maria Ester e o Eduardo.
- É mesmo...
- Será que eles já se deram conta?
- Só se a televisão deles também quebrou.

VERISSIMO, Luis Fernando. Estragou a televisão. In: *Histórias brasileiras de verão: as melhores crônicas da vida íntima*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. p. 83-86.

1. A televisão é um dos meios de comunicação de maior penetração nas casas de todas as classes sociais no Brasil. Ela tem a capacidade de isolar as pessoas ou define o espaço de uma nova sociabilidade no interior das famílias? Ela pode gerar discussões sobre temas importantes, de comportamento ou políticos, ou apenas distrai e aliena as pessoas?

Para pesquisar

1. Junte-se a alguns colegas. Seleccionem uma ou mais peças publicitárias (cartaz, *outdoor*, propaganda de rádio ou televisão, anúncio de jornal, revista ou internet) e indiquem os elementos presentes no material pesquisado que contribuem para a padronização de opiniões, gostos ou comportamentos. Se for possível, convidem um profissional de comunicação para fazer a análise dos anúncios.
2. Escolha uma novela que esteja em exibição na TV e destaque alguns elementos do enredo que possam introduzir a discussão de um problema social. Destaque, também, alguns preconceitos que estão presentes, mesmo que veladamente, nessa novela.

Livros recomendados aos alunos

A questão da ideologia, de Leandro Konder. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Neste livro o professor Leandro Konder (1936-2014) faz uma longa viagem pelo conceito de ideologia e o apresenta de forma didática, instigante e muito erudita aos leitores de todos os públicos. Antes, durante e depois de Marx, a ideologia apresenta muitas possibilidades de abordagem e usos práticos apoiados em muitas intenções. O livro é fruto de uma pesquisa muito bem elaborada e de uma vida inteira dedicada a decifrar esse que é, sem dúvida, um dos mais difíceis temas do pensamento social.

1968: o ano que não terminou, de Zuenir Ventura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

Publicado pela primeira vez em 1988, este livro de Zuenir Ventura é um clássico na compreensão dos fatos históricos que tomaram as ruas do Brasil no mítico ano de 1968, como a ebulição dos movimentos estudantis e armados contra a ditadura militar. Um romance memorável que ergue bandeiras importantes de liberdade, solidariedade e amor em tempos de censura, perseguição e violência.

Sugestões de filmes

A onda (Alemanha, 2008). Direção: Dennis Gansel.

O que aconteceria se um grupo de alunos, numa atividade escolar de férias, resolvesse se inspirar na ideologia nazista para se relacionar entre si e com os outros grupos sociais? Neste filme feito com base em fatos verídicos, é possível entender que as ideologias do passado, mesmo consideradas fora de moda, possuem força capaz de manipular as pessoas e produzir efeitos inusitados e devastadores. Um filme indispensável para entender os contornos e as sutilezas da ideologia hoje.

No (Chile, 2012). Direção: Pablo Larraín.

Em 1988, o general Augusto Pinochet cedeu às pressões internacionais e permitiu que fosse feito um plebiscito sobre sua continuidade ou não à frente do governo chileno. Nesse filme, os bastidores da campanha revelam um governo ideologicamente programado para mentir ao povo e combater todos que insistiam em lhe fazer oposição. Entre as muitas boas surpresas do filme, vale atentar para o humor utilizado na campanha do NÃO, que defendia o fim da ditadura e o retorno da democracia ao Chile.

DESPERDÍCIOS À VENDA

A modernidade produz um paradoxo aparentemente insuperável: proclama a autonomia dos indivíduos, uniformiza sentimentos e gestos, mas anula singularidades e fabrica massas de homens e mulheres com pouco senso crítico e inábeis na ação coletiva e solidária. O desperdício é exemplo desse paradoxo. Ele não atinge somente a dimensão material da existência e o já tão sofrido planeta Terra. Atualmente, vê-se perda de energia humana que poderia ser usada no trabalho, na vida comunitária, na apreciação da cultura, no exercício da cidadania. Desperdiça-se a vida, em sentido amplo e vigoroso. Lançado às traças dos excessos da sociedade de consumo, o indivíduo dá respostas pobres e insuficientes aos dilemas do mundo contemporâneo, dentre os quais se destaca o assustador acúmulo de lixo, com todos os seus desdobramentos ecológicos e humanos.

Fonte dos dados: United Nations Environment Programme (Unep).
Disponível em <www.unep.org>. Acesso em: maio de 2016.



COMPOSIÇÃO DO LIXO ELETROELETRÔNICO

2 a 3%	Chumbo
4 a 5%	Zinco
7%	Alumínio
17%	Cobre
35 a 40%	Ferro

65,4 milhões

de toneladas é a estimativa de lixo eletrônico para 2017.

Seria o equivalente a

200 edifícios como o Empire State Building, em Nova York, EUA (imagem ao lado).



Ivy photos/Shutterstock

GELADEIRAS

A China descarta, anualmente, 500 mil toneladas de geladeiras. O Brasil, 115 mil toneladas; a Índia, 100 mil toneladas. Jogar uma geladeira antiga no lixo acarreta vários problemas, como a liberação do gás CFC (clorofluorcarbono), altamente tóxico e capaz de destruir a camada de ozônio. No Brasil, a produção do CFC e sua importação foram proibidas. As geladeiras mais modernas utilizam outro tipo de gás para refrigeração, menos agressor que o CFC, mas ainda assim nocivo à natureza.

COMPUTADORES

Nos Estados Unidos, um usuário médio troca seu computador pessoal a cada 18 ou 24 meses. Partindo do princípio de que não existe computador sem componentes prejudiciais à natureza, imagine quanto a extração e o descarte de minérios impactam no meio ambiente! No Brasil, são abandonadas 96,8 toneladas de computadores por ano!

CELULARES

Trocar de aparelho celular com muita frequência traz uma triste consequência: no mundo inteiro, mais de 125 milhões de celulares são descartados por ano. Isso significa que 342 465 aparelhos são jogados fora por dia! Os campeões são os sul-coreanos, que trocam celulares com cerca de 11 meses de uso.

IMPRESSORAS

Você já deve ter lido ao final de e-mails uma frase que recomenda a não impressão da mensagem. Essa recomendação não está relacionada apenas ao papel e à tinta que a impressora consome. No Brasil, 17,2 mil toneladas de impressoras vão parar no lixo por ano! O Brasil perde apenas para a China nessa estatística.



VOCÊ JÁ PENSOU EM DOAR O ELETRÔNICO QUE VOCÊ NÃO QUER MAIS?

Há no Brasil, atuando nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Recife, uma rede nacional de reaproveitamento de equipamentos de informática, formação profissional e inclusão digital. Órgãos públicos, empresas e cidadãos podem doar seus equipamentos usados aos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), instalados em periferias de grandes cidades. Nos CRCs, jovens aprendem na prática a testar, consertar, limpar, configurar e embalar as máquinas. Os computadores recondicionados são doados a bibliotecas e escolas públicas de todo o país. Pesquise no site do Ministério das Comunicações: <<http://www.mc.gov.br/>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

7 COISAS QUE NÃO PODEM SER JOGADAS NO LIXO!

- 1 Óleo de motor
- 2 Eletroeletrônicos
- 3 Tintas
- 4 Pilhas ou baterias
- 5 Lâmpadas
- 6 Detectores de fumaça
- 7 Termômetros

9

Religiões e religiosidades

Unidade



Andar com fé

Os argumentos que justificam a inclusão de uma unidade sobre o tema religião em um livro de Sociologia para o ensino médio têm como base o fato de que as religiões e as religiosidades marcaram presença em todas as sociedades conhecidas e por essa razão têm relação com questões já analisadas nesta obra. Religiões e religiosidades integram os processos de socialização e são muitos os momentos em que foram fundamentais na história.

As religiões inspiraram privilégios sociais e, ao mesmo tempo, contribuíram para a afirmação de novos direitos – aprovando-os ou condenando-os –, têm implicações nas relações de trabalho (como e por que trabalhamos?) – raiz de muitas desigualdades, hoje combatidas –, representam poder e possuem estreitas relações com as mais variadas formas de Estado. Além disso, têm envolvimento com movimentos sociais de ontem e de hoje, participam para o bem ou para o mal dos processos de mudança social, colaboram para o entendimento das variadas culturas, bem como expressam diferentes ideologias, posto que são decisivas na formação de distintas visões de mundo, utilizam a indústria cultural e a alimentam por meio de um sem-número de processos de comunicação e circulação de produtos.

No mais, faz-se necessário registrar que religiões e religiosidades estão presentes nas vidas das pessoas, mesmo daqueles que não acreditam no sobrenatural ou em ideias correlacionadas. Afinal, todos creem em algo, como, por exemplo, no amor. Não por acaso a mitologia se encarregou de criar uma deusa para cultuar o amor: Afrodite, para os gregos, e Vênus, para os romanos. Assim, mesmo aqueles que julgam não acreditar em nada procuram questionar os que acreditam e, portanto, participam do mesmo processo: crer para ser e viver.

Nelson Almeida/AFP

Devotos acendem velas em basílica na cidade de Aparecida, em São Paulo, 2014.

A diversidade religiosa no mundo

É fácil encontrar nas sociedades humanas manifestações religiosas que variam conforme as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de cada modelo de organização. Isso significa dizer que as sociedades são produtoras de cultura e, a um só tempo, produto desta. Assim, as possíveis religiões e religiosidades existentes no mundo hoje são resultado de um longo processo de gestação e de modificações na história.

As sociedades constroem coisas e também o significado para todas as coisas. Essa relação pode ser designada como cultura material e imaterial. Nem sempre é possível distinguir uma cultura da outra: a da coisa e seus múltiplos significados.

Por exemplo: um edifício é uma realização material. Mas, caso um edifício abrigue o templo de determinada divindade, o que era muito comum na Antiguidade, ou se nesse mesmo prédio estiver instalada uma igreja, ou se esse espaço for considerado sagrado por diversas razões, em qualquer um dos casos, a construção física carregará um significado religioso e, portanto, imaterial. Isso prova que as coisas podem ser impregnadas culturalmente tanto de forma quanto de conteúdo, tanto de aparência quanto de essência.

Do mesmo modo, as expressões religiosas podem conter elementos objetivos e subjetivos. São criações das sociedades humanas que procuram dar sentido às suas ações. As manifestações religiosas, em todas as suas formas, são sempre fruto de uma determinada sociedade. Posteriormente, elas podem se expandir para muitas outras realidades, admitir influências e incorporar elementos locais e regionais e assim ajustar-se às exigências daqueles que as professam.

A necessidade do ser humano de dar significado às suas experiências, simbolizando-as de diversas formas, é uma das características da vida em sociedade. As religiões e religiosidades almejam a construção de um mundo sagrado, fundamentado numa fé que desconheça distinções de tempo e de espaço e que, por essa razão, transcenda o humano e o retire de algum modo do seu contexto existencial. Independentemente da origem das religiões, sabe-se que são resultado de uma prática compartilhada entre os membros de um grupo, uma comunidade ou uma complexa e numerosa sociedade.

Origem das religiões e religiosidades

As manifestações religiosas são as mais antigas práticas culturais da humanidade, tendo surgido há aproximadamente 50 mil anos. Escavações que datam desse longínquo período da pré-história revelaram vestígios de cuidadosas cerimônias de despedida, o que parece indicar crença nas relações entre vivos e mortos.

A Antropologia e, é claro, a Sociologia, ao analisarem as primeiras manifestações religiosas, comprovaram a existência de práticas que buscavam proteção diante do sentimento de vulnerabilidade, de impotência e de desamparo nas situações em que o humano não dominava as estrondosas forças da natureza.

Três elementos podem ser identificados nas manifestações religiosas mais antigas de que se tem conhecimento: o animismo, o totemismo e a mitologia.

Animismo

O antropólogo britânico Edward B. Tylor (1832-1917) indicou que o animismo seria a primeira manifestação religiosa entre as sociedades humanas. Para ele, o animismo seria a presença de um espírito (*maná*) em todos os elementos do cosmos (Sol, Lua, astros e estrelas), da natureza (rio, oceano, montanha, floresta, rocha), da vida (humanos, animais e vegetais) e dos fenômenos do tempo (chuva, vento, dia, noite). A partir desse princípio, desenvolveram-se crenças religiosas características de muitas sociedades tribais, cujos membros acreditavam na existência desses seres espirituais os quais tinham por função controlar os diferentes aspectos do ambiente natural e social.

Totemismo

Outra perspectiva de análise antropológica e sociológica da religião é o totemismo, que pode ser entendido como um conjunto de ideias e práticas baseadas na crença de parentesco mítico entre seres humanos e elementos da natureza. Esse conceito implica uma ampla variedade de relações de ordem simbólica, mítica, emocional, genealógica e de venerabilidade entre grupos sociais específicos com animais ou outros objetos naturais que constituem o totem. O totemismo seria um instrumento regulador das relações sociais na sociedade indígena, principalmente das relações de casamento, a ponto de definir os pares que constituiriam a relação.

Nesse tipo de manifestação religiosa, os membros da sociedade acreditam possuir vínculos com animais e vegetais ou mesmo com fenômenos e elementos naturais como o Sol, a água, o trovão, o raio etc. Todos acreditam estar ligados entre si, na pessoa de um antepassado heroico, ou num animal, ou numa planta. Formam-se assim agrupamentos (clãs) mais ou menos numerosos, identificados por elementos da natureza: clã do corvo, clã da serpente, clã do pinheiro, clã da onça etc.

O antepassado totem é venerado pelo clã e torna-se um tabu (coisa sagrada, inviolável), que não pode ser morto, nem comido, nem tocado, nem destruído de maneira alguma. É o protetor do clã, o intermediário entre os homens e a força que está além dos homens. Consultam-no nas dificuldades, fazem-lhe oferendas, criam-lhe ritos e cerimônias, como ocorre em qualquer outra religião. Como esses ritos e cerimônias são sempre presididos por um xamã, a liderança espiritual do grupo, essas manifestações religiosas muitas vezes são chamadas de **xamanismo**.

Claude Lévi-Strauss, antropólogo francês, no livro *O totemismo hoje* (1962) afirma que o totemismo é uma expressão simbólica, que permite ao indivíduo ou grupo um melhor entendimento da realidade social e da diferenciação de clãs e papéis no interior das sociedades tribais.



Herbert Krafrakg-images/Album/Latinstock

A imagem mostra uma criatura semi-humana, pintada na parede da caverna de Trois Frères, na França. Repare que se trata de uma figura com orelhas de lobo, chifres de veado, rabo de cavalo e patas de urso. Há duas interpretações para esse desenho: alguns estudiosos afirmam tratar-se do registro mais antigo da união de um xamã com os animais que ele julga poderosos; outros acreditam que se trata de uma entidade sobrenatural e que agiria em favor das tribos nas situações de caça.



Escultura *O nascimento de Afrodite* (cerca de 450-323 a. C.), deusa grega da beleza e do amor. Chamada de Vênus pela mitologia romana, Afrodite inspirou vários artistas plásticos, principalmente do Renascimento, séculos XV e XVI. Museu Arqueológico Nacional, Tarento, Itália.

Mitologias

Um terceiro elemento que fundamenta as manifestações religiosas iniciais em muitas sociedades, nas de ontem e ainda nas de hoje, são as mitologias. Elas podem ser entendidas como narrativas dos tempos passados. Geralmente não mencionam datas, têm significação simbólica, referem-se a uma ou mais divindades representativas das forças da natureza ou de aspectos da condição humana. Esses elementos trazem a marca da divindade e das forças sobrenaturais e, de alguma forma, são matrizes ou fontes de diferentes manifestações religiosas, presentes ainda hoje, institucionalizadas ou não.

As mitologias que mais chamam atenção são aquelas que se referem à criação do mundo e da humanidade. Elas estão presentes em todas as culturas no mundo, desde os povos tribais, cuja cultura era transmitida oralmente, até os de cultura escrita. As mais conhecidas no Ocidente são: a mitologia judaico-cristã, relatada no livro de *Gênesis*, presente na *Torá* judaica e no Velho Testamento, que compõe parte da **Bíblia** cristã, e as que se desenvolveram na Grécia antiga e que são as mais frequentes nos livros de História, na literatura e em muitos filmes.

Ultimamente, devido a jogos, filmes e internet, popularizou-se entre os jovens a mitologia nórdica, repleta de deuses, sendo Odin o rei de todos os deuses e Thor, seu filho mais velho, o deus dos raios e trovões. Além desses, existem outros, como as valquírias, gigantes, elfos, duendes, fadas e seres subterrâneos, todos componentes de um conjunto fantástico.

É importante fazer menção à mitologia iorubá, de matriz africana, negra, por constituir, para os latino-americanos, uma referência às manifestações religiosas reunidas sob as denominações Candomblé, no Brasil, Vodun, no Haiti, e Santería, em Cuba, devido ao regime de escravidão de negros africanos nesses locais.

Essas três formas mais antigas de manifestações religiosas, juntamente com as tradições de vários povos, são a base das religiões contemporâneas e nestas adquirem novos sentidos, como se verá adiante.

Religiões com origem na Índia e na China

Durante milhares de anos, a religião exerceu papel fundamental na vida dos povos que ocupavam o espaço que hoje compreende os territórios da Índia e da China. A diversidade de religiões orientais envolve grande quantidade de divindades e também de manifestações filosóficas e ético-religiosas. No passado, algumas dessas manifestações religiosas foram a base de um conjunto de estratificações sociais, como o sistema de castas na Índia, por exemplo. Outras expressões religiosas tiveram presença marcante no processo de consolidação do poder e de definição de instâncias burocráticas dirigidas por intelectuais; outras ainda procuraram fugir dessas relações e manter-se isoladas. Todas, entretanto, fazem uma ponte entre o que é mais geral, sagrado ou não, com o universo particular dos indivíduos, famílias e grupos nas sociedades do passado e do presente, com inúmeras ramificações.

Índia

De origem indiana há dois grandes grupos religiosos: o hinduísta e o budista.

Hinduísmo

É uma das religiões mais antigas do mundo e nasceu na Índia há mais de 6 mil anos. Engloba uma pluralidade de manifestações religiosas com origens e bases fundamentadas em diferentes tradições. Por essa razão, não é possível identificar um fundador. Caracteriza-se como tradição cultural, abrangendo modos de viver, princípios éticos e filosóficos. Baseia-se na memória coletiva, transmitida oralmente, sobre deuses étnicos e cósmicos e, posteriormente, registrada em livros – os **Vedas** –, coletâneas de textos, considerados sagrados, com hinos, orações, encantamentos, ritos etc. Esses livros sagrados foram reunidos há aproximadamente 3,5 mil anos e são a base do hinduísmo.

O hinduísmo tem sua ênfase no que seria o modo correto do viver, o **darma**, ou seja, a verdade religiosa. Os cultos hindus podem ser realizados em templos e congregações, mas também no ambiente familiar.

A relação do hinduísmo com o sistema de castas, que se perpetuou na Índia, é intensa. De acordo com o sistema de castas, cada indivíduo ocupa no mundo uma posição preestabelecida, determinada por uma hierarquia definida com base nos Vedas. Assim, da cabeça do deus primordial (Brama) saíram os brâmanes (casta social dominante), dos braços saíram os guerreiros (xâtrias), das pernas, os comerciantes, artesãos e camponeses (vaixás) e dos pés os trabalhadores manuais e servos (sudras).

Budismo

Surgiu como contestação ao hinduísmo, há mais de 2,5 mil anos, na Índia. Foi fundado por um rico príncipe chamado Sidarta Gautama, o Buda, nascido no norte da Índia, atual Nepal. O budismo rejeita parte da autoridade dos Vedas, não aceita a hierarquia das castas e não aprova alguns dos rituais hindus, como o culto a determinadas divindades. Além disso, introduz um novo objetivo religioso, o de salvação, ligado à ideia de reencarnação.

O principal ponto de oposição do budismo em relação ao hinduísmo se baseia no fato de que o próprio Buda pertencia à casta dos xâtrias, uma classe inferior à dos brâmanes. De acordo com o hinduísmo, porque Buda não era um brâmane, não estaria autorizado a ensinar o darma. Buda, no entanto, procurou ensinar o darma para todas as castas, algo que os brâmanes repudiavam. Por esse motivo o budismo foi perseguido e conta com poucos adeptos na Índia.

Os ensinamentos de Buda têm como base a ideia de que o ser humano está destinado a reencarnar infinitamente após cada morte e a enfrentar os sofrimentos do mundo. Os atos praticados em cada reencarnação definem a condição de cada pessoa na vida futura, preceito conhecido como carma. Segundo a tradição, Buda ensina a superar o sofrimento e a atingir o nirvana, estado de evolução e aprimoramento total do espírito que aniquila os fatores humanos e permite ao homem encerrar a corrente de reencarnações. Há duas correntes dentro do budismo: a **mahayana**, que defende um relaxamento na rígida doutrina monástica do budismo e a possibilidade de que os praticantes leigos sejam iluminados, e a **hinayana**, que se coloca como defensora do budismo original, em que apenas monges que seguem à risca a doutrina podem iluminar-se.

O budismo caracteriza-se por ser uma religião sem divindade, posto que a chave para a libertação é a pureza mental e a compreensão de que a salvação não é conquistada através de súplicas dirigidas a uma divindade externa. Para os budistas não há intermediário entre o indivíduo e o divino.



Zakir Hossain Chowdhury/Anadolu Agency/Getty Images

Milhares de devotos do hinduísmo rezam durante cerimônia religiosa em Dhaka, Bangladesh, 2015.



Guillaume Payen/Anadolu Agency/Getty Images

Cerimônia budista na qual monges acendem velas para comemorar a véspera do Ano Novo de 2016. Bancoc, Tailândia.

Manifestações ético-religiosas na China

Artista desconhecido. Confúcio, c. 1770/Pictures from History/
Bridgeman Images/Keystone Brasil



Retrato do filósofo chinês Confúcio, de autoria desconhecida, c. 1770, guache sobre papel. Coleção particular. O confucionismo enfatiza a moralidade pessoal e governamental, a justiça e a sinceridade.

Com origem na China, existem dois grupos de manifestações ético-religiosas que devem ser destacadas: o confucionismo e o taoísmo.

Confucionismo

É o conjunto de ideias (políticas, sociais e religiosas) de autoria do pensador chinês Confúcio (551-479 a.C.). Tem como princípio básico o **junchaio**, os ensinamentos dos sábios, e define a busca por um caminho superior, o *Tao*, como forma de viver bem e em equilíbrio entre as vontades da Terra e as do Céu.

Confúcio é mais um filósofo do que um pregador religioso. Suas ideias sobre como as pessoas devem comportar-se e conduzir sua espiritualidade se fundem aos cultos religiosos mais antigos da China, que incluem centenas de imortais, considerados divindades, criando um vasto sincretismo religioso, ou seja, uma mistura. O confucionismo vinculava-se diretamente ao poder imperial chinês e permaneceu como doutrina oficial do país durante quase dois mil anos, do século II até quase meados do século XX.

No confucionismo não existe um deus criador do mundo, nem uma igreja organizada, nem sacerdotes. O alicerce místico de sua doutrina é a busca do *Tao*, conceito herdado de pensadores religiosos anteriores a Confúcio. O *Tao* é a fonte de toda a vida, a harmonia do mundo. No confucionismo, a base da felicidade dos seres humanos é a família, estruturada sobre uma sociedade harmônica. A família e a sociedade devem ser regidas pelos mesmos princípios: os governantes precisam ter amor e autoridade como os pais; os súditos devem cultivar a reverência, a humildade e a obediência.

De acordo com a doutrina, o ser humano é composto de quatro dimensões: o eu, a comunidade, a natureza e o céu – fonte da autorrealização definitiva. As cinco virtudes essenciais do ser humano são: amar o próximo; ser justo; comportar-se adequadamente; conscientizar-se da vontade do céu; cultivar a sabedoria e a sinceridade desinteressadas.

Segundo o confucionismo, somente aquele que respeita o próximo é capaz de desempenhar seus deveres sociais. O único sacrilégio é desobedecer à regra da piedade.

Taoísmo

Se o confucionismo estava vinculado ao poder imperial, o taoísmo distancia-se dele e tem como objetivo a prática individual com base na tradição espiritual milenar de origem chinesa, no ensinamento filosófico e na prática espiritual da meditação. O taoísmo formou-se a partir da obra *Tao Te Ching*, escrita por volta do século IV a.C., de autoria do filósofo chinês Lao-Tze.

O taoísmo é uma tradição espiritual que propõe o retorno do homem a um estado de consciência e vida plena, ou seja, ao *Tao*. Os meios para o retorno ao *Tao* englobam: as artes (*Su*), a lei (*Fa*), a organização e o caminho (*Tao*). Os taoístas são politeístas e prestam culto aos ancestrais. Todas as pessoas que atingem a imortalidade se tornam deuses e são cultuados.

Mescla de religiosidades

Como já foi dito, são diversas as manifestações religiosas provenientes da Índia e da China e todas têm em comum a mescla de religiosidades capazes de criar outras tantas manifestações como, por exemplo, o **xintoísmo**, comum no Japão. Práticas filosóficas, éticas e religiosas desse tipo possuem adeptos espalhados por todo o mundo, mais concentrados, porém, em seus países de origem.

Artista desconhecido. Lao-Tze, século XVIII/
Archives Charmet/Bridgeman Images/Keystone Brasil



Retrato do filósofo chinês Lao-Tze em seu búfalo seguido por um discípulo, em aquarela do século XVIII. Biblioteca Nacional, Paris, França.

Religiões com origem no Oriente Médio: monoteísmo

A primeira expressão religiosa monoteísta de que se tem notícia teria sido o **zoroastrismo**. Originário da antiga Pérsia, atuais Irã e Iraque, teria sido criado pelo profeta Zaratustra, em grego, Zoroastro. O zoroastrismo teria influenciado o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, as três religiões nascidas no Oriente Médio, através das crenças e concepções sobre a existência de um paraíso e um juízo final, bem como as ideias de ressurreição e a vinda de um messias.

Além de influenciadas pelo zoroastrismo, as três religiões nascidas no Oriente Médio têm uma origem comum: o profeta Abraão, daí serem denominadas **religiões abraâmicas**. As três baseiam seus fundamentos em escritos considerados sagrados e inspirados por um deus único, todo poderoso. Daí seu monoteísmo histórico.

Judaísmo

O judaísmo é uma das mais antigas religiões monoteístas e é o resultado da fusão de mitologias, credos religiosos e costumes tribais do Oriente Médio unificados posteriormente mediante a consciência de um nacionalismo judaico.

A fé judaica está intimamente ligada à história e tradição do povo hebreu. De acordo com essa tradição, Abraão habitava a terra de Ur, na Caldeia, atual Iraque. Há 4 mil anos, Deus (Javé) teria ordenado que ele e seus parentes e servos abandonassem Ur e fossem para Canaã, atual Palestina. Conforme essa tradição, por volta de 1700 a.C., o povo judeu migrara para o Egito e lá teria sido escravizado pelos faraós por aproximadamente 400 anos. A fuga do Egito fora comandada por Moisés que mais tarde recebera as tábuas dos Dez Mandamentos no Monte Sinai. Durante 40 anos o povo hebreu, designado por eles pela expressão “povo de Deus”, peregrinara pelo deserto até receber um sinal, um gesto, que os informasse que deveriam voltar à “terra prometida”, Canaã, onde hoje se situa a cidade de Jerusalém, território sagrado também para o cristianismo e o islamismo.

O judaísmo fundamenta-se na crença no Deus vivo, transcendente, onipotente e justo e que se revela à humanidade através de um compromisso, uma aliança com o povo hebreu, o povo escolhido por Ele.

O livro sagrado do judaísmo é a **Torá** ou o **Pentateuco**, os cinco primeiros livros do Velho Testamento, *Gênesis*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuteronômio*. Outro livro importante é o **Talmude**, que reúne as tradições orais judaicas e é dividido em quatro partes: *Mishnah*, *Targumin*, *Midrashim* e *Comentários*. Nas muitas interpretações desses livros encontram-se várias vertentes do judaísmo, sem, no entanto, haver questionamentos dos seus fundamentos principais.

O judaísmo é a fonte das duas outras religiões com maior número de adeptos no mundo: o cristianismo e o islamismo.

Cristianismo

Cronologicamente, o cristianismo – Cristo, em hebraico, significa “aquele que é aguardado” – é a segunda religião monoteísta, nascida há pouco mais de 2 mil anos, dentro do judaísmo e no contexto da ocupação do Império Romano no Oriente Médio.

Segundo a tradição cristã, Jesus – considerado filho de Deus, o Messias – atribui um novo significado às práticas exteriores do culto judaico e começa a sua pregação visando apresentar às pessoas o reino de Deus, isto é, a vitória da justiça e da verdade, com a promessa da salvação eterna para todos os homens.



Uriel Sinai/Getty Images

Rolo da *Torá* escrita à mão, originário do norte da África, exposto em Jerusalém, Israel, 2013.

Até o final do século III, a religião cristã foi perseguida pelos imperadores romanos por constituir uma ameaça ao Império. A situação começou a se modificar a partir do imperador Constantino, em 313, quando este concedeu liberdade de culto aos cristãos; desde então os imperadores passaram a proteger e estimular cada vez mais a fé cristã. Foi o imperador Teodósio I, em 390, quem tornou o cristianismo a religião oficial do Império. Esse fato permitiu a sua organização religiosa a partir de Roma, ocupando quase todo o território romano de então e consolidando a sua expansão mundo afora.

O que caracteriza o cristianismo é a crença na trindade divina indissociável: Deus pai, Jesus, o filho, e o Espírito Santo. Os textos sagrados do cristianismo são a **Bíblia**, constituída pelo Velho Testamento (base do judaísmo) e pelo Novo Testamento, que inclui relatos sobre a vida de Jesus e livros redigidos pelos seus apóstolos e por Paulo de Tarso, um dos maiores responsáveis pela divulgação da doutrina cristã em sua fase inicial.

Esse sistema de crenças e valores foi sendo modificado e gerou um sem-número de interpretações, que, por sua vez, deram origem a diferentes convicções e rituais considerados cristãos. Hoje, o cristianismo é a maior manifestação religiosa do planeta, com aproximadamente um terço da população mundial entre os adeptos. Divide-se em três grandes blocos: catolicismo romano, catolicismo ortodoxo e protestantismo, sendo que no interior desses blocos existem muitas divisões e subdivisões, principalmente no protestantismo.

Islamismo

Etimologicamente, islamismo significa submissão. É a mais nova das religiões monoteístas e surgiu há aproximadamente 1500 anos. O fundador do islamismo foi Maomé (em árabe, *Mohammad*), nascido no ano 570 e pertencente a uma das mais nobres famílias da cidade de Meca, hoje território da Arábia Saudita. Segundo a tradição, aos 40 anos, apareceu-lhe o anjo Gabriel e anunciou-lhe sua missão. Depois de meditar por 15 anos, Maomé promoveu uma reforma religiosa e social na península árabe, onde vivia. Morreu em Medina em 632.

Maomé conseguiu criar um sistema religioso e econômico adaptável ao nomadismo do seu povo, até então disperso. O livro sagrado do islamismo é o **Alcorão** ou **Nobre Alcorão** (que significa o que é – ou deve ser – recitado), e contém as santas escrituras reveladas por Deus (Alá) ao seu fundador, considerado profeta. Os muçulmanos acreditam que cerca de dois terços do *Alcorão* foram anunciados ao profeta em Meca; o restante teria sido revelado em Medina.

Na divulgação de sua religião, Maomé baseava-se principalmente na crença de que o desígnio de Deus era levar pouco a pouco, para toda a humanidade, os seus princípios de perfeição. Ele acreditava que seu papel era levar a mensagem de Alá para todos os povos e não apenas para os povos árabes.

Quem professa o islamismo é também conhecido como muçulmano ou maometano. O islamismo comumente é vinculado às nações árabes, mas os países com maior número de muçulmanos são a Indonésia, o Paquistão e a Índia, que não são países árabes. Tais como os cristãos, eles se dividem, muitas vezes de maneira antagônica, a respeito da interpretação dos preceitos de seus livros sagrados e das diferentes tradições orais. As subdivisões mais conhecidas são os grupos que abrigam os sunitas, maioria, e os xiitas, minoria.

Arcanjo Gabriel da anunciação, de Lucrina Fetti, século XVII.

O anjo Gabriel, considerado pelo judaísmo como o mensageiro de Deus, pelo cristianismo como aquele que anuncia a vinda de Jesus para Maria e pelo islamismo como aquele que revela o *Alcorão* a Maomé. Palazzo Ducalle, Mantua, Itália.



Lucrina Fetti. Archangel Gabriel of the Annunciation, século XVII/Bridgeman Images/Keystone Brasil

New Age

Não se pode, porém, afirmar que existem apenas as religiões aqui expostas. O que se vê hoje em dia são inúmeras manifestações religiosas e buscas individuais, em torno das quais muitas vezes se mesclam diversas matrizes religiosas para formar uma religiosidade de caráter não institucional, distante de rituais ou de convenções preestabelecidas, não atreladas aos grandes templos ou a estruturas hierárquicas.

Hoje, o exemplo mais ilustrativo dessa dinâmica é a *New Age* (Nova Era), caracterizada por uma religiosidade ampla que inclui experiências variadas, individuais e coletivas, e que mistura cerimônias cristãs, ritos orientais, mantras hindus e símbolos de matrizes africanas com terapias psicológicas e técnicas de autoajuda.

Segundo o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (órgão vinculado ao IBGE), com base em dados de várias organizações internacionais que estudam a distribuição das religiões no mundo e na análise de mais de 2,5 mil censos, inquéritos e registros de população em 232 países e territórios, estimou-se em 2010 o número de 5,8 bilhões de indivíduos (84%) com afiliação religiosa no mundo e 1,1 bilhão de pessoas (16%) não afiliadas (sem religião).

Entre os que têm afiliação religiosa, o estudo demográfico informa em números arredondados que há no mundo 2,2 bilhões de cristãos (32% da população mundial), 1,6 bilhão de muçulmanos (23%), 1 bilhão de hindus (15%), cerca de 500 milhões de budistas (7%) e 14 milhões de judeus (0,2%). Além desse grupo, mais de 400 milhões (6%) são praticantes das chamadas religiões tradicionais (religiões tradicionais africanas, religiões populares chinesas, religiões nativas americanas e religiões aborígenes australianas). Estima-se ainda que 58 milhões de pessoas – pouco menos de 1% da população mundial – sejam adeptas de outras religiões.

Os indivíduos sem afiliação religiosa (1,1 bilhão de pessoas ou 16%) constituem o terceiro maior grupo global, atrás apenas de cristãos e muçulmanos. Pesquisas indicam que muitos dos não afiliados (sem religião) defendem algumas crenças religiosas ou espirituais (como a crença em uma divindade ou em um espírito universal), mesmo sem se identificar com uma fé particular.

A distribuição geográfica dos grupos religiosos varia consideravelmente. Os cristãos são os mais uniformemente distribuídos. Aproximadamente o mesmo número de cristãos vive na Europa (26%), na América Latina e no Caribe (24%) e na África Subsaariana (24%).

Na Ásia encontram-se a grande maioria dos hindus (99%), dos budistas (99%) e dos adeptos das religiões tradicionais (90%), além de membros de outras inúmeras religiões (89%). Na mesma região também se encontra a maioria dos muçulmanos (62%). Somente cerca de 20% dos muçulmanos vivem no Oriente Médio e no Norte da África, e quase 16% residem na África Subsaariana.

Cerca de 76% dos não afiliados também vivem na região asiática, uma vez que somente na China são cerca de 700 milhões (52% da população), o que representa mais do que o dobro da população total dos Estados Unidos. Outros países onde os não afiliados são maioria: República Tcheca (76,4%), Coreia do Norte (71,3%), Estônia (59,6%), Japão (57%) e Hong Kong (56,1%).

Como se pode perceber, a diversidade religiosa no mundo é muito grande e essa realidade conduz a reflexões sobre a necessidade do convívio pacífico com os que professam crenças diferentes, respeitando-as, procurando uma vida em comum apesar de – e graças a – nossas diferenças.

Sobre Deus

Três homens olham para o horizonte. O sol se anuncia colorindo de abóbora e sangue umas poucas nuvens escuras. Um deles diz: “Vejo, no meio das nuvens vermelhas, uma casa. Na janela, um vulto acena para mim.” O segundo homem diz: “Vejo, no meio das nuvens vermelhas, uma casa. Mas não há nenhum vulto acenando para mim. A casa está vazia, é desabitada.” O terceiro homem diz: “Não vejo vulto, não vejo casa. Vejo as nuvens abóbora e sangue... E como são belas! Sua beleza me enche de alegria!” [...] O primeiro homem vê, no meio das nuvens, um vulto, quem sabe o senhor do universo. Se eu gritar, ele me ouvirá. Para isso há as orações: gritos que pronunciam o Nome Sagrado, à espera de uma resposta. O segundo vê a casa, mas a casa está vazia (*sic*), não tem morador. É inútil gritar, porque não haverá resposta. É o ateu... E como dói viver num universo que não ouve os gritos dos homens... O terceiro, que não vê nem casa e nem vulto, vê apenas a beleza – que nome lhe dar? Acho que o nome seria “poeta”.

A beleza é o Deus dos poetas. Quem disse isso foi a poeta Helena Kolody: “Rezam meus olhos quando contemplo a beleza. A beleza é a sombra de Deus no mundo.”

Borges relata que, segundo o panteísta irlandês Scotus Erigena, a Sagrada Escritura contém uma infinidade de sentidos. Por isso, ele a comparou à plumagem irisada de um pavão. Séculos depois, um cabalista espanhol disse que Deus fez a Escritura para cada um dos homens de Israel. Daí porque, de acordo com ele, existem tantas Bíblias quantos leitores da Bíblia. Cada leitor vê na Bíblia a imagem do seu próprio rosto.

O teólogo Ludwig Feuerbach disse a mesma coisa de forma poética: “Se as plantas tivessem olhos, gosto e capacidade de julgar, cada planta diria que a sua flor é a mais bonita.” Os deuses das flores são flores. Os deuses das lagartas são lagartas. Os deuses dos cordeiros são cordeiros. Os deuses dos lobos são lobos. Nossos deuses são nossos desejos projetados até os confins do universo. Dize-me como é o teu Deus e eu te direi quem és...

Mosaicos são obras de arte. São feitos com cacos. Os cacos, em si, não têm beleza alguma. Mas, se um artista os juntar segundo uma visão de beleza, eles se transformam numa obra de arte. As Escrituras Sagradas são um livro cheio de cacos. Nelas se encontram poemas, histórias, mitos, pitadas de sabedoria, relatos de acontecimentos portentosos, textos eróticos, matanças, parábolas... Ao ler as Escrituras, comportamo-nos como um artista que seleciona cacos para construir um mosaico. Cada religião é um mosaico, um jeito de ajuntar os cacos.

Como no caso do labirinto literário de Borges cujos cacos eram peças de um quebra-cabeças que, juntos, formavam o seu rosto, também o mosaico que formamos com os cacos dos textos sagrados tem a forma do nosso rosto. Há tantos deuses quantos rostos há. Assim, quando alguém pronuncia o nome “Deus” há de se perguntar: “Qual?”

ALVES, Rubem. Sobre Deus. *Folha de S.Paulo*, 4 out. 2011. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410201104.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

1. Qual é a opinião do autor do texto ao se referir a uma determinada divindade?

Religião e Sociologia

34

capítulo

A Sociologia, ao analisar as religiões e religiosidades, não tem como objetivo encontrar as “verdades” ou as crenças que as fundamentam, tampouco faz julgamento sobre essas questões. Antes, procura investigar os fundamentos históricos e sociais da religião e suas implicações na experiência e no desenvolvimento das sociedades humanas.

Sua compreensão parte do pressuposto de que elas são resultado da experiência humana nas diversas sociedades. Para tanto, é necessário inicialmente fazer uma diferenciação entre religião e religiosidade.

Ao longo de milhares de anos, a religião tem evidenciado um importante papel na vivência dos seres humanos. De uma forma ou de outra ela está presente em todas as sociedades humanas, exercendo influência em várias esferas da vida pública e privada dos indivíduos, grupos e classes sociais.

Não existe uma definição de religião aceita por todos. As definições normalmente variam de sociedade para sociedade e de cultura para cultura. Ainda assim, é possível encontrar algumas **características comuns às principais religiões no mundo**, como:

- sistema de crenças que abrange deuses ou divindades (ou uma só divindade);
- conjunto de símbolos sagrados;
- realização de cultos, cerimônias e rituais em edifícios específicos ou em outros locais predefinidos ou não;
- reverência a locais considerados sagrados;
- calendário de festas e comemorações específicas;
- conjunto de normas escritas ou não;
- comunidade ou grupo de crentes ou fiéis;
- líderes hierarquizados ou não, em diversos níveis.

Para além dessas características, pode-se dizer que as mais diversas religiões de antes e de agora têm algo em comum, conforme Leonardo Boff (1938-), teólogo brasileiro: a tentativa de vincular a humanidade a suas divindades, seus antepassados, sua própria experiência, seu meio ambiente, enfim, a tudo que busca oferecer sentido à vida.

Há também **religiosidades**, isto é, um atributo humano que procura algo sagrado, sem necessariamente definir o significado do termo “sagrado”. As religiosidades não estão necessariamente ligadas a nenhuma religião, mas podem estar. O exercício das religiosidades aparece quando os indivíduos precisam resolver problemas, ou fugir deles, ou buscar explicações para os problemas cotidianos. As religiosidades surgem como manifestações não institucionalizadas e, por isso, são livres e não envolvem hierarquias formais. Nesse sentido, o termo religiosidade é utilizado para caracterizar uma fé individualizada, que se contrapõe à religião como um sistema organizacional e internamente coerente de crenças.

As manifestações religiosas são fenômenos que aparecem em todas as sociedades e são temas de estudo da Sociologia e de outras ciências sociais desde os seus primeiros pensadores. Na sequência serão analisados alguns desses autores e suas impressões acerca do assunto.

Karl Marx: a religião como ópio do povo ou como realidade histórica

Para analisar o pensamento sociológico de determinados autores a respeito da religião é necessário situar cada um deles em seu tempo e destacar a religião de que se está tratando.

No caso de Marx, a religião a que ele se refere é a cristã com suas variações no século XIX, entendida, então, como forma de organização conservadora. Muitos marxistas procuram negar a religião, mas Marx nunca se preocupou muito com a questão religiosa, apesar de esse assunto aparecer em vários de seus escritos, alterando perspectivas à medida que o pensador alemão mudava sua visão de mundo.

A mais conhecida frase de Marx sobre a religião é a famosa “A religião é o ópio do povo”. Essa ideia, contudo, não é criação de Marx, posto que já havia sido utilizada, com o mesmo sentido, conforme o sociólogo brasileiro Michael Löwy (1938-), por diversos pensadores como Immanuel Kant, J. G. Herder, Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Moses Hess e Heinrich Heine.

nas palavras de MARX

A crítica da religião

Na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica.

[...]

A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o autossentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana porque a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo.

[...]

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo.

Assim, superada a crença no que está além da verdade, a missão da história consiste em averiguar a verdade daquilo que nos circunda. E, como primeiro objetivo, uma vez que se desmascarou a forma de santidade da autoalienação humana, a missão da filosofia, que está a serviço da história, consiste no desmascaramento da autoalienação em suas formas não santificadas. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da Política. (sic)

MARX, Karl. *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/introducao.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Frequentemente, essa passagem é mal analisada fora de seu contexto. Quando escrita, Marx não pretendia condenar a religião em si, mas criticar a condição de uma sociedade que levaria as pessoas à alienação. O que Marx afirmou é que a religião funcionava como um amortecedor usado para pacificar os explorados e que ela criava uma cortina de fumaça, tornando obscura a percepção das relações sociais, principalmente a dominação no mundo real.

A referência ao ópio, que na época de Marx era uma droga muito utilizada, significa que a religião é uma fuga possível à miséria real da vida cotidiana da maioria dos indivíduos. Para ele, a religião reflete o que falta na sociedade e é, então, uma idealização das aspirações do povo que não podem ser satisfeitas de imediato, que promete um mundo melhor em outra vida. Se Marx fosse utilizar hoje a mesma metáfora, talvez usasse a expressão “A religião é o crack (ou a cocaína) do povo”, já que a droga nubla a percepção da realidade e tira do indivíduo a vontade de mudar.

Mas não é só nesse momento que Marx faz referência à religião. Posteriormente, no livro *A ideologia alemã*, escrito entre 1845 e 1846, mas publicado somente em 1932, a religião é analisada como realidade social e histórica e também como uma das diversas formas de ideologia. Para ele, a produção espiritual de um povo (ideias, representações e consciência) é necessariamente condicionada pela produção material e suas correspondentes relações sociais. São as relações sociais que explicam a gênese e o desenvolvimento das distintas formas de consciência (religiosa, ética, filosófica etc.).

Em *O Capital*, Marx faz uma série de referências sobre a importância da religião. Entre as referências, ele explica que, na Idade Média, as condições econômicas da época justificaram, de fato, por que o cristianismo, naquele momento, desempenhava papel dominante. Marx também demonstra ter percebido a relação entre protestantismo e capitalismo e, em diversas passagens, menciona a contribuição do protestantismo à acumulação primitiva de capital, por exemplo, por meio do estímulo à expropriação de propriedades da Igreja e campos comunais, bem como o desprezo pelos prazeres mundanos.

Marx ainda aborda o capitalismo e o chama de “religião da vida diária”, tendo como ponto de apoio sua análise do fetichismo das mercadorias, pois a prática religiosa podia ser comparada à relação do indivíduo com a mercadoria numa sociedade de consumo, que é, em síntese, uma relação de dependência irracional dos consumidores em relação ao “poder” das mercadorias. Em outras passagens, Marx descreve o capitalismo como uma divindade que exige o mundo inteiro como sacrifício, e o seu progresso como um “monstruoso deus pagão”. Para isso utiliza expressões usadas no Velho Testamento e cita ícones da idolatria, como Baal, Moloque, Mamon e o Bezerro de Ouro.

A adoração ao bezerro de ouro, óleo sobre tela de Nicolas Pousin (1594-1665). De acordo com estudiosos, foi pintado antes de 1634. Bezerro de ouro é o ídolo que, segundo a tradição judaico-cristã, teria sido criado por Arão quando Moisés subiu o monte Sinai para receber de Deus as tábuas dos dez mandamentos. National Gallery, Londres, Reino Unido.



Bridgeman Images/Keystone Brasil

Émile Durkheim: a religião sem divindade

A análise sobre a religião em Émile Durkheim está baseada na obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912), na qual o autor analisa o totemismo em povos tribais australianos. Durkheim procura explicar como essa forma religiosa pode esclarecer as funções, a origem e a persistência da religião em todas as sociedades, inclusive as modernas. Além disso, cria uma teoria geral da religião cujo fundamento reside nas formas religiosas mais simples, como precondição do viver social em todas as épocas. A religião seria, pois, uma forma de amalgamar as relações sociais dando-lhes unidade.

Para Durkheim, a religião é definida como sistema unificado de crenças e práticas relativas às coisas sagradas. Uma das funções sociais da religião seria unificar a população numa comunidade moral (igreja) e compartilhar um conjunto de crenças que seriam essenciais para o desenvolvimento da religião. Seria também um mecanismo de reforço da integração e da solidariedade social, o que desenvolveria práticas anti-individualistas.

Para ele a sociedade é uma máquina de criar deuses e pode ser entendida como uma consciência coletiva que age sobre o indivíduo, revelando-se capaz de elevá-lo acima de si mesmo. Mas, para que esse esforço de criação tenha êxito, é preciso que os indivíduos escapem da vida cotidiana, saiam de si mesmos, sejam possuídos pelo fervor de que a exaltação da vida coletiva é causa e expressão. Diante disso, ressalta o papel social da religião que preserva e dá forma expressiva a sentimentos que alimentam normas e valores, fundamentais numa sociedade, fornecendo uma base para o controle social das tendências destoantes, o que seria apenas a sacralização dos sentimentos morais de uma sociedade.

Para Durkheim não existem religiões falsas. Todas elas, a seu modo, são verdadeiras, pois todas respondem, mesmo de maneiras diferentes, a determinadas condições da existência humana. Durkheim afirmava ainda que a essência da religião é a divisão do mundo em fenômenos sagrados e profanos. Ele não entendia que a religião é a crença em uma divindade transcendente, uma vez que existem religiões sem um deus – o budismo é um exemplo. Também não definia a religião pelas noções do mistério ou do sobrenatural já que, para ele, só se concebe o sobrenatural por oposição ao natural, que só é possível de maneira positiva e através da ciência.

O sagrado se compõe de um conjunto de coisas, crenças e ritos. A religião pressupõe o sagrado, a organização das crenças relativas ao sagrado e, por fim, ritos ou práticas derivados das crenças. Se o homem adora a sociedade transfigurada, adora de fato uma realidade autêntica. A religião é uma experiência por demais permanente e profunda para não corresponder a uma realidade autêntica.

Werner Forman/Universal Images Group/Getty Images



Churinga, símbolo da mitologia aborígene australiana que dá caráter de sagrado a pedras, como a da imagem, em forma de totem, que representariam o espírito imortal de cada indivíduo. Região de Aranda, Austrália central.

Se esta realidade autêntica não é uma divindade, é preciso que seja o que está situado, por assim dizer, imediatamente abaixo dessa divindade, a sociedade.

A sociedade desperta o sentimento do divino responsável pelo respeito, devotamento e adoração. A sociedade favorece também o surgimento de crenças, porque os indivíduos vivem em comunhão uns com os outros e, na efervescência da festa, adquirem a capacidade de criar o divino.

Durkheim jamais acreditou no fim da religião. Viveu num tempo de crise das religiões, mas sustentava que sempre apareciam outras formas ou sistemas religiosos, tanto na vida privada e mais ainda na vida pública.

nas palavras de DURKHEIM

A natureza religiosa da sociedade

De uma maneira geral, não há dúvida de que uma sociedade tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos, pela simples ação que exerce sobre eles, a sensação do divino; pois ela é para os seus membros o que um deus é para os seus fiéis. Com efeito, um deus é antes de tudo um ser que o homem concebe, sob certos aspectos, como superior a si mesmo e do qual acredita depender. Quer se trate de uma personalidade consciente, como Zeus ou Jeová, quer de forças abstratas como aquelas postas em ação no totemismo, o fiel, em ambos os casos, se crê obrigado a certas maneiras de agir que lhe são impostas pela natureza do princípio sagrado com o qual se sente em contato.

Ora, também a sociedade provoca em nós a sensação de uma perpétua dependência. Por ter uma natureza que lhe é própria, diferente da nossa natureza de indivíduo, ela persegue fins que lhe são igualmente específicos, mas, como não pode atingi-los, a não ser por intermédio de nós, reclama imperiosamente nossa colaboração. Exige que, esquecidos de nossos interesses, façamo-nos seus servidores e submete-nos a todo tipo de aborrecimentos, privações e sacrifícios, sem os quais a vida social seria impossível. É assim que a todo instante somos obrigados a sujeitar-nos a regras de conduta e de pensamento que não fizemos nem quisemos, e que, inclusive, são às vezes contrárias às nossas inclinações e a nossos instintos mais fundamentais.

Todavia, se a sociedade obtivesse de nós essas concessões e esses sacrifícios apenas pelo material, ela não poderia despertar em nós mais que a ideia de uma força física à qual devemos ceder por necessidade, não uma potência moral como aquelas que as religiões adoram. Mas, em realidade, o domínio que ela exerce sobre as consciências deve-se bem menos à supremacia física cujo privilégio detém, do que à autoridade moral de que é investida. Se acatamos suas ordens, não é simplesmente porque está armada de maneira a triunfar das nossas resistências; é antes de tudo por ser objeto de autêntico respeito.

[...]

Pelo simples fato de terem por função aparente estreitar os vínculos que unem o fiel a seu deus, elas ao mesmo tempo estreitam os vínculos que unem o indivíduo à sociedade da qual é membro, já que o deus não é senão expressão figurada da sociedade.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 211-212 e 234.

Para Durkheim a ciência detém, nas sociedades modernas individualistas e racionalistas, a autoridade intelectual e moral suprema. É possível ir além da ciência, não permanecer atrás e recusar os seus ensinamentos.

Mas a sociedade moderna, como todas as sociedades, tem necessidade de crenças comuns.

A ciência da religião revela a possibilidade de reconstruir as crenças necessárias ao consenso, não porque seja suficiente para fazer surgir a fé coletiva, mas porque deixa a esperança de que a sociedade do futuro ainda seja capaz de fabricar deuses,

uma vez que todos os deuses do passado não foram senão a transfiguração da própria sociedade. A ciência não recria uma religião, mas assegura que as sociedades produzam em cada época os deuses de que necessitam.

Para o sociólogo francês Raymond Aron (1905-1983), Durkheim sustenta que, depois de matar os deuses transcendentais, a humanidade amaria a si mesma, dedicando-se ao que teria de melhor.

Max Weber: a racionalidade e a ética das religiões

Diferentemente de Durkheim, Max Weber enfatiza em sua análise das religiões a relação entre elas e as mudanças sociais, pois para ele os movimentos inspirados na religião podiam produzir grandes transformações sociais.

Max Weber foi um estudioso de várias religiões – cristianismo (protestantismo), judaísmo, hinduísmo, budismo, confucionismo, taoísmo – e seu principal ponto de observação era a ética econômica dessas expressões religiosas. Para ele, as religiões oferecem sentidos e significados para a existência humana, fornecendo segurança para enfrentar os problemas da contingência, da impotência e da escassez. Além do que, proporcionam ânimo diante do sofrimento e da morte. Nesse sentido, as religiões fazem parte da cultura e das estruturas institucionais de uma sociedade, pois influenciam as atitudes práticas dos humanos com relação às várias atividades da vida diária, tornando-se um fator causal na determinação da ação social.

O estudo das religiões é uma das grandes contribuições de Max Weber, principalmente no que diz respeito à ética econômica das religiões mundiais. Aqui, no entanto, a análise se concentrará na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), que mostra como o autor procura compreender o protestantismo como força indispensável (mas não a única) para o surgimento da modernidade ocidental, com seus valores inerentes de individualismo, liberdade, democracia, progresso, entre outros. Ao procurar assegurar a salvação – temporal e eterna –, não por meio de ritos ou por uma fuga do mundo, mas acreditando na sua inserção no mundo mediante a profissão e o trabalho, o protestantismo favoreceu a acumulação do capital e a formação do capitalismo.



Artista desconhecido. Banker making a loan transaction and recorded in the ledger, c. 1520/UniversalimagesGroup/Getty Images

Tapeçaria de autor desconhecido, c. 1520. Coleção particular. No século XVI, parte importante da burguesia europeia aderiu ao protestantismo, que considerava a riqueza obtida com o trabalho um sinal de salvação.

nas palavras de WEBER

Ética protestante e acumulação de capital

O ser humano não passa de um administrador dos bens que lhe dispensou a graça de Deus e, como o servo da parábola bíblica, deve prestar contas de cada centavo que lhe foi confiado, e é no mínimo temerário despender uma parte deles para um fim que tem validade não para a glória de Deus, mas para a fruição pessoal. [...] A ideia da obrigação do ser humano para com a propriedade que lhes foi confiada [...] estende-se por sobre a vida feito uma crosta de gelo. Quanto mais

posses, tanto mais cresce [...] o peso do sentimento da responsabilidade não só de conservá-la na íntegra, mas ainda de multiplicá-la para a glória de Deus através do trabalho sem descanso. Mesmo a gênese deste estilo de vida remonta em algumas das suas raízes à Idade Média como, aliás, tantos outros elementos do espírito do capitalismo moderno, mas foi só na ética do protestantismo ascético que ele encontrou um fundamento ético consequente. Sua significação para o desenvolvimento do capitalismo é palpável.

A ascese protestante intramundana [...] agiu dessa forma, com toda a veemência, contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o consumo, especialmente o consumo de luxo. Em compensação, teve o efeito psicológico de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo [...] como diretamente querido por Deus.

[...]

A ascese lutou do lado da produção da riqueza privada contra a improbidade, da mesma forma que contra a avidez puramente impulsiva – condenando esta última [...]: a ambição de riqueza como fim último de ser rico. [...] Eis, porém, algo mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de “espírito” do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com esta desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança. Os obstáculos que agora se colocavam contra empregar em consumo o ganho obtido acabaram por favorecer seu emprego produtivo: o investimento de capital.

[...]

Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus. E ainda por cima dava aos trabalhadores a reconfortante certeza de que a repartição desigual dos bens deste mundo era obra toda especial da divina Providência...

WEBER, MAX. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 155-161.

O protestantismo, para Weber, promovia a ética do trabalho como fonte da satisfação pessoal e isso tornava o indivíduo um trabalhador incansável, certo de sua salvação e merecedor do respeito de seus companheiros de crença. O sucesso no trabalho era interpretado como indicação de que o indivíduo fazia parte daqueles predestinados à salvação dada por Deus. Isso o impedia de investir os frutos de seu trabalho no consumo de luxo e exibir sua riqueza, o que o levava a viver uma vida muito simples em seus hábitos cotidianos. Existia apenas uma forma permitida de uso da riqueza acumulada: o reinvestimento em empresas produtivas.

Segundo Weber, foi essa ética protestante a principal responsável pelo sucesso material dos países protestantes que, a partir do século XVII, colocaram-se na vanguarda do desenvolvimento capitalista. Mas o resultado final dessas mudanças – isto é, o processo de acumulação do capital – não era tratado como meta a ser alcançada, nem foi previsto por seus líderes.

No final de sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber deixa clara sua intenção de não substituir uma interpretação causal/materialista/

unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral, da cultura e da história, mas apenas indicar mais uma dimensão que deveria ser levada em conta para entender a emergência do capitalismo moderno.

Pode-se, panoramicamente, perceber que os três autores clássicos da Sociologia (Marx, Durkheim e Weber), ao analisarem a religião como fenômeno sociológico, intuem, cada qual à sua maneira, que a religião pode ser vista, ao mesmo tempo, como elemento de crítica e de conservação da sociedade. Nesses termos, suas funções seriam a integração e a manutenção dos laços da sociedade e, de modo contínuo, também a promoção da mudança social.

Um sociólogo contemporâneo e a religião: Peter L. Berger

O sociólogo austro-americano Peter L. Berger (1929-) é uma voz muito importante na análise da questão religiosa, uma vez que procura utilizar as contribuições tanto de Marx – a realidade é um produto coletivo da ação humana – quanto de Durkheim – a objetividade do social contrasta com a esfera individual – e Weber – a realidade social constituída de significações humanas.

Para Berger, a sociedade humana é uma construção coletiva de um mundo onde a religião ocupa um lugar destacado. Assim, construímos uma cultura e também religiões cujas funções são as de manutenção e de estabilização das sociedades.

Mas Berger levanta uma questão fundamental em suas análises: como manter a estabilidade se as sociedades mudam constantemente? Ele próprio responde afirmando ser isso possível porque a socialização através das instituições (família, escola, religião etc.) garante um consenso duradouro que mantém a ordem social e se desenvolve por meio do processo de legitimação e de controle social, explicando e justificando essa ordem e também convencendo os indivíduos de que aquilo que lhes é dito e ensinado é algo sensato, correto e saudável.

Dentro desse contexto, fica mais fácil entender o papel e a função da religião. Para Berger, em seu livro *O dossel sagrado*, a religião aparece como um dos sistemas fundamentais de estabilidade social, posto que parece se elevar sobre a realidade da vida cotidiana, oferecendo aos adeptos uma ordenação da realidade, dando-lhes sentido e significado e ainda servindo como uma excelente proteção contra o terror da instabilidade cotidiana.

A religião exerce um importante papel de integração das experiências cotidianas, respondendo aos sintomas das crises individuais. Para o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006), a religião não está tão intencionalmente dedicada a evitar o sofrimento, mas a exigir que ele seja algo tolerável e suportável. Isso se dá porque há uma vida espiritual pós-morte que possibilita ao humano compensar as mazelas vividas na terra já que há a esperança de continuidade da vida num plano superior.

Por outro lado, Berger afirma que a religião também desenvolve um processo de alienação, na medida em que as instituições humanas acabam sendo vistas como sagradas, por serem consideradas naturais. Ao fazer isso, ocultam que este mundo e sua significação foram e continuam a ser produzidos pelos humanos vivendo em sociedade. Mas, diz ele, a religião pode, tendo em vista a precariedade da existência humana, ser desalienadora e desmascarar as pretensões do poder político. Em situações específicas pode questionar o statu quo em uma determinada sociedade e até fomentar mudanças sociais.

nas palavras de BERGER

A religião como construção humana

A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência. Essa qualidade pode ser atribuída a objetos naturais e artificiais, a animais, ou a homens, ou às objetivações da cultura humana. Há rochedos sagrados, instrumentos sagrados, vacas sagradas. O chefe pode ser sagrado, como o pode ser um costume ou instituição particular. Pode-se atribuir a mesma qualidade ao espaço e ao tempo, como nos lugares e tempos sagrados. A qualidade pode finalmente encarnar-se em seres sagrados, desde os espíritos eminentemente locais às grandes divindades cósmicas. Estas últimas podem, por sua vez, ser transformadas em forças e princípios supremos que governam o cosmos, e não mais percebidas em termos pessoais, mas ainda investidas do *status* de sacralidade. As manifestações históricas do sagrado variam muito, embora transversalmente se observem uniformidades na cultura.

[...]

O sagrado é apreendido como algo que “salta para fora” das rotinas normais, do dia a dia, como algo extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas. Embora o sagrado seja apreendido como distinto do homem, refere-se ao homem, relacionando-se com ele de um modo em que não o fazem os outros fenômenos não humanos (especificamente os fenômenos de natureza não sagrada). Assim o cosmos postulado pela religião transcende e, ao mesmo tempo inclui, o homem. O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985. p. 38-39.

Um tema controverso: ciência e religião

Um tema muito discutido há tempos é a relação entre ciência e religião. Esse assunto sempre traz à tona uma série de conflitos pessoais caso apresente ao indivíduo a situação de precisar optar por uma ou por outra.

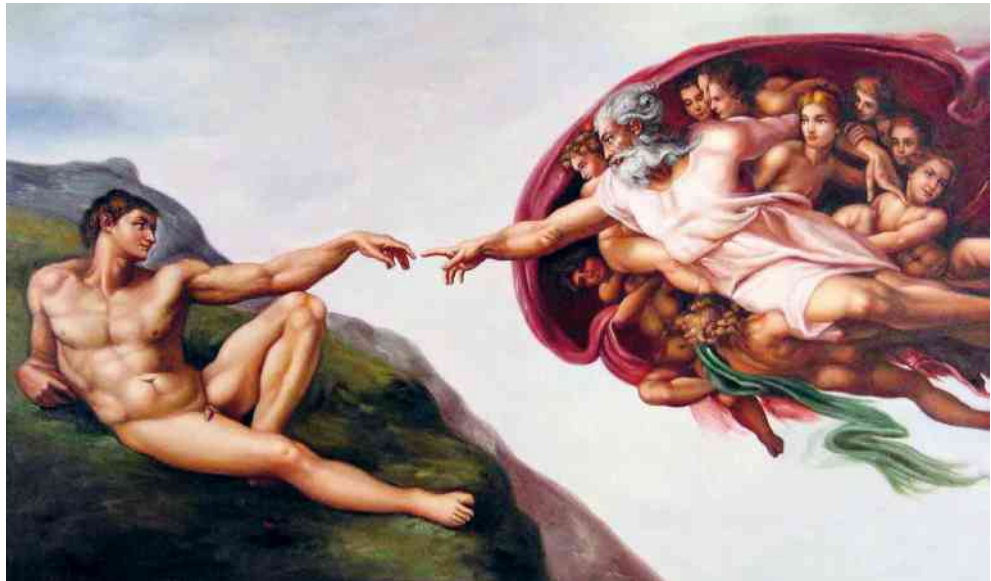
Uma primeira abordagem leva a reflexões que as distinguem nitidamente: a religião exige a **crença** como fundamento, isto é, a **fé**. Desse modo a “verdade” já está estabelecida nos livros sagrados ou nos ensinamentos orais, sendo possíveis apenas diferentes interpretações, mas nunca o questionamento de suas bases.

Já a ciência tem por fundamento a **crítica**, o questionamento, a descrença, a dúvida constante e, não menos, a observação e a verificação de suas descobertas e afirmativas. As “verdades” da ciência são sempre provisórias devido à possibilidade de serem sempre superadas a qualquer momento no seu todo ou em parte. A ciência se apoia em hipóteses e o seu conhecimento é válido apenas dentro de determinados limites de seu objeto de estudo. Por ser limitada, dá margem a novas descobertas e teorias sobre determinado fenômeno. Assim, o conhecimento científico é sempre fragmentário, incompleto e jamais está concluído e pronto.

Muitas vezes ouvimos alguém dizer que a ciência nega a religião, mas isso não tem sentido. Durkheim, por exemplo, sentencia: “Diz-se que a ciência nega a religião em princípio. Mas a religião existe, é um sistema de fatos dados; em uma palavra, é uma realidade. Como poderia a ciência negar a realidade?”

Narrativas religiosas não pressupõem uma explicação racional para o que é humano, mas exigem uma adesão incondicional baseada na crença de cada fiel ou crente, e não se preocupam com o argumento racional. A narrativa bíblica da criação do mundo e do homem, do ponto de vista das ciências sociais, é apenas mais um dos mitos da criação, entre outros das mais diversas culturas antigas. Desse ponto de vista um mito é tão verdadeiro quanto todos os outros.

No cotidiano da ciência e da religião, há situações de esperança, angústia, medo, admiração etc. Por isso é importante deixar claro que a ciência e a religião, cada uma a seu modo, procuram dar sentido à vida, isto é, às questões existenciais. Para tanto, autocrítica e humildade são elementos fundamentais tanto para cientistas quanto para religiosos ou teólogos.



Michelangelo. A Criação, 1508-12. Museu do Vaticano/Capela Sistina

A criação de Adão, afresco pintado por Michelangelo Buonarroti, entre 1508 e 1512, que fica no teto da Capela Sistina, Vaticano. A cena representa um episódio narrado no livro de Gênesis, o livro da Bíblia no qual Deus cria o primeiro homem: Adão.

nas palavras de GLEISER

Ciência e religião

O debate entre ciência e religião restringe-se na maior parte das vezes à discussão de sua mútua compatibilidade: será possível que uma pessoa possa questionar o mundo cientificamente e ainda assim ser religiosa? Acredito que a resposta é um óbvio sim, contanto que seja claro para essa pessoa que não devem interferir entre si de modo errado, ou seja, que existem limites tanto para a ciência como para a religião.

Cientistas não devem abusar da ciência, aplicando-a a situações claramente especulativas, e, apesar disso, sentirem-se justificados em declarar que resolveram ou que podem resolver questões de natureza teológica. Teólogos não devem interpretar textos sagrados cientificamente, porque estes não foram escritos com esse objetivo.

Para mim, o que é realmente fascinante é que tanto a ciência como a religião expressam nossa reverência e fascínio pela Natureza. Sua complementaridade se manifesta na motivação essencialmente religiosa dos maiores cientistas de todos os tempos. A reverência que tanto os inspirou, e que me inspira a ser um cientista hoje, é em essência a mesma que inspirou os criadores de mitos de outrora. Quando, nos confins silenciosos de nossos escritórios, nos deparamos com algumas das questões mais fundamentais sobre o Universo, podemos ouvir, mesmo que sufocados pelo som monótono dos computadores, o canto de nossos antepassados ecoando no tempo, convidando-nos para dançar.

GLEISER, Marcelo. *A dança do universo: dos mitos de criação ao big-bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 40.

Marx e a religião hoje

Se Marx estivesse hoje vivo em carne e osso e tivesse vivido a experiência do século XX, talvez reformulasse uma de suas velhas máximas: “A religião é o ópio do povo”. Ficaria, possivelmente, estupefato com as novas perspectivas que alcançam a todos. Diria, hipoteticamente, que o consumo e a ilusão de classe são as novas drogas que alienam e que impedem que as maiorias compreendam o real. Veria que a luta continua, porém suas bases não seriam exatamente as mesmas.

[...]

Ficaria extasiado com o mundo atual. [...] Entenderia, com alguma ajuda, que as velhas religiões foram modificadas e adequadas aos novos tempos dos sucessos do Capital. Veria que as novas igrejas são ainda mais integradas ao mundo dos negócios, à lógica do consumo e às ilusões de ascensão social.

[...]

Veria que sua busca profunda por liberdade política e filosófica continua válida e atual, mesmo tendo-se passado quase dois séculos. Não obstante, teria uma surpresa em ver que alguns praticariam suas religiões de modo aceitável, tratando-as como problemas de foro íntimo, isto é, como algo individual, sem invadir outros espaços da vida.

Veria que entre muitos crentes nas religiões de hoje, existem os que aceitam as conquistas das ciências, que tanto melhoraram a vida humana. [...] Quase ninguém dá a menor importância concreta às interdições sexuais propostas por várias igrejas. A contracepção é demonizada por elas, todavia, as grandes maiorias a praticam

regularmente, por isso os índices de natalidade baixaram e continuam baixando. Quase ninguém é louco de não praticar sexo seguro porque o Papa disse que é pecado.

[...]

Ficaria surpreso com o materialismo pragmático do tempo presente. Neste, se é materialista no que se refere ao consumo e à ascensão social. No resto, é possível acreditar em alguma religião sem que isto exija qualquer transcendência. A busca não é mais por deuses ou santos. O sucesso tomou o lugar dos mesmos e seus representantes são úteis se servem ao processo de se tentar ocupar uma vaga no sol monetário do capitalismo.

[...]

Há quem não precise de religião alguma para pensar, mesmo assim, qualquer homem ou mulher possui crenças, isto é, acredita em algo que o impulsiona na direção do saber, da liberdade e da justiça social. De algum modo, todos creem, ou melhor, as pessoas com qualidades especiais são as que mais acreditam que é possível viver em um mundo melhor. É preciso reconciliar a todos, respeitar diferentes modos de ver o mundo, com exceção daqueles que são anti-humanos, isto é, os que são construídos contra todos os seres de boa-vontade.

LOPES, Luís Carlos. Marx e religião no mundo presente. *Carta Maior*, 17 out. 2010. Opinião. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinioao/Marx-e-religioao-no-mundo-presente/19631>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

1. Na sua opinião, as pessoas precisam ou não da religião? Por quê?

Religiões e religiosidades nas sociedades de hoje

A grande quantidade de expressões e manifestações religiosas de hoje é algo perceptível no cotidiano dos indivíduos e também nos dados estatísticos. Isso explica a variedade de publicações de cunho religioso, tanto impressas quanto virtuais. Deve-se também estar atento ao significativo número de pessoas empenhadas em falar, escrever e compartilhar temas religiosos. É preciso, então, admitir: é tarefa impossível analisar a religião em sua totalidade, daí a abordagem, nesta obra, de apenas alguns aspectos das religiões e religiosidades da atualidade global.

Diversidade religiosa: respeito e coexistência

Já vimos que existem possibilidades de crença e de práticas religiosas para todos aqueles que pretendem aceitar as normas e regras de cada uma delas. Para isso é necessário que o indivíduo viva em uma sociedade onde seja colocado em prática o pressuposto da liberdade. A consequência de uma sociedade onde haja liberdade é a liberdade de escolha. Assim, cada indivíduo pode filiar-se a qualquer religião ou religiosidade (podendo até escolher uma, duas ou três) e também não se vincular a nenhuma delas.

Se a possibilidade de escolha existe para todos, para a Sociologia, nenhuma das alternativas é melhor ou mais verdadeira que outra. Cabe aceitar a opção de cada um e respeitar as escolhas alheias. Diante dessa realidade, pode-se discutir a questão do respeito e da coexistência religiosa.

O respeito pela vida religiosa dos outros – ou pela ausência dela –, por suas crenças, opiniões e seus respectivos pontos de vista é o princípio fundamental para a coexistência humana, ou seja, para a sociabilidade entre os humanos, sempre levando em conta os direitos humanos básicos. Compete a cada um e a todos desenvolver o respeito pela escolha dos outros.

Mas por que os conflitos religiosos existem? Por que há uma indisposição contra a diversidade religiosa e a convivência com o diferente? A resposta a essa questão pode estar baseada naquilo que se convencionou denominar **fundamentalismo** religioso mesclado a uma visão egocêntrica ou “religiocêntrica”, isto é, uma percepção que confere caráter de absoluto e verdadeiro aos próprios pontos de vista e à própria crença religiosa. É uma forma de interpretar e viver a doutrina ao pé da letra, de forma rigorosa, sem levar em conta o espírito que a norteou e sua inserção na história, desconsiderando, portanto, a urgência de respeito à crença do outro.



Morador de aldeia na província de Al-Hasake, Síria, ora nas ruínas da Igreja de São Jorge, destruída por terroristas em 2015. Com o objetivo de instituir um califado, regime político-religioso orientado pela lei religiosa islâmica, o Estado Islâmico recorre a ações extremas contra populações civis.

nas palavras de PIERUCCI

O que é o fundamentalismo?

[...] Noutras palavras, fundamentalista é quem se apega à letra da palavra revelada como sendo a única verdade, quem nutre a convicção de que o texto escriturístico está livre de erros humanos, e só a interpretação literal tem cabimento e validade. Quer dizer que só pode ser fundamentalista quem erige na centralidade de sua fé a letra, a literalidade de uma Escritura Sagrada divinamente inspirada por um Deus único. Antes de ser fundamentalista é preciso ser monoteísta. O muçulmano pode ser fundamentalista, o judeu, o protestante, até mesmo o católico. Já o hindu ou o taoísta, dificilmente. Para o adepto do candomblé ou da umbanda, religiões sem livro sagrado, é impossível ser fundamentalista. Fundamentalismos são fenômenos típicos das religiões monoteístas. Que são três, todas originárias do Oriente Médio, as chamadas religiões abraâmicas: judaísmo, cristianismo e islã. Não é por acaso que o islã as denomina, todas as três, “religiões do Livro”. É por isso que, quando se deixa de lado como traço essencial do fundamentalismo o monoteísmo escriturístico – que supõe que a verdade, assim como a divindade, é uma só, a verdade é una, não havendo nem podendo haver outras verdades além dela –, deixa-se de compreender muito de sua força e de seu significado no mundo contemporâneo. Religiões politeístas e panteístas não podem ser fundamentalistas, não conseguem sê-lo. [...]

PIERUCCI, Antônio Flávio. Criacionismo é fundamentalismo. O que é fundamentalismo? *Revista ComCiencia*, n. 56, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200407/reportagens/12.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Religião: mídia e mercado ou mercantilização do sagrado

No mundo contemporâneo é possível encontrar vários sistemas que procuram decifrar a realidade, religiosos ou não. Esses sistemas disputam entre si a “melhor” explicação sobre a vida. Como não há um tribunal que determine qual é, entre as propostas disponíveis, a mais satisfatória, instala-se, então, uma verdadeira concorrência pelo conjunto de razões que melhor justifique a vida.

Nesse contexto, é estabelecida uma concorrência entre as alternativas religiosas que buscam conseguir o maior número de adeptos e ganha, momentaneamente, aquela que estiver mais estruturada e oferecer os melhores produtos

sagrados, como num mercado de produtos de beleza ou num restaurante que vende comida por quilo. É por esses objetivos – por mais fiéis e mais audiência – que se define uma competição crescente.

Conforme Peter Berger e Thomas Luckmann, na obra *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*, “se quiserem sobreviver, as Igrejas devem atender sempre mais aos desejos de seus membros. A oferta das Igrejas deve comprovar-se num mercado livre. As pessoas que aceitam a oferta tornam-se um grupo de consumidores. Por mais que os teólogos se ericem, a sabedoria do velho ditado comercial – ‘o freguês tem sempre razão’ – impõe-se também às Igrejas. Elas nem sempre seguem o ditado, mas frequentemente o fazem.”

Na batalha de busca por adeptos, ou na manutenção dos que já o são, o rádio foi uma das alternativas muito utilizadas, tanto é que existem centenas de programas de cunho religioso em vários países e também no Brasil desde a década de 1950. Atualmente, porém, um dos meios mais utilizados, pelo qual se travam as maiores disputas, são os programas televisivos.

No contexto do cristianismo encontramos hoje uma série de programas televisivos de igrejas neopentecostais (Igreja Apostólica Renascer em Cristo, Bola de Neve Church, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras) que dominam canais, horários nobres e, principalmente, as madrugadas. O catolicismo romano também investe maciçamente na mídia televisiva. É possível assistir aos canais Canção Nova, TV Aparecida, Rede Vida, além de programas veiculados por outras emissoras. Cada programa possui uma peculiaridade, apesar de representarem a mesma instituição.

Mas não é só no cristianismo que isso ocorre, posto que já existem programas televisivos também, ainda não tão conhecidos, de manifestações religiosas como judaísmo, islamismo, espiritismo kardecista, Seicho-No-Ie, entre outras.

Com a popularização da internet, é possível encontrar também informações de todas as religiões e religiosidades do mundo nos mais variados formatos: sites, blogs, clips etc.

Globalmente é também possível relacionar o mercado mundial e as diversas religiões, já que a universalidade do mercado e das religiões transcende os indivíduos, classes sociais e nações. O domínio de ambos não conhece fronteiras e abarca o planeta por inteiro.



Gravação de programa de um canal de TV católico de abrangência nacional. Valinhos, São Paulo, 2013.

Danilo Verpa/Folhapress

nas palavras de CAMPOS

A mercantilização do sagrado

A “mercantilização” da religião é uma palavra que, ao ser usada, exige cuidados, pois presta-se a incompreensões e equívocos, incompatíveis com o discurso científico, daí o fato de a colocarmos entre aspas. Isso porque “mercantilização”, em nosso meio, se refere a algo extremamente negativo quando aplicado a religião. Dizer que esta ou aquela religião é “mercantilista” tornou-se um estigma que, atribuído insistentemente a uma instituição, é de difícil remoção. Porém, diga-se de passagem, a “mercantilização do sagrado” como estigma lançado a diversas práticas religiosas é uma incoerência do sistema capitalista porque, se tudo nele é negócio e mercadoria, por qual motivo a religião deveria estar fora desse mercado? Afinal de contas, uma sociedade que mercantiliza o sexo, a inteligência, os sentimentos humanos mais íntimos, por que resiste tanto à ideia de se considerarem os fenômenos religiosos bens comercializáveis?

CAMPOS, Leonildo. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Apud: BIANCO, Gloecir. *Pluralismo religioso brasileiro e a crise de sentido*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Bianco,%20Gloecir.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Religião e Estado: política e religião

A relação entre religião e Estado não se confunde com a relação entre religião e política. A ação política é muito mais ampla, permeia a maioria das atividades da vida em sociedade e sua movimentação não pode sofrer restrições no que diz respeito às estruturas estatais.

Separação entre religião e Estado e o surgimento do Estado laico

As bases para a separação entre religião e Estado e o processo de constituição de um Estado laico foram lançadas ainda no século XV, quando teve início uma lenta e gradual separação entre o pensamento religioso, de um lado, e o pensamento político, filosófico e científico, de outro. Este recusava o predomínio e a autoridade de uma verdade revelada, externa ao mundo e considerada absoluta e definitiva.

Estado laico é aquele em que as instituições públicas e a sociedade civil mantêm independência em relação às diretrizes e aos dogmas religiosos e no qual não se aceita a ingerência direta de nenhuma organização religiosa nos assuntos oficiais. Assim, o Estado laico não é um Estado irreligioso ou antirreligioso, não é uma relação de contraposição, mas, sim, de autonomia recíproca entre duas formas distintas da atividade e do pensamento humanos.

Após a Revolução Francesa (1789) e com o desenvolvimento do pensamento liberal no Ocidente, desenvolveram-se três grandes princípios sobre a relação entre a religião e o Estado, ainda presentes até hoje.

- As práticas e convicções religiosas fazem parte da vida privada dos grupos e indivíduos, mantendo aí sua legitimidade.
- Por se tratar de assunto privado, tendo a necessidade de assegurar a liberdade individual e visando estabelecer a justiça e o bem-estar ao maior número de indivíduos, o Estado deve ser neutro nas disputas pela “verdade” das questões religiosas ou isento para não promover favorecimentos a nenhuma religião ou religiosidade.

- A separação entre as instituições religiosas e o Estado significa a manutenção da autonomia institucional de um domínio em relação ao outro. Assim ficam definidas as garantias constitucionais de liberdade de consciência e culto e ao mesmo tempo a independência da autoridade civil e política em relação à autoridade religiosa.

Mas se isso estava claro naquele momento, e em especial na França revolucionária, não significa que em todos os países tenha ocorrido uma separação tão nítida assim, posto que a relação entre as organizações religiosas e os Estados soberanos, em diversos momentos e em diversos países, teve um comportamento diferente, desde a total separação até a sua total vinculação. Seguem exemplos de alguns casos concretos.

- A França, país onde há a separação na teoria e na prática, onde são seguidos os três princípios já citados, o Estado e as organizações religiosas são formalmente separados, não sendo permitidas intromissões do poder político em nenhuma esfera relacionada ao ambiente religioso nem deste no meio político.
- A Austrália e os Estados Unidos da América, onde existe uma separação na teoria, mas uma acomodação na prática. O Estado não tem nenhum propósito religioso e nenhuma religião, mas mostra alguma preferência. O Estado declara-se neutro nas questões religiosas, só se pronuncia juridicamente quando provocado, como na questão do ensino religioso em escolas públicas ou quanto a subsídios financeiros a escolas confessionais.
- A Alemanha, nação na qual há uma separação na teoria e cooperação na prática entre religião e Estado. As religiões são portadoras de certos direitos que o Estado deve respeitar, garantindo ao mesmo tempo que não haja nenhuma religião oficial ou igreja estatal. Há claramente um caráter cooperativo entre poder público e religião, através de contratos públicos com congregações religiosas, termos de cooperação acerca da administração de cemitérios, apoio religioso em estabelecimentos prisionais, organização de aulas de religião em escolas públicas, por exemplo. Aqui também poderia se situar o Brasil.
- A Inglaterra, o Canadá, o Japão e Israel, onde há uma unidade formal com divisão substantiva. Há o reconhecimento de uma religião oficial por parte do Estado, porém aquela se apresenta organizacionalmente separada deste. A separação fica clara porque as duas organizações têm estruturas diferentes, almejam objetivos diversos, possuem processos decisórios separados e distintos e, principalmente, as organizações religiosas não exercem autoridade política. Apesar de o Estado reconhecer uma religião oficial, a liberdade religiosa é respeitada, o que significa consideração para com outros grupos religiosos ou pessoas não religiosas.



Wilson Dias/Agência Brasil

Presidente da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Sérgio da Rocha, fala sobre o apoio da entidade à campanha de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da febre chikungunya e do vírus Zika, 2016. Exemplo de uma relação de caráter cooperativo entre o Estado e a igreja.

- O Irã, a Arábia Saudita e o Vaticano, entre outros, onde há unidade formal e unidade substantiva. Há uma profunda influência do grupo religioso sobre o político. A relação entre religião e Estado é total e completa, a ponto de se confundirem. Nos casos mais extremos, as obrigações legais são vistas como deveres religiosos e os atos ilegais são considerados pecados e passíveis de punição pelo Estado. Há ainda exemplos bastante radicais onde há apenas uma religião oficial, com a proibição das demais, caso da Arábia Saudita.

Como se pode comprovar, a separação entre religião e Estado não é tão simples. Duas situações, historicamente precisas, ilustram a dificuldade em abordar essa questão.

- Em pleno século XXI, o soberano da Inglaterra é o governador supremo da Igreja da Inglaterra, a Igreja Anglicana, e os 26 bispos sentam-se na Câmara Alta do governo, a Câmara dos Lordes.
- É impossível compreender a história política japonesa sem levar em conta que a esfera pública construída em torno do Estado nacional foi, desde a instauração do império em 1868 até 1945, trabalhada pelos valores de piedade filial, respeito à autoridade, conformismo às regras estabelecidas (o culto ao imperador antes da derrota de 1945; a submissão à autoridade sem questionamento por parte dos indivíduos), todos elementos fundamentais do xintoísmo.

A ação política religiosamente orientada

A religião e a política estão presentes no cotidiano dos indivíduos. Mas, em determinados lugares, práticas religiosas, antes individuais, transformaram-se em práticas sociais e políticas, ocuparam espaços públicos e adentraram as instituições estatais. Nessas localidades houve um deslocamento de fronteiras entre o privado e o público e questões que dizem respeito ao indivíduo, como o divórcio, o direito de as mulheres realizarem aborto, o uso de células-tronco embrionárias, os direitos das comunidades LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), entre outras, foram tratadas como assuntos nos quais caberia a intervenção do Estado.

Se a separação entre a religião e o Estado não é tão clara quanto se pretende na teoria, a relação entre as instituições religiosas e seus adeptos e a ação política torna-se mais presente nos dias atuais. Se antes essa relação acontecia entre os poderes públicos e as cúpulas das instituições religiosas, hoje a manifestação de indivíduos e grupos independentes das lideranças também ocorre com mais desenvoltura.

O que se pode notar hoje é que as instituições religiosas e os seus fiéis transformaram-se em um fenômeno de massa, de notável capacidade mobilizadora e de grande força aglutinadora. Tanto isso é verdade que basta analisar a atuação de parlamentares ligados a organizações religiosas no Congresso Nacional. Nas votações em que o assunto em questão fere dogmas ou preceitos religiosos, os congressistas, dando voz àqueles que os elegeram, seguem à risca seus princípios religiosos, configurando dessa maneira a ação política orientada pela religião.

Protesto em frente à Biblioteca Nacional de Brasília, DF, 2011, contra o aborto no Brasil. Opção individual ou decisão na qual o Estado tem o direito de interferir?

Elio Rizzo/Futura Press



Religiões no mundo contemporâneo: convivência e conflitos

[...] no mundo contemporâneo, é possível que situações consolidadas — essas e outras, as radicalmente tradicionais ou as recentemente constituídas — estejam sujeitas a tentativas de reversão, de tipo variado. Um exemplo disto é o da descolonização, ainda que com repercussões tardias (a Índia, a Nigéria, o Sudão). Outro exemplo são as sucessivas guerras na Iugoslávia, sendo típico o caso da Bósnia, onde a convivência pluri-religiosa tradicional – nas famílias, através dos casamentos e no cotidiano da participação na vida de vizinhança – ameaçou ceder o espaço a agressivas procuras de hegemonia. Questionamento análogo – com mais brandura – pode ser feito relativamente ao Brasil, seja quando grupos étnico-culturais (indígenas ou negros) recuperam, juntamente com o sentido da sua história, a religião que tradicionalmente fora a sua, sem deixar de se definir através daquela que a história nacional lhes impôs, seja quando a identidade nacional-religiosa tradicional, a do “Brasil católico”, está em vias de se transformar (sem deixar de ter significado globalizante) em outra, a de “Brasil evangélico”. Nestes casos todos, cultura e política estão presentes no encontro, mas quem

o organiza e lhe dá forma é a procura ou a recuperação de uma identidade.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Acabariam por mostrar como, quando emaranhada com os outros níveis da existência coletiva ou determinada instância social, a religião, aparentemente destinada a “congregar”, “religar”, estabelecer “a Paz na terra”, pode tornar-se fator de divisão, de confrontos, de rivalidade e mútua ambição – enfim, de guerra. Das quarenta e cinco situações de conflito atualmente em curso, quase todas têm a ver em certa medida – às vezes primordialmente – com a religião.

SANCHIS, Pierre. *Religiões no mundo contemporâneo: convivência e conflitos*. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15114/15568>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

1. Como afirma o autor, as religiões pregam a paz e a convivência entre os povos. Porém, a guerra e a violência fazem parte do nosso cotidiano e em muitos casos são decorrentes ou envolvem aspectos religiosos. Que elementos poderiam explicar esse fenômeno?
2. Os elementos que explicam a guerra e a violência seriam puramente religiosos ou de outra ordem? Ou são os dois?



Nigéria: país dividido territorialmente pelo rio Níger e também por religiões. O Norte é majoritariamente muçulmano; o Sul e o Centro são cristãos. Desde 2002, motivados principalmente pela adoção da *sharia*, a lei islâmica religiosa, a violência já deixou mais de 10 mil mortos e milhares de refugiados.

Religiões e religiosidades no Brasil

36

capítulo

Analisar as manifestações religiosas no Brasil é sempre um desafio, haja vista que no cotidiano os temas religiosos invadem os diferentes espaços da vida. Nos meios de comunicação, principalmente na TV, é possível assistir a missas católicas, cultos de diversos grupos protestantes, discussões e explicações sobre os mais variados fenômenos religiosos, espetáculos de curas milagrosas etc. Nas ruas, multiplicam-se pregadores e divulgadores de mensagens religiosas, promessas de felicidade, redenção e até o fim, próximo, dos tempos. Nas livrarias, as estantes estão lotadas de livros e publicações que demonstram o quanto é intensa a divulgação de ideias, canções e previsões das mais variadas religiões. Na internet, as mensagens religiosas mostram expressões particulares e institucionais de todos os tipos de religiões e religiosidades.

As religiões nativas ou dos povos indígenas

Quando analisamos a vida nas sociedades indígenas – os quais estavam por aqui antes de qualquer autoproclamado “descobridor” – é necessário levar em conta que, mesmo com todas as mudanças ocorridas nos modos de vida dessas sociedades, decorrentes do contato e dominação da sociedade moderna, eles ainda preservam as suas especificidades culturais. Apesar das aparências que a vida moderna impôs a eles, é fato que conseguiram sobreviver às várias formas de destruição de seus valores tradicionais. Mesmo os povos que vivem nas áreas mais remotas da Amazônia já adotaram as inúmeras inovações das sociedades que vivem em seu entorno, mas dentro do contexto indígena esses elementos ganharam novo significado e hoje fazem parte de seus sistemas simbólicos.

Conforme a antropóloga brasileira Kimiye Tommasino (1943-), para se pensar a questão da religião entre os povos indígenas é necessário observar que há uma grande diferença entre a cosmologia (visão de mundo) ocidental e a dos povos indígenas. Para eles não há distinção entre as esferas econômica, religiosa, familiar ou política; são universos muito próximos, quase inseparáveis, aspectos de uma única totalidade. Como consequência, não é possível separar o sagrado do profano, o natural do sobrenatural, pois são meios que se interpenetram e se influenciam reciprocamente.

Um chefe de família da sociedade guarani, por exemplo, ao plantar uma roça de milho, antes de preparar o solo, realiza uma cerimônia denominada *mongaraí*, que se pode traduzir por batismo ou reza. A cada etapa do crescimento da planta é realizado o *mongaraí*, sendo que um processo completo compreende oito rezas. Assim, ao observar as ações voltadas para a realização de uma roça guarani não é possível dizer que se trata exclusivamente de uma atividade de



Indígenas Yawalapiti lutando o Huka Huka durante o Quarup em homenagem ao intelectual brasileiro Darcy Ribeiro. Gaúcha do Norte, Mato Grosso, 2012.

Kaingang. Essas atividades possuem múltiplas funções e não podem ser reduzidas a festas ou rituais. Outro exemplo: o ritual Quarup, característico dos povos do Alto Xingu. Trata-se de uma cerimônia funerária que envolve mitos de criação da humanidade, classificação hierárquica nos grupos, iniciação das jovens e relações entre as aldeias daquele espaço. É um fato social total, conforme nos ensinou o antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950).

As religiões indígenas expressam uma sabedoria, uma maneira própria de ser e de estar no mundo, uma cosmovisão que precisa ser entendida de forma integrada como uma visão de si, dos outros seres e do mundo. Elas estão presentes e operantes no cotidiano e em todos os aspectos da vida desses povos. Nestes, pessoas, em geral as mais velhas, desempenham papéis específicos e importantes no âmbito religioso e são as intérpretes dos cantos, dos sonhos e das visões dos povos. São considerados os xamãs ou pajés e atuam como mediadores entre o mundo material e o mundo espiritual. Mas, na maioria das comunidades tribais, o xamã ou o pajé é escolhido por entidades espirituais, manifestadas, sobretudo, em sonhos ou em falas aceitas pelos praticantes como representativas da vontade de uma entidade superior ou resultado da capacidade de prever o futuro.

As “religiões” dos povos indígenas não possuem dogmas. Para eles são importantes as tradições orais baseadas em mitos e nas falas dos mais velhos que orientam a conduta individual e comunitária.

nas palavras de MUNDURUKU

A tradição e a memória como fundamento da sociedade

Lembro, para reforçar a tradição, o que o velho chefe Seattle dizia no século passado: “O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido fará a si mesmo.” Recordo também o que o velho Apolinário receitava quando queria reforçar nas crianças a necessidade de voltar-se para a Tradição.

[...]

“Se vocês quiserem saber como foi o começo de tudo, perguntem ao nosso irmão mais velho, o fogo; se quiserem entender onde mora a alegria, perguntem à água cristalina, pois ela vem da fonte da alegria; querendo saber as notícias dos espíritos, questionem o irmão vento, pois ele vem de longe; se querem saber qual o som da criação, perguntem à Terra-Mãe, pois ela tudo gerou.”

As sociedades tradicionais são filhas da memória e a memória é a base do equilíbrio das tradições. A memória liga os fatos entre si e proporciona a compreensão do todo. Para compreender a sociedade tradicional indígena é preciso entender o papel da memória na organização da vida.

[...]

No pensar de um povo existe o presente e tudo o que o presente acarreta como custo e benefício. O presente, no entanto, está atrelado ao passado. Não a um passado físico, mas a um passado memorial, dos feitos dos criadores, dos heróis, e do início dos tempos. [...] Viver é, portanto, ter os pés assentados no agora e o pensamento e o coração amarrados na Tradição, sabendo inclusive, que nossa permanência na Terra é uma dádiva, um “presente”. A vida é, assim, um momento de passagem para o encontro com o Grande Espírito. No entanto, de modo algum é uma passagem tranquila. Ao contrário, precisa harmonizar-se cada vez mais com os espíritos que habitam as florestas e os rios e tem de desenvolver uma relação de respeito para com eles a fim de, ao morrer, ser aceito e ajudado por eles.

[...]

Esses princípios estão fundados nas narrativas míticas onde o real e o fantástico andam de mãos dadas; onde ser e não ser fazem parte da mesma estrutura; onde o bem e o mal têm os mesmos poderes. Narrativas vivas, fundadoras de uma postura moral, ética, estética, social. Lá onde o divino se encontra com o humano, está a base de uma sociedade que tem a terra como mãe.

MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Angra, 2002. p. 31-33.

Candomblés: as manifestações religiosas de matriz africana negra

Com o processo de colonização das Américas, parte da cultura africana – seus sistemas de valores e crenças – foi trazida pelos africanos sequestrados e escravizados. Entre eles, dois grandes grupos ganharam destaque: os **bantos** e os **sudaneses**.

Os **bantos**, que constituíram a maioria dos africanos trazidos para o Brasil, vieram de regiões hoje ocupadas pelos territórios de Angola, Congo e Moçambique e foram alocados em quase todo o litoral e também no interior do Brasil, chegando a Minas Gerais e Goiás entre o final do século XVI e o século XIX. Difundiram o candomblé ao instituírem o rito de Angola.

Os **sudaneses**, originários de regiões onde hoje se encontram Nigéria, Benin e Togo, destacando-se os que falavam iorubá ou nagô, foram alocados na região açucareira da Bahia e Pernambuco entre os séculos XVII e XIX. Constituíram o grupo predominante a chegar na América no século XIX, quando as perseguições escravistas aos cultos eram menos intensas. Por essa razão, os ritos realizados por esse contingente de escravizados, falantes das línguas iorubá, jeje e nagô, forneceu ao candomblé sua infraestrutura de organização influenciada pelas contribuições dos demais grupos étnicos.

Essas manifestações religiosas estão presentes até hoje na sociedade brasileira. Mesmo com o batismo forçado pelos católicos ao longo do período de escravização, os afrodescendentes não deixaram de prestar culto às divindades politeístas de origem africana. Pelo contrário: acrescentavam à fé de origem a devoção aos santos católicos. O culto aos orixás, divindades das nações étnicas africanas, faz parte da liturgia do candomblé e compõe as estratégias de resistência para recriar ou reinventar a África no Brasil pelos negros.

Atualmente, as cerimônias candomblecistas ocorrem em templos chamados terreiros, casas de santos ou casas de candomblé, dependendo da região e da localidade onde a solenidade acontece. A preparação para as cerimônias é

fechada, tendo em vista o processo histórico de perseguição e resistência de que os praticantes foram vítimas. São celebradas em língua africana e marcadas por cantos e ritmo de atabaques e tambores, que variam segundo o orixá – divindade – invocado ou homenageado. A cerimônia pode também ter como objetivo outro serviço religioso, como por exemplo pedido de proteção espiritual e descarrego dos males trazidos pelas pessoas presentes.

Os rituais do candomblé no Brasil passaram por vários processos de sincretismo e associações entre as semelhanças existentes entre os conceitos de orixá, próprio do povo iorubá, de vodum, do povo jeje, e de inquice, dos bantos. No candomblé, esses conceitos referem-se a divindades admitidas como forças espirituais humanizadas, com personalidades próprias, características físicas e domínios naturais. Crê-se que algumas viveram na Terra antes de se tornarem espíritos divinizados.

Nos terreiros, além de chefiar os rituais, os pais e as mães de santo recebem os adeptos em sessões individuais para indicar-lhes o orixá de cada um, tradicionalmente revelado pelo jogo de búzios (processo divinatório). A identificação do orixá – ou santo, no sincretismo – ajuda o fiel a entender a própria personalidade.

Hoje, no Brasil, há ritos que cultuam várias das inúmeras divindades existentes na África.

Uma das festas mais conhecidas do candomblé é a de lemanjá, orixá feminino, considerada a rainha dos mares e oceanos. A comemoração acontece no dia 2 de fevereiro, na Bahia; na noite de 31 de dezembro, no Rio de Janeiro e em muitas cidades litorâneas do Brasil. Os devotos levam oferendas ao mar e, segundo a tradição, lemanjá surge para recebê-las.

Maurício Simonetti/Pulsar Imagens



Esculturas de orixás no Dique do Tororó, manancial natural de Salvador, Bahia, 2011. Retrato da influência das religiões africanas no Brasil.

Macumba

Conforme Vagner Gonçalves Silva e Nei Lopes, estudiosos brasileiros das religiões de matriz africana, a palavra macumba é utilizada de forma imprecisa. A mesma palavra pode designar genericamente os ritos afro-brasileiros, principalmente os relacionados à umbanda e ao candomblé, e também denominar o ritmo musical ouvido durante essas cerimônias, tocado por atabaques e tambores. Recebem o nome de macumbeiro as pessoas que tocam esses instrumentos.

Os diferentes significados se devem à origem controversa da palavra macumba. De acordo com estudiosos, o termo pode ser proveniente do quicongo, grupo de línguas bantas. *Makumba* é o plural da palavra *kumba*, que pode significar “prodígios”, “fatos miraculosos” ou “feiticeiro”. O mesmo termo designou também, no Brasil, uma espécie de reco-reco e um tipo de jogo de azar.

Macumba é um nome genérico, popularesco e de cunho às vezes pejorativo, com o qual se designam de forma vaga as religiões afro-brasileiras. Quando usada para designar os ritos africanos, a palavra macumba pode ser empregada como sinônimo de atraso, primitivismo, sempre associados à magia e à feitiçaria.

Catolicismos

Aparentemente, no Brasil só existe um catolicismo. Na essência, existem vários. Há uma divisão institucional no catolicismo brasileiro: a Igreja Católica Apostólica Romana (majoritária), a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa e a Igreja Católica Apostólica Brasileira (as duas últimas de menor expressão). A análise nesta obra focalizará a Igreja Católica Apostólica Romana.

Estudiosos de diferentes posições teóricas encontram múltiplas práticas religiosas no interior do catolicismo convivendo, às vezes, de modo conflituoso.

- O **catolicismo oficial** é o maior setor do catolicismo e segue as regras oriundas do Vaticano, com uma estrutura institucional hierárquica (fiéis, padres, bispos, arcebispos e cardeais), seguindo um ritual formal muito parecido em todo o Brasil.
- O **catolicismo santorial** ou **popular**, disseminado principalmente entre a população mais pobre, marcado por crenças e práticas heterodoxas e informais, com registros de devoções a santos muitas vezes não autorizados pela hierarquia da Igreja. Promove procissões e romarias, das quais participam milhares de pessoas. Exemplos desse fenômeno, entre outros, são as romarias em louvor ao Padre Cícero, em Juazeiro, Ceará, e o Círio de Nazaré, em Belém, Pará.
- O **catolicismo engajado** é um movimento que se desenvolveu a partir das décadas de 1960 e 1970 na América Latina. São adeptos da **Teologia da libertação**, uma visão religiosa mais politizada, que luta por uma sociedade e uma religião mais próximas dos pobres, enfatizando engajamento do fiel no combate ao sofrimento humano. É defensor da pluralidade das formas de manifestação no encontro do homem com Deus. As Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, são expressão desse grupo.
- O **catolicismo carismático** é uma tendência leiga, mas ao mesmo tempo incentivada e controlada pela hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana. Apesar de fiel à Igreja Católica e ao sacerdócio, sua religiosidade é bastante emotiva, incluindo elementos voltados às curas e à solução de problemas pessoais de natureza diversa. A maior expressão, atualmente, desse ramo é a Renovação Carismática Católica, RCC.

Essa última manifestação poderia ser denominada sociologicamente como um **catolicismo de reafiliados**, designação elaborada pela socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger (1947-), que procura explicar esse fato como uma modalidade em que o indivíduo redescobre sua identidade religiosa até então mantida como formal, ou vivida minimamente. O fundamental nesses casos é a busca existencial de novas condições comunitárias, que possam expressar uma experiência pessoal de intensidade religiosa e fortemente emocional.

Hoje, a participação da maior parte dos católicos brasileiros é formal, sendo que, provavelmente, um terço deles frequenta outros grupos religiosos, com crenças e práticas não católicas.

Antonio Cícero/Fotoarena



Mais de 2 milhões de pessoas participam da procissão do Círio de Nazaré pelas ruas de Belém, Pará, 2014.

Protestantismos

O protestantismo chegou ao Brasil já no período colonial, quando os franceses se estabeleceram no Rio de Janeiro, no século XVI, e os holandeses em Pernambuco, no século XVII. Na época, foram fundadas comunidades evangélicas que duraram o período correspondente ao tempo dessas ocupações.

Costuma-se definir as várias vertentes do protestantismo levando-se em conta o momento de chegada de cada uma delas ao Brasil.

- O **protestantismo de imigração** coincidiu com a vinda da família real, de D. João VI e a abertura dos portos. Por aqui chegaram os anglicanos e os luteranos, que se tornaram pequenos colonos no interior da região Sul e também no Espírito Santo. Fundaram suas igrejas para propiciarem assistência espiritual aos fiéis de origem inglesa e alemã, respectivamente.
- O **protestantismo missionário** teve início na segunda metade do século XIX, quando a partir de 1858, missionários de origem congregacional, metodista, presbiteriana, batista e episcopal fundaram suas igrejas em todo o território nacional. Essas denominações protestantes são vinculadas ao que se convencionou chamar **protestantismo histórico**.
- O **protestantismo pentecostal** chegou ao Brasil no início do século XX, com a fundação de igrejas como a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus, entre outras, e atingiram basicamente as camadas mais pobres da população. Seu auge, no entanto, aconteceu nas décadas de 1950 e de 1960, quando ocorreram as Cruzadas de Evangelização.

Pouco a pouco, essas denominações foram se dividindo em muitas outras, dando origem a um verdadeiro mosaico de cores e tendências.

- O **neopentecostalismo** surgiu no final da década de 1970, no Rio de Janeiro, como novo ramo do protestantismo que se diferencia não somente do protestantismo histórico, mas também do pentecostalismo. Representado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e por muitas outras igrejas similares, espalhou-se pelas grandes cidades como movimento inovador no campo religioso nacional. Doutrinariamente, assimilaram, em geral, princípios de origem estadunidense norteadores da *Teologia da prosperidade*, que autoriza os fiéis a buscarem bênçãos e abundância material. Não enfatiza a rejeição à vida mundana e defende que os males do presente não são provações divinas, mas sinais de que demônios estão agindo na vida dos indivíduos.



Igreja protestante em Blumenau, Santa Catarina, datada de cerca de 1905.

ullstein bild via Getty Images

nas palavras de CARRANZA

Teologia da prosperidade

O cerne dessa visão teológica encontra-se numa fé defensora da crença de que o fiel adquiriu o direito neste mundo à saúde e vida material perfeita e próspera, livre do sofrimento e das artimanhas do Diabo. Isso é possível porque Deus concedeu tais bênçãos a quem acredita; cabe ao cristão tomar posse delas. Ancorados na convicção de que o direito do crente é garantido na fé sobrenatural da retribuição divina, os pregadores disseminam a ideia de que cabe ao fiel “dar para receber”. Alimentada-se a lógica na qual a fé possuidora permite estabelecer uma relação contratual entre Deus e o crente. Deus já cumpriu sua promessa, agora o fiel retribui com dinheiro para receber a multiplicação de seus bens materiais. Após essa abundância vem a ampliação da saúde financeira, o que será lido como expressão de bênçãos e de libertação da pobreza, causada pelo demônio. Mas tudo isso só acontece se o fiel está ligado às obras de Deus que são promovidas nos templos. Assiste-se, então, a fusões interessantes nas quais o templo é sinônimo de máquinas arrecadoras de dinheiro e os discursos que nele se pregam ativam simbolicamente o imaginário de prosperidade pessoal que os fiéis aspiram perante os obstáculos reais de superar as carências materiais da vida cotidiana. Sem dúvida, as narrativas neopentecostais que prometem o sucesso, como sinais da presença de Deus na vida do fiel, na verdade camuflam perigosas ligações éticas entre ascensão social e experiência religiosa, beneficiando algumas das lideranças, onde muitas delas têm pendência com a justiça.

CARRANZA, Brenda. A fraternidade cristã diante do abismo da desigualdade social. 20 jun. 2011. São Leopoldo: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista a Graziela Wolfart. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao366.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Além desses dois setores cristãos (catolicismo e protestantismo), podem ser ainda relacionadas como cristãs três outras vertentes: testemunhas de Jeová, mórmons e adventistas do sétimo dia.

Espiritismo kardecista

O Brasil é a maior nação espírita do mundo, onde se concentra o maior número de adeptos dessa doutrina filosófica e religiosa. Criada na França por Allan Kardec (pseudônimo de Léon Hippolyte Denizard Rivail), foi importada no século XIX e cresceu rapidamente, incorporando elementos do cristianismo.

Conforme Reginaldo Prandi (1946-), sociólogo brasileiro, não se sabe exatamente por que o espiritismo tem forte presença no Brasil, mas há algumas hipóteses, entre elas a de que aqui já havia um terreno favorável para a propagação devido à contribuição das religiões africanas e com elas as noções de transe, de incorporação e de reencarnação. Assim, quando o espiritismo começou a se fixar, tanto no Rio de Janeiro como na Bahia, todas as religiões afro-brasileiras e toda a tradição indígena – dos pajés, da pajelança, do xamanismo – já eram comuns e a ideia de que os espíritos dos mortos podem ajudar os vivos já havia se disseminado. A outra hipótese se consagra na premissa de que havia no país uma intelectualidade que desejava se libertar da dominação católica e pretendia manifestar-se de novas formas.

O espiritismo se transformou em tema de grande interesse e passou a ser praticado por muitas pessoas e de forma associada, ou seja, católicos, protestantes, pessoas sem religião etc. passaram a frequentar sessões espíritas sem, no entanto, abrir mão de suas religiões de origem.

O espiritismo tem como princípios básicos a comunicação entre vivos e mortos e a crença na reencarnação.



Atividade no centro espírita do médium João de Deus, localizado em Abadiânia, Goiás, 2012.

para que na próxima reencarnação o espírita receba a compensação e tenha uma vida melhor. Segundo a Federação Espírita Brasileira (FEB), existem cerca de 10 mil instituições espíritas que sustentam centenas de asilos, escolas, creches e orfanatos distribuídos em todo o Brasil.

O crescimento da doutrina espírita no Brasil ganhou fôlego principalmente com a atuação do médium Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier (1910-2002). Por meio de suas obras psicografadas, o espiritismo ganhou muita popularidade.

Um caso à parte: a umbanda

A umbanda pode ser definida como uma religião tipicamente brasileira, uma vez que é fruto do sincretismo, uma mistura religiosa, entre várias crenças e rituais, como os dos indígenas nativos brasileiros, os provenientes do candomblé de origem africana, do catolicismo e do espiritismo kardecista de origem europeia. É uma manifestação religiosa urbana e nasceu em grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, nas décadas de 1920 e 1930.

A umbanda considera o universo como um lugar povoado de entidades espirituais, os **guias**, que entram em contato com os homens por intermédio de um iniciado, o **médium**, que os incorpora. Tais guias se apresentam por meio de figuras como o caboclo, o preto velho e a pombagira. Do espiritismo kardecista, absorve a possibilidade de contato entre vivos e mortos e defende a evolução espiritual após sucessivas vidas na Terra. Cada unidade elabora seu **rito sincrético** e em cada região há um nome para o local onde se realizam os seus cultos: cabana, cantinho, centro, ilê axé, tenda, sociedade e terreiro.

Há o princípio da autonomia em cada espaço religioso umbandista e a organização burocrática dos seus templos assumiu a influência da estrutura espírita, no formato de federação. Assim, foi fundada a Federação de Umbanda do Brasil em 1939, constituindo a primeira instituição criada para reunir, organizar e defender os interesses do movimento umbandista no país. Tudo isso porque desde 1934 os espíritas de todas as denominações eram vigiados pelo Departamento de Tóxicos e Mistificações da Polícia do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, a Federação organizou o Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda em 1941, no Rio de Janeiro. No final da mesma década, a Federação transformou-se em União Espírita da Umbanda no Brasil (UEUB).

Existe diversidade religiosa no Brasil?

Nem tudo que parece é. Essa é uma das afirmações clássicas do pensamento científico e pode muito bem aplicar-se à Sociologia e mais diretamente ao estudo da realidade religiosa brasileira. Na sequência, alguns dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 para análise.

Distribuição da população residente por religião – Brasil – Autodeclaração – (%)			
Religiões	1991	2000	2010
Católica romana	83,0	73,6	64,6
Evangélicas	9,0	15,4	22,2
Espíritas	1,1	1,3	2,0
Umbanda e candomblé	0,4	0,3	0,3
Outras religiões	1,4	1,8	1,9
Sem religião*	4,7	7,4	8,0
Não declarado	0,4	0,2	0,1

* Aqui se incluem os que se autodeclararam sem vínculo com qualquer religião e não somente os ateus e agnósticos, que são uma minoria.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos demográficos 1991/2000/2010.

Como se percebe, nos últimos vinte anos a soma da declaração de crença dos católicos e evangélicos e/ou protestantes e ainda os espíritas kardecistas, que aceitam alguns pressupostos cristãos em seus princípios, gira em torno de 90% (93,1% em 1991 a 88,8% em 2010), ou seja, o Brasil é majoritariamente cristão. Com a exclusão dos declarados “sem religião” (4,7% a 8,0%), a diversidade religiosa representa 2,2%, em 1991, e 3,2%, em 2010, da população brasileira, ou seja, a umbanda, o candomblé e todas as outras religiões/religiosidades, como islamismo, judaísmo, religiosidades orientais e tradicionais indígenas, estariam incluídos nesse percentual.

Mas é necessário bastante rigor ao analisar as estatísticas relacionadas à religiosidade vivida pelos brasileiros já que há variações de comportamento entre o que se responde ao Censo e a realidade cotidiana. Além do mais, o Censo é realizado de dez em dez anos e nesse intervalo o cenário muda muito devido ao seu dinamismo. Outra informação que o Censo não traz à superfície é que muitos indivíduos participam de mais de uma manifestação religiosa ao mesmo tempo, dependendo da situação social e cultural em que se encontram.



Nelson Almeida/AFP

Muçulmanos em momento de oração em mesquita de São Paulo, 2015. Essa mesquita abriga uma associação que oferece cursos de português para refugiados, além de ajudá-los a obter a documentação para se estabelecerem no Brasil.

De acordo com o teólogo e sociólogo francês Joseph François Pierre Sanchis, que vive no Brasil, há uma “porosidade” nas práticas religiosas brasileiras, pois aqui existe a possibilidade de fazer uma opção religiosa respeitando a opção do outro, como estar nessa, naquela ou em outra religião ao mesmo tempo. Isso porque uma parte do indivíduo é cristã e a outra, umbandista. Em outro caso, uma parte pode ser budista e a outra, agnóstica; ou, então, todas essas e diversas alternativas juntas e misturadas, dependendo do momento da vida. O indivíduo é quem decide sobre suas escolhas, principalmente porque não se sujeita às definições e normas religiosas que as igrejas institucionais lhe indicam. Assim, os indivíduos parecem criar a sua própria moral, o seu próprio conceito de deus e a sua própria religião.

Desse modo, há católicos que também frequentam a umbanda ou o espiritismo; há protestantes que trocam de congregação com muita frequência, há aqueles que têm fé e não se vinculam a igrejas. Vive-se, portanto, num universo e num clima de religiosidades no Brasil, independentemente de filiação a instituições religiosas; um mundo povoado de orixás, nossas senhoras, benzedeiras, santos e beatos diversos (até alguns tipicamente brasileiros, como Padre Cícero, Madre Paulina e Frei Galvão), anjos, forças cósmicas, espíritos, rezas, orações, curas milagrosas etc.

É uma prática comum aceitar diferentes ritos ou práticas dependendo da ocasião, seja para ter boa saúde, seja para curar-se de uma doença, ter um bom casamento, sucesso em um determinado evento da vida. Usa-se tudo o que esteja à mão e possa ajudar a alcançar um determinado objetivo.

Talvez possamos resumir as possibilidades, em termos individuais, sobre as práticas religiosas no Brasil utilizando a expressão de um personagem de Guimarães Rosa, no livro *Grande Sertão: Veredas* (1956):

[...] O que mais penso, testo e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer, desdoi-dar. Reza é que sara a loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu Moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. Rezo cristão, católico. Embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardéque. Mas, quando posso, vou no Mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador, lê alto a Bíblia, e ora, cantando hinos belos deles. Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. [...]

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 15.

Hostilidade religiosa no Brasil

A hostilidade religiosa no Brasil está presente desde o período colonial. Basta lembrar a pressão que a Igreja Católica Apostólica Romana realizava contra os cultos de matriz africana e todas as práticas religiosas não católicas. A partir do século XIX, o protestantismo e o espiritismo kardecista também foram hostilizados pelas autoridades católicas.

Hostilidade e liberdade religiosa

Dirigentes católicos empreenderam esforços também para dificultar a expansão dos concorrentes religiosos até o fim da década de 1950. No início do Estado Novo, em 1939, o Departamento de Defesa da Fé implementou uma política de oposição ao protestantismo, em nome da defesa da “nação católica” (Rolim, 1985, p. 72, 82). Seus efeitos ficaram gravados na memória de muitos evangélicos: No (sic) começo [da evangelização protestante no país] os crentes eram perseguidos, presos, torturados, expulsos de cidades, feridos em apedrejamentos, mortos em invasões de residências e de templos ou em traiçoeiras emboscadas [...] e que, “no interior do país, até os anos 50 ainda havia assassinatos de crentes, derrubada de templos, agressões” (Sylvestre, 1986, p. 41).

Em 1953, momento em que começavam a deslanchar tanto a modernização urbano-industrial quanto a expansão de pentecostais e umbandistas nas classes populares e de espíritas nas classes médias, a Igreja Católica lançou nova ofensiva, criando o Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade, com os objetivos de vigiar “a marcha das falsas religiões, condenar movimentos e falsas ideias” e frear “a expansão da imoralidade e da amoralidade na vida pública e particular” (Mainwaring, 1989, p. 54).

Nos anos 1950, o pluralismo religioso e a competição religiosa estavam ainda longe de constituir um parâmetro de ação institucional no campo religioso brasileiro. Sua ascensão se consolidaria somente no último quarto do século, com o processo de redemocratização, o acelerado crescimento dos pentecostais e seu ingresso na tevê e na política partidária. Mas estava em marcha acelerada a destradicionalização religiosa, processo em que a adesão, a filiação, as crenças e as práticas religiosas tornam-se uma questão de opção pessoal consciente, voluntária e deliberada. Fenômeno que contribuiu para legitimar e dinamizar o trânsito religioso no país.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v. 11, n.2, p. 247, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://sociologia.fflch.usp.br/sites/sociologia.fflch.usp.br/files/Laicidade%20a%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

As hostilidades entre esses grupos religiosos diminuíram bastante. Entretanto, nos últimos anos, constata-se a emergência de um novo movimento de hostilidade religiosa no Brasil, no qual podem ser observadas agressões por parte de alguns fiéis de determinadas religiões, que acreditam firmemente na ideia de que a fé deles é a única “verdadeira” e procuram impor sua maneira de pensar a todos que estão fora de seu círculo religioso e até amaldiçoam à perdição eterna quem seguir outros caminhos.

Um episódio que exemplifica esse comportamento é o que envolveu um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, em outubro de 1995, protagonista de uma cena em um programa de TV no qual aparecia dando pontapés em uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, santa de grande devoção dos católicos. Em 2015, uma mulher foi presa após usar uma enxada para destruir uma imagem da Igreja Nossa Senhora da Piedade, em Belo Oriente, Minas Gerais. Também em 2015 uma adolescente foi apedrejada à porta de um terreiro de candomblé, logo depois de acompanhar uma cerimônia de sua opção religiosa.

A maior parte das hostilidades tem sido dirigida às religiões de matriz africana. Os casos divulgados na imprensa são inúmeros e podem ser assim resumidos,

conforme o antropólogo brasileiro Vagner Gonçalves da Silva, na introdução ao livro *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro* (2007), por ele organizado.

- 1) O ponto de partida para os ataques das igrejas neopentecostais está fundamentado em uma teologia baseada na ideia de que a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída à presença do demônio, geralmente associado aos deuses de outras denominações religiosas, principalmente as de matriz africana.
- 2) Com base nessa crença, os membros das igrejas neopentecostais muitas vezes invadem locais de cerimônias afro-brasileiras (terreiros) com o objetivo de destruir altares, quebrar imagens e às vezes até agredir fisicamente os seus adeptos.
- 3) Quando as atividades religiosas afro-brasileiras são realizadas em lugares públicos (praias, matas, ruas etc.), seus fiéis ficam mais expostos a ataques, e muitas vezes são forçados a interromper seus rituais.
- 4) Os ataques contra as religiões afro-brasileiras também ocorrem no espaço da representação política, pois, como consequência do poder nesse campo, políticos evangélicos vêm articulando ações contrárias às possibilidades de se igualarem os direitos das religiões de matriz africana ao de todas as outras religiões.

Gabriel Soares/Brazil Photo Press/Folhapress



Diversos grupos representantes de religiões de origem africana protestam contra a intolerância religiosa, São Paulo, 2016.

Ainda de acordo com Gonçalves da Silva, em seu outro livro *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira* (2005), esse ambiente de agressividade ocorre porque os cultos e práticas de origem afro-brasileiras possuem características muito diversas do modelo religioso dominante no Brasil, como o transe, o sacrifício animal e o culto aos espíritos (orixás, guias e outros). Além disso, apresentam uma ética que não se baseia na visão dualista entre o bem e o mal, conforme as religiões cristãs. Por essas razões há quem os considere como superstições, práticas diabólicas etc. Essa visão repleta de juízo de valor moral estimula o preconceito, o desrespeito às crenças religiosas no Brasil e o não reconhecimento das expressões e manifestações oriundas das camadas populares no processo de formação da sociedade brasileira.

Estado laico, religião e política no Brasil

Durante o período colonial e mesmo durante todo o império, a relação com a Igreja Católica era de plena integração, pois os objetivos de ambos eram praticamente os mesmos. Os agentes da autoridade eclesiástica eram funcionários especializados do Estado, cuja política executavam. O rei era um servidor privilegiado de Deus, portanto da Sua Igreja, de quem recebera a missão e o direito de governar o povo.

Hoje se afirma no Brasil, como em inúmeros outros países, que o Estado é laico, ou seja, forma de governo independente de qualquer confissão religiosa. Mas essa condição só se tornou realidade após o fim da monarquia e com a proclamação da República no Brasil.

A Constituição de 1891, refletindo a influência dos positivistas, baniu o ensino religioso das escolas públicas, e o Estado não mais sustentava os eclesiásticos. Além disso, foram interrompidas as subvenções aos hospitais e às obras de caridade, que deveriam ser votadas anualmente pelo Parlamento. Este talvez tenha sido o único período em que o Estado brasileiro foi laico no sentido apontado anteriormente, quando mostrou uma separação efetiva, na teoria e na prática, entre Estado e religião.

Após essa fase, em todo o período do governo de Getúlio Vargas, inicialmente pela ação do Cardeal Leme, foram implementadas medidas favoráveis à Igreja Católica, incorporadas à Constituição de 1934, como a inclusão da expressão “sob a proteção de Deus” no prefácio da constituição, marcando com isso o fim da influência positivista; a assistência espiritual às organizações militares e oficiais consentida; casamento religioso reconhecido pela lei civil; proibição do divórcio, entre outras.

A partir de então, as relações entre Estado e religião, fundamentalmente a Igreja Católica, mas não exclusivamente, tornaram-se separadas na teoria e cooperativas na prática, pois, gradativamente, os protestantes também passaram a receber alguma atenção por parte dos governantes.

Um exemplo, hoje, é que o Estado, através do Executivo, convida instituições religiosas para ajudar na consolidação de programas sociais em áreas como educação, saúde, violência, transferindo muitas vezes recursos a elas, para que esses programas sejam colocados em prática. Ademais, o Legislativo e o Judiciário solicitam o comparecimento em audiências públicas de lideranças eclesiásticas para saber o que pensam sobre determinados assuntos a serem decididos.

Desse modo, conforme o sociólogo brasileiro Ricardo Mariano, há na cultura política nacional, representada por nossos políticos e governantes, um envolvimento direto, uma instrumentalização perigosa das ações entre religião e política para legitimar e estimular o ativismo político-partidário de grupos religiosos e a ocupação religiosa da esfera pública.

Essa atuação tem aumentado na medida em que católicos e protestantes procuram promover e ampliar suas representações, principalmente no Congresso Nacional, promovendo a moralidade cristã tradicional e tentando estendê-la ao conjunto da sociedade por meio da participação na política partidária. Isso é muito evidente já que é realidade a constituição de uma “bancada evangélica” composta por parlamentares isolados em diversos partidos e também a formação de partidos específicos como o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), além do Partido Republicano Brasileiro (PRB), considerado o braço político da Igreja Universal do Reino de Deus.

- É comum ouvir dizer que até o mais convencido e declarado dos ateus é um crente. Afinal de contas, ele crê em não crer e tem como “deus” um “deus-nenhum”. Sociologicamente pensando, o ateu só existe porque em seu entorno há múltiplas e distintas religiões e religiosidades. Nesse sentido, aquele que não crê estabelece, para se definir e ser identificado, um parâmetro em relação àqueles que creem, em que creem e na forma como dão sentido (teorias e ações) a todas essas crenças.
- Crentes, pouco crentes, muito crentes e nada crentes – modalidades que existem na aceitação ou na negação de uma realidade impensável sem o fenômeno religioso – ocupam espaços na vida social: estudam, trabalham, politizam suas existências por meio de aptidões e explorações da arte, da cultura, da economia, do convívio familiar, da expansão do círculo de amizades etc. A religião e as religiosidades estão presentes em tudo, de forma próxima ou meio distante, de maneira direta ou discretamente indireta.
- Em um país como o Brasil, marcado a ferro e fogo pela presença católica e também pelo sincretismo religioso de indígenas, africanos e brancos europeus – mais tarde, no século XIX, imigrantes orientais trouxeram para cá suas contribuições diferentes de fé –, a temática/problemática da religião é indissolúvel. Entre brasileiros, dos ritmos musicais às escritas na poesia e na literatura, dos pratos típicos de cada região à educação praticada em escolas e espaços coletivos, tudo cheira fé, tem nome de santo ou orixá, oculta ou explícita rezas, benzeduras, orações, ladainhas e pregações. O ar que se respira contém religiosidades de todos os tipos, em toda parte.
- O pensamento religioso, no curso da história, esteve relacionado a mitos, a imagens esculpidas ou talhadas a ouro, a deuses pagãos ou divindades poderosas. Esteve também associado ao poder, às estruturas sociais e ao modo como eram vistos e tratados os cidadãos. É impossível negar a força da religião também na constituição de sociabilidades desiguais e violentas, do mesmo modo como é vão o exercício de negar o quanto muitas expressões da religiosidade auxiliaram em movimentos e lutas por justiça e liberdade.
- Não há só vilania ou só heroísmo na religião e nas muitas religiosidades. Há, sim, um pouco das duas coisas, em diferentes momentos, em defesa de distintos interesses políticos, econômicos e culturais. O fato é que a religião como uma construção social incorpora os ingredientes da vida coletiva, tais quais o conflito, a contradição, o gosto pela liberdade e, é claro, a patologia de oprimir e valer-se do trabalho e da consciência dos outros. E é exatamente aqui que a religião pode ser compreendida como uma ideologia, tanto a serviço dos poderosos quanto como um instrumento de libertação dos subalternos.
- Num belo exemplar do cancionário popular, o cantor e compositor Gilberto Gil afirma que irá “andar com fé, porque a fé não costuma falhar”. Talvez seja este, então, o segredo da dimensão religiosa na vida das pessoas: mesmo sem saber ou aceitar, a humanidade só quer dar passos protegidos e por caminhos iluminados. A solidão, definitivamente, não é um ato humano desejado. Os deuses – um, dois ou centenas – fazem companhia a todos, seja qual for a cor, o ritmo ou a forma de vida de cada um.

leituras e propostas

Para refletir

A falta das águas de março e a pajelança

Nos últimos dias, notícias estranhas e descontraídas – neste país em que a violência é quase natural, no máximo bizarra – têm aparecido nas manchetes dos jornais. Um fogo que não se extingue, numa floresta imensa, mas distante. Um Estado chamado Roraima, quase desconhecido do público leitor, que surge envolto pela fumaça, nas poucas imagens que chegam até nós. A reclamação de órgãos externos, e a (sempre) tímida atuação dos poderes locais.

No entanto, o afastamento geográfico e o caráter não muito preciso das informações mais parecem alienar os leitores – que, diante da incompreensão, talvez tenham preferido continuar curiosos, sem que essa atitude resultasse em outra qualquer.

E o desfile continua. Solicita-se ajuda do exterior, como se o milagre viesse sempre de fora. Até mesmo bombeiros gaúchos (cuja competência específica até então ignorávamos) são vistos nas fotos de capa de jornais. Na verdade, até então, nada destoava de nossa vã filosofia ocidental: combatíamos a irracionalidade do fogo com métodos pouco eficazes, mas sempre racionais. Para as populações desamparadas, nossa sublime e ausente solidariedade.

Nada tiraria o sono do público compreensivo, não fosse a “original” entrada no cenário de novos elementos. Os periódicos informaram, com seu habitual estilo jornalístico, a “importação” pela FUNAI, de alguns pajés caiapós especializados no “ritual da chuva”. [...]

Soubemos ainda, que tal iniciativa teria gerado reações por parte das chefias ianomâmis do lugar, irritadas com o uso de pajés não acostumados às especificidades da região. [...]

Até aí, tudo muito bem. É certo que as chamadas continuavam teimosas, mas nada como acompanhar o desenrolar do processo. Então fomos surpreendidos por uma inusitada notícia: de repente choveu, e muito, em Roraima. Mais: a saída que veio dos céus acabou com a inoperância dos homens.

Depois de “celebrada a vitória”, não faltaram os possíveis candidatos aos troféus. Além das respostas oficiais (que me permito saltar), outros agentes assumiram o sucesso. O serviço de meteorologia atestou que indicara a existência de cúmulos e precipitações até o final de abril – de toda forma, abril é abril. O bispo da diocese de Roraima afirmou ter rezado várias missas pedindo a Deus que mandasse chuva. A população local arrolou as “simpatias” que fizera para que chovesse na terra. Até a queda na florada de jambeiros serviu de indício, quando se tratava de encontrar sinais e bons augúrios.

Porém, assim como um dia vem depois do outro, não há como negar a eficácia dos caiapós em debelar a fúria das labaredas. Foi só então que o barulho do sucesso se impôs diante do silêncio com relação à competente ação de nossos índios: coincidência ou não, foi após a realização do ritual que a chuva molhou a região. Por sinal, os pajés foram os únicos que voltaram para casa sem reivindicar o mérito dos trovões.

Mas, afinal, o que fez chover? Melhor é contar com explicações para todos os gostos: a certeza da ciência dos dados dos “homens do tempo”, a fé e a religiosidade de nossa igreja, a crença do povo, a fala oficial e, finalmente, a dança dos pajés. Como diz o antropólogo Claude Lévi-Strauss, não há que perguntar pelos cantos e passos do xamã; ele cura porque é fenômeno de consenso – ou melhor, porque todos preferem e precisam acreditar na cura.

No país dos ritos cruzados e de tantas fés, nada como um episódio que ilumine nosso desejo do milagre, seja lá de onde venha. Debilitados pela falta das “águas de março”, ficamos mesmo com as luzes da pajelança. Ah, já ia me esquecendo: choveu em 1ª de abril.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. A falta das águas de março e a pajelança. *Folha de S.Paulo*, 7 abr. 1998. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz07049810.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

1. É comum as pessoas interpretarem o mundo (e também outros mundos) por meio de suas crenças e dos valores que alimentam sua fé. No Brasil, desde a chegada do colonizador europeu no século XVI, as diversas culturas indígenas misturam-se ao comportamento e à fé das pessoas, definindo um jeito único de ser e ver a realidade. Reflita sobre a permanência dos valores indígenas na religiosidade do povo brasileiro.

Para pesquisar

1. O animismo, o totemismo e as mitologias são exemplos de expressões primárias de manifestações religiosas no mundo, principalmente entre os povos indígenas e autóctones. Como essas mesmas expressões aparecem nas religiões de hoje?
2. Em pequenos grupos, procurem nos vários *blogs* e *sites* existentes referências às religiões aqui citadas e aprofunde seu conhecimento em cada uma delas.
3. O que é comum no judaísmo, no cristianismo e no islamismo e o que os diferencia?

Livros recomendados

O livro das religiões, de Victor Hellern, Henry Notaker e Jostein Gaarder. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Os autores, em uma linguagem fácil, fazem uma descrição muito clara das religiões no mundo: hinduísmo, budismo, confucionismo, taoísmo, judaísmo, cristianismo, islamismo e religiões africanas. Em cada uma delas procuram analisar as crenças, cerimônias, organização e a vida religiosa. No final do livro, há um apêndice do sociólogo brasileiro Antônio Flávio Pierucci sobre as religiões no Brasil.

A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza, de Eduardo Rodrigues da Cruz. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

Os traços culturais brasileiros que mais se destacam são o da pluralidade e vitalidade religiosas e o do “jeitinho brasileiro” para lidar com a questão religiosa, ambos presentes nesta bela obra. Com um texto empolgante, o autor apresenta “as regras do jogo” no universo das religiões estabelecidas e põe em xeque o dito popular de que “religião, política e futebol não se discutem”, ao abordar a identidade nacional, a separação Igreja-Estado, a obrigatoriedade do ensino religioso no país e o entendimento moderno da religião como forma de cultura. Eduardo Rodrigues propõe uma reflexão sobre as características universais da religião ao debater a forma como ela produz deuses e seus mundos sobrenaturais.

O atlas das religiões: o mapeamento completo de todas as crenças, de Joanne O'Brien e Martin Palmer. São Paulo: Publifolha, 2009.

Este pequeno livro mapeia as religiões mundiais, o impacto, as divisões e os desafios contemporâneos e mostra como elas disseminam sua influência, como se relacionam com os governos, como ajudam a amenizar os efeitos da pobreza, e que papel desempenham nos conflitos humanos.

Vários são os temas abordados: novos movimentos religiosos, ateísmo e agnosticismo, perseguição aos credos e revigoramento confessional, ajuda econômica ao desenvolvimento e às causas humanitárias, igualdade sexual e ação ambientalista.

O volume traz também um quadro com as crenças fundamentais do hinduísmo, budismo, taoísmo, judaísmo, cristianismo e islamismo, e mais um capítulo sobre a religião no Brasil.



Sugestões de filmes

O pagador de promessas (Brasil, 1962). Direção: Anselmo Duarte.

Elenco: Leonardo Villar, Glória Menezes, Dionísio Azevedo, Geraldo Del Rey, Norma Benguell, Othon Bastos e Antonio Pitanga, entre outros. Vencedor na categoria Melhor Filme – Palma de Ouro – no Festival de Cannes, França, 1962.

A base do filme é o livro de Dias Gomes *O pagador de Promessas*. Trata da trajetória de Zé do Burro (Leonardo Villar) e sua mulher, Rosa (Glória Menezes), que vivem em uma pequena propriedade a 42 quilômetros de Salvador. Um dia, o burro de estimação de Zé é atingido por um raio e ele acaba indo a um terreiro de candomblé, onde faz uma promessa a Santa Bárbara para salvar o animal. Quando o burro se restabelece, Zé resolve cumprir a promessa e sai caminhando rumo a Salvador, levando nas costas uma enorme cruz de madeira. Entretanto, ao chegar a Salvador Zé encontra a resistência ferrenha do padre Olavo (Dionísio Azevedo), que nega a entrada dele na igreja, pelo fato de a promessa ter sido feita em um terreiro de candomblé.

O vento será tua herança (EUA, 1999). Direção: Daniel Petrie.

História baseada em fatos verídicos e contada no romance escrito por Jerome Lawrence e Robert E. Lee. Em 1925, um professor de ciências, John Thomas Scopes, na cidade de Dayton, Tennessee, EUA, decide ensinar aos seus alunos a teoria da evolução proposta por Darwin. Na época, ele foi acusado de desrespeitar uma lei estadual que proibia o ensino do evolucionismo nas escolas públicas do Tennessee, tendo que enfrentar um julgamento. O filme trata desse julgamento, que durou 11 dias e foi o primeiro a ser transmitido pelo rádio.

Esse filme tem uma primeira versão de 1960, com o mesmo nome, mas com direção de Stanley Kramer e Spencer Tracy no papel de protagonista.

A “casa da religião” abriga as dimensões simbólicas e reais das manifestações de crença e fé. Se há ou não paredes, romarias e riquezas em ouro ou diamante, isso é o menos importante na “arquitetura” da fé. Vitais são as pessoas, as razões que as unem. Diante desse contexto abstrato, é possível observar a face concreta desse cenário: a beleza arquitetônica de templos que, por valores artísticos, culturais ou históricos, merecem destaque, como aqueles considerados patrimônio mundial por entidades como a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco).

Aprecie os padrões estéticos e simbólicos destes locais cuidadosamente escolhidos.

Bert de Ruiter/Alamy/Fotoarena



Grande Mesquita Djenné, Mali. Edifício de adobe (argila misturada à palha e seca ao sol) localizado na cidade de Djenné. É considerado uma das maiores obras do estilo arquitetônico sudano-sahel. A atual estrutura é de 1907. Patrimônio mundial pela Unesco desde 1988.

OPIS Zagreb/Shutterstock



Mesquita Azul, Istambul, Turquia. Construída entre 1607 e 1616, considerada patrimônio mundial pela Unesco, é uma das mesquitas mais belas do mundo, com seis minaretes altíssimos e uma série de cúpulas. No interior, mosaicos em que o azul predomina.

dbtravel/Alamy/Fotoarena



Igreja de São Francisco de Assis, Salvador, Brasil.

No interior, quilos de ouro que podem chegar a uma tonelada, pinturas ilusionistas e quase 55 mil azulejos decorados mostram a vida de São Francisco. Erguida em 1723, integra o centro histórico de Salvador e, pelo valor excepcional do ponto de vista artístico e histórico, é patrimônio mundial pela Unesco.

Blaine Harrington III/Corbis/Fotoarena



Igreja Regina Mundi, Johannesburg, África do Sul.

Construída em 1964, é um dos locais simbólicos da resistência ao *apartheid*. Seus vitrais registram a luta dos negros por igualdade e homenageiam Nelson Mandela.

Juergen Rittbach/Alamy/Fotoarena



Basilica de Santa Maria, Cracóvia, Polônia.

O interior é deslumbrante, com muitas cores, texturas, imagens, esculturas, capelas e vários outros itens. Compõe o centro histórico da Cracóvia, considerado patrimônio mundial pela Unesco.

Songquan Deng/Shutterstock



Templo do Céu, Pequim, China.

Listado como patrimônio mundial pela Unesco, localiza-se em um amplo e agradável parque urbano. Em sua construção não foi utilizado nenhum prego ou parafuso, apenas encaixes bem elaborados. O telhado triplo e a rica decoração o tornam um dos mais belos edifícios da China.

reinobjektiv/istockphoto/Getty Images



Sinagoga de Jerusalém, Praga, República Tcheca.

Recebeu esse nome por se localizar em uma rua chamada Jerusalém. Construída em 1906, destaca-se pelo colorido da fachada e do interior em estilo Art Nouveau.

marcodamare/Shutterstock



Templo do Pavilhão Dourado, Kyoto, Japão.

Construído em 1397, passou por um incêndio em 1950 e foi reconstruído em 1955. Tem estruturas de madeira folheadas a ouro e fica diante de uma pequena lagoa em meio a jardins e bosques. É uma das imagens mais conhecidas do Japão.

Asaf Eliason/Shutterstock



Sinagoga de Ramban, Jerusalém, Israel.

Primeira grande sinagoga da cidade, ficava perto do monte Sião, mas por volta de 1400 mudou para a localização atual. Em 1599, deixou de ser uma sinagoga, voltando a funcionar em 1967, quando Israel obteve o controle da Cidade Velha.

Dimodia/Corbis/Fotoarena



Templo Akshardham, Nova Deli, Índia.

Inaugurado em 2005, é o maior templo hindu do mundo, todo feito de mármore branco e de arenito rosa. A riqueza de detalhes – abriga mais de 20 mil esculturas de figuras e divindades típicas do hinduísmo, torres e pilares cuidadosamente esculpidos etc. – impressiona ainda mais quando se leva em conta que ficou pronto em apenas cinco anos.

apisi/Shutterstock



Wat Rong Khun ou Templo Branco, Chiang Rai, Tailândia.

Vem sendo construído desde 1998 e deve ser concluído em 2070. É muito curioso por suas referências à cultura pop ocidental. A beleza da construção e a riqueza de detalhes já são dignas de nota, mesmo ainda inacabado.

História da Sociologia

Para compreender como a Sociologia nasceu e se desenvolveu, é essencial analisar as transformações que ocorreram a partir do século XIV, na Europa ocidental, marcando a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista, ou a passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna. Para isso, é necessário realizar uma pequena viagem histórica, já que, para entender as ideias de um autor e de determinada época, é fundamental contextualizá-las historicamente.

Em cada sociedade, em todos os tempos, os seres humanos elaboraram explicações religiosas, míticas, culturais, étnicas etc. para as situações em que vivem. No século XIX, a busca por outro tipo de explicação para os fenômenos da sociedade – a explicação científica – deu origem à Sociologia.

Para demonstrar como o pensamento social organizou-se historicamente e como a Sociologia estruturou o saber sobre a sociedade humana, este apêndice terá como objetivo estudar alguns autores que se sobressaíram no processo de desenvolvimento dessa ciência.

Novas formas de pensar a sociedade

A Sociologia surgiu como um corpo de ideias a respeito do processo de constituição, consolidação e desenvolvimento da sociedade moderna. É fruto da Revolução Industrial e, nesse sentido, é denominada “ciência da crise”, porque, com base nela, procurou-se dar respostas às questões sociais desencadeadas pelo processo revolucionário que, num primeiro momento, alterou a sociedade europeia e, depois, a maior parte do mundo.

Como todas as ciências, a Sociologia não despontou de repente ou da reflexão de algum autor iluminado. Constituiu-se com base em conhecimentos sobre a natureza e a sociedade que se desenvolveram a partir do século XIV, acompanhando as mudanças que marcaram a transformação da sociedade feudal e a constituição da sociedade capitalista. Entre essas mudanças, a expansão marítima europeia e a ampliação do comércio ultramarino, a Reforma protestante e o desenvolvimento científico e tecnológico podem ser destacados. São o pano de fundo do movimento intelectual que alterou profundamente as formas de explicar a natureza e a sociedade. Essas mudanças estão todas vinculadas e não podem ser entendidas como eventos isolados.

A expansão marítima

Com a circum-navegação da África e o descobrimento da rota para as Índias e para a América, a concepção de mundo dos europeus foi consideravelmente ampliada. A definição de um mundo territorialmente bem mais vasto, com outros povos, outras culturas e outros modos de explicar as coisas, requereu a reformulação da maneira de ver e de pensar dos europeus.

Assim, ao mesmo tempo que conheciam novos povos e novas culturas, os europeus instalavam colônias na África, na Ásia e na América. Em razão disso, expandiu-se o comércio de mercadorias (sedas, especiarias e produtos tropicais, como açúcar, milho, tabaco e café) entre as metrópoles e as colônias, bem como entre os países europeus. Surgiu a possibilidade de um mercado muito mais amplo e com características mundiais. Este seria o primeiro grande movimento de globalização.

A exploração de metais preciosos, principalmente na América, e o tráfico de escravos para suprir a mão de obra nas colônias deram grande impulso ao comércio, que não mais ficou restrito aos mercadores das cidades-repúblicas (Veneza, Florença ou Flandres), passando também para as mãos de grandes comerciantes e de soberanos dos Estados nacionais em formação na Europa.

Toda essa expansão territorial e comercial acelerou o desenvolvimento da economia monetária, com a acumulação de capitais pela burguesia comercial, que, mais tarde, teve importância decisiva na gestação do processo de industrialização da Europa.

A Reforma protestante

No século XVI, assistiu-se também ao movimento que ficaria conhecido como Reforma protestante. Os reformistas questionavam as condutas do clero, a estrutura da Igreja católica e a autoridade do Papa. Os líderes do movimento promoviam a valorização do indivíduo ao pregar a livre leitura das Escrituras Sagradas e dispensar a intermediação dos ministros da Igreja nas práticas religiosas e nos assuntos relativos à fé.

A Reforma contribuiu, assim, para alimentar um movimento de resistência à autoridade e à tradição que desembocaria na Ilustração. Entre seus principais líderes figuram Martinho Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564).

Ann Roan Picture Library/AFP



Na representação de Gottfried, datada do século XVII, Martinho Lutero queima em Wittenberg, Alemanha, a bula *Exsurge Domine*, de 1520, por meio da qual o papa Leão X ameaçou puni-lo com a excomunhão. No ano seguinte, a bula *Decet romanum pontificem* consumaria a excomunhão de Lutero e de seus seguidores. Ann Roan Picture Library, Londres, Inglaterra.

O desenvolvimento científico e tecnológico

A nova maneira de se relacionar com as coisas sagradas foi acompanhada de uma nova forma de analisar o universo e a vida em sociedade. A razão passou a ser considerada essencial para conhecer o mundo; com base nela, as pessoas se consideraram livres para julgar, avaliar, pensar e emitir opiniões sem se submeter a nenhuma autoridade transcendente ou divina.

A análise do universo e da vida em sociedade com base no conhecimento racional, fundado na observação e na experimentação, difundiu-se de maneira lenta, entre os séculos XV e XVII. Os pensadores que adotaram essa forma de análise enfrentaram o dogmatismo e a autoridade da Igreja. Por meio do Concílio de Trento (1545-1563) e dos processos da Inquisição, por exemplo, os membros do clero procuraram impedir toda e qualquer manifestação que pudesse pôr em dúvida a autoridade eclesiástica, fosse no campo da fé, fosse no das explicações que se propunham para a sociedade e a natureza.

Os principais representantes do pensamento racional nos séculos XV a XVII foram Nicolau Maquiavel (1469-1527), Erasmo de Roterdã (1466-1536), Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642), Thomas Hobbes (1588-1679), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Baruch Spinoza (1632-1677). Os conhecimentos desses precursores alimentaram outros pensadores, como John Locke (1632-1704), Gottfried Leibniz (1646-1716) e Isaac Newton (1643-1727), que propuseram novos princípios para a compreensão da sociedade e da natureza.



Os pensadores europeus dos séculos XV a XVII buscaram compreender os fenômenos da natureza e da sociedade por meio da observação e da experimentação. Na imagem, o astrônomo Galileu Galilei e o matemático Vincenzo Viviani, em detalhe da tela de Tito Lessi. Museu Galileo, Florença, Itália.

As transformações no século XVIII

No final do século XVIII, na maioria dos países europeus, a burguesia comercial, formada basicamente por comerciantes e banqueiros, constituía uma classe poderosa, em razão, na maior parte das vezes, das ligações econômicas que mantinha com as monarquias. Além de sustentar o comércio entre os países europeus, a burguesia europeia lançava seus tentáculos a vários pontos do mundo, até onde pudesse chegar, comprando e vendendo mercadorias.

O capital mercantil estendia-se também a outro ramo de atividade: gradativamente se organizava a produção manufatureira. A compra de matérias-primas e a organização da produção, por meio do trabalho domiciliar ou do trabalho em oficinas, levavam ao desenvolvimento de um novo processo produtivo em contraposição ao das corporações de ofício.

Os organizadores das manufaturas passaram a se interessar cada vez mais pelo aperfeiçoamento das técnicas de produção, a fim de produzir mais com menos gente e aumentar significativamente seus lucros. Para tanto, procuraram financiar a invenção de máquinas que pudessem ser utilizadas no processo produtivo.

Com a invenção das máquinas de tecer e de descaroçar algodão, e a aplicação industrial da máquina a vapor e de outros tantos inventos destinados a aumentar a produtividade do trabalho, desenvolveu-se o fenômeno que veio a ser chamado de **maquinofatura**. O trabalho que as pessoas faziam com as mãos ou com ferramentas passava, a partir de então, a ser realizado por máquinas, elevando muito o volume da produção de mercadorias.

A utilização da máquina a vapor, que podia mover outras tantas, impulsionou a indústria construtora de máquinas e, conseqüentemente, a indústria voltada para a produção de ferro e, posteriormente, de aço.

Nesse contexto de profundas alterações no processo produtivo, no qual a utilização do trabalho mecânico era cada vez mais frequente, o trabalho artesanal continuou a existir. A maquinofatura se completou com o trabalho assalariado, no qual eram utilizadas, numa escala crescente, a mão de obra feminina e a infantil.

Longe da Europa, explorava-se ouro no Brasil, prata no México e algodão nos Estados Unidos da América e na Índia. A maioria dessas atividades

era realizada com a utilização do trabalho escravo ou servil. Esses elementos, conjugados, asseguraram as bases do processo de acumulação necessária para a expansão da indústria na Europa.

Essas mudanças, somadas à herança cultural e intelectual do século XVII, definiram o século XVIII como explosivo. Se no século anterior a Revolução Inglesa determinou novas formas de organização política, no século XVIII a Revolução Americana e a Francesa alteraram o quadro político ocidental e serviram de exemplo e parâmetro para as revoluções políticas posteriores.

As transformações na esfera da produção, a emergência de novas formas de organização política e a exigência da representação popular conferiram características muito específicas a esse século, em que pensadores como Charles de Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond d'Alembert (1717-1783), David Hume (1711-1776), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Adam Smith (1723-1790) e Immanuel Kant (1724-1804) procuraram, por caminhos às vezes divergentes, refletir sobre a realidade, na tentativa de explicá-la.

A consolidação da sociedade capitalista e a ciência da sociedade

No século XIX, ocorreram transformações impulsionadas pela emergência de novas fontes energéticas (água e petróleo), por novos ramos industriais e pela alteração profunda nos processos produtivos, com a introdução de novas máquinas e equipamentos.

Depois de 300 anos de exploração por parte das nações europeias, iniciou-se, principalmente nas colônias latino-americanas, um processo intenso de lutas pela independência.

É no século XIX, já com a consolidação do sistema capitalista na Europa, que se encontra a herança intelectual mais próxima da qual surgirá a Sociologia como ciência particular. No início desse século, as ideias do Conde de Saint-Simon (1760-1825), de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), de David Ricardo (1772-1823) e de Charles Darwin (1809-1882), entre outros, foram o elo para que Alexis de Tocqueville (1805-1859), Auguste Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883) e Herbert

Spencer (1820-1903), entre outros, desenvolvessem reflexões sobre a sociedade de seu tempo.

Auguste Comte e Karl Marx foram os pensadores que lançaram as bases do pensamento sociológico e de duas grandes tradições – a positivista e a socialista – que muito influenciaram o desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

Auguste Comte e a tradição positivista

Isidore **Auguste** Marie François Xavier **Comte** nasceu em Montpellier, na França, em 19 de janeiro de 1798. Com 16 anos de idade, ingressou na Escola Politécnica de Paris, fato que teria significativa influência na orientação posterior de seu pensamento.

De 1817 a 1824, foi secretário do Conde de Saint-Simon. Comte declarou que, com Saint-Simon, aprendeu muitas coisas que jamais encontraria nos livros e que, no pouco tempo em que conviveu com o conde, fez mais progressos do que faria em muitos anos, se estivesse sozinho.

Toda a obra de Comte está permeada pelos acontecimentos que ocorreram após a Revolução Francesa de 1789. Ele defendeu parte dos princípios revolucionários e criticou a restauração da monarquia, preocupando-se fundamentalmente em reorganizar a sociedade, que, no seu entender, estava em ebulição e mergulhada no caos. Para Comte, a desordem e a anarquia imperavam em virtude da confusão de princípios (metafísicos e teológicos), que não se adequavam à sociedade industrial em expansão. Era, portanto, necessário superar esse estado de coisas, usando a razão como fundamento da nova sociedade.

Propôs, então, a mudança da sociedade por meio da reforma intelectual plena das pessoas. De acordo com o pensador, com a modificação do pensamento humano, por meio do método científico, que ele chamava de “filosofia positiva”, haveria uma reforma das instituições.

Com a proposta do estudo da sociedade por meio da análise de seus processos e estruturas, e da reforma prática das instituições, Comte criou uma nova ciência, à qual deu o nome de “física social”, passando a chamá-la posteriormente de Sociologia.

A Sociologia representava, para Comte, o corolário da evolução do conhecimento, mediante o emprego de métodos utilizados por outras ciências, que buscavam conhecer os fenômenos constantes e repetitivos da natureza: a observação, a experimentação, a comparação e a classificação. De acordo com esse pensador, a Sociologia, como as ciências naturais, deve sempre procurar a reconciliação entre os aspectos estáticos e os dinâmicos do mundo natural ou, no caso da sociedade humana, entre a ordem e o progresso.

O lema da “filosofia positiva” proposta por Comte era **“conhecer para prever, prever para prover”**, ou seja, o conhecimento é necessário para fazer previsões e também para solucionar possíveis problemas.

A influência de Comte no desenvolvimento da Sociologia foi marcante, sobretudo, na escola francesa, evidenciando-se em Émile Durkheim e seus contemporâneos e seguidores. Seu pensamento esteve presente em muitas das tentativas de criar tipologias para explicar a sociedade. Suas principais obras são: *Curso de filosofia positiva* (1830-1842), *Discurso sobre o espírito positivo* (1848), *Catecismo positivista* (1852) e *Sistema de política positiva* (1854).

Louis Jules Etex. Auguste Comte, s/d/Bridgeman Images/Keystone Brasil



Auguste Comte (1798-1857), de Louis Jules Etex. Temple de la Religion de l'Humanite, Paris, França. Para a superação da anarquia reinante na nova sociedade industrial, a filosofia positivista defendia a subordinação do progresso à ordem.



Entrada de sua majestade Luís XVIII a Paris, atravessando a ponte Neuf, gravura de Richard Holmes Laurie, de 1820. Bibliothèque des Arts Décoratifs, Paris, França. Auguste Comte era contra o retorno de Luís XVIII ao trono: em sua concepção, a sociedade industrial que emergia requeria um governo fundado na razão.

Gianni Dagli Orti/The Art-Archive/Diomedea

A tradição socialista: Karl Marx e Friedrich Engels

Karl Heinrich Marx nasceu em Tréveris, na antiga Prússia, hoje Alemanha, em 1818 e, em 1830, ingressou no Liceu Friedrich Wilhelm, nessa mesma cidade. Anos depois, foi cursar Direito na Universidade de Bonn, transferindo-se para Berlim em seguida. Pouco a pouco, entretanto, seus interesses migraram para a Filosofia, área na qual defendeu, em 1841, a tese de doutorado *A diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro*. Sua vida universitária foi marcada pelo debate político e intelectual influenciado pelo pensamento de Ludwig Feuerbach (1804-1872) e, principalmente, pelo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

Friedrich Engels (1820-1895) nasceu em Barmen (Renânia), na antiga Prússia, hoje Alemanha, filho mais velho de um rico industrial do ramo têxtil. Terminou sua formação secundária em 1837 e a partir de então sua formação intelectual foi por conta própria (autodidata), com alguns cursos universitários esparsos e de curta duração. Desde cedo começou a trabalhar nas empresas de seu pai e foi nessa condição que se deslocou para Bremen por três anos e depois foi enviado pelos pais a Manchester, na Inglaterra, onde trabalhou nas fábricas da família. Engels ficou impressionado com a miséria na qual viviam os trabalhadores das fábricas inglesas.

Os dois, Marx e Engels, se encontraram em 1842, quando Marx passou a escrever para *A Gazeta Renana*, jornal da província de Colônia, do qual Engels era colaborador e mais tarde editor-chefe. O jornal, que criticava o poder prussiano, foi fechado em 1843, e Marx se viu desempregado. Ao perder o emprego, mudou-se para Paris, na França. Ali escreveu, em 1844, os *Manuscritos econômico-filosóficos* (só publicados em 1932) e, junto com F. Engels, o livro *A sagrada família*. Por sua vez, F. Engels, em 1844, decidiu voltar para a Alemanha, onde publicou, em 1845, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Entre 1845 e 1847, Marx exilou-se em Bruxelas, na Bélgica, onde escreveu *A ideologia alemã* (em parceria com Friedrich Engels) e *Miséria da filosofia* (1847), obra na qual criticou o filósofo Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Em 1848, ainda na Bélgica, a parceria com Engels se solidificou ao escreverem juntos o livretinho *O Manifesto Comunista*.

Em 1848, Marx foi expulso da Bélgica e retornou a Colônia, na Alemanha (Prússia), sempre pensando na possibilidade de uma mudança estrutural em sua terra natal. Isso, entretanto, não aconteceu e Marx foi expulso da Alemanha em 1849, ano em que migrou para Londres, na Inglaterra,

onde permaneceu até o fim da vida. Lá escreveu *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), sua mais importante obra de reflexão sobre a vida política europeia do século XIX, desenvolveu pesquisas e concluiu seu maior trabalho: *O capital: crítica da economia política*. O primeiro volume dessa obra foi publicado em 1867; os outros três, em 1885, 1894 e 1905, após a morte de Marx, revisados por F. Engels.

adoc-photos/Corbis/Fotorena



Marx, em óleo sobre tela de autoria desconhecida. Coleção particular.



Friedrich Engels, em óleo sobre tela de autoria desconhecida. Coleção particular.

Michael Nicholson/Corbis/Fotorena

Tristan (1803-1844), Charles Fourier (1772-1837) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

Marx e Engels levaram em conta esses pensadores, debatendo com alguns contemporâneos e criticando-os. Além disso, incorporaram a tradição da economia clássica inglesa, presente principalmente nas obras de Adam Smith e de David Ricardo. Pode-se dizer, portanto, que Marx e Engels desenvolveram seu trabalho com base na análise crítica da economia política inglesa, do socialismo utópico francês e da filosofia alemã.

Esses dois autores não buscavam definir uma ciência específica para estudar a sociedade (como a Sociologia, para Auguste Comte) ou situar seu trabalho em um campo científico particular. Em alguns escritos, Marx afirmou que a História seria a ciência que mais se aproximava de suas preocupações, por abarcar as múltiplas dimensões da sociedade, a qual deveria ser analisada na totalidade, não havendo uma separação rígida entre os aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos, religiosos, culturais etc.

O objetivo de Marx e Engels era estudar criticamente a sociedade capitalista com base em seus princípios constitutivos e em seu desenvolvimento, visando dotar a classe trabalhadora de uma análise política da sociedade de seu tempo. Assim, a tradição socialista nascida da luta dos trabalhadores, muitos anos antes e em situações diferentes, tem como expressão intelectual o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels.

Para entender as concepções fundamentais de Marx e Engels é necessário fazer a conexão entre as lutas da classe trabalhadora, suas aspirações e as ideias revolucionárias que estavam presentes no século XIX na Europa. Para eles, o conhecimento científico da realidade só tem sentido quando visa à transformação dessa mesma realidade. A separação entre teoria e prática não é discutida, pois a “verdade histórica” não é algo abstrato e que se define teoricamente; sua verificação está na prática.

Apesar de haver algumas diferenças em seus escritos, os elementos essenciais do pensamento de Marx e Engels podem ser assim sintetizados:

- historicidade das ações humanas – crítica ao idealismo alemão;
- divisão social do trabalho e o surgimento das classes sociais – a luta de classes;
- o fetichismo da mercadoria e o processo de alienação;
- crítica à economia política e ao capitalismo;
- transformação social e revolução;
- utopia – sociedade comunista.

O contexto histórico e a obra de Marx e Engels

Para situar a obra de Marx e Engels, é necessário conhecer um pouco do que acontecia em meados do século XIX. Com as transformações que ocorriam no mundo ocidental, principalmente na esfera da produção industrial, houve um crescimento expressivo no número de trabalhadores industriais urbanos, com uma consequência evidente: precariedade da vida dos operários nas cidades.

As condições de trabalho no interior das fábricas eram péssimas. Os empregados eram superexplorados, alimentavam-se mal e trabalhavam em ambientes insalubres. Para enfrentar essa situação e tentar modificá-la, os trabalhadores passaram a se organizar em associações e sindicatos e a promover movimentos de reivindicação. Desenvolveu-se, então, uma discussão das condições sociais, políticas e econômicas para se definirem as possibilidades de intervenção nessa realidade.

Desde o início do século XIX, muitos pensadores discutiram essas questões, nas perspectivas socialista e anarquista. Na Inglaterra podem ser citados, entre outros: William Godwin (1756-1836), Thomas Spence (1750-1814), Thomas Paine (1737-1809), Robert Owen (1771-1858) e Thomas Hodgkin (1787-1866). Na França, destacaram-se Étienne Cabet (1788-1856), Flora

A obra desses dois autores é muito vasta e não ficou vinculada estritamente aos movimentos sociais dos trabalhadores. Pouco a pouco foi introduzida nas universidades como parte do estudo em diferentes áreas do conhecimento. Estudiosos de Filosofia, Sociologia, Ciência Política, Economia, História e Geografia, entre outras áreas, foram influenciados por ela. Na Sociologia, como afirma Irving M. Zeitlin, no livro *Ideología y teoría sociológica*, tanto Max Weber quanto Émile Durkheim fizeram, em suas obras, um debate com as ideias de Karl Marx.

Pelas análises da sociedade capitalista de seu tempo e a repercussão que tiveram em todo o mundo, principalmente no século XX, nos movimentos sociais e nas universidades, Marx e Engels são considerados autores clássicos da Sociologia. No campo dessa disciplina, porém, o pensamento deles ficou um pouco restrito, pois perdeu aquela relação entre teoria e prática (práxis), ou seja, entre a análise crítica e a prática revolucionária.

Essa relação esteve presente, por exemplo, na vida e na obra dos russos Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido como Lênin (1870-1924), e Leon D. Bronstein, conhecido como Trotsky (1879-1940), da alemã Rosa Luxemburgo (1871-1919) e do italiano Antonio Gramsci (1891-1937), que tiveram significativa influência no movimento operário do século XX.

Com base no trabalho de Marx e Engels, muitos autores desenvolveram estudos acadêmicos em vários campos do conhecimento. Podemos citar, por exemplo, Georg Lukács (1885-1971), Theodor Adorno (1903-1969), Walter Benjamin (1892-1940), Henri Lefebvre (1901-1991), Lucien Goldman (1913-1970), Louis Althusser (1918-1990), Nikos Poulantzas (1936-1979), Edward P. Thompson (1924-1993) e Eric Hobsbawm (1917-2012). O pensamento de Marx e Engels continua, assim, presente em todo o mundo, com múltiplas tendências e variações, sempre gerando controvérsias.

Desenvolvimento da Sociologia

A partir do último quartel do século XIX, a Sociologia como saber acadêmico, isto é, universitário, desenvolveu-se especialmente na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Em outros lugares também se desenvolveu um saber sociológico, mas não tão vigoroso nem tão amplo e com tanta influência quanto nesses países.

A Sociologia na França

No início do século XX, a França ainda estava sob a sombra da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e de seus desdobramentos. A derrota nessa guerra e o aniquilamento da Comuna de Paris deixaram marcas profundas na sociedade francesa, demandando a reformulação de sua estrutura produtiva, tecnológica e educacional.

A chamada Terceira República Francesa (1871-1940), declarada durante a Guerra Franco-Prussiana, caracterizou-se pela radicalização das posições políticas e foi marcada por escândalos e crises. Durante esse período, a miséria e o desemprego conviveram com uma grande expansão industrial, ocasionando o fortalecimento das associações e organizações de trabalhadores e, conseqüentemente, a eclosão de greves e o aguçamento das lutas sociais, campo propício ao desenvolvimento das teorias socialistas.

Muitas inovações tecnológicas propiciaram, nesse período, uma expansão significativa na esfera da produção, e invenções como o telégrafo, o avião, o cinema e o automóvel transformaram o ambiente social.

As inovações e os problemas da sociedade capitalista, que permeavam a vida dos franceses, levaram à proposição de explicações para o que estava acontecendo.

Nessa época, destacaram-se no cenário intelectual alguns pensadores que participaram ativamente da institucionalização da Sociologia na França. Destacam-se, entre outros, Frédéric Le Play (1806-1882), René Worms (1869-1926), Jean-Gabriel de Tarde (1843-1904) e Émile Durkheim (1858-1917). Esse último é considerado o sociólogo mais importante da França de então e, por isso, merece destaque.

Émile Durkheim (1858-1917)

Émile Durkheim nasceu em Épinal, em 15 de abril de 1858, e morreu em Paris, em 1917. Em 1879, ingressou na Escola Normal Superior, na qual teve



Classic Image/Alamy/Fotoarena

Indústria têxtil em West Yorkshire, Inglaterra, no final do século XIX.

professores de reconhecida competência, como Foustel de Coulanges (1830-1889), historiador de renome na França, e recebeu influência de filósofos neokantianos como Émile Boutroux (1845-1921) e Charles Renouvier (1815-1903).

Em 1882 graduou-se em Filosofia. A fim de ampliar sua formação, viajou para a Alemanha em 1885, onde permaneceu durante um ano. Lá, teve aulas com Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) e conheceu as obras de Wilhelm Dilthey (1833-1911), Ferdinand Tönnies (1855-1936) e George Simmel (1858-1918).

Em 1887, tornou-se professor na Faculdade de Letras de Bordeaux, onde lecionou Pedagogia e Ciência Social até 1902. Em 1896, fundou a revista *L'année Sociologique*, em torno da qual se congregaram jovens colaboradores que posteriormente dariam continuidade a seu trabalho. Em 1906 assumiu a cadeira de Ciência da Educação na Universidade de Sorbonne e, em 1910, conseguiu transformá-la em cátedra de Sociologia.

De 1893 a 1899, Durkheim publicou três de seus principais livros – *Da divisão do trabalho social* (1893), *As regras do método sociológico* (1895) e *O suicídio* (1897). Nessas obras e também em *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912, conforme apontamento do sociólogo francês Raymond Aron (1905-1983), a argumentação de Durkheim segue um roteiro preciso:

- como ponto de partida, define-se o fenômeno a ser analisado;
- a seguir, refutam-se todas as interpretações anteriores;
- por último, desenvolve-se uma explicação propriamente sociológica do fenômeno considerado;

Entre outras obras expressivas de Émile Durkheim, publicadas por ele ou organizadas e publicadas posteriormente por seus alunos e seguidores, encontram-se *Educação e sociologia* (1905), *Sociologia e filosofia* (1924), *A educação moral* (1902) e *Lições de sociologia* (1912).

Émile Durkheim tornou-se a grande expressão da Sociologia francesa. A Sociologia foi para ele uma vocação pessoal e uma missão política, já que a concebia como uma ciência que permite a compreensão da crise social e moral da sociedade francesa e indica os remédios para restabelecer a solidariedade entre os membros dessa sociedade.

A principal preocupação de Durkheim, já presente em Saint-Simon, foi dar um estatuto científico à Sociologia. Para isso, formulou alguns parâmetros lógicos importantes:

- os fatos sociais só podem ser explicados por outro fato social;

- os fatos sociais devem ser analisados como se fossem coisas, isto é, em sua materialidade;
- é necessário abandonar os preconceitos ao analisar os fatos sociais.

Atribuindo os males da sociedade de seu tempo a certa fragilidade moral (ideias, normas e valores), Durkheim propôs a formulação de novas concepções morais capazes de guiar a conduta dos indivíduos. De acordo com Durkheim, a ciência, e em especial a Sociologia, por meio de suas investigações, poderia indicar os caminhos e as soluções, pois os valores morais constituiriam elementos eficazes para neutralizar as crises econômicas e políticas, mediante a constituição de relações estáveis entre as pessoas. Assim, o elemento fundamental seria a integração social, assegurada pela consciência coletiva e pela solidariedade, que permitiriam a articulação funcional de todos os elementos da realidade social.

Durkheim preocupou-se também com o processo educacional e com a contribuição da Sociologia para que a educação francesa se desvinculasse das amarras religiosas existentes em seu tempo. Suas análises da questão educacional estão relacionadas com a possibilidade de se instituir uma educação de cunho laico e republicano, em contraposição à presença religiosa e monarquista no sistema de ensino francês.

Vinculada à perspectiva de transformação da educação francesa e a uma nova moral burguesa, a Sociologia como disciplina foi inicialmente ministrada nos cursos secundários e só depois nos universitários. Tendo a educação como constante objeto de estudo em sua vida acadêmica, Durkheim refletiu não só sobre a história da organização educacional francesa, como também sobre os conteúdos ministrados.

A Sociologia na França depois de Durkheim

Os principais continuadores do trabalho de Durkheim foram Marcel Mauss (1872-1950), Maurice Halbwachs (1877-1945), François Simiand (1873-1935), Paul Fauconnet (1874-1938) e Célestin Bouglé (1870-1940). Todos eles partiram de pontos de vista *durkheimianos*, mas não seguiram necessariamente os pressupostos e as posições do mestre e professor. Desenvolveram pesquisas próprias e até questionaram Durkheim em muitos pontos. Halbwachs, por exemplo, não aceitava a análise do pensador sobre o suicídio.

Na Sociologia francesa de orientação marxista, destacam-se Henri Lefebvre (1901-1991); Lucien Goldman (1913-1970), nascido na Romênia; Louis Althusser (1918-1990), nascido na Argélia; Nikos Poulantzas (1936-1979), nascido na Grécia; e Michael Löwy (1938-), nascido no Brasil.



Alexandro Melendez/Notimez/AFP

Sociólogo e filósofo Michael Löwy, em conferência sobre Walter Benjamin no México, 2013.

Entre os sociólogos franceses do século XX, das mais variadas tendências, podem ser citados: Georges Gurvitch (1894-1965), Georges Friedman (1902-1977), Raymond Aron (1905-1983), Roger Bastide (1898-1974), Jean Duvignaud (1921-2007), Michel Crozier (1922-2013), Alain Touraine (1925-), Pierre Bourdieu (1930-2002), Raymond Boudon (1934-2013) e Michel Maffesoli (1944-).

Pierre Bourdieu (1930-2002)

Pierre Bourdieu nasceu em um vilarejo no sudoeste da França. Em 1951, ingressou na Faculdade de Letras, em Paris, e na Escola Normal Superior. Em 1954, graduou-se em Filosofia, assumindo a função de professor em Moulins. Na mesma década, foi enviado à Argélia, então colônia francesa, para prestar o serviço militar. Em 1958, assumiu o cargo de professor assistente na Faculdade de Letras em Argel. Nesse período, iniciou uma pesquisa sobre a influência da colonização francesa na sociedade cabila.

De volta à França, em 1960 tornou-se assistente do sociólogo Raymond Aron, na Faculdade de Letras de Paris. Na década de 1970, atuou como professor em importantes instituições estrangeiras, como as universidades de Harvard e de Chicago, nos Estados Unidos, e o Instituto Max Planck, em Berlim, na Alemanha. Em 1982, tornou-se docente da Escola de Sociologia do Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo.

Pierre Bourdieu desenvolveu estudos em diversas áreas do conhecimento humano, discutindo temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Sua discussão sociológica centralizou-se na tarefa de desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação, contribuindo significativamente para a formação do pensamento sociológico contemporâneo.

Desenvolveu também conceitos específicos, como o de violência simbólica, por meio da qual a classe dominante impõe sua cultura aos dominados e legitima suas forças, que expressam seus gostos de classe e seu estilo de vida, gerando o que ele define como distinção social.

Analisando a Sociologia como disciplina, Bourdieu lançou um olhar crítico sobre a formação do sociólogo como censor e detentor de um discurso de verdade sobre o mundo social. Destacou-se ainda por se posicionar com muita clareza contra o neoliberalismo e a globalização capitalista.

Entre as obras de Bourdieu traduzidas no Brasil, destacamos: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1970), *A economia das trocas simbólicas* (1974), *A distinção: crítica social do julgamento* (1979), *O poder simbólico* (1989), *A miséria do mundo* (1993), *Escritos de educação* (1998), *A dominação masculina* (1998) e *Esboço de uma autoanálise* (2004).

A Sociologia na Alemanha

Na Alemanha, a Sociologia foi profundamente influenciada pela discussão filosófica, histórica e metodológica que se desenvolveu entre o final do século XIX e o início do século XX. Em seus fundamentos encontra-se o pensamento de vários filósofos, como Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854), Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Friedrich W. Nietzsche (1844-1900).

O representante mais expressivo da Sociologia alemã é Max Weber (1864-1920). Outros pensadores, entretanto, contribuíram significativamente para a formação e o desenvolvimento da Sociologia na Alemanha, entre os quais Ferdinand Tönnies (1855-1936), Werner Sombart (1863-1941), Georg Simmel (1858-1918) e os estudiosos que a partir da década de 1920 constituíram a chamada Escola de Frankfurt.

A obra desses autores liga-se fortemente ao processo de unificação alemã, promovido somente após o triunfo de Otto von Bismarck na Guerra Franco-Prussiana (1871), e à aceleração da industrialização alemã. Esses dois fatores conferiram à Alemanha uma situação muito diferente da de outros países europeus.

A alteração nas estruturas de poder, na Alemanha, não ocorreu por meio de uma revolução, como na França, mas por um acordo entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra, tendo em vista uma transição mais adequada aos seus interesses.



Após a Guerra Franco-Prussiana (1870-71), os príncipes alemães se reuniram no palácio de Versalhes (França), onde aclamaram Guilherme I, da Prússia, como o imperador alemão. Assim surgia o Império da Alemanha, em 1871. Na pintura, de autor desconhecido, o novo imperador alemão é saudado por todos. Hôtel Carnavalet (Art Museum), Paris, França.

A burguesia industrial não estava preocupada em alterar de modo significativo a estrutura fundiária, e os grandes proprietários, que se encastelaram na burocracia estatal, não permitiram a formulação de uma legislação trabalhista que prejudicasse os interesses da burguesia. Assim se fez uma mudança “por cima”, sem levar em conta os interesses dos trabalhadores urbanos ou rurais. Destacam-se aqui dois importantes sociólogos alemães: Georg Simmel e Max Weber, pela presença no Brasil. Depois, brevemente, falar-se-á aqui da famosa Escola de Frankfurt.

Georg Simmel (1858-1918)



Coleção particular

Georg Simmel em fotografia de 1901.

Nascido em Berlim, Georg Simmel é um pensador difícil de enquadrar em alguma tendência ou campo específico do conhecimento. Vamos ler um trecho do que escreveu sobre ele o sociólogo brasileiro Leopoldo Waizbort:

Quem tentar esboçar a fisionomia de Georg Simmel (1858-1918), logo se encontra em meio a dificuldades

que são características próprias daquilo que se quer apreender. Simmel sempre postulou para seu próprio pensamento uma mobilidade e uma plasticidade para se adaptar ao seu objeto – uma multiplicidade de direções, uma defesa do fragmento –, que se opõem a toda tentativa de fixação e acabamento, a toda pretensão de sistema.

Por isso todos os rótulos que lhe são atribuídos, apesar de possuírem seu teor de verdade, sempre soam tão falsos: vitalismo, relativismo, esteticismo, formalismo, irracionalismo, psicologismo, impressionismo e tantos mais. Disto também é exemplo o fato de Simmel, hoje considerado, ao lado de Max Weber e Ferdinand Tönnies, um dos “pais” da sociologia alemã, não poder ser classificado sem mais como “sociólogo”, sob pena de se perderem várias outras dimensões que são essenciais ao seu pensamento.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP/Ed. 34, 2000. p. 11.

G. Simmel foi o último dos sete filhos de um próspero comerciante judeu convertido ao cristianismo. Com a morte do pai, herdou uma fortuna considerável que lhe permitiu independência para desenvolver a vida acadêmica. Estudou História e Filosofia na Universidade de Berlim, onde foi aluno das mais importantes figuras acadêmicas da época. Em 1881, defendeu uma tese sobre Immanuel Kant e recebeu o título de doutor em Filosofia. Entre 1885 e 1914, lecionou Filosofia, Ética e Sociologia na Universidade de Berlim, mas nunca foi incorporado formalmente à universidade.

Ocupou o cargo de professor titular de Filosofia somente em 1914, em Estrasburgo, cidade onde permaneceu até a morte, em 1918.

Na virada do século XIX para o século XX na Alemanha, houve uma intensa efervescência filosófica, cultural e artística, cenário em que se desenvolveram a psicanálise, a teoria da relatividade, o positivismo lógico e a música atonal. Nesse cenário, Simmel tornou-se um conferencista muito aclamado e escreveu artigos e ensaios sobre os mais variados temas da Filosofia, como lógica, teoria do conhecimento, ética, estética ou metafísica, além de temas da Psicologia, da Sociologia, da História e da religião.

Escreveu também muitas biografias (de Johann Wolfgang von Goethe, de Friedrich Nietzsche, de Immanuel Kant e de Rembrandt, entre outros).

Suas obras sociológicas mais importantes são: *Da diferenciação social* (1890), *A filosofia do dinheiro* (1907), *Sociologia* (1908) e *Questões fundamentais da Sociologia* (1917). Georg Simmel teve influência marcante no desenvolvimento da Sociologia na Alemanha, nos Estados Unidos (em especial na Escola de Chicago) e na França (em Durkheim e seus colaboradores diretos). Suas obras foram traduzidas para o francês e o inglês, muitas vezes antes de ser publicadas em alemão.

Max Weber (1864-1920)



Keystone Pictures USA/Alamy/Fotoarena

Max Weber, considerado um dos fundadores da Sociologia, em 1917.

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, em Erfurt, e morreu em Munique, em 1920. De família abastada, teve uma educação formal de boa qualidade, o que lhe permitiu uma erudição notável. Com 18 anos, ingressou na Universidade de Heidelberg, onde escolheu como área de concentração o Direito e como correlatas a História, a Filosofia e a Economia. Nessa universidade, teve o primeiro contato com os escritos de Immanuel Kant e com

neokantianos, os quais nunca deixou de lado em seus estudos.

Em 1889, concluiu o doutorado em Direito Comercial com uma tese sobre a história das sociedades comerciais da Idade Média. Em 1891, defendeu outra tese: *A importância da história agrária romana para o direito público e privado*. Em 1894, tornou-se professor de Economia na Universidade de Freiburg e, dois anos depois, transferiu-se para a Universidade de Heidelberg.

A partir de 1897, acometido de uma depressão profunda, não conseguiu desenvolver as atividades acadêmicas. Entre 1902 e 1903, retomou as atividades intelectuais, mas fora da universidade, pois não tinha condições psicológicas para ministrar aulas. No ano seguinte, tornou-se coeditor do *Arquivo de Ciências Sociais*, publicação muito importante para o desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha.

Entre agosto e dezembro de 1904, viajou, com Ferdinand Tönnies e Werner Sombart, aos Estados Unidos, por ocasião da Exposição Universal de Saint-Louis, onde entrou em contato com as igrejas e seitas protestantes daquele país e também com vários escritos de Benjamin Franklin (1706-1790), o que foi fundamental para suas pesquisas sobre a relação entre a ética protestante e o capitalismo.

Em 1907, recebeu uma herança significativa. A partir de então, dedicou-se exclusivamente à investigação histórica e sociológica. Em 1909, colaborou na fundação da Sociedade Alemã de Sociologia. Ao ser deflagrada a Primeira Guerra Mundial, em 1914, Weber foi convocado como oficial da reserva para dirigir um hospital militar. Entre as atividades no hospital encontrou tempo para continuar a escrever partes do livro que foi publicado postumamente por sua esposa, com o título *Economia e sociedade*. Além disso, desenvolveu estudos sobre ética econômica e as religiões universais e escreveu uma série de artigos para os grandes jornais da Alema-

nia. Nesses artigos, criticou a estrutura partidária do país e a burocratização das esferas políticas na Alemanha, afirmando que aquela situação ainda era a herança de Otto von Bismarck.

Em 1917, pronunciou uma conferência – *A ciência como vocação* – e produziu um escrito, no qual explicitou seu método – *Ensaio sobre neutralidade axiológica nas ciências sociológicas e econômicas*.

Pelas ideias expostas em debates e nos jornais e por sua erudição, Max Weber, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, fez parte da comissão que redigiu, em 1919, a nova constituição política alemã, conhecida como a Constituição de Weimar.

Pode-se afirmar que a vida de Max Weber foi dedicada aos estudos, à pesquisa e à participação ativa na política alemã de seu tempo, por meio de conferências e artigos para jornais e revistas.

Weber não media esforços para analisar e compreender mais profundamente os temas que elegia. Aprendeu grego e hebraico para ler a Bíblia no original, espanhol para ler os documentos sobre as companhias de navegação e comércio espanhol, russo para ler os jornais sobre os acontecimentos na Rússia de 1905 até a revolução de 1917, inglês para ler os textos estadunidenses sobre a vida religiosa e a ética dos protestantes.

Para Max Weber, o indivíduo é o núcleo de análise por ser o único que pode definir intenções e finalidades para seus atos. Desse modo, o ponto de partida da Sociologia é a compreensão da ação dos indivíduos, atuando e vivenciando situações sociais com determinadas motivações e intenções. Instituições como Estado e família só ganham sentido quando vistas da perspectiva das relações sociais. Assim, Max Weber não concebe a sociedade como um bloco, uma estrutura una, mas como uma teia de relações capazes de produzir sentido.

A obra de Max Weber é vasta e engloba história, direito e economia, passando pelas questões religiosas, pelos processos burocráticos, pela análise da cidade, da música e, enfim, pela discussão metodológica das ciências humanas e dos conceitos sociológicos.

Entre os seus escritos, podemos destacar: *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1904-1905/1920), *A ciência como vocação* (1917), *A política como vocação* (1919), *Economia e sociedade* (1920), *História geral da economia* (1923) e *Ensaio reunidos de sociologia da religião* (1917/1920).

Outros sociólogos alemães mantiveram-se em atividade após a Primeira Guerra Mundial, como Ferdinand Tönnies, Leopold von Wiese (1876-1969), Hans Freyer (1887-1969) e Franz Oppenheimer (1864-1943), que fundou, em 1919, a primeira cátedra de Sociologia na Alemanha, em Frankfurt.

A Escola de Frankfurt

Logo após a morte de Max Weber, abriu-se um novo horizonte para a Sociologia alemã com a fundação do Instituto de Pesquisa Social, vinculado à Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, que ficou conhecido como Escola de Frankfurt. Em 1923, um grupo de intelectuais – entre eles Friedrich Pollok (1894-1970), Leo Löwenthal (1900-1993), Karl August Wittfogel (1896-1988), Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1903-1969) – desenvolveu uma análise da sociedade contemporânea com base em concepções filosóficas de Immanuel Kant, Friedrich Hegel e Friedrich Nietzsche, em visões sociológicas de Karl Marx e de Max Weber e no pensamento de Sigmund Freud.

Os integrantes do grupo de Frankfurt pretendiam desenvolver uma teoria crítica da sociedade capitalista e buscavam explicar fenômenos que iam da análise da personalidade autoritária à indústria cultural. Mantiveram a crítica ao positivismo e ao pragmatismo, procurando demonstrar a necessidade de refletir sobre as condições que permitiram a emergência do nazismo e sobre o significado dessa ideologia. As reflexões desses intelectuais culminaram com uma crítica à razão instrumental e às formas de controle sobre a sociedade contemporânea.

Além dos estudiosos citados, são representantes desse pensamento Walter Benjamin (1892-1940), Erich Fromm (1900-1980) e Herbert Marcuse (1898-1979), entre outros. Todos os integrantes da Escola de Frankfurt precisaram sair da Alemanha por causa da perseguição nazista. Adorno e Horkheimer voltaram ao país depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Deram continuidade à Escola de Frankfurt, entre outros, Jürgen Habermas (1929-), da segunda geração, e Axel Honneth (1949-), da terceira e atual geração.



Universidade Johann Wolfgang Goethe, em Frankfurt, Alemanha, 2014.

A Sociologia nos Estados Unidos da América

A Sociologia nos Estados Unidos desenvolveu-se no contexto de dois grandes eventos que marcaram profundamente a história do país.

O primeiro foi a Guerra de Secessão (também conhecida como Guerra Civil Americana), que ocorreu entre 1861 e 1865 e gerou ressentimentos e atritos entre a população do sul e a do norte dos Estados Unidos.

Em contrapartida, houve a urbanização das terras do oeste e das áreas centrais do país, o que contribuiu para o crescimento da economia e a expansão industrial. No norte, graças ao esforço de guerra, houve um grande crescimento, principalmente na metalurgia, no transporte ferroviário, na indústria de armamentos e na indústria naval. O comércio também se expandiu de maneira exponencial em todo o território estadunidense.

O padrão de cultura dos Estados Unidos passou a ser o ideal nortista de “trabalho duro, educação e liberdade econômica a todos”. Houve ainda um grande desenvolvimento de escolas e instituições de ensino superior.

O segundo grande evento que marcou a história estadunidense foi a chegada em massa de estrangeiros. Entre 1860 e 1900, os Estados Unidos passaram de país agrícola, com população em torno de 4 milhões, para país industrial, com uma das maiores economias do mundo e com 75 milhões de habitantes.

O incremento populacional e a industrialização redundaram em um processo de urbanização sem precedentes que continuou até a década de 1930. Para se ter uma ideia, em 1860 viviam em Chicago 102260 pessoas; em 1900, a população da cidade passou a 1698575 e, em 1930, a 3375329. Em virtude desses fatores, consolidaram-se nos Estados Unidos uma burguesia industrial, comercial e financeira significativa, uma classe trabalhadora majoritariamente formada por imigrantes e uma classe média em ascensão.

As principais cidades passaram a ser um espaço de conflito e alvo de preocupações. Temas como imigração, aculturação, conflitos étnicos, comportamentos desviantes e políticas públicas foram importantes na Sociologia desenvolvida inicialmente no país.

Entre os principais fundadores da Sociologia nos Estados Unidos estão William Graham Sumner (1840-1910), Lester Frank Ward (1841-1913), Albion Woodbury Small (1854-1926), Franklin Henry Giddings (1855-1931), Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), William Isaac Thomas (1863-1947), Robert Ezra Park (1864-1944), Charles Horton Cooley (1864-1929) e George Herbert Mead (1863-1931).

A herança cultural desses fundadores é muito diversa: foram influenciados principalmente pela

Daniel Kalkner/dpa/Corbis/Fotoarena

tradição religiosa protestante disseminada em quase todo o território, pelo liberalismo econômico clássico conservador, do tipo *laissez-faire*, pelo evolucionismo do inglês Charles Darwin (1809-1882) e pelo darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903). Acrescente-se a esse cadinho de concepções de mundo e ciência o pragmatismo do filósofo e psicólogo William James (1842-1910) e do filósofo Charles Pierce (1839-1914).

Essa herança permite compreender as duas grandes características da Sociologia nos Estados Unidos:

- multiplicidade de temas, problemas e propostas e diversidade teórica e metodológica;
- desenvolvimento desse campo do conhecimento em universidades, nas quais as atividades eram financiadas pelo Estado e pelo setor privado (Fundação Rockefeller, comitês e associações normalmente religiosas).

Por causa dessa segunda característica, optamos por analisar o desenvolvimento da Sociologia nos Estados Unidos em três importantes universidades estadunidenses: a de Chicago, Harvard e Columbia.

The Granger Collection/Fotoarena



Manifestação de trabalhadores em Nova York, apoiando a Grande Greve Ferroviária de 1877. Gravura em madeira reproduzida a partir de um jornal da época.

Universidade de Chicago

A Universidade de Chicago foi fundada em 1890 pelo magnata do petróleo John D. Rockefeller e recebeu os primeiros alunos em 1892. Nela foi criado o primeiro departamento de Sociologia dos Estados Unidos, sob a direção de Albion Woodbury Small.

No início de seus trabalhos sociológicos, a Universidade de Chicago deu primazia à pesquisa empírica, procurando conhecer, por meio da observação direta, a dinâmica das relações sociais. Desenvolveu uma forte tendência pragmática e microssociológica, que viria a ser conhecida como a Escola de Chicago. A maior preocupação dos integrantes dessa Escola foi com os problemas das grandes cidades dos Estados Unidos, como a marginalidade social, o alcoolismo, as drogas, a segregação racial e a delinquência, estabelecendo uma relação entre a pesquisa sociológica e a intervenção dos organismos públicos na sociedade.

Os sociólogos de Chicago também se dedicaram ao que chamaram de ecologia humana, em oposição à ecologia animal e vegetal.

Em 1895, Albion Woodbury Small fundou o *American Journal of Sociology* e, em 1907, participou ativamente da fundação da Sociedade Ame-

ricana de Sociologia. Ele publicou, com Georges Vincent, em 1894, talvez o primeiro manual de Sociologia para estudantes, intitulado *Introdução ao estudo da sociedade*. Tendo estudado na Alemanha, Small foi o principal divulgador do pensamento de Georg Simmel nos Estados Unidos.

Entre os integrantes da Escola de Chicago mais conhecidos no Brasil, podemos citar William I. Thomas (1863-1947) e Florian Znaniecki (1882-1958), cuja principal obra foi *O camponês polonês na Europa e na América*, editada em 1918.

Destacam-se ainda Robert E. Park (1864-1944) e Ernest W. Burgess (1886-1966), que escreveram, entre outras obras, *Introdução à ciência da Sociologia*, em 1921.

Os dois, com Roderick Mackenzie, escreveram o clássico *A cidade*, em 1925. Outro membro de destaque foi Louis Wirth (1897-1952), autor de *O gueto*, escrito em 1928, e de um artigo que se tornou famoso, "Urbanismo como modo de vida", publicado em 1938, no *American Journal of Sociology*.

A Escola de Chicago congregou, ainda, sociólogos e antropólogos com ligação com a Psicologia

Social, que desenvolveram uma abordagem sociológica das relações sociais conhecida como **interacionismo simbólico**. A principal figura dessa vertente foi George Herbert Mead (1863-1932), que trabalhou em diversas áreas, sobretudo como psicólogo social e como professor de várias gerações de antropólogos e sociólogos. Seus escritos foram sistematizados por seus alunos e publicados com o nome *Mind, self and society (A mente, o eu e a sociedade)*, em 1934.

Além da tradição intelectual dos Estados Unidos, os integrantes da Escola de Chicago receberam a influência de Jean-Gabriel de Tarde, Émile Durkheim e Georg Simmel. Seus continuadores foram Herbert Blumer (1900-1987) e Everett C. Hughes (1897-1983).

Erving Goffman (1922-1982)

O representante da Sociologia desenvolvida na Universidade de Chicago mais influente no Brasil é Erving Goffman, que nasceu em Manville, Alberta, no Canadá, em 1922, e faleceu nos Estados Unidos em 1982. Obteve o grau de bacharel pela Universidade de Toronto, em 1945, e concluiu mestrado (1949) e doutorado (1953) na Universidade de Chicago, onde estudou Sociologia e Antropologia Social. Em 1958, tornou-se professor da Universidade da Califórnia e, em 1968, ingressou na Universidade da Pensilvânia, onde foi professor de Antropologia e Sociologia.

Entre 1981 e 1982, Goffman foi presidente da Sociedade Americana de Sociologia e realizou pesquisas na linha da Sociologia interpretativa e cultural, iniciada por Max Weber, desenvolvendo a ideia de que o mundo é um teatro e cada um, individualmente ou em grupo, interpreta papéis de acordo com as circunstâncias em que se encontra. Essas circunstâncias são marcadas por rituais e posições distintas em relação a outros indivíduos ou grupos. Para ele, é possível distinguir indivíduos, grupos e classes com base, por exemplo, em aspectos como as formas de vestir ou de se apresentar publicamente.

O sociólogo considera a interação social como um processo fundamental de identificação e de diferenciação dos indivíduos e grupos, analisando-a no cotidiano, especialmente em lugares públicos. Goffman estudou com especial atenção o que chamou de “instituições totais”, lugares onde



Erving Goffman, data desconhecida.

Coleção particular

o indivíduo é isolado da sociedade, como prisões e manicômios.

De acordo com o sociólogo brasileiro Édison Gastaldo:

O trabalho de Goffman trouxe à luz aspectos da vida cotidiana que não se julgavam “sociologicamente relevantes”. Seus *insights* sobre as interações ordinárias, sobre o deslocamento dos pedestres, sobre a ocupação social dos espaços públicos, sobre a atuação dos vigaristas, mendigos, loucos, espíões, jogadores e de todos aqueles que passam cotidianamente debaixo de nossos narizes sem que prestemos atenção modificaram o pensar sociológico no mundo. Sua descrição etnográfica de um hospital para doentes mentais colaborou decisivamente para deflagrar a luta antimanicomial no mundo inteiro. Vinte e dois anos depois de sua morte, os temas e os conceitos desenvolvidos por Goffman ainda estão em pleno uso e vitalidade.

GASTALDO, Édison. *Erving Goffman, desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

Suas três obras mais conhecidas são: *A representação do eu na vida cotidiana* (1959), *Manicômios, prisões e conventos* (1961) e *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade* (1963).

Universidade Harvard

A história de Harvard começa em 1636, quando foi fundada, na cidade de Cambridge, no estado de Massachusetts, uma instituição de ensino denominada New College. Em 1639, essa instituição recebeu o nome de Harvard College, em homenagem a John Harvard, seu principal mecenas.



Michael Dwyer/Alamy Stock Photo/Fotoarena

Universidade Harvard, Cambridge, Massachusetts, EUA, 2016.

A Sociologia desenvolvida na Universidade Harvard é marcada por uma preocupação teórica e tem dois sociólogos como expoentes: Pitirim Alexandrovich Sorokin (1889-1968) e Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979). Este último influenciou muito o desenvolvimento da Sociologia no mundo e no Brasil.

Talcott Parsons (1902-1979)

Talcott Parsons nasceu no Colorado, nos Estados Unidos. Em 1924, graduou-se em Biologia e Filosofia na Faculdade Amherst. Em 1925, pós-graduou-se em Ciências Sociais na Escola de Economia de Londres, na Inglaterra, e, em seguida, doutorou-se na Universidade de Heidelberg, na Alemanha.

Nos Estados Unidos, lecionou Economia e Sociologia na Universidade Harvard durante 45 anos (1927-1973). Em 1944, tornou-se presidente do Departamento de Sociologia, transformando-o, dois anos depois, no Departamento de Relações Sociais, a fim de unir a Sociologia a outras ciências sociais.

Assim como Sorokin, Parsons voltou-se para a Sociologia europeia, tendo por base as ideias de Max Weber, Vilfredo Pareto (1848-1923) e Émile Durkheim, além das do economista inglês Alfred Marshall (1842-1924). Fundamentado nesses autores, desenvolveu uma grande obra teórica, que dominaria a Sociologia estadunidense desde então.

Parsons é o sociólogo estadunidense mais conhecido no mundo. Em geral, seus críticos entenderam-no como um pensador conservador, preocupado basicamente com o bom ordenamento da sociedade. Seu interesse era determinar a função que os indivíduos desempenhavam na estrutura social. Entendia o indivíduo como expressão dessa estrutura, a qual devia ser mantida e preservada. Caso isso não ocorresse, deviam entrar em ação os mecanismos de controle social (moral, ética, sistema jurídico e penal etc.), como instrumentos preventivos ou corretivos.

Seu trabalho exerceu influência em diversos países e ambientes acadêmicos (particularmente nas décadas de 1950 a 1970), até mesmo na então União Soviética, onde, em 1964, ministrou aulas sobre a Sociologia estadunidense a convite da Academia de Ciências da União Soviética (URSS).

Suas principais obras foram: *A estrutura da ação social* (1937), *O sistema social* (1951), *Economia e sociedade* (1956, com N. Smelser), *Estrutura e processo nas sociedades modernas* (1960), *Sociedades: perspectivas evolucionárias e comparativas* (1966), *Teoria sociológica e sociedade moderna* (1968), *Política e estrutura social* (1969), *Sistemas sociais e a evolução da teoria da ação* (1977) e *Teoria da ação e a condição humana* (1978).

Universidade Columbia

A King's College foi fundada em 1754, em Nova York, nos Estados Unidos. Quando as colônias inglesas se declararam independentes da Grã-Bretanha, a instituição passou a se chamar Universidade Columbia. A partir da última década do século XIX, essa universidade se destacaria por uma importante produção no campo da Sociologia, tendo como pioneiro Franklin Giddings (1855-1931), fundador da cadeira de Sociologia. Fortemente marcado pelo evolucionismo e pelo pragmatismo, foi um dos primeiros a usar métodos quantitativos e experimentais no estudo dos fenômenos sociais.

Dois sociólogos de Columbia merecem destaque, por serem muito conhecidos no Brasil: Robert K. Merton e Charles Wright Mills.



Martin Shields/Alamy/Fotorena

Biblioteca da Universidade Columbia, em Nova York, EUA, 2014.

Robert King Merton (1910-2003)

Merton nasceu na Filadélfia e faleceu em Nova York. Graduou-se em Sociologia na Universidade Temple e pós-graduou-se na Universidade Harvard, onde trabalhou com Pitirim Sorokin e Talcott Parsons até a defesa de seu doutorado, em 1936.

Em 1941 Merton transferiu-se para a Universidade Columbia, onde permaneceu durante 38 anos, até aposentar-se. Nessa universidade procurou integrar teoria à prática sociológica. Estudou o comportamento desviante e os processos de adaptação social, tendo por base pesquisas qualitativas e quantitativas do exercício profissional em ambiente de solidariedade e de conflito. Com Paul Lazarsfeld (1901-1976), desenvolveu o Departamento de Pesquisa Social Aplicada.

O nome de Merton está vinculado à proposta de criação de teorias de alcance médio, segundo a qual os sociólogos seriam mais úteis à sociedade



Robert King Merton, em 1950.

Pictorial Parade/Archive Photos/Getty Images

se deixassem de lado as grandes teorias (criticando Parsons) e criassem outras de médio alcance. Essas teorias estariam situadas entre as hipóteses de trabalho rotineiras na pesquisa e as amplas especulações. Mediariam, dessa forma, as abstrações, generalizações e fundamentos empíricos da pesquisa.

Merton tinha uma visão humanista da função social da ciência, demonstrando influência clara de Max Weber. Concebia a ciência como um conjunto de conhecimentos compartilhados por todos os membros da sociedade, que deveriam julgar a credibilidade das postulações científicas de acordo com suas expectativas e valores morais. Mas as decisões acerca do fazer científico não caberiam à sociedade, e sim ao próprio cientista, sempre adequando seus valores aos da sociedade.

Charles Wright Mills (1916-1962)



Coleção particular

Charles Mills, data desconhecida.

Charles Wright Mills (1916-1962) nasceu em Waco, no Texas, Estados Unidos. Mestre em Artes, Filosofia e Sociologia pela Universidade do Texas, concluiu, em 1942, seu doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade de Wisconsin. Foi professor de Sociologia nas universidades de Maryland e Columbia, onde passou a lecionar em 1947 e permaneceu até a morte, em 1962.

Charles Mills representa uma tendência quase marginal na Sociologia dos Estados Unidos, por apresentar uma visão crítica e militante da sociedade estadunidense e da própria Sociologia.

Influenciado por Karl Marx e Max Weber, Mills procurou conciliar o conceito de classe social com o de *status*, visando esclarecer processos e mecanismos dos conflitos e das mudanças sociais. Por meio de pesquisas, tentou elucidar a complexidade de estruturas de poder, particularmente das elites (em lugar de *classes dominantes*), e de seu papel na mudança social, fugindo da ideia de revolução como única via para a transformação social.

Charles Wright Mills é conhecido principalmente por seu livro *A imaginação sociológica*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1959. Nele, o autor propõe que os sociólogos, ao exercer a profissão, não deixem a imaginação e a criatividade de lado em favor de uma pretensa objetividade e neutralidade do trabalho científico. Para Mills, os grandes intelectuais da história nunca abriram mão da reflexão e da criatividade e mantiveram uma postura crítica diante da realidade.

Atribuindo aos sociólogos a responsabilidade de agentes ativos na sociedade, cabendo-lhes to-

mar parte nos debates públicos de sua época, Mills defendia a ideia de que a Sociologia deveria ser compreensível para o grande público. Para ele, a ciência social era inseparável da vida pessoal do cientista: a intuição, a imaginação e o comprometimento com o tempo em que se vivia eram fundamentais para compreender cientificamente a sociedade. Suas obras foram publicadas em vários idiomas. Além da citada anteriormente, as mais importantes são: *A nova classe média* (1951), *A elite do poder* (1956), *Sobre o artesanato intelectual* (1959) e *Os marxistas* (1962).

Mills escreveu também artigos em revistas e dois livros que tiveram grande exposição na mídia dos Estados Unidos, por seu caráter polêmico: *As causas da Terceira Guerra Mundial* (1958), no qual discute a corrida nuclear, e *A Revolução em Cuba* (1960), em que analisa a fase inicial da Revolução Cubana.

Outros sociólogos que defendem uma postura crítica na Sociologia estadunidense, continuadores ou não de Charles Wright Mills, são Irving Louis Horowitz (1929-2012), Martin Nicolaus (1928-) e Alvin Gouldner (1920-1980).

A Sociologia contemporânea

Se até a década de 1960 podia-se falar em uma Sociologia dividida por países, após essa época, tendo em vista um processo significativo de circulação de informações pelos mais variados meios de comunicação, pode-se dizer que os principais cientistas sociais se tornaram globalizados, assim como a literatura sociológica.

As questões sociais, que até então podiam estar localizadas em países ou em blocos de países, também se tornaram mundializadas, e vários pensadores passaram a refletir sobre temas chamados de pós-modernos, hipermodernos ou simplesmente contemporâneos, e que afetam um país, uma região ou todo o mundo.

A Sociologia contemporânea, porém, mantém uma relação significativa com as grandes vertentes da Sociologia anterior:

- a marxista ou histórico-estrutural, com suas variações;
- a durkheimiana ou funcionalista, com o desenvolvimento de um neofuncionalismo;
- a weberiana ou compreensiva, com o desenvolvimento da fenomenologia e da hermenêutica;
- a teórica e pragmática estadunidense, com variadas linhas.



Pablo Jacob/Agência O Globo

Zygmunt Bauman em encontro internacional sobre educação no Rio de Janeiro, 2015.

Além dessas vertentes, pensadores como Jean-Gabriel de Tarde e Georg Simmel, que estavam um tanto esquecidos, pelo menos no Brasil, em razão da ênfase em Émile Durkheim, num caso, e em Max Weber, em outro, retomaram seus lugares de destaque. Essas vertentes inspiraram outros tantos pensadores, que – refletindo sobre a realidade em que vivem, mesclando ou não contribuições de diferentes linhas teóricas e formulando uma série de conceitos – demonstram as possibilidades e a diversidade do pensamento sociológico e fazem a Sociologia avançar muito no processo de compreensão da realidade contemporânea.

A combinação de diversas vertentes teóricas torna difícil fazer qualquer enquadramento ou mesmo tentar classificar determinados autores. Muitos analistas veem nisso uma crise de paradigmas na Sociologia contemporânea. Essa “crise” poderia ser entendida do ponto de vista epistemológico; entretanto, sempre houve diversidade de epistemologias na Sociologia. Acreditamos que essa diversidade epistemológica, de teorias, de objetos e de métodos, concorrentes ou não, na explicação de fenômenos sociais deve ser vista como indicativo de vigor, e não de decadência.

Indicamos a seguir, em ordem alfabética, alguns dos pensadores e sociólogos contemporâneos cujo trabalho tem dado especial contribuição à Sociologia desenvolvida no Brasil: Alain Touraine (1925-), Anthony Giddens (1938-), Axel Honneth (1949-), Boaventura de Sousa Santos (1940-), David Harvey (1935-), Edgard Morin (1921-), François Dubet (1946-), Gilles Lipovetsky (1944-), Howard S. Becker (1928-), Immanuel Wallerstein (1930-), István Mészáros (1930-), Jean Baudrillard (1929-2007), Jürgen Habermas (1929-), Manuel Castells (1942-), Marshall Berman (1940-2013), Michael Löwy (1938-), Michel Maffesoli (1944-), Néstor García Canclini (1939-), Niklas Luhmann (1927-1998), Norbert Elias (1897-1990), Peter Ludwig Berger (1929-), Ralph Dahrendorf (1929-2009), Raymond Boudon (1934-2013), Richard Sennett (1943-), Serge Moscovici (1928-2014), Thomas Luckmann (1927-), Ulrich Beck (1944-2015) e Zygmunt Bauman (1925-).

A Sociologia no Brasil

Como na França de Émile Durkheim, os primeiros passos da Sociologia no Brasil, em termos institucionais, ocorreram a partir de iniciativas para a inclusão dessa disciplina no ensino secundário (hoje, ensino médio). A primeira tentativa ocorreu em 1890, logo após a proclamação da República, com a reforma

educacional de Benjamin Constant, que defendia o ensino laico em todos os níveis. O ensino secundário tinha por objetivo a formação intelectual dos jovens fora do contexto religioso, então predominante. Mas, sem nunca ter sido de fato incluída nos currículos escolares, a Sociologia foi expurgada pela Reforma Epitácio Pessoa, em 1901. Somente em 1925 a Sociologia retornou ao currículo do ensino secundário por meio da Reforma de Rocha Vaz, que tinha os mesmos objetivos da de Benjamin Constant. Em decorrência dessa reforma, o Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, implantou a Sociologia regularmente no seu currículo. Em 1928, a disciplina foi introduzida nas escolas de vários estados brasileiros, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Desde 1925, podem-se destacar alguns intelectuais que contribuíram para o ensino de Sociologia no ensino secundário, lecionando e escrevendo manuais para esse nível: Fernando de Azevedo (1894-1974), Gilberto Freyre (1900-1987), Carneiro Leão (1887-1966) e Delgado de Carvalho (1884-1980), em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Eles tinham por objetivo preparar intelectualmente os jovens das elites dirigentes, elevando o conhecimento daqueles que chegavam às escolas médias. Esses autores, em sua maioria, foram influenciados pela Sociologia desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos.

Em 1931, a reforma de Francisco Campos, no governo de Getúlio Vargas, introduziu a Sociologia nos cursos preparatórios ao ensino superior nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura, além de mantê-la nos cursos normais (de formação de professores).

No final do Estado Novo, em 1942, o governo de Getúlio Vargas, através de seu ministro da Educação, Gustavo Capanema, implantou a Reforma Capanema, que excluiu a Sociologia do ensino secundário brasileiro. Assim, a Sociologia fez parte do currículo do ensino secundário por 18 anos (1925-1942). Ela, contudo, permaneceu como matéria obrigatória do currículo das Escolas Normais, de nível secundário, destinadas à formação de professores do antigo ensino primário (o que corresponderia aos atuais 2^a a 5^a anos).

A Sociologia no ensino superior: início do século XX

Nas primeiras décadas do século XX, a Sociologia no ensino superior estava presente de forma embrionária em vários estados brasileiros (Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo) e principalmente nos cursos de Direito. Desenvolveu-se de forma

mais consistente, contudo, nos estados que passavam por um processo de industrialização e urbanização crescente desde o final da década de 1910.

Essas transformações da estrutura econômica e social repercutiram nas esferas culturais e educacionais, propiciando um crescente interesse pelos estudos científicos da realidade social da época.

Em decorrência disso, foram publicados importantes trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Uma das preocupações dos pensadores daquele período era a busca do entendimento do Brasil por meio de seus componentes históricos, tendo por base as muitas vertentes europeias e estadunidenses das ciências humanas.



Foto de Nascimento/Acervo UH/Folhapress

Caio Prado Júnior, em 1963.

Esses pensadores defendiam a ideia de que havia uma ligação entre o passado colonial e a configuração social em que viviam. Para eles, esse condicionamento do passado deveria ser superado para que o país saísse do atraso. As preocupações desses pensadores giravam em torno do futuro do Brasil e das possibilidades de mudança social e das resistências a elas. Entre outros, podem ser citados: Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Gilberto Freyre (1900-1987) e Fernando de Azevedo (1894-1974).

Pode-se afirmar que foi entre as décadas de 1920 e 1940 que a Sociologia fincou alicerces no Brasil. Nesse período, procuraram-se definir mais claramente as fronteiras entre a Sociologia e as áreas do conhecimento afins, como a Literatura, a História e a Geografia, e institucionalizou-se o curso de Sociologia e/ou Ciências Sociais em faculdades e universidades. Foram fundadas a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo, em 1933, e as Universidades de São Paulo (USP) e do Distrito Federal (UDF), esta no Rio de Janeiro, respectivamente em 1934 e 1935, nas quais foram instituídos cursos de Ciências Sociais.



Arquivo/Estado conteúdo

Sociólogo francês Roger Bastide, em 1938.

Vários professores estrangeiros vieram ao Brasil para trabalhar nessas universidades e contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Entre outros, podem ser cita-

dos: Donald Pierson (1900-1995), Alfred Radcliffe-Brown (1881-1955), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Georges Gurvitch (1894-1965), Roger Bastide (1898-1974), Charles Morazé (1913-2003) e Paul-Arbousse Bastide (1901-1985).

A revista *Sociologia*, da Escola Livre de Sociologia e Política, foi um exemplo da produção sociológica da época. Criada em 1939 e publicada até 1981, em São Paulo, constituiu um verdadeiro marco de estudo, pesquisa e divulgação das Ciências Sociais no Brasil.

De 1940 a 1960: disseminação da Sociologia na universidade

De 1940 a 1960: disseminação da Sociologia na universidade

A partir do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, disseminaram-se as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, em universidades ou fora delas, e a Sociologia passou a fazer parte do currículo dos cursos de Ciências Sociais ou a apresentar-se como disciplina obrigatória em outros cursos.

Uma nova geração de cientistas sociais passou a ter presença marcante no Brasil. Entre eles, podem ser citados: Florestan Fernandes (1920-1995), Antonio Candido (1918-), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-), Juarez Rubens Brandão Lopes (1925-2011), Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Luiz Aguiar da Costa Pinto (1920-2002) e Hélio Jaguaribe (1923-), que influenciaram muitos cientistas sociais em todo o território nacional.

Os principais temas de pesquisas, análises e discussões nesse período foram: imigração e colonização, estudos de comunidades, educação, folclore, questão rural e urbana, teoria e método das Ciências Sociais, estratificação e mobilidade sociais e sociologia da arte e da literatura. Cabe um destaque para o tema das relações étnico-raciais envolvendo a questão do negro no Brasil, graças a um projeto de pesquisa financiado pela Unesco.

Nesse período, a Sociologia tornou-se disciplina hegemônica no quadro das Ciências Sociais no Brasil, e a primeira a formar uma "escola" ou uma "tradição" em São Paulo, tendo em Florestan Fernandes um dos seus mentores.

De 1960 a 1980: consolidação da Sociologia no Brasil

Mesmo sob a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de 1964, a Sociologia começou a se expandir, principalmente nos grandes centros urbanos, e a se relacionar com outros campos das ciências humanas. As discussões sobre o processo de industrialização crescente no país foram o centro das atenções.

Um dos temas de discussão era o desenvolvimento, incluindo as teorias da dependência e da modernização. Outros temas de debates e pesquisas da época foram o trabalho industrial e o sindicalismo, a formação da classe trabalhadora, a urbanização crescente e as transformações no campo, os problemas da marginalidade social, a presença do capital estrangeiro e a indústria nacional. A questão educacional também esteve presente, pois de alguma forma os problemas sociais estavam vinculados à precariedade do setor. Foram bastante debatidos, ainda, o autoritarismo, principalmente depois do golpe militar de 1964, e o planejamento, criando-se uma interface com a ciência política. Além disso, destacaram-se, nesse momento, os estudos sobre a América Latina.

Em razão desses debates, foram incluídas nas universidades disciplinas como: Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Urbana, Sociologia Rural, Sociologia Industrial e do Trabalho (incluindo a questão sindical), Sociologia do Planejamento, Sociologia da Educação e da Juventude e Sociologia da Arte e Literatura.

Muitos foram os estudiosos que, em diferentes áreas do pensamento sociológico, desenvolveram pesquisas nessas décadas. Alguns dos que formaram a segunda geração de sociólogos no Brasil são: Octavio Ianni (1926-2004), Marialice M. Foracchi (1929-1971), Fernando Henrique Cardoso (1931-), Leôncio Martins Rodrigues (1934-), Heleieth Saffioti (1934-2010), Maurício Tragtenberg (1929-1998), Francisco de Oliveira (1933-), Luiz Pereira (1933-1985), Luiz Eduardo W. Wanderley (1935-), José de Souza Martins (1938-), Gabriel Cohn (1938-), Roberto Schwarz (1938-), Elide Rugai Bastos, Luiz Werneck Vianna (1938-) e Simon Schwartzman (1939-).



Zanone Fraissat/Folhapress

Roberto Schwarz, em 2012.

Diversificação da Sociologia no Brasil

A partir da década de 1980, ampliam-se os cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em Ciências Sociais e, em particular, de Sociologia em todo o território nacional, elevando o nível, em número e em qualidade, das pesquisas e do ensino da área. Os estudos sociológicos passaram a ser mais específicos, ocorrendo uma fragmentação dos temas/objetos, como: violência, gênero e sexualidade, corpo e saúde, religião, cotidiano, comunicação e informação, indústria cultural, representações sociais, consumo, cidadania, direitos humanos, questão ambiental, globalização, ciência e tecnologia, urbanização, juventude, famí-

lia, trabalho, classes e mobilidade social, questões étnico-raciais, Estado e sociedade civil.

Novas gerações de sociólogos se formam nas universidades em quase todos os estados da federação, e há centros de ensino e pesquisa na maioria das universidades, disseminando-se assim a formação de sociólogos, sob diversas influências teóricas. A formação em Sociologia, que havia se estabelecido a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1930, expandiu-se para todo o território nacional em pouco mais de 50 anos.

O retorno da Sociologia ao ensino médio

Oficialmente extinta do currículo do ensino médio em 1942, a Sociologia voltou a marcar presença em um ou outro estado da federação, de modo intermitente, a partir da década de 1980, com os primeiros ensaios de democratização da sociedade brasileira, conforme diz o sociólogo brasileiro Amaury C. Moraes, na esteira de mudanças na legislação educacional realizadas pelo governo ditatorial pós-1964. A Lei nº 7.044/82 flexibilizou o ensino médio (então 2ª grau) e profissionalizante, abrindo espaço para a presença da Sociologia, não em caráter obrigatório, mas por escolha das escolas. Nesse sentido, ela começou a ter uma presença crescente nos currículos escolares.

Aqui cabe citar as *Orientações Curriculares para o ensino médio*, (p. 104-105).

Há uma interpretação corrente que (...) deve ser bem avaliada criticamente; ela afirma que a presença ou a ausência da Sociologia no currículo está vinculada a contextos democráticos ou autoritários, respectivamente. No entanto, se se observar bem, pelo menos em dois períodos isso não se confirma, ou se teria de rever o caráter do ensino de Sociologia para entender sua presença ou ausência. Entre 1931 e 1942, especialmente após 1937, a Sociologia está presente e é obrigatória no currículo em um período que abrange um governo que começa com esperanças democratizantes e logo se tinge de autoritarismo, assumindo sua vocação ditatorial mais adiante. Em outro momento, em plena democracia, o sentido do veto do Presidente da República (2001) à inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória traz uma certa dificuldade para essa hipótese. O que se entende é que nem sempre a Sociologia teve um caráter crítico e transformador, funcionando muitas vezes como um discurso conservador, integrador e até cívico – como aparece nos primeiros manuais da disciplina. Não se pode esquecer que a Sociologia chegou ao Brasil de mãos dadas com o positivismo. No caso recente, deve-se entender que a ausência da

disciplina se prende mais a tensões ou escaramuças pedagógico-administrativas que propriamente a algum conteúdo ideológico mais explícito.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 104-5. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Paralelamente, algumas associações de sociólogos, em diferentes estados brasileiros – mas principalmente em São Paulo –, iniciaram um movimento pela volta da Sociologia ao ensino médio, almejando a ampliação de espaço de trabalho para os formandos dos cursos de Ciências Sociais. Apesar de não haver a obrigatoriedade da disciplina, os cursos de Ciências Sociais continuavam a formar professores de Sociologia. Em alguns estados brasileiros, ao longo dos anos, foram abertos concursos para professores de Sociologia.

Com a Constituição de 1988 e a conseqüente formulação das constituições estaduais, sociólogos em todo o país passaram a reivindicar a presença da Sociologia no ensino médio. Assim, leis estaduais de alguns estados e as constituições estaduais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais tornaram a Sociologia obrigatória no ensino médio.

A partir do ano 2000, organizações representativas de sociólogos (sindicatos e associações de sociólogos e de cientistas sociais) de várias tendências, assim como pequenos grupos nas universidades do país, começaram a desenvolver um movimento em defesa da obrigatoriedade do ensino da Sociologia no nível médio, considerando que os conteúdos dessa disciplina contribuíam para melhor formação do jovem estudante.

O movimento estendeu-se ao início do século XXI, conquistando o apoio de instituições de ensino, associações científicas, intelectuais, sindicatos e associações de categorias profissionais. Finalmente, pela Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Sociologia retornou oficial e obrigatoriamente ao currículo do ensino médio brasileiro.

A título de conclusão, e ainda refletindo sobre a Sociologia e sua contribuição para a formação dos estudantes, é importante destacar o que as *Orientações Curriculares para o ensino médio* afirmam com muita clareza:

A presença da Sociologia no currículo do ensino médio tem provocado muita discussão. Além dessa justificativa que se tornou *slogan* ou clichê – “formar o cidadão crítico” –, entende-se que haja outras mais objetivas decorrentes da concretude com que a Sociologia pode contribuir para a formação do jovem brasileiro, quer aproximando esse jovem de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates em torno

de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade. A Sociologia, como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média, pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, “tribo”, país etc. Traz também modos de pensar (...) ou a reconstrução e desconstrução de modos de pensar. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo com unidade. Isso em termos sincrônicos ou diacrônicos, de hoje ou de ontem.

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política etc. com argumentos naturalizadores (!). Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 105-6. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Livros para ampliar o conhecimento da história da Sociologia

- SCOTT, John (Org.). *50 sociólogos fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2007. Relação de biografias e análises das principais obras de sociólogos e pensadores fundamentais para a compreensão da vida em sociedade.
- SCOTT, John (Org.). *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009. Reunião de biografias e análises críticas das obras de importantes sociólogos e pensadores das sociedades contemporâneas, imprescindíveis para o entendimento do mundo atual.
- BASTOS, Elide Rugai et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. Coletânea com 21 entrevistas com sociólogos brasileiros. Temas: as próprias formações acadêmicas e os principais temas de suas pesquisas, bem como o que pensam das Ciências Sociais hoje.

¹¹ Efeito de naturalização: fazer parecerem naturais certas construções sociais; por exemplo: a dominação masculina fundamentada em uma possível superioridade biológica.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Unesp, 2008.
- _____. Teoria da semicultura. *Educação e sociedade*, ano XVII, n. 56, dez. 1996.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. (org.). *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- AGAMBEN, Giorgio. Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. 30 ago. 2012. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista a Peppe Salvà. Tradução Selvino J. Assmann. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- AGUALUSA, José Eduardo. O cabelo da minha filha. *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 mar. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/o-cabelo-da-minha-filha-15539157>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências humanas desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de (org.). *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1973.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? *Carta Maior*, 13 out. 2011. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18687>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- _____. O enigma do *preariado* e a nova temporalidade histórica do capital – Parte 1. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/06/11/o-enigma-do-preariado-e-a-nova-temporalidade-historica-do-capital-parte-2/>>. Acesso em: 17 set. 2015.
- _____. *Trabalho e cinema*. Londrina: Práxis, 2006-2008. v. 1-2.
- ALVES, José E. D. A *distribuição das filiações religiosas no mundo*. 18 nov. 2013. *Eco Debate Cidadania & Meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2013/11/18/a-distribuicao-das-filiacoes-religiosas-no-mundo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- ALVES, Rubem. Os “ratos” e os “queijos”... *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19 set. 2006. *Cotidiano*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1909200607.htm>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- _____. Sobre Deus. *Folha de S. Paulo*, 4 out. 2011. *Cotidiano*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0410201104.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UnB, 1981.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Eu, etiqueta. *O corpo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai*, n. 19, 2009. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.
- AQUINO, Natan de; PEREIRA, Flora. Mia Couto: em busca das identidades plurais. *Outras palavras*. 28 maio 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/mia-couto-em-busca-das-identidades-plurais/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- ARBEX JR., José; TOGNOLI, Cláudio Júlio. *O mundo pós-moderno*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 11-12.
- ARENDRT, Hannah. Arendt e as revoluções. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 8 nov. 1977. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/filosofiaarendt.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octavio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2004.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Brasília: UnB, 1997.
- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).
- BARREIRA, César (org.). *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. O poder dos bancos no Brasil. *Vermelho*. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/6339-2>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. Contra o capitalismo Bauman convoca à imaginação. *Outras Palavras*, 29 out. 2011. Disponível em: <www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECHER, Howard S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985. p.38-39.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERTELLI, A. R. et al. (org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BETTO, Frei. Meu celular, minha vida. *ADITAL*, 5 dez. 2013. *Mundo*. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cat=&cod=78989>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- _____. *Morte, fenômeno natural*. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/opiniao/2015-10-31/frei-betto-morte-fenomeno-natural.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa (org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. *Planalto – Presidência da República/ Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%27ao_Compilado.htm>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- _____. Secretaria de Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRECHT, Bertolt. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elo, 1982.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 39. São Paulo: Cedec, 1997.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CALLIGARIS, Contardo. A república dos doutores. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 21 abr. 2005. Ilustrada. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2104200531.htm>. Acesso em: 22 out. 2015.
- _____. Os sonhos dos adolescentes. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 11 jan. 2007. Ilustrada. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1101200718.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do folclore brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Global, 2012.
- CAMPOS, Leonildo. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Apud: BIANCO, Gloecir. *Pluralismo religioso brasileiro e a crise de sentido*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Bianco,%20Gloecir.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.
- CANTANHÊDE, Eliane. Morte de câimbra. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 6 jan. 2006. Opinião. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0601200605.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (org.). *Homem e sociedade: leituras básicas de Sociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- CARRANZA, Brenda. A fraternidade cristã diante do abismo da desigualdade social. 20 jun. 2011. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista a Graziela Wolfart. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao366.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org.). *Sociologia e ensino médio em debate: experiências e discussão de Sociologia no ensino médio*. Ijuí: Unijuí, 2004.
- CASALDÁLIGA, Pedro. Confissões do latifúndio. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/autor/dompedrocasald%C3%A1liga>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert et al. (org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000.
- CASTELLS, Manuel. A internet ameaçada. *Outras Palavras*. 21 mar. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/castells-a-internet-ameacada/>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo F. (org.). *Introdução ao pensamento sociológico: Durkheim/Weber/Marx/Parsons*. Rio de Janeiro: Centauro, 2001.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1951.
- CAVALCANTI, José Carlos. A escola reproduz desigualdades sociais? *Creativante*. Disponível em: <www.creativante.com.br/download/A%20escola%20reproduz%20desigualdades%20sociais.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.
- CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. In: *Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, 4 mar. 2007. Disponível em: <www.fpa.org.br/contraviolencia-por-marilena-chau>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros passos).
- CITELLI, Adilson. Bertolt Brecht: comunicação, poesia e revolução. *Comunicação & Educação*, ano XII, n. 2, maio-ago. 2007. Disponível em: <www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/7101/6402>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

- _____. (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CONY, Carlos Heitor. Vizinhos e internautas. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/cony_20000504.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.
- COSTA, Cristina. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1997.
- COSTA, Osmani Ferreira da. *Rádio e política: a aventura eleitoral de radialistas no século XX*. Londrina: Eduel, 2005.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- _____. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DPA, 2000.
- _____. *Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.147-148.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DANNEMANN, Fernanda. A próxima atração. *Cult: Revista Brasileira de Literatura*. São Paulo: Bregantini, n. 91, abr. 2005.
- DANTAS, Pedro. Protesto em shopping do Rio foi "contra o sistema capitalista". *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4 ago. 2009. Cotidiano. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u6628.shtml>. Acesso em: 27 out. 2015.
- DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difel, 1970.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DEMARTIS, Lucia. *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- DIMENSTEIN, Gilberto. A revolução das pequenas coisas. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24 dez. 2006. Cotidiano. p. C9. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff2412200624.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: tecnologia, globalização e governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *O mosaico partido: a economia além das equações*. São Paulo: Vozes, 2002. Disponível em: <http://dowbor.org/2007/11/o-mosaico-partido-a-economia-alem-das-equacoes-doc-2.html/>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 211-212 e 234.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *El socialismo*. Madrid: Nacional, 1982.
- _____. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *O suicídio: estudo de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *O processo civilizador 2: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.
- _____. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: Globo, 2010.
- _____. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.
- _____. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Thomson Pioneira, 1971.
- _____. *Elementos de Sociologia teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- _____. *Fundamentos empíricos da explicação da sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- _____. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.
- _____. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Organização social dos Tupinambá*. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- _____. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

- FERNANDES, Millôr. Mudanças radicais imutáveis. À maneira dos... chineses. *Fábulas fabulosas*. Disponível em: <www2.uol.com.br/millor/fabulas/034.htm>. Acesso em: 8 jan. 2016.
- FERREIRA, Leila da Costa (org.). *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação e política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GALLO, Silvio. *Deleuze & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GARCIA, Marco Aurélio. A reforma política, entre a expectativa e o silêncio. In: Governo do Estado de São Paulo. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Políticas Públicas em Debate. Ciclo de Seminários. *Seminário Reforma Política*. São Paulo, 10 ago. 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2237686-Debates-fundap-aporias-para-o-planejamento-publico-livro-debates-3-indb-3-17-12-2013-08-59-15.html>. Acesso em: 7 dez. 2015.
- GASTALDO, Édison (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-42. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 2 set. 2015.
- GERBER, William Jorge; ROSSI, Waldemar. *Indústria e trabalho no Brasil: limites e desafios*. São Paulo: Atual, 1997.
- GERTH, Hans; MILLS, Charles Wright. *Caráter e estrutura social: a psicologia das instituições sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GERTZ, René E. (org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIL, Rosângela Ribeiro. Um aparato de guerra desnecessário na Usiminas. *Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP*. Disponível em: <www.seesp.org.br/site/imprensa/noticias/item/14265-um-aparato-de-guerra-desnecess%C3%A1rio-na-usiminas.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- GLEISER, Marcelo. *A dança do universo: dos mitos de criação ao big-bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 40.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2006.
- GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. v. 4, n. 1. Florianópolis, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- GUATTARI, Félix; ROLNICK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias Nascimento. *Revista da USP*. n. 68. São Paulo, dez. 2005–fev. 2006.
- GUIMARÃES, Nestor Duarte. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- Guimarães Rosa, João. *Grande sertão: veredas*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 15.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. Campinas: Unicamp, 2002.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.
- _____. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Dialética e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. *Sociologia da Sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- _____. *Teorias da estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1973.
- _____. (org.). *Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- INSTITUTO Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Educação. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- IZIDORO, Alencar. Estranho no paraíso. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 jul. 2005. Cotidiano. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200522.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- KEHL, Maria Rita. A elite somos nós. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 ago. 2005. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1208200508.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- _____. Os verdadeiros terroristas. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31 out. 2015. Espaço Opinião Tendências e debates.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O curriculum mortis e a reabilitação da autocrítica*. *A Página da Educação*, n. 174, jan. 2008. Disponível em: <www.apagina.pt/?aba=7&cat=174&doc=13017&mid=2>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- _____. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 53-61.
- _____. *O trabalho e o jogo*. *Brasil de fato*, 4 abr. 2011. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/6016>. Acesso em: 18 set. 2015.
- _____. *Uma cultura mestiça?* Disponível em: <http://www.academia.edu/10304364/Chronos_UNIRIO_Leandro_Konder>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil: do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Cortez, 1982.
- Ladeira, Francisco. O Brasil de Ary Barroso e Cazuza. *Obvious*. Disponível em: <http://obviousmag.org/observando_o_cotidiano/2015/o-brasil-de-ary-barroso-e-cazuza.html>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- LAGO, Benjamin Marcos. *Curso de Sociologia e política*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LANG, Alice Beatriz da S. G. O espiritismo no Brasil. *Cadernos CERU - USP*, v. 19, n. 2. Disponível em: <www.yumpu.com/pt/document/view/12795704/ceru-v-19-n-2-00-creditopmd-fflch-usp/171>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LASSANCE, Antonio. O feitiço virou-se contra o feiticeiro. *Viomundo*, 16 out. 2011. Disponível em: <www.viomundo.com.br/voce-escreve/antonio-lassance-o-feitico-virou-se-contra-o-feiticeiro.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEVINE, Donald. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O totemismo hoje*. Coimbra: Edições 70, 1986.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins, 2006.
- LOPES, Luís Carlos. Marx e religião no mundo presente. *Carta Maior*, 17 out. 2010. Opinião. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinio/Marx-e-religiao-no-mundo-presente/19631>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- LOUREIRO, Robson; DELLA FONTE, Sandra Soares. *Indústria cultural e educação em "tempos pós-modernos"*. Campinas: Papyrus, 2003.
- LUHMANN, Niklas. *O amor como paixão: para a codificação da intimidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- MAIA, João Marcelo Ehlert; FERREIRA, Luiz Fernando Almeida. *Pensando com a Sociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Gláucia (org.). *Ideais de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 66-67.
- _____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- _____. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- _____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia: o que todo cidadão precisa saber sobre*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *Quem manipula quem?: poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v. 11, n.2, p. 247, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://sociologia.fflch.usp.br/sites/sociologia.fflch.usp.br/files/Laicidade%20a%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Elisa. *Ciência Hoje das Crianças*. Rio de Janeiro, n. 129, out. 2002.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, José de Souza; NOVAES, Sylvania Caiuby; ECKERT, Cornelia (org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *As lutas de classes na França*. Lisboa: Avante!, 1984.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MATIAS, Alexandre. É só o começo. *Link Estadão*. São Paulo, 16 out. 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/alexandre-matias/2011/10/16/e-so-o-comeco>>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- MÉDA, Dominique. *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MEJIA, Marcos Raúl. *Transformação social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MELLO, Anthony de. *A parábola do inventor*. Blog do Rodrigo Luiz, 31 maio 2011. Disponível em: <<http://doutorrodriголuz.blogspot.com/2011/05/parabola-do-inventor.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- MELOTTI, Umberto. *Revolución y sociedad*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MICELI, Paulo. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Atual, 1994.
- _____. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MILLET, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, Márcio Senne de. Restrição civil é paradoxo de guerra ao terror. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24 jul. 2005. Mundo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2407200516.htm>. Acesso em: 16 dez. 2015.

- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 3, jul.-set. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-416120090003000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Minha esquerda*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 17.
- MOVIMENTOS sociais fazem protesto em defesa da democracia no Pará. *Globo.com*. Disponível em: <http://g1.globo.com/para/noticia/2015/08/movimentos-sociais-fazem-protesto-em-defesa-da-democracia-no-para.html>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Angra, 2002. p. 31-33.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 39-40. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000054.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.
- NABUCO, Maria Regina; Carvalho Neto, Antonio. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT/PUC Minas, 1999.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OBSERVATÓRIO Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis). Desigualdade de gênero persiste por trás da igualdade social. Disponível em: <www.orbis.org.br/analise/10/desigualdade-de-genero-persiste-por-tras-da-igualdade-social>. Acesso em: 7 dez. 2015.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. São Paulo: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. Criacionismo é fundamentalismo. O que é fundamentalismo? *Revista ComCiencia*, n. 56, jul. 2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/200407/reportagens/12.shtml>. Acesso em: 5 jan 2016.
- PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. *Revista Histórica*, n. 21. São Paulo, abr./maio 2007. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- PINSKY, Jaime (org.). *Modo de produção feudal*. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.
- POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Na prática, 27 horas de descanso para trabalhadores. *Vermelho*. Publicado originalmente na *Folha de S.Paulo* em 23 jan. 2011. Disponível em: <www.vermelho.org.br/ap/noticia.php?id_noticia=145966&id_secao=2>. Acesso em: 6 out. 2015.
- POCHMANN, Márcio et al. (org.). *Atlas da exclusão no Brasil: os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTO, Cristina et al. *Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança*. São Paulo: Ática, 2003.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O.; OLIVEIRA, Maria Gardência de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- RAMOS, Sílvia (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; MORAES, Ana Maria de. *Atlas histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987.
- REZENDE, Antônio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
- RIBEIRO, Berta G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade/Unesco, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 453-455.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- _____. O mundo que o Facebook criou? Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3000242/o-mundo-que-o-facebook-criou#ixzz2KPKc4Up5>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- _____. Quem tem medo dos pobres?. *Valor Econômico*. Disponível em: <www.valor.com.br/politica/3189652/quem-tem-medo-dos-pobres>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- RICCI, Rudá. Dos partidos ao Projeto de Esquerda. *Política Democrática: Revista de Política e Cultura*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, n. 17, 26 mar. 2007.
- _____. O ocaso dos partidos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 68, ano VI, jan. 2007. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/068/68ricci.htm>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Política pra quê?: atuação partidária no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atual, 1993.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2002. Disponível em: <http://sites.usjt.br/leonarde/oqueetnocentrismo.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. 4. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2004.
- RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- ROUBINI, Nouriel. A instabilidade da desigualdade. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 16 out. 2011. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1610201114.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 9 e 169-170.
- _____. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SANCHIS, Pierre. Religiões no mundo contemporâneo: convivência e conflitos. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15114/15568>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- SANDRONI, Paulo. *O que é mais-valia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SANTAELLA, Lúcia. *(Arte) & (Cultura): equívocos do elitismo*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: Edusc, 2001.
- SCALON, Celi (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Disponível em: <<http://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-3.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- SCHWARZ, Lília Moritz. A falta das águas de março e a pajelança. *Folha de S. Paulo*, 7 abr. 1998. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz07049810.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, José Graziano da. A bastilha da exclusão. *Carta Maior*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-bastilha-da-exclusao/22448>>. Acesso em: 27 out. 2015.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2005.
- SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção do Povo Brasileiro).
- SMIERS, Joost. *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. São Paulo: Instituto Pensarte/Escrituras, 2006.
- SOALHEIRO, Bárbara. *Como fazíamos sem...* São Paulo: Panda Books, 2006.
- SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca; PORTO, Maria Stella Grossi (org.). *Contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Democracia ou capitalismo?. *Outras palavras*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/democracia-ou-capitalism/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- SOUZA, Jessé. O Estado de todas as culpas. *Estadão*. 5 set. 2009. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-estado-de-todas-as-culpas-por-jesse-souza,430094>>. Acesso em: 27 out. 2015.
- SPINDEL, Armando. *O que são ditaduras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SPRANDEL, Márcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- STRINATI, Dominic. *Cultura popular: uma introdução*. São Paulo: Hedra, 1999.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 fev. 2015.
- TOMAZI, Nelson Dacio (coord.). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 2000.
- TRABALHO infantil no Brasil: milhares de crianças ainda deixam de ir à escola. In: *Guiainfantil.com*. Disponível em: <<http://br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas/450-trabalho-infantil-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Unesp, 2004.
- TRAGTENBERG, Maurício; MARRACH, Sônia Alem. *Memórias de um autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.
- TRAGTENBERG, Maurício et al. *Max Weber: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- TRIBUNAL Superior Eleitoral. Disponível em: <www.tse.gov.br/partidos/partidos-politicos>. Acesso em: 31 ago. 2012.
- TRONTI, Mário et al. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TYLOR, Edward Burnett. *Primitive culture*. La Vergne: Lightning Source, 2006.
- VERISSIMO, Luiz Fernando. *Histórias brasileiras de verão: as melhores crônicas da vida íntima*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- VEYNE, Paul. *Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 124-125. (História da vida privada, v. 1).
- VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- VICENZY, Celso. O analfabeto midiático. *Outras Palavras*, 19 ago. 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/o-analfabeto-midiatico/>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Ática, 1989.
- VITAGLIANO, Luiz Fernando. Jornadas de junho: três enganos e uma hipótese. *Outras Palavras*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/jornadas-de-junho-tres-enganos-e-uma-hipotese/>>. Acesso em: 1 dez. 2015.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia/Editora 34, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- WEDEN. Relatório diz que robôs podem deixar 47% dos trabalhadores dos EUA sem emprego. *Jornal GGN*. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/blog/weden/relatorio-diz-que-robos-podem-deixar-47-dos-trabalhadores-dos-eua-sem-emprego>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- WILLIAMS, Raymond. Apud: EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005. p.168-169.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ZEITLIN, Irving M. *Ideologia y teoria sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.
- ZIEGLER, Jean. *A fome no mundo explicada a meu filho*. Petrópolis: Vozes, 2002.



MANUAL DO PROFESSOR

Orientações didáticas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	403
QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	404
Estranhamento e desnaturalização	404
Teorias, conceitos e temas	407
Pesquisa e ensino	409
A Sociologia e as outras disciplinas	409
Recursos didáticos	411
Bases para a avaliação	411
SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO	413
SUBSÍDIOS E ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO EM SALA DE AULA	415
Introdução – Sociologia: conhecendo a sociedade	415
Unidade 1 – Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade	418
Unidade 2 – Trabalho e produção da vida em sociedade	426
Unidade 3 – Desigualdades e vida social	435
Unidade 4 – Poder, política e Estado	442
Unidade 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais	453
Unidade 6 – Mudança e transformação social	463
Unidade 7 – Cultura: unidade e diversidade cultural	471
Unidade 8 – Ideologia e indústria cultural	478
Unidade 9 – Religiões e religiosidades	488
Apêndice – História da Sociologia	497
Anexo – Trabalho com projetos	499
Projeto 1 – Os jovens e as diferenças	499
Projeto 2 – A ideologia vai à escola	502
Anexo – A pesquisa como forma de ensino	505
Como orientar os estudantes para fazer uma pesquisa social	506
Pesquisa social empírica	507
Pesquisa de opinião	507
Amostragem	508
Análise e relatório	508
Bibliografia	510

APRESENTAÇÃO

Não se pode ensinar coisa alguma a ninguém;
pode-se apenas auxiliar as pessoas a descobrir por si mesmas.

Galileu Galilei

Este é um livro escrito para o estudante do ensino médio ler e entender com facilidade, mas a orientação do professor e a dinâmica das aulas sem dúvida são indispensáveis para tornar a leitura e o aprendizado mais proveitosos.

Nosso objetivo é permitir aos estudantes a compreensão da realidade social como uma totalidade concreta diversa, conflituosa e contraditória – mas nem por isso fragmentária – e oferecer ao professor elementos teóricos e sugestões que levem os estudantes a uma reflexão crítica da sociedade.

Para isso, procuramos relacionar as questões apresentadas à experiência dos estudantes, a fim de que eles construam, com base no dia a dia, uma visão da realidade econômica, política, social e cultural e apreendam ferramentas sociológicas que possam esclarecer essa realidade.

Examinamos a manifestação, no cotidiano, do trabalho, das classes sociais, das desigualdades, da política e do Estado, das mudanças sociais, da cultura e da ideologia e da religião, dando ênfase à análise da sociedade brasileira.

É fundamental que os estudantes compreendam que há uma multiplicidade de teorias para analisar a mesma questão ou o mesmo fenômeno social, pois isso evidencia que o pensamento sociológico reflete de alguma forma a diversidade de interesses existente na sociedade. Eles não devem tomar esta ou aquela teoria como mais importante que as outras, pois elas se complementam. Um fenômeno social pode envolver aspectos mais bem esclarecidos por uma teoria, e outro, por outra. Isso porque muitas vezes uma teoria ilumina apenas uma parte do fenômeno.

É possível que haja estudantes interessados apenas em conhecer o nome de autores, conceitos e teorias, pois isso consta de programas de vestibular –, o que pode ser bom, mas o principal, nessa fase, é incentivá-los a pensar sociologicamente. Como C. Wright Mills afirmava, o fundamental é desenvolver a imaginação sociológica, isto é, a capacidade de ver os fenômenos sociais de uma perspectiva histórica e analítica, na qual se relacionam questões cotidianas com fatos mais amplos do mundo contemporâneo, não se contentando assim com as explicações fáceis e ligeiras do senso comum.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As questões teórico-metodológicas aqui expostas são fundamentadas nas *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias*¹ (OCNs), no que se refere à Sociologia.

Com base nessas orientações, partimos de dois fundamentos, ou perspectivas, necessários para o desenvolvimento do estudo da Sociologia no ensino médio: o **estranhamento** e a **desnaturalização**. O primeiro está presente em qualquer discurso científico; já o segundo está mais ligado às Ciências Humanas.

Em seguida, como você verá neste livro, optamos por indicar três pressupostos metodológicos que, articulados, servem para orientar o professor no desenvolvimento de suas aulas: teorias, conceitos e temas.

Destacamos ainda a importância da pesquisa, ferramenta que o professor deve utilizar para tornar suas aulas menos teóricas, e examinamos o interesse e as possibilidades do trabalho interdisciplinar.

Por fim, apresentamos uma reflexão sobre o processo de avaliação.

Estranhamento e desnaturalização

Estranhamento e desnaturalização são elementos fundamentais para possibilitar aos estudantes pensar sociologicamente os fenômenos sociais do cotidiano.

A palavra “estranhamento” vem do verbo estranhar, que, segundo vários dicionários, significa admirar-se; espantar-se diante de algo que não se conhece ou não se espera; achar estranho alguém ou algo diferente do que se conhece ou do que se espera; surpreender-se; assombrar-se em razão do desconhecimento de algo que acontece há muito tempo; sentir-se incomodado diante de um fato novo ou de uma nova realidade; não se conformar com alguma coisa ou com uma situação; não se acomodar; rejeitar.

Estranhamento, portanto, é espanto, relutância, resistência. É uma sensação de agradável incômodo, pois revela a vontade de saber mais e compreender algo. É uma forma superior de duvidar.

No que se refere aos objetos de estudo das Ciências Sociais, observamos que os fenômenos sociais, dos quais participamos, queiramos ou não, parecem-nos comuns e normais, dispensando explicações, pois estamos acostumados com eles e muitas vezes nem os percebemos. Para ir além

disso, a fim de conhecê-los de fato, é necessário assumir a perspectiva do estranhamento.

Vários fenômenos são explicados pela Ciência. Para explicar as causas de uma enchente ou inundação, por exemplo, pode-se recorrer à Hidrologia, à Climatologia, à Geografia, à Geologia, à Geomorfologia e também à Sociologia e à Ciência Política, pois tal fenômeno é decorrente de condições climáticas, hidrográficas e de solo, mas também é resultado da ação humana. Nesse caso, é necessário ir além das possíveis explicações do senso comum ou do pensamento mágico ou religioso, devendo-se recorrer a um processo de estranhamento, ou seja, à problematização do fenômeno.

Problematizar um fenômeno social é fazer perguntas com o objetivo de conhecê-lo: Por que isso ocorre? Sempre foi assim? É algo novo? Sobre a questão da violência, por exemplo, devemos perguntar: há violência em todas as sociedades? Como era a violência na Antiguidade? Em que lugares a violência se manifesta da maneira que observamos em nosso cotidiano? Quais são as razões para tais e quais tipos de violência? Além disso, em termos sociológicos, é necessário analisar as várias formas de violência que ocorrem em nossa sociedade: física, institucional, simbólica, entre outras.

É muito comum as pessoas estranharem coisas diferentes e desconhecidas, estejam elas próximas ou distantes. É necessário, portanto, desenvolver outro tipo de estranhamento: o movimento de espantar-se com aquilo que é familiar, pois o cotidiano obscurece e dilui a observação dos fatos sociais. Esse é o ato inicial que os professores devem praticar e ensinar aos estudantes.

Uma pessoa não estranha algo que lhe é familiar porque resiste a uma nova interpretação. O rompimento dessa resistência pode se manifestar por um reconhecimento: “Nunca pensei nisso...”. Ao chegar a essa conclusão sobre determinado assunto, o estudante terá dado um passo muito importante para desenvolver o conhecimento além do senso comum.

Conforme Gilberto Velho:

[...] O que sempre **vemos e encontramos** pode ser familiar, mas não é necessariamente **conhecido**, e o que não **vemos e encontramos** pode ser exótico, mas, até certo ponto, **conhecido**. [...]²

Estranhar situações conhecidas, até mesmo aquelas que fazem parte da experiência do observador,

1 BRASÍLIA: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/bookvolume_03_internet.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

2 VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Nunes, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 39.

é uma condição necessária às Ciências Sociais para ultrapassar interpretações marcadas pelo senso comum e cumprir os objetivos de análise sistemática da realidade. Um exemplo desse procedimento é o que faz Karl Marx ao analisar a mercadoria:

[...]

A mercadoria é, antes de tudo, um **objeto externo**, uma **coisa**, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.³

O que consideramos uma coisa banal, que existe nas mais diversas formas – ou seja, na forma de produtos que compramos e vendemos –, é algo mais do que parece ser. Paulo Ghiraldelli Jr., ao trabalhar a questão da didática e da Filosofia, esclarece:

[...] Nada há de mais banal do que uma calça jeans, não é verdade? Entramos em uma loja e experimentamos a calça. Se serve, pegamos, se não serve, experimentamos outra. No entanto, muitas pessoas não fazem assim. Há pessoas que experimentam, olham no espelho e percebem que não cabem na calça. Não param um segundo para pensar em outra calça, porque outra calça não realçaria a parte do corpo que querem realçar ou esconder, e não pensam também em rearrumar a calça (como nossas avós sugeririam).

A calça, até então um objeto (o que recebe a ação), adquire vida e se torna sujeito (o autor da ação) e, então, quem está comprando a calça se torna objeto na frente dela, pois ela ordena: “saia daqui agora e vá para uma academia!”. Você obedece, porque você não é mais sujeito, o sujeito é a coisa morta, a calça – um pedaço de pano! – que passa a lhe dar ordens. Uma calça mais exigente lhe ordena fazer uma “lipo”, e você cai nas mãos, não da academia, mas de uma sala de cirurgia. Cada calça, cada mercadoria, cria vida diante de nós. Marx denominou isso de fenômeno da reificação e do fetichismo. Reificação: quando nós, os vivos, nos portamos como coisas, o que é morto. Fetichismo: quando as coisas se portam como sujeitos de ação; o que é morto torna-se algo vivo, na medida em que começa a agir: passa a nos determinar. Ele disse que isso era uma das características dos nossos

tempos modernos. Tirou da banalidade o que era um simples e completamente banal passeio por um *shopping*!⁴

Nesse caso, uma calça *jeans* é mais que uma simples coisa ou mercadoria.

Procurando fazer uma ponte entre o **estranhamento** e a **desnaturalização**, pode-se afirmar que a vida em sociedade é dinâmica, está em constante transformação; constitui uma multiplicidade de relações sociais que revelam as **mediações** e as contradições da realidade objetiva em certo período histórico. É representada por um conjunto de ações que se caracterizam pela capacidade de alterar o curso dos acontecimentos e provocar transformações no processo histórico. Os saberes sociológicos são construídos com base na sistematização teórica, e a ação concreta dos seres humanos delimita o campo de análise sociológica; além disso, a dinâmica da vida social oferece as ferramentas fundamentais para a sistematização do conhecimento.

Se o principal objeto de análise da Sociologia é a vida social, e todos nós fazemos parte desse objeto – somos seres sociais em ação e, ao mesmo tempo, protagonistas da análise sociológica –, como manter o distanciamento necessário para a apreensão científica do real?

Colocar-se a distância do fenômeno social – ainda que este faça parte da experiência do pesquisador – é a possibilidade de ultrapassar os limites do senso comum, que supõe a naturalidade da cultura, e inquietar-se com questões rotineiras e consagradas pela normalidade.

Essa propriedade das Ciências Sociais – olhar para além da realidade imediata – possibilita a dessacralização e a desnaturalização dos fenômenos sociais ao submetê-los a critérios científicos de análise, pois tais fenômenos não são obras divinas nem da natureza e não são regidos por leis naturais: são humanos.

Uma das contribuições da Sociologia é propiciar aos jovens o exame de situações cotidianas, imbuídos de postura crítica e atitude investigativa. É tarefa dessa ciência dessacralizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade além da aparência imediata, “informada” pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum. Despertar no estudante a sensibilidade para perceber que o mundo à sua volta é resultado da atividade humana – e, por isso, pode ser modificado – deve ser a tarefa de todo professor.

A afirmação “Isso é natural”, que ouvimos com tanta frequência, remete à ideia de algo que sempre foi, é e será da mesma forma no tempo e no espaço.

3 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1, p. 45 (grifos nossos).

4 GHIRALDELLI JR., Paulo. A Filosofia e sua didática. *Educação*. Santa Maria: UFSM, v. 27, n. 2, maio 2002. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2002/02/a3.htm>>. Acesso em: mar. 2016.

A mesma ideia está presente em argumentos, como: “É natural que haja desigualdade social, pois, afinal, está escrito na *Bíblia* que os pobres sempre existirão”.

Conforme consta nas OCNs:

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a **desnaturalização** das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente de se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, a percepção de que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais⁵.

Nessa perspectiva, Pierre Bourdieu afirma que a Sociologia nos ajuda no processo de rompimento com a sociologia espontânea ou com o senso comum erudito, com as pré-noções (apontadas por Durkheim) ou com as ideologias (apontadas por Marx). Com isso, permite a desmistificação das estruturas sociais, construindo uma consciência sociológica.

[...] O mal da sociologia é que ela descobre o arbitrário, a contingência, ali onde as pessoas gostam de ver a necessidade ou a natureza [...]; e que descobre a necessidade, a coação social, ali onde se gostaria de ver a escolha, o livre-arbítrio. [...] Uma característica das realidades históricas é que sempre é possível estabelecer que as coisas poderiam ter sido diferentes, que são diferentes em outros lugares, em outras condições. O que quer dizer que, ao historicizar, a sociologia desnaturaliza, desfataliza.⁶

Tomemos como exemplo o conceito de classe social. Seja ele analisado por qualquer teoria sociológica, crítica ou não, parte-se do pressuposto de que é o resultado da ação humana em determinado tempo e espaço. O fenômeno da naturalização permite “legitimar” a desigualdade, como se ela fosse culpa dos excluídos. Com esse tipo de pensamento procuram-se naturalizar os privilégios de classe ou de algum grupo.

Quando a desigualdade é considerada “natural”, manifestam-se duas formas de cidadania: a dos de cima e a dos de baixo. Naturaliza-se, assim, a existência de direitos distintos entre os membros da sociedade, tal como acontecia na Idade Média, em que os direitos e deveres dependiam do estamento

de que a pessoa fazia parte. Nesse sentido, é fundamental no ensino da Sociologia desnaturalizar e, assim, historicizar os fenômenos sociais.

Fundamentais para todas as ciências, em especial para a Sociologia, as perspectivas de estranhamento e desnaturalização devem ser trabalhadas com os estudantes, para que desenvolvam uma atitude crítica e analítica em relação aos fenômenos sociais. Examine com eles as várias situações nas quais ouvem dizer: “Isso é natural”. Procure explicitar a historicidade de cada situação.

A análise do poema de Bertolt Brecht “Nada é impossível de mudar” (página 313 do livro do estudante) é um bom recurso para utilizar em sala de aula ao discutir essa questão.

O texto a seguir poderá ajudá-lo a ampliar a discussão. Nele, Lucien Goldmann⁷ destaca as condições que possibilitam superar o senso comum e “chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade”.

[...] Devemos brevemente enumerar, em primeiro lugar, as [condições] mais evidentes:

1ª Não acreditar que nas ciências humanas as dificuldades da investigação, por serem grandes, sejam contudo da mesma ordem que as das ciências físico-químicas, tratando-se apenas da penetração e boa vontade. Permanecer consciente do fato de que, além das **dificuldades comuns às ciências**, enfrentará aqui dificuldades específicas provenientes da interferência da luta de classes sobre a consciência dos homens, em geral, e sobre a sua própria, em particular. Interferência que logo de início há de descobrir em toda parte em que possa suspeitar da existência delas.

2ª Não hesitar em entrar em conflito com os preconceitos mais arraigados, as autoridades mais estabelecidas, as verdades aparentemente mais evidentes e, **antes de tudo**, não temer qualquer **ortodoxia** nem qualquer **heresia**; dois perigos que são **ambos igualmente grandes**.

3ª A ação do grupo sobre seu próprio pensamento e sobre o dos outros sendo **permanente** e **contínua**, não acreditar na suficiência da dúvida metódica prévia e única, que incide simplesmente sobre noções adquiridas e pré-noções conscientes. Sua primeira tarefa deve ser uma crítica rigorosa e sobretudo **permanente** e **contínua** de seus próprios resultados e dos avanços de seu próprio pensamento; atitude crítica que deve tornar-se uma disposição natural, uma se-

5 BRASILIA: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: mar. 2016. p. 105-106.

6 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 27.

7 Goldmann, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?* 10. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 48-50.

gunda natureza para empregar a expressão de Pascal. Contra as pré-noções implícitas, não há arma eficaz que possa suprimi-las de uma vez por todas; trata-se de um combate difícil, a ser recomeçado todos os dias e que torna muito importantes os elementos fundamentais do método dialético nas ciências humanas.

4ª Para compreender e julgar todas as posições, a sua como a dos outros, convém reportá-las ao mesmo tempo à sua **infraestrutura** social, a fim de entender sua significação, e **aos fatos que pretendem explicar** ou descrever para apreender a parte da verdade que possam conter.

Acresce ainda que, quando tiver realizado suas tarefas na medida de suas possibilidades, sem falar daquelas comuns aos trabalhos científicos em geral (precisão, eliminação de qualquer consideração pessoal etc.), quando tiver exercido seu espírito crítico contra sua própria posição, tentando corrigi-la sempre que sua reflexão ou as críticas dos adversários lhe revelarem fraquezas ou deformações, quando tiver então adquirido a impressão de haver logrado inserir seu pensamento na vida social concreta, ele se encontrará na situação geral do homem de ciência, a de ter encontrado um conjunto de verdades aproximadas, a espera de que outros investigadores venham depois dele continuar e ultrapassar sua obra.

Teorias, conceitos e temas

De acordo com as *Orientações curriculares para o ensino médio*, devemos utilizar, em sala de aula, teorias, conceitos e temas de forma articulada. Trabalhar esses recortes separadamente ou concentrar-se em apenas um deles pode levar os estudantes a conceber a Sociologia de maneira deformada.

Se trabalharmos somente com teoria, nossa aula será uma eterna discussão abstrata. Os estudantes, por mais interessados que possam estar, ficarão muitas vezes sem saber a razão das discussões e a relação destas com o cotidiano deles. Se trabalharmos somente com conceitos, teremos no final uma relação infinita de definições sobre os mais variados assuntos. E nossas aulas poderão levar os estudantes a copiar e decorar conceitos sem saber por quê. Se trabalharmos somente com temas, nossas aulas poderão se tornar uma colcha de retalhos que não se encaixam, ou seja, serão aulas de variedades.

Neste livro, procuramos tratar esses recortes – teorias, conceitos e temas – conjuntamente, ou seja, de maneira articulada. Assim, podemos partir de uma teoria, que é composta de conceitos, os quais devem se referir a algum tema da Sociologia, que

precisa de conceitos para ser entendido e de teoria(s) para ser analisado mais profundamente.

Se partirmos de um conceito, precisaremos baseá-lo em uma teoria que lhe dê significado. Para que a aula não se torne um exercício puramente abstrato, deveremos associar tal conceito a algum tema da realidade social que nos permita explicá-lo ou compreendê-lo.

Se partirmos de um tema, necessitaremos recorrer a conceitos e teorias para que os estudantes possam entendê-lo além do senso comum.

Não importa por onde começar, desde que teorias, conceitos e temas não fiquem dissociados, pois são as três dimensões do ensino da Sociologia. Por meio da(s) teoria(s) podemos explicar e compreender; os conceitos permitem demonstrar a articulação estabelecida no contexto de uma teoria, sendo eles mesmos elementos discursivos que dão conta de determinados fenômenos sociais; os temas são a dimensão empírica ou concreta, ou seja, a situação vivida pelos indivíduos em uma situação histórica específica.

Teorias

Ao tomar, por exemplo, as três vertentes sempre referidas como clássicas – análise dialética (Marx), análise funcionalista (Durkheim) e análise compreensiva (Weber) –, que permeiam o pensamento sociológico, é necessário conhecer o momento histórico em que cada autor viveu, as razões que o levaram a construir suas teorias e os conceitos que as caracterizam. Além disso, é fundamental que se conheçam as influências recebidas e transmitidas por tal autor, além dos possíveis desdobramentos posteriores.

Assim, para compreender o pensamento de Karl Marx, é necessário saber o que aconteceu no momento histórico em que ele viveu, na Alemanha e em outros países europeus. É necessário ainda informar-se sobre as influências intelectuais que ele recebeu, principalmente da filosofia de Hegel e seus críticos, e as obras de economia política inglesa de Adam Smith e David Ricardo que ele leu. É preciso também conhecer os estudos do pensamento dos socialistas anteriores (Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen), além da participação de Marx nos debates sociais de seu tempo e, principalmente, nos movimentos dos trabalhadores da Europa.

A Alemanha em que Max Weber viveu era diferente daquela do tempo de Marx, principalmente após a Guerra Franco-Prussiana de 1871 – que facilitou a unificação alemã com a presença de Otto von Bismarck – e seus desdobramentos, como a Primeira Guerra Mundial. As influências intelectuais também foram distintas. Weber foi influenciado por Kant,

Dilthey e outros, no contexto da discussão sobre a diferença entre as Ciências Naturais e as culturais, e distanciou-se do positivismo.

O momento histórico vivido por Émile Durkheim na França foi marcado pela crise desencadeada pela Guerra Franco-Prussiana, o que exigiu dos pensadores uma reavaliação da sociedade francesa e do sistema educacional para romper com uma visão monárquica e clerical “restauradora”, que mal absorvera as conquistas da Revolução Francesa. As influências de Saint-Simon, de Auguste Comte e de Emanuel Kant são fundamentais para entender a preocupação de Durkheim em dar um estatuto científico para a Sociologia, embora haja diferenças sensíveis entre o pensamento de Durkheim e de seus precursores.

Para analisar o pensamento de um sociólogo contemporâneo como Pierre Bourdieu, é necessário que se conheça a trajetória desse autor, bem como sua inserção no espaço acadêmico francês, pois isso marcou sua obra. Além disso, para compreender a perspectiva de Bourdieu, é preciso entender o que ele utilizou da obra de Marx, Weber e Durkheim para desenvolver sua teoria e sua prática sociológica.

Por meio desse recorte, os estudantes podem conhecer a história do pensamento sociológico e ter uma visão geral dessa ciência e das possibilidades de compreender e explicar os fenômenos sociais. Eles perceberão que um fenômeno social pode ser explicado com base em várias teorias. Talvez esta seja uma das grandes diferenças entre as Ciências Humanas (entre as quais está a Sociologia) e as Ciências Naturais: enquanto aquelas se desenvolvem por uma diversidade de perspectivas, estas se desenvolvem por superação de teorias.

Conceitos

O uso de conceitos sociológicos em sala de aula tem uma função precisa: estimular os estudantes a pensar cientificamente. Apropriando-se dos conceitos e relacionando-os às teorias que os abrigam, os estudantes poderão elevar o seu conhecimento da sociedade a um patamar além do senso comum ou das aparências.

Muitas vezes há mais de um conceito para um termo sociológico. Por exemplo, o conceito de ideologia para Marx é um, para Durkheim é outro e para Mannheim é outro ainda. Essas diferenças devem ser muito bem explicadas para que os estudantes não se confundam. Aproveite a oportunidade para discutir com eles o fato de que a Sociologia trabalha com várias visões sobre determinado tema e com uma diversidade de conceitos e teorias.

Nas aulas de Sociologia podem ser discutidos, por exemplo, estes conceitos: indivíduo, sociedade, trabalho, classe social, poder, dominação, ideologia, cultura e mudança social.

Temas

A opção de trabalhar com temas exige, para começar, a escolha de assuntos adequados à realidade da escola e aos interesses dos estudantes.

Podemos, por exemplo, considerar adequados e interessantes aos estudantes em geral dois importantes temas que estão presentes no universo de todos: meio ambiente e sexualidade.

Para analisar o tema meio ambiente, é necessário saber quando começou a preocupação com o assunto. Sabemos que, desde a Antiguidade, há legislação sobre a questão do desmatamento e da exploração das florestas. No Brasil, já no período colonial, vigoravam leis portuguesas sobre a exploração das florestas. A questão, entretanto, passou a ser mais discutida com a industrialização e o desenvolvimento da agricultura de forma extensa. A degradação do solo e a queda da produtividade foram analisadas pela Química no século XIX e também preocuparam Karl Marx, que discutiu o problema com base na relação metabólica entre o ser humano e a natureza.

Depois de abordar a questão do ponto de vista histórico, podemos tratar dos problemas ambientais atuais. Para isso, devemos levar em conta todos os processos químicos, físicos, biológicos, de saúde etc., envolvidos no assunto. Do ponto de vista da Sociologia, podem-se analisar os processos sociais, econômicos e políticos. A industrialização, a modernização agrícola e a urbanização geram a degradação do solo, das águas, do ar etc. Isso decorre de determinadas políticas econômicas e da atuação ou não do Estado.

Percebe-se que o assunto envolve temas de diversos campos e, portanto, oferece uma boa oportunidade para trabalhar em parceria com professores de outras disciplinas.

A sexualidade é um tema que muitas vezes fica restrito às questões anatomofisiológicas e de saúde, assuntos das Ciências Biológicas. Sabemos, entretanto, que esse tema envolve interesses, por exemplo, da indústria farmacêutica, como a produção e o comércio de pílulas anticoncepcionais ou de medicamentos para manter a ereção masculina, além de uma série de produtos e serviços para melhorar a concepção ou para tratar infectados pelo vírus HIV.

Do ponto de vista da Sociologia, a questão abrange o comportamento sexual, as discussões sobre gênero (por exemplo, desigualdade entre homens e mulheres no trabalho), movimentos sociais feministas, de minorias sexuais e de por-

tadores do HIV, preconceito contra as mulheres e os homossexuais, gravidez precoce, formas de casamento, violência sexual etc.

Esses temas, como tantos outros, não podem ser abordados de forma imediatista e ligeira. No estudo da Sociologia no ensino médio é importante analisar um tema levando em conta as teorias e os conceitos que possam esclarecer aspectos relevantes dele a fim de que, no final, os estudantes saiam da sala de aula mais bem informados ou, pelo menos, estranhando aquilo que lhes parecia muito simples. Se exigir o conhecimento de outras áreas, é muito importante trabalhar em parceria com os professores das disciplinas em questão.

Outros temas diretamente relacionados à vivência dos estudantes podem ser abordados na sala de aula: questão étnico-racial, violência, direitos humanos, religião e religiosidade, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, propaganda e consumismo etc.

Pesquisa e ensino

Para os estudos de Sociologia no ensino médio, a pesquisa é fundamental. Pode-se iniciar o trabalho com teoria, por exemplo, solicitando aos estudantes uma pesquisa bibliográfica sobre os autores que serão citados nas aulas. Desse modo, é possível integrar a história dos autores e suas obras às teorias estudadas, que são históricas e muitas vezes vão se modificando. Pode-se também pedir aos estudantes que pesquisem, em dicionários da Língua Portuguesa, de Filosofia e de Sociologia, determinados conceitos. Exercitar o trabalho de pesquisa em dicionários é algo muito interessante para o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Outra possibilidade interessante é solicitar aos estudantes que pesquisem determinado tema uma semana antes de ele ser tratado em sala de aula. Isso poderá tornar a aula mais rica, pois eles terão informações prévias sobre o assunto que será discutido. Esse tipo de pesquisa também pode ser realizado após a abordagem do tema, a fim de que os estudantes aprofundem o conhecimento do que foi analisado em sala de aula.

Nos três casos, a pesquisa pode ser uma atividade de avaliação.

A pesquisa social também é uma atividade que se pode realizar na escola. Apesar de ser um excelente recurso de ensino, é necessário haver certo cuidado ao propô-la. Por exemplo, se o tema em discussão for o desemprego, procure fornecer aos estudantes algumas orientações sobre procedimentos de coleta, organização e apresentação de dados, de modo que

o resultado da pesquisa seja bem fundamentado. A solicitação de uma pesquisa social sem orientação prévia pode trazer mais problemas do que soluções.

Neste manual, no anexo **A pesquisa como forma de ensino**, o professor encontrará subsídios e sugestões para o planejamento e a realização de pesquisas sociais.

A Sociologia e as outras disciplinas

Como está claro nas OCNs, todas as ciências podem ser objeto de estudo da Sociologia. A Sociologia do conhecimento estuda como elas surgiram e se desenvolveram e quais foram seus condicionantes sociais, políticos e econômicos. Pode analisar também as relações entre as várias comunidades e o processo de produção científica em seus vários ramos, além das relações entre os cientistas e os níveis hierárquicos no interior das diversas instituições, focalizando as relações de poder nelas presentes.

Ao tratar das relações entre as várias áreas do conhecimento com estudantes do ensino médio, é importante esclarecer como outras ciências contribuem para a construção dos conhecimentos das Ciências Sociais. A Filosofia, a Física, a Biologia e a Matemática sempre estiveram presentes com seus pressupostos metodológicos ou como inspiração e instrumentalização das teorias sociológicas.

É importante que os estudantes compreendam essas relações interdisciplinares por meio da realização de atividades que aproximem os vários campos do saber que fazem parte do currículo do ensino médio.

A relação entre a Sociologia e a Filosofia é muito próxima. Pode-se afirmar que sem a Filosofia não seria possível entender a Sociologia, já que os pressupostos epistemológicos desta têm por fundamento uma visão filosófica. Correntes do pensamento como o positivismo (Comte), o idealismo (Kant) e a dialética (Hegel), que fundamentam muitas teorias e conceitos sociológicos, são diretamente originárias da Filosofia. Ademais, muitos dos sociólogos, como Marx, Durkheim e Bourdieu, entre outros, eram também filósofos de formação.

Na prática de leitura e análise de textos sociológicos – de autores e comentadores – ou mesmo de textos de apoio (literários ou jornalísticos), há uma relação entre a Sociologia e a Língua Portuguesa. Ao exercitar a leitura em sala de aula ou fora dela, desenvolve-se a capacidade de ler e compreender textos. Além disso, é importante que o estudante exercite a escrita mediante a produção de textos.

A História e a Geografia são companheiras indispensáveis da Sociologia. A contextualização é fundamental para entender temas, conceitos e teorias, pois eles se desenvolveram em determinado tempo e espaço. Para contextualizar um assunto no espaço, é fundamental que o professor de Sociologia leve sempre um mapa para a sala de aula e indique aos estudantes os locais a que se refere.

Sociólogos de diferentes gerações viveram em épocas distintas, repletas de acontecimentos significativos, formando uma linha histórica fundamental, que o estudante deve conhecer.

Além disso, é bom lembrar que a vertente marxista também é conhecida como histórico-estrutural, que Max Weber foi um grande historiador, que Durkheim deu uma fundamentação histórica muito ampla para suas obras, além de ter escrito uma história da pedagogia na França. É importante que os estudantes saibam, enfim, que a maioria dos sociólogos leva em conta a historicidade dos fenômenos sociais. É preciso considerar, ainda, que há uma Sociologia histórica, representada, entre outros, por Norbert Elias e por Immanuel Wallerstein, e que, para desnaturalizar os fenômenos sociais, é necessário historicizá-los.

A Sociologia sempre se relacionou com a pesquisa empírica. Alguns autores afirmam que ela esteve ligada à Estatística e, portanto, à Matemática desde a época em que os primeiros sociólogos utilizavam dados estatísticos para apoiar suas explicações. Tanto Marx, ao analisar o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, quanto Durkheim, na análise do suicídio, utilizaram dados estatísticos. Posteriormente, isso se tornou uma prática tanto na Sociologia como nas demais ciências sociais.

Na sala de aula, é possível utilizar os quadros estatísticos e os gráficos presentes neste livro ou em outras publicações para demonstrar como é necessária a análise, a tabulação e a representação dos dados. Além da análise de estatísticas, é importante que, quando fizerem pesquisas, os estudantes tabulem os dados e façam cálculos para verificar as regularidades e as diferenças entre os vários elementos investigados. Para esse tipo de atividade, é interessante que haja colaboração do professor de Matemática.

A Sociologia também se relaciona com as chamadas Ciências da Natureza (físico-naturais): Biologia, Física e Química. Auguste Comte e Émile Durkheim propuseram a utilização de métodos comuns a essas ciências, como a observação, a experimentação, a comparação e a classificação, para realizar a análise sociológica. Herbert Spencer desenvolveu uma sociologia organicista tendo como parâmetro a Biologia. Por sua vez, Weber discutiu a diferença entre as

Ciências da Natureza e as ciências históricas. De uma forma ou de outra, há sempre uma relação entre elas.

Quando analisamos a questão ambiental ou o processo de industrialização desde o início do século XIX (que também se relaciona com a História e a Geografia), temos de levar em conta as Ciências da Natureza. Elas possibilitaram a invenção de máquinas, de processos de produção e de mercadorias inusitados até então. A agricultura se desenvolveu com a aplicação de inovações criadas pelas Ciências da Natureza, alterando muitos de seus processos de produção, desde a preparação do solo até a colheita, além da conservação de alimentos.

Ao levar em conta as inovações decorrentes dos trabalhos desenvolvidos nos campos da microeletrônica, da genética e da nanotecnologia, entre outros, pode-se evidenciar como as ciências se relacionam com nossa vida cotidiana, alterando em muitos aspectos nossos hábitos e relações sociais. Assim, ao tratar desses assuntos, é fundamental que o professor de Sociologia trabalhe em parceria com os professores de Biologia, de Física e de Química.

As OCNs ainda indicam outro campo de interface:

[...]

Com as Artes, ou no caso específico da Literatura (Brasileira e Portuguesa), a simbiose é mais acentuada. Não há teoria estética, história da arte, crítica literária que prescindam inteiramente de fundamentos sociológicos. O contexto social – o público, por exemplo – é um elemento impossível de se ignorar quando está em causa o estudo de obra de arte. Por outro lado, parte do exercício de compreensão da sociedade feito pelas Ciências Sociais só foi possível com o recurso a obras de arte, em especial à Literatura, e não haveria exagero em dizer que muita obra literária é animada por uma perspectiva sociológica, mas infelizmente os sociólogos raramente incorporam uma perspectiva literária quando escrevem...

Há uma sociologia da Arte, do Cinema, da Literatura, do Teatro, a mostrar que esses fenômenos são compreendidos rigorosamente como fenômenos sociais, tal como a religião (Sociologia da religião), a cidade (Sociologia Urbana), o campo (Sociologia Rural) etc.⁸

Na sala de aula, o professor de Sociologia pode fazer uso de obras literárias, filmes, fotografias, música, teatro, pinturas e esculturas para ampliar o universo de conhecimento dos estudantes. Os professores de Língua Portuguesa, de Literatura e de Artes poderão ajudar muito nessa empreitada.

Pode-se dizer que a Sociologia se relaciona com todas as outras ciências ou todas as outras disci-

8 Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v 3. p. 114. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/bookvolume_03_internet.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

plinas do currículo do ensino médio. Ela propicia abordar vários temas que envolvem o cotidiano dos estudantes ou que muitas vezes estão presentes nos meios de comunicação, permitindo desenvolver um excelente trabalho interdisciplinar.

Recursos didáticos

No cotidiano da sala de aula, os professores empregam diversificados recursos didáticos, além das aulas expositivas, dos seminários e da leitura e análise de textos sociológicos. O uso de alguns desses recursos será comentado adiante.

Concebendo que ensinar Sociologia no ensino médio é **ensinar a pensar sociologicamente**, é fundamental incentivar os estudantes a refletir sobre a sociedade em que vivem a partir do que ocorre em seu cotidiano e a estabelecer relações entre esse cotidiano e as questões mais gerais da sociedade no plano local, regional, nacional ou internacional. Para isso, é preciso dotá-los de um instrumento analítico que possa sustentar uma postura de questionamento, e não de passividade.

Ler o mundo, pesquisá-lo e também pensar a realidade do seu dia a dia é um caminho que pode desafiar o estudante a apreender a realidade social e construir um patrimônio que carregará para sempre. Esse caminho requer debate, formação de opinião e troca de ideias dos estudantes entre si e com o professor. Requer a possibilidade de ler criticamente um jornal, de ver televisão – novela, noticiário, propaganda –, acessar a internet e entender a lógica do que está sendo apresentado.

O texto do livro didático é, assim, um dos gêneros do discurso utilizados no processo educacional. Outros gêneros, no entanto, podem contribuir para o ensino da Sociologia, como poema, reportagem, crônica e notícia de jornal. Além dos textos de diversos gêneros, há obras em linguagens distintas às quais o professor pode recorrer, como filmes de ficção ou documentários, vídeos, canções e humor gráfico (tiras e charges). Esses recursos não devem ser utilizados para ilustrar, mas para abordar determinado tema sociológico, incentivando a reflexão acerca da realidade a ser estudada.

A produção cinematográfica serve-se de um instrumental tecnológico amplo e oferece ao público grande diversidade de filmes, tanto ficcionais quanto documentais. Em ambos os casos, são leituras de uma dada situação, e não reproduções da realidade tal como ela é ou de um fato tal como aconteceu. Convém lembrar que todo filme tem um roteiro previamente escrito que orienta a produção e garante a expressão de uma determinada visão do tema ou assunto tratado. Na sala de aula, o momento mais adequado para a

apresentação de um filme de longa-metragem é após a abordagem do tema a ele relacionado, de modo que o estudante já disponha de informações que o capacitem a identificar e questionar a visão expressa na obra. De preferência, deve-se programar a exibição do filme para uma aula dupla, reservando tempo para retomar a discussão do tema e orientar a classe no estabelecimento de relações entre o que assistiram e o conteúdo de Sociologia que está sendo trabalhado.

No caso dos filmes de curta-metragem e dos vídeos, que ocupam um tempo menor da aula, a apresentação pode ser útil tanto para iniciar uma discussão como para ampliá-la.

Há vários vídeos com conteúdo relacionado a questões sociais ou políticas. Como normalmente eles estão associados a uma canção ou têm uma ou mais canções de fundo, contribuem para dinamizar a aula no contexto de uma discussão previamente pensada pelo professor. A audição de uma canção, por sua vez, pode ser proposta no início da aula, como preparação para a apresentação de determinada questão, ou no final, como estímulo à reflexão. Caberá ao professor incentivar os estudantes a relacionar a letra da canção ao conteúdo de Sociologia que está sendo trabalhado. Se for interessante incorporar essa atividade ao processo de avaliação, pode-se solicitar aos estudantes que registrem por escrito as relações estabelecidas. Além da análise da letra e da visão do autor nela expressa, a audição de canções propicia discutir o contexto cultural em que se dá a produção musical e contribui para a educação musical e estética dos estudantes.

Outro recurso valioso para **ensinar a pensar sociologicamente** é o humor gráfico. Charges e tiras contribuem para isso tanto pela força do humor como crítica social quanto por seu poder de deslocar o estudante do seu lugar de espectador e incentivá-lo a refletir sobre determinada temática social. Há peças de humor gráfico que cumprem bem essas funções, evidenciando o “absurdo” de determinadas situações ou ações. Bem selecionadas, podem ser de grande utilidade na abordagem inicial de alguns temas de Sociologia no ensino médio.

Bases para a avaliação

A avaliação é um grande problema para o professor do ensino médio, que se vê sempre diante de duas perguntas: “O que avaliar?”; “Como avaliar?”.

Antes de responder a essas perguntas, é importante refletir sobre outra questão crucial para o processo de ensino: “Como se aprende?”.

Ao chegar ao ensino médio, os estudantes já acumularam uma série de conhecimentos com base em informações que receberam, por exemplo, no ensi-

no fundamental, no relacionamento com a família e com os amigos e por intermédio dos meios de comunicação. O professor não sabe quais são esses conhecimentos nem como foram adquiridos, pois os estudantes não tiveram as mesmas experiências nem dispuseram dos mesmos recursos. Além disso, no processo de aprendizagem, os indivíduos estabelecem relações e aprendem de formas diversas, e é difícil saber como elaboram o conhecimento.

Na sala de aula, o professor está diante de indivíduos com características peculiares e deve observar as múltiplas maneiras de se aprender algo sobre as sociedades humanas, os vários modos de se relacionar socialmente e as formas alternativas de se obter conhecimento nos dias de hoje. É necessário, portanto, ter alguma informação do que os estudantes sabem sobre determinado tema ou assunto e atentar para as formas individuais de aprender, a fim de desenvolver as aulas e avaliar o conhecimento elaborado ou adquirido. Por mais que uma turma seja homogênea, social e culturalmente, os estudantes são diferentes na forma de apreender e de utilizar um conhecimento. São jovens que se desenvolvem afetiva e intelectualmente com base em experiências e estruturas psíquicas próprias.

Uma maneira de avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes e conhecer sua realidade fora da escola é fazer um diagnóstico mediante a aplicação de um questionário inicial. Para estimulá-los a responder, é interessante que o professor faça um pequeno relato da própria vida e de algumas experiências pelas quais passou. Aproveite essa atividade para retomar a discussão proposta na Unidade 1, na seção **Para pesquisar**, quando foi sugerido ao estudante escrever a própria biografia.

Em muitos casos, a forma de avaliação pode condicionar a maneira de ensinar e de aprender e, muitas vezes, até a razão para se estudar. Há escolas em que os gestores definem previamente a avaliação que os professores devem aplicar aos estudantes. Geralmente, essa avaliação é em forma de prova escrita, composta de questões de múltipla escolha ou dissertativas. Uma prova composta de questões fechadas de múltipla escolha pode condicionar os estudantes a memorizar e diminuir as oportunidades de exercitar a imaginação e o pensamento. Entretanto, questões fechadas bem formuladas podem estimular a reflexão. Uma prova constituída de questões dissertativas, por sua vez, muitas vezes requer do estudante um repertório que se forma com base em reflexões e discussões suscitadas, por exemplo, pela exibição de filmes, análise de letras de música e leitura de charges, poemas ou qualquer outro gênero textual. É preciso sempre levar em conta o fato de que a avaliação deve ser compatível com o material utilizado nas aulas.

Independentemente de o professor trabalhar em uma escola na qual haja provas impostas ou não pelos gestores, é importante desenvolver formas de avaliação cotidianas dos estudantes e também do trabalho do professor, a fim de repensar e replanejar as práticas de ensino por meio das trocas realizadas em sala de aula.

Procure sempre estar atento ao desenvolvimento das aulas utilizando como referência para a avaliação as seguintes questões:

- O estudante fez tentativas para realizar a atividade proposta? Quantas e de que tipo?
- O estudante levantou questões ou dúvidas sobre o tema ou a aula? Lembre-se de que as perguntas são mais importantes do que as respostas.
- Como o estudante se relacionou com os colegas?
- O estudante demonstra independência ou autonomia de pensamento em relação ao professor ou aos colegas ou mesmo em relação ao texto deste livro?
- O estudante revelou melhora no processo de conhecimento e de reflexão?

Possibilidades de avaliação

Como sabemos, a avaliação deve ser uma oportunidade de conhecimento. Nossa preocupação neste livro é ajudar os estudantes a aprender a pensar sociologicamente e, portanto, a internalizar o processo de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais.

Levando isso em consideração, é importante o professor registrar e utilizar como avaliação todas as manifestações dos estudantes em que eles expressem espanto em relação ao inusitado ou ao familiar – o que revela o desejo de compreender algo. Por exemplo, se utilizarem expressões como “Eu nunca havia pensado nisso” ou “Eu nunca imaginei esse fato dessa maneira”.

Sugerimos a seguir algumas opções de avaliação que podem ser utilizadas cotidianamente:

- Para introduzir o ensino de Sociologia, por exemplo, pergunte aos estudantes se eles sabem o que é Sociologia. Anote no quadro ou em um caderno o que eles disserem. Esse procedimento pode ser utilizado para discutir qualquer tema e permite ao professor e aos estudantes avaliar os possíveis pontos fracos e indicar uma eventual necessidade de mudança no desenvolvimento das aulas. No final de cada período letivo, recolha a questão e avalie se houve mudança no entendimento dos estudantes.
- A cada duas ou três aulas sobre um tema, solicite aos estudantes que escrevam um comentário ou relatório sobre o que entenderam do assunto, os elementos essenciais que devem ser levados em conta para melhorar as aulas etc. Essa é uma forma de sistematização que pode ser utilizada

como avaliação. Se possível, desenvolva essa atividade em grupo para incentivar a colaboração e o trabalho em equipe.

- **Seminários** também podem ser utilizados como forma de avaliação. Por meio desse tipo de atividade, é possível observar como os estudantes trabalham em grupo, como se expressam e como articulam ideias diversas.
- A **pesquisa** ou o **trabalho com projetos** são outras formas de avaliação individual ou em grupo. Avalie o desenvolvimento de todas as etapas do processo de pesquisa, desde a concepção até a apresentação do resultado.

Seminários, pesquisas e projetos são atividades que requerem planejamento, clareza de objetivos e fornecimento de orientações precisas quanto aos procedimentos envolvidos. Mais do que recursos didáticos, trata-se de modalidades de trabalho com as quais os estudantes precisam se familiarizar. Sobre o trabalho com projetos e a pesquisa, veja orientações e alguns exemplos nas páginas 498 a 507 deste manual.

- É muito interessante desenvolver formas de avaliação que estimulem a criatividade dos estudantes. Assim, por exemplo, para saber se eles compreenderam o que foi discutido sobre os problemas sociais do Brasil, proponha a análise da letra de uma canção em que haja crítica social e peça-lhes que manifestem, por meio de um texto ou um desenho, o que pensam sobre essa letra e a relação da canção com o assunto estudado. Criar situações inovadoras de avaliação é uma experiência que pode trazer resultados fantásticos para o professor e os estudantes.
- A leitura de textos clássicos é importante para que os estudantes não pensem que esse tipo de literatura é inacessível, difícil e incompreensível. A leitura do original é, muitas vezes, melhor que a interpretação dos comentaristas. É necessário, entretanto, contextualizar, ou seja, comentar com os estudantes quando o texto foi escrito, por quem, onde, em que época e em que condições. Esses elementos devem ser considerados na avaliação, pois são ferramentas necessárias para a leitura de qualquer obra.

SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Nosso objetivo, ao definir o conteúdo deste livro, foi apresentar os principais conceitos sociológicos necessários para entender a sociedade. Outras escolhas poderiam ser feitas, mas acreditamos que a seleção pela qual optamos representa o que de prioritário os jovens estudantes, na fase final de seus estudos básicos, devem conhecer da Sociologia.

Para o melhor desenvolvimento do trabalho, organizamos o conteúdo do livro em um capítulo introdutório, nove unidades temáticas e um apêndice, sendo que cada unidade é dividida em quatro capítulos.

No capítulo introdutório, procuramos colocar os estudantes em contato com a discussão inicial sobre a emergência da Sociologia e a produção social do conhecimento.

Sabemos que alguns professores preferem começar o curso pela história da Sociologia, para que os estudantes conheçam os autores e as

linhas de pensamento. Mas há também os que preferem pular essa parte por considerá-la pouco esclarecedora para os iniciantes e por acreditar que o excesso de informações pode confundir os estudantes. A fim de resolver essa questão e deixar que o professor decida o que fazer, elaboramos essa pequena introdução sobre o estudo da Sociologia no início do livro e incluímos um apêndice no final dele, com uma história da Sociologia mais extensa e detalhada. Assim, se o professor quiser, pode trabalhar a história da Sociologia paralelamente ou simplesmente utilizar o conteúdo do apêndice como um banco de dados e consultas. Se desejar, pode relacionar o assunto com o que os estudantes aprenderam ou estão aprendendo em História e, assim, revisar o conteúdo estudado e introduzir a discussão da história da Sociologia.

Os temas relacionados para as unidades são os seguintes: Sociedade dos indivíduos; Trabalho e

produção da vida em sociedade; Desigualdades e vida social; Poder, política e Estado; Direitos, cidadania e movimentos sociais; Mudança e transformação social; Cultura; Ideologia e indústria cultural; Religiões e religiosidades.

As unidades foram estruturadas da seguinte maneira:

- Um texto introdutório e de caráter aproximativo, quase coloquial, para iniciar a discussão sobre o tema que a unidade aborda.
- Os capítulos que compõem cada unidade apresentam um texto-base no qual a temática é desenvolvida de forma que você possa seguir determinada sequência na exposição. Você pode solicitar aos estudantes a leitura de parte do texto que for trabalhar na aula seguinte, orientando assim o que será feito.
- Na maioria dos capítulos, inserimos textos de autores conceituados (**Nas palavras de...**) sobre o tema abordado para que os estudantes possam ter contato com excertos originais. Você poderá escolher outros e, assim, ampliar o estudo.
- Ao final de boa parte dos capítulos, há a seção **Cenário** do tema abordado para você discutir com os estudantes e evidenciar ligações dos textos com o que foi visto no capítulo.
- No fim de cada unidade, há a seção **Costurando as ideias**, na qual procuramos fazer uma espécie de inventário dos temas trabalhados ao longo do texto, recuperando questões centrais e enfatizando o que consideramos essencial para um bom entendimento dos conceitos e problemas apresentados. Além disso, há a seção **Leituras e propostas**, que é dividida em: **Para refletir, Para pesquisar, Livros recomendados e Sugestões de filmes**. O objetivo

é fornecer aos estudantes alguns elementos para refletir sobre a unidade ou sobre capítulos específicos, conforme a intenção do professor, e sistematizar os novos conhecimentos.

- No intervalo entre as unidades foi construída uma **Conexão de saberes**, cujo objetivo é valorizar a imaginação sociológica e, assim, abordar temas interdisciplinares. Nesses termos, meio ambiente, trabalho, mudança social, diversidade cultural e tantas outras questões caras à Sociologia são apreciadas por diferentes abordagens do mundo do conhecimento, como as Artes, a Filosofia, a Literatura e a Ciência em todas as suas variações e potencialidades. Conectando saberes, a imaginação sociológica envereda por caminhos distintos dos seus e amplia os horizontes de entendimento acerca de realidades ricas e complexas, definindo o diálogo entre saberes como base para um aprendizado mais dinâmico e democrático.
- No interior das unidades há imagens – fotografias, reproduções, charges etc. – que, além de tornarem o livro mais dinâmico, podem ser utilizadas para iniciar uma discussão. Por exemplo, você pode iniciar uma aula solicitando aos estudantes que observem uma imagem e digam o que pensam sobre ela. Depois, pode desenvolver a temática da imagem. A interpretação da iconografia também é uma forma de ensinar Sociologia.

Esta edição revista e ampliada do livro permitiu que pudéssemos elaborar um conteúdo para preencher as atividades dos três anos do ensino médio. Assim, propomos que as três unidades iniciais sejam lecionadas no 1º ano; as três intermediárias, no 2º ano; e as três unidades finais, no 3º ano, conforme a relação a seguir:

1º ano	2º ano	3º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 1 – Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 4 – Poder, política e Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 7 – Cultura: unidade e diversidade cultural
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 2 – Trabalho e produção da vida em sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 8 – Ideologia e indústria cultural
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 3 – Desigualdades e vida social 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 6 – Mudança e transformação social 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade 9 – Religiões e religiosidades

SUBSÍDIOS E ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO EM SALA DE AULA

Neste manual apresentamos orientações e sugestões para o desenvolvimento do trabalho de iniciação à Sociologia na sala de aula. Recomendamos que você as leia integralmente para obter uma visão geral das sugestões e escolher as mais adequadas para seus estudantes, planejando as aulas da maneira que julgar mais produtiva. De acordo com a dinâmica da classe, você poderá definir a sequência da aula das mais variadas formas – começando, por exemplo, com a exibição de um filme, a discussão de um cenário apresentado no final de um capítulo, a análise de uma charge, a leitura de um texto da seção **Leituras e propostas (Para refletir)** ou a solicitação de uma pesquisa indicada no final de cada unidade. Pode também iniciar lendo o próprio livro e verificar as dúvidas dos estudantes, para depois trabalhar com outros meios.

No anexo **Trabalho com projetos** deste manual, há duas sugestões de projeto. Você pode desenvolver os projetos sugeridos ou tomá-los como exemplo para a construção de outros, que estejam mais próximos da realidade dos estudantes.

Apresentamos no livro, e também neste manual, sugestões de temas e indicações de desenvolvimento de pesquisas. A pesquisa é uma boa ferramenta para os estudantes terem uma relação mais direta com o que estão estudando. Mas é importante que eles sejam preparados para esse trabalho. Esse procedimento proporcionará a internalização de uma prática sociológica fundamental para que entendam a sociedade, além de fazer que adquiram um comportamento científico ao analisar determinada situação social.

No anexo **A pesquisa como forma de ensino** deste manual, você encontrará os subsídios necessários para desenvolver o trabalho de pesquisa com os estudantes.

Nas páginas seguintes há indicações e sugestões que poderão auxiliá-lo a desenvolver o trabalho com as unidades temáticas. Lembramos que todas as atividades propostas no livro do estudante, bem

como neste manual – pesquisa, análise de textos, respostas às questões, retomada de conceitos, organização do conhecimento, comentários e análises de filmes, individualmente ou em grupo –, podem ser elementos importantes para desenvolver a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, ajudando a mapear as necessidades da classe e a planejar os passos seguintes.

Apresentaremos as sugestões por unidade, começando pela Introdução.

Introdução – Sociologia: conhecendo a sociedade

No capítulo introdutório, propomos uma pequena discussão sobre a seguinte questão: “A Sociologia serve para quê?”. Essa é uma pergunta que normalmente os estudantes fazem e pode servir de ponto de partida para que verifiquem a necessidade de analisar historicamente qualquer questão.

Procure conversar com eles sobre o fato de que a Sociologia surgiu em razão das dúvidas e das inquietações da sociedade ocidental do século XIX, que resultaram na produção de teorias e escritos de diversos autores.

Espera-se que a discussão do texto introdutório evidencie, para os estudantes, que a Sociologia ajuda a pensar, compreender e explicar a realidade, propiciando uma visão de mundo que vai além do senso comum.

Apoio teórico

Para enriquecer a discussão sobre o que é e para que serve a Sociologia, questões sempre presentes na sala de aula, sugerimos a leitura dos textos a seguir.

Sociologia: ciência da sociedade

A ideologia das revoluções do século XVIII pretendia circunscrever as relações da sociedade ao plano atomizado do indivíduo e do Estado. Destruía aquelas “esferas sagradas da vida social” pela destruição dos privilégios de casta e de ordem, pela proscrição das

corporações de ofício e das barreiras à economia de lucro e à concorrência, pelo novo conceito de educação [...]. Cabia, entretanto, ao lado da demolição da ordem social do passado [...] racionalizar a construção de uma ordem nova, e com esta missão nasceu a sociologia.

[...]

Traduzindo a relação que existe entre o pensamento e a organização social, sofrendo as influências particulares das sociedades em que viviam e da posição que dentro de cada sociedade assumiam, e dos pontos de partida filosóficos em que se fundavam, os criadores da ciência da sociedade conseguiram lançar as bases da nova ciência na proporção em que refletiram, em suas obras, os problemas sociais de seu tempo...

[...]

Do ponto de vista estritamente metodológico, os postulados tácitos ou explícitos, contidos na obra dos criadores da Sociologia, são os seguintes:

1. O reconhecimento de que os fenômenos sociais existem fora das consciências individuais, como realidade objetiva, e que os processos da organização social não são meros reflexos das ideias dos homens;

2. A verificação de que existe uma estreita e crescente interdependência das várias partes da estrutura social, que é uma realidade complexa, em constante transformação, cujas leis devem ser encontradas na própria vida social e não no arbítrio dos demiurgos;
3. A constatação da possibilidade de se estudar objetivamente a vida social, distinguindo o modo científico de encará-la da atitude utópica que diante dela assumiu, anteriormente, o pensamento social;
4. O reconhecimento – insinuado ou proclamado – da necessidade de estudar o processo social antes de nele intervir, intervenção que é feita sempre como contribuição ao esforço para conservar ou para transformar a ordem social existente.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. *Sociologia & Desenvolvimento*. Temas e problemas de nosso tempo. 9. ed. Rio de Janeiro: 1986. p. 42-43.

O que é a Sociologia

[...] a Sociologia é a tentativa feita pela sociedade industrial para se explicar a si própria, ou seja, é a **ciência do social não só nas suas condições estáticas de uniformidade e de repetição, mas também da sua transformação e das suas crises**.

Daqui deriva a ideia de Sociologia como ciência em constante tensão. Daqui se conclui, além disso, a secreta e profunda correlação que existe entre esta ciência em tensão com a tensão interna que

invade e faz, historicamente, vibrar o conceito de sociedade. Conceito tipicamente híbrido, que, na sua duplicidade, engloba, ao mesmo tempo, um dado de fato, uma realidade específica historicamente individualizável e um ideal, a utopia de uma fraternidade universal à escala planetária.

[...]

FERRAROTTI, Franco. *Sociologia*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 22.

Para que serve a Sociologia

[...]

“Para que serve a Sociologia?” Esta pergunta é feita, muitas vezes, num tom que oscila entre a ironia, o ceticismo e a desconfiança, sobretudo desde que, através da obra de divulgadores zelosos, mas nem sempre sagazes, a Sociologia extravasou dos meios acadêmicos restritos para os jornais diários, semanários e meios de comunicação de massa, em geral.

É legítimo responder em primeira instância a esta pergunta com outra pergunta: “Para que serve uma criança?” “Para nada e para tudo.” É uma presença, e, ao mesmo tempo, uma potencialidade, que vale em si e por si.

A Sociologia serve-nos, em primeiro lugar, como instrumento de conhecimento. Juntamente com as outras ciências sociais, diz-nos como funcionam

as instituições sociais, quais as regras escritas e, sobretudo, não escritas, em que os indivíduos e os grupos sociais se apoiam. Mais especificamente, a Sociologia desenvolve um trabalho concreto, para o qual as outras ciências sociais não estão adequadamente equipadas; ocupa-se da interconexão do social e procura analisá-la. Neste sentido, ou seja, na medida em que analisa não tanto os aspectos específicos da sociedade enquanto tais, como as suas ligações estruturais e de condicionamento recíproco, a Sociologia tem uma função de generalização e um efeito de exteriorização. Não espanta que, nas mãos de um sociólogo pouco sensato ou medíocre, a Sociologia pareça, em vez de geral, “genérica”, e de Sociologia se transforme naquilo a que os que apenas conhecem as ciências sociais pela rama não se cansam de chamar “tudologia”.

Este aspecto crítico, tão difundido e tão superficial, evoca, paradoxalmente, a função social específica da Sociologia e a sua vocação profunda na sociedade atual.

Esta sociedade, nos seus aspectos mais avançados, é hoje uma sociedade extremamente fragmentada por uma especialização técnica que cada vez é mais estimulada e corre o risco de nos fazer perder de vista o social na sua globalidade dinâmica. A Sociologia é o único antídoto de que dispomos contra essa tendência, que se apresenta com a força inelutável de um processo natural. Perante tal tendência, o sociólogo desempenha uma função crítica essencial. No próprio momento em que começa a analisar qualquer fenómeno social, comportamento ou instituição, o sociólogo afirma e faz incidir sobre o fato social um critério de racionalidade que esclarece as razões profundas das práticas sociais, muitas vezes aceitas e seguidas por puro instinto

consuetudinário, e possui um salutar poder de desmistificação.

Nesta perspectiva, é fácil compreender por que é que a Sociologia tem tido uma vida difícil em todos os regimes políticos totalitários e autoritários. O simples fato de escolher uma dada instituição como objeto de investigação sociológica põe em risco a propaganda oficial, ou “ideológica”, desvenda os mecanismos internos da instituição, mostra os interesses reais que essa instituição serve, descreve as suas linhas tendenciais tais como são, na realidade, independentemente das interpretações oficiais, revela a sociedade real que se comprime, por trás da fachada formal. Como diziam os nazis, a Sociologia desenvolve uma “crítica social corrosiva”.

FERRAROTTI, Franco. *Sociologia*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 149-150.

A Sociologia e a miséria humana

[...]

Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir

seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas.

[...]

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 735.

Tarefa da Sociologia

[...]

Fazer Sociologia e escrever Sociologia têm por objetivo revelar a possibilidade de viver em conjunto de modo diferente, com menos miséria ou sem miséria: essa possibilidade diariamente subtraída, subestimada ou não percebida. Não enxergar, não procurar e assim suprimir essa possibilidade é parte da miséria humana e fator importante em sua perpetuação. Sua revelação não predetermina sua utilização; quando conhecidas, as possibilidades também podem não ser submetidas ao teste da realidade, porque talvez não confiemos nelas o bastante. A revelação é o começo e não o fim da guerra contra a miséria humana.

Mas essa guerra não pode ser empreendida seriamente, e menos ainda com uma possibilidade pelo menos parcial de sucesso, a menos que a escala da liberdade humana seja revelada e reconhecida, de tal modo que a liberdade possa ser plenamente

utilizada na luta contra as fontes sociais de toda infelicidade, inclusive a mais individual e privada.

Não há escolha entre maneiras “engajadas” e “neutras” de fazer Sociologia. Uma Sociologia descomprometida é uma impossibilidade. Buscar uma posição moralmente neutra entre as muitas marcas de Sociologia hoje praticadas, marcas que vão da declaradamente libertária à francamente comunitária, é um esforço vão. Os sociólogos só podem negar ou esquecer os efeitos de seu trabalho sobre a “visão de mundo”, e o impacto dessa visão sobre as ações humanas singulares ou em conjunto, ao custo de fugir à responsabilidade de escolha que todo ser humano enfrenta diariamente. A tarefa da Sociologia é assegurar que essas escolhas sejam verdadeiramente livres e que assim continuem, cada vez mais, enquanto durar a humanidade.

[...]

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 246.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Por que é importante estudar a sociedade em que vivemos?
2. Qual é a relação entre as visões sobre a Sociologia do brasileiro Luiz Aguiar Costa Pinto, do italiano Franco Ferrarotti, do polonês Zygmunt Bauman e do franco-argelino Pierre Bourdieu?
3. Por que há uma grande diversidade de análises a respeito do conhecimento sobre a sociedade?

Sugestões de livros para o professor

- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
Este livro fornece subsídios para os professores discutirem as questões cotidianas a partir de um referencial sociológico e, ao mesmo tempo, refletirem sobre a possibilidade de se aprender a pensar com a Sociologia.
- MAIA, João Marcelo E.; PEREIRA, Luiz Fernando A. *Pensando com a Sociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
Este livro de bolso composto de quatro capítulos – A sociologia, suas origens e seu espaço; Cidadania e direitos; Cultura e Sociedade; e Pesquisando em Sociologia – é um bom texto para se usar nas aulas introdutórias de Sociologia no ensino médio.
- VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
Esta introdução tem o mérito de expor com clareza temas iniciais para o estudo da Sociologia desde a discussão sobre o que é essa ciência, sua formação, bem como os principais pensadores sociológicos no processo de seu desenvolvimento. Além disso, apresenta alguns temas essenciais como: indivíduo, sociedade e socialização, divisão social do trabalho e classes sociais, e transformação social.

Unidade 1 – Sociedade dos indivíduos: socialização e identidade

Conteúdo

Um por todos e todos por um

Capítulo 1 – A história, a sociedade e os indivíduos

As escolhas humanas, seus limites e repercussões
Das questões individuais às questões sociais

Capítulo 2 – Socialização: como fazer parte de uma sociedade

O que a todos é comum

As diferenças no processo de socialização

O espaço privado e o espaço público

Capítulo 3 – A Sociologia e a sociedade dos indivíduos

Karl Marx, os indivíduos e as classes sociais

Constituição das classes

Émile Durkheim, as instituições e o indivíduo

Max Weber, o indivíduo e a ação social

Norbert Elias e Pierre Bourdieu: a sociedade dos indivíduos

O conceito de configuração

O conceito de *habitus*

Capítulo 4 – Identidade: quem é o quê?

A construção social das identidades

Identidades hoje

Objetivo

Nessa unidade, pretendemos incentivar os estudantes a observar que a vida cotidiana está vinculada à sociedade e que o dia a dia dos indivíduos se relaciona a acontecimentos próximos e distantes, no tempo e no espaço. Utilizando os recursos da Sociologia, enfatizaremos a importância de alguns conceitos básicos para a compreensão da história cotidiana.

A relação entre indivíduo e sociedade é apresentada como a questão central, com base nas teorias dos principais autores clássicos da Sociologia (Durkheim, Weber e Marx) e também nas ideias de intelectuais contemporâneos (como Norbert Elias e Pierre Bourdieu). Tais autores procuraram explicar as ações dos indivíduos em sociedade no contexto das teorias que formularam.

A discussão dessa questão é importante, pois leva os estudantes a refletir sobre suas ações cotidianas, percebendo não só que sua vida e a das demais pessoas fazem parte da história, mas também que a Sociologia é um instrumento para compreender como os indivíduos agem em sociedade.

É fundamental que os estudantes compreendam que as ações em sociedade são interdependentes: o cotidiano dos indivíduos é afetado por acontecimentos históricos diversos, que podem parecer distantes no tempo e no espaço, mas influenciam sua vida de modo decisivo.

Ao perceber que o pensamento sociológico constrói diferentes conceitos para a compreensão da sociedade dos indivíduos, os estudantes po-

dem analisar de modo mais profundo a realidade social em que vivem.

Olhando à sua volta, o estudante irá perceber com facilidade o conjunto de influências que faz de cada indivíduo alguém ao mesmo tempo igual e diferente de todos os outros. Da cor da pele ao uso particular da linguagem, do lugar onde se vive às escolhas profissionais e de entretenimento – tudo diz respeito ao modo como indivíduos, grupos e classes sociais interagem, constituindo suas identidades, ou seja, a variedade de elementos que os caracterizam e os definem. À pergunta “Quem sou eu?”, uma resposta preliminar é fundamental: “Eu sou todos nós”. Há no brasileiro, por exemplo – ainda que isso não se possa notar pelas aparências –, muito do negro, do indígena

e do branco; diferentes combinações religiosas; inúmeras sínteses de ritmos, costumes e mentalidades. A identidade, nesse sentido, é sempre uma combinação cheia de nuances e riquezas, que faz de cada indivíduo um ser único no interior de seu grupo, classe ou comunidade. Cada comunidade humana, por sua vez, por menor que seja, não tem similar no conjunto das sociedades humanas.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto a seguir, que pode auxiliá-lo na discussão sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Nele, Charles Wright Mills qualifica a “imaginação sociológica” como uma disposição necessária para todos que querem ter uma visão sociológica da vida em sociedade.

Imaginação sociológica – relação entre biografia e história

[...] A imaginação sociológica permite ao seu possuidor compreender o cenário histórico mais amplo em termos de seu significado para a vida interior e a carreira exterior de uma variedade de indivíduos. Ela lhe permite levar em conta de que maneira indivíduos, no tumulto de suas experiências diárias, tornam-se muitas vezes falsamente cômicos de suas posições sociais. Nesse tumulto, busca-se a estrutura da sociedade moderna, e dentro dessa estrutura formulam-se as psicologias de uma variedade de homens e mulheres. Por esses meios, a inquietação pessoal de indivíduos é concentrada em dificuldades explícitas e a indiferença de públicos é transformada em envolvimento com questões públicas.

O primeiro fruto dessa imaginação – e a primeira lição da ciência social que a corporifica – é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino situando-se dentro de seu período, de que ele só pode conhecer suas próprias chances na vida tornando-se consciente daquelas de todos os indivíduos em suas circunstâncias. Sob muitos aspectos, é uma lição terrível; mas também, sob muitos aspectos, uma lição magnífica. Não conhecemos os limites das capacidades do homem para esforço supremo ou degradação voluntária, para agonia ou júbilo, para a brutalidade prazerosa ou a doçura da razão. [...] Descobrimos que todo indivíduo vive, de uma geração para outra, em alguma sociedade; que ele vive uma biografia, e que ele a vive dentro de uma sequência histórica. Pelo fato de viver, contribui, ainda que minimamente, para a conformação dessa sociedade e para o curso de sua história, mesmo

que seja feito pela sociedade e por seu empurra-empurra histórico.

A imaginação sociológica nos permite apreender história e biografia e as relações entre as duas na sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. Reconhecer essa tarefa e essa promessa é a marca do analista social clássico.

[...] Pois essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva para outra – do político para o psicológico; do exame de uma única família para a avaliação comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a organização militar; de considerações sobre uma indústria de petróleo para estudos de poesia contemporânea. É a capacidade de oscilar entre as transformações mais impessoais e remotas e os traços mais íntimos da pessoa humana – e de ver as relações entre os dois.

Por trás de seu uso está sempre o anseio por conhecer o significado social e histórico do indivíduo na sociedade e no período em que ele tem sua qualidade e seu ser.

É por isso, em resumo, que se espera que através da imaginação sociológica os homens possam agora captar o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está se passando em si mesmos como minúsculos pontos de interseção de biografia e história dentro da sociedade. Em grande parte, a visão autoconsciente que o homem tem de si mesmo como pelo menos um *outsider*, se não um estrangeiro permanente, repousa sobre uma percepção absorta da relatividade social e do poder transformador da história. A imaginação sociológica é a forma mais frutífera dessa autoconsciência.

Mediante seu uso, homens cujas mentalidades abrangeram apenas uma série de órbitas limitadas chegam muitas vezes a se sentir como se tivessem despertado de repente numa casa com que haviam apenas suposto ter familiaridade. Correta ou incorretamente, chegam muitas vezes a sentir que podem agora suprir-se de sínteses adequadas, avaliações coerentes, orientações abrangentes. Decisões mais antigas, que outrora pareciam sólidas,

agora lhes parecem produtos de uma mente inexplicavelmente obtusa. Sua capacidade de espanto é revigorada. Eles adquirem uma nova maneira de pensar, experimentam uma transposição de valores: numa palavra, por sua reflexão e por sua sensibilidade, compreendem o significado cultural das ciências sociais.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 84-87.

Identidade: o eu, o outro, o nós

A identidade [...] nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma confortável estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 12-13.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Estimule os estudantes a exemplificar situações que viveram e procure demonstrar como estas se relacionam com conceitos que estão no texto – como os de classe social (Marx), instituição (Durkheim),

ação social (Weber), *habitus* (Bourdieu) e configuração (Elias). Assim, espera-se que os estudantes compreendam, por exemplo, que suas escolhas, durante toda a vida, influenciarão o caminho que irão trilhar, no qual encontrarão muitas situações novas ou já conhecidas.

A análise do processo de socialização deve ser desenvolvida com base nas experiências dos estudantes. Peça-lhes que falem sobre a influência que receberam da família, dos amigos e dos vizinhos. Solicite-lhes, ainda, que digam como foram sociali-

zados, como aprenderam a ler e escrever ou como aprenderam regras e normas de sociabilidade (civildade) em casa, com os familiares (cumprimentar, agradecer, comportar-se perante outros), na rua, com os amigos de infância, com os desconhecidos ou na presença de uma autoridade. Pergunte-lhes se participam de alguma atividade religiosa (considere a diversidade religiosa existente) e como se comportam em cerimônias religiosas (mesmo que não sejam de sua crença).

Demonstre constantemente que os autores citados no livro procuraram fazer análises e reflexões sobre as questões de seu tempo. Comente que o pensamento de autores dos séculos XIX e XX ainda tem sentido porque muitas dessas questões continuam atuais. É importante acentuar a ideia de que todo pensamento sociológico é histórico.

Na primeira unidade, é fundamental esclarecer aos estudantes (pois isso os ajudará a compreender todo o livro) que há uma multiplicidade de formas de analisar a mesma questão ou fenômeno social. Isso demonstra que o pensamento sociológico reflete de alguma maneira a diversidade de interesses presente na sociedade. É essencial não afirmar que esta ou aquela teoria é mais importante que a outra, pois elas se complementam. Além disso, muitas vezes um fenômeno social pode ser analisado de várias maneiras, e alguns aspectos dele podem ser mais bem explicados por uma teoria e outros, por outra. Isso porque muitas vezes uma teoria contempla apenas uma parte do fenômeno.

Sobre a questão das identidades, procure investigar com os estudantes suas ascendências étnicas, a origem nacional de seus antepassados e também aqueles que os influenciaram em suas opções artísticas, em sua visão de mundo – como amigos, irmãos, pais, ídolos do mundo do entretenimento etc. Assim, mais do que recuperar dados familiares ou meras curiosidades, um mapa de diferentes identidades poderá ser elaborado pela turma, no intuito de estimular como se dão os diferentes cruzamentos entre as culturas e, a partir desse fenômeno, refletir sobre a maneira como se constituem as inúmeras identidades individuais e de grupo.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Peça aos estudantes que pesquisem, em jornais, em revistas ou na internet, notícias a respeito de situa-

ções em que os indivíduos enfrentam problemas que são resultado de decisões sobre as quais não têm controle. Exemplos: decisões governamentais que afetam a vida cotidiana, greves contra baixos salários ou melhores condições de trabalho ou decorrentes de políticas econômicas do governo, consumo de produtos estimulado por campanhas publicitárias etc.

2. A leitura dos três primeiros capítulos (Sociologia, Indivíduo e Grupo) do livro *Temas básicos da Sociologia*, organizado por M. Horkheimer e Theodor W. Adorno (São Paulo: Cultrix, 1978), pode enriquecer a discussão sobre alguns temas tratados nessa unidade.
3. Simule, com os estudantes, uma eleição para prefeito, governador ou presidente da República (dependendo da que estiver mais perto de ocorrer). Procure verificar as influências perceptíveis nas escolhas feitas por eles.
4. Solicite aos estudantes uma breve pesquisa biográfica sobre os principais autores citados: Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Pierre Bourdieu e Norbert Elias (utilize, se necessário, a bibliografia citada no livro do aluno). Oriente-os a buscar, na internet e em outros meios, dados que complementem as informações fornecidas no Apêndice – História da Sociologia.
5. Solicite uma pesquisa, em livros, em jornais, em revistas e na internet, sobre as guerras dos séculos XX e XXI (a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra do Vietnã, as várias guerras no Oriente Médio – Egito-Israel, Irã-Iraque –, por exemplo) e sobre as transformações que elas causaram na vida das pessoas e nas diversas sociedades envolvidas.
6. Programe com os estudantes uma pequena pesquisa por meio de entrevistas com pessoas desempregadas. Após analisar os dados em sala de aula, discuta com eles os motivos pelos quais essas pessoas estão ou estiveram sem emprego ou por que existe o desemprego, destacando, se possível, em cada caso, as questões sociais e os problemas individuais.

Exploração das seções por capítulo

Indicamos a seguir algumas possibilidades de exploração das seções **Nas palavras de...** e **Cenário**. Utilize os textos para reforçar alguns argumentos e explanações constantes do texto principal.

Capítulo 1

Cenário da sociabilidade cotidiana

Vizinhos e internautas (p. 19)

Esse texto proporciona uma boa oportunidade para discutir as relações de tempos atrás entre vizinhos. Como eram e como são essas relações na cidade e no bairro onde seus estudantes vivem? Procure desenvolver com eles o assunto. Depois, analise com eles as relações entre as pessoas após o surgimento da internet. Lembre-se de que nem todos os estudantes têm acesso a esse meio.

Pergunte-lhes: quais são as razões, apresentadas no texto, para a existência da crescente incomunicabilidade entre as pessoas? Existem outras?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a relação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e o surgimento da ideia de indivíduo?
2. Por que as escolhas que os pais fazem, para a vida deles e para a vida dos filhos, condicionam, muitas vezes, as possibilidades futuras?
3. Em seu cotidiano, quais são as questões individuais que estão relacionadas com as questões mais gerais da sociedade?

Capítulo 2

Cenário da socialização contemporânea

Os sonhos dos adolescentes (p. 24)

Sonhar e fazer planos são atitudes associadas principalmente à juventude. Faça algumas perguntas aos estudantes:

- Os jovens de hoje sonham menos do que os do passado? Eles pensam somente no aqui e agora ou pensam também no futuro? O que é o futuro para eles?
- Quais são seus sonhos a curto e a longo prazo?
- Quais são as causas sociais pelas quais vocês estão dispostos a lutar e que problemas sociais sonham resolver?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. O processo de socialização é o que nos integra em uma sociedade. Por que existem diferentes processos de socialização?

Texto complementar e atividade opcional

Socialização por fragmentos

No primeiro capítulo de seu livro *Visões da tradição sociológica*, o sociólogo estadunidense Donald Levine discute uma das características do nosso tempo: a visão fragmentária do mundo. Seu texto inspira uma reflexão sobre o processo de socialização tal como ocorre hoje.

Cada vez mais, a socialização acontece em pequenos fragmentos. A televisão despeja imagens e as pessoas “zapeiam” de canal em canal. A leitura de livros é substituída pela de resumos ou de resenhas publicadas nos periódicos, quando não apenas por frases e parágrafos soltos destacados em revistas semanais. Os computadores apresentam as notícias e informações como se fossem todas iguais e tivessem a mesma importância. Os pais entregam os filhos para as escolas e acreditam que, com isso, os educam. Os estudantes demonstram uma capacidade reduzida para argumentar com fundamento e quase não têm uma visão histórica ou processual do que está acontecendo, pois, como nos diz Eric Hobsbawm, para eles até a Guerra do Vietnã é pré-histórica, o que evidencia não apenas ignorância do passado, mas também falta de um senso de relação histórica. Os mais velhos são considerados improdutivos e ultrapassados, um peso para os familiares, como se não pudessem mais dizer ou ensinar algo aos mais novos. O que importa é o momento e o novo que aparece a todo instante.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. É possível um processo de socialização que não leve em conta a experiência acumulada? Explique.
2. Como você interpreta a fragmentação a que se refere o texto? O quadro pintado no texto está muito carregado de tintas escuras e de pessimismo, ou a realidade é essa mesmo?
3. Qual é a importância da presença da tevê ou da internet na casa dos estudantes? Quantas horas por dia eles ficam diante do televisor ou do computador?
4. O que veem e como se relacionam com outras pessoas diretamente, conversando, por exemplo, sobre programas da televisão, ou indiretamente pela internet, utilizando todas as formas de redes sociais existentes ou outras formas de comunicação?
5. Como é a relação entre eles e as pessoas mais velhas da família? Procure analisar a historicidade das relações dos estudantes.

Capítulo 3

Nas palavras de Marx e Engels

Burgueses e proletários (p. 26)

Esse excerto faz parte do *Manifesto comunista*, no qual Marx e Engels partem de uma análise histórica para distinguir e explicar a evolução das diferentes classes sociais ao longo dos séculos. O trecho em questão revela que as sociedades em geral sempre estiveram estruturadas em classes sociais opostas e que as lutas entre elas definem os elementos essenciais no processo de transformação dessas sociedades.

Utilize esse texto para demonstrar a importância de se historicizar o pensamento sobre a relação entre o indivíduo e as classes sociais. Explique que, de acordo com os autores, nas sociedades capitalistas, o burguês e o proletário são apenas personificações do capital e do trabalho assalariado.

Nas palavras de Durkheim

A sociedade, a educação e os indivíduos (p. 28)

Você pode começar perguntando aos estudantes o que eles entendem por socialização e explorar de modo bastante amplo esse processo, que inclui muitas influências, algumas das quais são mais fortes que outras. Com base nas respostas dos estudantes, você pode perguntar-lhes:

- O processo educacional em nossa sociedade é tão impositivo quanto afirma Durkheim?
- Será que os pais, ao educar as crianças de modo diferente do convencional, acabam criando problemas para os filhos no futuro, uma vez que estes não conseguem se adaptar às normas e regras vigentes?

Nas palavras de Weber

Sobre a ação social (p. 29)

Para Max Weber, uma ação só é social quando é devida a outra ação, oriunda do passado distante ou próximo, ou que nem tenha sido ainda praticada.

Com base no texto, procure analisar com os estudantes o que eles entendem por ação social e o que não é ação social para Weber. Discuta com eles a diferença que muitos estabelecem entre ação e omissão, à medida que se pensa que esta não é uma forma de ação. Procure analisar com os estudantes a expressão “não me meto em política” e a possibilidade de tal ação.

Nas palavras de Elias

Escolhas e repercussão social (p. 32)

Com base no texto de Norbert Elias, discuta as escolhas dos estudantes, desde as mais simples, como a da roupa ou a da ida a algum lugar, até as mais complexas, que pouco a pouco vão delineando a vida das pessoas. Procure demonstrar como nossas escolhas ou as de nossos pais afetam nossa vida e a de muitas pessoas.

Você pode também analisar quem são os responsáveis por grandes decisões e como estas afetam a vida de milhares de indivíduos. Use como exemplos presidentes de países ou de grandes empresas ou mesmo proprietários de meios de comunicação. Utilize as perguntas a seguir para envolvê-los na discussão:

- As escolhas que vocês fazem afetam somente sua vida ou atingem outras pessoas? Por quê?
- Antes de tomar uma decisão, vocês levam em conta as possíveis repercussões de seus atos ou decidem e só depois procuram ver o que aconteceu?

Nas palavras de Bourdieu

Habitus, o que é isso? (p. 33)

O conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu pode levar à discussão de uma série de questões – da forma de agir e de se comportar em determinados locais (escola, igreja, festas públicas etc.) às preferências musicais (por que gostamos deste e não de outro gênero musical?).

Proponha aos estudantes:

- Comparem sua forma de agir e de pensar com a de seus familiares. Eles pensam e agem da mesma forma que vocês? O que há de comum e de diverso?
- O que mais influencia o comportamento de vocês: a família, os amigos ou os meios de comunicação?

Cenário da sociabilidade contemporânea

Regra e exceção não têm mais regras (p. 34)

O fato de existirem pessoas, até ocupantes de cargos governamentais, que não cumprem as leis e normas na sociedade não significa que a maioria da população aja dessa forma. Será que todas as pessoas querem “levar vantagem em tudo” em todas as situações? Tudo pode ser pensado em termos mercantis?

De acordo com Karl Marx, o modo de vida capitalista permite que tudo seja comercializado, e isso permeia o cotidiano das pessoas. Discuta com seus estudantes esta ideia que Marx desenvolve no livro *Miséria da filosofia*.

[...]

Por último chegou um tempo em que tudo o que os homens vinham considerando como inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico e podia ser alienável. É o tempo em que, mesmo as coisas que até então se transmitiam, mas que jamais se intercambiavam, davam-se, porém jamais se vendiam; adquiriam-se, porém sem jamais comprar-se: virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc., tudo, em suma, passou para a esfera do comércio.

É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para nos expressarmos em termos de economia política, o tempo em que cada coisa, moral ou física, convertida em valor de troca, é levada ao mercado para ser apreciada em seu justo valor.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976. p. 34.

- A única regra existente hoje é a de que tudo pode ser comprado ou vendido? Nada está fora dessa lógica?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a diferença entre a análise de Émile Durkheim e a de Max Weber a respeito da relação entre indivíduo e sociedade?
2. Por que, na análise de Karl Marx, a relação entre indivíduo e sociedade não é tão nítida quanto parece?

Capítulo 4

Cenário da socialização e identidade

Mia Couto: em busca das identidades plurais (p. 38)

A primeira questão que se pode explorar é: Quem é Mia Couto? A partir de uma pesquisa a ser realizada pelos estudantes (eles até podem ver em seus *smartphones* ou *tablets* em sala de aula), você poderá analisar o texto do escritor moçambicano e discutir a questão da identidade dos povos que vivem na África.

É interessante lembrar aos estudantes que a África é um continente e que nele existem muitos países e uma grande diversidade de povos com características e culturas muito diferentes da nossa.

Ao mesmo tempo, vale estimulá-los a estabelecer um paralelo com os diferentes povos indígenas que existem ou existiram no país, enfrentando e procurando superar a disseminada ideia de que “índios são todos iguais, primitivos, praticantes dos mesmos hábitos” etc.

Destaque aos estudantes que a diversidade cultural dos povos da África, da América e de todos os continentes, no passado e no presente, é que permite a enorme diferença entre os indivíduos e suas inesgotáveis preferências e atitudes comportamentais. Se indígenas, africanos e orientais fossem “tudo igual” – como se reitera com frequência –, os indivíduos seriam muito parecidos entre si e a realidade social seria extremamente simples, sem desafios nem estímulos a nossa inteligência. O mundo seria, enfim, pobre e desinteressante.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Eu etiqueta (p. 40)

Leia ou peça a um dos estudantes que leia o poema em voz alta. Se julgar conveniente, proponha a montagem de um jogral. Pergunte aos estudantes o que eles pensam sobre os nomes e logotipos das empresas que estão nas roupas, calçados ou acessórios que usam. Peça que verifiquem as etiquetas das roupas ou de qualquer objeto que estejam portando, como mochilas, bonés e estojos. A seguir, pergunte-lhes:

- O que vocês pensam sobre os nomes e emblemas que estão nas roupas que usam?
- Será que vocês são identificados por aquilo que usam ou possuem?
- Nossa identidade relaciona-se com o que temos e vestimos?

Na sequência, você pode fazer uma pergunta muito boa e instigante: Quem tem identidade? É provável que alguém diga que tem e mostre a carteira de identidade. Pegue o documento e analise-o com a classe.

Observem que a fotografia e a impressão digital comprovam que o estudante tem uma identidade única, biológica. A assinatura do portador do documento é uma forma socializada de identificação e

significa que ele sabe escrever, mesmo que seja só o próprio nome. (Vocês podem discutir nesse momento a questão do analfabetismo.)

Leia o nome que aparece no documento. Alguém escolheu esse nome. Isso demonstra que a pessoa faz parte de uma família (antropologicamente de um sistema de parentesco).

Observem a data e o local de nascimento. Ele é um indivíduo que nasceu em um tempo (data precisa) e em um espaço (cidade indicada) determinados e tem uma nacionalidade; portanto, muitas coisas o identificam: a cidade e o ano em que nasceu (é bem diferente nascer em 1950 e em 2000, e também é diferente nascer numa cidadezinha no interior do sul ou do oeste ou nordeste, ou numa média ou grande cidade em qualquer região do Brasil). Em termos nacionais há a língua que fala, lê e escreve, uma bandeira e um hino nacionais, uma história comum, uma cultura etc.

Isso remete à organização do Estado brasileiro, que, em determinado momento, começa a exigir documentos das pessoas, como carteira de identidade, da qual consta um número (RG) dado por uma repartição pública, normalmente a Secretaria de Segurança Pública e seu Instituto de Identificação. Ou seja, o estudante é um cidadão identificado por um número em um órgão de segurança e repressão (um dos elementos do Estado moderno, que é analisado na Unidade 4).

Após essa análise, os estudantes não verão a carteira de identidade da mesma forma que antes. Fazer esse tipo de atividade é tomar um aspecto comum da vida e demonstrar que é possível encontrar nele muitas coisas que normalmente não são levadas em conta.

Para pesquisar

Essa unidade pode ser encerrada com mais dinamismo com base na exploração da biografia solicitada aos estudantes. Ao acompanhar o trabalho de pesquisa proposto, levante algumas questões, por exemplo, sobre as semelhanças e diferenças entre as biografias. Faça a possível ligação entre a história dos estudantes e questões mais amplas que marcaram a vida deles. A migração e a mudança da família de uma cidade ou região para outra à procura de emprego foi apenas um exemplo sugerido. Procure relacionar essas questões sociais e mostrar que, por serem comuns, podem explicar algumas facetas da biografia de cada um.

Conexão de saberes

Planeta bola

Ao abordar o futebol como uma **configuração**, de acordo com o conceito defendido por Norbert Elias, procuramos demonstrar a relação desse esporte com outras áreas do conhecimento. Procure ressaltar que, além de promover a sociabilidade, o futebol (assim como outros esportes) envolve muitos outros saberes, que vão desde técnicas e conhecimentos relacionados à Biologia, à Psicologia, à Matemática, até conhecimentos sobre a indústria de material esportivo, do entretenimento, de *marketing* e propaganda, entre outros. Você pode aproveitar esse momento para demonstrar aos estudantes a complexidade de uma simples partida de futebol e estender essa análise para outros esportes.

Sugestões de material visual extra para o professor

Além dos filmes indicados no livro do estudante, você poderá assistir e fazer referências a outros, como estes:

Dogville (Alemanha, França, Suécia, 2003). Direção: Lars von Trier.

Dogville é uma pequena cidade situada entre as montanhas no meio-oeste estadunidense. A história se passa durante a Grande Depressão americana da década de 1930 e gira em torno de Grace, uma mulher bonita e elegante que chega à cidade fugindo de perigosos gângsteres. Grace é auxiliada por um rapaz que procura convencer os outros moradores locais a fazerem o mesmo, oferecendo-lhe abrigo, desde que ela preste pequenos serviços à comunidade. Mas os gângsteres continuam a busca e os habitantes da cidade sentem-se em perigo. Aos poucos, os amáveis habitantes de *Dogville* vão exibindo um lado sombrio e passam a exigir mais serviços em troca do risco possível. Grace começa a perceber que o custo de ficar ali é muito maior do que supunha. O filme permite uma reflexão sobre o comportamento humano, a vida em comunidade e as relações entre as pessoas em diferentes situações.

Syriana (EUA, 2005). Direção: Stephen Gaghan.

Nessa trama, histórias entrelaçadas revelam as consequências de uma rede de conspiração e corrupção na indústria internacional de petróleo. Três personagens aparentemente desvinculados uns dos

outros se veem envolvidos nesse complexo sistema: um funcionário da CIA, um negociante de petróleo e um advogado corporativo, mas nenhum deles tem consciência do impacto e da repercussão de suas decisões.

Sugestões de livros para o professor

- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
Nesse livro bastante didático, Peter Berger explica a Sociologia com base em exemplos bem próximos do cotidiano dos estudantes. Os exemplos são da sociedade estadunidense, mas é possível fazer a transposição para situações análogas em nossa sociedade.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
Esse livro traz uma série de raciocínios importantes para conhecer a realidade social objetiva e subjetivamente, além de discutir a institucionalização e a socialização, temas importantes de nosso cotidiano.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Nesse livro, são expostas as várias teorias sociológicas que procuram explicar o processo de socialização.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.
Patrice Bonnewitz expõe de modo bem claro as principais ideias de Pierre Bourdieu, sociólogo citado muitas vezes neste livro. O conceito de *habitus*, por exemplo, é especialmente bem explicado.
- HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru-SP: Edusc, 2001.
De modo preciso a autora esclarece os elementos essenciais do pensamento de Norbert Elias.
- NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
Esse livro de fácil leitura apresenta as referências do debate clássico sobre a vida cotidiana. Os autores abordam a questão com base em Georg Lukács, Henri Lefebvre e Agnes Heller.

Unidade 2 – Trabalho e produção da vida em sociedade

Conteúdo

O trabalho é fonte da vida

Capítulo 5 – Trabalho e produção nas diferentes sociedades

A produção nas sociedades tribais

O trabalho na Europa antiga e medieval

A escravidão na Antiguidade

A servidão nas sociedades feudais

As bases do trabalho na sociedade moderna

Mudança na concepção de trabalho

Capítulo 6 – Trabalho e produção na sociedade capitalista

Karl Marx e a divisão social do trabalho

A mais-valia

Émile Durkheim: a divisão do trabalho social e a solidariedade

Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho

Capítulo 7 – As transformações recentes no mundo do trabalho

Automação e flexibilização do trabalho

A precarização das condições de trabalho

Capítulo 8 – A questão do trabalho no Brasil

No passado: o trabalho escravo

Hoje: o trabalho análogo à escravidão

Trabalho no campo: da atividade de subsistência ao trabalho mecanizado

Trabalho nas cidades

A situação do trabalho nos últimos 50 anos

O trabalho que não aparece

Emprego e qualificação

Objetivo

O objetivo dessa unidade é fornecer aos estudantes elementos para pensar e analisar historicamente a questão do trabalho, remetendo-os a uma visão da diversidade das formas de trabalho em várias sociedades, até chegar à capitalista, deixando claro que muitas formas anteriores ainda sobrevivem e estão incorporadas à nossa sociedade. As-

sim, analisar o trabalho nas sociedades tribais, na greco-romana e na feudal é imprescindível para o entendimento dessa questão.

Com a desagregação do sistema feudal e a emergência do capitalismo, um novo tipo de trabalho desenvolveu-se e ampliou-se: o assalariado. Analisar sua emergência e seu desenvolvimento até a atualidade é fundamental para compreender o que ocorre hoje no mundo.

Com base nessas informações, procure analisar a questão do trabalho no Brasil, levando em conta as comunidades indígenas – como o “trabalho” se situa em tais comunidades – e a prática da escravidão de negros africanos, com características diversas da escravidão na Antiguidade. A emergência do trabalhador livre com suas lutas, no final do século XIX e início do XX, a legislação trabalhista e a organização dos trabalhadores depois de 1930, bem como as

possibilidades da participação política no cenário nacional, devem ser tratadas com a finalidade de situar a condição dos estudantes em sua atividade cotidiana de trabalho.

Finalmente é importante analisar a presença do trabalho escravo e servil com nova configuração nas sociedades contemporâneas.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura dos textos a seguir para auxiliá-lo na discussão sobre a ideia de trabalho como um bem comum e também sobre as transformações recentes no mundo do trabalho em razão da globalização capitalista. Se decidir utilizá-los com os estudantes, poderá fazê-lo, mas introduza os textos conforme a necessidade de esclarecimento por parte deles.

Trabalho, um bem comum

Se não queremos modificar a maneira como o trabalho hoje se reparte entre os indivíduos, é de facto porque o trabalho constitui o principal meio de distribuição dos rendimentos [...], da proteção e das posições sociais: rever a maneira como se partilha o trabalho leva a repensar também a repartição do conjunto dos bens sociais. Mas será legítimo que o trabalho continue a exercer a função de distribuição das riquezas enquanto se reduz de facto, enquanto nós desejamos a sua redução, e enquanto o progresso técnico não pare de reduzir seu volume? Será normal que a sua função continue a ser a mesma quando o processo de entrada e de saída do mercado de trabalho não é nem controlado nem regulado, mas resulta das opções de actores privados cujo imperativo não é de maneira nenhuma o emprego, mas a produção ou o seu próprio desenvolvimento? Será legítimo que uma sociedade rica deixe assim a repartição do conjunto dos bens sociais operar-se de uma maneira “natural”, selvagem e aleatória? E sobretudo que se recuse a considerar o trabalho como um bem extremamente particular, cuja repartição e flutuação devem ser reguladas, uma vez que se trata de um bem que dá acesso a todos os demais? Uma sociedade preocupada com o seu bem comum

e com a sua coesão social procederá, podemos estar certos, de outra maneira. Consideraria o trabalho, os rendimentos [...] e os benefícios até hoje ligados ao trabalho como outros tantos bens que devem ser repartidos entre os seus membros e cuja repartição é constitutiva do próprio bem comum. [...]

Vemos bem que o verdadeiro problema de nossas sociedades não é de maneira nenhuma a penúria do trabalho, mas o facto de nos faltar um “modo de partilha convincente”. Esta efectua-se hoje [...] “naturalmente”, através da exclusão do mercado de trabalho das pessoas mais idosas ou mais frágeis, da existência de moratórias cada vez mais prolongadas antes da entrada dos jovens no mercado de trabalho e da forte seletividade deste último: a nossa partilha opera-se através de um despejo na categoria do desemprego. [...]

Garantir um igual acesso ao trabalho não é contraditório, muito pelo contrário, com o reequilíbrio das nossas actividades entre esferas diferentes, nem com uma redução do tempo de trabalho. [...] É precisamente por ser o trabalho que continua, hoje, a dar acesso aos outros bens sociais, incluindo a liberdade real, que deve ser repartido...

MÉDA, Dominique. *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de século, 1999. p. 318-320.

Globalização capitalista e mundo do trabalho

A globalização do capitalismo provoca novo surto de desenvolvimento do mercado mundial de força de trabalho. A despeito das barreiras e preconceitos sociais, raciais, políticos, culturais, religiosos, linguísticos e outros, cresce o movimento de trabalhadores em

escalas regional, continental e mundial. Aliás, uma parte importante dos movimentos de trabalhadores no interior de cada sociedade nacional é provocada pela mundialização dos mercados. Multiplicam-se as direções dos movimentos migratórios, em função do

mercado de força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo, da formação da fábrica global.

[...]

Assim como o capital e a tecnologia, a força de trabalho e a divisão do trabalho também tecem o novo mapa do mundo. Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos. Muitos são os que se desterritorializam, buscando outros espaços e horizontes, reterritorializando-se aquém e além do fim do mundo. Agora o exército industrial de trabalhadores atinge dimensões mundiais, mesclando, sob novas modalidades, raças, idades, sexos, religiões, línguas, tradições, reivindicações, lutas, expectativas e ilusões.

[...]

Cabe reconhecer que a flexibilização do processo de trabalho e produção envolve a emergência de um novo trabalhador coletivo. Agora, mais do que em qualquer época anterior, o trabalhador coletivo é uma categoria universal. O seu trabalho, enquanto trabalho social, geral e abstrato, realiza-se em âmbito mundial.

É no mercado mundial que as trocas permitem a realização da mercadoria, excedente, lucro ou mais-valia. Isto significa que todo trabalho individual, concreto e privado passa a subsumir-se ao trabalho social, geral e abstrato que se expressa nas trocas mundiais, no jogo das forças produtivas em escala global.

É claro que continuam a manifestar-se as mais diversas formas sociais e técnicas de trabalho, no campo e na cidade, nos setores primário, secun-

dário e terciário, ou na produção de bens de produção e de consumo. Inclusive todas essas formas de trabalho guardam características socioculturais próprias de cada trabalhador e lugar, de cada grupo social e meio social, em diferentes nações e continentes, ilhas e arquipélagos.

Isto significa que os trabalhadores continuam a ser mulheres e homens, crianças, adolescentes, adultos e velhos, negros, índios, brancos e asiáticos, orientais e ocidentais, manuais e intelectuais, mantendo e recriando diversidades e desigualdades. Inclusive continuam, reiteram-se ou mesmo aprofundam-se as desigualdades, as intolerâncias, os preconceitos de base racial, religiosa, linguística, de sexo e idade. As mais diversas características, ou determinações socioculturais, políticas ou ideológicas, prevalecem e permanecem, reiteram-se e desenvolvem-se.

A despeito desta diversidade e precisamente por isso mesmo é que todas as formas singulares e particulares de trabalho são subsumidas pelo trabalho social, geral e abstrato que se expressa no âmbito do capitalismo mundial, realizando-se aí.

Da mesma maneira que as mais diferentes formas singulares e particulares do capital são levadas a subsumir-se ao capital em geral, que se expressa no âmbito do mercado mundial, algo semelhante ocorre com as mais diversas formas e significados do trabalho. É no âmbito da sociedade global que as muitas singularidades e particularidades passaram a adquirir uma parte essencial da sua forma e significado.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 23-26.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Para incentivar os estudantes a pensar historicamente a questão do trabalho, é importante remetê-los sempre a exemplos históricos, se possível fazendo uma relação entre o tema da unidade e o que eles já estudaram nas aulas de História Geral e do Brasil. Torne as aulas mais dinâmicas analisando os casos concretos de estudantes que trabalham. Se não houver nenhum nessa condição, convide pessoas de diversos ramos para falar sobre suas atividades profissionais. Você pode convidar diferentes trabalhadores (da indústria, do comércio, da área de serviços, da zona rural e de outros segmentos,

dependendo da região onde está situada a escola) e pedir que expressem o que significa para eles trabalhar e expliquem suas condições de trabalho.

Outra possibilidade é convidar, por exemplo, um empresário e um sindicalista para debater questões relativas ao trabalho. Após o debate, os estudantes podem fazer uma análise e escrever um texto sobre os pontos divergentes e convergentes das explicações.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Para entender melhor as sociedades tribais e desenvolver bem esse capítulo, recomenda-se a leitura do livro *A sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres (São Paulo: Cosac&Naify, 2003) e também do livro *Somos as águas puras*, de Carlos Rodrigues Brandão (Campinas-SP: Papirus, 1994).

2. O trabalho na sociedade greco-romana é analisado com muita proficiência e de modo amplo no volume 1 de *História da vida privada*, coleção dirigida por Phillippe Ariès e George Duby (São Paulo: Companhia das Letras, 1990). A leitura do primeiro capítulo é essencial.
3. Para entender melhor e mais detalhadamente o processo de transição da sociedade feudal para a capitalista, há a discussão entre Paul Sweezy e Maurice Dobb, no livro *Do feudalismo ao capitalismo* (Lisboa: Dom Quixote, 1972), que reúne ensaios desses e de outros autores. Há uma edição brasileira da obra: *A transição do feudalismo ao capitalismo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977).
4. Alguns capítulos da obra *O capital*, de Karl Marx, são de fácil entendimento e permitem uma visão ampla do funcionamento da sociedade capitalista e do regime de trabalho que lhe corresponde. Indicamos os capítulos VIII (A jornada de trabalho), XI (A cooperação), XII (A divisão do trabalho e a manufatura), XIII (A maquinaria e a grande indústria), XXIV (A chamada acumulação originária) e XXV (A teoria moderna da colonização).
5. Para melhor entendimento do protestantismo e de sua visão sobre a questão do trabalho, pode-se ler o livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber (São Paulo: Companhia das Letras, 2004).
6. A respeito da divisão do trabalho, sugerimos os excertos do livro *Da divisão do trabalho social* que se encontram no volume da coleção Os Pensadores dedicado a Émile Durkheim (São Paulo: Abril Cultural, 1978). Se você puder, será muito bom ler o livro todo. Sugerimos esta edição: *Da divisão do trabalho social* (2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999).
7. Trabalho é um tema polêmico e suscita questões como: Quem trabalha e quem não trabalha?; Por que aqueles que mais trabalham são os que mais sofrem na sociedade brasileira? Solicite aos estudantes que façam um levantamento e verifiquem a existência de pessoas que trabalham muito, outras que trabalham pouco e outras, ainda, que vivem do trabalho alheio.
8. Um estereótipo que deve ser analisado com cuidado é o de que o brasileiro é preguiçoso. Seria interessante discutir, primeiro, quem é esse brasileiro; depois, questionar o porquê da invenção desse estereótipo. Quais são suas fontes e por que ele permanece no imaginário popular? Será que é resultado da visão dos europeus em relação aos povos indígenas? Será uma reação ao escravismo no Brasil? Será uma ideia para depreciar as classes populares, que são as que mais penam com o trabalho que desenvolvem?
9. Outros temas para discussão são o movimento sindical, as lutas dos trabalhadores e as greves. Discuta as diversas opiniões que os estudantes têm sobre essas questões e, com base nelas, procure analisar, historicamente, o desenvolvimento dessas lutas no Brasil ou na região onde vivem os estudantes, se isso for possível.
10. Para entender o processo da desestruturação do sistema escravista e da incorporação dos ex-escravos no Brasil, é importante a leitura do livro *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (São Paulo: Ática, 1978 ou São Paulo: Globo, 2008, 2 v.).
11. Para ter uma ideia mais precisa do movimento operário de 1889 a 1930, a obra *A classe operária no Brasil*, em dois volumes organizados por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall (v. 1: *O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979; v. 2: *Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981), é fundamental, pois apresenta documentos raros e inéditos de diversos arquivos particulares e oficiais do Brasil e do exterior.
12. Se for possível, utilize a canção “Construção”, de Chico Buarque de Hollanda, e o poema “Operário em construção”, de Vinicius de Moraes, para fazer um debate sobre o operariado em geral e, mais especificamente, sobre o da construção civil. A utilização de materiais de apoio, como canções e poemas, é muito estimulante e ajuda os estudantes a assimilar melhor determinadas ideias sobre a questão do trabalho no Brasil.
13. Aproveite a pesquisa sugerida na Unidade 1 (item 6 de **Sugestões alternativas e temas para pesquisa**, deste manual) ou utilize notícias e dados sobre desemprego para discutir com os estudantes a realidade das estatísticas, evidenciando que os dados numéricos referem-se a pessoas reais.
14. Com base no quadro “Evolução das horas de trabalho semanal” (página 51 do livro do estudante), você pode demonstrar que as pessoas trabalhavam bem menos antes da Revolução Industrial e que esta significou um desgaste muito grande para os trabalhadores urbanos. Além disso, pode conversar com os estudantes sobre o fato de que a diminuição das horas trabalhadas, para 40 horas semanais ou até

menos em países europeus, foi fruto da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Lembre aos estudantes que a comemoração do Dia do Trabalho em 1º de maio surgiu da luta por oito horas diárias de trabalho.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 5

Nas palavras de Weber

O recrutamento de trabalhadores (p. 52)

Esse texto de Max Weber, que parece um discurso de Karl Marx, demonstra claramente o modo coercitivo como eram recrutados os trabalhadores nas indústrias inglesas do século XVIII e até a segunda metade do século XIX. Esses trabalhadores não se dirigiam ao trabalho voluntariamente, como muitas vezes se quer fazer acreditar. Eles eram submetidos a longas e extenuantes jornadas de trabalho, pressionados por uma legislação que os obrigava a se adaptar ao trabalho fabril e a se sujeitar a condições terríveis de exploração, resultado da aliança entre a estrutura estatal, a justiça e os proprietários das indústrias e manufaturas da época.

Cenários do mundo do trabalho

Trabalho e necessidades nas sociedades tribais (p. 53)

Esse texto, de José Carlos Rodrigues, pode levar a uma boa discussão sobre a visão do “trabalho” nas sociedades tribais. Para estas, o trabalho não é algo separado das outras atividades do cotidiano e não é valorizado como na sociedade capitalista.

Mostre aos estudantes, com base no texto, que há outras perspectivas para pensar essa questão e que os portugueses, quando aqui chegaram, não conseguiram entender as populações locais por não aceitarem uma visão diferente. Deve ter surgido na época da colonização a ideia de que os indígenas não trabalhavam e eram “vagabundos”, preconceito que existe até hoje. O texto permite desfazer esse preconceito pelo entendimento da forma de vida daquelas sociedades.

Trabalho e ócio no mundo greco-romano (p. 53)

No texto, Paul Veyne mostra de modo claro como se encarava a questão do trabalho manual nas sociedades antigas. A maior parte desse tipo de trabalho

era realizada por escravos e servos, que sequer eram considerados cidadãos. É possível analisar as sociedades grega e romana com base nesse fato.

Para uma discussão mais aprofundada, você pode relacionar esse texto com o do boxe “Labor, trabalho e ação” (página 48), no qual são apresentadas três formas de pensar a questão do trabalho na sociedade grega, de acordo com a filósofa alemã Hanna Arendt.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Por que todas as coisas que possuímos (como casa, roupa, carro, computador, livro, caneta) são frutos do trabalho humano?
2. Por que o trabalho nas sociedades tribais não pode ser separado das outras atividades da vida social? Por que os integrantes dessas sociedades trabalham muito menos que os da nossa?
3. Qual é a diferença entre a escravidão nas sociedades grega e romana e a servidão na sociedade feudal?
4. Por que houve valorização do trabalho na emergência da sociedade moderna e quais foram as instituições que contribuíram para isso?

Capítulo 6

Nas palavras de Marx

A jornada de trabalho no capitalismo no século XIX (p. 56)

Esse texto permite que se tenha uma ideia do que era trabalhar na Inglaterra no início do processo de industrialização. Além disso, pode-se discutir com os estudantes, na ocasião da leitura do texto, a questão da exploração do trabalho. Duas perguntas podem ser feitas:

- Nesse texto, Marx analisa a jornada diária de trabalho na Inglaterra, que, em muitos casos, era de 16 horas. O que os estudantes fariam se vivessem naquela época e trabalhassem tantas horas por dia?
- Por que, de acordo com o texto, os trabalhadores ficam doentes com mais facilidade e morrem mais cedo?

Aproveite a discussão desse texto para solicitar aos estudantes uma pesquisa sobre a rotina diária de um trabalhador: o tempo gasto com refeições, locomoção, descanso e lazer, enfim, o tempo de cada atividade e os intervalos que compõem uma jornada de trabalho.

Nas palavras de Durkheim

A divisão do trabalho social cria a solidariedade (p. 58)

Durkheim parte da ideia de que a divisão do trabalho gera uma crescente solidariedade. Que há alguma solidariedade entre os trabalhadores nós sabemos, mas há também competição por melhores posições nas empresas. Como isso pode ser analisado na perspectiva de Durkheim? Como se vê a possível solidariedade entre patrões e empregados?

Talvez você possa analisar com os estudantes a questão da interdependência nas relações trabalhistas.

Cenário do trabalho no capitalismo

Emprego: o problema é seu (p. 61)

Com base no texto de Eugène Enriquez, você pode discutir com os estudantes se a manutenção de um emprego é uma questão pessoal ou resultado de decisões que muitas vezes estão fora do âmbito empresarial (como a situação econômica de um país). Ou ainda se são resultado de decisões surgidas da união de grandes empresas, que procuram racionalizar suas atividades e demitem milhares de trabalhadores.

Para esconder o real motivo da diminuição do número de postos de trabalho, os empresários procuram disseminar a ideia de que é necessário cada um esforçar-se muito para preservar o emprego, mantendo-se sempre atualizado para ser um vencedor. É possível manter-se sempre atualizado? Será que essa é uma nova forma de fazer as pessoas se sentirem culpadas pela situação em que se encontram? Discuta essas questões com os estudantes e procure demonstrar que, na verdade, trata-se de uma questão social mais ampla.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Que argumentos fundamentam a diferença entre o que Karl Marx e Émile Durkheim pensam sobre a divisão do trabalho?
2. Quais são os elementos essenciais do fordismo-taylorismo?
3. Por que as concepções do fordismo-taylorismo se estenderam a outras esferas da sociedade moderna? Exemplifique.

Capítulo 7

Nas palavras de Harvey

A acumulação flexível ou pós-fordismo (p. 63)

Ao discutir a forma de acumulação de capital no mundo contemporâneo, David Harvey procura mos-

trar que esse processo altera não só a produção, na situação do trabalho, mas também o consumo dos bens. Com base nisso, inicie uma discussão com os estudantes propondo as seguintes questões:

- Vocês já perceberam que os produtos industrializados estão cada vez mais frágeis e se quebram ou se gastam com facilidade? Por que isso ocorre?
- O trabalho estável e de longa permanência num mesmo emprego está diminuindo. Quais são as consequências desse fato?
- A propaganda que realça o efêmero e o sempre novo é algo que nos atinge diariamente. Qual é o efeito desse tipo de propaganda no comportamento das pessoas?

Nas palavras de Vassapolo

Flexibilização e precariedade do trabalho (p. 64)

Nesse texto o autor demonstra como a flexibilização do trabalho causa maior exploração dos trabalhadores através da precarização e da falta de garantias trabalhistas. Procure relacioná-lo, historicamente, com os textos anteriores e destacar como hoje, em muitos países, as condições de trabalho podem ser semelhantes às do início do processo de industrialização nos séculos XVIII a XIX.

Nas palavras de Alves

Precariado (p. 65)

Antes de começar a discutir a questão do precariado, você poderia passar o vídeo do documentário *Precários inflexíveis* (Práxis Video, 2012), indicado no livro, que pode ser encontrado com facilidade na internet e poderá ser uma boa entrada para abordar esse tema. Apesar de se tratar de Portugal, já se pode perceber também a sua presença no Brasil.

Procure analisar com eles as características deste novo tipo de trabalhador e ver se eles já percebem a existência deles no dia a dia e no local onde vivem.

Cenário do trabalho no mundo de hoje

Robôs e o futuro dos trabalhadores e do emprego (p. 66)

A presença de robôs na indústria e também em vários outros ramos da produção e até de serviços já é uma realidade. Aproveite a oportunidade para discutir esta questão com os estudantes no sentido de mostrar a evolução deste processo, ou seja, a substituição do trabalho humano vivo por máquinas desde o início da Revolução Industrial. Além disso, procure demonstrar que as máquinas,

no caso os robôs, estão sendo cada dia mais aprimoradas de tal modo que hoje substituem homens e mulheres em operações sofisticadas. Proponha uma pesquisa com eles para saber em quais setores os robôs estão sendo utilizados. Demonstre que, em algumas situações, os robôs seriam muito úteis, como, por exemplo, em atividades de mineração, que envolvem riscos à vida dos trabalhadores.

Além disso, a questão posta no texto é se os robôs estão substituindo a força de trabalho humana e isso pode gerar desemprego. Será mesmo? Boa questão para um debate. Mas se os robôs estão aí, por que ainda se utiliza força de trabalho análoga à escravidão? Eles não poderiam substituir estes trabalhadores? Outro debate.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Por que ocorreram transformações no mundo do trabalho depois da década de 1970? Que transformações foram essas? Utilize os textos de Harvey e Vassapolo para desenvolver essa discussão e destacar os novos conceitos por eles apresentados. Se desejar, utilize essa atividade para fazer sua avaliação.

Capítulo 8

A primeira discussão que consideramos importante é o trabalho escravo no Brasil, que durou mais de 300 anos, e suas consequências até os dias de hoje.

Explore o tema do trabalho análogo à escravidão no mundo contemporâneo e as diferenças entre este e a forma de trabalho na Antiguidade e no período feudal e da escravidão no Brasil demonstrando suas semelhanças e diferenças. Analise com eles o trabalho escravo de ontem e o trabalho análogo à escravidão hoje no Brasil. Ao final, proponha a seguinte questão: Por que, apesar de haver leis que garantem os direitos do trabalhador, ainda hoje existe essa forma de trabalho?

Utilize a tabela sobre o deslocamento da população brasileira (p. 72) e discuta com os estudantes os desdobramentos e consequências oriundos desse processo, como a questão do trabalho no campo e na cidade. Uma boa pergunta é: Por que as pessoas querem morar na cidade e muitas vezes em condições precárias e não querem ficar no campo?

Depois, utilize os gráficos seguintes (p. 72-74) para analisar a distribuição das ocupações por tipo de trabalho nos diferentes setores de atividades, bem como verificar a existência de uma relação en-

tre os números apontados na tabela e os índices demonstrados nos gráficos.

A questão sobre “o trabalho que não aparece” é importante para salientar a necessidade de se perceber que muita gente trabalha, mas não é considerado como trabalho.

Com base na charge da página 75, promova uma discussão sobre a relação entre oportunidade de emprego e qualificação, bem como sobre a relação entre nível de escolaridade/conhecimento e tipo de emprego.

Cenário do trabalho no Brasil

O trabalho e o jogo (p. 76)

Nesse texto belíssimo, Leandro Konder, pensador e escritor brasileiro, aborda a questão do jogo no Brasil, a famosa “fezinha”, e você, meu caro professor, poderá utilizá-lo para discutir o que significa jogar na loteria para as pessoas. A maioria dos entrevistados, quando perguntados sobre o que fariam se ganhassem na loteria, tem como primeira resposta abandonar o trabalho que faz. Ou seja, o trabalho entre nós é visto como “coisa de escravo”. Aí está também uma boa oportunidade para fazer a relação entre a concepção de trabalho que temos e o significado da escravidão que ainda permanece em nossa sociedade. Pode-se discutir também a questão que o dinheiro ganho pode resolver todas as mazelas da vida. Há um pouco de utopia, mas também um pouco de ingenuidade, pois, afinal, administrar uma fortuna não é tão fácil quanto parece e muitas vezes os problemas aumentam em vez de diminuir. Muito a discutir.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais foram as alterações que ocorreram no mundo do trabalho no Brasil do fim da escravidão até o início da década de 1950? O que aconteceu depois disso?
2. O que você pensa sobre a necessidade de ter maior nível de escolaridade e qualificação para conseguir um bom emprego? As pessoas com maior nível de escolaridade estão sempre em postos de trabalho melhores? Exemplifique.
3. Há uma relação entre trabalho informal e desemprego?
4. O trabalho informal significa necessariamente uma condição desfavorável em relação ao trabalho formal. Por quê?
5. Que razões permitem a existência do trabalho infantil e servil no Brasil ainda hoje?

Textos complementares e atividades opcionais

Trabalho infantil

O trabalho infantil no Brasil ainda é um grande problema social. Milhares de crianças deixam de ir à escola e ter seus direitos preservados, e trabalham desde a mais tenra idade na lavoura, campo, fábrica ou casas de família, muitos deles sem receber remuneração alguma. Hoje em dia, em torno de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando no Brasil, segundo PNAD 2007. Desse total, 1,2 milhão estão na faixa entre 5 e 13 anos.

Apesar de no Brasil o trabalho infantil ser considerado ilegal para crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos, a realidade continua sendo outra. Para adolescentes entre 14 e 15 anos, o trabalho é legal desde que na condição de aprendiz.

O Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) vem trabalhando arduamente para erradicar o trabalho infantil. Infelizmente mesmo com todo o seu empenho, a previsão é de poder atender com seus projetos, cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes trabalhadores, segundo acompanhamento do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). Do total de crianças e adolescentes atendidos, 3,7 milhões estarão de fora.

Ao abandonarem a escola, ou terem que **dividir o tempo entre a escola e o trabalho**, o rendimento escolar dessas crianças é muito ruim, e serão sérias candidatas ao abandono escolar e conseqüentemente ao despreparo para o mercado de trabalho, tendo que aceitar subempregos e assim continuarem alimentando o ciclo de pobreza no Brasil.

[...]

Como já era de se esperar, o trabalho infantil ainda é predominantemente agrícola. Cerca de 36,5% das crianças estão em granjas, sítios e fazendas, 24,5% em lojas e fábricas. No Nordeste, 46,5% aparecem trabalhando em fazendas e sítios.

[...]

Trabalho infantil no Brasil: milhares de crianças ainda deixam de ir à escola. In: *Guiainfantil.com*. Disponível em: <<http://br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas/450-trabalho-infantil-no-brasil.html>>. Acesso em: mar. 2016.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. No século XIX, uma das lutas dos trabalhadores defendia a extinção do trabalho infantil. Procurava-se assegurar à criança os direitos de brincar, estudar e não ser explorada no trabalho. Por que a exploração do trabalho infantil persiste até os dias de hoje?

2. O que você sugere para acabar com o trabalho infantil nas situações apontadas?

Esse texto mostra o lado perverso das relações de trabalho no Brasil. Procure verificar se os estu-

dantes conhecem pessoas que trabalham nessas condições (é possível que alguns passem por esse tipo de situação) e se percebem os problemas advindos disso: insegurança, exploração, condições precárias etc.

Mais trabalho e menos descanso

[...]

No tempo da Revolução Industrial, décadas de lutas do movimento social e trabalhista foram necessárias para conter as extensas jornadas de trabalho (superiores a 14 horas diárias e a mais de 80 horas semanais). Por meio de férias, do descanso semanal e dos limites máximos impostos à jornada (oito horas diárias e 48 horas semanais), a relação do trabalho com o tempo de vida reduziu-se de mais de dois terços para menos da metade.

Assim, os laços de sociabilidade urbana foram construídos por meio do avanço de atividades educacionais, lazer e turismo, entre outras fundamentais à consolidação de um padrão civilizatório superior.

Paradoxalmente, o curso atual da revolução tecnológica nas informações e comunicações faz com que o ingresso na sociedade pós-industrial seja acompanhado da elevação da participação do trabalho no tempo de vida.

O transbordamento laboral para fora do local de trabalho compromete não apenas a qualidade de vida individual e familiar, como também a saúde humana. Não são diminutos os diagnósticos a respeito das novas doenças profissionais em profusão.

O predomínio do trabalho imaterial, não apenas mas substancialmente estendido pelas atividades no setor terciário das economias – a principal fonte atual de geração de novas vagas – permite que o seu exercício seja fisicamente mais leve, embora mentalmente cada vez mais cansativo.

Antigos acidentes laborais provocados pelo esmagamento em máquinas são substituídos por novos problemas, como o sofrimento humano, a solidão e a depressão, cada vez mais associada às jornadas excessivas de trabalho e ao consumo desenfreado.

A imaterialidade do trabalho, mesmo nas fábricas, por efeito da automatização e das novas tecnologias de informação e comunicação, torna o exercício laboral mais intenso e extenso.

Por força do transbordamento laboral para além do local de trabalho, a jornada de 48 horas aumenta para 69 horas semanais, enquanto o descanso reduz-se de 48 horas para 27 horas na semana.

Disponível em: <www.vermelho.org.br/ap/noticia.php?id_noticia=145966&id_secao=2>. Acesso em: mar. 2016.

O texto aborda a relação entre a tecnologia e a jornada de trabalho na sociedade atual. Analise com os estudantes como a tecnologia pode fazer com que “aparentemente” se trabalhe menos horas. Procure utilizar diversos exemplos de tecnologias eletrônicas, como celulares e computadores, que mantêm os trabalhadores, dos mais diversos níveis de ocupação, sempre ligados ao trabalho.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Morte de câimbra (p. 78)

Com base nesse texto, você pode discutir com os estudantes a relação da produção agrária ou industrial com o trabalho empregado em cada um dos casos. Incentive um debate sobre a falta de informação das pessoas a respeito dos produtos que consomem, os quais podem ser fabricados à custa de muito trabalho e sofrimento. Coloque ainda em discussão a seguinte questão: como é possível, no início do século XXI, com tanto progresso tecnológico voltado para o trabalho, haver casos de morte por excesso de trabalho?

Com o objetivo de reforçar o entendimento sobre as diversas maneiras de analisar a questão do trabalho, bem como sobre suas variadas concepções, sugerimos que eles façam um levantamento, nos livros didáticos disponíveis em casa ou na biblioteca da escola, em revistas e jornais, de notícias, comentários, artigos, fotos, enfim, todo tipo de material que possa contribuir para as discussões sobre as situações de trabalho no cotidiano. Estimule-os a comparar as informações que obtiveram sobre o mercado de trabalho na atualidade com as informações fornecidas pelos entrevistados de mais de 50 anos.

Conexão de saberes

Mundo em desequilíbrio

Ao explorar o infográfico, você poderá desenvolver uma discussão com os estudantes sobre a relação entre trabalho, produção e meio ambiente e demonstrar como todo trabalho, de alguma forma, implica transformação do meio ambiente. Analise com eles quais são as formas de trabalho e produção que mais ou menos afetam o meio ambiente. A partir daí, procure evidenciar a relação da Sociologia com a História, desde os instrumentos de trabalho até as indústrias no processo de bens e mercadorias ao longo do tempo. Procure também demonstrar como o desenvolvimento das pesquisas em várias

áreas, como a Biologia, a Química, a Física, a Matemática, entre outras, possibilitou a criação de equipamentos, bens e mercadorias que são utilizados nas indústrias e que outros que são fabricados por elas e que nós utilizamos cotidianamente.

Destaque que tanto o resultado da produção como a forma de produzir e muito mais a de consumir podem gerar sérios problemas ambientais.

Analise com eles a notícia a seguir e procure esclarecer que muitas vezes “desastres” ambientais podem acontecer muito longe de nós (como o que aconteceu em Chernobyl em 1986, na Ucrânia, ou em 2011 em Fukushima, no Japão), mas podem nos afetar indiretamente.

Monte Everest está poluído com metais pesados

Cientistas descobriram níveis tóxicos de metais pesados em locais remotos do Monte Everest, o que indica que a poluição industrial pode se mover por longas distâncias. Amostras de neve coletadas entre 5,3 mil e 7,7 mil metros de altura continham níveis de cádmio e arsênio que ultrapassam os padrões de segurança dos Estados Unidos.

Segundo os pesquisadores da Universidade de Southern Maine, que conduziram os estudos, todas as amostras de solo possuíam altos níveis de cádmio, mas na neve colhida no topo do monte as concentrações foram maiores. Samantha Langley-Turnbaugh, uma das pesquisadoras, diz que a poluição deve ser oriunda de áreas industriais da Ásia. A descoberta preocupa especialistas porque muitos montanhistas que escalam a montanha bebem neve derretida. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,mon-te-everest-esta-polu-ido-com-metais-pesados,649725>. Acesso em: mar. 2016.

Sugestões de material visual extra para o professor

Site: *Repórter Brasil*. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

Esse portal apresenta informações importantes sobre o trabalho escravo e o trabalho infantil no Brasil e pode ser uma ferramenta significativa de pesquisa e atualização constante sobre esses temas.

Site: *Tela Crítica*. Disponível em: <www.telacritica.org>. Acesso em: mar. 2016.

Além dos filmes indicados no livro, é possível sugerir outros que abordam a temática do trabalho nesse site organizado e coordenado pelo sociólogo

Giovanni Alves, professor de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

O portal oferece análises de diversos filmes, orientadas para a discussão sobre o trabalho, sob diferentes perspectivas sociológicas.

Vídeo: *Obsolescência programada* – Comprar, jogar fora, comprar. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=0w5T5RoCjBg>. Acesso em: mar. 2016.

Este documentário nos mostra que há no processo de produção uma determinação, desde a década de 1920, e que foi crescendo a partir de então e que se chama de obsolescência programada, ou seja, a fabricação de produtos que sejam cada vez mais frágeis ou então uma produção que define que é melhor trocar um produto do que consertá-lo.

Sugestões de livros para o professor

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Práxis, 2006. vol. 1.

O volume 2 com o mesmo nome foi editado em 2008, Londrina: Práxis e Bauru: Canal 6. Ambos os livros oferecem uma extensa análise sobre o tema trabalho no universo do cinema.

- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Essa coletânea é composta de 23 textos contemporâneos sobre as condições e relações de trabalho no Brasil. A análise diversificada permite uma visão ampla da questão.

- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

O trabalho informatizado e suas mazelas são assuntos dessa coletânea, que aborda formas de trabalho aparentemente não alienado e de pouca exaustão. Esses mitos e outros são derrubados nas análises em 11 textos sobre o tema.

Unidade 3 – Desigualdades e vida social

Conteúdo

Diferentes e iguais

Capítulo 9 – Estrutura social e estratificação

As sociedades organizadas em castas

As sociedades organizadas por estamentos

Pobreza: condição de nascimento, desgraça, destino...

Capítulo 10 – As classes sociais na sociedade capitalista

Estratificação e mobilidade

A desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista

A atualidade da luta de classes

Desigualdades de riqueza, prestígio e poder

Oportunidades e estratificação

Sobre a ideia de exclusão-inclusão

Capítulo 11 – As desigualdades nas sociedades contemporâneas

Desigualdades vitais

Desigualdades existenciais

Desigualdades de recursos

Capítulo 12 – As desigualdades sociais no Brasil

As explicações para a desigualdade

A questão da mestiçagem

Fome e coronelismo

Raça e classes

Classes sociais e mudanças sociais

As desigualdades no Brasil nos últimos 50 anos:

renda, cor e gênero

Desigualdade de renda

Desigualdades e impostos

Desigualdade de cor

Desigualdade de gênero

A invisibilidade das desigualdades

Objetivo

Nosso objetivo nessa unidade é demonstrar que as desigualdades são constituídas historicamente, ou seja, não são “naturais”. Por isso é necessário conhecer as várias formas de desigualdade (divisão em castas, estamentos e classes).

Nas sociedades capitalistas, existem várias formas de explicar as desigualdades, questionando-as ou justificando-as. É importante que o estudante conheça as várias possibilidades de entender esse fenômeno, que varia de acordo com a maneira pela qual se articulam e se organizam as estruturas de apropriação econômica e de dominação política. Entretanto, devem-se levar em conta as questões de gênero e raça/etnia envolvidas nesse processo.

No Brasil, após a chegada dos europeus, pouco a pouco se estruturou um tipo de sociedade estratificada. É preciso desenvolver uma análise que leve os estudantes a entender como se constituíram as desigualdades sociais no Brasil: a escravidão que ainda permanece como substrato da desigualdade, a existência da situação de extrema pobreza a que chegou a maior parte da população e também a concentração da riqueza nas mãos de poucos e os mecanismos que reproduzem essa situação.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto a seguir, que trata de questões concretas que envolvem o conceito de classe social.

A classe social como fenômeno simultaneamente econômico, político e ideológico

Façamos, então, um esforço de definição dos conceitos. As relações de produção são, de fato, a referência última das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários não trabalhadores e trabalhadores não proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Mas isso é uma possibilidade.

Encontramos também, na própria economia, outras características que podem possibilitar a formação de um campo de interesse comum entre proprietários e trabalhadores. Nas sociedades capitalistas, o operário pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa ou setor onde trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e, ao mesmo tempo, concorrendo com os operários que trabalham em outras empresas ou setores. O corporativismo sindical, no sentido gramsciano de egoísmo de fração, é a manifestação mais clara e geral desse fenômeno.

Logo, na economia, estão presentes, potencialmente, tanto classes antagônicas quanto grupos que cooperam entre si em defesa de uma empresa ou setor – quem, no Brasil, não se recorda da frente comum estabelecida entre sindicatos operários e associações patronais das grandes montadoras de veículos para preservar e expandir o setor automobilístico na década de 1990? Uma eventual consciência pró-capitalista dos operários pode ser reflexo da sua situação econômica particular, e não uma ilusão sem fundamento econômico, ao contrário do que sugere a noção de “falsa consciência”.

O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente, potencial. Para que a classe operária, que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista, adquira uma existência ativa, é necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e ideológica – situação do emprego e do salário, situação do sistema de alianças que sustenta o bloco burguês no poder, eficácia da ideologia e do programa socialistas para responder aos problemas colocados na ordem do dia pela sociedade capitalista numa determinada etapa do seu desenvolvimento etc. A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo organizado e ativo, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto.

BOITO JR., Armando. A (difícil) formação da classe operária. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. p. 244-245.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Com base na caracterização do sistema de castas, procure discutir com os estudantes a permanência dessas características e as situações em que elas podem ser observadas no dia a dia.

O mesmo procedimento pode ser feito na discussão do sistema estamental.

Evidencie as características essenciais desse sistema e procure demonstrar, além dos exemplos constantes no texto da unidade, os outros aspectos visíveis da presença de elementos estamentais nas sociedades contemporâneas. Deixe claro que os estamentos não existem na sociedade brasileira, mas sobrevivem em alguns locais.

A sociedade capitalista diferencia-se e estratifica-se por meio das classes sociais. Normalmente isso fica evidente com base em critérios econômicos (posição nas relações de produção, renda e capacidade de consumo, por exemplo), mas existem outros elementos de diferenciação social que devem ser considerados na sociedade contemporânea, como a desigualdade entre homens e mulheres e entre negros e brancos.

Analise a presença desse fenômeno no cotidiano dos estudantes. É importante discutir com eles o fato de que, além das três formas de desigualdade sistêmicas (divisão em castas, estamentos e classes) estudadas na unidade, as desigualdades se expressam de muitas outras formas: no acesso aos bens culturais, à educação de boa qualidade, aos serviços de saúde, ao transporte, à moradia etc.

Acrescente ao debate o processo de globalização capitalista, que gera uma desigualdade crescente entre os países e muitas vezes desestrutura formas de produção e distribuição de bens, gerando uma série de novas desigualdades internas.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Peça aos estudantes que levem jornais e revistas e pesquisem na internet (neste caso seria necessário imprimir ou ver um modo de expor para todos) para a sala de aula, pois nesses veículos são publicadas matérias e fotografias que demonstram claramente a desigualdade nas sociedades de hoje. Se possível, monte com eles um painel com recortes, charges e fotos sobre a desigualdade existente no Brasil e no mundo e deixe-o fixado durante o estudo dessa unidade.

2. Sobre as castas, depois de analisar o conceito e certificar-se de que os estudantes entenderam os elementos essenciais, discuta com eles a possível presença na sociedade contemporânea das características desse tipo de estratificação social. A leitura de alguns artigos do livro *Teorias de estratificação social*, organizado por Octávio Ianni, e de *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*, de Sedi Hirano, indicados em **Sugestões de livros para o professor** (página 442 deste manual), pode ajudar a desenvolver melhor esse conceito.
3. Para melhor compreensão da sociedade estamental, convém retomar a história social, econômica e política da Europa dos séculos IX a XV. A obra *A sociedade feudal* (Lisboa: Edições 70, 2009), de March Bloch, é fundamental, pois oferece elementos históricos para a compreensão da organização estamental do feudalismo.
4. O livro *Sociologia e sociedade* (Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977), organizado por Marialice M. Foracchi e José de Souza Martins, contém dois artigos importantes para entender a questão das desigualdades: “Sociologia e sociedade industrial”, de Ralph Dahrendorf, em que é analisada a desigualdade social desde a Antiguidade até a sociedade industrial; “Classes sociais e estratificação”, de Rodolfo Stavenhagen, em que se desenvolve uma discussão sobre duas abordagens das classes sociais e a questão da estratificação na sociedade moderna.
5. O livro *Cidade partida*, de Zuenir Ventura (São Paulo: Companhia das Letras, 1994), tem linguagem clara e precisa e auxilia na compreensão das desigualdades sociais e da violência.
6. Se for possível, solicite uma pesquisa que inclua relatos de diferentes pessoas sobre os meios de deslocamento que utilizam. A atividade mostrará aos estudantes a diversidade de situações existentes e as razões por que isso ocorre. Nesse momento, você pode discutir a existência dos diferentes meios de transporte público e como eles são vistos por quem os utiliza.
7. Pode, ainda, ser feita uma pesquisa entre os estudantes da escola ou com adultos da comunidade sobre o significado do automóvel na vida das pessoas, principalmente sobre o que significa ser proprietário de um. Relacione o resultado da pesquisa ao texto de Jurandir Freire Costa, “Desiguais na vida e na morte” (página 116 do livro do estudante).

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 9

Nas palavras de Bouglé

Castas (p. 86)

Uma boa pergunta que pode ser feita para discutir o texto de Célestin Bouglé é como os estudantes se sentiriam se, por toda a vida, estivessem “presos” a uma casta, sem perspectiva de mobilidade social, ou seja, sem a possibilidade de conseguir ir além do que seus pais foram. As ideias de monopólio e privilégio devem ser realçadas.

Discuta com eles como, sem haver um sistema de castas no mundo de hoje, milhares de pessoas não conseguem sair do espaço social em que se encontram e somente reproduzem o modo como viveram seus antecessores. Por que isso ocorre?

Boxe – Sobre os estamentos na sociedade medieval (p. 88)

Esta descrição de como era a estrutura de estratificação na sociedade medieval permite evidenciar como havia uma hierarquia fundamentada em determinados princípios que eram acatados pela maioria da população. Era algo previamente estabelecido, inclusive com o aval das autoridades religiosas, pois afinal elas também se beneficiavam dessa situação.

Cenários das desigualdades: castas e estamentos

As castas no Japão (p. 90)

Analise esse texto com os estudantes e relacione-o com o texto de Célestin Bouglé. A questão importante a discutir nesse caso é a permanência, mesmo em uma sociedade altamente desenvolvida, de padrões de classificação de grupos e pessoas relacionados com um passado longínquo. Ou seja, não é porque as sociedades mudam tecnologicamente que certos padrões de classificação são extintos. Isso serve para demonstrar que uma sociedade não “passa uma borracha” em seu passado.

Reestamentalização da sociedade? (p. 90)

Esse texto, de José de Souza Martins, sociólogo brasileiro, refere-se ao assassinato do índio Gaudino Jesus dos Santos em 1997, em Brasília, para evidenciar a presença de uma visão estamental na sociedade brasileira ainda hoje.

Com base no conceito de estamento, discuta a existência de grupos de indivíduos no Brasil que atribuem a si condições especiais perante a lei, como o foro privilegiado para julgamentos de certos crimes. Peça aos estudantes que citem outros exemplos dessa permanência em nossa sociedade e em outras no mundo atual.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a relação entre estrutura social e estratificação social?
2. Quais são as diferenças e semelhanças entre as sociedades organizadas em castas e as divididas em estamentos?
3. Quando se observa a situação dos pobres hoje, pode-se dizer que as características de sociedades organizadas em castas e estamentos persistem nas sociedades contemporâneas? Por quê?

Capítulo 10

Nas palavras de Marx

Definindo as classes sociais (p. 93)

Utilizando as palavras do texto, você pode começar a questionar a afirmação do senso comum de que Marx criou os conceitos de classe social e luta de classes. Como ele mesmo diz nesse texto, “historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico da luta de classes”. Isso é importante para entender que o conhecimento é algo socialmente construído, ou seja, é consequência de um acúmulo de conhecimentos anteriores, aos quais se vão agregando outros elementos e, assim, avança o entendimento das sociedades.

Esse é um bom momento para discutir a atualidade da formulação de Marx. Pergunte aos estudantes: A burguesia ainda é a classe dominante? O proletariado é a classe que sofre mais a exploração e ao mesmo tempo é a única que tem a possibilidade de fazer uma revolução? A classe média ainda é aquela que fica ora de um lado, ora de outro? Como se pode caracterizar o lumpemproletariado hoje?

Nas palavras de Weber

Classes e situação de classe (p. 95)

A análise de Weber sobre as classes sociais propicia um entendimento que envolve as questões da posse

de bens e renda, da posição do mercado e do poder que se detém. Isso possibilita um grande leque de abordagens, pois o interesse de Max Weber era demonstrar a multiplicidade de situações que poderiam intervir no processo de classificação dos indivíduos e grupos em determinada sociedade.

Nas palavras de Davis e Moore

A necessidade funcional de estratificação (p. 96)

Esse texto é fundamental para demonstrar que há muitas visões sobre a desigualdade nas sociedades. Em alguns casos ela é justificada com base em situações individuais, e não em situações grupais ou sociais. Essa perspectiva é utilizada em pesquisas de opinião baseadas no que os indivíduos pensam, possuem ou fazem de maneira isolada. Comente isso com os estudantes e procure refletir com eles a respeito da limitação desse pensamento sobre as desigualdades. É bom destacar que essa visão identifica o talento pessoal e as oportunidades existentes (como se elas fossem iguais para todos) como os elementos que ocasionam a estratificação.

Cenário das desigualdades de classes sociais

A instabilidade da desigualdade (p. 97)

Esse é um bom texto para se discutir a relação entre lutas sociais e as desigualdades sociais hoje, principalmente quando ela volta a aparecer de modo terrível nas sociedades europeias e até mesmo nos Estados Unidos, revelando que as desigualdades sociais hoje não são mais uma característica dos países que eram considerados “subdesenvolvidos”.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais são os elementos fundamentais para se pensar a questão da hierarquização nas sociedades contemporâneas?
2. O que você pensa sobre a frase: “Os capitalistas de hoje foram os trabalhadores de ontem e os trabalhadores de hoje serão os capitalistas de amanhã”? Ela tem fundamento na realidade social passada e atual?
3. Quais são as diferenças e as semelhanças entre o pensamento de Karl Marx e o de Max Weber sobre as desigualdades sociais?
4. Em que sentido se pode falar que pessoas e grupos estão excluídos da sociedade?

Capítulo 11

Nas palavras de Bauman

Moto-perpétuo da desigualdade (p. 101)

Este texto é uma boa oportunidade para se discutir que as desigualdades sociais são uma relação entre os vários grupos e classes existentes nas sociedades contemporâneas. O que o autor tenta destacar é que há um “moto-perpétuo” (ou moto contínuo, que seriam movimentos automáticos que se repetiram incessantemente e fariam movimentar máquinas hipotéticas) das desigualdades e que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres. Você poderá aproveitar o texto para desenvolver uma pesquisa e discussão sobre quem são aqueles que possuem 1% da renda gerada no mundo e ver o quanto corresponde à população em geral.

Cenário das desigualdades nas sociedades contemporâneas

A escola reproduz desigualdades sociais? (p. 102)

Muitas vezes pensamos que a violência é apenas a física, mas aqui o autor procura demonstrar como nas desigualdades educacionais, que são um dos aspectos das desigualdades sociais mais amplas, há uma “violência simbólica”, pois há uma imposição lenta e até imperceptível, desde cedo em nossas vidas, que até achamos normal ou “natural”. Procure discutir com eles como as desigualdades educacionais são o reflexo de outras desigualdades e também como elas continuam a reproduzir as desigualdades sociais à medida que o processo educacional nas famílias e nas escolas é desigual, pois as oportunidades de acesso aos bens culturais e educacionais não são os mesmos.

Capítulo 12

Nas palavras de Joaquim Nabuco

O mandato da raça negra (p. 105)

Esse texto de Joaquim Nabuco (1849-1910), retirado do livro *O abolicionismo*, escrito em 1883, é um bom ponto de partida para discutir a situação dos escravos negros e a importância de sua presença, através de seu trabalho e de sua cultura, para a formação e a cultura do povo brasileiro.

Nas palavras de Josué de Castro

A fome no Brasil (p. 106)

Esse pequeno texto de Josué de Castro (1910-1973), retirado do livro *Geografia da fome*, de 1946, pode ser um bom pretexto para analisar como a

questão da fome ainda hoje tem relação com o passado histórico brasileiro e com as formas predatórias das estruturas de produção ainda, em parte, vigentes no Brasil e restritas às mãos de quem visa exclusivamente ao lucro.

Nas palavras de Florestan

O negro na emergência da sociedade de classes (p. 106)

O texto permite retomar a discussão sobre o processo de “libertação” dos escravos no Brasil – sem nenhuma ação governamental para que os ex-escravos pudessem se integrar à sociedade de forma menos precária –, e as consequências geradas pela forma como ele se deu. Pode-se analisar também como esse processo condicionou a vida das futuras gerações e a relação entre pobreza, miséria e as populações negras no Brasil de hoje. Incentive a discussão propondo a exploração do gráfico da página 111.

Nas palavras de Ianni

As desigualdades e a questão social (p. 107)

Esse texto demonstra a relação entre a estrutura da sociedade e as desigualdades geradas por ela. Octavio Ianni, de modo bastante sintético, revela como historicamente as desigualdades no Brasil foram sendo geradas por uma estrutura social que nunca se preocupou em combater as causas geradoras dessas desigualdades. Para enriquecer a análise, explore com os estudantes o gráfico e o mapa da página 109.

Nas palavras de Jessé Souza

Estado ineficiente, luta de classes e desigualdades sociais. O Estado de todas as culpas (p. 113)

Este texto nos permite analisar pelo menos duas ou três coisas. A primeira delas é a demonização do Estado no Brasil. Até parece que tudo o que acontece de ruim é culpa do governo que está de plantão e aí a cortina de fumaça que nos fala o autor. Por outro lado, por incrível que pareça, toda vez que alguma coisa não está indo bem, procura-se o governo (órgãos governamentais) para resolver a questão, sejam os bancos, as empresas ou até pessoalmente. A segunda coisa que o texto permite é analisar com os estudantes a quantidade de pessoas, nas situações indicadas no texto, que vivem ao nosso redor, em condições precárias de trabalho e de vida. Isso é resultado das desigualdades sociais e expressão da luta de classes, sendo este o último elemento a analisar.

Cenário das desigualdades no Brasil

A desigualdade entre o mundo rural e o urbano (p. 114)

Embora a maior parte da população brasileira viva nas cidades, ainda há milhares de pessoas que vivem na zona rural e em condições precárias. Esse texto é uma boa oportunidade para discutir como vivem essas populações. Procure dar exemplos e trazer questões que a maioria dos estudantes desconhece sobre a miséria no campo.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. O passado colonial brasileiro, que incluiu a escravidão, ainda é um dos elementos fundamentais para explicar as desigualdades entre brancos e negros no Brasil? Por quê?
2. Quais são os aspectos mais evidentes das desigualdades no Brasil, principalmente no local onde você vive?
3. Retome os conceitos vistos nos capítulos anteriores e procure analisar como eles podem explicar as desigualdades no Brasil atualmente.

Texto complementar

A república dos doutores

[...] no Brasil do começo do século 21, só há doutores. [...]

Faça a prova: ligue para advogados, psicólogos, arquitetos e outros profissionais liberais. Ouvirá: “A doutora está em consulta”, “Vou ver se o doutor pode atender”. Ligue para uma agência de publicidade, um escritório comercial ou uma empresa e tente falar com um dirigente (engenheiro, arquiteto, administradora etc.). É a mesma coisa: “O doutor está em reunião”, “Quer deixar um recado para a doutora?”

[...]

As regras do uso legítimo do título de doutor dizem que doutores são os que completam um doutorado e, por consideração especial, os médicos. [...] No entanto, graças a uma sabedoria vital em nosso mundo, [...] [o título de doutor] não designa uma excelência acadêmica, mas serve para significar uma distância social.

No caso, não há diferença nenhuma entre ser doutor e ser marquês de Carabás: ambos são títulos cujo uso vale como um gesto de submissão, como uma genuflexão. [...]

Ora, a modernidade triunfa quando a diversidade das origens, das funções sociais e das condições econômicas não altera o fato de que somos todos essencialmente iguais.

[...]

A alusão a uma educação superior, que é contida no título “doutor”, serve também para justificar o privilégio: se alguém é doutor, “merece” ser rico. Com isso, a classe média, sempre ameaçada por seu retrocesso, pode acreditar que seu privilégio não seja arbitrário e efêmero.

Explica-se assim o mistério das reuniões de condomínio em que todos os condôminos são doutores e doutoras.

Enfim, é provável que o uso de “doutor” como índice e justificação do privilégio social seja um sintoma constante em todas as sociedades em que formas arcaicas de domínio desvirtuam as formas modernas da diferença social.

“Doutor”, nessas sociedades, não é médico nem pós-graduado: é quem tem cartão de crédito, acesso à sala VIP do aeroporto e carro importado.

[...]

CALLIGARIS, Contardo. A república dos doutores. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 21 abr. 2005. Ilustrada. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2104200531.htm>. Acesso em: mar. 2016.

Esse texto do psicanalista Contardo Caligaris (1948-) trata de uma situação que ocorre todos os dias em muitos lugares. Procure explicar aos estudantes que, na sociedade brasileira, a designação “doutor” é uma forma utilizada pelos que dominaram e dominam nossa sociedade para manter o poder. Lembre-os de que isso nasceu porque só alguns conseguiam fazer os cursos superiores (Medicina, Engenharia e Direito), mas a alusão à educação superior transformou-se em alusão ao privilégio.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Favelados e punks “invadem” *shopping* (p. 116)

Os *shopping centers* são uma realidade nas grandes e médias cidades brasileiras. Eles aparecem como uma nova forma de comercialização de

mercadorias. Entretanto, são mais do que isso. São também espaços de uma nova forma de sociabilidade e de convivência intermediada pelo consumo e, por isso, expressam a desigualdade existente na sociedade. Nesse texto, a presença de “pobres” em um *shopping*, ou seja, de pessoas que não podem consumir ou podem consumir pouco nesse espaço, propõe algumas questões interessantes para entender a sociabilidade e a desigualdade:

- Por que pessoas malvestidas ou pedintes são impedidas de entrar nos *shopping centers*? Elas não são cidadãs?
- Que mecanismos utilizados pelos *shopping centers* evidenciam a desigualdade na sociedade brasileira?
- Os *shopping centers* podem ser considerados novos espaços de segregação social. É por isso que existem *shopping centers* populares e outros mais sofisticados?

Desiguais na vida e na morte (p. 116)

Esse texto, de Jurandir Freire Costa, psicanalista brasileiro, causa um impacto enorme pela crueldade do cenário. Nele, o automóvel aparece como uma extensão das pessoas. Com a leitura do texto, é possível promover uma boa discussão sobre a presença do automóvel na sociedade de hoje, principalmente como objeto de desejo: quem não tem carro ou não sabe dirigir é considerado um humano incompleto. Ademais, o texto permite discutir o significado da vida humana em relação ao que se pode ou não consumir. Afinal, a vida não é o primeiro e maior bem que temos?

Para pesquisar

O trabalho sobre as desigualdades no Brasil pode ser desenvolvido em três passos:

1. Pesquisa bibliográfica ou iconográfica. Peça aos estudantes que tragam matérias de jornais, revistas e na internet, charges e até indicação de filmes sobre a questão das desigualdades que eles podem observar no cotidiano. Peça que façam um trabalho em grupos, formados, se possível, com alunos e alunas.
2. Entrevistas com os estudantes da escola para saber o que cada um pensa sobre as desigualdades sociais.
3. Entrevistas fora da escola, com os familiares e vizinhos dos estudantes, para saber o que eles pensam sobre as desigualdades e suas causas.

Utilize o material levantado para promover o debate: depende do indivíduo viver ou não em condições

precárias? Há mesmo diferença e desigualdade entre homens e mulheres na sociedade de hoje, nos locais de trabalho e nas escolas? As mulheres são inferiores ou são vítimas de um discurso machista, construído há muito tempo pelos homens para manter seu domínio sobre elas? Por que existe desigualdade entre negros e brancos? Qual é a origem desse fenômeno e do pensamento racista?

Conexão de saberes

A fome como a maior das desigualdades

Aproveite esse espaço para estabelecer uma ponte com a disciplina de Artes ao apresentar o quadro de Vincent van Gogh. Essa pode ser uma boa oportunidade para informar e discutir sobre a vida e a obra desse pintor, fazendo conexões com as disciplinas de História e de Geografia (o local onde nasceu Van Gogh; o contexto histórico em que produziu essa obra; a sociedade da qual fazia parte; a estética vigente na época etc.). O quadro *Os comedores de batatas* (Museu van Gogh, Amsterdã, 1885) não é a única obra de Van Gogh cujo tema é a alimentação. Proponha aos estudantes que pesquisem outros quadros do artista que têm este tema como foco. Se preferir, pesquise também outros artistas que produziram obras com essa temática. Aproveite o tema “batata” para relacionar saberes da Biologia, da Matemática e da Geografia ao destacar que se trata de um dos alimentos com maior variedade de tipos e cujo valor nutricional e energético é altíssimo.

Comente que nos Andes, região onde primeiramente era cultivada a batata, há um projeto da ONU que visa recuperar e cultivar cerca de 1 400 espécies de batata. Se julgar conveniente, proponha uma pesquisa sobre as razões dessa enorme variedade, que envolvem desde o clima, a altitude, o solo, a água, até as técnicas de plantio. Você poderá ainda discutir a industrialização de alimentos e os conhecimentos e saberes envolvidos nessa questão.

Sugestões de material audiovisual extra para o professor

Canção: “Faz três semanas”, de Noel Rosa. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=TdtB6ia8vd4>. Acesso em: mar. 2016.

Essa canção de Noel Rosa pode proporcionar um bom momento de descontração e também oportunidade para discutir a questão da fome no Brasil e

no mundo, além, é claro, de permitir aos estudantes conhecer a veia humorística de Noel Rosa, um grande compositor brasileiro.

Filme: *Quanto vale ou é por quilo?* (Brasil, 2005). Direção: Sérgio Bianchi.

O filme é uma adaptação livre do conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. Apresenta um painel de duas épocas distintas, mas semelhantes na manutenção de uma perversa dinâmica social, na qual se imbricam a corrupção impune, a violência e as enormes diferenças sociais. No século XVIII, os capitães do mato caçavam negros para vendê-los aos senhores de terra com um único objetivo: o lucro. Nos dias atuais, o chamado Terceiro Setor explora a miséria, preenchendo a ausência do Estado em atividades assistenciais, que na verdade também são fontes de muito lucro. O filme pode ser visto em: <www.youtube.com/watch?v=fZhaZdCqrHg>. A resenha pode ser encontrada em: <www.recantodasletras.com.br/resenhasde filmes/1561052>. Acessos em: mar. 2016.

Sugestões de livros para o professor

- CASTEL, Robert et al. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2000.

Nessa coletânea, é discutida a questão das desigualdades relacionadas com a erosão dos sistemas de proteção social, a vulnerabilidade das relações sociais e a intervenção estatal. No livro também se discute o quanto é problemático o uso da expressão “exclusão social”.

- DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Nesse livro, Dowbor levanta algumas possibilidades de romper com a miséria. Procura demonstrar as possíveis alternativas políticas, sociais, econômicas e culturais para que isso ocorra e destaca a indiferença de uma parcela significativa da população em relação ao problema, que assola diversos países do mundo.

- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. 3. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002.

Nesse livro, o sociólogo brasileiro Sedi Hirano apresenta os conceitos de castas, estamentos e classes sociais, formulados por Marx e Weber, de forma bem específica, e explica como foram construídos.

- IANNI, Octavio (Org.). *Teorias de estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1978.

Essa coletânea é formada por uma série de textos sobre as castas, os estamentos, as classes sociais e as condições de mudanças estruturais que geraram essas formas de desigualdade social. No livro, aparecem diversas perspectivas de análise no trato dessas questões, o que possibilita uma compreensão abrangente das múltiplas posições teóricas nas ciências sociais.

- SCALON, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Nessa coletânea, mostra-se de forma clara o que os brasileiros pensam das desigualdades, levando em conta os aspectos econômicos, políticos e institucionais. Aborda-se também o modo como eles percebem as desigualdades que estão em todos os lugares.

- SOUZA, Jessé. (Org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006; e *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

Nessas duas coletâneas, o autor e organizador, junto com outros pesquisadores, procura desenvolver uma análise crítica dos fundamentos teóricos que explicam as desigualdades no Brasil hoje. Com análises que envolvem os homens, as mulheres, as questões étnico-raciais, passando pela educação, saúde e religião, entre outras, traça um excelente panorama das desigualdades no Brasil e como elas se mantêm.

- ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Esse livro é uma coletânea com textos de vários autores que destacam as diversas dimensões da desigualdade no Brasil de hoje. Elas aparecem na miséria, na existência de tipos precários de habitação, no crime e na violência. Discute-se ainda a presença dos poderes paralelos e das redes de solidariedade.

Unidade 4 – Poder, política e Estado

Conteúdo

O poder que envolve

Capítulo 13 – Poder, Estado moderno e democracia

As primeiras formas de Estado

- Estado absolutista
- Estado liberal

As formas de Estados no século XX

- Estado soviético
- Estado fascista
- Estado de bem-estar social
- chamado Estado neoliberal

○ Estado no século XXI

Capítulo 14 – A Sociologia, o poder e a democracia

As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado

- Karl Marx
- Émile Durkheim
- Max Weber

Democracia representativa e revolução democrática

Aspectos institucionais da democracia

- Os partidos políticos
- Revolução democrática
- Alternativas?

Capítulo 15 – Poder, política e Estado no Brasil

○ Estado imperial escravista (1822-1889)

○ Estado republicano

○ Estado oligárquico (1889-1930)

A República varguista (1930-1945)

- Repressão e convencimento
- Populismo
- Permanências

República democrática entre ditaduras (1945-1964)

A ditadura civil-militar (1964-1985)

○ Estado brasileiro nos últimos anos: retorno à democracia

○ Estado neoliberal no Brasil

Estado social-desenvolvimentista

Capítulo 16 – Poder e democracia no Brasil

A luta por direitos e a participação política

- Os partidos políticos

Reflexões sobre o Estado e a democracia no Brasil

- Privatização do público
- A política do favor: clientelismo
- Nepotismo e corrupção

A despolitização e a economia como foco

Objetivo

A questão do poder e da política não se encerram no Estado, mas tem nele a sua principal figura. Por isso pretendemos, em primeiro lugar, definir o Estado moderno, ou seja, explicar os elementos essenciais que o caracterizam. Em segundo lugar, objetivamos analisar de uma perspectiva histórica as várias formas de Estado existentes. Assim podemos explicitar a ideia de que o Estado não deve ser naturalizado. A história dessa instituição depende da época e da sociedade em que se desenvolve; portanto, há várias formas de Estado.

O Brasil surgiu como país a partir do período colonial, com a presença de um Estado estruturado – no caso, o Estado absolutista português, que aqui se instalou e marcou o desenvolvimento de nossas instituições políticas. Nessa unidade, discutimos o que mudou e o que permaneceu nesse processo.

É importante, portanto, analisar historicamente a estruturação do Estado e outras formas de poder e de dominação, para que os estudantes não tenham uma ideia de imutabilidade na formação do Estado, mas percebam que essa instituição e as formas de dominação e de poder são construídas e estruturadas historicamente conforme a situação de cada país, a região, os interesses da população e dos grupos dominantes.

Ao analisar o Estado moderno e sua situação atual, a discussão sobre democracia e formas de representação virá à tona, já que a maioria dos Estados nacionais ocidentais adota mecanismos democráticos, historicamente constituídos com muitas variáveis e explicações. Explore toda essa diversidade para que os estudantes percebam que não há apenas uma forma de estruturação do poder.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto a seguir para enriquecer a discussão sobre a relação entre poder e política na sociedade capitalista.

Poder, política e dominação

Uma das determinações constitutivas da sociedade nascida como modo de produção capitalista é a divisão interna operada entre a esfera econômica das relações de produção e a esfera política do poder, separação que, ao mesmo tempo, torna legível na essência e invisível na aparência a determinação

econômica das relações sociais e a peculiaridade da dominação política como algo distinto da mera autoridade que, nas formações sociais pré-capitalistas, dissimulava-se na figura da comunidade encarnada no monarca ou no déspota. O poder moderno – que não por acaso Weber considerará racional e legal –

nasce quando se torna impossível manter a antiga identificação entre a lei e a vontade pessoal do governante, isto é, quando perde vigência a fórmula medieval “o que apraz ao rei tem força de lei” e é imperador aquele que possui a plenitude do poder não podendo ser julgado por ninguém (*a nemine iudicator*). A ruptura histórica, no plano da política, torna-se manifesta quando a origem do poder já não é encontrada numa força externa transcendente à sociedade, isto é, na vontade de Deus ou nas causas produzidas pela Natureza. A dessacralização e desnaturalização do poder, ainda que repostas pela ideologia, desvendam sua origem social e sua inscrição temporal. O processo de constituição da nova ordem histórica é um processo de divisão interna do social (e não no social) separando as práticas sociais que tendem, doravante, a aparecer como desprovidas de centro e como independentes, cada qual buscando oferecer sua própria origem, seus fundamentos e sua legitimidade. Assim, a sociedade separa-se da política, esta separa-se do jurídico que, por seu turno, separa-se do saber que, finalmente, separa-se em conhecimentos independentes. Aparecendo como despojada de centro e de um polo unificador de onde partiriam todas as práticas sociais, a nova formação social aparece como fragmentação de seu espaço e de seu tempo, fragmentação que, no entanto, é sustentada por um processo real de generalização e de unificação, qual seja o mercado ou o movimento posto pelo capital. Todavia, porque o econômico

não cessa de pôr a generalidade social pela reposição das divisões sociais, não pode aparecer como centro e cede ao político a tarefa de produzi-lo.

Separando da unidade anterior, que vinculava imediatamente dominação-exploração econômica e dominação-opressão política, a nova formação social permite perceber o surgimento do poder como polo destacado da sociedade, mas engendrado por ela mesma, encarregado de oferecer-lhe unidade e identidade para anular o efeito das divisões internas postas por ela mesma e que a impedem de ver-se como uma e idêntica a si mesma. Embora encarregado da universalidade e da generalidade sociais, entretanto, o poder não consegue efetuar-se nessa distância em que o colocou a prática social. De fato, ao localizar-se como poder do Estado, o poder, que se iniciara à distância das classes sociais pretendendo oferecer-lhes a universalidade da lei e do direito, efetua-se realmente pela particularidade de classe. A contradição entre o significado do poder – posto pelo social como polo de identificação social a partir das relações jurídicas da sociedade civil – e sua realização através do Estado – sua “queda” na particularização como poderio da classe dominante, repondo as divisões que deveria anular – um conjunto de questões que percorrem a prática e o pensamento políticos até nossos dias.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006. p. 275-277.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

O ponto de partida é saber como os estudantes percebem as relações de poder na sociedade (família, escola, clube, igreja etc.) e também como veem a presença do Estado na vida deles.

Documentos como certidão de nascimento e de casamento, carteiras de identidade e de habilitação, Cadastro de Pessoa Física (CPF), entre outros, são bons exemplos para introduzir o assunto.

O Estado está presente ainda nas manchetes dos jornais, revistas, nas notícias da TV e na internet, no cumprimento de leis (por avisos – placas e sinais – ou por coerção – força policial), em concursos públicos,

na legislação que estrutura as escolas em todos os níveis, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em números da população em geral (censos, estatísticas) etc. Todos esses elementos podem ser explorados.

Uma discussão pode ser desenvolvida com base no modo como os estudantes analisam os casos de corrupção nas estruturas estatais e como eles se comportariam se estivessem integrados ao poder público, ou seja, se fossem deputados ou senadores ou se estivessem em algum cargo governamental. Como eles se comportariam em relação aos amigos e parentes, por exemplo, se tivessem a possibilidade de ajudá-los mediante atos ilícitos?

A discussão sobre a questão da democracia é importante. Verifique o que os estudantes entendem por “ser democrático”. Parta de situações concretas da vida deles. Como seria exercida a democracia na família, na escola, no clube ou na igreja? Como eles se posicionariam se suas ideias

e propostas não fossem aceitas pela maioria num processo democrático de escolha em qualquer das situações apontadas?

Procure analisar as eleições que ocorrem de dois em dois anos no Brasil. Incentive os estudantes a utilizar as mais diversas fontes de informação (televisão, jornais, revistas e internet) para fundamentar as discussões na classe.

Um bom tema para discutir é o das relações entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) no Estado brasileiro. Qual deles tem mais poder? Qual é a base de seu poder? Discuta as funções de cada um e como eles se relacionam. Como são feitas as leis? Para quem são feitas? Quem as aprova? Quem as controla? Quem as aplica?

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Normalmente, a democracia está aliada a eleições. Simule uma eleição na classe (para deputado, senador, governador, presidente da República ou prefeito e vereadores). Peça aos estudantes que assumam o papel de candidatos, promovendo propaganda e até pequenos comícios, a eleição propriamente dita e a apuração dos votos.
2. Com base no texto das páginas 130 a 134 do livro do estudante, promova um debate com os estudantes sobre as semelhanças e diferenças entre a posição de Marx, a de Durkheim e a de Weber sobre o Estado. Para Marx, o Estado é uma organização cujos interesses são os da classe dominante na sociedade capitalista, a burguesia. Para Durkheim, é uma organização com conteúdo inerente, ou seja, os interesses coletivos. Para Weber, é uma organização sem conteúdo inerente; é apenas mais uma das muitas organizações burocráticas da sociedade. Procure deixar claro, entretanto, que as ideias desses autores não são necessariamente excludentes, mas podem se complementar.
3. Relacione as formas clássicas de Estado e demonstre que no Brasil elas sempre tiveram algumas variações. Após a independência, instalou-se no país uma monarquia com constituição outorgada e a presença do Poder Moderador. As ditaduras, tanto a de Getúlio Vargas (1937-1945) quanto a militar (1964-1985), funcionavam com constituições, ou seja, tinham aparência democrática. Você pode demonstrar, assim, que a existência de constituições e até de eleições não significa que haja liberdade e democracia.

4. A leitura do livro *O que são ditaduras*, de Arnaldo Spindel (São Paulo: Brasiliense, 1981), é uma boa oportunidade para discutir esse tema e a situação política em muitos países do mundo.

5. Apresentamos a seguir algumas propostas de pesquisa:

- Solicite aos estudantes que tragam jornais (nacionais, estaduais ou locais) para analisar os editoriais (explique que o editorial explicita o pensamento dos donos do jornal).
- Analise as posições desses veículos em relação a algum fato político, utilizando os conceitos estudados na unidade.
- Desenvolva uma pesquisa com base em entrevistas com estudantes e professores da escola ou mesmo com pessoas da comunidade próxima para saber em quem votaram nas últimas eleições. Pergunte aos eleitores se eles se lembram do candidato no qual votaram e por que o escolheram.
- Outra pesquisa que pode ser desenvolvida é sobre a ditadura e a democracia. Solicite aos estudantes que entrevistem, principalmente, pessoas mais velhas para obter informações sobre o período ditatorial (1964-1985). Havia mais tranquilidade e segurança e menos corrupção? A sociedade sofreu com a repressão e a censura? A situação política melhorou depois desse período? Oriente os estudantes a indagar o porquê de cada resposta.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 13

Nas palavras de Ianni

O neoliberalismo e o Estado neoliberal (p. 128)

Muitas pessoas dizem que, com a globalização, o Estado moderno perdeu toda a força para as grandes corporações, ou seja, para as empresas particulares. O neoliberalismo prega a liberdade para as empresas agirem da forma que quiserem, sem nenhum entrave. Será isso verdade? Será que o Estado nacional não continua sendo importante, pois, afinal, as empresas, por maiores que sejam, sempre têm de se adaptar às situações nacionais e às regras que vigoram em cada país? Ademais, quando as empresas e os bancos privados estão em dificuldades, na maioria dos casos, buscam apoio nas estruturas do

Estado. Por que eles fazem isso? O Estado moderno pode abrigar funções assistencialistas? É um bom gestor de seu patrimônio? A saída é a privatização? Promova um debate sobre essas questões.

Cenários do Estado moderno

Estado e liberdade (p. 129)

Para Karl Mannheim, o Estado é necessário para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Mas, quando se torna opressor, mediante a cobrança de impostos muito altos, a corrupção constante ou a repressão, o Estado cumpre seu papel? Qual seria sua função numa sociedade como a nossa? Como poderia a população, organizada ou não, interferir nas decisões do Estado contemporâneo? Quem está ocupando o espaço deixado por algumas ações que deveriam ser do Estado (no caso do Brasil, nas áreas da saúde, educação, transporte público, moradia etc.)? Reflita sobre isso com os estudantes.

Estado de exceção (p. 129)

Giorgio Agamben (1942-), filósofo italiano, ao analisar o Estado contemporâneo, afirma que, em nome da democracia e da segurança, estamos pouco a pouco aceitando a limitação e até a retirada de nossos direitos. Discuta com os estudantes algumas consequências disso. Depois, reflitam sobre a questão: será que uma sociedade em que os indivíduos são constantemente vigiados pode ser considerada democrática?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais são os elementos constitutivos do Estado moderno?
2. Quais são os elementos semelhantes e diferentes das diversas formas de Estado?
3. Quais as possibilidades de participar politicamente na sociedade hoje?

Capítulo 14

Nas palavras de Marx e Engels

Estado, burguesia e exploração (p. 131)

Será que continua a ter sentido a afirmação de Karl Marx de que há uma relação muito forte entre o poder da burguesia e o Estado moderno?

O Estado não tem outras funções além de preservar o poder da classe dominante? Quais são es-

sas funções, que, muitas vezes, podem contrariar os interesses dos dominantes? Analise com os estudantes, por exemplo, as políticas sociais (legislação trabalhista, programas sociais etc.) e demonstre que algumas vezes elas entram em conflito com os interesses daqueles que detêm o poder econômico na sociedade.

No Brasil, o Estado parece estar mais a serviço dos grandes grupos econômicos e dos bancos do que da maioria da população. Isso é evidenciado pela quantidade de recursos para pagamento de bancos e de grandes obras. Explique, com base na propaganda governamental, por que muitas vezes parece que o Estado favorece os desvalidos, mas na verdade acontece o contrário.

Nas palavras de Durkheim

Estado e interesses coletivos (p. 132)

Para Émile Durkheim, o Estado encerra a vontade coletiva, pois é uma das instituições-chave da sociedade. Como ele afirma no texto, é “o povo governado e seu governo juntos”. Pergunte aos estudantes se isso ocorre em nossa sociedade. Pergunte-lhes também se o Estado se preocupa com a vontade coletiva e como os governantes e funcionários públicos podem reconhecê-la.

Nas palavras de Weber

Estado e política (p. 134)

O Estado é apenas uma estrutura burocrática que serve à sociedade ou é uma estrutura burocrática que “organiza a dominação”? É ambas as coisas? Como ele pode servir à maioria ou ser utilizado por poucos para manter a dominação?

Weber afirma que o Estado tem o monopólio da violência, isto é, é o único que pode utilizar a violência legitimamente. Então, por que há tanta violência armada fora do Estado, principalmente através de empresas de segurança ou de milícias particulares? É a ausência do Estado que gera a violência ou esta é incontrolável? Discuta essas questões com os estudantes.

Nas palavras de Sousa Santos

Capitalismo e democracia (p. 138)

A democracia não é um sistema político estático. Está em constante transformação e, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, sempre sofre avanços e recuos. Neste texto ele procura demonstrar como o capitalismo não se harmoniza com um sistema onde há plena democracia e participação ativa da

população. O exemplo mais claro disso aconteceu recentemente na Grécia onde foi eleito um governo de oposição e que se propôs não aceitar as condições do sistema financeiro internacional.

Discuta com os estudantes se os poderes econômicos, em muitas sociedades, limitam a capacidade de desenvolver uma democracia de fato. Quais são os desafios à democracia efetiva no mundo de hoje e que não seja apenas através do voto? Por que as eleições que ocorrem em vários países e lugares do mundo – por exemplo, na Venezuela, na Palestina ou em Cuba – são consideradas “não democráticas” pela grande imprensa mundial? E por que outras são “democráticas”? Qual a diferença entre elas? Será que a grande imprensa representa um novo poder, além dos estruturados em torno do Estado?

Cenário do poder e da democracia

Um novo conceito de política (p. 140)

Esse texto permite propor uma discussão a respeito das novas formas de expressão política que estão surgindo em várias partes do mundo. Discuta com os estudantes as várias possibilidades de se fazer política hoje, de tal forma que eles possam pensar em várias alternativas além daquelas que envolvem os partidos políticos.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a relação entre representação política e partidos políticos?
2. Quais são as principais ameaças à credibilidade da democracia representativa atualmente?
3. Quais as possibilidades de ampliação do espaço democrático em nossa sociedade?

Texto complementar e atividade opcional

O voto dos pobres. Ontem e hoje

Nada mais século XIX do que ter medo do voto dos pobres. Nada mais século XIX, em pleno século XXI, do que conservar esse medo e pretender privá-los do direito de votar. Numa manifestação recente, uma senhora pediu que os beneficiários do Bolsa Família perdessem o direito de eleger os governantes. Essa ideia teve

alguma repercussão. É um puro balão de ensaio, que não prosperará, porque o sufrágio universal é cláusula pétrea da Constituição e uma emenda neste sentido não pode sequer ser examinada pelo Congresso. Mas vejamos o que isso significa.

O século XIX descobre a pobreza. Ela existia antes, claro, e em enorme escala. Mas é depois de 1800 que as grandes cidades, como Londres e Paris, são tomadas por pobres – gente que vem dos campos trabalhar nas fábricas ou nas casas, olhando com espanto, e depois com crescente ódio, para quem regurgita de riqueza enquanto eles passam fome. É o que a historiadora Maria Stella Bresciani chama de espetáculo da pobreza. Eles formam o que o historiador Louis Chevalier denominou “classes laboriosas, classes perigosas”: os operários ameaçariam o “*statu quo*” vigente. Havendo o sufrágio universal, a maioria de pobres poderia decidir confiscar os bens dos ricos e reparti-los entre si. Esse é o grande medo do século XIX.

Para fazer-lhe frente, a elite recorre a dois ou três expedientes. Um deles, que ora funciona, ora não, é deixar o poder executivo nas mãos de um monarca; mas isso não cabe em regimes democráticos ou semi, como o norte-americano, o britânico, o francês. Outro é ter um Senado ou Câmara Alta de espírito conservador, com membros nomeados (os Lordes ingleses, os Pares franceses) ou eleitos por um mandato mais longo, a quem caberá refrear os ímpetos da Câmara Baixa, aquela que é eleita pelo povo inteiro. E, finalmente, o voto censitário, ou seja: o direito de voto dependeria da renda ou propriedade do indivíduo. Pobres simplesmente não votariam. É célebre a resposta de Guizot, primeiro-ministro de Luís Felipe, rei da França, quando a oposição lhe pede que baixe as exigências econômicas para votar: “Enriqueçam-se”, diz ele. Ganhem mais, tenham mais, que poderão votar. No Império do Brasil, era a mesma coisa.

Quais as razões dadas para restringir o voto a quem tem posses ou renda elevadas? Entendia-se que essas pessoas seriam mais racionais. Quem vive da mão para a boca nada tem a perder, portanto, não é controlável. Essencialmente, é isso: vota quem tem a perder. Se eu sou rico, não quero políticas irresponsáveis, que poriam a perder a economia, o Estado, talvez a independência de meu país. Se sou pobre, que diferença me faz? Já tenho tão pouco que qual-

quer mudança pode ser para melhor. Exigia-se ter “bens de raiz”, sinônimo de propriedade, termo interessante: somente quem está fixado (“enraizado”) na sociedade, com bens ou rendimentos que ofereçam uma espécie de caução ao que diga ou faça, merece votar. Os outros, se votassem, não pagariam pelas consequências de seu voto.

Isso mudou por completo ao longo do século XX. O avanço da causa democrática levou as sociedades a repudiarem o voto censitário. Negar o voto aos pobres se tornou indigno. Além disso, quem deflagrou as guerras mais mortíferas do século não foram os pobres. Se a Alemanha e a Rússia imperiais rumaram para o desastre em 1914, não foi por iniciativa de seus miseráveis, mas de seus príncipes e nobres, em suma, dos mais ricos. E os pobres foram, sim, quem mais arcou com os custos dessas guerras infames. Deles saiu a maior parte dos milhões que morreram em batalha ou de fome. Mais perto de nós, a crise de 2008 não foi causada pelos pobres ou beneficiários da previdência social norte-americana. Não há base empírica para culpar os mais pobres pela adoção de políticas desastrosas.

Hoje, se alguém sugere, ainda que implicitamente, que pobres não votem, está retomando um imaginário antigo, arcaico. Na verdade, o século XX, sobretudo em sua segunda metade, mostrou que não é preciso negar aos pobres o voto para evitar que eles tomem os bens dos ricos; o circo – isto é, o imaginário do entretenimento – cumpre muito bem esse papel. Se for somado ao pão, isto é, à supressão da fome e da miséria, dificilmente os pobres se revoltarão. Isto, se eu quiser dar um argumento de esquerda. Um argumento mais moderado é: todo aquele que tem futuro – o que geralmente se chama “família” – se interessa em não o colocar em risco e, por isso, não apoia políticas irresponsáveis. É quando o trabalhador passa a ter, em vez de prole, uma família, quando sua renda se torna suficiente para viver mais tempo e criar filhos, que ele deixa de apoiar revoluções nas ruas. Daí, por sinal, que alguns radicais culpem a família por um certo conservadorismo que as classes trabalhadoras assumem.

Mas, de todo modo, é sinal de deficiência na cultura política a proposta de que perca o direito de votar quem viva de esmolas – um tema ain-

da mais antigo, porque grassou no século XVII inglês. Afinal, um Estado sempre arbitra transferências de riquezas; ele pode destiná-las aos mais ricos, como fez por milênios, ou começar a transferi-las aos mais pobres, o que é recente mas, certamente, do ponto de vista moral, não é pior.[...]

RIBEIRO, Renato Janine. *Quem tem medo dos pobres?*
Disponível em: <www.valor.com.br/politica/3189652/quem-tem-medo-dos-pobres>.
Acesso em: mar. 2016.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. Após a leitura do texto, você considera que há diferença entre os votos de um analfabeto, de um indivíduo com poucos recursos financeiros e de alguém com instrução superior e com muitos recursos financeiros?
2. Depois de ler e refletir sobre o texto, qual é o valor do seu voto?

Este texto permite a você, professor, analisar historicamente como foi possível a ampliação da participação da população nas eleições em vários momentos no Brasil e no Ocidente. Depois disso, a pergunta que fica é por que há pessoas que ainda sustentam que “pobre” não deveria votar, porque sempre “vota errado” ou porque “não tem capacidade para decidir o que é bom para todos”? Como o texto indica, este pensamento é antigo e muito conservador. Amplie a discussão e observe o que os estudantes pensam deste comportamento e o que eles pensam ser uma sociedade democrática. Procure analisar o processo histórico e de lutas que permitiram que hoje possamos ter eleições e a possibilidade de manifestar nossas opiniões sejam elas quais forem. Isso significa democracia, isto é, o dissenso e não o consenso.

Capítulo 15

Nas palavras de Toledo

Golpe contra as reformas e a democracia
(p. 149)

Os golpes foram uma constante no cenário político brasileiro. Nesse texto, Caio Navarro de Toledo, sociólogo brasileiro, procura esclarecer alguns pontos sobre as forças políticas que estiveram presentes antes e durante o golpe militar de 1964, apoiando-o ou combatendo-o.

Cenário do Estado no Brasil

Estado, capital e sociedade (p. 156)

O Estado no Brasil sempre apareceu como algo distinto da sociedade. Os representantes do povo (deputados e senadores) detêm pouco poder, pois sempre estão atrelados ao Executivo e, portanto, pouco representam. Por que isso ocorre? Levante as possíveis respostas dos estudantes e discuta com eles a relação entre o Legislativo e o Executivo.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Que características permanecem nas diversas formas de Estado no Brasil?
2. Quais foram as ditaduras que se impuseram aos brasileiros no século XX e quais são as semelhanças e diferenças entre elas?
3. Quais foram os períodos considerados democráticos na estruturação do Estado brasileiro? Identifique as semelhanças e diferenças entre eles.

Capítulo 16

Nas palavras de Rudá Ricci

A política, os partidos e os cidadãos (p. 160)

O texto desse sociólogo brasileiro permite fazer uma análise dos partidos políticos brasileiros e propor uma boa discussão sobre a representação política que eles exercem (ou deveriam exercer). Discuta com os estudantes sobre as preferências partidárias deles, se é que as possuem, e aproveite para conversar (com aqueles que já votam) sobre os critérios que usam para escolher os seus candidatos nas eleições.

Nas palavras de Garcia

Mais política dos cidadãos (p. 161)

Nesse texto, o sociólogo brasileiro Marco Aurélio Garcia procura traçar um paralelo entre a política institucionalizada e a política como atividade dos cidadãos. A partir do texto, proponha uma discussão sobre a visão dos estudantes acerca das possibilidades de uma participação política ativa no mundo de hoje. Aproveite para discutir e analisar a participação política deles nos problemas e questões relativos à própria escola. Se possível, analise com eles a relação entre a participação organizada de uma parcela da população e sua relação com os

representantes políticos na Câmara de Vereadores e nas Assembleias Legislativas. Procure questioná-los se acompanham a atuação dos seus representantes, se esses representantes comparecem nos bairros ou centros comunitários para dialogar com seus eleitores ou mesmo se mantêm um canal de comunicação com a população.

Nas palavras de Dowbor

Corrupção sistêmica (p. 164)

Este é um texto que procura demonstrar como a corrupção está enredada nas relações entre empresas, bancos e o Estado e suas instituições, e que portanto não é um processo isolado de um ou outro participante de empresas ou de membros de um ou outro governo ou mesmo membros do Legislativo ou do Judiciário. Discuta com eles as dificuldades de se reduzir este processo que corrompe todas as instituições, pois quem faz as leis é o Legislativo e quem julga é o Judiciário e muitas vezes há um conluio entre eles e também com o Executivo. E isso acontece nos vários níveis, seja municipal, estadual ou nacional. Levante a questão que para haver corrupção é necessário que haja um corruptor e um corrupto e analise com eles casos concretos. Por outro lado discuta como isso, de alguma forma, cria uma “cultura da corrupção e da impunidade”, já que a maioria das pessoas pratica “atos de corrupção” em seu cotidiano e “acha” ser “normal”. Peça aos estudantes que entrem em algum site de busca na internet e digitem: “a corrupção nas pequenas coisas” ou algo similar como “a corrupção no cotidiano”, depois promova uma discussão sobre o tema.

Cenário da política no Brasil

O poder dos bancos no Brasil (p. 166)

De que maneira os bancos exercem poder sobre o governo no Brasil? Uma das formas de pressão está relacionada à dívida interna: como o governo gasta mais do que arrecada, precisa tomar empréstimos, e para isso conta com os bancos. Mas, de acordo com o texto, os banqueiros usam outros recursos para exercer o poder, como financiar eventos para o Judiciário e manter representantes que defendem seus interesses no Executivo e no Legislativo.

Converse com os estudantes sobre o fato de que os grandes proprietários de terras e os grandes industriais ainda mantêm uma parte do poder na sociedade, mas o domínio está nas mãos do sistema financeiro.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. A participação política é um importante elemento para a consolidação da democracia. Como os cidadãos têm participado da história recente do Brasil?
2. Como os partidos políticos têm agido na história recente do Brasil? Por quê?
3. Como se configuram as relações entre sociedade e Estado no Brasil?

Texto complementar e atividade opcional

Os “ratos” e os “queijos”...

Antigamente, lá em Minas, a política era coisa séria. Havia dois partidos com nome registrado, programa de governo e tudo mais.

Mas não era isso que entusiasmava os eleitores. Eles não sabiam direito o nome do seu partido nem se interessavam pelo programa de governo. O que fazia o sangue ferver era o nome do bicho e correlatos por que seu partido era conhecido. Em Lavras, os partidos eram os “Gaviões” e as “Rolinhas”. Em Dolores da Boa Esperança, onde nasci, eram os “Ratos” e os “Queijos”. Os nomes diziam tudo. Ratos querem mesmo é comer o queijo. E o queijo quer mesmo é se colocar de isca na ratoeira para pegar o rato.

[...]

Como já disse, os eleitores nada sabiam dos programas de governo nem prestavam atenção nas promessas que eram feitas pelos chefões. Sua relação com seus partidos não era ideológica.

Nada tinha a ver com a inteligência. Eles já sabiam que política não se faz com razão. Ganha não é quem tem razão. Ganha quem provoca mais paixão. O entusiasmo que tomava conta deles era igualzinho ao entusiasmo que toma conta do torcedor no campo. [...] O que provoca o entusiasmo não é o jogador. Jogadores são mercenários. Se o Real Madrid oferecer um contrato vantajoso, eles dizem adeus ao Brasil e se mandam para a Espanha. Tudo isso é esquecido quando o jogador entra em campo vestindo a camisa do seu time. Onde vem o entusiasmo?

O entusiasmo vem do nome do time, vem da bandeira do time, vem da camisa do time, vem do barulhão da torcida. E quando o time ganha o campeonato é aquela euforia, buzinação, foguetório, provocações.

Naqueles tempos o entusiasmo não vinha nem da ideologia nem do caráter dos coronéis.

O que fazia o sangue ferver era o símbolo: “Eu sou Rato”, “Eu sou Queijo”.

Corria o boato de que coronel Sigismundo, fazendeiro, chefe dos “Ratos”, usava jagunços para matar seus desafetos. Não surtia efeito. Era mentira deslavada dos “Queijos”. Corria o boato de que o doutor Alberto, médico rico, chefe dos “Queijos”, praticava a agiotagem. Mentira deslavada dos “Ratos”. Os chefões, na cabeça dos eleitores, eram semideuses, padrinhos, sempre inocentes. O que dava o entusiasmo era o campeonato. Quem ganharia? Os “Ratos” ou os “Queijos”? Quem ganhasse a eleição seria o campeão, dono do poder, nomeações dos afilhados, até a próxima...

Mais de oitenta anos se passaram. Os nomes são outros. Mas nada mudou. Política é a mesma paixão pelo futebol decidindo o destino do país.

Os torcedores se preparam para a finalíssima entre os “Ratos” e os “Queijos”. É como era na cidadezinha de Dolores da Boa Esperança, onde nasci 73 anos atrás...

ALVES, Rubem. Os “ratos” e os “queijos”... *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19 set. 2006. Cotidiano, p. C2. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1909200607.htm>. Acesso em: mar. 2016.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. É possível comparar a política do interior de Minas Gerais de tempos atrás com o que acontece no Brasil de hoje? Por quê?
2. O autor afirma que nada mudou nos últimos 80 anos. Será que os partidos, o sistema eleitoral, as disputas e o cenário político permanecem semelhantes? O que mudou e o que não mudou durante esse período? Procure citar exemplos.

Analise esse texto com os estudantes e verifique se eles concordam com o autor. Pergunte as razões para o “sim” e para o “não”. Será que é possível interpretar a realidade com base em apenas duas posições?

Procure, por meio do texto, discutir com eles o fato de que a realidade sempre é complexa e as posições políticas de muitos indivíduos e partidos podem alterar-se de tempos em tempos.

Outra questão a ressaltar é a fidelidade partidária. Muitos políticos trocam de partido de acordo com a conveniência, muitas vezes desrespeitando ideologias e posições políticas. Por que alguns políticos mudam tanto de partido? Como isso afeta a democracia?

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

O analfabeto político (p. 168)

Existem muitas formas de analfabetismo. Uma delas é o analfabetismo político, expresso nas ideias: “política é uma coisa suja”, “eu não entendo de política” ou “eu não me meto em política”.

Discuta com os estudantes, com base no texto de Bertolt Brecht, as possibilidades de fazer política. Adianta simplesmente desqualificar os políticos e governantes? Não vale mais a pena questionar e participar? Analise as possibilidades de participação dos estudantes nas reivindicações de melhoria na própria escola.

Democracia e voto (p. 168)

Organize uma discussão sobre a tirinha reproduzida nessa página. Com base nas questões levantadas, discuta com os estudantes se o voto é a única alternativa para fazer política e se a democracia se resume a um processo eleitoral. Quais são as limitações de uma democracia baseada somente no voto? O que é necessário para que a população participe mais ativamente das decisões governamentais?

Destaque a presença do etnocentrismo nas tentativas de impor um modelo político para povos e nações que tenham diferentes conceitos de poder e representatividade, tomando como exemplo os países árabes.

Para pesquisar

Com base no resultado da pesquisa proposta, analise com os estudantes os partidos políticos brasileiros. Explique a trajetória dos mais importantes

(tome como referência as últimas eleições e veja quais foram os mais votados para a Câmara dos Deputados). Depois, procure confrontar as ideias com a prática dos partidos.

Conexão de saberes

Monopólio do uso legítimo da violência

Como vimos nesta unidade, Max Weber afirma que o Estado é “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o **monopólio do uso legítimo da força física em um determinado território**”. O Estado persegue, portanto, o uso legítimo da violência.

A partir disso procure analisar quais são os mecanismos sociais e os equipamentos que o Estado utiliza para cumprir esse papel.

Além dos meios de comunicação e das leis em vários níveis, há também um sistema de informação que sempre utiliza equipamentos variados. Assim, o Estado utiliza uma série de equipamentos, muitos extremamente sofisticados para manter a ordem pública.

Aviões, tanques, carros blindados, armas (letais e não letais – revólveres e espingardas – munições, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, gás pimenta, escudos, roupas especiais, produtos químicos), enfim, tantos objetos e substâncias (Química e Física) que podem atingir outros artefatos ou pessoas (Biologia), cálculos, mapas (Geografia) comportamentos da população atingida, bem como a ação de policiais (Psicologia social) etc. Além disso, há também o uso de câmeras de vigilância, computadores e centrais de dados e sistemas de comunicação interna e externa que exigem outros tantos conhecimentos.

Recomendamos, portanto, que essa atividade componha um trabalho interdisciplinar ou – por que não? – possa ser tema de uma jornada especial ou uma feira de Ciências na escola.

Sugestões de material audiovisual extra para o professor

Vídeo: *Controle através da vigilância*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=gCAMWv0WB1Y>. Acesso em: mar. 2016.

Esse vídeo pode ser utilizado para discutir a vigilância a que somos submetidos cotidianamente

e que muitas vezes nem percebemos, funcionando como uma forma de controle constante.

Vídeo: *Regime Militar*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Gqn5QRKYK-4>. Acesso em: mar. 2016.

Esse vídeo faz uma breve retrospectiva da última ditadura militar brasileira (1964-1985) pelo historiador brasileiro Boris Fausto. Mostra uma perspectiva básica para se entender o processo ditatorial no período.

Vídeo: *O Cerco – A Democracia nas Malhas do Neoliberalismo*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=gxUM_xvXpTQ>. Acesso em: mar. 2016.

Neste documentário em francês com legenda em português há uma explanação muito clara sobre o que é o neoliberalismo e como ele significa uma ameaça clara à democracia.

Filme: *O capital* (França, 2013). Direção: Costa-Gavras. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=xL8hXYGg8mA>. Acesso em: mar. 2016.

Através desse filme, o diretor procura deixar claro como funciona o sistema financeiro mundial e quais são os seus verdadeiros objetivos.

Filme: *A grande aposta* (EUA, 2016). Direção: Adam McKay.

Com base no livro homônimo de Michael Lewis, o diretor analisa a ação do sistema financeiro durante a crise financeira de 2008 nos EUA e as consequências para a população. Uma resenha do filme pode ser encontrada em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/o-filme-a-grande-aposta-e-a-ganancia-na-crise-financiera-de-2008>>. Acesso em: mar. 2016.

Sugestões de livros para o professor

- BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1994.

Nesse livro, Bellamy analisa o liberalismo desde os clássicos, passando pelos sociólogos Émile Durkheim e Max Weber e detalhando o contexto histórico na França, na Inglaterra, na Itália e na Alemanha. Essa é uma importante obra para entender o liberalismo na prática.

- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1986.

O autor destaca de forma crítica os diferentes enfoques sobre o Estado, segundo as várias teorias que dominam a reflexão política. Diferentes concepções de Estado, às vezes, são encontradas em uma mesma teoria.

- CHÂTELET, François; KOUCHNER, E. Pisier. *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Esse livro, bastante denso, oferece uma boa visão sobre os principais pensadores da atualidade e suas teorias políticas.

- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Com texto de fácil leitura, Luciano Gruppi discute e contextualiza o pensamento político dos principais teóricos desde Maquiavel.

- LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1975.

Apesar de esgotado nas livrarias, é importante indicar esse livro, que pode ser encontrado em sebos. Harold Laski, um liberal convicto, expõe os elementos básicos do pensamento liberal, úteis para a compreensão das ideias de liberdade e igualdade desenvolvidas pelo liberalismo.

- LAURELL, Ana Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cedec/Cortez, 1995.

Nessa coletânea de artigos, vários autores discutem o Estado de bem-estar social, sua crise e as críticas a ele.

- POULANTZAS, Nicos (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Nessa coletânea, vários autores discutem o Estado no mundo capitalista contemporâneo e suas transformações ao longo da segunda metade do século XX. Recomendamos especialmente a primeira parte do livro.

- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

Os militares participaram ativamente do processo político latino-americano. Rouquié discute esse fenômeno e a diversidade das formas que assumiu no Brasil e nos demais países da América Latina. Recomendamos especialmente os capítulos 3, 4, 5, 8, 9 e 10.

- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007; e *Pós-neoliberalismo II*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Essas coletâneas são um excelente balanço, feito por intelectuais brasileiros e estrangeiros, das consequências do neoliberalismo e dos perigos que a democracia e os direitos básicos dos cidadãos podem correr.

Unidade 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais

Conteúdo

O direito a ter direitos

Capítulo 17 – Direitos e cidadania

Direitos para todos?

Todos nascem livres e iguais... mas nem tanto

Direitos civis, políticos e sociais

Cidadania hoje

Cidadania formal e cidadania real

Capítulo 18 – Os movimentos sociais

Confrontos e parcerias

O recurso da greve

Os movimentos sociais contemporâneos

O movimento ambiental

O movimento feminista

Movimentos dos indignados

Capítulo 19 – Direitos e cidadania no Brasil

Uma sociedade com direitos para poucos

A cidadania regulada

Os direitos cassados e a volta da cidadania

Cidadania hoje

Capítulo 20 – Os movimentos sociais no Brasil

Movimentos dos povos indígenas

A presença/ausência do Estado

Movimentos indígenas recentes

Movimento negro

Movimentos dos escravos africanos

O movimento abolicionista

O movimento negro após a abolição

Organizações recentes do movimento negro

Movimentos sociais rurais

Movimentos messiânicos: Canudos e Contestado

Outros movimentos sociais rurais

Movimentos e organizações rurais recentes

Movimentos sociais urbanos

Movimentos sociais urbanos recentes

Movimentos culturais

Hip-hop

Movimentos ligados ao mundo do trabalho

Movimentos trabalhistas recentes

Movimentos civis e militares

Revolta da Armada e Revolta da Chibata

Movimentos tenentistas

Movimentos políticos e golpes militares

Movimentos contra a ditadura civil-militar (1964 a 1985)

Movimentos sociais contra as discriminações

Movimento das mulheres pelas mulheres

Movimentos LGBT

Movimentos sociais recentes: politização e despolitização

Movimentos conservadores

Do vertical ao horizontal

Objetivo

Nosso objetivo nessa unidade é possibilitar aos estudantes uma visão geral e introdutória dos temas relativos aos direitos, à cidadania e aos movimentos sociais, que estão interligados. Inicialmente, eles entrarão em contato com a questão dos direitos e sua relação com a cidadania. É necessário que isso seja feito de acordo com o contexto histórico, ou seja, que os estudantes compreendam que os direitos foram conquistados gradativamente e, dessa maneira, estruturou-se a cidadania. A análise histórica desse processo é fundamental para que os estudantes percebam que muitas pessoas lutaram para conquistar vários direitos que estão incorporados ao dia a dia de todos e são garantidos por lei.

Esclareça a eles que não adianta apenas haver leis para os direitos e a cidadania se efetivarem; é necessário que eles sejam exigidos e exercidos em plenitude. Só assim passam a valer de fato. Isso nos leva a outro assunto: os movimentos sociais que lutam por direitos individuais, sociais, civis ou políticos. Os movimentos não nascem sem uma causa. É necessário saber como se constituíram e como se organizaram e conhecer os ideais e projetos que os movem.

Finalmente, analisamos o desenvolvimento dos direitos, da cidadania e dos movimentos sociais no Brasil desde o período colonial. O exame desses movimentos ajuda a desmitificar a ideia de que o brasileiro é passivo, não luta por seus direitos.

Uma observação importante: procure analisar todas as questões que envolvem os direitos, a cidadania e os movimentos sociais com base nos conceitos e ideias desenvolvidos no livro, com auxílio das referências bibliográficas, para que fiquem claras as possibilidades de análise sociológica desses fenômenos sociais.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto a seguir, que poderá auxiliá-lo na discussão sobre os movimentos sociais e seus elementos constitutivos. Aproveite todos os elementos elencados para, junto com os estudantes, analisar algum movimento social recente.

Proposta para a análise dos movimentos sociais

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo.

Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. [...] A seguir buscaremos elucidar melhor este longo roteiro.

As demandas e os repertórios da ação coletiva de um movimento: para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos.

A luta contra as desigualdades no tratamento das pessoas em relação a cor, raça, nacionalidade, religião, idade, sexo etc. situa-se no plano do simbólico, dos valores sociais existentes.

O triunfo maior destas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinem relações sociais existentes. O triunfo de uma carência material é a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não.

[...]

A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. A origem social é dada pelas classes e camadas que delas participam. Usualmente sempre temos a presença de alianças, entre setores das camadas médias e as classes populares ou em outras formas. Entretanto, reiteramos, decididamente, a partir de exemplos históricos, que podemos ter movimentos sociais a partir de setores das elites, das classes dominantes, isto é, seja qual for o paradigma teórico-metodológico que se adote, há sempre movimentos sociais dos dominantes e dos dominados. Esta forma de abordagem permite enxergar vários movimentos sociais na história de um país que resultaram em várias revoltas militares, por exemplo.

[...]

O princípio articulatório interno de um movimento se dá a partir de três elementos fundamentais que entram em sua composição: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. Usualmente os dois primeiros elementos são nativos, naturais ou internos aos movimentos. São os demandatários. O terceiro elemento é externo, agrega-se ao movimento em algumas de suas etapas. Dependendo do tempo de articulação, a assessoria terá mais ou me-

nos força dentro do movimento; também poderá ser parte de sua gênese constitutiva.

[...]

A força social é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola, pela análise de suas redes e articulações, ou seja, de seus princípios articulatórios interno e externo. As relações dos movimentos com o conjunto dos atores sociais [...] explicam a natureza da força social naquele cenário.

Na análise de um movimento ela deve ser avaliada em termos de contribuição para o processo de mudança social – avanços ou retrocessos – a partir da participação/contribuição dos repertórios de ações coletivas do movimento ou dos movimentos, nos ciclos de protesto que construíram em certos períodos históricos. [...]

A ideologia de um movimento corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. As assessorias têm tido, no Brasil atual, grande importância na constituição das ideologias dos movimentos. Instrumentos difusos de desigualdade consolidaram-se em reivindicações de direitos a partir da atuação das assessorias jurídicas ou ético-religiosas, na onda de movimentos sociais populares urbanos que assolaram o país nas décadas de 70 e 80. As ideologias são marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos. [...]

A cultura política se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas.

É algo vivo e operante. Ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano. O conjunto das práticas sociais, informadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera sua cultura política. [...]

A organização de um movimento pode ser formal ou informal. Usualmente, nas etapas iniciais, existe uma organização informal. Com o tempo a necessidade de formalização se impõe, com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempo de mandato etc. [...]

As práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas. Estas últimas ocorrem em função de acontecimentos do tipo explosão de massa, como os quebra-quebras. As práticas organizadas podem ser formais: reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou

encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembleia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública.

[...]

O projeto sociopolítico ou cultural de um movimento social é uma questão polêmica. Alguns autores atribuem a morte de um movimento social ao fato de não possuir um projeto. Discordamos desta posição, porque sempre existe um projeto, sob a forma de uma visão de mundo, entre as assessorias ou as lideranças que dão sentido e direção ao movimento. Sempre existe um paradigma ideológico, construído fora do movimento, a alimentar a sua atuação.

[...]

A identidade dos movimentos decorre de seus projetos. Diferentemente do paradigma dos Novos Movimentos Sociais, não consideramos a identidade apenas como fruto das representações que o movimento gera ou constrói, para si mesmo ou para os outros. A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. A identidade se firma no processo interativo, nas articulações. Ela confere caráter progressista ou conservador aos movimentos.

[...]

É importante analisar o cenário sociopolítico em que o movimento se desenvolve por ser ele quem for-

nece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes.

[...]

Os opositores de um movimento social são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado. Não necessariamente estes opositores são antagônicos aos movimentos. [...] Não se trata de ser contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle do bem demandado. Trata-se de se opor àqueles sujeitos, no que se refere exclusivamente ao bem demandado. Por isso a negociação, a troca e a barganha estão sempre presentes no processo. [...]

As conquistas e derrotas de um movimento são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos. Estão intimamente associadas a questões de natureza interna (tipo de articulação, forma de condução do movimento, tipo de relação entre base-assessoria-liderança etc.) e às questões externas, de ordem da conjuntura política e socioeconômica do país. Usualmente podemos pensar que as conquistas fortalecem um movimento. Mas nem sempre isso é verdadeiro, pois, em vários casos, o que ocorre é uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização. Também temos registros de casos em que a derrota serviu de elemento revitalizador de energias ao movimento, criando condições para o seu crescimento.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 255-263.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Como nas outras unidades, parta do conhecimento e da percepção dos estudantes sobre os direitos, a cidadania e os movimentos sociais. Organize pequenos grupos e solicite-lhes que, no final de uma aula, deixem por escrito o que pensam. Sabendo o que eles pensam sobre esses temas, você terá em mãos um material muito bom para desenvolver as futuras aulas.

Trabalhe com os documentos gerais que garantem os direitos humanos. Procure na Constituição brasileira a seção que trata dos direitos fundamentais do cidadão. É importante perceber que tal se-

ção está no início da Carta, antes dos artigos sobre a organização do Estado brasileiro, ou seja, os direitos são superiores ao Estado. Peça aos estudantes que leiam a Constituição e verifique o que eles pensam sobre os artigos fundamentais.

A leitura do artigo *Nota crítica sobre a cidadania no Brasil*, de Josué Pereira da Silva (disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/29>, acesso em: mar. 2016), servirá para fazer uma revisão de trabalhos de vários sociólogos brasileiros sobre o tema.

Como boa parte dos estudantes ainda não deve ter 18 anos, procure analisar com eles o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta os direitos de quem tem menos de 18 anos e também de seus responsáveis. Esse texto está disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: mar. 2016.

Você pode convidar pessoas que conheçam bem os direitos expressos na Constituição ou no ECA para fazer palestras e, assim, motivar os estudantes a entender o assunto.

Para abordar os movimentos sociais, converse com os estudantes sobre a greve, presente nas diferentes sociedades modernas desde o século XIX. Por que a greve é o principal instrumento para reivindicações dos trabalhadores?

Deve ficar claro para eles que os movimentos sociais não lutam apenas por interesses e atendimento de necessidades. Lutam também por reconhecimento individual e social. Analise com a classe alguns movimentos que unem interesses e reconhecimento. Um exemplo é o movimento feminista, mas existem outros: negro, indígena, de grupos marginalizados na sociedade (dos sem-teto, dos idosos, do LGBT etc.). Sempre que analisar um movimento social, relacione-o com a questão da cidadania e com os direitos (antigos ou novos). Não se esqueça de estabelecer a ligação do assunto com o contexto econômico, social, político e cultural que o envolve e a perspectiva de mudança ou manutenção do *status quo* que ele apresenta.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Partir da experiência e do conhecimento dos estudantes sobre os três temas da unidade é muito importante. Verifique se algum estudante, parente, amigo ou conhecido já teve seus direitos negados ou foi impedido de exercê-los ou se participou de algum movimento. Analise com os estudantes as experiências relatadas.
2. Convidar líderes ou participantes de algum movimento social para contar suas experiências é interessante e aviva a discussão. Essa é uma forma de tornar mais palpável o assunto.
3. Se houver algum movimento social em evidência no momento em que estiver tratando da unidade, procure analisar com os estudantes todas as dimensões dele, utilizando as mais diversas fontes de informação, mas principalmente o texto de apoio teórico. Se preferir, trabalhe com movimentos sociais sugeridos pelos próprios estudantes.
4. Ao discutir os movimentos sociais, procure deixar claro que eles atuam em muitos países do mundo. Você pode relacionar movimentos do mesmo tipo em lugares distintos (examine, por exemplo, o que há de comum e de diverso entre o movimento da classe operária no Brasil e o organizado em outro país).

5. Existem movimentos sociais que são pluriclassistas, como o feminista e o ambientalista. Discuta com os estudantes as peculiaridades de cada um e as diferenças entre eles e o movimento operário.
6. Em relação ao movimento ambientalista, pode não haver muita divergência, mas procure explorar o modo de vida dos estudantes e como eles contribuem para agravar os problemas ambientais ou para resolvê-los. Discuta com eles a presença crescente de automóveis, as embalagens descartáveis, o lixo em demasia, os materiais recicláveis mal aproveitados etc. Converse com os estudantes sobre a ideia de deixar de consumir determinados produtos para evitar a formação desnecessária de lixo.
7. Verifique a possibilidade de a classe visitar uma associação de moradores, um sindicato ou qualquer outro movimento social. Os estudantes podem entrevistar os líderes de tais organizações a fim de tomar conhecimento das dificuldades encontradas para atingir os objetivos propostos.
8. Realize com os estudantes uma pesquisa de opinião. Peça a eles que entrevistem pessoas, na escola ou fora dela, perguntando-lhes o significado da expressão "cidadania". Depois, discutam as respostas obtidas.
9. Outra pesquisa pode ser feita sobre greves nos serviços públicos (transporte, saúde, educação etc.). Os estudantes podem fazer as seguintes perguntas aos entrevistados: os trabalhadores nos serviços públicos podem ou não fazer greve? Como as greves de servidores públicos prejudicam a população em geral e a mais pobre particularmente? Coletadas as respostas, analise-as com os estudantes.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 17

Nas palavras de Marshall

Cidadania e classe social (p. 178)

Nesse texto, escrito na década de 1960, Marshall levanta a questão da constituição da cidadania e a desigualdade das classes sociais. Discuta com os estudantes as seguintes questões a respeito: naquela época, já havia preocupação com esse problema? Será que hoje ele seria ainda mais relevante? De acordo com o autor, cidadania e classe social estão em guerra? Ou seja, é possível haver direitos iguais para todos na sociedade capitalista? Pelo fato de a

sociedade capitalista ser constitutivamente excluída, sempre haverá grande parcela da população sem seus direitos efetivados, mesmo que estejam presentes na legislação vigente?

Nas palavras de Bobbio

Os direitos são históricos (p. 180)

O texto do pensador italiano Norberto Bobbio (1909-2004) procura demonstrar como cada direito conquistado tem uma história e está inserido num contexto histórico mais amplo. Analise com os estudantes esse processo e procure mostrar a eles que os direitos são postos em discussão à medida que as questões sociais envolvidas vão aparecendo e os indivíduos e grupos vão tomando consciência dos problemas relacionados.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Os direitos humanos são universais ou apenas existem nas leis, mas não são efetivos para todos?
2. As declarações sobre direitos humanos elaboradas principalmente na Europa e nos Estados Unidos são válidas para outras sociedades, como as árabes e orientais?
3. Qual é a relação entre direitos e cidadania?
4. Pode haver cidadania plena onde existem desigualdades gritantes?

Cenário dos direitos e da cidadania

Restrição civil é paradoxo de guerra ao terror (p. 181)

As sociedades nos Estados Unidos da América e na Europa têm sofrido desde o início do século XXI uma série de atentados terroristas e por isso tomaram diversas medidas judiciais para impedir ou diminuir os riscos de novos atentados. Entre essas medidas, algumas ferem direitos civis, como a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito à privacidade, entre outros. Além disso, os aparatos jurídicos e repressivos, ao serem utilizados por juizes e policiais, podem cometer abusos na sua aplicação, como ocorreu com o brasileiro Jean Charles de Menezes que foi morto pela Scotland Yard em Londres como se fosse um terrorista. Esses direitos são patrimônio da humanidade, pois foram historicamente conquistados, mas em nome da segurança eles podem ser eliminados.

Procure responder com os estudantes as questões existentes no livro e através das possíveis respostas poderá desenvolver um bom debate, além de ser uma oportunidade para uma avaliação sobre o tema. Além disso, recupere o texto “Estado de exceção” da seção **Cenário** do capítulo 13 para fazer uma relação entre os dois temas.

Capítulo 18

Nas palavras de Durkheim

A questão social (p. 184)

Para Durkheim, a questão social está relacionada com a questão moral. Esta deve ser entendida como um sistema de leis, valores e princípios socialmente aceitos e estabelecidos pela sociedade. Nesse texto, ele questiona a afirmação de Marx de acordo com a qual a questão social é decorrente da existência das classes na sociedade capitalista e não pode ser resolvida sem que haja uma mudança estrutural.

Discuta com os estudantes a ideia da convergência social, constantemente proposta em momentos de agitação e crise. As crises seriam resolvidas se todas as partes envolvidas se alinhassem em torno dos mesmos valores e ideias? Isso seria viável?

Cenário de movimentos sociais

Os verdadeiros terroristas (p. 190)

A psicanalista brasileira, Maria Rita Kehl, neste texto procura demonstrar que não há nenhuma necessidade de uma lei antiterror. Somos uma das poucas democracias do mundo que não possuem uma lei antiterrorismo. A nossa Constituição já considera a prática desse tipo de crime inafiançável, além de o Brasil ser signatário de tratados internacionais, que têm força de lei internamente, que julgam o terrorismo como crime contra a humanidade, portanto imprescritível.

Além disso, a autora, ao lembrar o que aconteceu no período da ditadura civil-militar (1964-1985), levanta a questão sobre o terrorismo de Estado, ou seja, quando os aparatos repressivos utilizaram de todos os expedientes comparáveis aos terroristas de hoje, inclusive utilizando bombas. Esse é um bom momento para se discutir novamente a questão das liberdades individuais e sociais, pois uma lei desse tipo poderia ser utilizada contra os movimentos sociais que promovem muitas manifestações que não são do agrado dos governantes.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais são as principais características dos movimentos sociais? Eles visam sempre às mudanças sociais ou existem movimentos a favor de que tudo fique como está?
2. Por que a greve é um dos principais meios disponíveis aos trabalhadores para fazerem valer seus direitos?
3. Quais são as semelhanças e diferenças entre os diversos movimentos sociais: feminista, ambientalista e outros que você conhece?

Capítulo 19

Cenários dos direitos e da cidadania no Brasil

Democracia, educação e cidadania (p. 195)

O texto de Florestan Fernandes, de 1966, parece ter sido escrito recentemente. Por que é tão atual? O que houve na área da educação nos últimos 50 anos? Houve avanços ou está pior? Por que isso aconteceu? Esse texto permite discutir a ideia, defendida por muitas pessoas, de que garantir acesso à educação para a população em geral é “ensiná-la a ler e a escrever”. Existe a possibilidade de elevar a qualidade da formação dos jovens, para que estes se tornem cidadãos conscientes?

Você e os estudantes podem analisar a qualidade do ensino superior no Brasil e o motivo pelo qual 70% das vagas em universidades são oferecidas por escolas particulares. Há diferenças de qualidade entre as instituições do ensino público e do ensino privado?

Estranho no paraíso (p. 195)

O direito de ir e vir, bem como o de ficar onde se quer nos espaços públicos, é fundamental em todos os países democráticos e define a possibilidade de ser cidadão. Por que as pessoas que vivem nas ruas e nas praças são privadas desse e de outros direitos?

Se for possível, combine com os estudantes uma visita a alguma instituição de assistência social para que eles entrem em contato com a realidade dos marginalizados.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Por que os direitos humanos (civis, políticos e sociais) foram, de alguma maneira, restritos no Brasil em vários períodos?
2. Pode-se afirmar que há vigência plena dos direitos humanos no Brasil? Quais são os argumentos para uma resposta afirmativa ou negativa?

Capítulo 20

Nas palavras de Yanomami

Os brancos e nós (p. 198)

Este é mais um texto de um indígena brasileiro, Davi Kopenawa Yanomami (1956-), que deixa claro como a história brasileira não leva em conta esses povos e o que eles dizem e escrevem. Mostra claramente como a visão deles é diferente da nossa, os chamados “civilizados”. Com os estudantes, procure saber quem ele é e o que tem feito pelo seu povo e o muito que tem para nos ensinar.

Aproveite a pesquisa e procure conhecer outros representantes dos povos indígenas brasileiros, como Ailton Krenak (1953-) e Daniel Munduruku (1965-), que escrevem e lutam pelos direitos desses povos.

Nas palavras de Nascimento

O quilombismo (p. 201)

Abdias Nascimento (1914-2011) foi de tudo um pouco (poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político), mas é mais conhecido como um dos líderes da luta pelos direitos civis e humanos das populações negras, principalmente no Brasil. Nesse texto ele procura esclarecer o porquê da luta pelos direitos dos negros no Brasil demonstrando historicamente como as populações negras foram e são discriminadas. Além disso, questiona a ideia de que no Brasil há uma “democracia racial”. Aproveite a oportunidade para discutir essa questão que ainda permanece no imaginário brasileiro procurando desconstruí-la e evidenciar que ainda existe um preconceito contra o negro, presente no cotidiano das relações sociais brasileiras.

Uma pesquisa pode ser desenvolvida para se conhecer o que significa “quilombismo”, expressão criada por Abdias Nascimento, e todas as suas implicações políticas.

Nas palavras de Gohn

Os movimentos sociais e as transformações recentes (p. 219)

Este texto da socióloga brasileira Maria Amélia Gohn, além de fazer uma pequena trajetória dos movimentos sociais mais recentes no Brasil, procura colocar em discussão a questão das utopias que envolvem os movimentos sociais. Esta é uma boa oportunidade para se discutir essa questão, porque se encontram vozes de que não há mais utopia no mundo de hoje e que é por isso que se pensa somente no aqui e agora.

Desenvolva uma pesquisa sobre o que é utopia e suas várias formas e expressões desde que Thomas Morus escreveu o livro chamado *Utopia*.

Cenário dos movimentos sociais no Brasil

A ocupação nos libertou (p. 220)

O movimento pela ocupação das escolas no estado de São Paulo ocorreu contra uma política governamental que pretendia “reorganizar” a estrutura escolar, o que significaria fechar escolas e remanejar professores e estudantes, isso tudo em nome da maior eficiência do sistema.

O depoimento de uma aluna é precioso para se entender que os nossos estudantes do ensino médio não são passivos nem “cabeças vazias”. Aproveite para pesquisar com os estudantes as várias versões existentes sobre esse movimento e também para ver se os textos teóricos conseguem explicá-lo.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Que outras saídas, numa sociedade democrática, são desejadas para a resolução de conflitos no lugar da ação violenta dos aparatos policiais? Por que, afinal, a polícia é sempre a primeira a ser chamada nos casos em que é necessário calar os protestos? O que você pensa a esse respeito?

Textos complementares e atividades opcionais

Movimentos sociais fazem protesto em defesa da democracia no Pará

[...]

Movimentos sociais e centrais sindicais realizaram um protesto em Belém nesta quinta-feira (20/8/2015). Liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), o grupo fez um ato em frente ao Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti, fechado desde que a central de ar provocou um incêndio no bloco cirúrgico no dia 25 de junho. [...]

De acordo com a organização, cerca de 400 pessoas participaram do evento. A Polícia Militar não realizou estimativa de público. Após o ato, os manifestantes marcharam pelas avenidas 14 de março, Bernaldo Couto, Nazaré e Magalhães Barata, onde se reuniram em frente à caixa d’água da Cosanpa, no bairro de São Braz, para novos pronunciamentos. O protesto ocorreu de forma pacífica e se encerrou por volta de 13h.

A manifestação faz parte de uma programação nacional. De acordo com a CUT, o protesto teve como objetivo cobrar do governo federal a manutenção de direitos trabalhistas perante a crise, e se posiciona contrário à saída da presidente Dilma. “O nosso ato é em apoio à democracia, e não em defesa ou crítica ao governo atual. Nós, trabalhadores de movimentos sociais, lutamos pela conquista da democracia”, disse Martinho Souza, presidente da CUT no Pará.

[...]

Pauta regional

No Pará, o protesto tem como pauta regional a melhoria dos serviços públicos, especialmente no que diz respeito ao atendimento à saúde. “Nossa cidade está em abandono. Prestes a completar 400 anos, nenhum dos S – segurança, saúde, saneamento – foi cumprido pelo governo municipal ou estadual. Então integramos nossa pauta regional ao protesto”, explica Fonteles.

“É importante denunciar as mazelas locais. Falamos muito do cenário nacional, mas aqui há uma crise profunda. Os professores sofrem retaliação pela greve, e alunos estudam em escolas sem estrutura”, afirma Souza.

Movimentos sociais

Além de centrais de trabalhadores, o protesto tem a participação de movimentos sociais, como o Fórum de Mulheres da Amazônia. “Nós mulheres lutamos por políticas públicas, e a Marcha das Margaridas conseguiu reunir milhares de nós. Pautamos diversas necessidades das mulheres, e aqui em Belém a saúde não atende a mulher como deveria. Falta o mínimo.”, disse a militante Luiza Helena. [...]

Movimentos sociais fazem protesto em defesa da democracia no Pará.

Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/08/movimentos-sociais-fazem-protesto-em-defesa-da-democracia-no-para.htm>>.
Acesso em: dez. 2015.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. Há uma máxima na Antropologia que afirma ser importante agir **localmente** e pensar **globalmente**. Os protestos, como descritos no texto, incorporam bem essa ideia. O que você pensa sobre isto: **o local e o global interagindo?**

Este texto é uma notícia de um evento que ocorreu no Pará e pode ser um bom momento para analisar com os estudantes como uma organização nacional (CUT) igual a tantas outras desenvolve manifestações através de suas ramificações regionais e locais. Mas é também a oportunidade para se pensar que estes movimentos não ficam apenas em uma ou outra reivindicação específica, mas envolvem outras tantas, de caráter mais geral, pela conquista da democracia, pela melhoria dos serviços públicos e a luta das mulheres.

Analise com os estudantes outros movimentos que possuem pautas diversificadas, sejam nacionais, regionais ou locais, pois, afinal, lutar pela democracia é lutar também para que os poderes públicos atuem no sentido de beneficiar a maioria da população.

Relato da violência

A seguir, transcrevemos o relato do que aconteceu feito pelo diretor do SEESP, Newton Guenaga Filho, que estava no local apoiando o movimento:

“Cheguei às 6h30. Não pude parar no estacionamento da empresa porque estava fechado. Parei o carro na calçada da praça onde ficam

as bandeiras. Observei que tinha a presença da Polícia Militar normal com três viaturas e um pequeno pelotão de PMs na portaria 1. Os trabalhadores estavam descendo de forma pacífica e ordeira, e se concentrando na região das árvores. Ninguém estava entrando. Foi aí que, de repente, pela portaria 2 da Usiminas saem de dentro da usina seis viaturas da Rota, em alta velocidade, praticamente em cima dos sindicalistas. As viaturas grandes que saíram se posicionaram no viaduto, bloqueando o tráfego na ponte. Na sequência saíram mais policiais de dentro da empresa e também a cavalaria. Em seguida saíram policiais com escudos, uma verdadeira “parede de policiais”, e começaram a soltar as bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, e avançaram contra os sindicalistas.

“Dois helicópteros da Polícia Militar estavam presentes e intimidavam as pessoas se aproximando do solo como parte da ação repressora. Bombas e mais bombas foram jogadas, inclusive, em cima dos trabalhadores que estavam desembarcando dos ônibus para participar da assembleia e dos jornalistas que estavam fazendo a cobertura do ato. Muitas pessoas passaram mal com os gases.

Em momento nenhum houve qualquer reação dos sindicalistas e dos trabalhadores que estavam fazendo uma manifestação pacífica e sem incidentes.

Com a ação da PM foi feito um corredor para a entrada forçada dos ônibus pela portaria 2. Devido ao clima, o pessoal encerrou o ato.”

Rosângela Ribeiro Gil. Imprensa SEESP – Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.seesp.org.br/site/imprensa/noticias/item/14265-um-aparato-de-guerra-desnecess%C3%A1rio-na-usiminas.html>>.
Acesso em: mar. 2016.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. Que outras saídas, numa sociedade democrática, são desejadas para a resolução de conflitos no lugar da ação violenta dos aparatos policiais?
2. Por que, afinal, a polícia é sempre chamada a reprimir protestos à força? O que você pensa a respeito?

Este é um pequeno relato da atuação da Polícia Militar (PM) em um movimento social. Aproveite para discutir com seus estudantes como eles se

sentem quando se encontram perante pelotões da PM, por qualquer razão. Sentem segurança ou medo? Afinal, a PM existe para a proteção dos cidadãos (eles são servidores públicos), mas o que se tem observado durante as várias manifestações é que ela está lá não para que a manifestação possa ocorrer com tranquilidade, mas para reprimi-la. Por que, aos olhos dos governantes, na maioria das vezes, os movimentos sociais e suas manifestações são vistos como perigosos?

Esta também é uma boa oportunidade para discutir sobre uma polícia militar que é uma das heranças da ditadura civil-militar de 1964.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Jornadas de junho de 2013 (p. 222)

As manifestações de junho de 2013 em todo o Brasil foram notícia no mundo todo e ocasionaram diversas análises. Este texto é uma delas. Reflita com os estudantes (que até podem ter participado delas) e procure recolher as impressões deles. Como esse tipo de manifestação se enquadra nos requisitos postos pelos vários textos apresentados, principalmente pelo texto disponibilizado como apoio teórico (“Proposta para a análise dos movimentos sociais”).

Além disso, é uma boa oportunidade para rever o texto final desta unidade no livro do aluno, que trata do item “Do vertical ao horizontal” (p. 218)

Para pesquisar

Proponha aos estudantes apresentar o resultado da pesquisa em um mural da sala de aula ou de outro local da escola. Além dos dados sobre a organização escolhida como objeto de estudo, eles poderão incluir no painel matérias de jornais, de revistas e da internet que tratam da questão dos direitos, da cidadania e dos movimentos sociais.

Conexão de saberes

A mobilidade urbana

O tema da mobilidade urbana permite trabalhar os diversos saberes relacionados com esse assunto,

cada vez mais urgente e atual. Assim, além das questões sociais envolvidas nessa temática, a exploração do infográfico possibilita abordar a qualidade de vida dos moradores dos grandes centros urbanos, o tempo gasto nos deslocamentos e a quantidade de estresse gerado pelo trânsito. Questões relativas ao consumo e à produção de combustíveis (de origem fóssil, elétrica ou renovável) utilizados pelos veículos, bem como à indústria automotiva, à economia movimentada por essa indústria, e ao coeficiente social derivado da “cultura do carro”, entre outras, permitem relacionar o tema da mobilidade urbana com as mais diversas áreas do conhecimento (Geografia, Química, Física, Biologia, Matemática, Psicologia, entre outros). Interessante também é refletir com os estudantes acerca de incentivos e investimentos em transportes alternativos e coletivos, como ônibus, trens e bicicletas, como soluções no médio e longo prazo para o inchaço da vida nas cidades brasileiras e mundiais.

Desenvolva com os estudantes uma discussão sobre as necessidades e as propriedades que envolvem a mobilidade urbana em sua cidade e adjacências. Não se esqueça de mencionar que, em algumas localidades, barcos e lanchas também compõem a frota em circulação nos grandes centros urbanos, como no caso do Rio de Janeiro e na região amazônica, entre outros. Além disso, pesquise sobre as formas de locomoção numa cidade: locomoção a pé, de bicicleta, moto, transporte coletivo – ônibus e metrô – e carro, além de outras formas de transporte alternativo existentes em cada região que não estão listadas aqui.

E, por favor, não se esqueça de evidenciar os movimentos sociais pela mobilidade urbana que estão crescendo.

Sugestões de material audiovisual extra para o professor

Sugerimos alguns recursos que você poderá utilizar para iniciar a discussão sobre os direitos humanos. **Vídeo:** *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=bIXS-SA99uP8&feature=fvwrel>. Acesso em: mar. 2016.

Canção: “Racismo é burrice”, de Gabriel, o Pensador. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=MDaB8muAANc>. Acesso em: mar. 2016.

Sugestões de livros para o professor

- BOBBIO, Norberto. *Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Nesse livro há artigos que tratam dos direitos humanos, especialmente selecionados pelo autor em razão de sua relevância histórica e política, formando um painel analítico da democracia e da paz.

- BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano: debates urbanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

O livro focaliza os movimentos coletivos no Brasil após 1964 e suscita questões muito interessantes para trabalhar com os estudantes.

- CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Nesse livro, a filósofa Marilena Chauí trata de questões centrais do debate político e intelectual da atualidade. Procura relacionar a questão do direito à cultura e à memória com a democracia e o socialismo, propondo um olhar instigante e revelador sobre a cultura e suas condições de produção e difusão.

- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2002.

Nesse livro, há uma análise das diversas teorias sobre os movimentos sociais. A leitura oferece um grande apoio para o professor trabalhar a unidade com segurança teórica e conceitual e saber como vários autores discutem a questão.

- MIRANDA, Nilmário. *Por que direitos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Nesse livro é apresentada a trajetória das preocupações com os direitos humanos na legislação brasileira. Além disso, a educação é apontada como absoluta prioridade. Para o autor, essa concepção incorpora o entendimento de que o povo brasileiro só vai se apropriar de seus direitos se construir uma cidadania democrática ativa.

- PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

Nessa coletânea, cidadãos narram suas experiências vinculadas à construção da cidadania, com exemplos que podem auxiliar a elaboração de novas políticas públicas e ações coletivas mais comprometidas com a responsabilidade social. São propostos vários caminhos possíveis para a criação de uma sociedade digna, solidária e cidadã.

- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

Essa coletânea reúne 24 autores – historiadores, economistas, filósofos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, um advogado e um escritor – que explicam a origem da noção de cidadania e as lutas por inclusão social ao longo da história, até chegar à discussão sobre o exercício da cidadania hoje. De forma clara, a obra mostra que o conceito moderno de cidadania foi uma lenta e sofrida construção que surgiu com o capitalismo e a formação dos Estados nacionais. Além disso, discute a luta de minorias, como mulheres, negros e indígenas, para ampliar sua participação na sociedade.

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Essa obra é fundamental para o estudo dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo a partir de 1964. A análise feita pelo autor nos dá a visão desses movimentos como construtores da cidadania. Livro clássico na mudança de olhar a respeito dos movimentos sociais.

- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano? – Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

O livro é dividido em duas partes. Nos artigos que compõem a primeira, é discutido o potencial dos movimentos para a construção de uma nova sociedade. Na segunda parte, os artigos são voltados para o questionamento e a pertinência dos paradigmas de interpretação das ciências sociais em face das transformações em curso.

- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

O livro de Jessé Souza é uma alternativa teórica às reflexões sobre a singularidade da sociedade brasileira envolvendo principalmente a questão da cidadania (subcidadania) e das desigualdades sociais, principalmente a sua naturalização.

- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

A igualdade e a democracia são os temas centrais desse livro. O autor procura fazer uma crítica da política social, a qual não está apartada da sociedade, da economia, da democracia ou da opressão, e afirma ser necessário um método

para interpretá-la. Ele analisa historicamente as concepções de governo e de Estado geradas pela oposição entre liberdade e autoridade, desde o século XVIII.

Unidade 6 – Mudança e transformação social

Conteúdo

Tudo muda

Capítulo 21 – Mudanças, revoluções e suas implicações

A Revolução Agrícola

A Revolução Industrial

As revoluções contemporâneas

Capítulo 22 – Transformações sociais e políticas

Transformações lentas e graduais

Revoluções e movimentos anticoloniais

Revoluções no continente americano pela independência

Independência das colônias no século XX

Revoluções radicais e populares

Revolução Francesa

Revoluções políticas no século XX

Revolução Mexicana

Revolução Russa

Um breve balanço

E o que vem pela frente?

Mobilizações e mudanças no século XXI

Capítulo 23 – Mudança social e Sociologia

A mudança social para os clássicos da Sociologia

Auguste Comte (1798-1857)

Karl Marx (1818-1883)

Émile Durkheim (1858-1917)

Max Weber (1864-1920)

Outras análises sociológicas sobre a mudança social

Teorias da modernização

Subdesenvolvimento e dependência

Capítulo 24 – As mudanças sociais no Brasil

Duas “revoluções” no Brasil no século XX

“Revolução” de 1930

“Revolução” de 1964

“Modernização conservadora”

Mudanças nos últimos anos

Objetivo

Os sociólogos clássicos e contemporâneos sempre se preocuparam com a transformação social. Afinal, a Sociologia nasceu e se desenvolveu em momentos de crise e mudança social. Nossa preocupação nessa unidade é fazer os estudantes perceberem que nada é estático. Começamos por discutir as duas grandes revoluções que aconteceram na história da humanidade, ou seja, a revolução agrícola e a industrial e abordamos a revolução que está acontecendo hoje procurando ressaltar que as mudanças tecnológicas nas mais diversas áreas têm exercido papel significativo nos processos de mudanças sociais e comportamentais.

Os períodos moderno e contemporâneo assistiram a muitas revoluções. As clássicas (Inglês, Americana e Francesa), e as vinculadas aos processos de independência, de alguma maneira, definiram novas formas de viver politicamente. Além disso, procuramos demonstrar que nem todas as mudanças têm o mesmo ritmo e formas de acontecer.

No século XX, ocorreram revoluções que procuraram alterar radicalmente as sociedades nas quais eclodiram. Desejamos discutir o alcance dos movimentos revolucionários, seus métodos e o resultado de cada um.

Várias são as teorias sobre as mudanças sociais. De acordo com algumas, mais conservadoras, procura-se demonstrar que determinadas sociedades devem ser vistas como ideais a atingir. Com base em outras, tenta-se mostrar que as sociedades não puderam transformar-se por causa da relação de dependência existente entre as colônias e as metrópoles. Pretendemos demonstrar a diversidade de teorias na explicação desse fenômeno.

O objetivo dessa unidade é também discutir a questão das mudanças sociais no Brasil. Por que, depois de tantas tentativas de alteração, o “anti-go” sempre permanece, mesmo que com roupagem nova, e as mudanças pouco aparecem no cotidiano de boa parte da população ou nas práticas políticas?

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto de Jean Duvignaud (1921-2007), sociólogo francês, pois o mesmo trata da relação entre dois conceitos, muitas vezes considerados dissociados, ampliando a compreensão do conceito de anomia.

Mudança social e anomia

Esse conceito de mudança [...] se impõe à reflexão sociológica pelas variações múltiplas das sociedades do Terceiro Mundo e das sociedades industriais há uma vintena de anos. É lícito pensar que essa ideia de mudança radical e estrutural foi eliminada ou rechaçada pelo pensamento científico na medida em que as manifestações dessa transformação foram a revolução soviética de 1917, o advento dos regimes totalitários na Europa, a crise econômica e social de 1929. Ao contrário, desde um período recente e de maneira “planetária”, a mudança, sob as formas mais diversas, requer um estudo coordenado que a epistemologia clássica não pode compreender.

[...]

Ora, o que requer uma explicação é de outra ordem: trata-se de saber como e por que as sociedades produzem o desvio coletivo (ao nível dos grupos) ou individual, pelo menos tanto e com o mesmo vigor que elas cristalizam condutas em instituições permanentes. Por muito imbuído que estivesse do pensamento positivista do século passado e embaraçado por um vocabulário inadequado, É. Durkheim tentou contudo conceituar de maneira dialética o problema real de que falamos. Por duas vezes, em *Le Suicide* e em *La Division du travail social*, ele evoca esses “estados de desregramento” que afetam as coletividades humanas em grande escala quando se produzem mudanças de ordem econômica afetando o “organismo social” inteiro. Em um estado “normal” de calma estrutural ou de ordem positiva, o homem não procura quebrar nem superar as barreiras que o grupo lhe fixa: seus desejos ou suas necessidades se esgotam na satisfação sugerida pelo ideal comum.

Sob a pressão social, o processo de saciar-se permanece inscrito no quadro hierarquizado das categorias ou dos grupos. Nas fases de transformação (violentas ou não, pois o crescimento econômico é aqui tão determinante como uma crise), “a escala pela qual se regulavam as necessidades não pode mais permanecer a mesma” e isso acarreta um estado de desregramento que escapa às definições do normal e do anormal, pois não se trata de nenhum modo de um caso patológico ou aberrante. [...] O estado de anomia designa o conjunto dos fatos de desregramento resultante da mudança profunda da estrutura social.

[...]

Deixemos de lado o vocabulário e a conceituação, fortemente marcados pela época: [...] a ideia de uma perturbação resultante da dissolução de uma ordem positiva e criadora de malestar implica conservadorismo suspeito; por último, a palavra “anomia”, ela mesma, guarda reflexo de sua tradução grega (desordem, transgressão da lei [...]). Acrescentemos enfim que, para Durkheim, o caráter anômico de certos fatos seria um caso particular da anormalidade – o que torna, de fato, a esterilizar o alcance do conceito.

[...]

Esse conceito possibilitaria, portanto, a análise de duplo sentido, que a um tempo parte dos fatos descontínuos, geralmente inexplicáveis ou simplesmente escamoteados (criação artística, fatos religiosos, sintomas psicológicos) para dar a medida da relação conflituosa com a sociedade, e da totalidade coletiva, a fim de fazer emergir a descontinuidade parcial dos fatos. O primeiro movimento da explicação tornaria, pois, a conduta “aberrante” ou marginal em toda a amplitude de sua objetividade parcial (tal como ela se inscreve, por exemplo, em uma linguagem), a fim de nela decifrar as condutas ou atitudes inovadoras, mas virtuais, das quais, como fato desviante, ela é o símbolo [...].

O fato anômico seria, pois, a matriz de evidências existenciais não ainda manifestas e que, como tais, constituem, de maneira impensada por seu apoio momentâneo, o elemento criador eventual de relações sociais ou inter-humanas ainda desconhecidas, a parte incontrolada ou indominada da experiência coletiva – sem a qual uma sociedade não seria senão uma acumulação morta de fatos positivos que excluem a ação humana. O segundo movimento da explicação partiria da realidade global de certo tipo de sociedade (primitiva, não industrializada, industrializada parcialmente, hiperindustrializada), a fim de captar a particularidade do fato aberrante nas próprias perspectivas das tensões que afetam necessariamente a trama da vida coletiva: um desvio, por mais fraco que seja, é o sintoma de uma contradição interna muitas vezes irrefletida ou inapreensível ao nível da morfologia ou da vida política. Esse movimento dialético deveria permitir definir uma teoria limitada e uma teoria generalizada da anomia.

A teoria limitada consiste em propor uma definição estatística das irregularidades e dos aspectos marginais que afetam os grupos e as sociedades, em explicar comparativamente a diversidade das

funções assumidas por esses “fatos aberrantes”, segundo os tipos de sociedades [...] históricas ou presentes: nem a loucura, nem a “revolta da juventude”, nem a reivindicação étnica, nem a alteração da família, por exemplo, têm o mesmo sentido ou definem as mesmas experiências reais ou possíveis nas sociedades africanas ou latino-americanas atuais, do mesmo modo que não eram afetadas pela mesma tônica as sociedades feudais ou as sociedades monárquicas. Trata-se, pois, de explicar a diferença transpondo a moldura de um “determinismo histórico” que, no limite, conduz a círculo vicioso, que exclui a invenção coletiva.

A teoria generalizada, por sua vez, toma a mudança como elemento fundamental, a mudança e a ruptura na estrutura da qual ela é inseparável: que uma sociedade seja afetada pela mutação que, na sucessão temporal de uma História diacrônica, a faz passar de um tipo a outro tipo, que uma sociedade de certo tipo seja afetada pela presença a seu lado de uma sociedade de tipo diferente, que a obriga a transformações não inscritas em sua própria estrutura (pela guerra, a contaminação, a utopia etc.) [...].

Trata-se então de compreender, fazendo violência a nossos hábitos comuns dominados pelo sen-

tido histórico, como os grupos humanos produzem novação não diretamente, mas depois de fazer dela a experimentação muitas vezes aberrante através de certos casos particulares, e por isso privilegiados. Sem dúvida a maioria desses elementos podem (nem sempre isso acontece) encontrar-se a seguir reintegrados na trama da experiência coletiva e das relações sociais estabelecidas; não obstante, o momento de ruptura é aqui determinante, pois permite tomar conhecimento da novação antes que ela esteja cristalizada ou coagulada. Os fenômenos da criação ou da religião, da vida afetiva ou psicológica encontrariam aqui não somente um princípio de análise, mas uma possibilidade concreta de definir uma prática.

Se a mutação não é jamais em si mesma realmente manifesta ou vivida, se ela se revela somente através dos fatos anômicos, mede-se o valor epistemológico desse conceito. Irredutivelmente ligado ao problema da mudança, da ruptura, das variações de estrutura globais, o conceito de anomia reveste assim uma importância atual considerável.

DUVIGNAUD, Jean (Ed.). *A sociologia: guia alfabético*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974. p. 22-27.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Incentive os estudantes a refletir e expressar o que pensam sobre o conceito e a realidade da mudança/transformação social. Peça-lhes que citem o que mudou e o que permaneceu na sociedade desde a época em que seus avós eram jovens. Faça uma relação do que mencionarem para, depois, explorar e acrescentar aspectos que eles não tiverem percebido.

Recomendamos ao professor retomar as mudanças que ocorreram dos séculos XV a XIX, ou seja, o processo de transição da sociedade feudal para a capitalista, pois, de alguma forma, essa é a base de discussão dos autores clássicos. Faça, portanto, uma revisão do que os estudantes sabem a esse respeito. Analise as revoluções clássicas (Inglês, Americana e Francesa) e procure lembrá-los, com base na Unida-

de de 5, de que elas forneceram os elementos essenciais para estabelecer os direitos humanos em todo o mundo ocidental.

Além disso, procure destacar as diversas formas de mudança social, investigando os processos mais lentos e graduais e os mais explosivos, demonstrando que existem ritmos diferentes em cada processo de mudança.

Converse com os estudantes sobre o fato de que os autores estudados na unidade procuraram dar conta das transformações que ocorreram em seu tempo, cada um acentuando um aspecto.

Em termos teóricos, privilegie a discussão sobre a mudança social nos três autores clássicos (Marx, Durkheim e Weber), pois eles fundamentaram o assunto. Esclareça que as outras teorias de alguma forma remetem a esses autores, inovando ou mesclando as influências.

Analise com os estudantes as revoluções do século XX: Mexicana, Russa e outras, como a Chinesa e a Cubana, se quiser ampliar a discussão. Destaque as forças, grupos e classes sociais em luta e os objetivos pretendidos.

Depois, procure destacar o desfecho de cada uma e as possíveis lições que podem ser extraídas desses movimentos para mudar o atual estado de coisas no mundo: por exemplo, a questão da fome.

Discuta com os estudantes: em um mundo globalizado, com estruturas muito mais controladas, é possível haver revoluções ou apenas mudanças sociais em aspectos pontuais?

Além das revoluções políticas, é necessário discutir também as revoluções tecnológicas. Uma maneira interessante de abordar as mudanças sociais é discutir como os sistemas computacionais, a engenharia genética e a nanotecnologia presentes na agricultura, na medicina e em outros setores podem trazer mudanças ou até uma revolução nas sociedades e na vida das pessoas.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Pergunte aos estudantes como seria viver sem geladeira, internet, telefone fixo e celular, televisão, elevador, vaso sanitário, ventilador, ferro elétrico, óculos, máquina de lavar roupa, escova e creme dental, papel higiênico, energia elétrica, computador e outras coisas que você perceber que são importantes para eles e que há 20, 30, 50 ou 100 anos não existiam. Os livros *Como fazíamos sem...*, de Bárbara Soalheiro (São Paulo: Panda Books, 2006), e *O mundo acabou!*, de Alberto Villas (São Paulo: Globo, 2006), podem ajudá-lo muito nessa tarefa. O importante é demonstrar, por meio das pequenas coisas, que houve mudanças significativas na maneira de suprir as necessidades alimentares, nas roupas, nas formas de diversão e em muitos outros aspectos da vida cotidiana.
2. Discuta as seguintes questões com os estudantes: por que se fala em Revolução Agrícola e Revolução Industrial? O que isso significou de fato para a humanidade? Será que estamos passando por outra revolução, que vai alterar profundamente nossa maneira de viver? Temas como engenharia genética, nanotecnologia, formas de comunicação computacionais e até as explorações espaciais são indícios de uma revolução?
3. Depois que os estudantes entenderem que ocorrem muitas mudanças cotidianas, é importante abordar algumas mais gerais. Discuta com eles as ideias de progresso e desenvolvimento. Será que os dois termos significam a mesma coisa ou há diferenças entre eles?

4. Você pode continuar o estudo com a análise de outras duas ideias: reforma e revolução. Procure verificar se os estudantes entendem a diferença exposta no livro e se podem aplicá-la na análise de situações históricas específicas.
5. Discuta com os estudantes por que muitos golpes de Estado, em várias partes do mundo, são chamados de revolução se, em muitos casos, não mudam nada. São apenas formas de tomar o poder e beneficiar os grupos dominantes ou outros grupos que sempre estiveram ligados ao poder.
6. Reflita com os estudantes: pode-se dizer que as revoluções são feitas por movimentos de esquerda, e as reformas, por movimentos de direita? Como se pode entender a chamada revolução no Irã, nos tempos do aiatolá Khomeini, que tinha por base o Alcorão e o islamismo?
7. Procure desenvolver uma pesquisa de opinião entre os estudantes da escola, os professores ou os integrantes da comunidade para saber se as pessoas percebem as mudanças que estão ocorrendo. Uma das questões que podem ser formuladas é como a internet está mudando a vida dessas pessoas, se é que está mudando. Você poderá saber o que elas pensam sobre esse meio e se têm acesso a essa tecnologia.
8. Peça aos estudantes que entrevistem pessoas com mais de 50 anos e procurem saber como era a vida delas quando eram crianças. Que diferenças e semelhanças elas afirmam existir nos cuidados com as crianças, na alimentação, na diversão ou nas brincadeiras?
9. Outra pesquisa pode ser feita com base em entrevistas com pessoas mais velhas sobre a situação dos partidos políticos e a política nacional. Tudo permanece como antes ou houve mudanças significativas? Quais?

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 21

Boxe – Para onde a neurociência deve nos levar nos próximos anos? (p. 232)

Esse excerto de uma entrevista com o neurocientista brasileiro, Miguel Nicolelis (1961-), demonstra claramente a revolução que está ocorrendo no

mundo e ao mesmo tempo a integração de muitas ciências (saberes) na busca de novas formas de se pensar as possibilidades da vida em sociedade. Ao relacionar cérebro e máquinas, ele afirma que isso pode alterar inclusive o processo evolutivo.

Ele também nos dá uma boa ideia das transformações e pesquisas que estão ocorrendo no campo da neurociência e que em pouco tempo deverão afetar nossa vida. Aproveite esse texto para propor uma pesquisa demonstrando a interdependência entre os vários campos da ciência. Além disso, discuta com os alunos sobre outras transformações que eles estejam percebendo nos diversos campos do conhecimento e que provavelmente afetarão a vida em sociedade.

Toda a entrevista está disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,integracao-entre-cerebro-e-maquinas-vai-influenciar-evolucao,663729>>, com o título: "Integração entre cérebro e máquinas vai influenciar evolução". Acesso em: mar. 2016.

Capítulo 22

Nas palavras de Arendt

O termo revolução na história (p. 234)

De acordo com esse texto, a ideia de revolução surgiu na Física (astronomia) para designar uma volta completa dos astros; depois, o termo foi utilizado para definir um momento de restauração, ou seja, a volta ao modo como estava antes; somente com a Revolução Francesa foi definida a ideia de revolução como transformação. Com os estudantes, analise esse fato e discuta se as revoluções transformaram mesmo a realidade dos povos que as realizaram ou se houve uma volta ao passado com novas roupagens.

Cenário das mudanças hoje

As revoltas se espalham pelo mundo (p. 244)

Procure analisar a retrospectiva das revoltas dos últimos tempos citadas no texto, de forma que os estudantes possam perceber que há um clima de mudança e de inconformidade no ar. Se possível, peça a eles que façam uma pesquisa sobre essas revoltas, procurando trazer para a sala de aula o máximo de informações que encontrarem, e proponha uma discussão sobre essas rebeliões e as possíveis mudanças que elas podem acarretar.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a diferença entre revolução e reforma?
2. Que revoluções mudaram drasticamente a vida da humanidade?
3. Quais foram as principais revoluções políticas no Ocidente e quais eram seus ideais?
4. O que é possível concluir das principais revoluções do século XX, como as ocorridas no México e na Rússia?
5. Que possíveis mudanças tecnológicas podem mudar a nossa maneira de viver em sociedade?

Capítulo 23

Nas palavras de Marx

Por que ocorrem as transformações sociais (p. 246)

A partir do texto de Marx você pode propor duas discussões e fazer com que os estudantes reflitam sobre a questão da mudança social. Parta da seguinte frase de Marx: "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". Ou seja, é a forma de pensar que determina a nossa vida, ou a nossa forma de viver que determina como pensamos?

Outra questão a ser discutida é: são as transformações nas várias formas de produção da existência social e econômica que produzem as mudanças nas outras esferas da vida social (políticas, jurídicas etc.) ou o contrário? Se for conveniente, você pode fazer dessa atividade uma avaliação, analisando as reflexões e o raciocínio dos estudantes a respeito do tema.

Nas palavras de Weber

Ascese protestante e acumulação do capital (p. 250)

Inicialmente, solicite aos estudantes que procurem o significado das palavras ascese e ascetismo no dicionário. A partir disso, e considerando o texto de Weber, leve-os a compreender como uma vida ascética pode aumentar a acumulação do capital, através do não consumo e da economia. Além disso, você pode perguntar se eles acham que isso é possível hoje, principalmente no Brasil.

Cenário da mudança social nos séculos XIX e XX

O capitalismo está no fim? (p. 255)

Esse texto de Zygmunt Bauman rebate a afirmação de que o sistema capitalista vai acabar, mostrando que ainda há muitas maneiras de ele se manter e se transformar. Proponha uma discussão sobre o fim dos sistemas sociais anteriores (principalmente o sistema feudal, anterior ao capitalista) e procure analisar com os estudantes as mudanças existentes atualmente e que poderiam levar à constituição de um sistema diferente desse em que vivemos.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Trabalhe com os estudantes as semelhanças e as diferenças entre as análises sobre a mudança social de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber. Se julgar conveniente, faça dessa atividade uma avaliação.
2. O que diferencia as teorias da modernização e as teorias do subdesenvolvimento e da dependência?

Texto complementar e atividade opcional

Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar

Em 1848, dois jovens, um com 29 anos e outro com 27, escreveram um panfleto que se tornou um dos documentos que mais influenciaram os movimentos sociais no mundo. Eles não foram “profetas” ou “visionários”; apenas utilizaram a capacidade de refletir sobre seu tempo e fizeram projeções com base em elementos que indicavam as mudanças que viriam. Leia um trecho do panfleto escrito por esses jovens:

[...]

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cor-

tejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem.

Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

[...]

Sob pena de ruína total, ela [a burguesia] obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrangendo-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 43-44.

Explore com a classe as seguintes questões:

1. Como foi possível aos autores perceber por alguns indícios, há mais de 150 anos, o que aconteceria no mundo globalizado do final do século XX e início do XXI?
2. Você consegue identificar nas sociedades contemporâneas alguns aspectos descritos no texto anterior? Faça uma relação desses aspectos.

Discuta com os estudantes o fato de que a constante mudança social está no cerne do sistema capitalista, o qual precisa sempre destruir para reconstruir e, assim, ativar os processos de produção. Além disso, é importante destacar o caráter mundializado das mudanças. Observe essas mudanças nas roupas dos estudantes, na origem delas, dos calçados, dos automóveis, dos eletrodomésticos, da literatura, da música etc., ou seja, nas coisas materiais e imateriais.

Capítulo 24

Nas palavras de Nogueira

Modernidade sem modernização no Brasil (p. 260)

Tomando por base esse texto que indica elementos que caracterizam a modernização conservadora no Brasil, analise com os estudantes como isso aparece no dia a dia nas discussões e votações no Congresso Nacional.

Além disso, pesquise com eles quais são as outras expressões de como o “velho” está integrado no que aparece como “novo”, caracterizando o que o autor chama de modernidade sem modernização.

Cenário da mudança social no Brasil

A revolução das pequenas coisas (p. 262)

A revolução pode começar com as pequenas coisas? Muitas vezes as mudanças que observamos aqui e ali atingem apenas uma pequena parcela da população. Será essa uma forma de evitar mudanças radicais que possam tornar a sociedade diferente e solidária? Mudanças radicais não são mais possíveis e, por isso, é melhor lutar por pequenas alterações até alcançar a transformação total?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Por que o processo de independência do Brasil não correspondeu a uma revolução?
2. Por que as chamadas revoluções de 1930 e de 1964 não podem ser consideradas como tal?
3. Como Florestan Fernandes analisa as mudanças sociais no Brasil?
4. Que mudanças sociais ocorreram no Brasil nas últimas décadas?

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Nada é impossível de mudar (p. 264)

A leitura desse poema de Bertolt Brecht é excelente para refletir sobre a questão da mudança social. O texto deixa muito claro que nada pode ser natural nas sociedades humanas, pois todas as coisas são construídas social e historicamente. Discuta com os estudantes a expressão “é natural”, que traz em si a ideia de que tudo é imutável. Tome como exemplo o preconceito em relação às mulheres, que ainda são consideradas inferiores aos homens devido a uma questão biológica. Explique aos estudantes que essa ideia foi construída historicamente pelos homens para manter sua dominação. Se julgar conveniente, relembre os dados apresentados no gráfico da Unidade 3 sobre desigualdade de gênero (página 112 do livro do estudante).

Mudanças radicais imutáveis (p. 264)

Após a leitura dessa fábula de Millôr Fernandes, é possível discutir a questão da existência ou não da direita e da esquerda em posições antagônicas.

O que de fato identifica ou caracteriza cada situação política de esquerda ou de direita? Analise com os estudantes o significado, no atual quadro partidário brasileiro, das posições de esquerda e de direita e destaque o que permanece, se modifica ou se metamorfoseia dependendo de cada situação política.

Para pesquisar

Para relacionar o conceito de mudança social às vivências do estudante, proponha uma pesquisa sobre as características da escola nos anos 1950, 1980 e na atualidade. Para complementar esse trabalho, você pode propor a realização de uma pesquisa entre estudantes e professores da escola para saber como eles projetam a escola do futuro, isto é, como pensam que será a instituição e como gostariam que ela fosse, levando em conta todas as possíveis tecnologias de ensino.

Utilize as perguntas propostas por Hans Gerth e C. Wright Mills como roteiro para analisar os vários processos de mudança que os estudantes podem ter percebido no local onde vivem e responda com eles as questões formuladas pelos autores.

Conexão de saberes

A mudança como regra de vida

Tudo muda o tempo todo, na natureza e na sociedade. Os fatores e agentes dessa mudança constante também se diferem no tempo e no espaço. Nesse sentido, é interessante observar quais fenômenos produzem as mudanças com as quais os seres humanos têm de lidar, por que e quais as consequências diretas e indiretas disso. Um exemplo interdisciplinar e bem contemporâneo é o das chamadas “mudanças climáticas”. Elas são resultado de alterações nos ciclos naturais do planeta ou também refletem a atividade humana nas modernas sociedades urbanas?

Uma sugestão de trabalho é solicitar aos estudantes que pesquisem sobre a expressão “mudanças climáticas” e, em seguida, promovam uma discussão aberta sobre mudança econômica, mudança cultural e mudança política, no intuito de capturar os sinais da ação humana em todos esses processos. Além disso, pode-se tentar levantar outras questões mais próximas, ou seja, porque falta água em determinada região, porque há enchentes ou secas em outras, porque há frio e calor intensos, em vários lugares do mundo.

O mais importante nestas questões todas é destacar que, para analisá-las, são necessários diversos conhecimentos, e não de uma ciência só. Estes processos envolvem múltiplas dimensões e por isso exigem a conexão de diversos saberes. No final

das contas, a constatação dialética entre mudança e permanência pode abrir possibilidades para um melhor entendimento da questão das classes sociais e da própria complexidade da organização da vida em sociedade e como esta se relaciona com o meio ambiente.

Sugestões de material visual extra para o professor

Vídeo: *E tudo mudou*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=9jyGPaMBIwU&feature=related>. Acesso em: fev. 2016.

Esse vídeo apresenta um texto de Luis Fernando Verissimo, notável escritor brasileiro, e pode ser muito interessante para destacar o caráter contínuo das mudanças. O texto também proporciona uma boa reflexão sobre os modismos e sobre como as transformações cotidianas são facilmente absorvidas pelas pessoas, muitas vezes sem refletir sobre elas.

Filme: *Tarja Branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014). Direção: Cacau Rhoden.

Esse documentário, realizado com depoimentos de adultos de gerações, origens e profissões diferentes, mostra as diferentes formas de como a brincadeira é algo primordial aos indivíduos e pode estar interligada com o comportamento do homem contemporâneo. Mostra também a mudança nos hábitos das crianças de ontem e de hoje quanto ao ato de brincar. O título do documentário é uma ironia aos remédios denominados “tarja preta” que muitas vezes estão sendo ministrados a crianças pelo fato de serem consideradas muito expansivas.

Sugestões de livros para o professor

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

A leitura desse livro é muito importante para entendermos as transformações que estão ocorrendo no mundo nos aspectos social, político, econômico e cultural. A análise é complementada por outro livro do mesmo autor: *Amor líquido* (Rio de Janeiro: Zahar, 2004). Neste, o sociólogo europeu procura analisar a fragilidade dos laços humanos. Leituras obrigatórias para quem deseja entender a sociedade e as relações sociais contemporâneas.

- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001.

Esse clássico da Sociologia sobre a mudança social no Brasil traz uma análise das formas de organização social e da cultura do “mundo rústico” no interior paulista. Apesar de ater-se a uma situação específica, Antonio Candido apresenta uma análise sociológica exemplar, utilizando diversas teorias para explicar e compreender um processo de mudança social. Indispensável para quem quer estudar o tema.

- DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difel, 1970.

Esse pequeno livro trata das possibilidades sociológicas de analisar o processo revolucionário com base nos diferentes projetos, bem como a atuação concreta destes no cotidiano das revoluções. Apon-ta elementos para analisar o período pós-revolucionário e os fenômenos de uma sociedade que se propõe construir uma estrutura diferente da anterior.

- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. reorg. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Nesse livro, Florestan Fernandes analisa a posição da Sociologia (do sociólogo) no contexto de um processo de mudança social: modernização dependente ou modernização autônoma?

- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social em São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Esse livro mostra como as mudanças sociais, do ponto de vista cultural, ocorreram na cidade de São Paulo. É o resultado das primeiras pesquisas realizadas por Florestan Fernandes, publicadas em 1961. Traz uma série de elementos folclóricos, como jogos, brincadeiras, cantigas e adivinhas infantis que ainda existiam numa cidade em mudança. Excelente livro para rememorar tais elementos, analisados de um ponto de vista sociológico.

- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação e política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.

Essa coletânea nos põe diante de várias discussões sobre a situação atual e as possibilidades de mundialização de todos os aspectos da vida social.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

Nesse livro denso, David Harvey discute a passagem da modernidade para a pós-modernidade e as mudanças decorrentes desse processo na con-

cepção espaço-tempo, no mundo do trabalho, na cultura e na economia.

- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: or-nitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Nesse livro há dois ensaios: um de 1973 e outro de 2003. Nos dois, o autor analisa em cada momen-to a realidade e as possibilidades de mudança no Brasil, bem como os entraves para que isso ocorra.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as ori-gens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cam-pus, 2000.

Esse é considerado um dos mais importantes li-vros do século XX. Escrito em 1944, analisa de modo criativo a formação da economia capitalista de mer-cado com base em contribuições da História, da So-ciologia, da Antropologia e da Economia Política. Nele se destacam as implicações sociais do sistema de mercado e o modo como este foi se tornando independente das outras esferas institucionais da sociedade. Obra fundamental para quem deseja entender a sociedade capitalista.

- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança so-cial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Esse talvez seja o trabalho mais extenso, em por-tuguês, sobre as teorias sociológicas da mudança social. Nele há uma explicação detalhada de cada autor e da teoria à qual ele está vinculado.

- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Esse livro do sociólogo estadunidense nos con-duz a uma discussão, na primeira parte, sobre os vários aspectos que estão em mudança no capitalis-mo contemporâneo. Na segunda parte, Wallerstein discute a situação das ciências sociais no contexto da herança e das promessas possíveis de análise.

Unidade 7 – Cultura: unidade e diversidade cultural

Conteúdo

A cultura está em (quase) tudo

Capítulo 25 – Entendendo a cultura no plural
Antropologicamente falando...

Capítulo 26 – Cultura: a unidade na diversidade
Trocas culturais e culturas híbridas

Capítulo 27 – Os sentidos do outro

O etnocentrismo
Os preconceitos
A cultura é de todos

Capítulo 28 – Unidade e diversidade cultural no Brasil

A pluralidade da cultura brasileira
Brasil, uma cultura-nação

Objetivo

Nesta unidade, a ideia é apresentar aos estudantes – com alguma clareza, minimizando as confusões habituais – um dos conceitos mais polifônicos das ciências sociais: o de cultura.

A cultura, como lembra o título da introdução da unidade, está em quase tudo. O “quase” fica por conta exatamente das tantas definições que a palavra carrega, servindo aos interesses de gregos, troianos e demais povos da história.

Antropologicamente, a cultura é modo de ser e viver. Espraia-se pelos hábitos, confunde-se com os costumes e se evidencia nas manifestações da vida individual e coletiva, tais quais a religiosidade, as expressões artísticas, o modo de organização da política, do trabalho, das atividades de lazer etc. A cultura, portanto, é de todos, como enfatizava Raymond Williams.

A questão central desta unidade, portanto, é destacar a cultura como uma manifestação da pluralidade da vida humana, em toda a sua diversidade e, ao mesmo tempo, naquilo que identifica o ser humano num gênero único e indivisível. A cultura, mais do que tudo, define muito bem o fato de os humanos serem semelhantes e dessemelhantes entre si. De uma só vez. E desde sempre.

Apoio teórico

Propomos que a leitura dos dois textos a seguir seja frutífera para pensar o conceito de cultura e sua dinâmica nas sociedades contemporâneas.

Cultura e Sociedade

[...] Originalmente, esta expressão vem do latim – *colere* – e significa cultivar. Com os romanos, na Antiguidade, a palavra cultura foi usada pela primeira vez no sentido de destacar a educação aprimorada de uma pessoa, seu interesse pelas artes, pela ciência, filosofia, enfim, por tudo aquilo que o homem vem produzindo ao longo da sua história. Nesse aspecto, a abrangência do termo tornou-se, de lá até nossos dias, cada vez maior, sendo aplicado nas mais diversas situações, ou seja, desde o plantio de um produto agrícola, do cultivo da pesca, criação de animais etc., até o trabalho científico realizado por pesquisadores das Universidades. A todas essas atividades, portanto, podemos aplicar o termo cultura.

[...] Cultura, quando aplicada ao nosso estilo de vida, ao convívio social, nada tem a ver com a leitura de um livro ou aprender a tocar um instrumento, por exemplo. Na realidade, o trabalho do antropólogo, estudioso da cultura humana, começa pela investigação de culturas, ou seja, pelo modo de vida, padrões de comportamento, sistema de crenças, que são características de cada sociedade. Noutras palavras, pode-se dizer que nenhuma sociedade, nenhum povo, seja ele atrasado ou desenvolvido, primitivo ou civilizado,

jamais agirá de forma idêntica aos demais. O monoteísmo, por exemplo, torna semelhantes as sociedades, os povos que acreditam em um só deus. Mas assemelha-os, apenas. A forma de cultuar esse deus, seu significado, o que ele representa, enfim, todo o sistema de crenças é diferente de um povo para outro.

[...] O fato significativo, no entanto, é sabermos que jamais encontraremos duas comunidades com culturas iguais. É preciso notar que a sociedade é formada por um contingente organizado de pessoas, regidas pelo mesmo conjunto de normas e leis, que de alguma forma aprenderam a viver e a trabalhar juntas par a própria manutenção dessa sociedade. Uma cultura, por outro lado, é também um grupo organizado de padrões culturais, normas, crenças, leis naturais, convenções, entre outras coisas, em constante processo de transformação. Assim, apesar da inter-relação cultura e sociedade ser muito estreita e ininterrupta, de serem mesmo imprescindíveis uma à outra, temos de ter sempre em mente o seguinte aspecto: são duas coisas distintas que apresentam dinâmicas diferentes.

CALDAS, Waldenyr. *Para entender cultura*. São Paulo: Global, 1986, p. 11-14.

A cultura como ação social

Por que a cultura se encontra no centro de tantas discussões e debates, no presente momento? Em certo sentido, a cultura sempre foi importante. As ciências humanas e sociais há muito reconhecem isso. Nas humanidades, o estudo das linguagens, a literatura, as artes, as ideias filosóficas, os sistemas de crença morais e religiosos, constituíram o conteúdo fundamental, embora a ideia de que tudo isso compusesse um conjunto diferenciado de significados – uma cultura – não foi uma ideia tão comum como poderíamos supor. Nas ciências sociais, em particular na sociologia, o que se considera diferenciador da “ação social” – como um comportamento que é distinto daquele que é parte da programação genética, biológica ou instintiva – é que ela requer e é relevante para o significado. Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é

significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação.

HALL, Stuart. *A centralidade da Cultura: notas sobre a centralidade cultural no nosso tempo*. Disponível em: <www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc>. Acesso em: fev. 2016.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Cultura, como já dito, é um conceito polissêmico na literatura sociológica e antropológica. Isso pode complicar a compreensão desse conceito pelos estudantes. Para não ficar numa discussão puramente teórica (que é importante, mas no ensino médio pode ser improdutiva), procure partir sempre de situações específicas, verificando o que os estudantes entendem por fenômenos ou expressões culturais.

Você pode começar discutindo os três sentidos de cultura propostos por Félix Guattari. A análise de diferentes sociedades (mediante relatos em livros ou até em pequenos documentários) nos permite conhecer aspectos diversos e “estranhos” para nós. Essa é uma boa oportunidade para discutir com os estudantes o fato de que as sociedades criam cultura e também diversidade humana. É possível aproveitar o momento para discutir a questão do etnocentrismo.

Procure aproximar os estudantes da polêmica que cerca as definições de cultura erudita e cultura

popular, questionando alguns dos elementos que caracterizam a oposição entre ambas e destacando as relações de incorporação e resistência entre elas.

A música brasileira contemporânea comporta bons exemplos para essa discussão, pois nela aparecem as mais diversas expressões culturais, tanto eruditas quanto populares.

Em um mundo globalizado, em que há muita coisa igual, mas também muita diversidade, existe uma troca de informações constante e, portanto, configuram-se “culturas híbridas”, que contêm aspectos de várias culturas. Procure analisar alguns exemplos do “hibridismo cultural” no cotidiano dos estudantes.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Ao fazer a comparação entre as culturas erudita e popular, estimule os estudantes a encontrar exemplos na própria experiência. Para isso, programe com eles uma visita a um museu, a uma exposição de arte, a um concerto de música erudita, a uma apresentação de grupos regionais de teatro ou música ou a outra atividade cultural que estiver acontecendo na cidade. Sugira também que, em equipes, os estudantes participem de alguma festa,

evento ou manifestação cultural popular ou associada ao domínio popular. O resultado da pesquisa e sua análise podem ser apresentados para a sala oralmente, em forma de seminário.

2. A cultura não pode ser vista fora da política, do modo como indivíduos, grupos, classes e até nações inteiras se relacionam. Num contexto de globalização (ou mundialização, expressão mais contundente), a cultura sofre influência da política e também da economia que estabelece relações comerciais e de poder entre os povos. Proponha, então, aos estudantes que debatam e deem respostas ao fato de, em termos culturais, haver tanto dos Estados Unidos da América (música, cinema, esporte, literatura etc.) em toda parte do planeta. Que relações esse fenômeno tem com a política e a economia “globalizadas”?
3. O cinema é uma excelente matéria-prima para debates e reflexões sobre a questão cultural. Filmes brasileiros como *Casa Grande* (direção de Felipe Gamarano Barbosa, 2015), *Se Deus vier, que venha armado* (direção de Fernando Coster, 2015), *Que horas ela volta?* (direção de Anna Muylaert, 2015) e *Chatô: o rei do Brasil* (direção de Guilherme Fontes, 2015) permitem uma visão panorâmica de temas controvertidos da vida cultural do país, como, por exemplo, a questão do preconceito contra pobres, negros e nordestinos, da criminalidade entre adolescentes, da violência praticada pelas instituições de segurança pública, do monopólio dos meios de comunicação social de massa etc.

Para ampliar o debate sobre a ideia de cultura e cotejá-la sociologicamente por meio de bons filmes, agende com os estudantes sessões de cinema fora do horário das aulas e, se possível, em parceria com os professores de Filosofia, História, Literatura etc., no intuito de promover também a interdisciplinaridade de análises acerca de temas comuns a essas várias matérias do currículo escolar no ensino médio.

A experiência poderá render, a cada ano ou semestre, ciclos de cinema na escola, abertos à comunidade, o que incentivará estudantes e professores a se envolverem na escolha de filmes sobre temáticas específicas, promovendo a integração comunidade-escola e criando um espaço permanente de reflexões sobre a cultura do Brasil e do mundo.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 25

Nas palavras de Sahlins

Símbolos culturais (p. 273)

O texto do antropólogo Marshall Sahlins aponta para a importância do simbolismo nos objetos culturais. Um automóvel, por exemplo, tem uma função prática, mas, acima de tudo, ocupa um lugar de destaque na cultura que o produz e o utiliza como um símbolo, uma representação de algo considerado útil, luxuoso ou até mesmo sinal de sofisticação, riqueza etc.

Converse com os estudantes sobre o significado que as coisas têm em nossa cultura, como roupas de determinadas marcas, restaurantes de determinado tipo, certos roteiros turísticos e muito mais. Depois, medeie uma discussão sobre o papel simbólico de tudo o que surgiu nas reflexões, procurando revelar que aquilo que temos e consumimos apresenta uma dimensão simbólica que ultrapassa e até ignora as funções práticas que o justificam.

Cenário da cultura

Antes, o mundo não existia (p. 274)

O texto de Ailton Krenak, líder indígena brasileiro, jornalista e produtor gráfico, nos situa diante da possibilidade de pensar que existem formas diversas de ver o mundo e demonstra que é possível conviver com as diferenças e não se deve definir uma cultura como superior às outras. Converse sobre isso com os estudantes.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Identifique nas sociedades contemporâneas exemplos de uso do conceito de cultura com base nos significados do termo definidos por Félix Guattari.
2. É possível diferenciar claramente cultura popular de cultura erudita?

Capítulo 26

Nas palavras de Morin

O melhor de cada cultura (p. 276)

O texto de Edgar Morin aborda a relação entre cultura e preconceito. De certa maneira, ao afirmar

que toda cultura é a síntese de muitas combinações e apropriações, o sociólogo francês condena certas posturas culturais de julgarem hábitos e comportamentos específicos como “puros” ou “superiores”, “desenvolvidos” e “civilizados”, em detrimento de aptidões de mundo.

A citação, portanto, é oportuna para um debate em sala de aula sobre “superioridade” e “inferioridade” das culturas, sobre a violência dos processos colonizadores da Ásia, da América e da África, bem como um momento ideal para apontar e destacar as diversas contribuições culturais dos chamados povos “primitivos”/“selvagens”/“bárbaros” na constituição da riqueza da civilização ocidental.

Incentive os estudantes a fazer uma pesquisa sobre a presença das culturas negras e indígenas em nosso cotidiano, por exemplo. Durante a apresentação dos estudantes, crie com eles um quadro dessa herança cultural e utilize-o, se possível, em semanas científicas ou jornadas culturais na escola.

Nas palavras de Canclini

Culturas translocais (p. 278)

Nesse exemplo narrado por Canclini ficam evidentes as situações em que as trocas culturais podem se estabelecer no cotidiano dos indivíduos – reflexo da cultura híbrida que se observa atualmente no mundo, graças às facilidades de comunicação. Inicialmente você pode discutir com os estudantes o significado de híbrido ou hibridismo (talvez a busca do vocábulo no dicionário possa ajudá-los). Depois, solicite a eles que contem as situações nas quais tenham presenciado ou participado de trocas culturais.

Se não houver muitos exemplos nesse sentido, proponha a eles que pensem em quais situações do cotidiano as trocas culturais podem ocorrer.

Cenário da diversidade cultural

Morte, tema-tabu (p. 279)

No texto, Frei Betto revela a morte como um dos tantos temas-tabu de nossa cultura. Um tabu, vale frisar, é sempre algo proibido, “aquilo em que não se deve sequer pensar”. Como todo tabu, entretanto, a morte é cercada de mal-entendidos e opiniões grosseiras, de medos e tentativas de criação de um monopólio do saber. No fundo, um tabu esconde indivíduos e grupos que reivindicam para si o direito exclusivo de dizer o que tais assuntos proibidos são ou devem ser para todos.

Estimule os estudantes a pesquisar alguns dos inúmeros tabus presentes em nossa cultura no passado e no presente. Em seguida, promova uma discussão que busque compreender o que ou quem está por trás dessas proibições e por quê. A atividade pode ser oportuna para entender os supostos mistérios que envolvem um tema como o da morte, por exemplo. De um modo ou de outro, tornar um assunto tabu é fazer dele algo do qual poucos estão autorizados a saber, a dar palpites, a definir os encaminhamentos socialmente possíveis e aceitáveis.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Afinal, por que se pode considerar a morte um elemento da vida cultural das sociedades humanas? Todos a interpretam da mesma maneira?
2. Toda cultura tem aspectos práticos (materiais) e simbólicos (representativos). Por que, de um modo geral, percebe-se a cultura apenas como algo que possa ser “útil”? A morte, aliás, pode ser considerada “útil” em termos culturais a alguém?

Capítulo 27

Nas palavras de Everardo Rocha

O relógio, o arco e a flecha (p. 281)

Através da narrativa de uma história, provavelmente inverídica, o antropólogo brasileiro Everardo Rocha explica o que é o etnocentrismo. Analise o texto com os estudantes e sugira que eles discutam outros exemplos de etnocentrismo que podem ser observados no cotidiano deles.

Cenário da diversidade cultural: etnocentrismo e preconceito

O cabelo da minha filha (p. 285)

A crônica de José Eduardo Agualusa narra algumas situações de “verdades culturais” sobre beleza, relacionamentos amorosos e até sobre o que é tido como “normal” e “natural”. Isso tudo, no entanto, varia de um país para outro – de Angola para o Brasil, do Brasil para a Suécia, da Suécia para a Índia, por exemplo.

Converse com os estudantes sobre as noções de “beleza” e “feiura”, de “normal” e “anormal”, de

“certo” e “errado”, em diferentes situações culturais. Após o bate-papo, proponha uma reflexão em grupo sobre a politização desses temas e as formas de dominação e preconceitos que os alimentam.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Qual é a relação entre etnocentrismo e diversidade cultural?
2. Em cultura, há algo “natural” ou só se pode falar em “elaborações sociais”. Os sentimentos de ternura ou de repulsa pelos “cabelos encaracolados” da personagem da crônica de Agualusa é “natural” ou “cultural”?

Capítulo 28

Nas palavras de Darcy Ribeiro

Brasil, nova Roma (p. 288)

O antropólogo Darcy Ribeiro era um brasileiro entusiasta. Acreditava no futuro do país sem jamais romancear nosso passado de explorações coloniais das mais bárbaras. Reflita com os estudantes acerca de nossa “herança colonial” (a opção reiterada pela violência como forma de resolução dos conflitos, a privatização e a personalização dos espaços públicos, o preconceito étnico, a exclusão dos diferentes etc.) e levante com eles alternativas presumíveis para a superação desses problemas. Procure capturar como pensam os estudantes, seus amigos e familiares no tocante aos problemas socioculturais mais agudos da realidade brasileira.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

O Brasil de Ary Barroso e Cazuza (p. 291)

Com base nos vários compositores e intérpretes apresentados no texto (a verdadeira “aquarela” cultural brasileira), sugira aos estudantes que debatam a respeito das diversas maneiras como a música pode interpretar o Brasil e a realidade social do país. Converse com eles sobre as perso-

nagens, os cenários e os eventos que costumam estar presentes em toda boa canção e de que modo elas retratam uma visão de mundo única e interessante para a imaginação sociológica.

Para pesquisar

Esta unidade pode ser encerrada com reflexões sobre a diversidade cultural presente entre os estudantes e no interior da escola. Pode ser feita uma pesquisa sobre o padrão arquitetônico do prédio escolar (época da história do país em que foi construído, padrão artístico contemplado). Um breve inventário sobre a ascendência étnica da turma pode também revelar o porquê de tantas expressões religiosas entre os estudantes – a partir disso, torna-se possível e estimulante ressaltar que as diferenças entre eles não impedem o bom convívio e o aprendizado mútuo.

Busque ainda referendar que diferenças não devem legitimar desigualdades, posto que esta última é resultado de opressões e explorações, nunca de encontros e relações de respeito e admiração.

Conexão de saberes

Pense e dance!

Músicas e cantorias são formas riquíssimas de expressão cultural. Na história, revelam unidade e diversidade na medida em que as sociedades que as criam e difundem utilizam, para tanto, os mais diversos motivos, estilos e ferramentas. São, portanto, expressões artísticas que valorizam o passado, homenageiam o presente e sinalizam para o futuro com espírito aberto.

Muitas vezes as danças e os cantos são acompanhados de instrumentos. Estes são produzidos com os mais variados elementos existentes tanto no meio ambiente quanto na variedade de produtos industrializados dos mais distintos ramos da atividade econômica.

Os instrumentos, assim como as danças e canções, são de uma diversidade imensa e os materiais e saberes que são utilizados em sua fabricação são quase infinitos. Eles envolvem muita arte, diversos conhecimentos acumulados pelo saber popular e científico.

Procure, pois, analisar com os estudantes todas as possibilidades dos saberes envolvidos na confecção de instrumentos.

Veja, como sugestão, o exemplo da viola de cocho, um instrumento singular do Brasil, em: <www.youtube.com/watch?v=CE2KZ6fgxJ0>. Acesso em: mar. 2016.

Que materiais foram utilizados em sua fabricação? Converse com os estudantes e reflita sobre as enormes diferenças que há, por exemplo, na confecção de uma guitarra elétrica.

Observe neste outro vídeo uma canção contemporânea muito conhecida (“*Imagine*”), interpretada por diversos indivíduos e seus instrumentos, cantada por outros tantos intérpretes: <www.youtube.com/watch?v=bKoDGucPOWM>. Acesso em: mar. 2016.

Vale a pena discutir com os estudantes a criatividade que a musicalidade desperta nos indivíduos e grupos sociais. Procure debater como a arte musical aguça os sentidos, amplia a sensibilidade, empurra a curiosidade e melhora a qualidade de vida das pessoas, dando a elas uma razão de ser, algo sobre o que perguntar e a que se dedicar. Pessoas – digamos – “musicais” costumam ser muito mais interessantes de conhecer e conviver.

De outro modo, mas de forma transversal e afim, reflita com eles a respeito das dimensões químicas, físicas e biológicas da música (poder e variação da voz e dos sons, movimento do corpo, substâncias liberadas e produzidas, a diversidade de emoções e respostas do organismo em face da música e da dança etc.).

Sugestão de material visual extra para o professor

Vídeo: *O perigo da história única*. Disponível em: <www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: mar. 2016.

O depoimento de Chimamanda Adichie apresentado nesse vídeo é um excelente ponto de partida para discutir a questão da diversidade cultural.

Sugestões de livros para o professor

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

Nesse livro, são apresentados de forma clara os debates sobre a noção de cultura e os diversos empregos que o termo recebe na Antropologia e na Sociologia.

- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

O historiador realiza uma ampla abordagem da cultura popular europeia, de 1500 a 1800, associando-a aos processos de urbanização, de profissionalização da arte e de transformação social e política. A obra é essencial para compreender o caráter dinâmico da cultura.

- CALDAS, Waldenyr. *Para entender cultura*. São Paulo: Global, 1986.

Uma excelente introdução ao conceito de cultura e suas múltiplas e interdisciplinares abordagens.

- RIBEIRO, Berta G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan/Unibrade/Unesco, 1987.

Esse livro é de importância fundamental para conhecer o modo de vida dos diferentes grupos indígenas no Brasil e a herança deixada por eles em nossa cultura.

- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

O antropólogo Marshall Sahlins desenvolve a tese de que todos os planos de atividade social (o político, o cultural e o econômico) são organizados de acordo com um sistema de significados culturais, não sendo determinados por razões utilitárias.

- VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1979.

Essa é uma coletânea de textos sobre cultura popular, escritos por filósofos, pedagogos e cientistas sociais.

- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Livro clássico de Raymond Williams sobre os vínculos entre os conceitos de cultura e sociedade, analisados por leituras críticas de importantes pensadores da história das ideias.

- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Em forma de dicionário, Williams apresenta um texto rigoroso com explicações importantes sobre conceitos, categorias e ideias derivados da noção de cultura.

Unidade 8 – Ideologia e indústria cultural

Conteúdo

Ideologia: é preciso ter uma para viver?

Capítulo 29 – A ideologia: usos e atribuições

A ideologia no cotidiano

Capítulo 30 – A indústria cultural e a difusão de ideologias

A indústria cultural e a vida cotidiana

Sem saída?

Capítulo 31 – A internet e as novas formas de sociabilidade

A leitura e a escrita digitais

Relações sociais através de *smartphones*

Capítulo 32 – Indústria cultural no Brasil

A internet no Brasil

Objetivo

Essa unidade é dedicada à reflexão sobre o tema da ideologia. Para ilustrá-lo melhor e enraizá-lo na vida social contemporânea, juntamos a ele o conceito de indústria cultural, propondo, assim, uma proposta integrada de ensino e aprendizagem. O intuito é oferecer aos estudantes a possibilidade de refletir com calma sobre como o conhecimento disponível nos meandros da vida coletiva sofre alterações programadas, distorções interesseiras e, principalmente, consequências advindas das lutas por *status* e poder.

A ideologia, como conceito, é controversa e não é compreendida da mesma maneira nem por autores presumivelmente pertencentes a uma linha

coesa de pensamento e engajamento político. Marx e Gramsci, por exemplo, viam-na de modo inverso: para o autor de *O capital*, a ideologia era deformação das ideias e imposição de visões de mundo de classe sobre classe; já o pensador sardo a considerava um instrumento importante na luta política dos trabalhadores, os quais deveriam elaborar e difundir a sua própria ideologia nas batalhas políticas e culturais da vida social.

Autores importantes para a Sociologia e as ciências sociais também interpretaram à sua maneira o conceito de ideologia. Alguns, como Adorno e Horkheimer, por exemplo, aplicaram-no aos estudos sobre a já apontada indústria cultural. Dessa forma, contribuíram para o entendimento do poder dos meios de comunicação de massa nas sociedades contemporâneas e, de modo ainda mais contundente, para a mercantilização de ideias, valores e práticas culturais, que passaram a ser vendidos como um produto fabril qualquer, gerando lucro para poucos e alienando multidões diante de suas promessas de entretenimento e felicidade.

Nessa unidade, portanto, o que desejamos é que os estudantes façam contato com esses autores e, de modo ainda mais abrangente, com suas ideias a respeito de como se formam nossos pensamentos e juízos sobre os fenômenos da realidade. Nada vem pronto, nada é natural, nada cai do céu. Há atores e disputas de toda ordem em toda parte, em busca da conquista ou da ampliação das estratégias de dominação e capacidade de exercer influência sobre a conduta de indivíduos, grupos e classes sociais.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura dos dois textos a seguir, sobre a ideologia e o conceito de indústria cultural.

Como funciona a ideologia

[...] Os homens se unem na crença na medida em que suas convicções nascidas no interior deles mesmos se juntam em círculo como as águas do mar. As ideologias não unem, elas comutam, “integram”. Nelas, por assim dizer, as águas correm rio acima e jorram no sentido dos muitos indivíduos isolados, por meio de discursos e alto-falantes, de jornais e da instrução. Sente-se logo a sobrecarga necessária: superlativos e valores máximos exclu-

sivamente, sempre a luta final e a vitória final de imediato, sempre a comunidade de todo o povo e seu correspondente, o inimigo do povo, logo de saída.

Da mesma forma que o homem administrado como força de trabalho é controlado a distância pela fábrica, o homem afetivo o é pela ideologia. A condição para isso é, em ambos os casos, a redução que faz com que ele se torne elemento entre

elementos, com o equipamento mínimo de referência a promessas e ameaças. Os grupos que se mantêm em função de uma unidade interna são tão suspeitos aos olhos da ideologia como aos do poder e da administração racional, pois dificultam a apreensão dos elementos. Por outro lado, as ideologias têm uma atuação coletivizante, e nisso reside sua maior força.

Devolvem o indivíduo que ajudaram a isolar de novo à massa, a saber, à massa daqueles que também acreditam. Milhões estão convencidos. Todos mesmo, com exceção dos inimigos; mas a ideologia sabe perfeitamente dizer por que esses são obstinados. Isso facilita em muito a crença.

Estabelecem-se o contágio e confirmação recíprocos, assim como uma disputa pelo máximo de fidelidade à linha, exatamente entre as nuances individuais que existem no terreno plano da identidade ideológica, por exemplo, entre os recém-convertidos e crentes antigos, ou entre os que pertencem à ideologia por sua própria origem de classe e os outsiders que chegaram a ela por caminhos pessoais. O poder de sugestão das ideologias é ainda maior pelo fato de que não são apenas sistemas doutrinários teóricos, mas, ao mesmo tempo, aparelhagens espirituais completas com reações de comportamento e sentimento sincronizadas, com bem-aventuranças e condenações estabelecidas. Quem ou que (e mesmo como) deve odiar-se, se em relação aos homens deve ser-se otimista ou pessimista, onde é que a devoção, a consideração, o heroísmo e a firmeza devem encontrar seu objeto – para tudo isso a ideologia fornece o sistema de categorias e, frequentemente, o modelo já elaborado.

A literatura, o cinema, o teatro e as artes plásticas apresentam modelos que podem servir como

exemplo, ou os idealizam de tal forma que se espalham como um verniz sobre a existência: assim poderia ser a vida, assim seria certamente, se chegássemos ao poder. Chama a atenção o fato de que o homem ideal se apresentar de forma quase idêntica nos cartazes pintados pelas diferentes ideologias; sempre o mesmo homem com o olhar voltado para a frente e o punho cerrado, sempre a mesma moça com os olhos cheios de fé. Só a legenda muda.

Com a sua capacidade de contagiar, de ligar imediatamente e de devolver o indivíduo isolado à massa, as ideologias apelam aos indivíduos que se sabem isolados, especialmente àqueles que procuram ligações, que não suportam ficar sozinhos, que necessitam de assistência e ressonância, àqueles que se sentem à margem e que gostariam de participar, aos que foram excluídos e que querem voltar. Atingíveis em mais alto grau são os que se inclinam a ideias fixas, os monomânicos do ódio (contra quem ou o que quer que seja), os predestinados a ter mania de perseguição. Essas disposições neuróticas tornam o homem presa fácil das ideologias, e sua supercompensação frequentemente faz com que ele se torne protagonista delas. Mas todos esses tipos, especialmente o tipo fundamental, do indivíduo isolado e que busca companhia, são constantemente reproduzidos pelas ideologias e pelo sistema a que se subordinam. Esse processo duplice está em contínuo movimento.

Os sistemas secundários produzem o homem de que necessitam e apelam para as qualidades e estruturas de cuja existência são causa.

FREYER, Hans. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 126-127.

O conceito de indústria cultural e sua atualidade

[...] já na década de 1940 Adorno havia identificado o princípio pelo qual a economia capitalista haveria de expandir os limites “fordistas” da produção de mercadorias culturais: “Para todos, algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas”. A crítica à indústria cul-

tural pressupõe a crítica à ilusão de superioridade do crítico não dialético da cultura.

Mas como pensar, hoje em dia, uma crítica baseada no conceito de indústria cultural, quando este assume, como vimos, um sentido positivo? Muita coisa mudou desde que Adorno cunhou o termo. Se

ele ainda podia pensar a indústria cultural como tendo uma posição secundária, do ponto de vista econômico, em relação à indústria siderúrgica, química e de bens de produção, hoje em dia os valores gerados e comercializados pela indústria do entretenimento alcançam números muito superiores aos das indústrias tradicionais, além de alavancar grande parte da economia baseada na tecnologia da informação. Além disso, se Adorno ainda causava um enorme mal-estar quando argumentava que os produtos da indústria cultural tinham como objetivo principal o lucro, sendo pensados e testados para criar reações previamente estipuladas em seu “público-alvo”, hoje em dia isso é assumido abertamente pelos diretores das grandes empresas, que consideram o fato inclusive um fator de legitimação econômica e social de suas atividades.

Devemos, então, abandonar o conceito, já que ele parece ter perdido seu sentido original? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada no prefácio que Adorno e Horkheimer escreveram em 1969, para a segunda edição da *Dialética do esclarecimento*: “Não nos agarramos sem modificações a tudo o que está dito no livro. Isso seria incompatível com uma teoria que atribui à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo de imutável”. Essa mesma teoria, verdadeiramente dialética, reconhece que as modificações históricas a que estão sujeitos os conceitos podem ser investigadas e criticadas através dos próprios conceitos.

A relação fundamental entre economia e cultura, apontada por Adorno e cristalizada no conceito

de indústria cultural, é hoje qualitativa e quantitativamente diferente, mas essa diferença é ela mesma significativa quando se percebe o sentido atual do termo. O conceito sobrevive, assim, não porque sua capacidade de crítica à ideologia envelheceu, mas porque as perspectivas apontadas por Adorno realizaram-se em tão alto grau que o próprio conceito perdeu, no uso corrente, o teor de crítica que um dia incorporou, tornando-se ele mesmo ideologia, mas conservando, em suas diferentes camadas de significado, a promessa de crítica que ainda lhe confere teor de verdade.

Cabe, então, ao crítico dialético da cultura identificar nas contradições do uso corrente do conceito as contradições sociais que lhe dão sentido, sem abandonar o conceito de indústria cultural em favor de um conceito equivocadamente tido como mais progressista e contemporâneo, como o de cultura de massas. Basta lembrar as últimas linhas do ensaio pioneiro de Adorno: “Se as massas são injustamente difamadas do alto como tais, é também a própria indústria cultural que as transforma nas massas que ela depois despreza e impede de atingir a emancipação para a qual os próprios homens estariam tão maduros quanto as forças produtivas da época o permitiriam”.

A esperança de que a promessa de emancipação ainda não tenha envelhecido é justamente o que ainda anima a exigência de uma crítica dialética da cultura contemporânea.

ALMEIDA, Jorge M. B. A atualidade do conceito de indústria cultural. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. p. 157-158.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

Pergunte à classe o que é indústria cultural. Procure diferenciar esse conceito da ideia de meios de comunicação de massa. O conceito de indústria cultural engloba os mecanismos que transformam os meios de comunicação de massa em poderoso instrumento de lucro, de formação de opinião, gos-

tos e comportamentos para que se produza uma forma homogênea de pensar, sentir e agir. Explique que, apesar de uma possível homogeneização, há sempre adaptações, assimilações e diferenças nesse processo. Os conceitos de indústria cultural (de acordo com Theodor Adorno e Max Horkheimer) e de hegemonia (de acordo com Antonio Gramsci) são importantes para evidenciar a relação entre cultura e ideologia utilizada para disseminar uma dominação ou uma contradominação. Exemplos como o da propaganda política usada pelos poderosos de uma sociedade ou por movimentos sociais contestadores da ordem vigente podem ser citados.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Verifique os meios de comunicação de massa aos quais os estudantes têm acesso. Com base no que for comum aos estudantes, reflita com eles sobre o tema da indústria cultural, evidenciando os aspectos culturais e ideológicos presentes.
2. Discuta com os estudantes as afirmações a seguir, procurando identificar os elementos ideológicos e os preconceituosos presentes:
 - Político é sempre corrupto.
 - Brasileiro é preguiçoso.
 - O brasileiro é um povo pacífico.
 - Apesar de ser mulher, ela é inteligente.
 - Aquele passeio foi um verdadeiro programa de índio.
3. Além dos indicados no livro do aluno, você pode exibir para a classe o seguinte filme e analisá-lo:
 - *A ilha*, do diretor Michael Bay, lançado nos Estados Unidos da América, em 2005. Procure fazer, se possível, um roteiro de questões, às quais os estudantes poderão responder em casa, após assistir ao filme.
4. A televisão é um dos meios de comunicação comentados em todos os lugares. Dois livros completamente diferentes podem ser úteis para discutir essa questão:
 - *O menino sem imaginação*, de Carlos Eduardo Novaes (São Paulo: Ática, 2007), narra uma história que pode motivar boa discussão: em momento de pico de audiência de um determinado programa de televisão, a energia elétrica acaba em uma cidade. Depois de três horas, a luz volta, mas a televisão não funciona. Por um fenômeno físico, a cidade fica sem televisão. O que fazer então? No livro são propostas algumas questões sobre essa situação inusitada.
 - *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*, de Renato Janine Ribeiro (Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005), contém uma série de artigos escritos pelo autor para um jornal de circulação nacional. São analisados aspectos negativos e positivos da programação televisiva nacional, demonstrando que há algumas produções interessantes e outras descartáveis na telinha. No final, há um ensaio muito importante sobre a televisão no Brasil.
5. Uma das questões relevantes a analisar é o modo como os fatos são noticiados. Selecione um acontecimento importante no momento em que estiver trabalhando essa unidade e peça aos estudantes que analisem a forma como o assunto é tratado nos diferentes meios de comunicação: jornais de grande circulação ou jornais locais, revistas de grande circulação e da imprensa alternativa, canais de televisão, programas de rádio, internet (pode até indicar *sites*, *blogs* de diferentes tendências) etc. Você pode dividir os estudantes em equipes. Cada equipe deve apresentar em sala de aula o modo como foi tratado o assunto em um meio de comunicação para depois comparar as análises e verificar se as notícias foram divulgadas da mesma forma ou de maneira diversa.
6. Sugerimos as seguintes possibilidades de pesquisa:
 - Peça aos estudantes que relacionem situações inverossímeis que aparecem nas novelas. Por exemplo, peça-lhes que analisem o café da manhã nas diferentes moradias retratadas. Pergunte-lhes se o que compõe a cena do café da manhã de uma família pobre e o de uma família rica corresponde ao que se observa na vida real. Será que as pessoas se encontram pela manhã todos os dias? Será que está sempre tudo arrumadinho, como nas novelas? Ainda sobre as novelas, solicite que observem fatos corriqueiros como estes: por que ninguém usa chave para entrar em uma moradia? Por que sempre se encontra uma vaga quando se quer estacionar? Por que raramente as pessoas vão ao banheiro? Por que na TV – em novelas e tantos outros programas – não se vê TV? Por que os atores quando acordam estão sempre bem penteados? Enfim, faça com que observem fatos similares a estes e, a partir dos relatos, monte uma relação de fatos que não condizem com o cotidiano normal das pessoas.
 - Selecione com a classe programas de televisão para ser vistos e analisados em equipe ou individualmente, e comparados em sala. Algumas equipes ficarão encarregadas de analisar um programa definido pela classe como popular e outras, de analisar um programa avaliado como erudito. Com base na comparação, retome os elementos teóricos desenvolvidos nos capítulos da unidade.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 29

Nas palavras de Mannheim

Ideologia e utopia (p. 299)

Karl Mannheim afirmava que o intelectual da ideologia era um conservador, interessado na manutenção da ordem social, enquanto o intelectual das utopias era um revolucionário, um sujeito que desejava romper as fronteiras impostas pelas normas oficiais.

Reúna os estudantes em grupos e sugira a eles que pesquisem sobre movimentos da história que possam ser vistos como utópicos (como as revoluções francesa, russa e cubana, por exemplo, bem como o movimento zapatista, no México, e os movimentos de independência na África). Da mesma maneira, sugira que pesquisem também sobre textos clássicos da ideia de utopia, como *Utopia*, de Thomas Morus, *Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella e *A vida de Gargântua e de Pantagruel*, de François Rabelais.

Durante essas atividades, estimule e medeie debates sobre as diferenças entre ideologia e utopia como conceitos e, também, como práticas na história e na conduta dos indivíduos em sociedade.

Cenário da ideologia

O currículo “vitaminado” (p. 302)

Um dos ingredientes ideológicos mais assustadores de nossa cultura é o que apregoa a vitória a qualquer preço. “Vencer ou vencer!”, dizem os adeptos conscientes ou não dessa ideologia.

Num ensaio publicado há quase quarenta anos (*Curriculum mortis*), Leandro Konder adverte para essa cultura que só enxerga vitórias e esconde derrotas. Na verdade, alerta o saudoso filósofo brasileiro, as derrotas assimiladas é que permitem a autocrítica e as vitórias futuras; por isso, é fundamental que deixemos de lado as conquistas e passemos a expor com mais ênfase nossos fracassos, nossos objetivos não alcançados. No lugar do *curriculum vitae*, que só contabiliza sucessos, o *curriculum mortis*, que expõe nossas fragilidades, deficiências e, é claro, insistências e aprendizados.

Refleta com os estudantes acerca desse “triumfalismo” de nossa cultura. Por que, afinal, essa sede de vencer, conquistar, brilhar, “chegar lá”? Que tipo de sentimentos e, principalmente, comportamentos essa cultura prática alimenta e ensaja: Quais os resultados em sociedade para os não vencedores?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais são as diferenças entre a concepção de ideologia de Karl Marx, a de Émile Durkheim e a de Karl Mannheim?
2. Em que dimensões de nossa vida a cultura do sucesso e do “vencer, custe o que custar” aparecem com maior evidência e como se pode analisar isso à luz do conceito de ideologia e da expansão da indústria cultural?

Capítulo 30

Nas palavras de Adorno

Indústria cultural e ideologia (p. 304)

Adorno e Horkheimer afirmam que a indústria cultural, com as suas técnicas e tecnologias, impede o desenvolvimento de indivíduos autônomos e, conseqüentemente, obstruem a democracia.

Promova entre os estudantes um debate acerca da palavra democracia. Sugira que pesquisem seus usos na história, na política e nas relações sociais. Depois, com material pesquisado à mão, incentive-os a relacionar a fragilidade da vida democrática e a força da indústria cultural no mundo contemporâneo. Uma boa pista inicial está na constatação da grande desorganização social brasileira, tomada pelo individualismo e pelas práticas exageradas de consumismo. O que tem tudo isso a ver com a democracia sempre inacabada entre nós?

Nas palavras de Gramsci

Diferenciando as ideologias (p. 305)

Debata com os estudantes os potenciais da ideologia orgânica. Afinal de contas, o que ela é de fato capaz de criar?

Nas palavras de Arbex Jr. e Tognoli

O circo-TV de cada dia (p. 307)

Aproveite o excerto do livro *O mundo pós-moderno*, de José Arbex Jr. e Cláudio Júlio Tognoli,

e avalie com os estudantes a função que a TV desempenha sobre a vida deles e de suas famílias. É interessante buscar saber quanto tempo dedicam ao aparelho televisor em suas casas.

Veem somente à noite? Assistem a programações específicas? Vivem zapeando de canal em canal? Mantêm a TV ligada durante as refeições? As respostas a essas questões proporcionarão um cruzamento de informações que permitirá a cada um e a toda a turma, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o papel e a importância da TV na difusão de ideologias e na construção de suas visões de mundo.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Que tipo de papel “inteligente” a TV pode exercer na vida das pessoas? Ela tem ou não funções mais nobres do que a de disseminação de valores ideológicos de uma determinada classe social?
2. O que é um intelectual e qual sua relevância num mundo tomado pelas mídias eletrônicas e pela produção instantânea de respostas rápidas para tudo?

Cenário da indústria cultural e da difusão ideológica

O mundo que o Facebook criou? (p. 309)

Passa-se cada vez mais tempo nas redes sociais. Estar a ela conectado durante todo o dia é comum, e causa espanto alguém dizer que “não está no Facebook”, por exemplo.

Promova entre os estudantes uma discussão sobre o tempo utilizado nas redes sociais. Isso explicaria por que a maioria dos jovens lê tão pouco hoje em dia? Daria alguma pista sobre a crise dos jornais e revistas e a perda progressiva de seu público leitor?

Analise com os estudantes o que é realmente atrativo nas redes sociais e por que nelas quase todo mundo julga ter uma boa opinião sobre tudo. Em seguida, incite-os a refletir sobre a perda de experiências reais que o mundo virtual tem criado nas duas últimas décadas, com indivíduos cada vez mais solitários e reféns de uma indústria de medicação e autoajuda que promete devolver a felicidade em uma realidade cada vez mais “hostil” e “competitiva”. Essas últimas palavras, aliás, têm qual sentido na vida dos jovens de hoje? Reflita sobre isso com os estudantes também.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Se o conceito de indústria cultural nos leva a pensar que vivemos dominados, quais são as alternativas possíveis para resistir a essa dominação?
2. O que o mundo virtual tem (e seduz tanto) que o mundo real não tem (e estimula tão pouco)?

Capítulo 31

Cenário da realidade virtual

O analfabeto midiático (p. 313)

O “analfabeto midiático” guarda muita semelhança em relação ao “analfabeto político”, de Bertolt Brecht.

Leia a seguir o texto de Bertolt Brecht:

O analfabeto político

O pior analfabeto, é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, não participa dos
acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida,
O preço do feijão, do peixe, da farinha
Do aluguel, do sapato e do remédio
Depende das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que
Se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia
[política].

Não sabe o imbecil,
Que da sua ignorância nasce a prostituta,
O menor abandonado,
O assaltante e o pior de todos os bandidos
Que é o político vigarista,
Pilanta, o corrupto e o espoliador
Das empresas nacionais e multinacionais.

Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-analfabeto-midiatico/>>. Acesso em: jan. 2016.

A grande diferença entre eles é que, enquanto o personagem de Brecht insistia em não querer ver a realidade, o moderníssimo “analfabeto midiático” julga a tudo ver, de tudo saber, sobre qualquer coisa possuir a “verdade mais verdadeira”.

Refleta com os estudantes um pouco sobre a existência dessa personagem tão comum nos comentários às publicações da internet, por exemplo. Carente de argumentos e ideias minimamente pertinentes, o “analfabeto midiático” é também um sujeito difusor de agressões e toda sorte de calamidade pela via da palavra escrita.

Uma boa dica de leitura para debater com os estudantes esse assunto é o livro *Como conversar com um fascista*, da filósofa brasileira Marcia Tiburi (Editora Record, 2015). Em uma reunião de artigos e pequenos ensaios, a autora indaga sobre a ausência de diálogo no mundo contemporâneo e a prevalência do insulto e da adesão a ideologias violentas e intolerantes. Trata-se, pois, de um livro oportuno para um assunto cada vez mais urgente.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. A internet é um meio de encontrar alternativas de informação, conhecimento e entretenimento para fugir da indústria cultural dominante ou é somente mais uma de suas formas?
2. A que se pode atribuir a rápida proliferação dos chamados “haters” na internet, indivíduos que farejam polêmicas e não perdem oportunidade de agredir pessoas que pensam diferentes deles? É um fenômeno ideológico? De que tipo?

Texto complementar e atividade opcional

O Estado nos vigia e o capital nos vende

Noventa e sete por cento da informação do planeta está digitalizada. E a maior parte dessa informação nós é que produzimos, por meio da internet e redes de comunicação sem fio. Ao comunicar, transformamos boa parte das nossas vidas em registro digital. E, portanto, comunicável e acessível via interconexão de arquivos de redes. Com uma identificação individual que se conecta com os nossos cartões de crédito, o nosso cartão de saúde, a nossa conta bancária, o nosso histórico pessoal e profissional (incluindo domicílio), os nossos computadores (cada um com o seu número de código), o nosso correio eletrônico (requerido

por bancos e empresas de internet), a nossa carta de condução, o número do registro do carro, as viagens que fazemos, os nossos hábitos de consumo (detectados pelas compras com cartão ou pela internet), os nossos hábitos de música e leitura, a nossa presença nas redes sociais (tais como Facebook, Instagram, YouTube, Flickr ou Twitter e tantos outros), as nossas buscas no Google ou Yahoo e um amplo etcetera digital. E tudo isso referido a uma pessoa: você, por exemplo. Supõe-se sem dúvida que as identidades individuais estejam legalmente protegidas e que os dados de cada um sejam privados. Até que deixem de ser. E essas exceções, que na verdade são a regra, referem-se ao relacionamento com as duas instituições centrais na nossa sociedade: o Estado e o Capital.

Nesse mundo digitalizado e conectado, o Estado vigia-nos e o Capital vende-nos, ou seja, vende a nossa vida transformada em dados. Vigiam-nos pelo nosso bem, para proteger-nos do mal. E vendem-nos com a nossa própria concordância, quando aceitamos cookies e confiamos nos bancos que nos permitem viver de crédito (e, portanto, julgam-se no direito de saber a quem fornecem cartão). Os dois processos, a vigilância eletrônica maciça e a venda de dados pessoais como modelo de negócio, ampliaram-se exponencialmente na última década, pelo efeito da paranoia da segurança, a busca de formas para tornar a internet rentável e o desenvolvimento tecnológico da comunicação digital e do tratamento de dados.

CASTELLS, Manuel. A internet ameaçada. *Outras Palavras*, 21 mar. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/castells-a-internet-ameacada/>>. Acesso em: jan. 2016.

Utilize o texto do sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-) para discutir com os estudantes a questão da segurança na internet. Peça a eles que relatem casos conhecidos de invasão de privacidade e crimes cibernéticos ou virtuais. Sugira que pesquisem algo sobre o site “Wikileaks” e a personagem estadunidense Edward Snowden, além das espionagens via internet que alguns países praticam contra outros. Por fim, promova uma ampla reflexão sobre o tema: “Estamos realmente seguros e protegidos na internet?”.

Capítulo 32

Nas palavras de Bosi

Indústria cultural e cultura popular (p. 315)

Nesse texto, o crítico e historiador da literatura brasileira Alfredo Bosi (1936-) procura demonstrar como a indústria cultural sufoca a cultura popular no Brasil. Aproveite a oportunidade para fazer um levantamento com os estudantes sobre os hábitos e costumes próprios da cultura popular da região onde vivem a partir dos exemplos citados no último parágrafo do texto. Será uma experiência muito rica conhecer os detalhes do cotidiano dos estudantes e a herança cultural que receberam. Se possível, faça uma comparação com culturas próprias de outras regiões e, se julgar conveniente, aproveite para transformar essa atividade em uma avaliação.

Nas palavras de Janine Ribeiro

Público crítico (p. 319)

Sempre ouvimos críticas à programação da tevê nacional. Será que há alguma alternativa para mudá-la? Renato Janine Ribeiro propõe algumas ideias. Discuta com os estudantes essas ideias e a viabilidade delas. Proponha aos estudantes esta questão: se os programas são ruins, por que não utilizar a mais simples das armas contra eles – boicotá-los, mudando de canal ou desligando o televisor?

Texto complementar e atividade opcional

Meu celular, minha vida

Há uma nova doença nos anais da medicina: a nomofobia, o medo de ficar sem celular. O termo foi cunhado no Reino Unido, e deriva de “*no mobile phobia*”. O fato é óbvio: para qualquer lugar que se olhe, as pessoas estão atentas ao celular – rua, restaurante, local de trabalho, ônibus, metrô, escola e até igreja.

Não sem razão, a revista Forbes considerou o mexicano Carlos Slim, em 2013, pela quarta vez consecutiva, o homem mais rico do mundo, com uma fortuna calculada em 73 bilhões de dólares. Com negócios na área de comunicação em vários países, no Brasil ele controla a Globopar (Net), a Claro e a Embratel.

O Brasil é o 60º país do mundo mais conectado por celular, e o 4º a dar mais lucros às empresas de telefonia. O brasileiro gasta, em média, 7,3% de sua renda mensal com o uso do telefone móvel. Em julho deste ano, nosso país dispunha de 267 milhões de aparelhos.

Essa fissura de manter o celular ligado o tempo todo – e manter-se ligado ao celular todo o tempo (até na hora de dormir) – se explica pela hipnose coletiva gerada pelas redes sociais.

Uma das anomalias de nossa época pós-moderna é o esgarçamento das relações pessoais e comunitárias. A família tradicional, que se reunia à mesa de refeições ou na sala para conversar, é hoje um bem escasso. As relações matrimoniais mal resistem à primeira crise. Segundo o IBGE, as uniões conjugais duram, em média, cerca de sete anos!

Na opinião de Aristóteles, amizades são imprescindíveis à nossa felicidade. No entanto, nesse mundo competitivo, muitas andam contaminadas por inveja, ciúme, cobranças, ou prejudicadas pela falta de tempo.

Resta então, nesse mar revolto no qual naufragam antigos e saudáveis costumes, a ilha salvadora do celular! O aparelho corresponde muito bem às contradições da pós-modernidade: por ele me comunico, sem conversar; opino, sem me comprometer; me expresso, sem me envolver; troco mensagens e torpedos, sem me doar a ninguém e a nenhuma causa.

O fascínio do celular consiste em amenizar minha solidão sem exigir solidarizar-me. Estou na rede, interajo com inúmeras pessoas e, no entanto, fico na minha, olhando o meu umbigo, indiferente ao fato de algumas dessas pessoas estarem sofrendo ou, pelo menos, necessitando de minha presença física consoladora ou incentivadora.

O celular faz de mim, Clark Kent, um Super-Homem. Eu, a quem quase ninguém presta atenção, agora gozo de um público multimídia ligado no que expresso. Em contrapartida, o celular me rouba tempo: de leituras, de trabalho, de convivência familiar e com amigos. Com ele ligado no bolso ou ao meu lado, fica cada vez mais difícil a concentração.

O celular é um espelho mágico. Repare como as pessoas o fitam. É como se vissem na tela.

Por ser um equipamento eletrônico dotado de múltiplos recursos, ele me traz a sensação de que sou um Pequeno Príncipe capaz de visitar sucessivamente diferentes planetas.

No celular eu me enxergo como gostaria que as pessoas me vissem. Com a vantagem de que ele dissimula minha verdadeira identidade, meu modo de ser, permitindo que eu me esconda atrás dele. Ele faz de mim um ser onipresente. O que transmito é captado por uma rede infinita de pessoas que, por sua vez, podem reproduzir a inúmeras outras.

Hoje em dia os consultórios médicos já lidam com crianças, jovens e adultos que padecem de nomofobia. Gente que não consegue se desconectar do aparelho. Vive as 24h do dia ligada a ele.

Ah, como é saudável estar bem consigo mesmo e manter o celular desligado por um bom tempo, sobretudo à noite! Mas isso exige o que parece cada vez mais raro nos dias atuais: boa autoestima, falta de ansiedade, consistência subjetiva, gosto pelo silêncio e uma vida ancorada em um sentido altruísta.

BETTO, Frei. Meu celular, minha vida. *Adital*, 5 dez. 2013. Mundo. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cat=&cod=78989>>. Acesso em: jan. 2016.

O celular – principalmente depois de ter virado, um único aparelho, telefone, computador, rádio, TV, máquina fotográfica etc. – tornou-se um novo membro nos corpos das novas gerações.

Tal qual proposto para debater e compreender melhor as redes sociais, promova com os estudantes uma discussão sobre o “vício” de carregar o celular e de se sentir intimado a estar a toda hora conectado. Afinal de contas – pergunte aos estudantes –, existe mesmo medo de ficar sem celular? Medo, exatamente, de quê? Estamos falando de uma nova doença?

Convença os estudantes a ficar um ou dois dias sem os seus celulares e depois narrar por escrito as sensações vivenciadas. O resultado pode ser estimulante para a crítica acerca do tema e também para uma autoanálise mais profunda e reveladora sobre o porquê de o celular estar tão ligado às nossas vidas.

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

Estragou a televisão (p. 322)

Pergunte aos estudantes: se a televisão não funcionasse durante meses em sua casa, o que aconteceria com as relações entre as pessoas da família? Procure anotar as respostas para analisá-las com calma. Se você ler o livro *O menino sem imaginação* (indicado na seção **Sugestões alternativas e temas para pesquisa**, deste manual), conte um resumo da história para os estudantes e veja qual é a reação deles. Essa é uma oportunidade para analisar a influência da televisão na vida das pessoas.

Para pesquisar

Como atividade final da unidade, sugerimos a criação de um painel com os diferentes conceitos de ideologia trabalhados ao longo do texto pelos diversos autores (Marx, Gramsci, Mannheim, Durkheim etc.). Uma tabela pode ser elaborada pelos estudantes, com o nome dos autores, suas principais obras e a maneira como definem a questão da ideologia.

Sobre a indústria cultural, sugerimos que seja feita uma pesquisa acerca dos principais veículos de comunicação do Brasil, a fim de descobrir por que são de propriedade de tão pouca gente, apesar de, numericamente, serem tantos. Procure responder à questão: “O monopólio da comunicação social fortalece a ideologia e a indústria cultural?”. Esse é um tema cheio de vigor e importância em diversos campos da atividade sociológica.

Conexão de saberes

Desperdícios à venda

A internet, nos últimos anos, vem trazendo uma série de mudanças comportamentais em nosso cotidiano. O uso de dispositivos móveis (principalmente *tablets* e *smartphones*), cada vez mais potentes e diversificados, permite que a privacidade seja ameaçada de muitas maneiras. Além disso, a internet é o meio pelo qual a indústria cultural tem disseminado seus produtos de forma mais rápida e abrangente, divulgando produtos, serviços e, é claro, velhas ideologias e ingredientes para novas mentalidades.

Quando se observa com cuidado esse novo mundo de relações sociais (mais virtuais do que reais, ou onde o virtual é tido por real), pode-se perceber que, para fabricar e utilizar a internet e todos os aparelhos a elas conectados é necessária **a conexão de amplos saberes de diversas ciências**. Essa é uma boa oportunidade para trabalhar o tema em sala de aula e perguntar quais são os saberes envolvidos na utilização e fabricação dos aparelhos eletrônicos de comunicação e interação. Matemática, Física, Química e Geografia estão presentes de forma clara. Mas quais seriam os outros saberes? Para comercialização desses produtos, a Economia, a Psicologia e a Sociologia, além do *Marketing*, do *Design*, da Administração e do Direito, estariam implicados de que maneiras?

Transforme essa complexa e intrigante experiência numa oportunidade de, novamente, demonstrar que é importante explorar as várias áreas do saber humano, além de confirmar que uma só área do conhecimento não compreende a totalidade de um processo.

Sugestões de material visual extra para o professor

Filme: *O ano em que meus pais saíram de férias* (Brasil, 2006). Direção: Cao Hamburger.

O filme revela o olhar do pequeno Mauro, de 12 anos de idade, sobre o Brasil em plenos anos de chumbo, início da década de 1970, auge da ditadura civil-militar pós-1964. Com a notícia de que seus pais haviam “saído de férias”, quando na verdade estavam tentando fugir da repressão política por serem militantes de esquerda, o garoto vive, em companhia do avô e de seus vizinhos, a euforia dos jogos do Brasil na Copa do Mundo no México, em 1970, onde a seleção canarinho conquistou o tricampeonato e foi utilizada ideologicamente pelos militares para encobrir seus crimes de censura, perseguição e morte.

O filme é uma preciosidade para discutir como as ideologias são ocultadas ou disfarçadas e serve de matéria-prima para refletir sobre a censura e a perseguição política dos que lutavam contra a ditadura.

Filme: *El empleo* (Argentina, 2008). Direção: Santiago Grasso. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM>. Acesso em: fev. 2016.

O curta-metragem aposta em imagens, no lugar das palavras; em animação, no lugar das pessoas de carne e osso. A ideia central é mostrar como os

indivíduos acabam sendo engolidos pelo trabalho e pelas regras do convívio social, a ponto de se tornarem objetos desfrutados por outros indivíduos, os quais, por sua vez, são desfrutados por outros e assim sucessiva e indefinidamente. A ideologia cotidiana afirma que o trabalho é fonte de riqueza, que só quem trabalha pode sonhar em melhorar de vida e ser feliz. Será? A pequena animação (com pouco mais de 6 minutos de duração) problematiza todas essas questões e estimula debates em torno de inúmeros temas.

Sugestões de livros para o professor

- CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2005.

Na primeira parte do livro, a professora Marilena Chaui discute temas como o discurso competente, a relação entre crítica e ideologia, a cultura do povo e o autoritarismo das elites e a relação entre cultura popular, religião e alienação. Aborda, de forma esclarecedora, vários aspectos instigantes da cultura e da ideologia.

- COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971.

Nessa coletânea, assim como na organizada por Luiz Costa Lima (*Teoria da cultura de massa*, 7. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2005), são reunidos textos sobre cultura de massa e indústria cultural escritos por autores representantes de várias tendências teóricas, o que permite uma visão ampliada da discussão sobre a indústria cultural e os meios de comunicação.

- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

Terry Eagleton examina, nesse livro, as várias definições do conceito de ideologia e recapitula o tratamento que a ele deram autores marxistas e não marxistas, entre os quais Nietzsche, Freud, Lukács, Gramsci, Adorno e Bourdieu.

- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O pensador brasileiro recupera o conceito de ideologia entre os gregos, em Marx, nos marxistas e até entre aqueles que rejeitam a perspectiva da questão ideológica, para traçar um amplo panorama do debate em torno dessa que é uma das mais importantes reflexões filosóficas, políticas e sociológicas do mundo contemporâneo.

- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 2003.

É bastante conhecida a história do Barão de Münchhausen, que, atolado com seu cavalo num pântano, puxa-se para cima pelos próprios cabelos a fim de salvar a si e o cavalo da morte iminente. O sociólogo Michael Löwy, radicado na França há várias décadas, utiliza essa metáfora para criticar aqueles que se dizem livres das deformações ideológicas em suas formas de interpretar o mundo. O livro faz um recorte preciso pelos temas da Sociologia do Conhecimento para investigar o positivismo, o historicismo e o materialismo-dialético em suas bem ou malsucedidas tentativas de driblar as pressões ideológicas nos seus métodos de intervenção sobre a realidade social.

- MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?: poder e massas na indústria cultural e da comunicação no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

O autor reúne 12 textos sobre a questão da cultura e da comunicação nas telenovelas, na publicidade, na música e no jornalismo, além das formas difusas de produção cultural, destacando o erotismo, o "imperialismo cultural" e o consumismo.

- MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Nessa obra extensa, são discutidas de forma precisa a necessidade da ideologia e a relação entre ciência e ideologia e desta com o possível processo de emancipação social e individual.

- NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1991.

Nessa coletânea, a respeito da televisão no Brasil e sua relação com a construção do imaginário brasileiro, são analisadas a presença e a influência exercida pela televisão nos campos da política, dos costumes e da cultura.

Unidade 9 – Religiões e religiosidades

Conteúdo

Andar com fé

Capítulo 33 – A diversidade religiosa no mundo

Origem das religiões e religiosidades

- Animismo
- Totemismo
- Mitologias

Religiões com origem na Índia e na China

- Índia
 - Hinduísmo
 - Budismo
- Manifestações ético-religiosas na China
 - Confucionismo
 - Taoismo
 - Mescla de religiosidades

Religiões com origem no Oriente Médio: monoteísmo

- Judaísmo
- Cristianismo
- Islamismo
- New Age

Capítulo 34 – Religião e Sociologia

Karl Marx: a religião como ópio do povo ou como realidade histórica

Émile Durkheim: a religião sem divindade

Max Weber: a racionalidade e a ética das religiões

Um sociólogo contemporâneo e a religião: Peter L. Berger

Um tema controverso: ciência e religião

Capítulo 35 – Religiões e religiosidades nas sociedades de hoje

Diversidade religiosa: respeito e coexistência

Religião: mídia e mercado ou mercantilização do sagrado

Religião e Estado: política e religião

- Separação entre religião e Estado e o surgimento do Estado laico
- A ação política religiosamente orientada

Capítulo 36 – Religiões e religiosidades no Brasil

As religiões nativas ou dos povos indígenas

Candomblés: as manifestações religiosas de matriz africana negra

Macumba

Catolicismos

Protestantismos

Espiritismo kardecista

Um caso à parte: a umbanda

Existe diversidade religiosa no Brasil?

Hostilidade religiosa no Brasil

Estado laico, religião e política no Brasil

Objetivo

Trabalhar em sala de aula a temática religião é sempre um desafio. Uma série de divergências entre os estudantes pode vir à luz, posto que é certa a presença de várias manifestações de fé e crença entre eles. Por essa razão, a primeira coisa a esclarecer é

que a Sociologia não discute se uma religião é mais verdadeira ou melhor que a outra. Seu interesse é na análise da religião como qualquer outro tema que expusemos neste livro, ou seja, como um fenômeno presente na organização das sociedades humanas.

O objetivo dessa unidade é inicialmente demonstrar que existem muitas religiões e religiosidades no mundo, todas elas repletas de sentido para os seus adeptos. A diversidade religiosa deve ser bem esclarecida para que se amplie a visão dos estudantes e se evite o etnocentrismo tão comum quando o assunto é religião.

Outro objetivo ainda é deixar claro como os principais clássicos da sociologia analisam a questão religiosa. Nesse sentido, é importante demonstrar as divergências e convergências sobre a questão.

Realizadas essas tarefas, escolhemos três temas, entre outros, nos quais a sociologia procura debater a questão: diversidade religiosa e respeito às escolhas dos outros; mercantilização do sagrado; religião e po-

lítica. São temas “explosivos”, pois revelam como as diferenças de visões e os fundamentalismos podem ser violentos. O essencial, entretanto, é salientar que o respeito à diferença é indispensável para a convivência na diversidade. A relação com a economia e com a política deve ser vista no modo como as religiões estão entranhadas na sociedade capitalista, muitas vezes reafirmando os seus valores e concepções de vida.

Ao analisar as religiões e religiosidades na sociedade brasileira, o intuito é reforçar que há uma diversidade de manifestações devido à formação do povo brasileiro, destinatário de contribuições culturais de muitos povos dos cinco continentes. A necessidade de conhecer e debater essas manifestações religiosas se impõe numa época de urgência na defesa dos valores democráticos e na construção de uma sociabilidade mais harmoniosa e menos violenta e intolerante em relação às escolhas dos outros.

Apoio teórico

A máquina de fazer deuses. Você deve. Eu devo

Essa máquina, evidentemente, é a sociedade. Podemos afirmar isso sem hesitação, mas em que consiste e por que efeito a reconhecemos? Poderíamos afirmar com espontaneidade ser possível reconhecê-la pelo grande número de indivíduos que reúne, pelo contrato que os associa uns aos outros, pela dominação que nela o homem exerce sobre o homem, pela troca de bens, e assim sucessivamente. E certamente teríamos razão. No entanto retomem a experiência de todos os dias e se perguntem se essas formas de laços não têm alguma coisa em comum. Imediatamente vocês perceberão que essa alguma coisa tão familiar e tão tangível é uma coação.

Existe coação quando vocês entram numa sala de aula, ou quando se reúnem em assembleia para tomarem juntos uma decisão. E mais ainda nas relações com um superior ou com uma administração que fazem pressão sobre os indivíduos e lhes impõem escolhas, que, muitas vezes, vão de encontro à vontade e às escolhas próprias. A coação existe até mesmo numa relação tão íntima quanto a de dois namorados, de pais e filhos, até mesmo entre amigos: em nome do casal, da família ou da amizade são impostos certos atos ou certas opiniões. É possível reconhecer o fato social

pela coação que se exerce de fora sobre a nossa vida e marca nossos gestos, nossos pensamentos e nossos sentimentos.

[...]

No entanto uma coação social não se confunde com uma coação física, ainda que o seu efeito possa ser o mesmo.

[...]

Mas o que atribui a uma coação sua qualidade social e a distingue, é uma obrigação que nos é imposta pelos outros e que nós impomos a nós mesmos. Ela indica aquilo que se deve ou que não se deve fazer. É possível que se interdite o impossível, como por exemplo as relações incestuosas entre jovens irmãos e irmãs, ou que se permita o possível, comer uma espécie de animal que está proibida em outro grupo. Aí se observa a diferença entre o físico e o social: o primeiro determina, o segundo ordena e proíbe. Pouco importa a natureza daquilo que está proibido ou ordenado aqui e ali. O principal é que as relações entre os homens são definidas pelo sentido que eles dão às fórmulas “você deve” e “eu devo”, e pelos objetos aos quais eles as aplicam. Elas é que fazem da sociedade uma criação moral.

[...]

Quando escuta uma voz coletiva dizer: “Você deve”, o indivíduo replica em eco: “O que acontecerá se eu não fizer” e faz sua a resposta.

A religião é o sinônimo dessa pressão. Ela tem de paradoxal o fato de ser feita de coisas que não podemos crer: palavras, gestos, pedras, pedaços de madeira e outras. Ou de coisas que ali estão para representar aquilo em que não podemos crer: o fim do mundo, a ressurreição dos mortos, a aliança com os céus. Mas, fazendo-nos incessantemente acreditar no absurdo ou, o que vem a dar no mesmo, em forças impalpáveis, ela nos demonstra a potência dos laços entre nós e reforça a sua coesão, a chaga aberta de uma religião e também o bálsamo que a cicatriza.

[...]

A religião é a condição da vida em sociedade em todas as épocas e sob todas as latitudes. Ela tem, portanto, aos olhos de Durkheim, “alguma coisa de

eterno que está determinada a sobreviver a todos os símbolos particulares onde o pensamento religioso foi sucessivamente envolvido. Não pode haver uma sociedade que não sinta a necessidade de manter e reafirmar, a intervalos regulares, os sentimentos e as ideias coletivas que fazem a sua unidade e a sua personalidade”. A religião é um conjunto de representações e práticas que notifica a respeito da marcha do universo e permite reproduzir, manter o curso normal da vida. Sem contestação, podemos vê-la preencher funções políticas a serviço de um Estado e funções econômicas como a de acumular riquezas nas mãos de uma classe de padres ou reis. E as diversas camadas da sociedade, as massas e as elites, a aristocracia e a burguesia, têm cada uma crenças e ritos de acordo com seus próprios interesses.

MOSCOVICI, Serge. *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 33, 37, 38 e 39.

Sugestões para o desenvolvimento do conteúdo

Orientações gerais

As religiões e as religiosidades possuem uma história e, por mais recentes que sejam, apoiam-se ou são fundamentadas em manifestações religiosas do passado. Por isso, é fundamental conhecer as origens das religiões que pretendemos analisar. Neste livro, o esforço é o de mapear a diversidade das religiões no tempo e no espaço, o que, efetivamente, não dá conta, por maior que seja o empenho dos autores, de encerrar as múltiplas realidades que envolvem o tema.

Se você não se sente tranquilo para fazer isso, uma sugestão é convidar representantes das religiões existentes próximas à escola, o que, além de tudo, aproximaria um pouco mais a vida escolar da experiência comunitária.

A análise sociológica da religião é uma possibilidade para os estudantes refletirem sem as limitações que cada crença pode determinar ao se tratar de um assunto desta natureza. Normalmente, cada adepto de uma ou de outra religião pode tentar “puxar a sardinha” para o seu lado. Aí se coloca a capacidade de você, professor, despir-se de suas

preferências ou adoções religiosas e procurar analisar o fenômeno como se fosse qualquer outro tema da sociologia presente neste livro.

Uma das questões presentes no universo religioso é a das hostilidades e, principalmente, no Brasil, contra as religiões de matriz negra africana. Lembrem-se que os antepassados da atual população negra brasileira foram escravizados brutalmente, mas, mesmo assim, deixaram um grande legado para a construção da sociedade brasileira. E neste se encontram as suas origens religiosas.

Sugestões alternativas e temas para pesquisa

1. Pesquisa sobre os fundamentos de cada religião aqui apresentada. Na internet, você encontrará rico material para desenvolver esta questão. Mais adiante há uma relação de sites e blogs.
2. Estabeleça pontes com a geografia e procure encontrar os locais no país e no mundo onde estão as religiões indicadas no livro (seu número de adeptos, os países em que há maior números de igrejas ou templos, as bases filosóficas e metafísicas etc.).
3. Pesquisa sobre os mitos da criação do universo, da Terra e da humanidade. Na internet você encontrará vasta informação sobre essas mitologias. Essa é uma maneira de ampliar a capacidade de percepção dos estudantes sobre a possibilidade de ou-

tras mitologias, além daquela que é dominante em nossa sociedade: a mitologia judaico-cristã. Nesse sentido, você pode dividir a classe em grupos e distribuir como tarefa para cada grupo pesquisar uma delas, como, por exemplo, as mitologias indígenas e de povos autóctones; a mitologia dos povos negros africanos; a mitologia grega, a mitologia indiana, a mitologia chinesa e outras tantas que encontrar. Para ajudar, os estudantes podem fazer um roteiro como este: a) Destacar os elementos que costumam aparecer com mais frequência em mitos sobre a criação do mundo, b) Identificar semelhanças e diferenças entre as várias mitologias; c) Propor que cada estudante escreva uma narrativa hipotética sobre a criação do mundo, utilizando a imaginação para definir elementos e personagens fantásticos.

- Um tema envolvente no mundo atual é o das íntimas relações entre religião e política. Oriente os estudantes a pesquisar algo sobre a presença de membros de determinadas religiões na política nacional, no Congresso, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas. Mais do que isso: como a política hoje se faz principalmente via meios de comunicação de massa, incentive-os a pesquisar a respeito da propriedade dos canais de TV e estações de rádio no Brasil. Por que tantos deles pertencem a Igrejas? Que custo social isso tem? É bom para a política e para a democracia? No fim, crie um espaço de reflexões sobre o tamanho da influência que a visão religiosa de alguns grupos políticos tem sobre a vida de todos os brasileiros.

Exploração das seções por capítulo

Capítulo 33

Cenário da diversidade religiosa

Sobre Deus (p. 336)

Para a Sociologia, não importa quantos deuses, divindades ou entidades espirituais existem. O que é importante destacar é o que existe para as sociedades e para os indivíduos e como eles se relacionam entre si e com as divindades. As religiões são instituições que moldam e organizam de certa forma essas relações.

Faça da discussão do texto uma oportunidade para conversar sobre o que os estudantes consideram ser uma divindade. Discuta estas duas frases do autor:

- Nossos deuses são nossos desejos projetados até os confins do universo. Dize-me como é o teu Deus e eu te direi quem és...
- Há tantos deuses quantos rostos há. Assim, quando alguém pronuncia o nome "Deus" há de se perguntar: Qual?

Aproveite também o texto para que pesquisem quem são os nomes citados pelo autor: Helena Kolody, (Jorge Luiz) Borges, Scotus Erigena e Ludwig Feuerbach.

Atividade opcional: retomando conceitos

- Discutir a questão da diversidade religiosa. Nesse sentido é importante trabalhar as distinções entre o respeito à diferença e a tolerância (verbo tolerar: aceitar, consentir, não impedir).
- Retomar as expressões religião e religiosidade e procurar ver a diferença entre as duas, posto que é possível declarar não ter religião e, ao mesmo tempo, manter e alimentar uma forte religiosidade.
- Quais são os elementos essenciais da religião e da ciência? É possível haver uma interação entre elas se os princípios são conflitantes?

Texto complementar e atividade opcional

O inventor

Depois de muitos anos de trabalho, um inventor descobriu a arte de fazer fogo. Levou as ferramentas às regiões do norte cobertas de neve e ensinou a uma tribo a arte – e as vantagens – de se fazer fogo. As pessoas ficaram tão absortas nessa novidade que não se lembraram de agradecer ao inventor, que foi embora de mansinho. Sendo um daqueles raros seres humanos dotados de nobreza, não tinha nenhum desejo de ser lembrado ou reverenciado; tudo o que queria era a satisfação de saber que alguém se beneficiaria com sua descoberta.

A tribo seguinte que ele procurou estava tão ansiosa para aprender quanto a primeira. Mas os sacerdotes locais, com inveja da influência do estranho sobre o povo, mandaram assassiná-lo. Para refrear qualquer suspeita de crime, entronizaram um retrato do Grande Inventor no

altar-mor do templo; e organizaram uma liturgia destinada a reverenciar e a manter viva sua memória. Tomaram o máximo cuidado para que nem um só preceito litúrgico fosse alterado ou omitido. As ferramentas para fazer fogo foram guardadas em um relicário e dizia-se que curavam todos aqueles que as tocavam com fé.

O próprio Sumo Sacerdote realizou a tarefa de compilar uma Vida do Inventor, que se tornou o livro sagrado onde sua extremosa bondade era oferecida como exemplo a ser seguido por todos e seus feitos eram elogiados, sua natureza sobre humana transformada em artigo de fé. Os sacerdotes cuidaram para que o livro fosse transmitido às futuras gerações, enquanto, com autoridade, interpretaram o sentido das palavras dele e o significado de sua vida e morte virtuosa. E implacavelmente puniam com morte ou excomunhão qualquer um que se afastasse da doutrina deles. Ocupado com essas tarefas religiosas, o povo esqueceu completamente a arte de fazer fogo.

MELLO, Anthony de. A parábola do inventor. *Blog do Rodrigo Luiz*, maio 2011. Disponível em: <<http://doutorrodriголuz.blogspot.com/2011/05/parabola-do-inventor.html>>. Acesso em: jan. 2016.

Explore com a classe a seguinte questão:

1. Na sua opinião, quais tipos de relações podem ser inferidas a partir desse texto com as organizações religiosas?

Aproveite essa parábola (narrativa alegórica que transmite uma mensagem indireta, por meio de comparação ou analogia) para fazer um debate com os estudantes. Inicialmente solicite a eles que a leiam e depois pergunte o que o autor pretende com essa narrativa. A partir das respostas, estruture sua aula tentando encaminhar a discussão de como determinadas ações significativas em uma dada sociedade podem ser esquecidas ou até manipuladas. Outro ponto a destacar é como algumas instituições religiosas muitas vezes criam narrativas e as transformam em livros, transformando-as em textos sagrados. Discuta também por que, em algumas religiões, aparecem a figura dos hereges, ou seja, aqueles que se opõem às ideias tradicionalmente consideradas sagradas ou se negam a obedecer a determinados dogmas estabelecidos. O mais importante é tentar partir das observações dos estudantes.

Capítulo 34

Nas palavras de Marx

A crítica da religião (p. 338)

Dois expressões devem ser ressaltadas nesse texto: que “a crítica à religião é o princípio de toda crítica” e que “a religião é o ópio do povo”. As duas de alguma forma nos remetem à possibilidade de que uma crítica radical (que vai à raiz) da sociedade em que vivemos só é possível se levarmos em conta que todas as coisas podem e devem ser questionadas, ou seja, que o princípio científico requer sempre uma posição de dúvida permanente, inclusive sobre o que se pensa e faz cotidianamente. Não há dogma na análise sociológica, uma vez que sempre poderemos ter uma outra análise mais esclarecedora. Por isso, o pensamento científico é sempre inquieto e questionador. E a referência ao ópio (que hoje poderia ser a cocaína, o crack ou as anfetaminas) é que este, como outras drogas, nos deixa num estado de entorpecimento e não permite que vivamos uma vida com consciência clara para analisar os fatos de modo independente.

Nas palavras de Durkheim

A natureza religiosa da sociedade (p. 341)

Para começar, seria bom ler e reler o texto de apoio teórico de Serge Moscovici, “A máquina de fazer deuses”, pois ele é todo baseado em Durkheim. A partir dele, pode tentar demonstrar que a religião para Durkheim tem a função de integrar os membros de uma sociedade, dar-lhes um elemento comum para que possam viver em solidariedade. Neste sentido, seria importante trazer a discussão do respeito à diversidade religiosa, um dos elementos para viver em sociedade sem os possíveis conflitos que podem levar a uma situação de instabilidade e desintegração social. Outra questão que pode ser utilizada para um debate é a visão de Durkheim de que são os homens e as sociedades que criam os deuses como superiores a si mesmos, dos quais se acredita depender.

Nas palavras de Weber

Ética protestante e acumulação de capital (p. 342)

Ao utilizar esse texto, é importante analisar antes o que significa ética e acumulação do capital, para que os estudantes tenham ciência do que se está falando. Além disso, no interior da ética protestante, Weber vai analisar mais detidamente a

questão da ascese, isto é, um conjunto de práticas austeras, comportamentos disciplinados e preceitos morais prescritos aos fiéis – no caso, os protestantes – que definem todo um modo de pensar e agir no cotidiano. O texto é interessante para discutir se isso foi importante, tanto nos EUA quanto na Inglaterra e na Holanda no século XVIII e XIX. Seria a ascese, a profissão como dever, a não propensão ao luxo, a disciplina como método, ainda tão importante para a acumulação do capital hoje?

Nas palavras de Berger

A religião como construção humana (p. 345)

Esse texto é importante porque repõe duas discussões que estão presentes em várias abordagens sociológicas: a religião é conservadora porque procura manter e estabilizar as sociedades (e, portanto, avaliar o *status quo*) ou a religião é um instrumento de mudança social e até pode ser questionadora do sistema vigente? Esta é uma oportunidade para suscitar com os estudantes a pergunta: quando ela é uma coisa e quando é outra?

Nas palavras de Gleiser

Ciência e religião (p. 346)

O texto do físico (astrônomo) brasileiro Marcelo Gleiser (1959-) nos permite fazer a discussão sobre a relação entre ciência e religião que tanto assusta os professores e poucos se habilitam a enfrentar. Aqui não é o momento de dizer que uma é mais verdadeira que a outra, já que cada uma tem objetivos diferentes. Nesse sentido, o que importa é salientar que as duas são construções sociais. A religião é uma forma de ver e pensar o mundo muita antiga. A ciência é muito mais recente, e talvez por ser muito valorizada (canonizada, até) é que se pode dizer que ela é mais importante. Mas é isso mesmo? Discuta com os estudantes a seguinte expressão: a religião e a ciência são como os trilhos de uma ferrovia, que nunca se encontram, mas são essenciais para que o trem da vida em sociedade possa circular.

Cenário da religião e Sociologia

Marx e a religião hoje (p. 347)

Esse texto pergunta o que ocorreria se Marx voltasse hoje para ver a atual sociedade capitalista mundializada e o que ele diria sobre a religião, permitindo que pensemos sobre a atualidade de sua obra. Essa mesma pergunta poderia ser feita para

todos os outros sociólogos clássicos, como Max Weber ou Émile Durkheim. O que eles veriam e o que eles diriam? Sem querer comparar, um exemplo muito interessante para pensar essa questão é o que está em *O grande inquisidor*, parte do livro *Os irmãos Karamazov*, de Fiódor Dostoiévski, quando descreve um cenário em que teria havido outra volta, a de Jesus, na Espanha inquisitorial, e como se comporta a instituição eclesiástica da época. Há um vídeo que narra essa situação: *O grande inquisidor de Dostoiévski* (disponível em: <www.youtube.com/watch?v=EqH0lvIMLr4>; acesso em: mar. 2016), excelente instrumento para problematizar as relações entre o ontem, o hoje e o amanhã.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Quais são as semelhanças e diferenças entre as concepções de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber sobre a religião?
2. Afinal de contas, é saudável e inteligente separar o conhecimento da ciência e o da religião?
3. Reflita sobre outras formas de ser e saber, como o senso comum (o conhecimento apreendido da vida cotidiana), e sobre as consequências dos excessos da ciência na visão das pessoas (o cientificismo).

Capítulo 35

Nas palavras de Pierucci

O que é o fundamentalismo? (p. 349)

O fundamentalismo, como o próprio texto indica, é uma das expressões das religiões que se baseiam em seus livros, considerados sagrados e inspirados ou transmitidos por uma divindade. É bem possível que se encontrem ações em outras religiões que procuram resguardar as “suas verdades” da ação de dissidentes ou reformadores, mas nenhuma delas é tão evidente na realidade atual quanto as ações de fundamentalistas do judaísmo, do cristianismo e do islamismo. Procure desenvolver uma pesquisa sobre a expressão “fundamentalismo” na cultura e na realidade dos EUA, por meio de jornais, revistas e sites de lá, além das críticas em relação a isso publicadas em português nos veículos de comunicação nacionais. Ademais, seria uma boa oportunidade para analisar como os fundamentalismos afetam as relações sociais, econômicas, políticas e culturais em

várias partes do mundo. Quais seriam as expressões mais evidentes e frequentes do chamado “fundamentalismo” em vários países?

Nas palavras de Campos

A mercantilização do sagrado (p. 351)

A mercantilização do sagrado não é uma prática recente. Ela já aparece de modo claro no tempo de Lutero (meados do século XVI) e é uma das razões, entre outras, pelas quais eclode a Reforma Protestante. O filme alemão *Lutero* (disponível em: <www.youtube.com/watch?v=eezenm7Tlps>; acesso em: mar. 2016) deixa isso bem claro. Mas quais são as novas roupagens da mercantilização do sagrado nos dias de hoje, principalmente no Brasil, mais claramente nas igrejas neopentecostais? Esse fenômeno também aparece em outras denominações e organizações religiosas. Quais seriam elas? E como isso acontece no dia a dia? Outra produção oportuna para o debate em questão é a série mexicana “Deus Inc.”, exibida pelo canal de TV HBO.

Cenário das religiões e religiosidades hoje

Religiões no mundo contemporâneo: convivência e conflitos (p. 354)

Em nome de Deus e várias outras divindades, muito horror já se praticou na história. Reflita e discuta com os estudantes acerca dessas estranhas relações entre o ódio ao outro e as ações de religiões que deveriam, em tese, defender e difundir o amor e a paz. O que está por trás disso? A política? A ganância? Ou, no fim de tudo, a religião e seus valores são só uma artimanha para dominar tudo e todos? Como se torna possível tamanha contradição entre o que se prega e o que se pratica no universo das grandes religiões, principalmente?

Atividade opcional: retomando conceitos

1. O que você entendeu por fundamentalismo?
2. O que são as chamadas “Guerras Santas”? Pesquise onde e quando algumas ocorreram e quem foram os seus protagonistas. Há uma velha máxima romana que afirma: “Queres a paz? Vai para a guerra!”. Você concorda com isso. Por quê?

Capítulo 36

Nas palavras de Munduruku

A tradição e a memória como fundamento da sociedade (p. 356)

Essa é uma boa oportunidade para estabelecer relações teóricas e existenciais com o texto “Antes, o mundo não existia”, de Ailton Krenak (seção **Cenário da cultura**, no capítulo 25), e procurar entender como a tradição e a memória para os povos indígenas fundamentam a sua organização social, atingindo as relações familiares, políticas, econômicas etc.

Nas palavras de Carranza

Teologia da prosperidade (p. 361)

A leitura desse texto da socióloga brasileira Brenda Carranza permite analisar com precisão o fundamento do neopentecostalismo e, assim, entender um pouco as práticas desenvolvidas por esse segmento do protestantismo. Uma atividade interessante seria analisar as diferenças e semelhanças entre o que Max Weber escreve sobre a ética protestante e a teologia da prosperidade, intuindo compreender o que mudou e o que permaneceu. É importante sempre esclarecer que as questões para discutir não envolvem uma posição contra ou a favor, posto que é possível haver estudantes que se declarem adeptos da atual teologia da prosperidade e fiquem melindrados diante da questão.

Nas palavras de Mariano

Hostilidade e liberdade religiosa (p. 365)

A hostilidade religiosa no Brasil não é algo recente. O autor indica que ela começou há muito tempo, envolvendo, principalmente, o catolicismo (que era hegemônico) e as outras expressões religiosas em busca de espaço. O cenário religioso no Brasil foi se ampliando, como também o processo democrático; assim, houve a possibilidade de a liberdade de expressão, inclusive a religiosa, se tornar uma prática possível e desejada. Esse é um momento para discutir a relação entre democracia e liberdade religiosa, tão cara a todos nós. Mas por que ainda convivemos com expressões de hostilidade religiosa como as relatadas no livro do aluno? Faça uma relação com a ideia de fundamentalismo e também com a ideia de impunidade diante da falta de ação das autoridades governamentais. Será que o fato de os agentes públicos não agirem coibindo essas ações é porque levam a pensar como os agressores? Ou quais seriam as outras razões?

Sugestões para o fechamento da unidade

Leituras e propostas

Para refletir

A falta das águas de março e a pajelança (p. 369)

Esse texto da antropóloga brasileira Lilian Moritz Schwarcz (1957-) é um primor para ilustrar como os indivíduos, grupos, instituições e governantes utilizam todos os expedientes vinculados ao universo religioso para resolver uma determinada questão que afeta a vida da comunidade inteira, não importando muitas vezes as suas opções religiosas. Depois de resolvida a questão, cada grupo ou indivíduo busca afirmar que foi a ação de suas divindades que resolveu a situação que incomodava as pessoas. Boa oportunidade para discutir ou rediscutir a situação apresentada por Joseph François Pierre Sanchis sobre a “porosidade” das práticas religiosas no Brasil e a expressão de Guimarães Rosa no livro *Grande Sertão: veredas* (no item “Existe diversidade religiosa no Brasil?”, página 363 do livro do estudante).

Procure saber entre os estudantes se há essa prática entre eles e suas famílias.

Atividade opcional: retomando conceitos

1. Em que se baseiam os apelos contemporâneos de algumas religiões pela abundância material? Se algumas religiões tem como foco o “outro mundo”, porque seria interessante gozar riqueza “neste mundo”?
2. Não seria uma contradição até em termos religiosos abdicar do papel de cidadão nas mudanças sociais e transferir essa responsabilidade aos deuses?
3. Por que o Deus de cada um é maior e mais importante do que o Deus do outro? Em que se fundamenta essa visão de mundo?

Conexão de saberes

Religiosidade e arquitetura

A maioria das religiões e religiosidades utiliza lugares, edifícios e os mais diversos elementos para desenvolver suas atividades de culto e disseminação da fé. A variedade de construções, na Antiguidade, que se remetia a divindades – templos, basílicas e outros espaços construídos para abrigar a presença

simbólica de deuses e deusas e ser local de culto – já é elemento importante para pensar os vários saberes necessários às suas elaborações práticas e teóricas. Dentro deles se pode perceber muita coisa, como pinturas, vitrais, mosaicos, esculturas, além das colunas, abóbadas e outras formas construtivas que reportam a muitos processos e saberes na história das edificações.

Outros elementos vinculados aos ritos também são importantes porque envolvem múltiplos saberes. Vale observar, por exemplo, a simbologia de cores e formatos das roupas utilizadas pelos sacerdotes, xamãs, mães/pais de santo e demais lideranças religiosas, assim como a beleza e a curiosidade que abastecem as oferendas em alimentos e objetos, tais quais a fumaça produzida pelo incenso, fumo e outros impressionantes ritos. Tudo isso – os edifícios, a magia dos rituais e seus elementos – envolve Artes, Geometria, Química, Física, o cálculo matemático, e também Sociologia, Psicologia, Psicanálise além de, obviamente, a História e a Geografia, posto que todos se situam no tempo e no espaço.

Proponha aos estudantes que pesquisem em suas famílias e lugares de culto alguns desses elementos e símbolos religiosos. Uma proposta de trabalho é a realização de uma mostra fotográfica, contendo um pouco das imagens e arquiteturas das muitas religiões existentes na cidade e, conseqüentemente, dentro de cada sala de aula da escola. Para isso, os estudantes, com seus celulares e máquinas digitais pessoais, podem ser os fotógrafos e expositores, fato que lhes colocará em contato com uma parte da diversidade religiosa existente no Brasil, fortalecendo o respeito pelo outro e o respeito em relação a distintos modos de ser e viver.

Sugestões de material visual extra para o professor

Na internet, há extenso material expondo as bases das religiões abordadas no livro e também de outras tantas. Deixamos a você, professor, a possibilidade de acessar as várias alternativas existentes, dependendo do que pretende tratar em suas aulas. Indicamos apenas este, pois é um vídeo de texto que pode aclarar os termos um pouco mais:

Vídeos: *Xamanismo*, *Animismo* e *Totemismo*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=z_915ZXAPB4>. *Religião no mundo contemporâneo*. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/entreoceueaterra/episodio/religiao-no-mundo-contemporaneo>>. Acessos em: mar. 2016.

Através de um expediente cotidiano, produz-se uma narrativa sobre várias religiões no Brasil. Aproveite as falas existentes para problematizar as diferenças e semelhanças entre elas.

Filmes:

O pequeno Buda (Reino Unido, França, Liechtenstein, 1993). Direção: Bernardo Bertolucci.

A história de Sidarta Gautama, o príncipe que abandonou a vida no rico reino para viver na floresta e encontrar a “iluminação”. Com uma estética deslumbrante, o filme reconta o surgimento do budismo, expõe seus princípios e apresenta o Tibete, terra do Dalai-Lama.

Giordano Bruno (Itália, 1973). Direção: Giuliano Montaldo.

Sacerdote católico, Bruno acreditava que Deus estava em tudo, em todos os lugares e pessoas. Mais: defendia que a Terra girava em torno do Sol. Foi queimado vivo numa fogueira da Santa Inquisição. O filme narra a trajetória do inquieto Giordano Bruno e aponta os bastidores políticos da igreja católica em defesa de seus interesses de dominação no início do século XVII.

Lutero (Alemanha, 2003). Direção: Ericl Till.

Narrativa cinematográfica do reformador Martinho Lutero, seus conflitos com o poder da igreja católica e sua luta pela independência da fé. Lutero marca o início da grande cisão da cristandade no mundo ocidental, fato que marca definitivamente o surgimento da era moderna.

Descalço sobre a terra vermelha (Espanha/Catalunha, 2015). Direção: Oriol Ferrer.

A vida de Dom Pedro Casaldáliga, arcebispo emérito de São Félix do Araguaia. No filme, os conflitos pela terra, os desmandos políticos do coronelismo e a fé como motor da transformação social surgem como enredo da atuação de Dom Pedro numa das regiões mais pobres e esquecidas do Brasil. Um filme sobre fé, justiça e amor. Indispensável.

Sugestões de livros para o professor

- VV.AA. *O livro das religiões* (Tradução de Bruno Alexander). Rio de Janeiro: Editora Globo, 2015.

Manual que reúne análises, curiosidades e personagens das principais religiões do mundo, ontem e hoje. Fartamente ilustrado, apresenta um texto ágil e inúmeras dicas de pesquisa e reflexão sobre os cenários variados da religião e das religiosidades.

Escrito a muitas mãos, não possui um autor, mas o que se pode chamar de uma grande autoria (a experiência humana em torno da fé e da crítica às suas teorias e práticas).

- HERVIEU-LÉGER, Danièle e WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e religião*. Abordagens clássicas. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2009.

Essa coletânea apresenta as abordagens clássicas das ciências sociais que oferecem a oportunidade para ampliar o conhecimento sobre os questionamentos e as interrogações relacionadas à influência da religião na sociedade contemporânea. Resultado de um seminário, que vem sendo realizado anualmente em universidades francesas, essa obra apresenta como Marx, Engels, Weber, Durkheim, Tocqueville e Simmel analisavam a questão religiosa no dia a dia da sociedade.

- TEIXEIRA, Faustino (Org.). 4. ed. *Sociologia da religião*. Enfoques teóricos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

O livro mostra as análises sobre autores clássicos das Ciências Sociais para o estudo da religião e apresenta como a análise da religião ocupa lugar central nas preocupações dos fundadores da Sociologia. Os autores destacam conceitos e perspectivas que estabeleceram para abordar a religião como um fenômeno social amplo e integrado.

- FREUND, Philip. *Mitos da Criação*. São Paulo: Cultrix, 2008.

O presente livro é uma importante obra que contém um vasto e inteligente estudo sobre os mitos da criação. Os mitos abordados no livro se encontram em diversas culturas do mundo e permitem uma análise das similaridades existentes entre as diversas e distintas mitologias. É um estudo clássico da mitologia, das crenças religiosas e das teorias científicas a respeito das origens da vida e do universo.

- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Karen Armstrong (1944-), historiadora inglesa, é uma das principais autoridades em história das religiões na atualidade e analisa os movimentos fundamentalistas nas três religiões monoteístas aqui indicadas. Destaca que no século XX houve o ressurgimento de uma devoção militante, evidenciando que suas manifestações são assustadoras. Ela constrói uma obra essencial para aqueles que desejam compreender o impacto do fundamentalismo sobre a economia, a política e a sociedade em geral.

Apêndice – História da Sociologia

Conteúdo

Novas formas de pensar a sociedade

- A expansão marítima
- A Reforma protestante
- O desenvolvimento científico e tecnológico
- As transformações no século XVIII

A consolidação da sociedade capitalista e a ciência da sociedade

- Auguste Comte e a tradição positivista
- A tradição socialista: Karl Marx e Friedrich Engels

Desenvolvimento da Sociologia

- A Sociologia na França
 - Émile Durkheim (1858-1917)
 - A Sociologia na França depois de Durkheim
 - Pierre Bourdieu (1930-2002)
- A Sociologia na Alemanha
 - Georg Simmel (1858-1918)
 - Max Weber (1864-1920)
 - A Escola de Frankfurt
- A Sociologia nos Estados Unidos da América
 - Universidade de Chicago
 - Erving Goffman (1922-1982)
 - Universidade Harvard
 - Talcott Parsons (1902-1979)

Universidade Columbia
Robert King Merton (1910-2003)
Charles Wright Mills (1916-1962)

A Sociologia contemporânea

A Sociologia no Brasil

- A Sociologia no ensino superior: início do século XX
- De 1940 a 1960: disseminação da Sociologia na universidade
- De 1960 a 1980: a consolidação da Sociologia no Brasil
- Diversificação da Sociologia no Brasil
- O retorno da Sociologia ao ensino médio

Objetivo

Elaboramos esse apêndice com o objetivo de oferecer a você, professor, e aos estudantes a alternativa de conhecer de modo mais detalhado a história da Sociologia, apresentada resumidamente na “Introdução” do livro. De acordo com as necessidades e interesses da classe, você poderá incorporar o conteúdo do apêndice integralmente ao curso, no momento que julgar mais adequado, ou utilizá-lo, com os estudantes, como fonte de consulta.

Apoio teórico

Sugerimos a leitura do texto a seguir que trata da presença e da razão da Sociologia no mundo globalizado.

A Sociologia na contemporaneidade

[...] a globalização do mundo recria o objeto da sociologia e exige a recriação do seu método. Na medida em que as configurações e os movimentos da sociedade global abalam os quadros de referência sociais e mentais de uns e outros, em todos os lugares, nos quatro cantos do mundo, nessa mesma medida muito do que se sabia pode ser repensado novamente. E muito do que não se sabe, porque é novo e desconhecido, precisa ser pensado de modo original, como primordial.

Como a globalização abala quadros sociais e mentais de referência, os horizontes que se abrem com esse vasto, complexo e surpreendente processo permitem repensar criticamente os conhecimentos já acumulados sobre a sociedade nacional e o indivíduo, além de outros em-

blemas que aparecem na história da sociologia. Repensar e reconhecer que a sociedade nacional e o indivíduo, bem como outras realidades sociais, mudaram de figura, transformaram-se mais ou menos profundamente; na mesma medida em que se inserem em uma realidade social mais ampla, complexa, surpreendente e contraditória.

Mais uma vez, fica evidente que a sociologia pode ser vista como uma forma de autoconsciência da realidade social. Essa realidade pode ser local, nacional, regional ou mundial, micro ou macro, mas cabe sempre a possibilidade de que ela possa pensar-se criticamente, com base nos recursos metodológicos e epistemológicos que constituem a sociologia como disciplina científica. Isto signifi-

ca que a sociologia tem contribuído para pensar e constituir a sociedade nacional em várias modalidades, compreendendo a sociedade civil e o Estado, os grupos sociais e as classes sociais, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública, as formas de integração e os modos de antagonismo, as tensões e as lutas, as reformas e as revoluções, as tiranias e as democracias. Ela tem colaborado para pensar e constituir o indivíduo e a pessoa, o súdito e o cidadão, a consciência social e a autoconsciência, a alienação e a emancipação.

Agora, a sociologia colabora para pensar e constituir a sociedade global, em suas configurações e em seus movimentos. Ocorre que a sociologia pode tanto decantar a tessitura e a dinâmica da realidade social como participar da constituição dessa tessitura e dinâmica. Na medida em que o conhecimento sociológico se produz, logo entra na trama das relações sociais, no jogo das forças que organizam e movem, tensionam e rompem a tessitura e a dinâmica da realidade social.

A sociologia é uma disciplina da modernidade. Expressa um momento excepcional do desencantamento do mundo. Permite refletir sobre a trama das relações sociais, os contrapontos existência e

consciência, as metamorfoses ideologia e utopia, as continuidades e descontinuidades presente e passado, as tensões ser e devir, de tal modo que o que se mostra opaco, intrincado e infinito pode revelar-se inteligível, suscetível de compreensão e explicação.

Ainda que a realidade social não deixe de se apresentar como opaca, intrincada e infinita, mesmo assim o conceito, a categoria, a construção típico ideal, a lei de causação, a conexão de sentido, a lei de tendência e outras possibilidades da taquigrafia científica podem desvendar algo do ser e devir.

Sob muitos aspectos, a sociologia da globalização é também a sociologia da modernidade no mundo. Permite mapear o modo pelo qual se desenvolvem as configurações e os movimentos da sociedade global. Acompanha as relações, os processos e as estruturas que constituem, movem, tensionam, integram e rompem as nações e as nacionalidades, os povos e as raças, as religiões e as línguas, as fronteiras e as cartografias, as culturas e as civilizações.

IANNI, Octavio. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 24-25.

Sugestões de livros para o professor

Além da leitura dos livros sugeridos na bibliografia geral, a leitura das obras seguintes pode colaborar para que você tenha uma visão mais ampla da história da Sociologia.

Os livros da coleção *Os Pensadores*, da Abril Cultural, e os da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Editora Ática, que tratam das obras de Durkheim, Weber e Marx, além de outros tantos cientistas sociais, são valiosas leituras de aprofundamento, por incluírem textos dos próprios autores e introduções que contextualizam as obras dos clássicos da Sociologia.

Além desses livros, você pode consultar os indicados a seguir. Por meio de textos originais ou de comentários, todos contribuem para reconstituir e aclarar o pensamento dos autores mais representativos da Sociologia.

• ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

- CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo F. *Introdução ao pensamento sociológico: Durkheim/Weber/Marx/Parsons*. 15. ed. Rio de Janeiro: Centauro, 2001.
- COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.
- COLLINS, Randal. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEVINE, Donald N. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O.; OLIVEIRA, Maria Gardência de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1995.

Sugestões de material audiovisual extra para o professor

Estes **vídeos** poderão ser apresentados para facilitar a compreensão dos clássicos da Sociologia:

- *Clássicos da Sociologia* – Karl Marx. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=I2AZAbg1rLw&feature=related>.
- *Clássicos da sociologia* – Émile Durkheim. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=m8KJ4rIALcQ&feature=related>.
- *Clássicos da sociologia* – Max Weber. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=TgtlQUoVIWI>.

Para um aprofundamento do pensamento de Florestan Fernandes, apresente aos estudantes os vídeos:

- Documentário sobre o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=BVIIsapKW4RE&feature=related>.

<www.youtube.com/watch?v=6pjiw0jZbw>.

- Entrevista de Florestan Fernandes ao Programa Roda Viva, da TV Cultura. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=6pjiw0jZbw>.
- *Realidade brasileira* – Florestan Fernandes. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=26813aGP1fA>.

As canções a seguir, do sociólogo brasileiro Sérgio Silva, podem ser usadas para introduzir a discussão sobre Karl Marx e Max Weber:

- Sobre Karl Marx: “O samba da mais-valia”, de Sérgio Silva. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=I5lI0h5sclY>.
- Sobre Max Weber: “Crítica e resignação na manhã de carnaval”, de Sérgio Silva e Gabriel Cohn. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Efg38DHljm4>.

Os endereços eletrônicos foram acessados em fevereiro de 2016.

ANEXO – TRABALHO COM PROJETOS

Projeto 1 – Os jovens e as diferenças

Proposta

Em grupos, os alunos devem encenar uma dramatização em que apresentem a questão das diferenças: de gênero, etnia, religião, tipo físico, faixa etária, mentalidade, condição física e outras, incluindo as de estilo e visão de mundo. É necessário perceber que essa diversidade está de alguma forma permeada pela diferença de classes.

Objetivo

O objetivo do trabalho é encenar situações em que a diversidade é respeitada ou desrespeitada, na rua, na família, na escola e em outras instituições da sociedade, para refletir sobre a tolerância, o direito de ser diferente e o respeito às diferenças.

Espera-se que os grupos proponham formas de convivência que respeitem a diversidade.

Áreas envolvidas

Estão envolvidas nesse tema as áreas de Linguagens e códigos, Ciências Humanas e Biologia.

Os professores das disciplinas ligadas a essas áreas poderão orientar os grupos:

- na escolha e na adaptação do texto a ser encenado;
- na redação do roteiro e dos diálogos;
- na tradução de expressões e textos estrangeiros;
- na pesquisa de informações sobre a época em que se passa a peça, para a definição dos cenários e figurinos;
- na sugestão de leituras que esclareçam aspectos históricos, éticos e políticos sobre os temas abordados;
- nos tópicos relacionados à estética teatral, desde os aspectos técnicos da encenação (cenários, figurinos, iluminação e sonorização) até os específicos da linguagem teatral (adequação do texto, dramaticidade, tempo e ritmo da narrativa);
- na explicação da configuração física dos personagens, como gordos ou magros, altos ou baixos demais, portadores de deficiência, homens ou mulheres, brancos, negros ou amarelos;
- na explicação da opção sexual;
- na explicação da diferença de classes.

Tempo de preparação

Três meses.

Roteiro

Sugerimos o roteiro a seguir, mas o grupo pode adaptá-lo às suas necessidades. Os integrantes serão os atores, cenógrafos, iluminadores, sonoplastas, figurinistas, diretores e divulgadores da peça.

1. Escolha do tema: as sugestões a seguir devem ser tomadas como pré-textos, com base nos quais os grupos podem inspirar-se para desenvolver o texto narrativo e os diálogos para a encenação. Convém reproduzir um conjunto completo dos textos para cada grupo, de modo que possam discuti-los e fazer suas escolhas.

Texto 1

Fonte

Como trapezista
alcançar o outro
num salto:
mergulhar em seus olhos,
navegar até o fundo.
Alcançar o outro
no que ele tem
de mais belo,

de luz e mel,
delicadeza e mistério.
E, então, beber a água
limpa
dessa fonte.

MURRAY, Roseana. Fonte. In: *Manual da delicadeza de A a Z*. São Paulo: FTD, 2001. p. 9. (Col. Falas poéticas).

Texto 2

Em nome do pai: diferenças religiosas

[...] As relações entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo são particularmente explosivas. Não só entre elas se estabelece uma simbologia de Paternidade única, mas a própria percepção uma da outra é baseada numa relação admitida de fraternidade. E por fraternidade não me refiro ao comum senso de convergência e amizade que caracterizam essa palavra, mas ao contrário, profundas relações de violência e competitividade que se estabelecem nesta relação. A obsessão por definir qual das tradições é a verdadeira, a legítima, a amada pelo Pai-Mãe acima de qualquer outra, está na raiz se não da violência explícita, no olhar controlador para a sorte do outro.

O problema das diferenças não são as diferenças, estas aliviam as tensões. O problema das diferenças são as semelhanças, as profundas semelhanças no que diz respeito à essência destas tradições.

[...]

É verdade que as três tradições alternaram disputas. No início do Cristianismo, o Judaísmo não se conformava com a semelhança. Do século IV em diante o Cristianismo por mais de um milênio e meio não se conformou. Na Idade Média essa questão fraterna ficou centralizada na disputa entre Islã e Cristãos.

[...]

A saída para lidar com as diferenças escassas tem sido aprofundá-las através dos fundamentos. Marcar as diferenças de linguagem, os detalhes ao invés das questões maiores é a marca do fundamentalismo e do fanatismo. [...]

BONDER, Nilton. Em nome do pai: diferenças religiosas. *Leituras Compartilhadas: Diferenças*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, fascículo 4, ago. 2002, p. 24-25.

Texto 3

Preconceitos

Em sua autobiografia, Edgar Morin, escritor francês de origem judaica, conta que, em sua juventude, testemunhou situações de preconceito tanto por parte de judeus como por parte de árabes. Leia um trecho:

[...] em Jerusalém, então dividida em duas, tinha me aproximado de um muro alto que cortava uma rua, rodeada de crianças israelenses alegres e se divertindo com minha presença inesperada naquele local. Do outro lado do muro, sobre um mirante, havia uma sentinela jordaniana. Aproximei-me do muro. Ele agarrou sua arma com a intenção de mirar em mim e lhe fiz uma saudação amigável. Nesse

momento, as crianças recuaram e, me apontando, exclamaram com terror e talvez com ódio também: “Arbi! Arbi!” [Árabe! Árabe!].

Com certeza, havia então, principalmente, desprezo e indiferença pelos árabes da Palestina, mas este desprezo me tornava um estranho a Israel. [...]

MORIN, Edgar. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 126.

Texto 4

Minha tribo sou eu

eu não sou cristão
eu não sou ateu
não sou índio, não sou chicano
não sou europeu
eu não sou negão
eu não sou judeu
não sou do samba nem sou do rock
minha tribo sou eu
eu não sou *playboy*
eu não sou plebeu
não sou *hippie hype skinhead*
nazi fariseu

a terra se move
falou galileu
não sou maluco nem sou careta
minha tribo sou eu
ai ai ai ai ai
ié ié ié ié ié
pobre de quem não é cacique
nem nunca vai ser pajé

BALEIRO, Zeca. Minha tribo sou eu. In: _____. *Petshop mundo*
cão. São Paulo: Universal, 2003. 1 CD. Faixa 1. © Ponto de
Bala – Universal Publishing.

Texto 5

A questão da feiura

Tradicionalmente a feiura foi sempre evitada na arte e na filosofia, pois era vista como sinal de imperfeição. Na modernidade, ao contrário, diversos artistas e pensadores (tais como Baudelaire, Victor Hugo, Sade ou Oscar Wilde) fizeram da feiura e do grotesco o tema central de seus trabalhos. Tudo se passa então como se a arte não conseguisse mais atingir o público através dos padrões antigos da beleza clássica e precisasse inventar novos meios

de causar impressão, mesmo que para isso tivesse de recorrer ao repulsivo. [...] Não se trata de fazer apologia do feio, mas apenas de aprender a conviver com a diferença e com a alteridade, mesmo que ela se apresente como desarmonia e incompletude ou até mesmo como incorreção.

FEITOSA, Charles. A questão da feiura. *Leituras Compartilhadas: Diferenças*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, fascículo 4, ago. 2002. p. 38-39.

Texto 6

Paula e Bebeto

Ê vida, vida, que amor brincadeira, à vera
Eles se amaram de qualquer maneira, à vera
Qualquer maneira de amor vale à pena
Qualquer maneira de amor vale amar

Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga
Qualquer maneira de amor vale aquela / amar
/ à pena / valerá
Eles partiram por outros assuntos, muitos
Mas no meu canto estarão sempre juntos, muito
Qualquer maneira que eu cante este canto
Qualquer maneira me vale cantar

Eles se amam de qualquer maneira, à vera
Eles se amam é prá vida inteira, à vera

Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá

Pena, que pena, que coisa bonita, diga
Qual a palavra que nunca foi dita, diga
Qualquer maneira de amor vale o canto / me
vale cantar

NASCIMENTO, Milton; VELOSO, Caetano. Paula e
Bebeto. In: Nascimento, Milton. *Minas*. Rio de Janeiro:
EMI-Odeon, 1975. 1 Disco. Faixa 10. © Nascimento Edições
Musicais Ltda. "EMI". © UNS Produções
Artísticas Ltda. (Adm. por Warner/Chappell
Edições Musicais Ltda.). Todos os
direitos reservados.

Texto 7

Inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?

que preto branco índio o quê?
branco índio preto o quê?
índio preto branco o quê?

aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos mamelucos sararás
crilouros guaranisses e judárabes
orientupis orientupis
ameriquítalos luso nipo caboclos
orientupis orientupis
iberibárbaros indo ciganagôs

somos o que somos
inclassificáveis
não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não há sol a sós

aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos tapuias tupinamboclos
americarataís yorubárbaros.

somos o que somos
inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?

não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não tem cor, tem cores,

não há sol a sós

egipciganos tupinamboclos
yorubárbaros carataís
caribocarijós orientapuias
mamemulatos tropicaburés
chibarrosados mestícigenados
oxigenados debaixo do sol

ANTUNES, Arnaldo. Inclassificáveis. In: *O silêncio*. Rio de Janeiro: BMG, 1996. 1 CD. Faixa 6. Rosa Celeste. © Universal Music Publishing MGB Brasil Ltda.

2. Desenvolvimento do roteiro e do diálogo: os textos sugeridos servem apenas como ponto de partida para a redação do *script* da peça. Com base nas ideias do poema, dos textos de análise, do trecho da autobiografia e das canções anteriores, os alunos deverão:
 - imaginar os personagens que poderiam viver as situações narradas ou sugeridas nos textos e fazer uma descrição sucinta de suas características e do papel que terão na trama; atribuir um nome a cada um e a relação que mantêm entre si;
 - imaginar o cenário em que as cenas serão representadas e redigir um texto narrativo expondo a trama;
 - desenvolver os diálogos dos personagens.
3. Atribuição de tarefas e ensaios: os grupos devem decidir o(s) papel(éis) de cada integrante na peça e as funções e tarefas que cada um desempenhará na preparação do trabalho. Mais de um integrante pode assumir cada função: dramaturgo (deve redigir e revisar o texto narrativo e os diálogos); produtor (deve escolher o local e a data para os ensaios

e a apresentação, além de providenciar acessórios de cenário e figurinos); diretor (deve conduzir os ensaios); iluminador e sonoplasta (deve cuidar da iluminação e da sonorização dos ensaios finais e da apresentação); divulgadores (devem elaborar cartazes para anunciar a apresentação).

4. Apresentação: o ensaio final será na forma de um festival, no qual cada grupo apresentará um trecho de sua peça e finalizará com uma breve explicação e sugestões para resolver os problemas de convivência apresentados. Por meio de votação, os alunos (de uma ou mais classes) escolherão as três encenações que serão apresentadas na íntegra para toda a escola.

Projeto 2 – A ideologia vai à escola

Proposta

Em grupos, os alunos devem elaborar um painel interdisciplinar e multimídia sobre a influência da ideologia nas ciências, nas técnicas e nos meios de comunicação.

Objetivos

Os objetivos são os seguintes:

- observar como a ideologia está presente nas áreas de conhecimento das diversas disciplinas;
- localizar as marcas da ideologia para oferecer meios de reflexão crítica visando desenvolver valores de autonomia e cidadania;
- verificar, por meio de diferentes linguagens, como os valores ideológicos se interpõem no cotidiano.

Áreas envolvidas

Linguagens e códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas.

Temas e questões-problema por área

Linguagens e códigos

Com o auxílio dos professores de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, os alunos podem selecionar uma ou mais questões-problema para desenvolver o tema sugerido:

Linguagem e ideologia

- Quais são os recursos linguísticos utilizados em peças publicitárias para tornar a realidade mais palatável e predispor os consumidores a comprar?
- Quais são as palavras presentes nos discursos em época de eleição que explicitam o caráter ideológico dos candidatos?
- Aprender um idioma é assimilar o estilo de vida das sociedades em que se fala tal idioma? Que mecanismos são usados pela mídia para esse fim?
- Ao estudar inglês, como se pode assimilar o *american way of life*, ou seja, os valores da cultura inglesa ou estadunidense? Como isso ocorre nas aulas de inglês em sua escola? Ao estudar outros idiomas, como francês ou espanhol, isso também ocorre?

Ciências da Natureza

Com o auxílio dos professores de Física, Química e Biologia, os estudantes poderão desenvolver o tema proposto por meio da investigação de uma ou mais questões-problema.

A relação entre a pesquisa científica e sua aplicação técnica

- São desenvolvidas muitas pesquisas na área mecânica para tornar os motores dos automóveis cada vez menos poluentes. Por que automóveis com esse tipo de motor não são produzidos em massa para diminuir a poluição do ar nas cidades?
- Muitas são as fontes de energia renováveis e pouco ou não poluentes. Quais são elas? Por que ainda se constroem usinas nucleares em muitos países?
- Existem muitas pesquisas genéticas na área da agricultura que podem ser úteis para produzir alimentos de melhor qualidade com menos possibilidades de ser prejudiciais aos seres humanos? Por que as pesquisas com transgênicos (organismos geneticamente modificados) são a prioridade das grandes empresas? Por que essas empresas querem impor a utilização das sementes transgênicas (principalmente de soja e milho) a agricultores de muitos países?
- Nas últimas décadas, desenvolveram-se pesquisas vinculadas à aids e muito dinheiro foi aplicado para o desenvolvimento de medicamentos visando à cura ou ao controle da doença. Entretanto, para desenvolver pesquisas, medicamentos e vacinas para erradicar doenças antigas e tradicionalmente conhecidas da medicina, como a malária, a febre amarela e a dengue, existem poucos recursos. Por que isso ocorre?

Matemática

A estatística, desde o século XIX, é uma ferramenta utilizada nos mais diversos campos científicos, mas existem sempre alguns problemas no uso dela. Com o auxílio do professor de Matemática, espera-se que os estudantes reflitam sobre o tema proposto, mediante o desenvolvimento de uma ou mais questões-problema.

O que mostram e o que escondem os índices e dados estatísticos

- Como os dados estatísticos podem mostrar a enormidade da riqueza produzida e escamotear a desigualdade social?
- A renda *per capita* é o resultado da soma de tudo o que se produz em uma nação no ano. Em geral, os países expressam a renda *per capita* em dólar, a moeda referência no mundo para realizar comparações. Para conceber a renda *per capita* de

um país, é preciso dividir o Produto Interno Bruto (PIB) pelo número de habitantes. O resultado corresponde ao valor das riquezas que caberia a cada pessoa. Se a renda *per capita* dos brasileiros fosse de dez mil dólares neste ano, o que se poderia inferir sobre o mascaramento da situação da maioria da população brasileira mediante o uso de dados estatísticos? O que escondem os índices de renda *per capita*?

- O que é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)? Como ele é calculado? É possível comparar os países por meio do IDH, levando em conta as diferenças em relação aos itens que são considerados para estabelecer esse índice?
- Os índices dos diversos países que são utilizados para demonstrar o desenvolvimento econômico, como o PIB, servem para revelar o desenvolvimento social?

Ciências Humanas

Com o auxílio dos professores de Filosofia, Sociologia, Geografia e História, os estudantes podem selecionar uma ou mais questões-problema para abordar o seguinte tema:

Ideologia e sociedade

- Como a ideologia aparece nas novelas produzidas pela televisão? Quais são seus sinais mais evidentes?
- Quais são os elementos ideológicos presentes nas propagandas governamentais?
- Quais são as relações entre ideologia, Estado e classes dominantes?
- Posicione-se em relação à afirmação: "A ideologia dominante em uma sociedade é a ideologia da classe dominante".
- Qual é a relação do liberalismo e do neoliberalismo com o capitalismo? Analise o elemento ideológico presente na expressão: "Os capitalistas de hoje foram os trabalhadores de ontem e os trabalhadores de hoje serão os capitalistas de amanhã".
- Se na democracia representativa deve haver a liberdade de decidir, por meio do voto, o que é melhor para um país, o que você pensa sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil?

Tempo de preparação

Dois meses.

Roteiro

1. A classe deverá combinar a divisão em grupos e a distribuição do trabalho. Há várias alternativas, por exemplo: divisão dos estudantes em quatro grupos, cada qual encarregado do tema de uma só área; divisão dos estudantes em quatro ou mais grupos, cada qual encarregado de uma ou mais questões-problema de todas as áreas. Outros temas e questões-problema poderão ser desenvolvidos de acordo com os interesses dos professores e dos estudantes envolvidos no projeto.
2. Pesquisa, discussão e redação. Independentemente do tema escolhido, é necessário:
 - levantar informações seguras sobre o assunto;
 - definir a abordagem que o grupo dará ao tema e os aspectos que serão destacados;
 - redigir o roteiro e o texto para a apresentação final.
3. Escolha da forma de apresentação e linguagens. Propõe-se que o painel final dos trabalhos seja realizado por meio de mídias que utilizem simultaneamente as linguagens verbal (oral e escrita) e não verbal (música, imagens etc.). De acordo com os recursos disponíveis, o trabalho dos grupos pode ser apresentado em forma de documentário, *site*, exposição de fotos, apresentação multimídia ou de outra forma similar. Os professores das diversas áreas envolvidos no projeto poderão dar orientações pontuais e indicar fontes de pesquisa especializadas no tema e na disciplina (veja sugestões adiante).
4. Atribuição de tarefas. Cada tema e cada forma de apresentação escolhidos vão exigir ações diferentes dos integrantes dos grupos. Veja abaixo dois exemplos de atribuição de tarefas de acordo com a forma de apresentação.
 - Documentário: redigir roteiro das filmagens e texto narrativo; definir cenas, locais e pessoas a serem filmados; planejar as tomadas de imagens; providenciar câmera filmadora (ou fazer com os *smartphones*) e, se necessário, iluminação e microfones.
 - Site: redigir os textos, títulos e intertítulos, vinhetas; definir a "árvore" dos assuntos tratados para estabelecer a hierarquia dos temas e a navegação no *site* ou *blog*; projetar o conteúdo e o layout da página principal; estabelecer as entradas que aparecerão na página de abertura (identificação do *site* ou

blog e dos integrantes do grupo, subtemas dos assuntos tratados, links e endereços recomendados etc.).

5. Apresentação. Para a realização do painel “A ideologia vai à escola”, é necessário haver uma sala, previamente preparada sob a orientação dos professores envolvidos, que deve dispor dos equipamentos abaixo, os quais podem ser emprestados por alunos, professores ou integrantes da comunidade, caso a escola não os possua:

- computadores para a apresentação e exibição dos sites ou blogs;
- televisor(es) para a exibição dos documentários;
- painel(éis) para a exposição de fotos e textos;
- projetores para apresentação multimídia;
- roteiro elaborado pelos professores contendo explicações sobre o painel e a apresentação do trabalho de cada grupo.

Sugestões de fontes para pesquisa

Ciência Hoje

Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br>>. Acesso em: fev. 2016.

O Instituto Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mantém o site, que contém artigos e ensaios sobre diversas áreas do conhecimento científico, e publica as revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*.

Outras palavras

Disponível em: <<http://outras-palavras.net/>>. Acesso em: fev. 2016.

Plataforma onde se poderá encontrar artigos que estão refletindo sobre a realidade social nos dias de hoje e fazendo propostas para o amanhã.

Plataforma política social

Disponível em: <<http://plataformapoliticassocial.com.br/>>. Acesso em: fev. 2016.

Plataforma multidisciplinar e suprapartidária que procura fazer o difícil percurso de construir uma frente de debates aberta e democrática voltada para o intercâmbio de ideias sobre a superação do secular atraso social do Brasil, reunindo e consolidando ideias, propostas e alianças no campo progressista. A Plataforma conta com cerca de 300 professores, pesquisadores e lideranças dos movimentos sociais.

ANEXO – A PESQUISA COMO FORMA DE ENSINO

A pesquisa é um recurso para conhecermos a realidade em que vivemos. Desde que nascemos fazemos pesquisas, mesmo sem saber. Pesquisamos quando perguntamos para alguém: por que isso é assim? Quem fez isso? Quando vamos fazer compras e procuramos a loja na qual há o produto que queremos pelo menor preço, estamos pesquisando.

Quando queremos conhecer alguma coisa, lemos sobre ela em algum livro ou na internet, ou perguntamos a quem sabe sobre o assunto. Isso é pesquisar, mas não necessariamente com metodologia ou planejamento.

Quando fazemos pesquisa em Sociologia, devemos seguir regras e podemos usar muitas técnicas, que variam de acordo com o tipo de trabalho que pretendemos fazer.

Neste anexo indicamos apenas alguns tipos de pesquisa que podem ser desenvolvidos como trabalhos escolares e examinamos alguns passos envolvidos no processo.

A elaboração de um pequeno **projeto** é o primeiro passo. Um projeto deve ter um objeto de pesquisa. Suponhamos que se pretenda fazer uma pesquisa sobre as desigualdades sociais.

Para detalhar nosso objeto de pesquisa, devemos **problematizar** a questão, ou seja, imaginar as perguntas que os estudantes podem fazer para investigar o tema.

Algumas questões podem ser propostas como exemplo para que eles formulem as próprias perguntas: Por que as mulheres recebem salários mais baixos que os homens? Por que os salários das mulheres negras costumam ser mais baixos que os das mulheres brancas? Por que o salário dos homens é quase sempre maior que o das mulheres, mesmo quando exercem o mesmo cargo numa empresa? Por que há fome no mundo se existe produção de alimento suficiente para alimentar a população mundial?

O passo seguinte é levantar algumas **hipóteses**, mesmo que sejam muito simples. Ou seja, é necessário tentar responder às questões formuladas na

problematização. As hipóteses sempre são uma afirmação, isto é, uma tentativa de responder àquilo que se perguntou anteriormente. É um conhecimento presumido, não uma certeza, que tentamos confirmar ou não com a pesquisa. As hipóteses são fundamentais na elaboração do questionário e da entrevista.

No projeto é necessário também elaborar os objetivos e as justificativas para a pesquisa, a fim de orientar aqueles que irão participar, sejam os estudantes, sejam os entrevistados. É necessário sempre esclarecer por que a pesquisa está sendo feita. Também deve ficar claro o modo como a pesquisa vai ser realizada, os métodos empregados, o cronograma etc.

Como orientar os estudantes para fazer uma pesquisa social

Você pode pedir aos estudantes que façam uma pesquisa e utilizar a atividade para melhorar o nível de compreensão, por parte deles, da realidade social.

Continuemos com o exemplo da pesquisa sobre as desigualdades sociais. Para que desenvolvam o trabalho com tranquilidade, oriente-os a levar em conta o que já sabem sobre o tema e a pensar como abordar a questão proposta. Portanto, aqui é necessário ler um pouco mais além do que está no livro. Um texto mais específico, por exemplo.

Explique que uma pesquisa sobre as desigualdades sociais pode ser solicitada por professores de várias disciplinas, e o enfoque é que vai variar: em Geografia, por exemplo, a análise pode ser a distribuição das desigualdades no espaço mundial ou brasileiro; em História, a preocupação pode ser com as desigualdades em diferentes épocas da história da humanidade e com o entendimento das desigualdades atuais, que muitas vezes são decorrentes de situações históricas passadas; em Filosofia, a pesquisa pode partir da questão "O que é desigualdade social?". Outra pode ser sobre como diferentes filósofos discutiram as origens das desigualdades sociais, e assim por diante. Até mesmo a disciplina de Literatura poderia propor uma pesquisa sobre o tema, pedindo aos estudantes que identifiquem evidências da presença das desigualdades sociais em obras clássicas de autores brasileiros e estrangeiros.

No caso de pesquisa em Sociologia, entretanto, a situação é um pouco diferente, posto que os estudantes podem utilizar conhecimentos de todas as disciplinas mencionadas, além de analisar as razões

sociais do surgimento das desigualdades e o modo como vários autores procuraram explicá-las. Afinal, são muitas as teorias sobre a mesma questão. Por isso, é necessário um pequeno plano para começar a analisar o tema proposto:

- O que significa, para a Sociologia, desigualdade social? Lembre-se de que vários autores podem explicar isso de forma diferente. Você pode indicar dois ou três autores, nunca um só.
- Indique livros e artigos sobre a questão. Se houver possibilidade de acessarem a internet, recomende alguns sites e informe o que podem conter. Sugira aos estudantes que perguntem aos familiares ou vizinhos se eles têm algo a dizer sobre o assunto.
- Discuta com os estudantes a existência de várias formas de desigualdade: a econômica (que aparece como diferença na renda ou nos salários), a de gênero (entre homens e mulheres), a étnica-racial (que envolve a cor da pele das pessoas, mas também as distinções culturais), a política (que é a capacidade de definir as políticas em vários setores da vida), a educacional (que demonstra que existem diferenças gritantes no acesso ao ensino e na quantidade de anos de estudo), as habitacionais (basta ver como residem pessoas de diferentes classes sociais na cidade e no campo) e muitas outras. Normalmente essas desigualdades são mescladas e precisam ser desvendadas.
- Esclareça aos estudantes que eles poderão escolher uma ou duas formas de desigualdade e procurar na internet, nos livros ou em revistas e jornais materiais ilustrativos e demonstrativos (gráficos e fotografias), ou até coletar relatos de pessoas sobre o que significa viver em determinadas condições, bem como a relação entre a(s) forma(s) de desigualdade escolhida(s).
- Lembre a eles que a desigualdade é sempre uma relação. Existem ricos e pobres, pessoas analfabetas e escolarizadas, pessoas que vivem em favelas, outras que moram em condomínios de luxo e outras, ainda, em situações intermediárias. Devem ser pesquisadas essas diferenças e relações.
- Informe aos estudantes que podem utilizar os dados já existentes, como os do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), além de pesquisas prontas, publicadas em jornais, revistas acadêmicas e revistas de circulação nacional. Até aqui, eles podem ter ido à biblioteca da escola ou da cidade, lido os livros que têm em casa ou pesquisado na internet, ou seja, sem que tenham entrevista-

do alguém. Talvez tenham falado com os familiares ou algum vizinho, mas só para perguntar se eles sabiam alguma coisa sobre o tema. Isso é o que chamamos de uma pesquisa **exploratória** e **bibliográfica**.

Depois da pesquisa exploratória e bibliográfica, os estudantes podem levantar **a(s) hipótese(s)**, isto é, as possíveis respostas para as perguntas que elaboraram na problematização e que irão orientar a formulação dos instrumentos de pesquisa (questionários ou entrevistas, por exemplo).

Nesse momento, de posse dos instrumentos de pesquisa e conscientes de seus objetivos, os estudantes podem desenvolver um trabalho de campo para ter contato concreto com a realidade. Nessa etapa, professor, a sua participação é muito importante para ajudá-los a programar uma pesquisa social.

Pesquisa social empírica

A pesquisa social empírica é sempre baseada na observação, de forma metódica e mediante o emprego de determinadas técnicas. Já sabemos que pesquisamos sempre. Agora vamos tratar da pesquisa com método e planejamento. Para o que nos interessa – fazer uma pequena pesquisa sobre as desigualdades sociais –, podemos utilizar muitas técnicas, mas vamos indicar apenas as três mais utilizadas: a entrevista, o questionário e a história de vida.

A **entrevista** é a forma mais rápida e tranquila de obter informação sobre determinado assunto. Normalmente, definimos alguns critérios para escolher as pessoas que vamos entrevistar. Desde que elas aceitem, fazemos algumas perguntas e, conforme as respostas, desenvolve-se a conversa para levantar as informações desejadas. Devemos sempre levar um roteiro mais ou menos fixo do que se pretende perguntar. Isso ajuda a manter uma conversa direcionada, uma vez que as anotações impedem que a entrevista se transforme em algo interminável e até inútil para os fins estabelecidos.

É bom lembrar que esse tipo de entrevista é diferente daquelas que os jornalistas fazem e que são publicadas nos jornais e revistas de ampla circulação. Pretendemos fazer um levantamento de dados e colher informações de um grupo de pessoas para conhecer determinado assunto, não somente a opinião delas sobre o tema.

Se possível, é interessante gravar ou filmar as entrevistas para não perder nenhuma informação. Mas, antes da gravação ou da filmagem, é preciso pedir permissão à pessoa entrevistada. Se ela não permitir, devemos anotar tudo o que ela disser.

O **questionário** é outra técnica para obter informações. É uma forma de entrevista limitada a uma série de questões escritas que devem ser respondidas em determinada sequência. As questões podem ser abertas ou fechadas. Às questões abertas, o entrevistado pode responder o que souber naquele momento.

Exemplo de pergunta aberta: “Qual é a renda mensal de sua família?”. Para as perguntas fechadas, sugerimos alternativas de respostas. Exemplo: “Qual é a renda mensal de sua família?”. 1. De R\$ 150,00 a R\$ 500,00. 2. De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00. 3. De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00. 4. De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00. 5. Mais de R\$ 2.000,00”.

Isso vale para qualquer outra questão. Se quisermos dar mais liberdade aos entrevistados, fazemos perguntas abertas e registramos as respostas. Nesse caso, fica mais difícil organizar as informações. Se as perguntas forem fechadas, fica mais fácil organizar os dados.

Como você pode perceber, fazer a pesquisa de campo, isto é, levantar informações, é só uma etapa. Em seguida, é necessário organizar os dados. E essa tarefa é muito importante, uma vez que é dela a obtenção do resultado.

Pesquisa de opinião

A pesquisa de opinião pode ser de mercado, eleitoral ou para saber o que as pessoas pensam sobre determinado assunto.

Quando uma empresa quer lançar um produto no mercado (pode ser um novo tipo de sabonete, um sabor de refrigerante ou de sorvete, por exemplo), realiza uma pesquisa para saber como a população de uma cidade, região ou país reage ao produto.

Em época de eleições, também é muito comum jornais, revistas e emissoras de televisão solicitarem aos institutos de pesquisa prognósticos do comportamento da população em relação aos candidatos nas futuras eleições. São feitas pesquisas eleitorais para saber em quem a população pretende votar. Assim as campanhas vão se organizando para melhorar a divulgação e saber onde e em que situação o candidato será mais ou menos votado e onde é necessário ampliar a campanha para atrair mais eleitores.

Há também pesquisas de opinião encomendadas por prefeituras ou órgãos públicos para detectar o que a população deseja que seja feito em uma cidade ou região. Assim, procura-se saber o que é melhor para esta ou aquela parte da população, o que deve ser feito para melhorar as condições de vida dos moradores ou quais são os maiores problemas de determinado lugar.

Voltando ao nosso tema hipotético, podemos utilizar esse tipo de pesquisa para saber o que as pessoas de diferentes classes sociais pensam sobre as desigualdades sociais. Podemos perguntar: por que existem desigualdades sociais? Quais são as formas de desigualdades sociais mais comuns no dia a dia das pessoas entrevistadas? O que se pode fazer para diminuir as desigualdades sociais?

A diferença entre esses dois tipos de pesquisa é que a social-empírica nos permite obter informações sobre determinada realidade ou situação específica, e a de opinião nos permite apenas saber a opinião das pessoas sobre um assunto. Você pode programar uma de cada vez ou as duas ao mesmo tempo, pois elas podem ser complementares.

Amostragem

Como vimos, há várias razões para fazer uma pesquisa. Mas sempre é necessário planejamento e muito cuidado para obter uma amostra, ou seja, parte da população de uma escola, de um bairro, de uma cidade, de uma região ou de um país que representa a totalidade.

Existem vários tipos de amostragem. A mais simples é a que fazemos aleatoriamente, ou seja, escolhemos as pessoas sem nenhum critério. Quando fazemos isso em lugares de grande fluxo, como terminais de ônibus ou feiras, por exemplo, podemos ter uma diversidade maior de situações. Por isso, esse tipo de amostra não é muito confiável. A coleta aleatória de amostra pode ser feita para conhecer preliminarmente alguma situação ou para aprender como se faz uma pesquisa.

Outra forma de amostra é a proporcional ou estratificada. É a maneira mais precisa e mais elaborada de fazer uma pesquisa. Para explicá-la, vamos tomar um exemplo bastante simples. Vamos imaginar que você queira saber o que os estudantes que cursam o ensino médio na escola onde você leciona pensam sobre as desigualdades sociais. Se na escola houver mil estudantes em três turnos (manhã, tarde e noite), será muito trabalhoso e muito caro entrevistar todos eles. Por isso, você pode fazer um **plano de amostragem** ou simplesmente uma **amostra**.

Você pode levantar os dados da secretaria para saber quantos estudantes do ensino médio estudam na escola em cada ano e turno e verificar quantos são do sexo masculino e quantos são do feminino. Depois disso, você pode calcular o percentual de alunos e de alunas no 1º, no 2º e no 3º ano, a idade deles em cada turma e em cada turno. Com esses dados, pode construir uma tabela como esta:

	Manhã		Tarde		Noite	
	Masc. (%)	Fem. (%)	Masc. (%)	Fem. (%)	Masc. (%)	Fem. (%)
1º ano						
2º ano						
3º ano						
Total	100	100	100	100	100	100

Feito isso, você pode sortear, por exemplo, 10% em cada situação: estudante do 1º ano, da manhã, do sexo masculino. Assim você define alguns estudantes de cada situação para aplicar o questionário ou fazer a entrevista.

O que importa é sempre ter em mente a representatividade da amostra, ou seja, as pessoas ou grupos selecionados devem representar a população-alvo e todos os sorteados devem ter a mesma oportunidade de serem sorteados. Se na escola houver mil estudantes e você fizer uma pesquisa com cem deles, desde que selecionados conforme indicamos na tabela, terá muita tranquilidade em afirmar que a amostra representa a totalidade.

Análise e relatório

Concluído o levantamento, o passo seguinte é a análise dos dados, ou seja, do que foi coletado por meio dos questionários ou entrevistas. Para fazer esse trabalho, é preciso muita atenção, a fim de que as informações sejam reunidas e organizadas em quadros ou tabelas ou apenas sejam relacionadas as respostas conforme as semelhanças e diferenças.

Em seguida, devemos desenvolver a tarefa final desse processo: relatar por escrito o que foi pesquisado em livros, revistas e internet ou de modo empírico.

Essa é a etapa mais demorada da atividade, pois normalmente os estudantes não escrevem com muita facilidade. Entretanto, com uma boa orientação, eles ficam mais à vontade para transferir as ideias para o papel.

Sugerimos o plano a seguir para guiá-los nessa tarefa.

Informe aos alunos que, na hora de escrever, eles deverão relacionar o que pesquisaram nos livros, revistas e jornais. Se realizaram pesquisa empírica, é o momento de relatar o que encontraram e explicar o resultado da pesquisa e das leituras que fizeram. Oriente-os para que sejam fiéis aos dados das pesquisas (bibliográfica e empírica) e analisem com honestidade o que encontraram.

Escrever é uma atividade dinâmica. Continuamos pensando enquanto escrevemos. Se as ideias fluírem com muita intensidade e não tivermos controle sobre essa atividade, sempre teremos assuntos novos a escrever, e nunca terminaremos o texto. Por isso é necessário fazer um esquema do que escrever.

Todo trabalho intelectual, desde o mais simples (pesquisa escolar) até o mais complexo (tese de doutorado), tem a mesma estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na **introdução**, os estudantes devem escrever a apresentação do trabalho, informando o que será desenvolvido.

- No caso da pesquisa sobre as desigualdades sociais, na introdução é preciso informar que existem muitas formas de desigualdades sociais e que diversos autores abordaram a questão, mas só serão analisadas duas formas de desigualdade, com base em dois autores ou duas teorias, por exemplo. Chamamos isso de **recorte**, ou seja, a análise de uma parte da questão **desigualdade social**, porque se trata de um tema muito amplo.
- A seguir, os estudantes devem citar as fontes de pesquisa: livros, sites, revistas e jornais, por exemplo. Se fizeram alguma pesquisa empírica, devem informar a técnica utilizada (entrevistas e questionários e número de pessoas pesquisadas).
- Depois, precisam dizer como é dividido o trabalho. Assim, como o tema é desigualdade social, na parte 1, devem dizer que vão escrever sobre as desigualdades **a**, **b** ou **c**. Na parte 2, devem afirmar que vão expor o que alguns autores disseram sobre as desigualdades. Na parte 3, devem explicar que vão citar os dados da pesquisa e procurar descrevê-los. Na parte 4, devem declarar que vão dar alguma explicação para a existência daquelas desigualdades. Feito isso, a introdução está pronta e os estudantes já têm o esquema para escrever o desenvolvimento. A introdução deve ser breve e não ultrapassar 10 ou 15% do tamanho do trabalho.

O **desenvolvimento** é a etapa mais importante. Ele deve ser dividido em quatro partes, nas quais o assunto exposto na introdução será detalhado. Ao escrever o desenvolvimento de uma dissertação, costumamos utilizar três tipos de parágrafo: o narrativo-cronológico, o descritivo e o expositivo-argumentativo. Vamos explicar cada um deles.

É importante esclarecer que utilizamos todos, das mais variadas formas.

- No parágrafo **narrativo-cronológico**, quem escreve vai colocando uma série de informações em determinada ordem, de modo que o leitor perceba que há uma sequência temporal muito clara. Assim, são empregados os marcadores temporais: "No início..."; "Na sequência dos acontecimentos..."; "Em seguida..."; "Finalmente..." etc. Esse tipo de parágrafo aparece em textos escritos para desenvolver uma história ou um processo, ou mesmo ilustrar certo argumento.
- No parágrafo **descritivo**, a preocupação está na apresentação e descrição de objetos, lugares, ambientes e pessoas que possam elucidar determinadas ideias ou prender a atenção do leitor.
- No parágrafo **expositivo-argumentativo**, apresentam-se os argumentos de defesa de uma ideia, comentam-se os dados e fazem-se observações argumentativas sobre uma descrição ou uma narrativa cronológica. Os parágrafos desse tipo devem ser persuasivos, ou seja, não podem deixar dúvidas sobre o que se pretende expor ou defender. A ideia deve ser exposta com clareza e, na sequência, é preciso prová-la por meio da apresentação de argumentos e fatos, além de descrições e narrativas de processos e exemplos históricos, quando isso se fizer necessário. Ao escrever qualquer texto, os estudantes podem utilizar esses tipos de parágrafo e também intercalar alguns dados na forma de gráficos, tabelas e imagens, como fotografias ou charges encontradas na internet e em revistas.

Na **conclusão**, fazemos o fechamento do trabalho. Devemos demonstrar, de forma resumida e precisa, que a proposta apresentada na introdução foi cumprida no desenvolvimento. O tamanho da conclusão é bastante variável, mas sugerimos que ela corresponda a cerca de 10 a 15% do trabalho.

Não podemos nos esquecer de relacionar no final do trabalho, na **bibliografia**, todos os livros, artigos, jornais, revistas e também os sites que foram consultados.

No caso de uma pesquisa empírica, convém anexar o roteiro das entrevistas ou o questionário utilizado em um item denominado "Anexos".

Esses primeiros passos pelo universo da pesquisa tornam o ensino da Sociologia mais vivo e dinâmico, aproximando a disciplina da realidade dos estudantes. Vale muito a pena tentar aplicar essas práticas de pesquisa no planejamento de suas atividades.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jorge M. B. A atualidade do conceito de indústria cultural. In: GALVÃO, Andréia et al. (Orgs.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Práxis, 2006-2008. v. 1-2.

ANTUNES, Arnaldo. Inclassificáveis. In: _____. *O silêncio*. Rio de Janeiro: BMG, 1996. 1 CD. Faixa 6. Disponível em: <www.arnaldoantunes.com.br/sec_discografia_view.php?id=3>. Acesso em: 16 maio 2013. Rosa Celeste. ©Universal Music Publishing MGB Brasil Ltda.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. BRAGA, Ruy (Orgs.). *Info-proletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Orgs.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v. 1.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1994.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BLOCH, March. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOITO Jr., Armando. A (difícil) formação da classe operária. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

BONDER, Nilton. Em nome do pai: diferenças religiosas. *Leituras compartilhadas: Diferenças*. Rio de Janeiro: Leia Brasil, fascículo 4, ago. 2002, p. 24-25.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano: debates urbanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias*; BRASÍLIA: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papyrus, 1986.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2000.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo F. *Introdução ao pensamento sociológico: Durkheim/Weber/Parsons*. 15. ed. Rio de Janeiro: Centauro, 2001.

CHÂTELET, François; KOUCHNER, E. Pisier. *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971.

_____. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difel, 1970.
- DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Émile Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- DUVIGNAUD, Jean. *Sociologia: guia alfabético*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.
- FEITOSA, Charles. A questão da feiura. *Leituras compartilhadas: Diferenças*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, fascículo 4, ago. 2002, p. 38-39.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. reorg. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Folclore e mudança social em São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERRAROTTI, Franco. *Sociologia*. Lisboa: Teorema, 1986.
- FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação e política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FREYER, Hans. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. A Filosofia e sua didática. *Educação*. Santa Maria: UFSM, v. 27, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2002/02/a3.htm>>. Acesso em: maio 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* 10. ed. São Paulo: Difel, 1968.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru-SP: Edusc, 2001.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais*. Campinas: Unicamp, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, Theodor W. (Orgs.). *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, Leila da Costa. *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. (Org.). *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Nacional, 1973.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LALLEMENT, Michel. *História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- LAURELL, Ana Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cedec/Cortez, 1995.
- MAIA, João Marcelo E.; PEREIRA, Luiz Fernando A. *Pensando com a Sociologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MAIO, Marcos Chor; VILLAS BOAS, Gláucia. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?: poder e massas na indústria cultural e da comunicação no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MIRANDA, Nilmário. *Por que direitos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MORIN, Edgar. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MURRAY, Roseana. *Manual da delicadeza de A a Z*. São Paulo: FTD, 2001.

- NETTO, J. P.; CARVALHO, Brant M. C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras, 1991.
- NOVAES, Carlos Eduardo. *O menino sem imaginação*. São Paulo: Ática, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (Orgs.). *A classe operária no Brasil: o movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. v. 1.
- _____. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POULANTZAS, Nicos (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de O.; OLIVEIRA, Maria Gardência de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.
- RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética e democracia*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.
- RIBERTO, Berta G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan/Unibrade/Unesco, 1987.
- RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Pós-neoliberalismo II*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SCALON, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SOALHEIRO, Bárbara. *Como fazíamos sem...* São Paulo: Panda Books, 2006.
- SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- _____. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SWEETZ, Paul et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- _____. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1979.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e métodos na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.
- VILLAS, Alberto. *O mundo acabou!*. São Paulo: Globo, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

